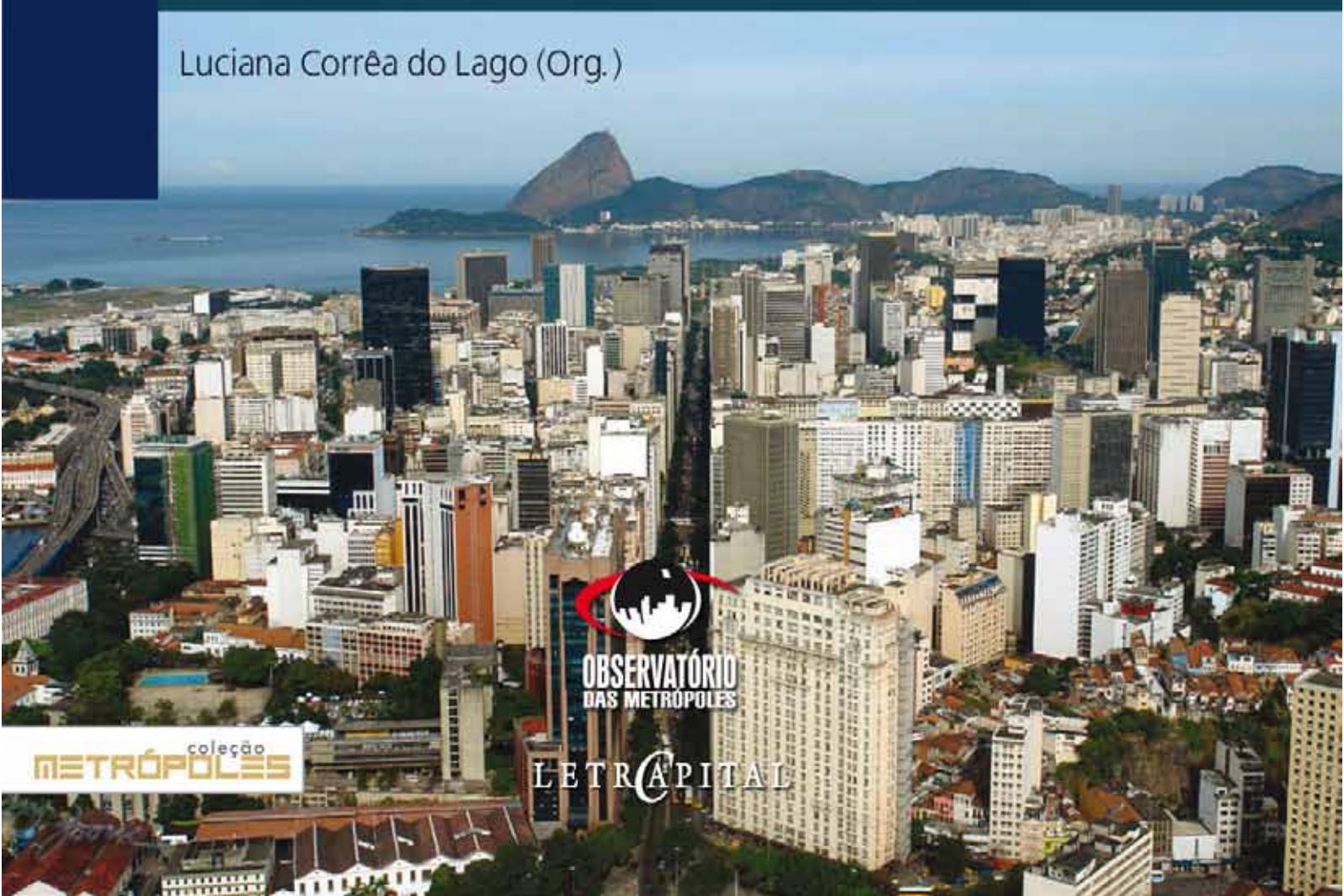


Olhares sobre  
a Metrópole do Rio de Janeiro

# ECONOMIA, SOCIEDADE E TERRITÓRIO

Luciana Corrêa do Lago (Org.)



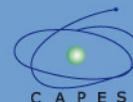
OBSERVATÓRIO  
DAS METRÓPOLES

coleção  
**METRÓPOLES**

LETRACAPITAL

# Olhares sobre a Metr pole do Rio de Janeiro ECONOMIA, SOCIEDADE E TERRITÓRIO

O livro é uma coletânea com dez textos, que analisam diferentes dimensões da vida numa grande metrópole, buscando compreender os mecanismos reprodutores das desigualdades socioespaciais e de poder, em vigor na metrópole do Rio de Janeiro. Sob uma perspectiva socioeconômica, são cinco textos, sendo dois voltados para a dinâmica produtiva da metrópole do Rio de Janeiro e os outros três, para a territorialidade intra-metropolitana do mercado de trabalho. Sob uma perspectiva sócio-demográfica, são dois textos que introduzem a dimensão espacial intra-urbana nas análises sobre estrutura etária, fecundidade, mortalidade, arranjo familiar e mobilidade. Por fim, sob uma perspectiva sócio-cultural, são três trabalhos dedicados à desigualdade educacional,   desigualdade racial e   violência urbana.



OLHARES SOBRE A METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO:  
**ECONOMIA, SOCIEDADE E TERRITÓRIO**



OLHARES SOBRE A METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO:  
**ECONOMIA, SOCIEDADE E TERRITÓRIO**

**Organizadora:**

Luciana Corrêa do Lago

**Autores:**

*Érica Tavares da Silva*

*Filipe Souza Corrêa*

*Gabriel Strautman*

*Juciano Martins Rodrigues*

*Luciana Corrêa do Lago*

*Luiz Antonio Machado da Silva*

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*

*Marcelo Gomes Ribeiro*

*Mariane C. Koslinski*

*Rosa Ribeiro*



LETR@PITAL

Copyright © Luciana Corrêa do Lago (Org.), 2010

EDITOR  
João Baptista Pinto

CAPA  
YURI ALCANTARA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO  
Francisco Macedo

REVISÃO  
Dos Autores

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

O38

Olhares sobre a metrópole do Rio de Janeiro: economia, sociedade e território / Luciana Corrêa do Lago (organizadora); Érica Tavares da Silva... [et al.]. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ: FASE, 2010.  
260p.: il. - (Metrópoles)

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7785-072-3

1. Planejamento urbano - Rio de Janeiro (RJ). 2. Rio de Janeiro, Região Metropolitana do (RJ) - Condições sociais. 3. Rio de Janeiro, Região Metropolitana do (RJ) - Condições econômicas. 4. Solo urbano - Uso - Rio de Janeiro, Região Metropolitana do (RJ). I. Lago, Luciana Corrêa do, 1957- II. Observatório das Metrópoles. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional. IV. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. V. Título: Economia, sociedade e território. VI. Série.

10-4049. CDD: 307.760981531  
CDU: 316.334.56(815.31)

16.08.10 20.08.10 020922

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – IPPUR/UFRJ  
Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro  
Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5ª andar – Ilha do Fundão  
Cep 21.941-901 – Rio de Janeiro, RJ  
Tel/Fax 55-21-2598-1950  
[www.observatoriodasmetrolopes.net](http://www.observatoriodasmetrolopes.net)

LETRA CAPITAL EDITORA  
Telefax: (21) 3553-2236 / 2215-3781  
[www.letracapital.com.br](http://www.letracapital.com.br)

## Conselho Editorial

# Coleção Metr poles

Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro - IPPUR/UFRJ

*Presidente do Conselho*

Dra. Ana Lúcia Rodrigues - PPGCS/UEM

Dr. Aristides Moysés – PUC Goiais

Dr. Carlos de Mattos – IEU/PUC Chile

Dr. Carlos Nassi – COPPE/UFRJ

Dr. Emilio Pradilla Cobos – UAM (Universidade Aut noma Metropolitana), México

Dr. Eust gio Wanderley C. Dantas – PPGG/UFC

Dr. Frederico Rosa Borges de Holanda – FAU/UNB

Dr. Jeroen Johannes Klink – UFABC

Dra. Inai  Maria Moreira de Carvalho – PPGCS/UFBA

Dr. José Borzacchiello da Silva – PPGDMA/UFC

Dra. Lúcia B gus – PPGCS/PUC Minas

Dra. Luciana Teixeira Andrade – PPGCS/PUC Minas

Dra. Marcia da Silva Pereira Leite - IFCS/UERJ

Dr. Marcio da Costa – FE/UFRJ

Dr. Manuel Villaverde Cabral - Universidade de Lisboa

Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino - NAPP/UFRN

Dra. Maria Madalena Franco Garcia – FNEM (Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas)

Dra. Maura Pardini Bicudo V ras – PPGCS/PUC São Paulo

Dra. Olga Firkowski – Dept. Geografia/UFPR

Dr. Orlando Santos Junior – IPPUR/UFRJ

Dr. Peter Spink – EAESP/Mackenzie/SP

Dr. Roberto Kant de Lima – INCT-InEAC/UFF

Dr. Roberto Luís M. Monte-M r - CEDEPLAR/UFMG

Dr. Ruben George Oliven – PPGAS/UFRGS

Dr. Ricardo Machado Ruiz - CEDEPLAR/UFMG

Dra. Raquel Rolnik – FAU/USP

Dra. Rosa Moura - IPARDES

Dra. Rosetta Mammarella – FEE/RS

Dra. Simaia do Socorro Sales das Mercês - NAEA/UFPA

Dra. Suzana Pasternak – FAU/USP

## **Sobre os Autores:**

### **Luciana Corrêa do Lago**

Arquiteta, Doutora em Arquitetura e Urbanismo; professora do IPPUR/UFRJ.

### **Luiz Cesar Queiroz Ribeiro**

Administrador Público, Doutor em Arquitetura e Urbanismo; professor do IPPUR/UFRJ.

### **Juciano Rodrigues**

Economista, Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Doutorando em Urbanismo; pesquisador no IPPUR/UFRJ.

### **Filipe Correa**

Cientista Social, Mestrando em Planejamento Urbano e Regional; pesquisador no IPPUR/UFRJ.

### **Marcelo Ribeiro**

Economista, Mestre em Sociologia, Doutorando em Planejamento Urbano e Regional; pesquisador no IPPUR/UFRJ.

### **Gabriel Strautman**

Economista, Mestre em Planejamento Urbano e Regional; secretário executivo da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

### **Érica Tavares da Silva**

Cientista Social, Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional; pesquisadora no IPPUR/UFRJ.

### **Rosa Ribeiro**

Socióloga, Doutora em Sociologia; pesquisadora no IPPUR/UFRJ.

### **Mariane Koslinski**

Socióloga, Doutora em Sociologia; professora da Faculdade de Educação/UFRJ.

### **Luiz Antônio Machado da Silva**

Sociólogo, Doutor em Sociologia; professor do IUPERJ e IFCS/UFRJ.

## SUMÁRIO

- 9 **Apresentação**  
*Luciana Corrêa do Lago*
- 11 **Segregação residencial e mercado de trabalho nos grandes espaços urbanos brasileiros**  
*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*  
*Juciano Martins Rodrigues*  
*Filipe Souza Corrêa*
- 35 **Dinâmica econômica do Estado do Rio de Janeiro e da região metropolitana no Rio de Janeiro**  
*Marcelo Gomes Ribeiro*
- 61 **Diagnóstico econômico sobre os municípios da Baixada Fluminense**  
*Gabriel Strautman*
- 81 **Organização socioespacial e dinâmica demográfica na região metropolitana do Rio de Janeiro**  
*Érica Tavares da Silva*
- 115 **A dimensão familiar no estudo da desigualdade intra-metropolitana no Rio de Janeiro**  
*Rosa Ribeiro*
- 153 **Território e trabalho: segregação e segmentação urbanas e oportunidades ocupacionais na região metropolitana do Rio de Janeiro**  
*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*  
*Juciano Martins Rodrigues*  
*Filipe Souza Corrêa*
- 175 **A "periferia" metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena**  
*Luciana Corrêa do Lago*
- 191 **Fronteiras da democratização das oportunidades educacionais: o caso do Rio de Janeiro**  
*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*  
*Mariane C. Koslinski*

211 **As cores das fronteiras urbanas. Segregação residencial e desigualdades "raciais" na região metropolitana do Rio de Janeiro**  
*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*  
*Filipe Souza Corrêa*

235 **Violência, sociabilidade e ordem pública no Rio de Janeiro: uma tomada de posição**  
*Luiz Antonio Machado da Silva*

## APRESENTAÇÃO

Luciana Corrêa do Lago

Os textos reunidos nessa publicação estão baseados nos resultados de uma ampla pesquisa sobre a metrópole do Rio de Janeiro, desenvolvida por uma rede de pesquisadores engajados no projeto político-acadêmico do Observatório das Metrópoles<sup>1</sup> e financiada pela FAPERJ<sup>2</sup>, nos anos de 2008 e 2009.

Nosso objetivo maior tem sido construir conexões entre a leitura crítica e abrangente da dinâmica metropolitana brasileira e a formulação de políticas redistributivas, capazes de reverter o quadro de profundas desigualdades sociais que marcam a vida urbana em nosso país. Nesse sentido, a pesquisa foi estruturada em dois grandes eixos de análise: o primeiro, denominado *Economia, Sociedade e Território* e o segundo, *Política e Gestão Metropolitana*.

A presente coletânea reúne dez textos resultantes do primeiro eixo, onde foram investigadas diferentes dimensões da vida numa grande metrópole, buscando-se compreender os mecanismos reprodutores das desigualdades socioespaciais e, portanto, de poder, em vigor no território fluminense. Sob uma perspectiva socioeconômica, temos cinco textos, sendo dois voltados para a dinâmica produtiva da metrópole do Rio de Janeiro e os outros três, para a territorialidade intra-metropolitana do mercado de trabalho. A segregação residencial aparece como uma variável importante para que se entenda, de um ponto de vista analítico, os mecanismos que produzem/reproduzem as desigualdades de acesso ao trabalho. Sob uma perspectiva sócio-demográfica, temos dois textos que introduzem a dimensão espacial intra-urbana nas análises sobre estrutura etária, fecundidade, mortalidade, arranjo familiar e mobilidade. Por fim, sob uma perspectiva sócio-cultural, reunimos três trabalhos dedicados à desigualdade educacional, à desigualdade racial e à violência urbana.

Numa outra coletânea<sup>3</sup>, publicamos cinco trabalhos resultantes do segundo eixo da pesquisa, onde se destacam criteriosos levantamentos empíricos que, juntos, evidenciam de forma clara a urgência em construirmos processos democráticos de planejamento urbano, através de seu principal instrumento: o Plano Diretor Participativo. São trabalhos de abrangências territoriais distintas, desde uma análise comparativa dos planos diretores de vinte e oito municípios do estado, até a descrição de uma experiência participativa inovadora numa favela carioca, passando por estudos de municípios específi-

---

1 O Observatório das Metrópoles ([www.observatoriodasmetrololes.ufrj.br](http://www.observatoriodasmetrololes.ufrj.br)) forma hoje um Instituto em Rede Nacional - INCT - voltado para o tema das metrópoles brasileiras e os desafios do desenvolvimento do país. A produção, por equipes de pesquisadores nas 12 metrópoles que compõem a rede, de resultados comparáveis, tem nos permitido a identificação de tendências convergentes e divergentes entre as metrópoles, geradas pelos efeitos das transformações econômicas, sociais, institucionais e tecnológicas por que passa a sociedade brasileira nos últimos 20 anos. A coordenação geral da rede está sediada no IPPUR/UFRJ.

2 A pesquisa, intitulada *A Metrópole Fluminense e o futuro do Rio de Janeiro: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito: impasses e potencialidades para a governança metropolitana*, foi coordenada pela Profª Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ) e financiada pelo Edital Pensa Rio, da Faperj. Seis instituições participaram do projeto - IPPUR/ UFRJ, FASE, PROURB/ UFRJ, IUPERJ/UCAM, PPCIS/IFCH/UERJ e CCH/UENF - reunindo 33 pesquisadores. A pesquisa contou, ainda, com recursos do Ministério das Cidades e no INCT/CNPq.

3 "OLHARES SOBRE A METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO: POLÍTICA URBANA E GESTÃO PÚBLICA", organizado por Luciana Corrêa do Lago editado pela Letra Capital e Observatório das Metrópoles, em 2010.

cos na Baixada Fluminense, que buscaram desvendar as contradições geradas pelas diretrizes do plano frente às determinações das normas urbanísticas vigentes ou, ainda, frente às políticas habitacionais ou de saneamento implementadas.

Esperamos que os resultados dessa pesquisa, apresentados nas duas coletâneas, contribuam na elaboração de um diagnóstico crítico em torno da economia, da sociedade e da política fluminenses, identificando os impasses e os desafios para uma gestão metropolitana que ultrapasse os interesses locais, gerando subsídios para os atores sociais e políticos envolvidos nesse processo e impulsionando fóruns de debates em torno dessa agenda.

# SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E MERCADO DE TRABALHO NOS GRANDES ESPAÇOS URBANOS BRASILEIROS

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*

*Juciano Martins Rodrigues*

*Filipe Souza Corrêa*

## 1. – Introdução

Partindo da hipótese de que os processos de segmentação territorial e segregação residencial em curso nas metrópoles brasileiras têm enorme importância na compreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais e, conseqüentemente, na exclusão e integração, procuramos, neste trabalho gerar evidências empíricas sobre os possíveis efeitos da segregação residencial sobre as oportunidades geradas pelo mercado de trabalho.

Em outras palavras, buscamos explorar os efeitos da concentração espacial de pessoas com desvantagens de condições de habilitação exigidas para acessar a estrutura de oportunidades distribuídas pelo mercado de trabalho. Não pretendemos que os resultados aqui apresentados sejam a demonstração da relação causal direta entre os contextos sociais conformados por esses processos de aglomeração residencial. Apesar da utilização de procedimentos e técnicas de análise adequadas para se contornar os erros conhecidos da “falácia ecológica”, estamos conscientes que a natureza seccional dos dados limita a apreensão dos resultados como comprovação de tal causalidade. Com efeito, apenas a utilização de dados longitudinais permitiria controlar adequadamente a relação entre as características das pessoas e dos seus lugares de residência e com desfechos individuais que se realizam no mercado de trabalho. Afinal, é em razão das pessoas terem certas posições no mercado de trabalho que elas moram e com pessoas que compartilham características semelhantes dotando tais lugares de contextos sociais específicos, ou o seu contrário? Por outro lado, outras limitações decorrem da natureza mesma dos dados. Utilizando informações censitárias – aqui as provenientes do Censo 2000 do IBGE – estamos limitados a, por um lado, apreender situações de julgamos estruturais e, por outro, caracterizar realidades coletivas que produzem efeitos sobre os indivíduos. Por exemplo, será o desemprego – um dos indicadores aqui utilizados – uma situação conjuntural ou estrutural dos indivíduos, dúvida decorrente da natureza pontual no tempo do levantamento. A mesma questão pode ser levantada para os outros indicadores de desfecho no mercado de trabalho que aqui utilizamos. As segundas limitações provêm do fato das informações serem levantadas sobre os indivíduos e não sobre as realidades coletivas que buscamos caracterizar. Por exemplo, as características do espaço coletivo denominado estatisticamente como dos DOMICÍLIOS, no qual os indivíduos desenvolvem sua vida, portanto adquirem certas características – são apreendidos por indicadores construídos ao nível do indivíduo. Por último, vale à pena mencionar a necessária precaução no entendimento da relação causal aqui explorada em função da existência da pluralidade de concepções teórico-metodológicas nas ciências sociais sobre a própria noção de causalidade. Esta questão é complexa o suficiente para limitar o seu tratamento no marco deste trabalho. Ela toca a pluralidade de modelos pelos quais as ciências sociais pretendem por suas várias vertentes teóricas de explicação da relação de determinação entre o indivíduo e a sociedade, do mais puro atomismo, aos vários estrutura-

lismos, passando pelo individualismo metodológico. Adotamos aqui a atitude metodológica weberiana, segundo a qual a co-variação de duas ou mais variáveis não é suficiente para estabelecer uma relação de causalidade, mas é necessária para imputar uma causalidade cuja descrição e compreensão deve prosseguir no desdobramento de um trabalho, seja no plano empírico seja no teórico.

Na primeira parte apresentamos o contexto de transformação estrutural ao qual foram submetidos os Grandes Espaços Urbanos Brasileiros (GEUBs) nas últimas décadas, sobretudo aqueles que formam aglomerações metropolitanas. Na segunda, apresentamos os principais elementos da metodologia aplicada, com ênfase nos dados utilizados, no tratamento das variáveis e no modo de medir a segregação residencial. Na terceira e última parte do texto, apresentamos os resultados do estudo, frutos das análises empreendidas que demonstram os efeitos da segregação residencial sobre o desemprego, a fragilidade ocupacional e o rendimento.

## 2. – Crise Social e Mercado de trabalho nas Metrôpoles Brasileiras

Nosso sistema urbano conta hoje com 37 grandes aglomerados onde residem 45% da população (76 milhões de pessoas) e, apesar de seus desequilíbrios constitui importante ativo para o desenvolvimento nacional. Entre os 37 grandes aglomerados urbanos, temos 15<sup>1</sup> metrôpoles, ou seja, grandes espaços urbanos que apresentam características das funções de coordenação, comando e direção próprias das grandes cidades na “economia em rede” (VELTZ, 1996; 2000). Ao mesmo tempo concentra elevada parcela da população, exerce alta capacidade de centralidade, além de possuir características que as permitem atingir um grau maior de inserção na economia de serviços produtivos e poder de direção, medido pela localização das sedes das 500 maiores empresas do país, pelo volume total das operações bancárias/financeiras e pela massa de rendimento mensal<sup>2</sup>.

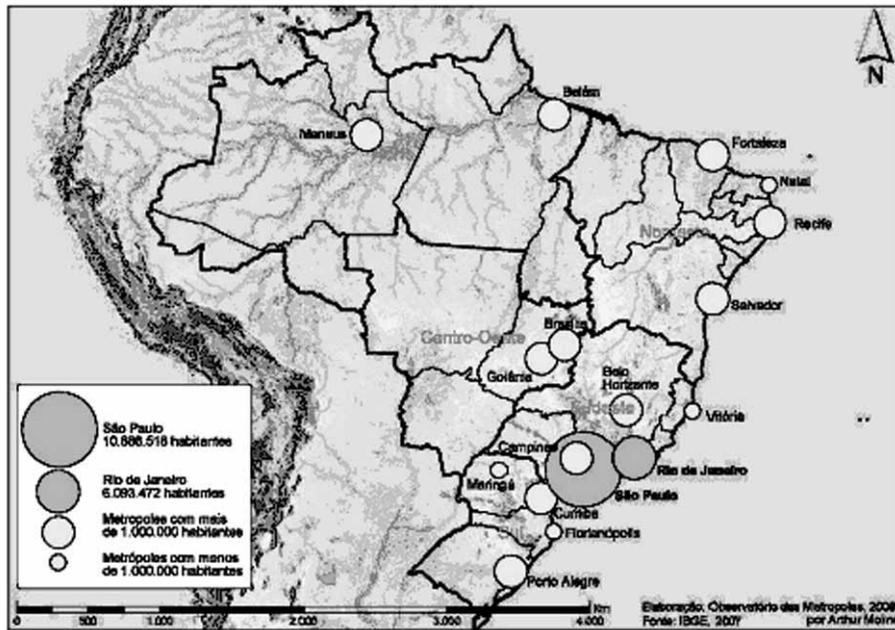
Neste estudo, além das 15 metrôpoles já mencionadas, incluiremos na análise outros dois aglomerados: a região metropolitana de Natal-RN (*LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL* n° 152, de 16 de janeiro de 1997) e a região metropolitana de Maringá-PR (*LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL* n° 83 de 17 de julho de 1998), que fazem parte da Rede Observatório das Metrôpoles. A localização destes 17 GEUBs e a categoria de tamanho populacional ao qual eles pertencem estão representados no Mapa 1.1.

---

1 São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Curitiba, Recife, Fortaleza, Goiânia, Campinas, Belém, Vitória, Florianópolis e Manaus.

2 Para maiores detalhes ver: OBSERVATÓRIO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL. Relatório de Atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrôpoles/Fase/Ipardes-PR. Brasília, 2005. 118p. Disponível em [http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/produtos/produto\\_mc\\_1.pdf](http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf).

Mapa 1.1



Vale salientar, que estes espaços considerados metropolitanos têm redobrada importância no cenário social e econômico nacional, principalmente no que tange à concentração das forças produtivas nacionais. Eles concentram 62% da capacidade tecnológica do país, medidas pelo número de patentes, artigos científicos, população com mais de 12 anos de estudo e valor bruto da transformação industrial (VTI) das empresas que inovam em produtos e processos produtivos. Ainda nestas 15 metrópoles estão ainda concentrados 55% do valor de transformação industrial das empresas exportadoras.

A urbanização e o crescimento econômico brasileiro na segunda metade do século XX e a robustez do sistema urbano não foram capazes de garantir melhores condições sociais, sobretudo nos grandes espaços urbanos. A criação de novos empregos em todos os setores da economia não se generalizou e a abundância de mão-de-obra disponível permitiu a compreensão das remunerações, além de forjar uma estrutura ocupacional onde se viu cada vez mais a presença das relações de trabalho precárias em setores como o pequeno comércio, os serviços pessoais ou o trabalho doméstico (CARVALHO, 2006).

Ao mesmo tempo a crise social transformou a geografia da pobreza urbana e da vulnerabilidade social, com impactos profundos na dinâmica da agregação societária do território popular e nas relações reais ou simbólicas que estabelece com o restante da cidade (RIBEIRO E SANTOS JUNIOR, 2007). Podemos afirmar que estes desequilíbrios também se reproduzem no interior dessas grandes cidades em forma de desigualdade intra-urbana, visto que além da rapidez do processo de urbanização, os interesses do capital imobiliário e a fraca capacidade de regulação e distribuição do Estado contribuíram para conformação de cidades extremamente desiguais e injustas (CARVALHO, 2006). Sendo assim, em algumas cidades as qualidades urbanísticas se acumulam em setores restritos, locais de moradia, negócios e consumo de uma minoria da população moradora, enquanto que para a grande maioria, restam as terras que a legislação urbanística ou ambiental veta para a construção, ou espaços precários das periferias (ROLNIK, 2008).

Na década de 80, após um período de elevado crescimento econômico, a tendência de melhora nas condições sociais, conquistadas principalmente por melhorias na qualidade do emprego, se inverte. Neste sentido, “com o agravamento da crise econômica, da crise fiscal do Estado e uma intensa aceleração do processo inflacionário, os caminhos do país foram reorientados, com a implantação de um conjunto de políticas convergentes, recomendadas pelas agências multilaterais” (CARVALHO, 2006, p. 9).

Tais efeitos provocaram profundas mudanças no mercado de trabalho brasileiro e, principalmente, em suas principais áreas urbanas. Nesse período, o chamado ajustamento do emprego (mercado de trabalho) ocorreu por dois mecanismos principais: i) o aumento da de ocupações de baixa qualidade e alta produtividade; e, ii) uma queda da renda real dos segmentos ocupacionais médios e inferiores. Ao mesmo tempo aconteceu um aumento do número de trabalhadores por conta-própria (CACCIAMALI, 1993).

Sentindo mais diretamente os efeitos da globalização e da reestruturação produtiva, o mercado de trabalho brasileiro caracterizou-se, na década de 1990, pelo crescente aumento da informalidade, principalmente nas grandes metrópoles. Após a implantação do plano real verificou-se um maior volume de desemprego aberto, com queda no emprego industrial e um crescimento do setor terciário em atividades com baixas produtividades (CACCIAMALI, 2004). Neste sentido, o aumento da informalidade é o principal ajuste verificado no mercado de trabalho brasileiro, como resultado das mudanças ocorridas na economia nesta década (RAMOS, 2002). Nas regiões metropolitanas, onde é realizada a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (PME) - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador – a informalidade passou de 40% para 47% entre 1991 e 1996 e, até 2001, com pequenas variações no ritmo de crescimento, este índice chegou a 50% da população ocupada (RAMOS, 2002).

Para Ramos (2002) a principal explicação para o comportamento da informalidade nesse período é de natureza estrutural em função das mudanças ocorridas em dois setores fundamentais da estrutura econômica: a indústria da transformação e o setor de serviços. Em outras palavras, o aumento da informalidade esta ligada a uma realocação da mão-de-obra, no contexto das mudanças na estrutura ocupacional, mencionadas anteriormente. Pois, por um lado houve uma perda do percentual de ocupados na indústria de transformação e, por outro, um aumento substancial no setor de serviços, como já afirmamos. Segundo o mesmo autor:

“A razão de ser para esse raciocínio deve-se às características dos postos de trabalho em cada um desses setores: enquanto a indústria contrata majoritariamente através do assalariamento com carteira assinada — em torno de 70% dos vínculos trabalhistas na indústria eram dessa natureza em 2001 — o oposto acontece com o segmento de serviços, em que o grau de informalidade era próximo de 60% nesse mesmo ano. De maneira análoga, a constatação de que o movimento ascendente da informalidade perdeu força, ou mesmo desapareceu, na virada da década, justamente quando as participações desses setores no total da ocupação se estabilizaram, serve para reforçar este argumento.” (RAMOS, 2002, p. 4).

Já o desemprego ao longo dos últimos anos comporta-se de maneira bastante diferenciada nas regiões metropolitanas onde é realizada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Ao mesmo tempo apresenta comportamento diferente entre elas. Nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, com podemos ver na tabela 2.1, a tendência foi de aumento entre até início da década de 2000, mas com taxas bem próximas à média das regiões metropolitanas pesquisadas. Curitiba e Porto Alegre apresentam as menores taxas desde o início da década de 1990, sempre abaixo da média. Já as regiões metropolitanas do Nordeste sempre apresentaram os maiores percentuais, principalmente Recife, onde, em 2007, foi registrada uma taxa de desemprego de pessoas com mais de 15 anos de idade de 17,7%, enquanto a média nacional é de 10,9%.

Tabela 2.1

| Taxa de desemprego(%) - pessoas com 15 anos ou mais das Regiões Metropolitanas |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Brasil/Região Metropolitana  | Ano  |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|  | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
| Brasil   | 9,1  | 9,0  | 7,9  | 9,3  | 11,0 | 12,9 | 13,8 | 12,6 | 13,0 | 13,8 | 13,1 | 13,0 | 11,7 | 10,9 |
| RMs  | 9,7  | 9,6  | 8,2  | 9,9  | 11,3 | 12,6 | 14,3 | 13,1 | 13,5 | 13,9 | 13,6 | 13,5 | 12,1 | 11,5 |
| Belém  | 11,9 | 8,9  | 9,0  | 10,8 | 12,7 | 10,3 | 16,5 | 14,2 | 13,1 | 11,9 | 11,9 | 12,8 | 12,3 | 11,0 |
| Salvador   | 11,6 | 14,8 | 9,6  | 14,6 | 16,0 | 17,0 | 19,2 | 15,5 | 19,3 | 19,8 | 19,3 | 17,5 | 16,5 | 15,2 |
| Fortaleza  | 9,3  | 8,9  | 9,1  | 8,8  | 10,1 | 10,9 | 12,1 | 12,0 | 13,5 | 13,6 | 13,2 | 12,9 | 12,1 | 11,4 |
| Recife   | 13,2 | 14,3 | 9,2  | 10,9 | 13,2 | 14,7 | 14,3 | 14,0 | 14,9 | 17,6 | 17,8 | 18,3 | 15,4 | 17,7 |
| Brasília   | 7,9  | 8,9  | 7,9  | 12,5 | 9,9  | 11,6 | 14,8 | 14,4 | 14,0 | 13,7 | 14,2 | 13,3 | 11,4 | 11,7 |
| Belo Horizonte   | 9,4  | 7,9  | 6,6  | 8,1  | 9,4  | 12,3 | 14,1 | 12,6 | 12,0 | 11,4 | 12,0 | 12,2 | 9,9  | 8,7  |
| Rio de Janeiro   | 6,9  | 7,8  | 7,4  | 8,3  | 9,5  | 11,0 | 11,3 | 12,5 | 12,2 | 13,5 | 11,8 | 12,6 | 12,0 | 10,5 |
| São Paulo  | 10,1 | 9,1  | 8,2  | 9,5  | 12,2 | 14,5 | 15,5 | 12,9 | 13,3 | 14,6 | 13,8 | 13,3 | 11,9 | 10,7 |
| Curitiba   | 6,8  | 6,2  | 6,4  | 6,0  | 8,6  | 11,0 | 10,9 | 9,3  | 8,8  | 9,2  | 8,0  | 8,8  | 7,5  | 6,4  |
| Porto Alegre   | 6,9  | 6,2  | 7,4  | 8,5  | 9,0  | 10,9 | 9,9  | 8,6  | 9,9  | 9,9  | 8,8  | 8,6  | 8,3  | 9,2  |

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas:

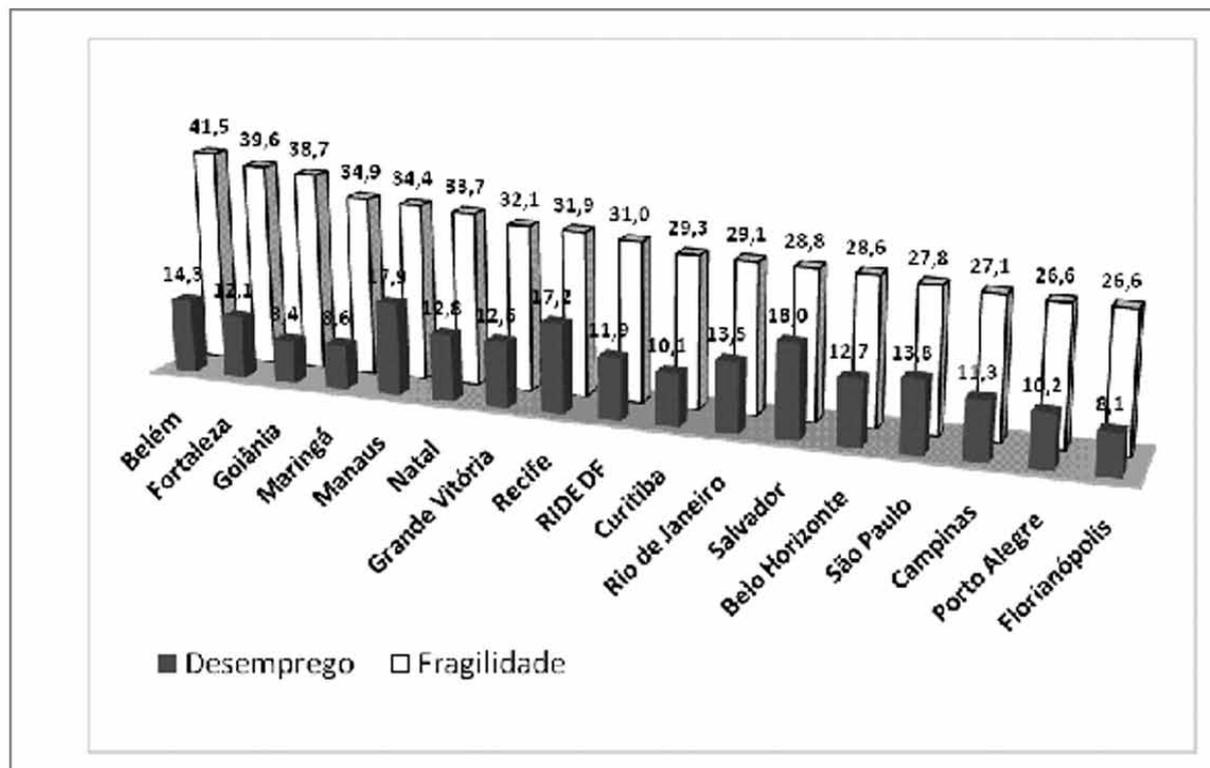
1 - A pesquisa não foi a campo em 1994 e 2000.

Antes de tratarmos diretamente dos efeitos da segregação residencial sobre as condições de acesso ao mercado de trabalho nas metrópoles, se faz necessário um panorama da situação de desemprego e fragilidade dos adultos de 30 a 59 anos de idade no ano 2000. Vale lembrar que os dados podem divergir dos já apresentados anteriormente, pois se trata de fontes e de grupos etários diferentes, entretanto, é necessário caracterizar os impactos das transformações apontadas acima no mercado de trabalho, no que diz respeito ao universo o qual estamos observamos, ou seja, os adultos de 30 a 59 anos de idade.

No que tange ao desemprego, o percentual da PEA de 30 a 59 anos de idade nessa situação se diferencia bastante entre os 17 espaços urbanos analisados. As menores taxas foram verificadas em Florianópolis, Goiânia e Maringá onde o desemprego nessa faixa etária é menor que 9%. Por outro lado, Recife, Manaus e Salvador apresentam as maiores taxas de desemprego, com 17,2%, 17,9% e 18%, respectivamente. As maiores metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, apresentam níveis de desemprego bastante semelhantes. Em São Paulo, 13,8% dos adultos encontravam-se desempregados segundo o Censo de 2000, enquanto que no Rio de Janeiro esse percentual era de 13,5%.

Além destes casos, vale salientar que o restante das metrópoles apresenta taxas de desemprego entre 10% e 14%, tratam-se de: Curitiba, Porto Alegre, Campinas, Brasília, Fortaleza, Grande Vitória, Belo Horizonte e Natal. Além de Rio de Janeiro e São Paulo, já mencionadas.

Gráfico 2.1: – Taxa de desemprego e fragilidade das pessoas de 30 a 59 anos, por GEUB – 2000



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE

Isto justifica o fato de que, ao analisar o mercado de trabalho, é extremamente necessário lançar mão de um indicador de qualidade do emprego. No presente trabalho, construímos o indicador de fragilidade da ocupação – cuja lógica de construção daremos mais a frente –, pois a taxa de desemprego não é suficiente para captar essa dimensão. Consideramos neste caso, que não somente o acesso ao mercado de trabalho, tal qual expresso pela taxa de desemprego, nos ajuda a pensar as condições de acesso a estrutura de oportunidades oriundas do mercado de trabalho; como também, trabalhamos com a idéia de que da instabilidade do laço dos indivíduos e do seu grupo domiciliar com o mercado de trabalho decorrem outras instabilidades que afetam a vida social dos indivíduos, incidindo, portanto na reprodução das desigualdades sociais. Por exemplo, no caso de Goiânia vimos que a taxa de desemprego dos adultos é de 8,4%, a segunda menor entre todos os GEUBs, e por outro lado, a taxa de fragilidade é de 38,7%, que somente é menor do que as taxas verificadas para Salvador e Belém. Outro caso interessante é São Paulo, que apresenta uma das maiores taxas de desemprego, mas apresenta a quarta menor taxa de fragilidade (27,8%).

Vale destacar que Belém, a qual apresenta elevada taxa de desemprego, tem a maior taxa de fragilidade, seguida por Fortaleza. Na primeira, 41,5% dos adultos ocupados estão em situação de fragilidade, enquanto em Fortaleza, esse percentual chega a 39,6%. Merece destaque também Maringá e Manaus. O primeiro por apresentar uma combinação de baixo desemprego e alta fragilidade, e o segundo por apresentar alto desemprego e alta fragilidade, portanto uma maior precariedade no mercado de trabalho.

### 3. – Explicações Metodológicas

#### 3.1. – Bases de Dados utilizadas

Os Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consiste na principal fonte de dados utilizados neste trabalho. A partir destes dados construímos os principais indicadores e variáveis utilizados na presente análise.

Adotamos como unidade territorial mínima de análise da divisão social do espaço metropolitano as “áreas de ponderação”- AED’s. Esta divisão territorial foi criada pelo próprio IBGE para a divulgação dos dados da amostra, obedecendo a critérios estatísticos. Cada uma destas unidades geográficas é “formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo” (IBGE, 2001).

#### 3.2. – Definição das variáveis utilizadas

Torna-se imprescindível, portanto, na seqüência do presente texto, apresentar as variáveis utilizadas no presente trabalho. Com o intuito de explicar o efeito do contexto social dos espaços de residência sobre as condições de acesso à estrutura de oportunidades no mercado de trabalho, definimos três variáveis dependentes<sup>3</sup>. Nesse sentido, buscamos operacionalizar três dimensões dessas condições de acesso. A primeira delas, diz respeito à própria condição de acesso ao mercado de trabalho, tal qual expressa pela variável indicadora da situação de desemprego. A segunda, diz respeito à situação de fragilidade do vínculo ocupacional, conforme dito anteriormente. Essa condição de fragilidade ocupacional é operacionalizada através da variável que identifica indivíduos nas seguintes situações: (i) conta própria não contribuinte com sistema de previdência; (ii) empregado doméstico, com e sem carteira de trabalho assinada; e (iii) empregado sem carteira de trabalho assinada, não contribuinte com sistema de previdência oficial. A terceira e última dimensão diz respeito aos recursos adquiridos a partir da inserção no mercado de trabalho, recursos estes expressos diretamente pela renda obtida a partir da ocupação principal exercida. Neste caso, temos como hipótese de que o território organizado a partir de uma lógica de segregação, utilizando-se de diversos mecanismos – cuja problematização foge aos objetivos do presente trabalho – afeta de maneira desigual a possibilidade de traduzir as oportunidades de inserção no mercado de trabalho em rendimentos.

Contudo, acreditamos que não somente a lógica de organização do território a partir de mecanismos de segregação influencia nestas condições de acesso à estrutura de oportunidades no mercado de trabalho. Outras variáveis podem ser elencadas a partir de extensa bibliografia apresentando os resultados dos seus efeitos sobre o mercado de trabalho. Sejam elas: Sexo, Idade, Escolaridade, Tipo de vínculo com o mercado de trabalho, Renda domiciliar per capita, e Clima educativo domiciliar. Sendo assim, de acordo com os objetivos da presente análise, desconsiderar os efeitos dessas variáveis

3 O uso dos termos “variáveis dependentes”, “variáveis de controle” se justifica, como será explicado mais a frente, devido ao uso de métodos de regressão (logística e linear múltipla) com o intuito de estabelecer uma correlação, e de certa maneira, um sentido causal na explicação da variação encontrada nas variáveis que selecionamos para evidenciar as condições de acesso à estrutura de oportunidades no mercado de trabalho.

nos faria incorrer no risco de atribuírmos à lógica de organização do território um caráter explicativo que se devesse a outras variáveis. Por isso, consideramos essas variáveis como “controle” dos efeitos do território. No caso da variável “Sexo”, trabalhamos com a hipótese de que as mulheres apresentam piores condições de acesso à estrutura de oportunidades do que os homens. Com relação à variável “Idade”, consideramos que, quanto maior a idade, melhores são essas condições. Quanto menor for a escolaridade do indivíduo, piores são essas condições, para isso, consideramos como critério de definição das faixas desta variável os anos de estudo que corresponderiam aos limites dos ciclos educacionais no Brasil. O Tipo de vínculo ocupacional definido a partir da fragilidade, também apresenta efeito a se considerar dado que essa instabilidade (ou fragilidade) do vínculo com o mercado de trabalho se traduz em menores rendimentos. Já no plano do domicílio, acreditamos que o ambiente domiciliar também afeta no nível dessas condições de acesso à estrutura de oportunidades no mercado de trabalho. Ao considerarmos a variável de “Renda domiciliar per capita, acreditamos que o nível material dos domicílios expresso pela renda per capita amplia ou limita essas condições de acordo com o nível de necessidades materiais de cada ambiente domiciliar. No caso da variável de clima educativo, estamos considerando que o ambiente educativo do domicílio, expresso através da média dos anos de estudo dos adultos residentes com 25 anos ou mais, com base em trabalhos anteriores realizados sobre o tema, como por exemplo os de Kaztman e Retamoso (2005) e Ribeiro (2007), na constatação da crescente relevância da qualificação escolar como requisito de posicionamento no mercado de trabalho e da transformação desta posição em novos recursos oriundos da sua inserção no mercado de trabalho (rendimento da ocupação). Além da percepção da relevância da escolaridade individual sobre o posicionamento no mercado de trabalho, esses autores também destacam o caráter explicativo do nível de escolaridade do domicílio (clima educativo) sobre o nível de escolaridade do indivíduo, e, portanto indiretamente relacionada com as condições de acesso à estrutura de oportunidades no mercado de trabalho. No nível do território, consideramos o efeito do contexto social do espaço de moradia com base na elaboração de uma tipologia socioespacial que classifica as áreas de ponderação do Censo Demográfico de 2000, a partir dos procedimentos descritos logo a seguir. A Tabela 3.1 apresenta a descrição detalhada das variáveis utilizadas no presente trabalho.

Quadro 3.1

| Variáveis                                       | Tipo       | Descrição   |
|---|------------|---|
| <b>Variáveis Dependentes</b>                    |            |   |
| Desemprego                                      | Dicotômica | Variável que assume o valor “1” caso o indivíduo não exercesse nenhum tipo de ocupação na data de referência do Censo de 2000, e o valor “0” caso contrário.  |
| Fragilidade ocupacional                         | Dicotômica | Variável que assume o valor “1” caso o indivíduo apresentasse vínculo frágil com o mercado de trabalho, e o valor “0” caso contrário.   |
| Renda da ocupação principal                     | Contínua   | Variável numérica formada pelos rendimentos oriundos da ocupação principal dos indivíduos considerados.   |
| <b>Variáveis de controle (nível individual)</b> |            |   |
| Sexo  | Dicotômica | Variável que assume o valor “1” caso o indivíduo seja mulher, e o valor “0” caso contrário.   |
| Escolaridade                                    | Ordinal    | Total de anos de estudo do indivíduo classificado em três faixas: (i) de 0 a 4 anos de estudo; (ii) mais de 4 a 8; (iii) mais de 8 anos de estudo.  |
| Idade   | Ordinal    | Idade do indivíduo classificada em três faixas: (i) de 30 a 34 anos; (ii) de 34 a 39 anos; e (iii) mais de 39 anos de idade.  |
| Cor   | Dicotômica | Variável que assume o valor “1” caso o indivíduo seja preto ou pardo, e o valor “0” caso contrário.   |
| <b>Variáveis de controle (nível domiciliar)</b> |            |   |
| Renda domiciliar per capita                     | Ordinal    | Variável que corresponde à soma dos valores dos rendimentos nominais mensais, dos moradores do domicílio, dividida pelo número de moradores do domicílio, expressa em salários mínimos, utilizando-se três faixas: (i) até 1/2 salário mínimo; (ii) de 1/2 a 1 salário mínimo; e (iii) acima de 1 salário mínimo. |
| Clima educativo do domicílio                    | Ordinal    | Variável que corresponde à média dos anos de estudo dos adultos com idade superior a 25 anos de idade em cada domicílio, utilizando-se três faixas: (i) de 0 a 4 anos de estudo; (ii) mais de 4 a 8; (iii) mais de 8 a 12; e (iv) mais de 12 anos de estudo.  |
| <b>Efeito do território</b>                     |            |   |
| Tipologia socioespacial                         | Ordinal    | Variável que expressa a classificação das áreas de residência dos indivíduos de acordo com o seu contexto social obtido de acordo com a concentração de pessoas nas faixas de clima educativo domiciliar, utilizando-se três categorias: (i) baixo; (ii) médio; e (iii) alto.                                     |

### 3.3. – A identificação dos contextos sociais do bairro: indicadores, procedimentos técnico-metodológico e descrição

Para expressar a divisão social dos grandes espaços urbanos estudados, optamos por classificar as áreas intra-urbanas através de uma análise tipológica<sup>4</sup>. Para tal, utilizamos como variável classificadora das áreas, o clima educativo domiciliar, ou seja, a média no domicílio da escolaridade dos indivíduos acima de 25 anos de idade. Consideramos que tal variável permite a descrição da segregação residencial

4 Vale lembrar que existem outras maneiras de se quantificar ou medir a segregação, como os índices sintéticos, por exemplo, com nos lembra Ribeiro (2005).

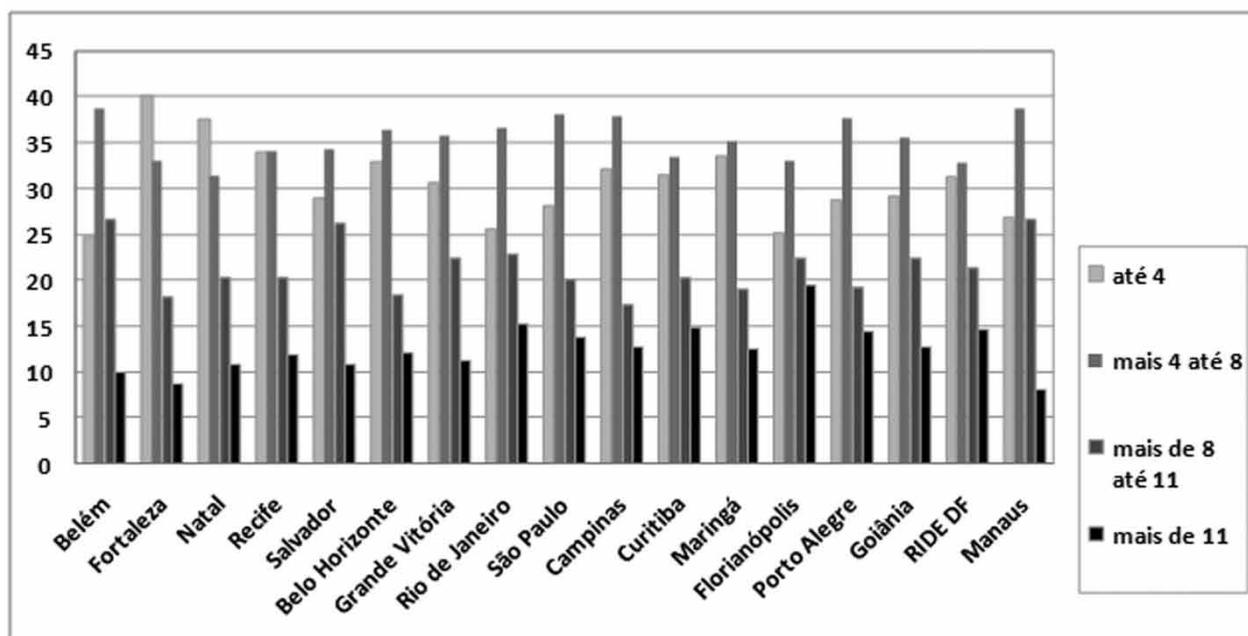
em termos da concentração de pessoas que vivem nos planos da família e do bairro em situações de maior ou menor chance de acesso a recursos que potencializam o seu posicionamento na estrutura de oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho.

Primeiramente, os indivíduos foram agrupados em quatro faixas de clima educativo do domicílio: (i) menor que 4 anos; (ii) mais de 4 a 8 anos; (iii) mais de 8 a 12 anos; e (iv) mais de 12 anos.

O Gráfico 3.1 traz a distribuição das pessoas segundo as faixas de clima educativo do domicílio nos 17 espaços urbanos selecionados para o estudo. Essa distribuição conforme podemos notar apresenta-se de maneira diferenciada entre estes espaços. Com efeito, em duas regiões metropolitanas da Região Nordeste, Fortaleza e Natal, predominam indivíduos que residem em domicílios com baixo clima educativo. Nestas duas áreas metropolitanas mais de 35% das pessoas residem em domicílios com clima educativo de até 4 anos de estudo. Em todas as outras Metrôpoles, a maioria dos indivíduos reside em domicílios com clima educativo entre 4 ou 8 anos de estudo. Em Belém e Manaus o percentual de indivíduos com clima educativo nesta faixa é superior a 35%.

No que tange especificamente aos domicílios com alta escolaridade (mais de 11 anos de estudo), o percentual em Fortaleza e Natal não chega a 10%. Florianópolis, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e São Paulo apresentam os maiores percentuais de indivíduos residindo em domicílios com alto clima educativo, ou seja, acima de 15,2%, que é o percentual médio de todos os espaços urbanos analisados.

**Gráfico 3.1: – Percentual de pessoas residentes segundo o clima educacional, por GEUB - 2000**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE

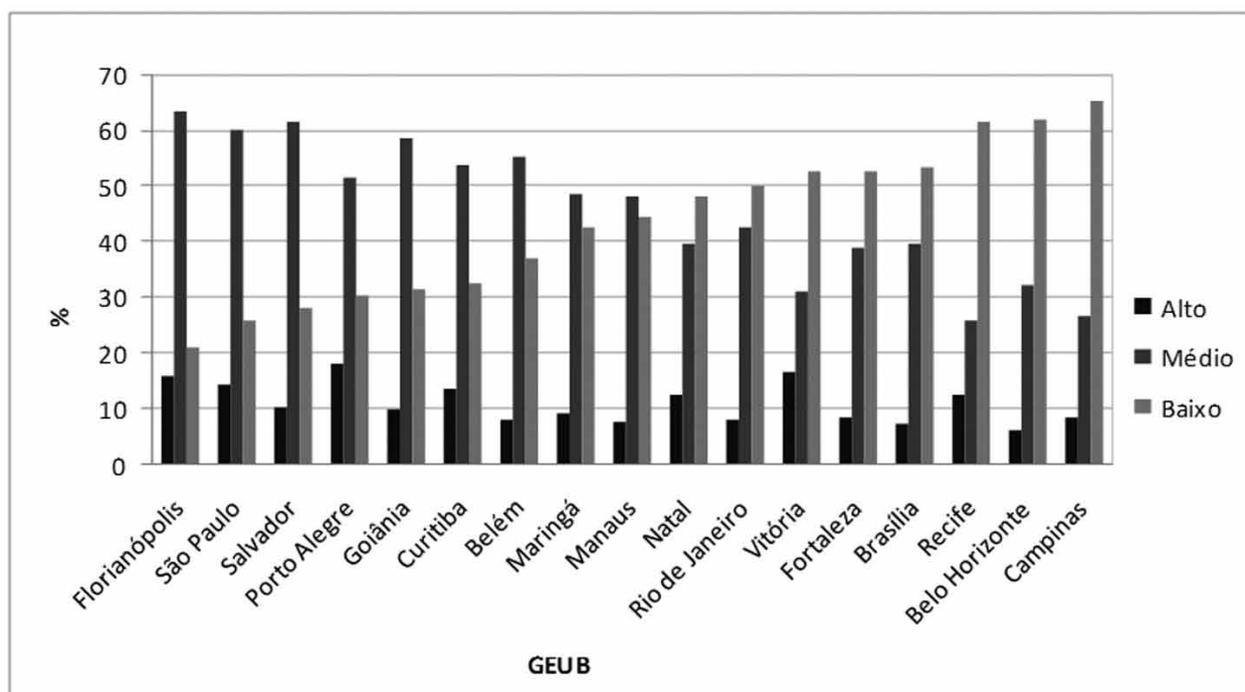
A partir da distribuição dos indivíduos em cada faixa de clima educativo domiciliar para cada uma das áreas de ponderação de cada um dos GEUBs estudados, partimos para a construção da tipologia.

Para identificarmos os contextos sociais nas regiões metropolitanas consideradas no âmbito de estudo do Observatório das Metrôpoles, fizemos uso de uma metodologia utilizada em trabalho anterior (RIBEIRO, RODRIGUES & CORRÊA, 2008), já que esta apresentou resultados interessantes para pensarmos a organização social do território das regiões metropolitanas, utilizando como variável de

classificação, o clima educativo domiciliar dividido em quatro faixas. A classificação das áreas de ponderação por meio desta tipologia foi realizada através da aplicação da técnica de Análise Fatorial por Combinação Binária, seguida de uma Classificação Hierárquica Ascendente. Na primeira etapa, para cada GEUB, reduzimos a dimensão de explicação da distribuição dos indicadores de clima educativo pelas áreas de ponderação em dois fatores, tendo como critério do número de dimensões satisfatório a considerar, o valor de 80% de explicação da variância dos indicadores. As cargas fatoriais resultantes deste procedimento foram salvas para a realização da segunda etapa de construção da tipologia segundo o contexto social, para tal, utilizamos essas cargas fatoriais na definição de clusters com base nas áreas de cada uma das regiões metropolitanas, o resultado da Classificação Hierárquica Ascendente forneceu três agrupamentos de áreas, cuja variância intra-classes foi em média 28,8% e a variância inter-classes foi em média 71,2%.

No gráfico 3.2 podemos ver como a população de cada GEUB se distribui segundo os 3 tipos encontrados. Como podemos notar, a distribuição da população residente em cada um dos tipos de contexto social nos 17 GEUBs é bastante diferenciada. Alguns deles apresentam uma elevada concentração do tipo Médio, são os casos de: Florianópolis, Salvador, São Paulo, Goiânia, Belém, Curitiba e Porto Alegre. Este último ainda se destaca por ter o maior percentual de pessoas residindo em territórios com alto clima educacional, o que tem muito a ver com a situação social da metrópole. Outros três GEUBs se destacam pela alta concentração de pessoas residentes no contexto socioespacial cujo perfil dominante é o da concentração dos domicílios com baixo clima educacional. São os casos de Campinas, Belo Horizonte e Recife, todos com mais de 60% das pessoas residindo nesse tipo de território. Ao mesmo tempo, em Belo Horizonte é baixa a concentração de residentes nos territórios de alto clima educacional (6,1%). Como também em Brasília e Manaus, 7% e 7,5%, respectivamente.

**Gráfico 3.2: – Percentual de população residente segundo o tipo socioespacial, por GEUB – 2000**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE

#### 4. – Segregação residencial e mercado de trabalho nos grandes espaços urbanos brasileiros

No contexto da acelerada urbanização e dos ajustes estruturais frente à globalização, o padrão de organização espacial vigente nos grandes espaços urbanos caracteriza-se pela distância social e, em alguns casos, proximidade física entre as classes de alta renda e os vários segmentos da “baixa classe média” e os segmentos das classes operárias. Neste sentido, a segregação residencial aparece como uma das marcas do padrão de organização social dos grandes espaços urbanos brasileiros. A dinâmica que resulta neste padrão tem como característica principal a auto-segregação de determinados grupos sociais. Ribeiro (2008) descreve este processo da seguinte maneira:

“Por um lado, pelo aprofundamento da auto-segregação das camadas superiores formadas por aqueles que historicamente ocupam posições de controle das oportunidades, por controlarem as várias formas de poder expressas no controle dos capitais econômico, social, político e cultural. São aquelas reconhecidas nas representações sociais da sociedade brasileira como as “altas classes médias”. Com algumas diferenças entre as metrópoles, decorrentes das suas respectivas histórias urbanas, o padrão de organização espacial vigente no período 1950/1990 foi caracterizado pela distância social e proximidade física entre as classes superiores e os vários segmentos da “baixa classe média” e os vários segmentos do mundo operário-popular. Esta estrutura sócio-espacial vem se transformando aceleradamente com a constituição de espaços de forte concentração das classes superiores – o que estamos denominando neste texto de auto-segregação é a constituição de territórios que concentrando parcelas significativas da população vulneráveis nos planos do trabalho, da família e da comunidade estão submetidas a mecanismos de reprodução intergeracional das desigualdades e da pobreza, todos relacionados às conseqüências do isolamento sócio-territorial” (RIBEIRO, 2008, p. 4).

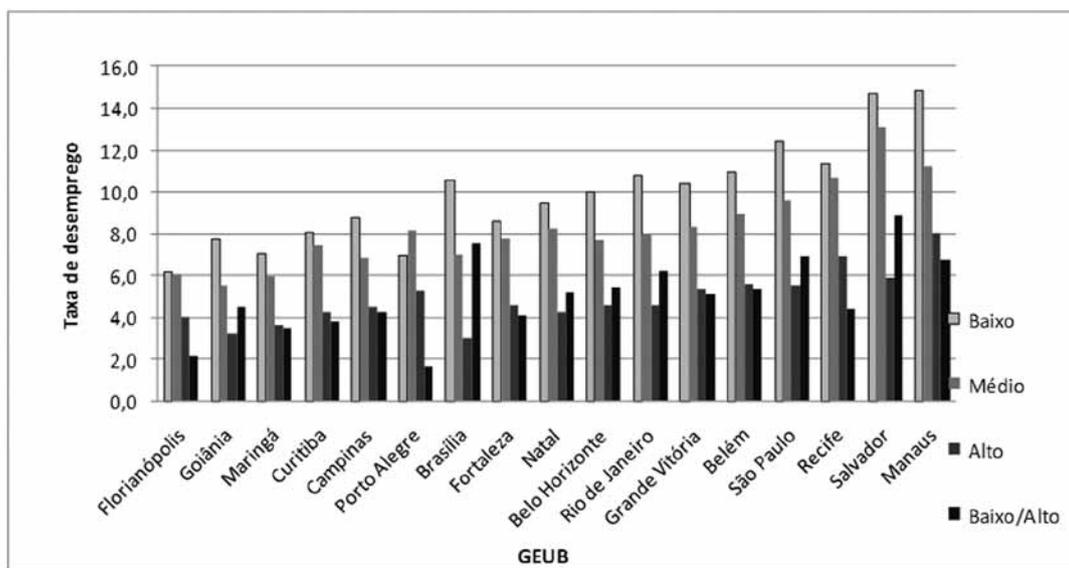
Procuramos, através dos dados apresentado a seguir, algumas evidências empíricas do auto-isolamento das camadas de alta qualificação e detentoras de parcelas significativas dos capitais econômico, social e cultural. Ao mesmo tempo, procuramos demonstra a alta concentração de camadas da sociedade composta por pessoas com baixa qualificação e que compõem, na maioria das vezes, os grupos de trabalhadores manuais do terciário, da construção civil, empregados domésticos, ambulantes e biscoiteiros. Estes dados concordam, em certa medida, com o entendimento que se tem da maneira como os grupos sociais se distribuem no território, principalmente no que diz respeito a esse auto-isolamento.

Os gráficos apresentados abaixo representam a distribuição dos adultos de 30 a 59 anos de idade nos três tipos socioespaciais encontrados. Essa distribuição colabora em dois sentidos: no primeiro, na justificativa de construção dos tipos, reforçando os parâmetros utilizados para defini-los através da técnica utilizada; no segundo, contribui no entendimento do padrão de segregação de cada espaço urbano estudado, visto que podemos ver como os grupos sociais, neste caso o de adultos segundo o nível escolar, se distribuem no território.

Neste sentido, visualizamos nos gráficos abaixo que três regiões metropolitanas se destacam pela alta concentração de pessoas de escolaridade elevada nas áreas classificadas, segundo a tipologia descrita acima, como Alto contexto social: Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Nestas metrópoles 79,1%, 72,1% e 69,1% dos adultos residem nas áreas do tipo "Alto" tem escolaridade superior a 11 anos

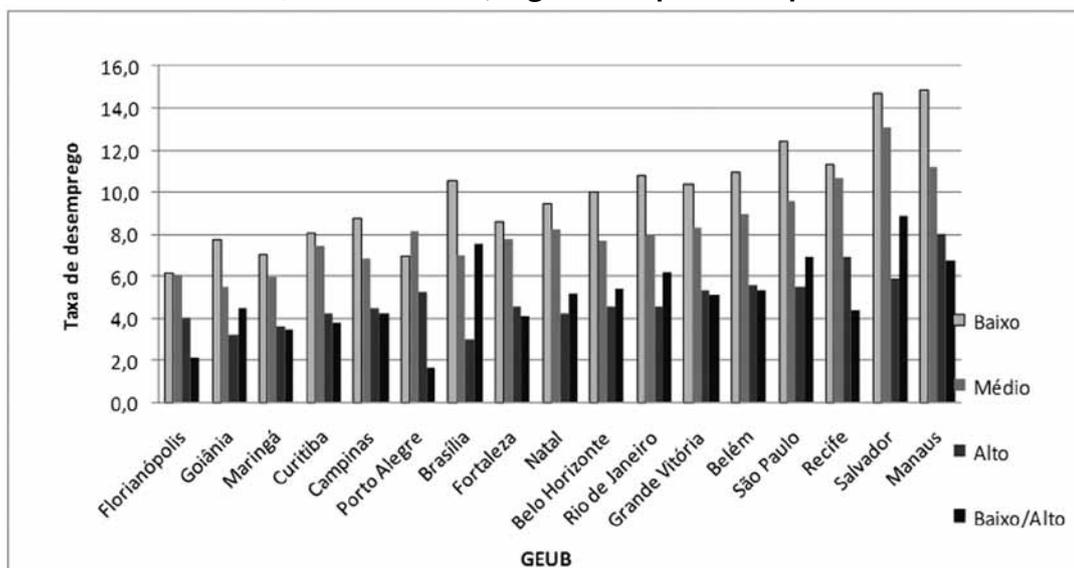
de estudo, respectivamente. Ao mesmo tempo, verifica-se que nestas áreas ocorre uma baixa presença de adultos com escolaridade inferior a 4 anos de estudo. Em Brasília, por exemplo, o percentual de adultos com este nível de escolaridade nestas áreas gira em torno de 2,5% e no Rio de Janeiro, embora o percentual seja um pouco maior, 4,6%, ficam abaixo da média dos grandes espaços urbanos analisados, que é de 6,1%. Podemos afirmar, portanto, que nestas regiões metropolitanas, essas áreas classificadas como de alta escolaridade tendem a ser áreas de alto-segregação dos grupos sociais de maior escolaridade, espaços quase que totalmente exclusivos destes grupos.

**Gráfico 4.1: – População de 30 a 59 anos residentes em domicílios com clima escolar superior a 11 anos de estudo, segundo o tipo socioespacial - 2000**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE

**Gráfico 4.2: – População de 30 a 59 anos residentes em domicílios com clima escolar inferior a 4 anos de estudo, segundo o tipo socioespacial - 2000**



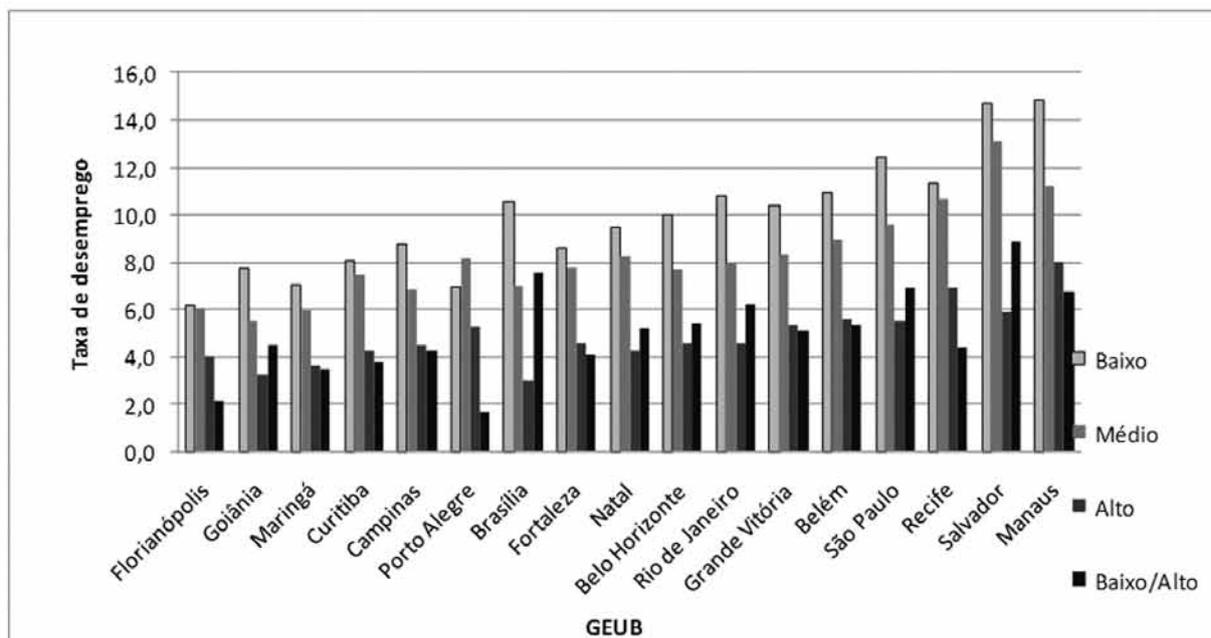
Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE

Outros GEUBs, como Curitiba, Goiânia, Campinas e Salvador, seguem a mesma tendência, pois todas apresentam a concentração espacial de adultos com escolaridade elevada nas áreas de alto clima escolar acima da média, que é de 57,1%. Por outro lado, em Curitiba, Fortaleza e Natal, as áreas de baixo clima educacional concentram um percentual elevado de adultos com escolaridade inferior a 4 anos de estudo, em comparação com os outros espaços urbanos estudados. Nas áreas deste tipo, nessas metrópoles, mais de 50% dos adultos possuem escolaridade situada nessa faixa. Vale destacar, que ao mesmo tempo, em Curitiba o percentual de adultos com baixa escolaridade não chega a 5% dos adultos que residem em áreas classificadas como de Alto clima escolar.

## **4.1. – Resultados**

### **4.1.1. – Efeitos da segregação residencial sobre o desemprego**

Como podemos ver no Gráfico 4.3, a taxa desemprego varia também no nível intra-metropolitano segundo o tipo socioespacial, ou seja, a magnitude do desemprego claramente se diferencia conforme o território. O tipo de território de baixo contexto social em Manaus e Salvador apresenta as taxas de desemprego de adultos mais elevadas, superior a 14,5%. Manaus chama mais a atenção, pois apresenta uma taxa de desemprego elevada no tipo socioespacial Alto (8%), a maior neste tipo entre os GEUBs analisados. Em relação à taxa de desemprego, Manaus é o GEUB que apresenta elevadas taxas para os três tipos socioespaciais (perdendo somente para Salvador quando consideramos os territórios de médio contexto social, permanecendo em segundo lugar). Ao mesmo tempo Salvador se destaca por apresentar a maior diferença entre os tipos socioespaciais de Alto e Baixo contexto social. Pois, enquanto o primeiro tipo apresenta taxa de desemprego de 6,9%, o tipo baixo apresenta 14,7%, o que indica um forte efeito da segregação socioespacial sobre as taxas de desemprego dos territórios. Por outro lado, Florianópolis e Porto Alegre apresentam as menores diferenças, considerando todos os GEUBs, entre os territórios de alto e baixo contexto social. Em Porto Alegre, a diferença na taxa de desemprego não atinge 2% dos adultos de 30 a 59 anos pertencentes à PEA considerando esses territórios. Em Florianópolis essa diferença fica em torno dos 2%. Esses resultados indicam que para esses dois GEUBs não evidenciamos um efeito da segregação sobre os níveis de desemprego para a população considerada. Brasília apresenta um resultado bastante peculiar, pois apesar das taxas de desemprego para os territórios de médio e baixo contexto social não serem elevadas, o fato de apresentar a menor taxa de desemprego no território de alto contexto social faz com que a diferença entre os contextos alto e baixo seja a segunda maior evidenciada entre os GEUBs considerados (7,5%). O restante dos GEUBs apresenta um padrão de distribuição das taxas de desemprego entre os territórios bastante parecido, apesar dos diferentes níveis evidenciados.

**Gráfico 4.3: – Taxa de desemprego, segundo o tipo socioespacial, por GEUB - 2000**

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE

Os dados apresentados acima indicam que o acesso a melhores condições de emprego mantém razoável associação com o local de moradia, pois notamos substanciais diferenças entre espaços de alto, médio e baixo contexto social. Contudo, somente a análise descritiva dos níveis de desemprego para cada um dos territórios, de cada um dos GEUBs considerados, não nos permitem evidenciar um efeito do território sobre os níveis de desemprego, pois consideramos que outras características, sejam elas individuais ou do domicílio, influenciam também nessa diferença entre as taxas. O que nos levaria a crer que não haveria um efeito do território sobre essas taxas. Para isso, com o intuito de evidenciar estatisticamente esse efeito do território, aplicamos um modelo de regressão logística<sup>5</sup> inserindo não só a variável do contexto social do território, mas também outras variáveis de controle correspondendo aos níveis individual e domiciliar.

Portanto, no Gráfico 4.4, apresentamos os resultados dos modelos de regressão logística que estimam os efeitos do contexto social segundo o clima educativo do domicílio sobre o risco de desemprego de indivíduos entre 30 e 59 anos, controlando-se por variáveis de nível individual e de nível domiciliar. Com base nesses resultados podemos ter um comparativo do efeito do contexto social para o conjunto das regiões metropolitanas consideradas.

Brasília é o GEUB metropolitano que apresenta o maior efeito do contexto sócio-espacial sobre o risco de desemprego, sendo 123,2% maior para o contexto de baixo status, e de 80,8% maior para o contexto de médio status em relação às áreas de alto status. O que já era de se esperar dado o caráter atípico da configuração da estrutura econômica deste GEUB em relação aos outros. Principalmente dado ao grande número de funcionários públicos do governo federal em altos cargos, o que corresponde em certa medida a altos salários e alta escolaridade, justificando, de certa forma, o caráter de segregação dessa região metropolitana, onde verificamos uma grande concentração de áreas de alto contexto social na cidade de Brasília e áreas de médio e baixo contexto em cidades satélites e nos outros municípios que

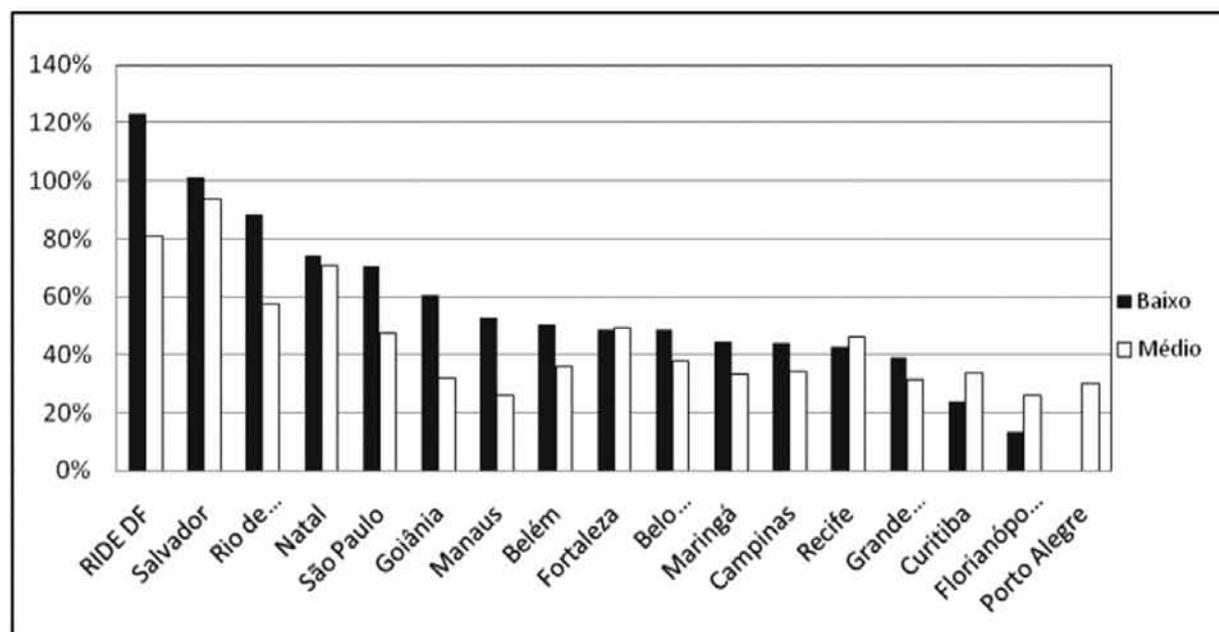
5 Para uma descrição mais detalhada do modelo de regressão logística utilizado, conferir o Anexo A.

compõem o espaço metropolitano. Rio de Janeiro, São Paulo, Goiânia, Manaus, e Belém, assim como a RIDE do Distrito Federal, apresentam uma diferença significativa entre os efeitos dos territórios de médio e baixo contexto social. Mesmo apresentando um padrão bastante parecido, os dois GEUBS do Norte apresentaram efeitos menores do que os demais GEUBs do grupo.

Os GEUBS do Nordeste (Salvador, Natal, Fortaleza e Recife) apresentam um padrão de segregação socioespacial parecido em termos do efeito sobre o desemprego, já que não há diferença significativa entre os efeitos encontrados para os territórios de médio e baixo contexto socioespacial, o que indica uma polarização dos territórios em termos dos efeitos sobre o risco de estar em situação de desemprego.

Belo Horizonte, Maringá, Campinas e Vitória apresentam um risco moderado de estar em situação de desemprego para os dois contextos sociais considerados, apresentando uma pequena diferença entre os dois. Já os demais GEUBs da Região Sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre) apresentaram baixos efeitos sobre a taxa de desemprego, sendo que em alguns casos o risco de desemprego é maior nos territórios de médio contexto social, em relação ao alto contexto social.

**Gráfico 4.4: – Resultados do modelo de regressão linear múltipla do efeito do contexto social sobre o risco desemprego – 2000**



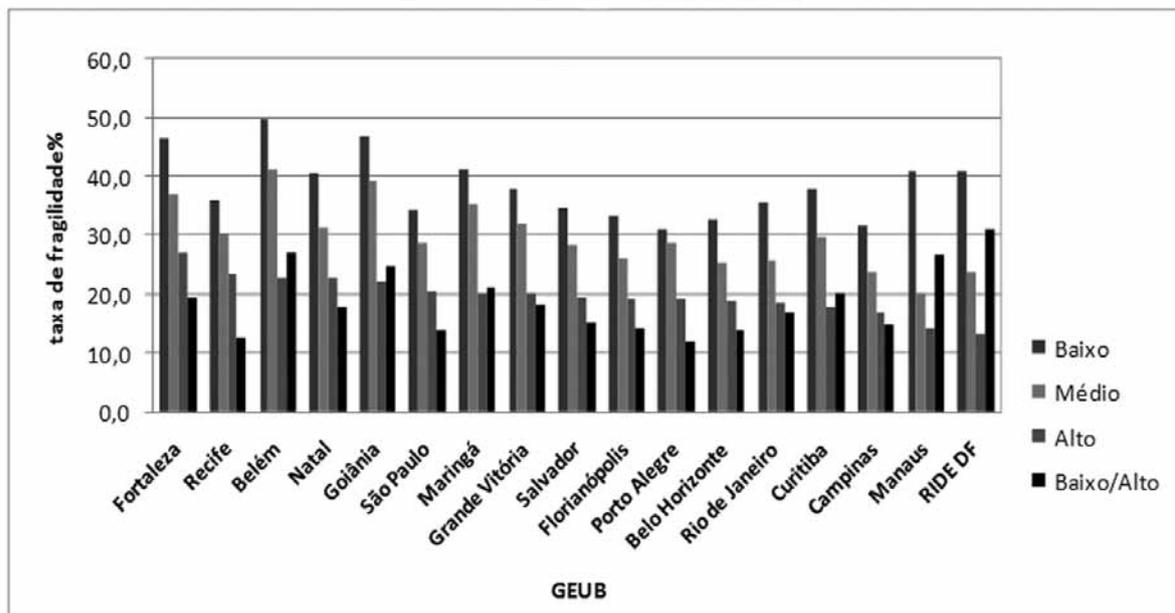
Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE

#### 4.2.2. – Efeitos da segregação residencial sobre a fragilidade ocupacional

Os territórios dos GEUBs se diferenciam pela distribuição das pessoas adultas de 30 a 59 anos em situação de fragilidade, como podemos ver no Gráfico 4.5. Nos tipos socioespaciais de baixo contexto social os adultos nesta situação constituem a maioria dos ocupados. Nestes territórios, a fragilidade varia entre 30%, registrada em Porto Alegre, e 49%, no caso de Belém. Em Goiânia, Fortaleza, Maringá e Manaus, o percentual de pessoas nesta situação é superior a 40%. Por outro lado, no que tange à fragilidade nos territórios de baixo contexto social, Campinas, Belo Horizonte, Florianópolis estão mais próximos de Porto Alegre, com taxas de fragilidade inferiores a 34%, ou seja, bem abaixo da fragilidade evidenciadas para este território em todos os 17 GEUBs, que é de 38%.

Da mesma forma, Porto Alegre apresenta o menor nível de fragilidade nos territórios de alto contexto social. Neste GEUB metropolitano o percentual de pessoas em situação de fragilidade ocupacional é de 19%. Por outro lado, Fortaleza apresenta o maior percentual de pessoas em fragilidade nos territórios deste tipo, com 27,1%, seguido por Recife, Belém e Natal, todos com taxa de fragilidade superior a 22%, no tipo Alto.

**Gráfico 4.5: – Taxa de fragilidade segundo o tipo socioespacial, por GEUB – 2000**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 - IBGE

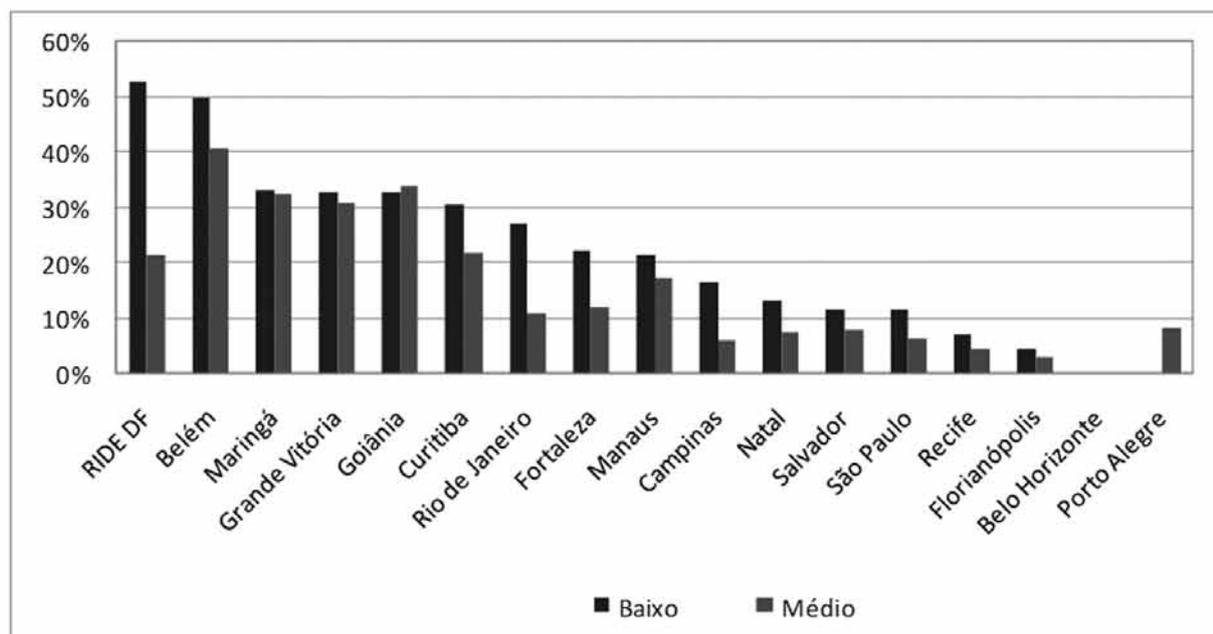
No Gráfico 4.6, apresentamos os resultados das estimativas do efeito do contexto social baixo e médio, em relação ao contexto social alto, sobre o risco de estar em situação de fragilidade ocupacional. A partir desse gráfico podemos ver que a RIDE do Distrito Federal e Belém destacam-se como os GEUBs, onde há um maior risco de fragilidade ocupacional no contexto social baixo do que nos GEUBs restantes. A diferença de efeito estimada para a RIDE do Distrito Federal e para Belém é bastante grande em relação ao terceiro colocado nesse ordenamento dos efeitos (Maringá). Os GEUBs de Belo Horizonte e Porto Alegre não apresentaram efeitos significativos para a situação de fragilidade ocupacional considerando as áreas de contexto social baixo em relação às áreas de alto contexto social. Novamente Porto Alegre apresenta um risco de fragilidade ocupacional maior para os territórios de médio contexto social do que os de baixo contexto social.

A RIDE do Distrito Federal, Belém, Curitiba, Rio de Janeiro, Fortaleza e Campinas, apresentaram uma grande diferença em relação aos efeitos encontrados para os territórios de médio e baixo contexto social, o que indica que nesses GEUBs o efeito da segregação socioespacial sobre a situação de fragilidade ocupacional é maior nos territórios de baixo contexto social. Em Maringá, Vitória e Goiânia, não evidenciamos uma diferença significativa entre os efeitos estimados para os dois contextos sociais considerados, o que indica uma polarização dos territórios em termos dos seus efeitos sobre a situação de fragilidade ocupacional, o que já era indicado no gráfico anterior.

Manaus, Natal, Salvador, São Paulo, Recife e Florianópolis, além de não terem apresentado altos riscos de fragilidade ocupacional para os contextos sociais considerados, apresentaram uma pequena

diferença entre eles, indicando que os efeitos do risco de fragilidade ocupacional são menos sensíveis à organização socioespacial do GEUB. Esse resultado é interessante, pois, mesmo apresentando níveis de fragilidade bastante diferentes, esses GEUBs apresentaram um padrão nos efeitos da segregação socioespacial. De certa maneira, confirmando a relevância do uso da análise de regressão para este fim, tornando possível compararmos a grandeza dos efeitos de segregação apesar dos diferentes níveis de fragilidade ocupacional.

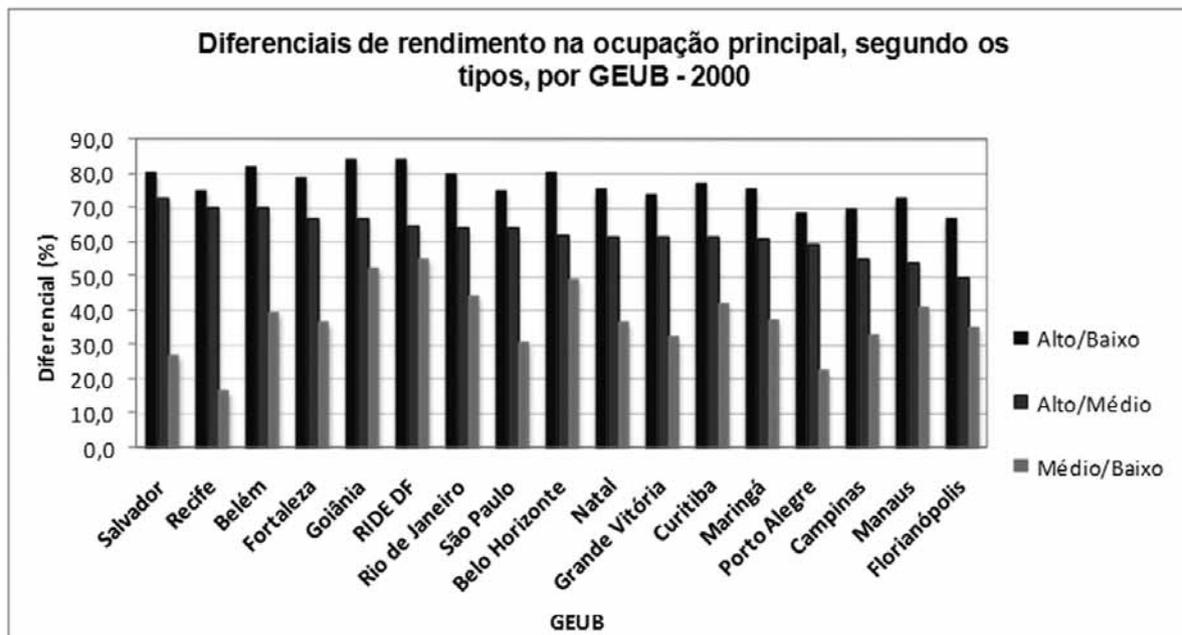
**Gráfico 4.6: – Resultado do modelo de regressão linear múltipla do efeito do contexto social sobre o risco de fragilidade ocupacional - 2000** Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE



#### 4.2.3. – Efeitos da segregação residencial sobre os diferenciais de rendimento

No quesito média da renda na ocupação principal dos adultos de 30 a 59 anos adotada como indicador de recursos oriundos da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, podemos ver que alguns GEUBs se destacam pela alta diferença entre os territórios de Baixo contexto social e os de Alto contexto social. Esta diferença é maior nas duas metrópoles do Centro-Oeste - Goiânia e Brasília - onde os adultos residentes em áreas do tipo Alto ganham em média 84% a mais do que aqueles residentes em territórios do tipo Baixo. Vale destacar que em Belém, Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro, esse percentual também supera 80%. Nesses mesmos GEUBs, além de Recife, a distância da média da renda também é elevada entre os territórios do tipo Alto e Médio. Em Salvador, por exemplo, a média da renda dos primeiro é 73,2% superior ao segundo (Gráfico 4.7).

Gráfico 4.7



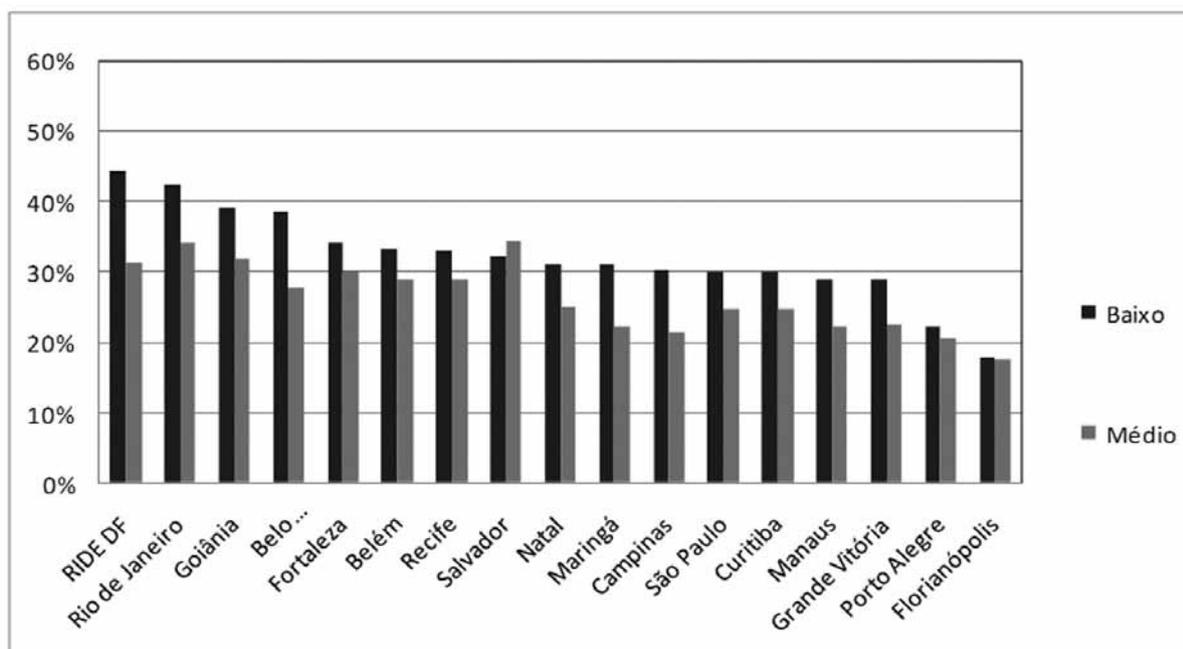
Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 - IBGE

Para facilitar a visualização do efeito do contexto social sobre o rendimento da ocupação principal, apresentamos no Gráfico 4.8 os efeitos de diminuição percentual na média da renda da ocupação principal do contexto social baixo em relação ao contexto alto, para cada um dos GEUBs. Da mesma forma que nos modelos anteriores, torna-se possível, com base nesses resultados, comparar os efeitos do contexto social sobre os rendimentos provenientes da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, em cada uma das regiões metropolitanas consideradas. No caso do modelo de regressão linear múltipla, devido em parte a sua robustez, nenhum dos coeficientes estimados foi considerado como não significativo, mantendo-se o nível de significância de 5%.

Neste caso, considerando o efeito do território de baixo contexto social a RIDE do Distrito Federal apresenta o maior efeito de diminuição do rendimento, seguido por Rio de Janeiro, Goiânia e Belo Horizonte. Os demais GEUBs apresentam um efeito de diminuição bastante próximos em torno de 30% da média da renda do contexto social alto. Os GEUBs de Porto Alegre e Florianópolis se destacam por apresentarem efeitos bem menores do que o restante, sendo de 22,3% e 17,7%, respectivamente.

As diferenças entre os efeitos de diminuição da média da renda da ocupação principal para os territórios de baixo e médio contexto social não são muito grandes. Principalmente, nos GEUBs de Porto Alegre e Florianópolis, nos quais além do efeito de diminuição da renda ser menor do que para os demais GEUBs, não evidenciamos uma diferença significativa entre os efeitos dos territórios de médio e baixo contexto social. Nestes casos podemos considerar que os efeitos da segregação socioespacial são menores do que nos demais GEUBs, exceto em Salvador, onde também evidenciamos uma situação bastante parecida, apesar dos elevados efeitos de diminuição da renda considerando os dois tipos de contexto social.

**Gráfico 4.8: – Resultados do modelo de regressão linear múltipla do efeito do contexto socioespacial sobre o rendimento da ocupação principal - 2000**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000 – IBGE

## 5. – Conclusão

Nosso trabalho procurou mostrar a relação entre o local de moradia e o maior risco de desemprego, de fragilidade ocupacional e menor rendimento. Mais do que isto, demonstramos os efeitos da composição social dos bairros sobre as oportunidades de emprego dos adultos. Reconhecemos, porém, que a investigação dos mecanismos que incidem sobre este efeito está além dos objetivos propostos neste momento. No entanto, fica evidente que a organização socioespacial de nossas metrópoles provoca efeitos diversos sobre o acesso às oportunidades no mercado de trabalho, visto que, em alguns casos, nem se chega a verificar tal efeito.

No geral pudemos verificar que a chance de melhores inserções no mercado de trabalho é heterogênea no espaço intra-urbano dos GEUBs analisados, bem como entre eles. Constatamos, portanto, que existem variações na taxa de desemprego, na fragilidade ocupacional e na remuneração dos trabalhadores conforme o local de moradia, mesmo quando controlamos os atributos individuais e domiciliares. Isto implica, portanto, que as os adultos de 30 a 59 anos de idade tem menores chances de estar empregadas, de conseguirem melhores empregos ou melhores rendimentos por estarem inseridas em bairros de baixo capital social.

Neste sentido, fica evidente que não é em vão o interesse pela exploração sistemática dos efeitos da concentração espacial da pobreza (e/ou da riqueza) sobre sua reprodução. Neste sentido, se esses efeitos afetam diferentemente as metrópoles no que diz respeito às oportunidades no mercado de trabalho, conforme evidenciamos no presente trabalho, podemos afirmar que os mecanismos que incidem sobre esse processo também são diferentes. Mas que mecanismo são esses? Segundo Kaztman e Retamoso (2005) o papel de intermediário do contexto do bairro ocorre por duas vias: a primeira se dá pelo estreiti-

tamento dos âmbitos de interação entre as classes sociais; e a segunda, pelo aumento das diferenças entre os bairros pobres e o resto dos bairros da cidade, no que diz respeito à qualidade dos serviços e das instituições.

Os resultados aqui encontrados, portanto, contribuem para a discussão sobre a segregação residencial como uma variável importante para que se entenda de um ponto de vista analítico, os mecanismos que produzem/reproduzem, nas diferentes metrópoles, a desigualdade.

## Bibliografia

BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. (1997). In: BOURDIEU, P. org. *A Miséria do Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes,

CHARNET, R. et al. (1999). *Análise de modelos de regressão linear com aplicações*. Campinas: Ed. UNICAMP.

CACCIAMALI, M. C. (2004). O mercado de trabalho sob a Globalização. In: SHIFFER, S. *Globalização e Estrutura Urbana*. São Paulo: Hucitec.

CARVALHO, I. M. M. (2006). Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. *Revista Eure*, v. 23. n. 95, Santiago do Chile.

DOBSON, A. J. (2002). *An introduction to generalized linear models*. 2a ed. New York: Chapman & Hall/CRC.

KAZTMAN, R. (1999). *Ativos Y estructuras de oportunidades: Estudios sobre las raíces de La vulnerabilidad social em Uruguai*. Montividéo: PNUD/CEPAL.

KAZTMAN, R.; RETAMOSO, A. (2005). *Segregación espacial, empleo y pobreza em Motevideo*. *Revista de la CEPAL*, n. 85. Santiago del Chile: CEPAL.

KAZTMAN, R. (2008). *Território e empleo: circuitos de realimentacion de las desigualdades em Montevidéo*. Seminário Labor Market and Urban Segregation, Universidade do Texas/Austin- Grupo de Segregação Urbana/GESU/IPES/Universidad Catolica do Uruguai/Observatório das Metrópoles/IPPUR/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RAMOS, L. (2002). *A evolução da informalidade no Brasil Metropolitano*. *Textos para Discussão*, n. 914. Rio de Janeiro: IPEA.

RIBEIRO, L. C. Q. *Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro*. (2000). In: RIBEIRO, L. C. Q. *O Futuro das Metrópoles: Desigualdade e Governabilidade org.*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/IPPUR-FASE/REVAN.

\_\_\_\_\_. (2005). *Segregação Residencial: teorias, Conceitos e Técnicas*. In: MOYSES, A. coord. *Cidade: Segregação Urbana e Planejamento*. Goiânia: Ed. da UCG.

\_\_\_\_\_. (2007) *A Dimensão metropolitana da questão social: ensaio exploratório*. Trabalho apresentado no XXXI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓSGRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, Caxambú.

\_\_\_\_\_. (2008). *O Desafio Metropolitano*. *Le Monde Diplomatique Brasil*.

ROLNIK, R. (2008) A Lógica da Desordem. Le Mode Diplomatique Brasil. Agosto.

PINÇON, M.; PINÇON, C. (2000). Sociologie de la bourgeoisie. Paris: La Decouverte.

RUIZ, R. M.; PEREIRA, B. F. (2007). Estrutura e Dinâmica Espaço-temporal das Metrôpoles Brasileiras. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles/IPPUR-UFRJ.

VELTZ, P. Mondialization. (1996). Villes et territoires. L'économie de d'archipel. Paris, Presses Universitaires de France.

ZHANG, J.; YU, K. F. (1998). What's the relative risk? A method of correcting the odds ratio in cohort studies of common outcomes. JAMA.

WACQUANT, L. (2001) Os Condenados da Cidade. Rio de Janeiro: Revan/Observatório.

## ANEXO A

### Descrição metodológicas dos modelos

#### Modelo de Regressão Logística

Devido ao fato de estarmos trabalhando com variáveis dicotômicas como a variável “ocupação frágil” (entendemos neste caso como variáveis resposta dicotômicas as variáveis que apresentam os valores: ausência (0) ou presença (1) do fenômeno) utilizamos como modelo de regressão o modelo logístico.

Para procedermos um modelo de regressão logística, seguindo-se as condições de um modelo linear generalizado (DOBSON, 1990) buscamos uma função de ligação para o preditor linear dos parâmetros. Isto é, buscamos a função  $g$  que torne a relação  $\pi = x^T \beta$  linear, onde  $\beta$  é o vetor dos parâmetros estimados das variáveis explicativas e  $\pi$  é a probabilidade de ocorrência da variável que buscamos explicar. Sendo assim,  $\pi$  é a probabilidade do indivíduo estar em uma ocupação frágil. Para

isso aplicamos a função de ligação conhecida como “logit” dada pela equação  $\log\left(\frac{\pi_i}{1-\pi_i}\right) = \beta_1 + \beta_2 x_i$ ,

que é comumente conhecida como logaritmo das vantagens, que entendemos nesse caso como o logaritmo da razão entre a probabilidade de ocorrência do fenômeno e o seu complementar. Escolhida a função de ligação, o nosso interesse recai sobre a estimação dos parâmetros das variáveis explicativas. Para tal, utilizamos a razão de vantagem (odds ratio) de ocorrência do evento que é dada pela fórmula  $\pi_i / (1 - \pi_i) = \exp(\beta_i)$ , sendo  $\pi_i$  a probabilidade de ocorrência do evento para o qual se quer calcular a vantagem. Os resultados dos modelos de regressão logística são comumente apresentados pelos softwares estatísticos pelas odds ratio, que consideraremos para fins desta análise como “risco” de um indivíduo estar em uma ocupação frágil segundo as variáveis independentes utilizadas.

Contudo, como o modelo de regressão logística é aplicável principalmente à fenômenos com pouca incidência na população de referência, o que não é o nosso caso, realizamos uma correção chamada de “risco relativo” (ZHANG e YU, 1998), dada pela fórmula  $RR = OR / ((1 - \pi_i) + (\pi_i \times OR))$ , sendo RR o risco relativo e OR a odds ratio obtida do resultado da estimação do modelo. Com essa correção evitamos estimacões distorcidas dos parâmetros no caso de uma incidência não rara na população de referência. Os resultados podem ser entendidos como sendo o percentual de risco de ocorrência do indivíduo estar em uma ocupação frágil dado a presença da variável explicativa em relação ao grupo de referência que é dado pela constante do modelo, sendo risco caso o sinal do parâmetro estimado seja positivo, e proteção caso o sinal seja negativo.

Para testarmos a significância dos parâmetros estimados, usaremos a estatística de Wald que é dada por  $(b - \beta)' J (b - \beta)$ , que para grandes amostras se distribui da seguinte forma  $(b - \beta)' J (b - \beta) \sim \chi_p^2$ , ou  $b - \beta \sim N(0, J^{-1})$ .

#### Modelo de Regressão Linear Múltipla

Para a explicação da variável “rendimento da ocupação principal”, com base nas variáveis explicativas selecionadas, utilizamos o modelo de regressão linear múltipla, já que a variável resposta escolhida possui uma distribuição contínua. Devido à sua distribuição assimétrica aplicamos uma transformação

dada pelo logaritmo natural. O modelo de regressão linear múltipla é dado pela fórmula  $y = X\beta + \varepsilon$ , onde  $y$  é a variável resposta,  $X$  é a matriz com os valores observados pelas variáveis explicativas,  $\beta$  é o vetor de parâmetros correspondentes ao efeito de cada variável explicativa e  $\varepsilon$  é a matriz de erro aleatório (CHARNET (et al.), 1999). Para testarmos a adequação do modelo usamos o coeficiente

de determinação ajustado ( $R^2$  ajustado) que é obtido pela fórmula  $R_a^2 = \frac{y'y - \hat{\beta}'X'y}{n-p} \bigg/ \frac{y'y - n\bar{y}^2}{n-1}$ ,

onde corresponde ao número de variáveis explicativas e  $p$  corresponde ao número de parâmetros estimados.

O teste de significância dos parâmetros, conhecido como teste  $t$  é dado pela expressão  $T_{(n-p)} = \hat{\beta}_1 \sqrt{\sum_{i=1}^n x_i^2} / \hat{\sigma}$ .

Sendo que o estimador de mínimos quadrados dos parâmetros é dado por  $\hat{\beta} = (X'X)^{-1} X'y$ . O resultado da estimação dos parâmetros nos dá a medida da contribuição de cada variável explicativa para a distribuição da variável resposta. No caso da transformação da variável resposta pelo logaritmo podemos dizer de uma contribuição relativa de cada variável explicativa em relação à variação da variável resposta.

# DINÂMICA ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

*Marcelo Gomes Ribeiro*

## **Introdução**

Este trabalho sintetiza os resultados da pesquisa sobre a dinâmica econômica do Estado do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, nos anos 90 e 2000. Objetiva-se ter um panorama dos processos econômicos da economia fluminense e avaliar a importância que assume a Região Metropolitana nesses processos. É claro que falar em processos econômicos é ampliar muito o espectro de análise. Para se ter uma compreensão de processos econômicos de uma determinada sociedade muitas variáveis precisam ser elencadas e diferentes tipos de pesquisa precisam ser consideradas.

Neste trabalho, faremos uso de dados que se vinculam apenas às atividades econômicas, sem considerar, inclusive, as atividades agropecuárias. O foco maior será nas atividades produtivas (indústria e construção civil) e em atividades de serviços, aqui também incluído o comércio. Temos consciência dos limites do uso desses dados, mas compreendemos que eles informam muito sobre a dinâmica econômica de uma sociedade.

Como se trata de dados secundários, outros limites existem para compreensão dos processos econômicos tanto do Estado quanto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Mas considerar processos significa também compreendê-los temporalmente. Neste sentido, tentaremos abordar alguns aspectos das mudanças que estão ocorrendo na economia fluminense, num período de tempo de quase uma década, em um momento que a economia brasileira sofreu muitas transformações, que é o período da segunda metade da década de 90 à primeira metade dos anos 2000. Esse olhar para a economia nacional é muito importante para a compreensão de processos regionais, como é caso da economia fluminense.

Utilizaremos os dados do CEMPRE – Cadastro Central de Empresas –, cuja fonte é o IBGE. Esses dados são decorrentes de pesquisas setoriais feita pelo IBGE nos setores de atividade econômica da Indústria, Construção Civil, Serviços e Comércio e utiliza-se também a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. É preciso considerar, entretanto, que os dados do CEMPRE correspondem apenas à economia formal. É sabido que no Brasil a economia informal alcança participação de mais de 50% em muitas unidades da federação, mas é muito difícil captar informações desse universo econômico. Mesmo com essa limitação, acreditamos que a economia formal expressa parte importante da economia de uma sociedade.

Estes dados foram trabalhados segundo os ramos de atividade econômica decorrente do agrupamento realizado pelo Observatório das Metrôpoles, a partir de tabulação especial pedida ao IBGE. Nesta tabulação especial procurou-se organizar as atividades econômicas, em quatro grandes setores: indústria, serviços, construção civil e comércio.

Cada um desses setores foram desagregados em sub-setores ou ramos de atividade, na tentativa de obtenção dos aspectos diferenciadores internos a cada setor e, ao mesmo tempo, pela formação de uma composição que expressasse a natureza de sua atividade e a posição nos encadeamentos dos processos

econômicos (produção, distribuição, etc.). Basicamente vamos analisar a economia fluminense e a economia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro através de duas variáveis: número de unidades empresariais e número de pessoas ocupadas.

O relatório está dividido em duas seções. Na primeira, procura-se analisar os dados referentes às unidades empresariais e na segunda, os dados referentes às pessoas ocupadas. Nas duas seções, procurou-se analisar a relação entre a região metropolitana e o estado, para em seguida analisar os municípios da região metropolitana.

## 1. – Unidades Empresariais

O número de unidades empresariais ou de atividades econômicas, embora não seja suficiente para obtenção da riqueza de uma economia, é um dado importante para dimensionar sua dinâmica e contribuir para a compreensão do funcionamento da economia fluminense e metropolitana do Rio de Janeiro, quando aliado a outros dados que serão utilizados em outras seções.

Sabemos que o número de unidades empresariais nada diz do tamanho da empresa, do seu porte. É possível que uma unidade empresarial possua poucos empregados e um grande faturamento. Ou uma unidade empresarial possua muitos empregados com faturado semelhante de uma empresa que não tem muitos empregados. Estes são exemplos que demonstram que a análise desses dados precisam ser vistas com certa cautela para não se tirar conclusões afoitas.

Por outro lado, é importante considerar que a análise do número de unidades empresariais, seja considerando a atividade econômica em que se enquadra, seja analisando do ponto de vista territorial, pode ser um bom indicador da política econômica adotada no país, mesmo que a análise se faça para um estado específico da federação, como é o caso do Rio de Janeiro, que é objeto de análise nesse trabalho.

As unidades empresariais do Estado e da Metrôpole do Rio de Janeiro sofreram expansão no período de 1996 a 2004. O crescimento do número de atividades econômicas pode expressar o aumento das expectativas da possibilidade de realização de novos negócios, mas essa hipótese precisa ser vista com cautela tendo em vista os diversos contextos econômicos que podemos observar no período compreendido. Mesmo assim, somente com esses dados não é possível tirar conclusões efetivas, porque há a necessidade de utilização de outros dados para sustentar essa argumentação.

Em 1996, o Brasil vivia o seu terceiro ano do Plano Real (que começou em julho de 1994). O Plano Real foi, sobretudo, um plano de estabilização econômica, pois o país, desde meados da década de 1980 até 1994, conviveu com altíssimas taxas de inflação. Para que a taxa de inflação fosse reduzida e controlada em níveis mais baixos, foi necessária a utilização de instrumentos contracionistas, ou seja, instrumentos da política econômica que desacelerasse o crescimento econômico. Nesse sentido, os dados de 1996 precisam ser analisados sob esse contexto, tendo em vista que coincidia com o momento em que se efetivava o Plano Real na economia brasileira.

Em 2000, o contexto econômico mostrou-se muito diferente daquele de 1996. Naquele ano, houve mudanças importantes no Plano Real, que ocorreu principalmente em função da desvalorização da moeda brasileira em relação à moeda americana (principal moeda de referência internacional) e do sistema cambial, que se tornou flutuante a partir de 1999. Essas medidas que o país adotou contribuíram para tornar a economia menos vulnerável, além de significar a possibilidade de expansão de atividades

econômicas que dependiam do comércio internacional, principalmente. Portanto, o crescimento do número de unidades empresariais nesse período pode ser vista sob essa perspectiva.

Em 2004, a economia brasileira apresentava novo contexto e ele se deveu, principalmente, a mudanças políticas no país. No período de 1995 a 2002, o país foi governado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, responsável pela estabilização dos preços na economia. Ao final de 2002 é eleito o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que passou a governar a partir de 2003. Como este último presidente foi oposição ao governo passado, havia o receio de no governo Lula haver desequilíbrios econômicos, mas o que ocorreu foi exatamente o contrário, apesar de ainda o crescimento econômico ter se mostrado muito pequeno. Portanto, não é surpreendente que o aumento do número de atividades empresariais tenha sido decorrência da conjuntura que se apresentava naquele momento.

No conjunto da economia fluminense, houve aumento do número de unidades empresariais, como pode ser visualizado na tabela 1.1. De 1996 a 2000, esse aumento correspondeu a 16,4% e, no período de 2000 a 2004, o aumento foi de 21,7%. No período global (1996 a 2004), a expansão correspondeu a 41,7%. Embora tenha havido crescimento absoluto para todos os setores de atividade econômica, no período de 1996 a 2004, com pequena variação em 2000 para o setor industrial, houve redução na participação da economia fluminense nos setores industrial e de comércio. O setor de construção civil apresentou maior participação em 2004 quando comparado a 1996, mas menor quando comparado a 2000. Somente o setor de serviços apresentou crescimento na participação nos três anos analisados.

Quando a análise se faz para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, observa-se comportamento semelhante ao que ocorreu no conjunto do Estado, embora menos acentuado. Houve crescimento no número de unidades empresariais que correspondeu a 35,9% no período de 1996 a 2000. O comportamento dos setores de atividade econômica também foi muito semelhante, apesar de ter ocorrido num patamar um pouco inferior ao do Estado.

Pelo fato de o número de unidades empresariais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro ter tido um comportamento menos acentuado que o do Estado do Rio de Janeiro, houve redução na participação da metrópole carioca em relação à economia fluminense em todos os setores de atividade econômica, no período de 1996 a 2004. Esses dados sugerem que a dinâmica de criação ou expansão empresarial foi mais efetiva no interior do Estado do Rio de Janeiro que na sua região metropolitana, podendo indicar novos investimentos no interior ou mesmo migração das atividades econômicas da metrópole para os demais municípios do Estado.

**Tabela 1.1: – Unidades empresariais por Setor de Atividade Econômica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro**

| Atividades Econômicas | Estado  |         |         | RMRJ    |         |         | RMRJ/Estado (%) |      |      |
|-----------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------------|------|------|
|                       | 1996    | 2000    | 2004    | 1996    | 2000    | 2004    | 1996            | 2000 | 2004 |
| Indústria             | 24.559  | 24.098  | 28.097  | 16.639  | 15.705  | 17.890  | 67,8            | 65,2 | 63,7 |
| Construção civil      | 7.279   | 9.091   | 10.478  | 5.733   | 6.772   | 7.479   | 78,8            | 74,5 | 71,4 |
| Serviços              | 77.850  | 100.648 | 127.947 | 62.437  | 78.844  | 97.203  | 80,2            | 78,3 | 76,0 |
| Comércio              | 123.653 | 135.575 | 160.780 | 85.736  | 92.564  | 106.778 | 69,3            | 68,3 | 66,4 |
| Total                 | 442.123 | 514.726 | 626.507 | 324.451 | 372.065 | 440.810 | 73,4            | 72,3 | 70,4 |

Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

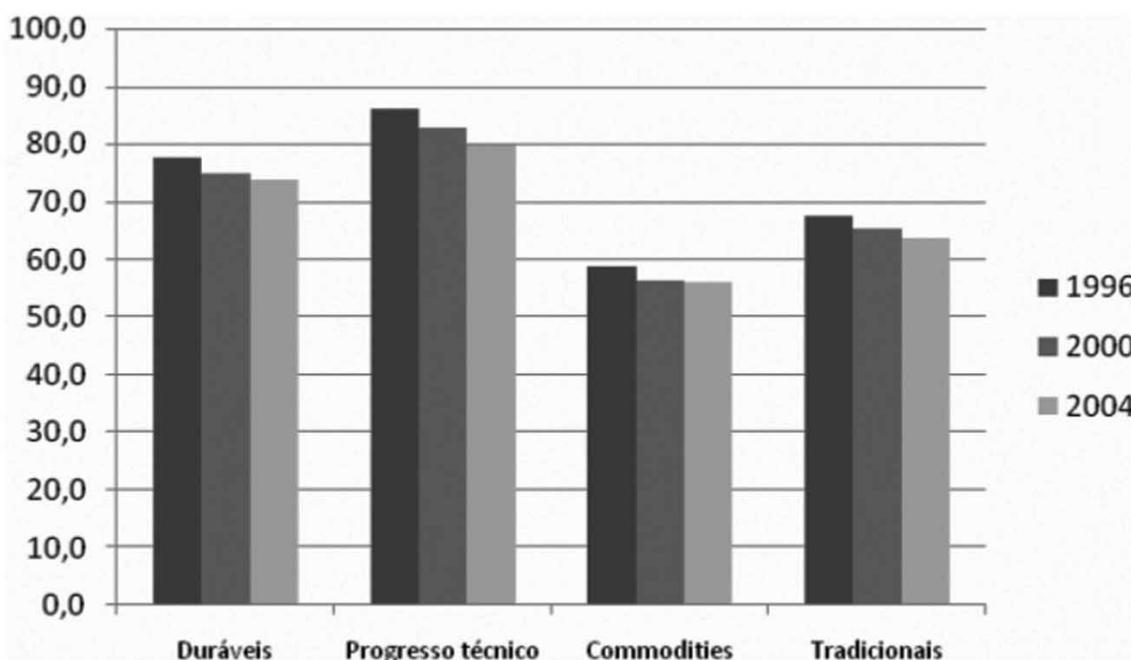
Apesar de não ser possível concluir que houve a realização de novos investimentos ou mesmo a migração de atividades econômicas da metrópole para o interior fluminense, dois tipos de análise ajudam a elucidar o comportamento das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro: análise por ramos de atividades, que compreende a desagregação de cada setor de atividade econômica, e análise por município, mas este só será possível para aqueles que fazem parte da Região Metropolitana.

No setor industrial, os ramos de atividade econômica – indústria de bens duráveis, indústria de bens tradicionais, indústria de bens difusores de progresso técnico e indústria de commodities - apresentaram comportamento diferentes, no período de 1996 a 2004, tanto no Estado do Rio de Janeiro quanto na metrópole carioca, como pode ser verificado no gráfico 1.1. Mas é digno de nota que o ramo de atividade com maior participação tanto no Estado quanto na metrópole é a indústria de bens tradicionais, com mais de 70% em todos os anos, seguida da indústria de commodities, indústria de bens difusores de progresso técnico e indústria de bens duráveis.

A indústria de bens duráveis apresentou redução no número de unidades empresariais do ano de 1996 para 2000 e aumento de 2000 para 2004, embora não tenha atingido o mesmo patamar de 1996. Isso se verificou tanto no Estado do Rio de Janeiro quanto na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mas como foi mais acentuado esse comportamento na Região Metropolitana, observa-se redução na participação da metrópole em relação ao conjunto do Estado.

A indústria de bens difusores de progresso técnico, no Estado do Rio de Janeiro, mostrou crescimento absoluto no período de 1996 a 2004, apesar de ter aumento em apenas quatro unidades empresariais de 1996 para 2000. O mesmo comportamento não pôde ser verificado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pois houve redução do número de unidades empresariais de 1996 para 2000 e aumento de 2000 para 2004, embora não tenha sido suficiente para atingir o mesmo patamar de 1996.

**Gráfico 1.1: – Participação do número de unidades empresariais do Setor Industrial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em relação ao Estado do Rio de Janeiro por ramo de atividade econômica (em %)**



Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

A indústria de commodities apresentou comportamento ascendente, no período de 1996 a 2004, tanto para o Estado do Rio de Janeiro quanto para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, embora a participação da metrópole carioca tenha se reduzido em relação ao Estado. Além disso, vale destacar que esse é o ramo de atividade econômica industrial em que a Região Metropolitana apresenta a menor participação.

A indústria de bens tradicionais mostrou comportamento semelhante entre o Estado do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana. Houve redução do número de unidades empresariais de 1996 para 2000 e aumento de 2000 para 2004, o que foi suficiente para superar o patamar verificado em 1996. Embora tenha o Estado e a metrópole tenham tido comportamentos semelhantes, a participação da Região Metropolitana diminuiu no período analisado. Foi por decorrência do comportamento desse ramo de atividade que o conjunto do setor industrial registrou aumento no período de 1996 a 2004, como foi visto antes.

Como pode ser visto, os ramos de atividade econômica do setor industrial concentram-se na Região Metropolitana, tendo em vista que em todos, a participação está acima de 50% e nos ramos de Indústria de bens duráveis e Indústria de bens difusores de progresso técnico, acima de 70%.

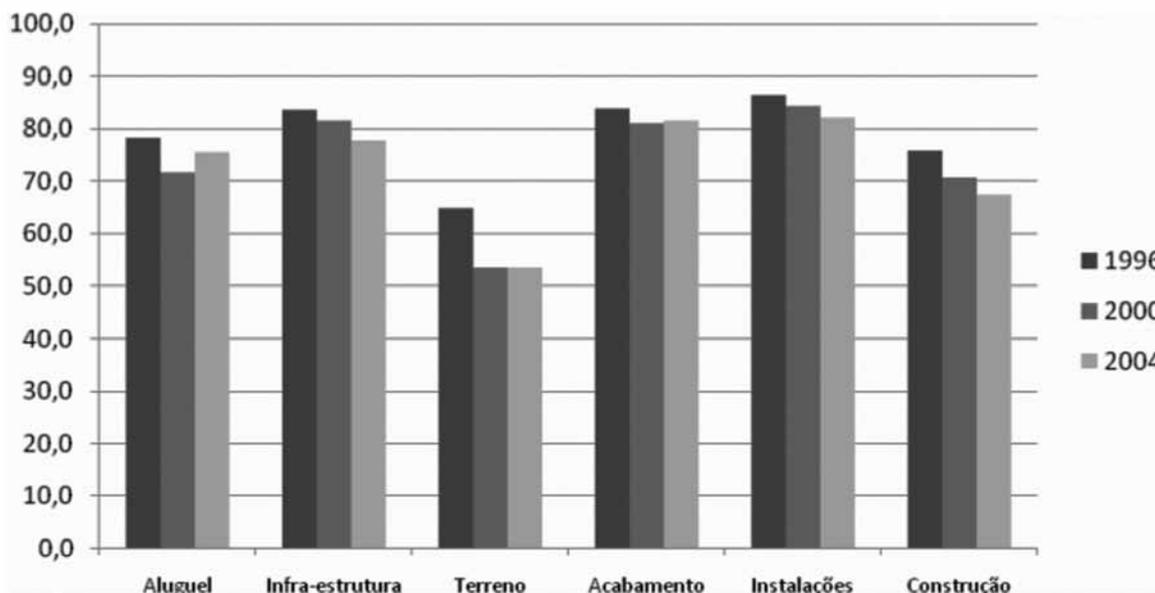
O setor da construção civil registrou, no Estado do Rio de Janeiro, aumento no número de unidades empresariais em todos os ramos de atividade econômica – aluguel de equipamentos de construção e demolição; obras de infra-estrutura para energia elétrica e para telecomunicações; preparação do terreno; obras de instalações; construção de edifícios e obras de engenharia civil –, a exceção do ramo de obras de acabamento. Este ramo de atividade, por sua vez, teve aumento no período de 1996 a 2000 e redução acentuada de 2000 a 2004, chegando a este último ano com patamar inferior ao de 1996. Por este motivo, houve modificação na participação de cada um dos ramos de atividades no setor da construção civil para os anos analisados. O resultado geral verificado foi o aumento de 43,9% do número de unidades empresariais no período de 1996 a 2004, o que demonstra que o aumento foi quase a metade do que existia no primeiro ano.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro teve comportamento muito semelhante ao ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, pois apresentou aumento do número de unidades empresariais em todos os ramos de atividade, a exceção também do ramo de obras de acabamento. Porém, o desempenho apresentado pela metrópole carioca foi menos intenso que o verificado no Estado. O resultado geral do período apresentou crescimento de 30,5% do número de unidades empresariais, um resultado bastante significativo, tendo em vista a dinâmica da economia brasileira que tem efeito muito imediato sobre este setor de atividade econômica.

Assim, podemos observar que houve redução na participação do número de unidades empresariais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em relação ao Estado do Rio de Janeiro em todos os ramos de atividade econômica, no período de 1996 a 2004, apesar de as variações nesse período terem se apresentado de forma diferente entre os ramos de atividade econômica, como pode ser visto no gráfico 1.2.

Assim como no setor industrial, há concentração de unidades de atividades econômicas do setor de construção civil na Região Metropolitana em relação ao Estado do Rio de Janeiro, pois quase todos os ramos de atividade possuem participação superior a 70%, mesmo com reduções na participação tendo ocorrido no período analisado.

**Gráfico 1.2: – Participação do número de unidades empresariais do Setor de Construção Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em relação ao Estado do Rio de Janeiro por ramo de atividade econômica (em %)**



Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

O setor de serviços, no Estado do Rio de Janeiro, registrou aumento em quase dois terços no número de unidades empresariais, entre 1996 a 2004. Esse crescimento do setor foi decorrência do aumento de todos os ramos de atividade econômica, apesar do crescimento de cada ramo de atividade ter se mostrado diferente um do outro, o que impactou em mudanças na participação no conjunto do setor de serviços.

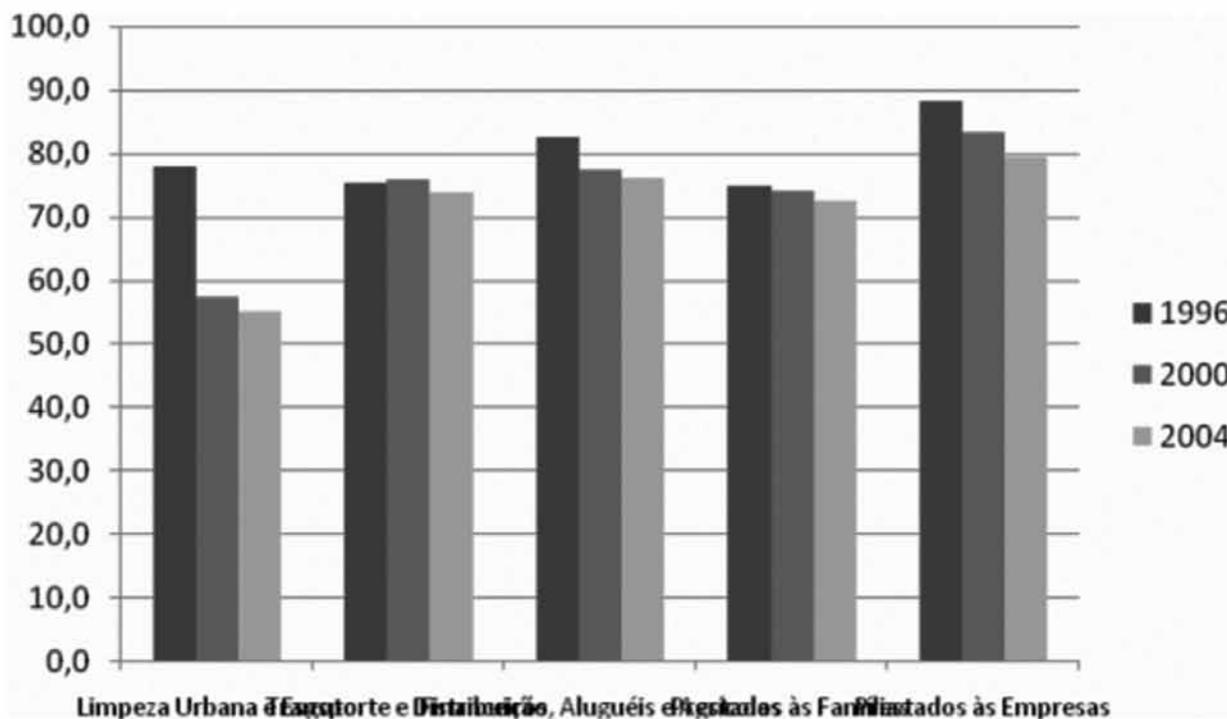
O ramo de serviços prestados às famílias, apesar de ter apresentado aumento absoluto no período, sofreu redução na participação no setor, passando de 48,4%, em 1996, a 38,5%, em 2004. Essa variação se deu, sobretudo, por aumento muito significativo que ocorreu no ramo de serviços prestados às empresas, que aumentou de 33,7%, em 1996, para 44,8%, em 2004. As mudanças na participação nos demais ramos de atividades não foram tão significativas a ponto de mudar a estrutura de distribuição do setor de atividade econômica.

O comportamento da evolução do número de unidades empresariais feita para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro é muito semelhante à realizada para o Estado. Houve aumento absoluto em todos os ramos de atividade econômica, embora tenha havido mudanças na participação de cada ramo de atividade no conjunto do setor de serviços. E essas mudanças ocorreram, principalmente, em decorrência de maior participação no ramo de serviços prestados às empresas e menor participação no ramo de serviços prestados às famílias. Porém, o desempenho da Região Metropolitana foi um pouco inferior ao verificado no Estado, tendo em vista que o crescimento do número de unidades empresariais foi de 55,7% e no Estado foi de 64,4%.

Como o comportamento da evolução do número de unidades empresariais foi menos intenso na Região Metropolitana que o verificado no Estado do Rio de Janeiro, a participação da metrópole carioca em todos os ramos de atividade econômica sofreu redução, no período de 1996 a 2004, com forte impacto, sobretudo, no ramo de limpeza urbana e esgoto, pois registrava, em 1996, 78% e passou a registrar, em 2004, 55,1%, como pode ser visualizado no gráfico 1.3. Mesmo assim, os demais ramos

de atividade econômica apresentaram participação da metrópole acima de 70% em relação ao Estado do Rio de Janeiro.

**Gráfico 1.3: – Participação do número de unidades empresariais do Setor de Serviços da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em relação ao Estado do Rio de Janeiro por ramo de atividade econômica (em %)**



Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

Por um lado, verifica-se que a evolução do número de unidades empresariais no interior do Estado se deu de forma mais acentuada que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Por outro lado, e apesar disso, observa-se o quanto estão concentrados os ramos de atividade econômica do setor de serviços na Região Metropolitana, como também foi verificado para o setor industrial e também para o setor de construção civil.

É importante também salientar que o comportamento de alguns ramos de atividade econômica do setor de serviços possui paralelo com os ramos de atividade econômica do setor industrial, tendo em vista que há ramos de atividades no setor de serviços caracterizados pela prestação de serviços para empresas (serviços prestados às empresas; serviços de transporte e distribuição; e, serviços financeiros, agrícola e de aluguéis). Isso sugere que mudanças ocorridas no setor industrial podem apresentar efeitos diretos sobre o setor de serviços, criando um ciclo virtuoso ou vicioso, dependendo da dinâmica econômica que esteja ocorrendo.

O setor de comércio apresenta desempenho ascendente no número de unidades empresariais no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1996 a 2004. Todos os ramos de atividade econômica crescem nesse período, o que possibilita registrar um aumento de 30% no conjunto do setor. O mesmo ocorre na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apesar de o desempenho ter sido inferior ao do Estado, pois a metrópole carioca apresentou crescimento no número de unidades empresariais de 24,5%, no mesmo período.

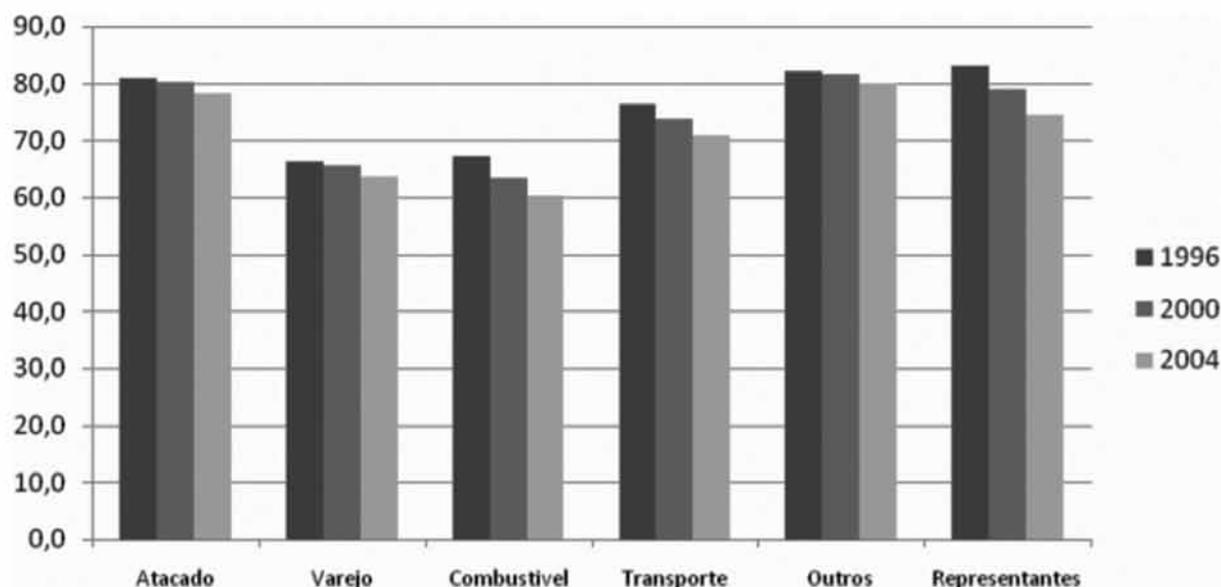
Diferente dos outros setores de atividade econômica, não há mudanças significativas na participação de cada ramo de atividade econômica no setor de comércio. Vale destacar que o ramo de atividade de comércio varejista é o que apresenta a maior participação nesse setor, com mais de 70%. Isso ocorre tanto no Estado quanto na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Apesar de apresentar comportamento muito semelhante entre o Estado e a Região Metropolitana, esta, por sua vez, sofreu redução na participação em relação ao Estado em todos os ramos de atividade econômica, mesmo que essas reduções não tenham sido tão intensas como ocorreu em outros setores de atividade econômica.

Também no setor de comércio é evidente a concentração de atividades econômicas na região metropolitana em relação ao interior do Estado, embora observa-se, pela análise precedente, que o dinamismo no interior mostrou-se maior do que da metrópole, no período considerado.

Assim, nesse primeiro tipo de análise, em que se procurou considerar a relação entre o Estado e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo os ramos de atividade econômica em cada um dos setores da economia, verificou-se que, de modo geral, apesar da redução na participação da metrópole no conjunto da economia fluminense, a Região Metropolitana ainda continua concentrando parte significativa das atividades econômicas, e isso ocorre em todos os setores.

**Gráfico 1.4: – Participação do número de unidades empresariais do Setor de Comércio da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em relação ao Estado do Rio de Janeiro por ramo de atividade econômica (em %)**



Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

Neste sentido, mesmo podendo considerar a hipótese de aumento do investimento no interior ou de migração de atividades econômicas da metrópole, a Região Metropolitana ainda continua exercendo centralidade na economia do Estado do Rio de Janeiro, pelo menos em termos de unidades empresariais.

Além disso, vale destacar que o aumento do número de unidades empresariais em todos os setores de atividade econômica sugere que a economia fluminense conseguiu ampliar seus negócios, mesmo em situações em que o Brasil passou por vulnerabilidades, como foi o final da década de 1990.

Como a Região Metropolitana concentra boa parte das atividades econômicas do Estado do Rio de

Janeiro, é importante agora considerar a evolução do número de atividades econômicas em cada um dos municípios que a compõe. A análise não será estendida para outros municípios do Estado por limitação da fonte de informação, que só disponibiliza os dados aqui utilizados, para os municípios metropolitanos.

Quando se verifica o comportamento do número de unidades empresariais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo os municípios que a compõem, observa-se que todos os municípios da metrópole registraram crescimento no número de unidades empresariais no período de 1996 a 2004, embora a variação entre eles tenha se mostrado diferente.

Somente o município do Rio de Janeiro, que é a capital do Estado e núcleo da metrópole, possui participação de quase 70%, mantendo-se esse patamar em todos os anos analisados, apenas com pequenas variações no período, o que não significa mudança na importância do núcleo metropolitano no conjunto da metrópole.

Há um grupo de municípios que se destaca dos demais em função de sua participação, apesar de apresentarem níveis baixos de participação por decorrência da presença do núcleo metropolitano, que como foi dito anteriormente, apresenta participação muito elevada. Esse grupo é composto por Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo e São João do Meriti. Em alguns casos, dependendo do setor de atividade econômica, também pode ser incorporado a esse grupo o município de Belford Roxo. Com exceção de Duque de Caxias e de Niterói, os demais municípios apresentaram redução na participação no conjunto da Região Metropolitana, no período de 1996 a 2004.

Há outro grupo composto por municípios que possuem participação no número de unidades empresariais em torno de 1% no conjunto da Região Metropolitana, com alguns destaques como Magé e Nilópolis, que apresentaram participação acima de 1%, com aumento no período de 1996 a 2004.

Assim, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro possui relativa heterogeneidade entre os seus municípios, mas que podem ser agrupados em relação a sua importância, no que se refere ao número de unidades empresariais consideradas.

No setor industrial, a distribuição de unidades empresariais na Região Metropolitana segue a mesma estrutura vista anteriormente, onde o município do Rio de Janeiro concentra a maior parte das unidades empresariais. Há um grupo de municípios que mantém outra parcela considerável de unidades e a grande maioria dos municípios sem qualquer expressão em termos de unidades empresariais localizadas em seu território, pelo menos quando analisadas sob o ponto de vista do número de empresas.

Para se ter uma ideia de como se dá essa distribuição, observa-se que, em 1996, o município do Rio de Janeiro participava com 62,3% do número de unidades empresariais e, depois de uma leve redução em 2000, voltou a participar com 62,1%, em 2004, num contexto de aumento do número absoluto de unidades empresariais em todo o período.

Aquele grupo de municípios que possui parcela considerável do número de unidades empresariais é constituído por Belford Roxo, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo e São João do Meriti. Em 1996, esse grupo participava com 29,9% do número de unidades empresariais e manteve esse mesmo patamar em 2004, na medida em que também ocorreu aumento do número de absoluto de unidades empresariais, mesmo considerando oscilação para baixo no ano de 2000.

Niterói e São Gonçalo, municípios vizinhos, tiveram trajetórias semelhantes na evolução do número de unidades empresariais no período de 1996 a 2004. Ambos os municípios tiveram uma queda no número de unidades empresariais de 1996 para 2000, mas conseguiram se recuperar e alcançar uma quantidade superior de unidades em 2004, se comparado com 1996. Em termos de participação no conjunto da Região Metropolitana, verifica-se que Niterói passou de 4,2%, em 1996, para 4,4%, em 2004. São Gonçalo passou de 6,2%, em 1996, para 6,4%, em 2004.

**Tabela 1.2: – Unidades empresariais do Setor Industrial dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

| Código  | Nome do Município  | Número de empresas |        |        | Participação (%) |       |       |
|---------|--------------------|--------------------|--------|--------|------------------|-------|-------|
|         |                    | 1996               | 2000   | 2004   | 1996             | 2000  | 2004  |
| 3300456 | Belford Roxo       | 348                | 281    | 341    | 2,1              | 1,8   | 1,9   |
| 3301702 | Duque de Caxias    | 1.232              | 1.326  | 1.514  | 7,4              | 8,4   | 8,5   |
| 3301850 | Guapimirim         | 52                 | 75     | 91     | 0,3              | 0,5   | 0,5   |
| 3301900 | Itaboraí           | 256                | 256    | 284    | 1,5              | 1,6   | 1,6   |
| 3302007 | Itaguaí            | 201                | 150    | 147    | 1,2              | 1,0   | 0,8   |
| 3302270 | Japeri             | 42                 | 21     | 38     | 0,3              | 0,1   | 0,2   |
| 3302502 | Magé               | 215                | 221    | 215    | 1,3              | 1,4   | 1,2   |
| 3302601 | Mangaratiba        | 19                 | 10     | 16     | 0,1              | 0,1   | 0,1   |
| 3302700 | Maricá             | 109                | 117    | 145    | 0,7              | 0,7   | 0,8   |
| 3303203 | Nilópolis          | 215                | 167    | 187    | 1,3              | 1,1   | 1,0   |
| 3303302 | Niterói            | 700                | 683    | 791    | 4,2              | 4,3   | 4,4   |
| 3303500 | Nova Iguaçu        | 883                | 773    | 784    | 5,3              | 4,9   | 4,4   |
| 3303609 | Paracambi          | 70                 | 73     | 89     | 0,4              | 0,5   | 0,5   |
| 3304144 | Queimados          | 82                 | 86     | 106    | 0,5              | 0,5   | 0,6   |
| 3304557 | Rio de Janeiro     | 10.372             | 9.631  | 11.108 | 62,3             | 61,3  | 62,1  |
| 3304904 | São Gonçalo        | 1.039              | 1.009  | 1.143  | 6,2              | 6,4   | 6,4   |
| 3305109 | São João de Meriti | 788                | 710    | 766    | 4,7              | 4,5   | 4,3   |
| 3305554 | Seropédica         | 4                  | 90     | 90     | 0,0              | 0,6   | 0,5   |
| 3305752 | Tanguá             | 12                 | 26     | 35     | 0,1              | 0,2   | 0,2   |
|         | Total              | 16.639             | 15.705 | 17.890 | 100,0            | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

Os municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu e São João do Meriti tiveram comportamento muito semelhante na evolução do número de unidades empresariais. Todos eles apresentaram queda no número de unidades de 1996 para 2000 e crescimento de 2000 para 2004, sem conseguir atingir o mesmo patamar do que havia registrado em 1996. O município de Duque de Caxias se diferenciou por apresentar comportamento ascendente em todos os anos considerados. Isso fez com que aumentasse sua participação no conjunto da Região Metropolitana, passando de 7,4%, em 1996, para 8,5%, em 2004, ao contrário dos outros três municípios referidos que tiveram suas participações reduzidas, no mesmo período.

A distribuição das unidades empresariais do setor de construção civil nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro segue a mesma estrutura do que foi visto no setor industrial. Ocorre que, na construção civil, é ainda maior a participação do município do Rio de Janeiro no conjunto da metrópole. Isso faz com que seja menor a participação daquele grupo de municípios que se destacam pelo número de unidades empresariais existentes em seus territórios, quais sejam: Belford Roxo, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo e São João do Meriti. Os demais municípios possuem participação abaixo de 10%, quando compreendidos conjuntamente.

O município do Rio de Janeiro apresentou crescimento do número de unidades empresariais no setor da construção civil no período de 1996 a 2004, com trajetória apenas ascendente. Porém, a

participação no conjunto da metrópole foi reduzida no mesmo período, passando de 71,9%, em 1996, para 65,9%, em 2000, e 66,1%, em 2004. Redução da participação com aumento do número absoluto de unidades empresariais só pode ter ocorrido porque houve aumento mais que proporcional de outros municípios da Região Metropolitana.

Niterói e São Gonçalo apresentaram crescimento no número de unidades empresariais nos anos analisados, 1996-2000-2004. O primeiro possui participação no conjunto da Região Metropolitana de 6%, em 2000, alcançou a marca de 6,5%, em 2000, e teve uma pequena redução, atingindo 6,3%, em 2004. São Gonçalo teve comportamento muito semelhante: possuía, em 1996, participação de 4,8%, alcançou, em 2000, 5,3% e atingiu 5,1%, em 2004.

Belford Roxo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu registraram comportamento ascendente entre 1996 e 2004 na evolução do número de unidades empresariais. Já o município de São João de Meriti apresentou crescimento entre 1996 e 2000 e uma pequena queda em 2004, mas mantendo-se num patamar muito superior ao de 1996. Desses, o município que mais aumentou sua participação no conjunto da Região Metropolitana foi Duque de Caxias, que passou de 4,1%, em 1996, para 5,3%, em 2004. Belford Roxo possuía 1,6%, em 1996, e atingiu 2,2%, em 2004. Nova Iguaçu passou de 3,6% para 4,1%, no mesmo período e São João do Meriti manteve a mesma participação em 1996 e 2004, com 2,4%.

**Tabela 1.3: – Unidades empresariais do Setor da Construção Civil dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

| Código  | Nome do Município  | Número de empresas |       |       | Participação (%) |       |       |
|---------|--------------------|--------------------|-------|-------|------------------|-------|-------|
|         |                    | 1996               | 2000  | 2004  | 1996             | 2000  | 2004  |
| 3300456 | Belford Roxo       | 90                 | 131   | 162   | 1,6              | 1,9   | 2,2   |
| 3301702 | Duque de Caxias    | 234                | 364   | 396   | 4,1              | 5,4   | 5,3   |
| 3301850 | Guapimirim         | 11                 | 32    | 31    | 0,2              | 0,5   | 0,4   |
| 3301900 | Itaboraí           | 42                 | 81    | 113   | 0,7              | 1,2   | 1,5   |
| 3302007 | Itaguaí            | 70                 | 102   | 90    | 1,2              | 1,5   | 1,2   |
| 3302270 | Japeri             | 22                 | 33    | 37    | 0,4              | 0,5   | 0,5   |
| 3302502 | Magé               | 47                 | 68    | 76    | 0,8              | 1,0   | 1,0   |
| 3302601 | Mangaratiba        | 9                  | 10    | 23    | 0,2              | 0,1   | 0,3   |
| 3302700 | Maricá             | 27                 | 46    | 53    | 0,5              | 0,7   | 0,7   |
| 3303203 | Nilópolis          | 56                 | 71    | 78    | 1,0              | 1,0   | 1,0   |
| 3303302 | Niterói            | 345                | 440   | 473   | 6,0              | 6,5   | 6,3   |
| 3303500 | Nova Iguaçu        | 207                | 282   | 303   | 3,6              | 4,2   | 4,1   |
| 3303609 | Paracambi          | 11                 | 11    | 17    | 0,2              | 0,2   | 0,2   |
| 3304144 | Queimados          | 21                 | 42    | 56    | 0,4              | 0,6   | 0,7   |
| 3304557 | Rio de Janeiro     | 4.123              | 4.463 | 4.950 | 71,9             | 65,9  | 66,2  |
| 3304904 | São Gonçalo        | 276                | 362   | 384   | 4,8              | 5,3   | 5,1   |
| 3305109 | São João de Meriti | 140                | 187   | 182   | 2,4              | 2,8   | 2,4   |
| 3305554 | Seropédica         | -                  | 37    | 38    | -                | 0,5   | 0,5   |
| 3305752 | Tanguá             | -                  | 10    | 17    | -                | 0,1   | 0,2   |
|         | Total              | 5.731              | 6.772 | 7.479 | 100,0            | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

Entre os demais municípios da Região Metropolitana, destaca-se o comportamento de Itaboraí, que aumentou de 42 unidades empresariais, registradas em 1996, para 113, em 2004. Esse crescimento do número de unidades empresariais fez com que esse município passasse de uma participação de 0,7% para 1,5% no conjunto da Região Metropolitana, para o mesmo período. É interessante notar que esse município faz limite com o município de São Gonçalo.

O setor de serviços apresenta a mesma estrutura dos demais setores de atividade econômica já analisados, porém a participação do município do Rio de Janeiro no conjunto da Região Metropolitana é ainda maior, apesar de ter apresentado redução na participação ao longo dos anos em análise. Em 1996, a participação do município do Rio de Janeiro era de 78%, em 2000 essa participação ficou em 77,8% e, em 2004, foi reduzida para 76,5%. Mesmo assim, houve aumento do número absoluto de unidades empresariais nesse período.

Como a participação do município do Rio de Janeiro mostrou-se muito elevada, a participação daquele grupo de municípios que se destaca em relação ao conjunto dos municípios da Região Metropolitana não foi tão grande assim, alcançando, juntos, a participação de 17% durante todo o período. Somente São Gonçalo e Niteroi obtiveram, em 1996, um patamar de 8,3%, passando para 8,8%, em 2004. Duque de Caxias manteve a participação no período, 3,4% e os municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu e São João do Meriti tiveram pequenas reduções no período de 1996 a 2004, em termos de participação no conjunto da Região Metropolitana.

Entre os demais municípios da Região Metropolitana vale destacar a participação do município de Magé, que registrou, em 2004, uma participação de 2,4%, passando de 452, em 1996, para 2.316, em 2004. A evolução do número de unidades empresariais dos demais municípios não é tão significativa.

**Tabela 1.4: – Unidades empresariais do Setor de Serviços dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

| Código  | Nome do Município  | Número de empresas |        |        | Participação (%) |       |       |
|---------|--------------------|--------------------|--------|--------|------------------|-------|-------|
|         |                    | 1996               | 2000   | 2004   | 1996             | 2000  | 2004  |
| 3300456 | Belford Roxo       | 774                | 630    | 812    | 1,2              | 0,8   | 0,8   |
| 3301702 | Duque de Caxias    | 2.128              | 2.683  | 3.320  | 3,4              | 3,4   | 3,4   |
| 3301850 | Guapimirim         | 87                 | 476    | 738    | 0,1              | 0,6   | 0,8   |
| 3301900 | Itaboraí           | 269                | 356    | 448    | 0,4              | 0,5   | 0,5   |
| 3302007 | Itaguaí            | 404                | 453    | 534    | 0,6              | 0,6   | 0,5   |
| 3302270 | Japeri             | 75                 | 96     | 92     | 0,1              | 0,1   | 0,1   |
| 3302502 | Magé               | 452                | 844    | 2.316  | 0,7              | 1,1   | 2,4   |
| 3302601 | Mangaratiba        | 243                | 258    | 294    | 0,4              | 0,3   | 0,3   |
| 3302700 | Maricá             | 303                | 341    | 481    | 0,5              | 0,4   | 0,5   |
| 3303203 | Nilópolis          | 484                | 638    | 791    | 0,8              | 0,8   | 0,8   |
| 3303302 | Niterói            | 3.268              | 4.348  | 5.620  | 5,2              | 5,5   | 5,8   |
| 3303500 | Nova Iguaçu        | 1.772              | 2.034  | 2.127  | 2,8              | 2,6   | 2,2   |
| 3303609 | Paracambi          | 131                | 176    | 192    | 0,2              | 0,2   | 0,2   |
| 3304144 | Queimados          | 159                | 210    | 239    | 0,3              | 0,3   | 0,2   |
| 3304557 | Rio de Janeiro     | 48.694             | 61.326 | 74.389 | 78,0             | 77,8  | 76,5  |
| 3304904 | São Gonçalo        | 1.914              | 2.414  | 2.878  | 3,1              | 3,1   | 3,0   |
| 3305109 | São João de Meriti | 1.255              | 1.437  | 1.739  | 2,0              | 1,8   | 1,8   |
| 3305554 | Seropédica         | 5                  | 85     | 124    | 0,0              | 0,1   | 0,1   |
| 3305752 | Tanguá             | 20                 | 39     | 69     |                  | 0,0   | 0,1   |
|         | Total              | 62.437             | 78.844 | 97.203 | 100,0            | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

O setor de comércio é o setor de atividade econômica em que há maior disseminação nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no que se refere ao número de unidades empresariais. Mesmo assim, o município do Rio de Janeiro apresentou participação no conjunto da metrópole, acima de 60%, durante todos os anos de 1996 a 2004.

Além do grupo de municípios que sempre apresenta destaque no número de unidades empresariais, mais três municípios ganham certa importância no setor de comércio, por registrar participação superior a 1%, em todos os anos considerados. Esses municípios são Itaboraí, Magé e Nilópolis.

**Tabela 1.5: – Unidades empresariais do Setor de Comércio dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

| Código  | Nome do Município  | Número de empresas |        |         | Participação (%) |       |       |
|---------|--------------------|--------------------|--------|---------|------------------|-------|-------|
|         |                    | 1996               | 2000   | 2004    | 1996             | 2000  | 2004  |
| 3300456 | Belford Roxo       | 1.775              | 1.821  | 2.045   | 2,1              | 2,0   | 1,9   |
| 3301702 | Duque de Caxias    | 4.837              | 5.625  | 6.613   | 5,7              | 6,1   | 6,2   |
| 3301850 | Guapimirim         | 190                | 285    | 346     | 0,2              | 0,3   | 0,3   |
| 3301900 | Itaboraí           | 961                | 1.066  | 1.310   | 1,1              | 1,2   | 1,2   |
| 3302007 | Itaguaí            | 761                | 768    | 922     | 0,9              | 0,8   | 0,9   |
| 3302270 | Japeri             | 164                | 228    | 213     | 0,2              | 0,2   | 0,2   |
| 3302502 | Magé               | 1.086              | 1.348  | 1.503   | 1,3              | 1,5   | 1,4   |
| 3302601 | Mangaratiba        | 174                | 204    | 252     | 0,2              | 0,2   | 0,2   |
| 3302700 | Maricá             | 621                | 768    | 1.051   | 0,7              | 0,8   | 1,0   |
| 3303203 | Nilópolis          | 1.128              | 1.300  | 1.482   | 1,3              | 1,4   | 1,4   |
| 3303302 | Niterói            | 5.279              | 5.662  | 6.813   | 6,2              | 6,1   | 6,4   |
| 3303500 | Nova Iguaçu        | 4.842              | 4.947  | 5.136   | 5,7              | 5,4   | 4,8   |
| 3303609 | Paracambi          | 315                | 396    | 429     | 0,4              | 0,4   | 0,4   |
| 3304144 | Queimados          | 409                | 506    | 588     | 0,5              | 0,5   | 0,6   |
| 3304557 | Rio de Janeiro     | 54.056             | 57.965 | 66.745  | 63,4             | 62,9  | 62,8  |
| 3304904 | São Gonçalo        | 5.307              | 5.528  | 6.447   | 6,2              | 6,0   | 6,1   |
| 3305109 | São João de Meriti | 3.277              | 3.338  | 3.981   | 3,8              | 3,6   | 3,7   |
| 3305554 | Seropédica         | 9                  | 193    | 220     | 0,0              | 0,2   | 0,2   |
| 3305752 | Tanguá             | 47                 | 142    | 155     | 0,1              | 0,2   | 0,1   |
|         | Total              | 85.238             | 92.090 | 106.251 | 100,0            | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

São Gonçalo e Niterói mantiveram participação do número de unidades empresariais acima de 12% no período de 1996 a 2004 e apresentaram aumento no número absoluto de unidades empresariais. Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João do Meriti tiveram, juntos, uma redução de 17,3% de participação, em 1996, para 16,6%, em 2004, embora Duque de Caxias seja o único desses municípios que apresentou trajetória ascendente, no período.

## 2. – Pessoas Ocupadas

Nesta seção, objetiva-se analisar os dados de pessoas ocupadas. Essa variável é utilizada como um indicador mais efetivo para análise de uma determinada economia. Porém, mesmo assim, ainda não é suficiente para dar conta de sua dinâmica. Em linhas gerais, na teoria econômica, a riqueza de uma sociedade corresponde ao nível do trabalho utilizado, mas aqui o trabalho não será visto sob a perspectiva monetária, e sim pela quantidade de pessoas que estão ativas no sistema econômico. Como a fonte de dados corresponde a empresas formalmente registradas na economia, o dado sobre pessoas ocupadas só reflete o setor formal da economia, não sendo possível captar o número de pessoas ocupadas que estão na informalidade, que hoje corresponde uma parcela significativa do total de ocupados.

Como a análise se fará tendo como referência três pontos no tempo – 1996, 2000 e 2004 –, o aspecto econômico de cada um desses contextos torna-se importante para a análise que será empreendida. Já foi dito que em 1996 o Plano Real estava se consolidando na economia brasileira. Como se tratava de um plano de estabilização dos preços, que se utilizava de instrumentos contracionistas da política econômica, uma das conseqüências desse plano foi a redução do crescimento econômico e, por sua vez, o aumento do desemprego. E, sem lugar a dúvida, na segunda metade da década de 1990, o principal drama existente na economia brasileira era o desemprego. O país apresentou taxas muito elevadas de desemprego, como nunca antes, considerando-se o período em que se começou a mensurar o nível de desemprego no Brasil. É claro que o alto nível do desemprego existente não se deu por decorrência apenas do Plano Real, embora ele tenha contribuído fortemente para isso. É preciso considerar também outros elementos que ocorreram na economia brasileira, no começo dos anos 1990, como a abertura comercial e financeira que levou ao fechamento de muitas empresas no país, por um lado, e à incorporação de novos processos produtivos, que implicou, em muitos casos, em mudanças de tecnologias. Essas mudanças que ocorreram na economia brasileira também contribuíram para o aumento do desemprego, o que o Plano Real só veio a intensificar.

Embora a partir de 1999, tenham sido introduzidas novas mudanças na política econômica do país, os instrumentos utilizados ainda eram contracionistas, o que se configurou até meados da década seguinte, principalmente. Tudo isso fez com que o desemprego continuasse muito elevado por muito tempo.

O número de pessoas ocupadas, no Estado do Rio de Janeiro, sofreu pequena redução entre os anos de 1996 e 2000, como pode ser visto na tabela 2.1. Essa queda se deu por decorrência dos setores industriais e de construção civil, que são os setores produtivos da economia. No mesmo período, houve crescimento do número de pessoas ocupadas nos setores de serviços e de comércio, o que contribuiu para que a queda global do número de pessoas ocupadas não fosse tão elevada. Entre os anos de 2000 e 2004, ao contrário, o número de pessoas ocupadas aumentou consideravelmente, em função do crescimento ocorrido em todos os setores de atividade econômica.

Comportamento semelhante ocorreu com o número de pessoas ocupadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Entre 1996 e 2000, houve pequena redução de pessoas ocupadas, por decorrência dos setores industriais e de construção civil e, por outro lado, entre 2000 e 2004, houve aumento vigoroso, que ocorreu em todos os setores de atividade econômica.

Embora o comportamento da Região Metropolitana tenha sido semelhante ao que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, em todos os setores de atividade econômica a metrópole carioca perdeu participação, entre 1996 e 2004, o que demonstra que o aumento do número de ocupados ocorreu de forma relativamente mais intensa no interior do Estado, apesar de a participação da Região Metropolitana se manter ainda muito elevada.

**Tabela 2.1: – Pessoas Ocupadas por Setor de Atividade Econômica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro**

| Atividades Econômicas | Estado    |           |           | RMRJ      |           |           | RMRJ/Estado (%) |      |      |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------------|------|------|
|                       | 1996      | 2000      | 2004      | 1996      | 2000      | 2004      | 1996            | 2000 | 2004 |
| Indústria             | 384.521   | 328.975   | 413.833   | 280.907   | 233.461   | 272.231   | 73,1            | 71,0 | 65,8 |
| Construção civil      | 129.482   | 105.220   | 134.122   | 107.691   | 82.149    | 101.945   | 83,2            | 78,1 | 76,0 |
| Serviços              | 800.947   | 848.340   | 1.006.318 | 688.878   | 727.182   | 835.151   | 86,0            | 85,7 | 83,0 |
| Comércio              | 625.063   | 656.756   | 790.861   | 491.280   | 505.399   | 592.057   | 78,6            | 77,0 | 74,9 |
| Total                 | 1.940.013 | 1.939.291 | 2.345.134 | 1.568.756 | 1.548.191 | 1.801.384 | 80,9            | 79,8 | 76,8 |

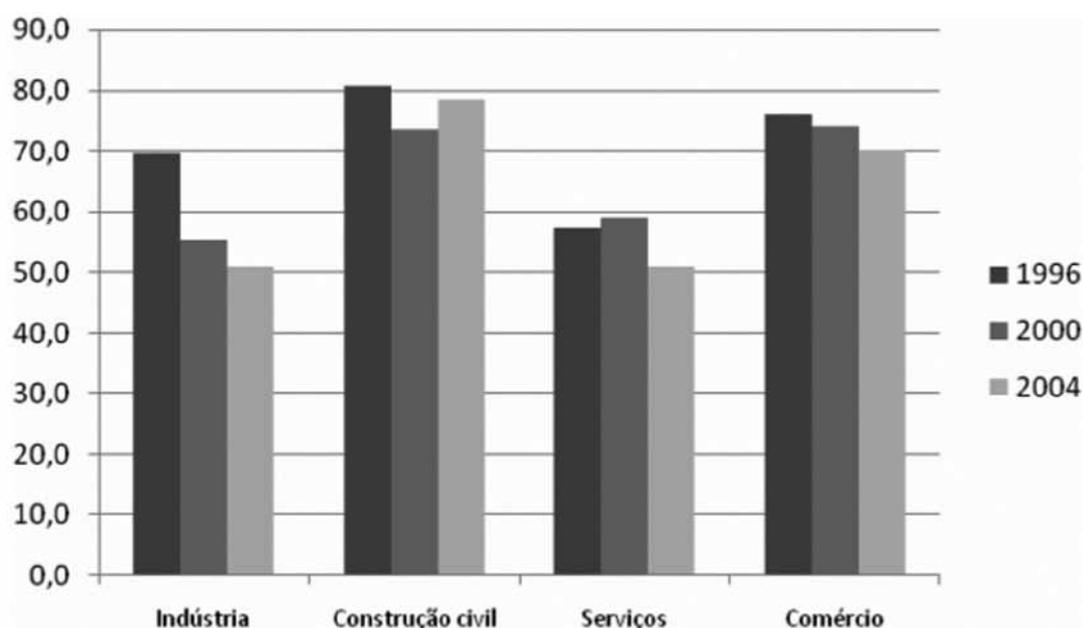
Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

O setor industrial, que sofreu oscilações no número de pessoas ocupadas no período de 1996 a 2004, pode ser analisado segundo os seus ramos de ocupação. Entre 1996 e 2000, houve redução em todos os ramos de atividade econômica da indústria, a exceção da indústria de bens duráveis, no Estado do Rio de Janeiro. Entre 2000 e 2004, todos os ramos de atividade apresentaram crescimento, elevando o número de pessoas ocupadas para um patamar superior ao verificado em 1996.

A diferença do comportamento da Região Metropolitana em relação ao Estado reside no fato de que, no geral, o número de pessoas ocupadas foi reduzido entre 1996 e 2000 e voltou a crescer entre 2000 e 2004, mas não chegou a alcançar o número de ocupados de 1996, o que se verificou em todos os ramos de atividade econômica da indústria.

Esses comportamentos diferentes fizeram com que a participação da Região Metropolitana, em cada um dos ramos de atividade da indústria, fosse reduzida no período de 1996 a 2004, embora a indústria de bens difusores de progresso técnico tenha tentado uma recuperação, entre 2000 e 2004, e a indústria de commodities tenha registrado crescimento entre 1996 e 2000, como pode ser visualizado no gráfico 2.1.

**Gráfico 2.1: Participação de Pessoas Ocupadas do Setor Industrial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em relação ao Estado do Rio de Janeiro por ramo de atividade (em %)**



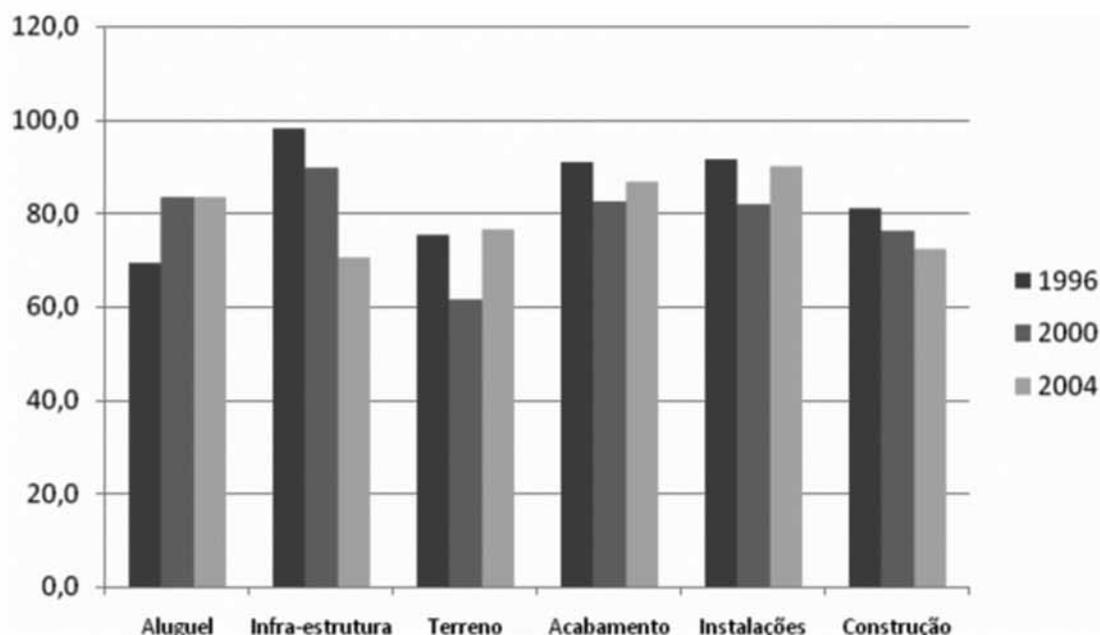
Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

O setor de construção civil, apesar de ter mostrado crescimento no número de pessoas ocupadas, entre 1996 e 2004, sofreu redução, entre 1996 e 2000, no Estado do Rio de Janeiro. Os ramos de atividade desse setor que contribuíram para isso foram os de aluguel de equipamentos, de preparação do terreno e de construção de edifícios e obras de engenharia civil. Porém, este último ramo de atividade foi o que teve maior impacto na redução do número de pessoas ocupadas, por ser o que apresentava a maior participação no conjunto do setor de construção civil. O crescimento desse setor, que se apresentou no ano de 2004, se deu pelo aumento do número de pessoas ocupadas, tanto no ramo de construção, apesar de não conseguir alcançar o mesmo patamar de 1996, quanto no ramo de obras de infra-estrutura, que praticamente dobrou o número de ocupados entre 2000 e 2004.

A Região Metropolitana sofreu redução no número de ocupados, no setor de construção civil, entre 1996 e 2000, e apesar de ter tentando uma recuperação, entre 2000 e 2004, não conseguiu atingir o mesmo nível do verificado em 1996. Na primeira fase, sofreram redução os seguintes ramos de atividade: aluguel de equipamentos, preparação do terreno, obras de instalações e construção de edifícios e obras de engenharia civil, embora o efeito maior tenha sido desse último ramo de atividade econômica. Na segunda fase, todos os ramos de atividade sofreram aumento, exceto o de obras de acabamento, que sofreu redução. E o fato do ramo de construção de obras de edifícios e obras de engenharia civil ter crescido no período, mas sem conseguir atingir o nível de 1996, fez com que o setor de construção obtivesse um crescimento.

Quando se verifica a participação da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro, observa-se que houve comportamentos diferentes entre os ramos de atividade, no período de 1996 a 2004, como pode ser visto no gráfico 2.2. O único ramo de atividade que registrou aumento, no período de 1996 a 2000, foi aluguel de equipamentos que manteve o mesmo nível em 2004. Todos os demais ramos de atividade tiveram redução, no período de 1996 a 2000. Porém, o único ramo de atividade que conseguiu retomar o crescimento foi o de preparação do terreno. Todos os outros apresentaram redução novamente, no período de 2000 a 2004. Em um contexto onde houve aumento do número de pessoas ocupadas, tanto no Estado quanto na Região Metropolitana, pode-se sugerir que o interior do Estado teve maior dinamismo na geração de postos de trabalho. De qualquer modo, em todos os ramos de atividade do setor da construção civil a participação da Região Metropolitana não foi inferior a 70%, o que demonstra a concentração dessas atividades na metrópole carioca.

**Gráfico 2.2: – Participação de Pessoas Ocupadas do Setor de Construção Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em relação ao Estado do Rio de Janeiro por ramo de atividade (em %)**



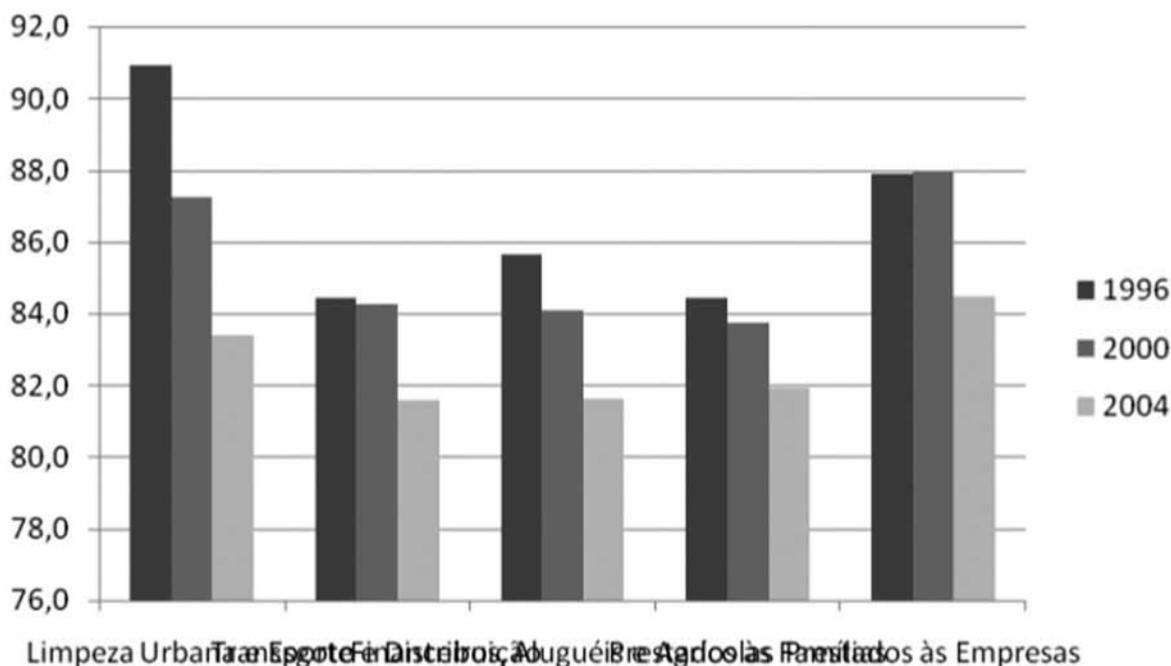
Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

O setor de serviços, no Estado do Rio de Janeiro, apresentou crescimento no número de pessoas ocupadas, no período de 1996 a 2004. Porém, os ramos de atividade econômica que constituem esse setor não tiveram o mesmo comportamento no período. Observa-se que os ramos de limpeza urbana e esgoto, transporte e distribuição e financeiros, aluguéis e agrícolas registraram queda no número de ocupados, entre os anos de 1996 e 2000, mas conseguiram se recuperar, entre os anos de 2000 e 2004, ultrapassando o patamar verificado em 1996. Os ramos de serviços prestados às famílias e de serviços prestados às empresas tiveram comportamento ascendente durante todo o período. Como esses são os ramos de atividade de maior participação no setor de serviços, seus comportamentos contribuíram para resultado ascendente do setor.

A trajetória na metrópole do setor de serviços, referente à evolução do número de pessoas ocupadas, e de seus ramos de atividade foi muito semelhante ao que se verificou no Estado. No geral, houve crescimento, no período de 1996 e 2000, mas os ramos de limpeza urbana e esgoto, de transporte e distribuição e de atividades financeiras, aluguéis e agrícolas apresentaram oscilações para baixo e posterior retomada do crescimento. Os ramos de atividade de serviços prestados às famílias e de serviços prestados às empresas cresceram durante todo o período.

Embora o comportamento tenha sido semelhante entre o Estado e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a participação da metrópole se reduziu em todos os ramos de atividade do setor de serviços, como se verifica no gráfico 2.3. Isso mostra que houve maior dinamismo no interior. Mesmo assim a participação da metrópole ainda corresponde a mais de 80% em todos os ramos. Mais uma vez verifica-se o quanto se concentra na Região Metropolitana a localização dos postos de trabalho.

**Gráfico 2.3: – Participação de Pessoas Ocupadas do Setor de Serviços da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em relação ao Estado do Rio de Janeiro por ramo de atividade (em %)**



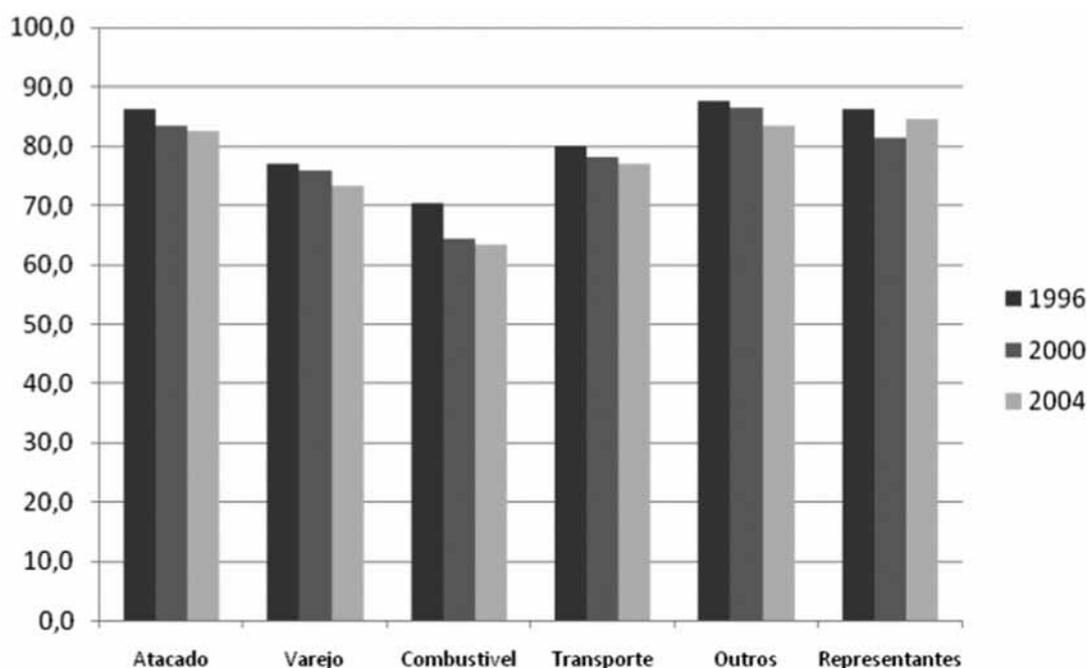
Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

O setor de comércio, no Estado do Rio de Janeiro, apresentou crescimento no número de pessoas ocupadas tanto entre os anos de 1996 e 2000 quanto entre os anos de 2000 e 2004. Entre 1996 e 2004, todos os ramos de atividade econômica que constituem esse setor registraram crescimento, porém os ramos de atividade “comércio transportes” e “comércio outros” oscilaram para baixo no ano de 2000, mas ainda assim conseguiram se recuperar. Vale destacar que somente o ramo de atividade “comércio varejista” apresentou participação no setor em mais de 70%, durante todos os anos analisados.

Em termos gerais, o setor de comércio, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apresentou crescimento no período de 1996 a 2004. O comportamento da evolução do número de pessoas ocupadas nos ramos de atividade desse setor foi muito semelhante ao que se verificou no Estado. Também na Região Metropolitana a principal participação é do ramo de atividade “comércio varejista”, que se mostrou em torno de 70%.

A participação do número de pessoas ocupadas da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1996 a 2004, foi muito semelhante entre os ramos de atividade do setor de comércio, como pode ser visualizado no gráfico 2.4. Praticamente todos os ramos de atividade registraram quedas sucessivas nesse período. A única exceção foi para o ramo de atividades representantes.

**Gráfico 2.4: – Participação de Pessoas Ocupadas do Setor Comércio da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em relação ao Estado do Rio de Janeiro por ramo de atividade (em %)**



Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

Como foi visto, o comportamento do setor produtivo, indústria e construção civil, reflete diretamente a dinâmica da economia brasileira no período analisado, pois no momento em que a economia ainda estava susceptível à política econômica de cunho mais ortodoxo, o número de pessoas ocupadas foi reduzido nesses setores. Por outro lado, os setores de serviços e de comércio conseguiram aumentar o seu número de ocupados, mesmo diante de um contexto desfavorável para isso. O que contribuiu para que o efeito da redução de ocupados, em 2000, não fosse tão grande.

De modo geral, pode-se afirmar que mesmo tendo havido maior dinamismo nos setores de atividade econômica, com seus respectivos ramos de atividade, no interior do Estado do Rio de Janeiro se comparado à Região Metropolitana, a participação da metrópole carioca ainda é muito expressiva no que se refere ao número de pessoas ocupadas. Como a Região Metropolitana ainda possui centralidade na análise das ocupações formais no Estado, vale a pena analisar como tem se dado sua evolução, ao considerar os municípios que a compõem, pois a metrópole carioca não é um todo homogêneo. Neste sentido, a análise a seguir procura considerar a comparação dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Quando a análise considera o conjunto dos setores de atividade econômica (tabela 2.2), verifica-se que os municípios podem ser classificados em três grupos, de acordo com sua participação. O primeiro grupo é constituído apenas pelo município do Rio de Janeiro, que sozinho representa mais de 70% do número de ocupados no conjunto da Região Metropolitana, em todos os anos do período analisado, apesar de ter registrado pequena queda na participação, entre os anos de 1996 e 2004. Vale registrar que isso ocorreu ao mesmo tempo em que houve aumento no número absoluto de pessoas ocupadas nesse município.

O segundo grupo constitui-se pelos seguintes municípios: Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo e São João do Meriti. A característica desse grupo é uma participação em todos os anos

analisados acima de 1%. Esse grupo registrou participação do número de pessoas ocupadas, em 1996, de 18,7%, em 2000, de 19,8% e, em 2004, de 21,4%. No conjunto, esse grupo teve um comportamento ascendente quando verificado o número absoluto de pessoas ocupadas, embora os municípios que o constituem tenham tido comportamento diferente.

O terceiro grupo é formado pelos demais municípios da Região Metropolitana. A participação no número de pessoas ocupadas na Região Metropolitana, em 1996, foi de 5,1% e avançou para 5,8%, em 2000, e posteriormente para 5,9%, em 2004. Destaca-se nesse grupo o município de Belford Roxo, que registrou participação acima de 1%, em 1996, apesar da redução, nos outros anos. Embora o conjunto do grupo tenha registrado aumento absoluto do número de pessoas ocupadas em todos os anos, alguns municípios tiveram comportamento diferente, como foi o caso de Tanguá, que teve reduzido o número de ocupados, ou mesmo Maricá que apresentou queda, entre os anos de 1996 e 2000, e aumento, entre os anos de 2000 e 2004.

**Tabela 2.2: – Pessoas Ocupadas dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

| Código  | Nome do Município  | Número de Pessoas Ocupadas |           |           | Participação (%) |       |       |
|---------|--------------------|----------------------------|-----------|-----------|------------------|-------|-------|
|         |                    | 1996                       | 2000      | 2004      | 1996             | 2000  | 2004  |
| 3300456 | Belford Roxo       | 17.180                     | 12.773    | 15.977    | 1,1              | 0,8   | 0,9   |
| 3301702 | Duque de Caxias    | 67.751                     | 78.165    | 105.829   | 4,3              | 5,1   | 5,9   |
| 3301850 | Guapimirim         | 1.763                      | 2.860     | 3.651     | 0,1              | 0,2   | 0,2   |
| 3301900 | Itaboraí           | 9.229                      | 11.667    | 13.942    | 0,6              | 0,8   | 0,8   |
| 3302007 | Itaguaí            | 11.379                     | 12.474    | 12.093    | 0,7              | 0,8   | 0,7   |
| 3302270 | Japeri             | 761                        | 1.271     | 1.500     | 0,0              | 0,1   | 0,1   |
| 3302502 | Magé               | 8.633                      | 14.356    | 16.254    | 0,6              | 0,9   | 0,9   |
| 3302601 | Mangaratiba        | 5.013                      | 3.440     | 7.583     | 0,3              | 0,2   | 0,4   |
| 3302700 | Maricá             | 6.569                      | 5.863     | 6.964     | 0,4              | 0,4   | 0,4   |
| 3303203 | Nilópolis          | 9.438                      | 10.349    | 11.982    | 0,6              | 0,7   | 0,7   |
| 3303302 | Niterói            | 72.460                     | 79.970    | 109.939   | 4,6              | 5,2   | 6,1   |
| 3303500 | Nova Iguaçu        | 58.149                     | 54.494    | 59.968    | 3,7              | 3,5   | 3,3   |
| 3303609 | Paracambi          | 3.359                      | 4.474     | 4.338     | 0,2              | 0,3   | 0,2   |
| 3304144 | Queimados          | 4.245                      | 5.906     | 6.368     | 0,3              | 0,4   | 0,4   |
| 3304557 | Rio de Janeiro     | 1.193.433                  | 1.150.589 | 1.308.220 | 76,2             | 74,4  | 72,7  |
| 3304904 | São Gonçalo        | 59.519                     | 61.731    | 72.638    | 3,8              | 4,0   | 4,0   |
| 3305109 | São João de Meriti | 35.348                     | 32.173    | 36.942    | 2,3              | 2,1   | 2,1   |
| 3305554 | Seropédica         | 54                         | 2.522     | 3.318     | 0,0              | 0,2   | 0,2   |
| 3305752 | Tanguá             | 2.580                      | 1.151     | 1.527     | 0,2              | 0,1   | 0,1   |
|         | Total              | 1.566.863                  | 1.546.228 | 1.799.033 | 100,0            | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

A trajetória do município do Rio de Janeiro, entre os anos de 1996 e 2004, seguiu o mesmo comportamento que o verificado para o conjunto da Região Metropolitana, no setor industrial, como pode ser visto na tabela 2.3. Houve queda no número de pessoas ocupadas, entre 1996 e 2000, e aumento, entre 2000 e 2004, embora não tenha conseguido atingir o mesmo nível que o verificado em 1996. Como a

redução na primeira fase foi maior no município e sua recuperação foi menor na segunda fase, a participação do município do Rio de Janeiro se reduziu no período considerado.

Embora o segundo grupo de municípios tenha tido comportamento semelhante ao verificado no município do Rio de Janeiro e também em sua Região Metropolitana, a participação no conjunto da metrópole aumentou entre os anos de 1996 e 2004, passando de 22,5%, em 1996, para 26,8%, em 2004. Mas é importante ressaltar que os municípios desse grupo tiveram comportamentos diferentes. Destaca-se o município de Duque de Caxias, com aumento em todos os anos considerados, por ser o município de maior de participação do grupo, atingindo 9%, em 2004.

O terceiro grupo de municípios também apresentou oscilações no número absoluto de pessoas ocupadas no setor industrial, entre os anos de 1996 e 2004, e isso se verificou, ao mesmo tempo, na participação desse grupo no conjunto da Região Metropolitana. O fato é que, embora esse grupo contenha onze municípios, em nenhum dos anos considerados a participação chegou a 10%.

**Tabela 2.3: – Pessoas Ocupadas do Setor Industrial dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

| Código  | Nome do Município  | Número de Pessoas Ocupadas |         |         | Participação (%) |       |       |
|---------|--------------------|----------------------------|---------|---------|------------------|-------|-------|
|         |                    | 1996                       | 2000    | 2004    | 1996             | 2000  | 2004  |
| 3300456 | Belford Roxo       | 4.420                      | 2.659   | 2.736   | 1,6              | 1,1   | 1,0   |
| 3301702 | Duque de Caxias    | 20.955                     | 19.360  | 24.599  | 7,5              | 8,3   | 9,0   |
| 3301850 | Guapimirim         | 879                        | 682     | 867     | 0,3              | 0,3   | 0,3   |
| 3301900 | Itaboraí           | 3.145                      | 3.303   | 3.957   | 1,1              | 1,4   | 1,5   |
| 3302007 | Itaguaí            | 2.755                      | 1.918   | 2.040   | 1,0              | 0,8   | 0,7   |
| 3302270 | Japeri             | 209                        | 199     | 256     | 0,1              | 0,1   | 0,1   |
| 3302502 | Magé               | 2.091                      | 2.334   | 2.291   | 0,7              | 1,0   | 0,8   |
| 3302601 | Mangaratiba        | 396                        | 382     | 469     | 0,1              | 0,2   | 0,2   |
| 3302700 | Maricá             | 864                        | 950     | 1.150   | 0,3              | 0,4   | 0,4   |
| 3303203 | Nilópolis          | 1.639                      | 1.133   | 1.384   | 0,6              | 0,5   | 0,5   |
| 3303302 | Niterói            | 7.915                      | 6.799   | 17.699  | 2,8              | 2,9   | 6,5   |
| 3303500 | Nova Iguaçu        | 13.751                     | 10.811  | 10.888  | 4,9              | 4,6   | 4,0   |
| 3303609 | Paracambi          | 1.462                      | 2.652   | 2.116   | 0,5              | 1,1   | 0,8   |
| 3304144 | Queimados          | 1.763                      | 2.320   | 2.262   | 0,6              | 1,0   | 0,8   |
| 3304557 | Rio de Janeiro     | 197.474                    | 158.246 | 178.599 | 70,3             | 67,8  | 65,6  |
| 3304904 | São Gonçalo        | 14.985                     | 14.355  | 14.370  | 5,3              | 6,1   | 5,3   |
| 3305109 | São João de Meriti | 5.666                      | 4.526   | 5.294   | 2,0              | 1,9   | 1,9   |
| 3305554 | Seropédica         | 9                          | 430     | 823     | 0,0              | 0,2   | 0,3   |
| 3305752 | Tanguá             | 529                        | 402     | 431     | 0,2              | 0,2   | 0,2   |
|         | Total              | 280.907                    | 233.461 | 272.231 | 100,0            | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

No setor de construção civil, o município do Rio de Janeiro teve comportamento semelhante ao ocorrido no conjunto da Região Metropolitana, no período de 1996 a 2004, como pode ser visualizado na tabela 2.4. Houve queda no número absoluto de pessoas ocupadas, entre os anos de 1996 e 2000, e aumento, entre os anos de 2000 e 2004, embora não tenha conseguido atingir o mesmo patamar do regis-

trado em 1996. Além disso, houve queda na participação do município do Rio de Janeiro em relação ao conjunto da Região Metropolitana, embora sua participação tenha se mantido acima de 70%, em 2004.

O segundo grupo de municípios, ao contrário do verificado no conjunto da metrópole, registrou pequeno aumento do número absoluto de pessoas ocupadas, entre 1996 e 2000, e um novo aumento, este mais significativo, entre os anos de 2000 e 2004. Esse comportamento fez com que esse grupo passasse de uma participação no conjunto da Região Metropolitana de 14,6%, em 1996, para 19,1%, em 2000 e 23,6%, em 2004. Ressalta-se que nesse grupo, embora esteja contido o município de São João do Meriti, como foi classificado anteriormente, este município não ultrapassou a marca de 1% em nenhum dos anos analisados, o que o colocaria fora desse grupo, pelo menos nesse setor de atividade. Porém, mesmo tendo uma participação reduzida, esse município foi considerado no grupo dois. Por outro lado, e é o que se destaca, o município de Niterói registrou, em 2004, uma participação de 8,1%, acompanhado de Duque de Caxias (6,3%), São Gonçalo (5,6%) e Nova Iguaçu (2,9%).

**Tabela 2.4: – Pessoas Ocupadas do Setor de Construção Civil dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

| Código  | Nome do Município  | Número de Pessoas Ocupadas |        |         | Participação |       |       |
|---------|--------------------|----------------------------|--------|---------|--------------|-------|-------|
|         |                    | 1996                       | 2000   | 2004    | 1996         | 2000  | 2004  |
| 3300456 | Belford Roxo       | 647                        | 641    | 1.219   | 0,6          | 0,8   | 1,2   |
| 3301702 | Duque de Caxias    | 2.881                      | 3.055  | 6.395   | 2,7          | 3,7   | 6,3   |
| 3301850 | Guapimirim         | 65                         | 267    | 126     | 0,1          | 0,3   | 0,1   |
| 3301900 | Itaboraí           | 194                        | 1.234  | 1.343   | 0,2          | 1,5   | 1,3   |
| 3302007 | Itaguaí            | 1.103                      | 619    | 904     | 1,0          | 0,8   | 0,9   |
| 3302270 | Japeri             | 59                         | 79     | 466     | 0,1          | 0,1   | 0,5   |
| 3302502 | Magé               | 208                        | 427    | 488     | 0,2          | 0,5   | 0,5   |
| 3302601 | Mangaratiba        | 725                        | 495    | 54      | 0,7          | 0,6   | 0,1   |
| 3302700 | Maricá             | 209                        | 303    | 195     | 0,2          | 0,4   | 0,2   |
| 3303203 | Nilópolis          | 281                        | 642    | 585     | 0,3          | 0,8   | 0,6   |
| 3303302 | Niterói            | 7.469                      | 6.194  | 8.257   | 6,9          | 7,5   | 8,1   |
| 3303500 | Nova Iguaçu        | 1.404                      | 2.753  | 2.993   | 1,3          | 3,4   | 2,9   |
| 3303609 | Paracambi          | 21                         | 25     | 219     | 0,0          | 0,0   | 0,2   |
| 3304144 | Queimados          | 84                         | 224    | 239     | 0,1          | 0,3   | 0,2   |
| 3304557 | Rio de Janeiro     | 88.414                     | 61.009 | 71.738  | 82,1         | 74,3  | 70,4  |
| 3304904 | São Gonçalo        | 3.210                      | 2.956  | 5.688   | 3,0          | 3,6   | 5,6   |
| 3305109 | São João de Meriti | 713                        | 758    | 758     | 0,7          | 0,9   | 0,7   |
| 3305554 | Seropédica         | 0                          | 408    | 247     | 0,0          | 0,5   | 0,2   |
| 3305752 | Tanguá             | 0                          | 60     | 31      | 0,0          | 0,1   | 0,0   |
|         | Total              | 107.687                    | 82.149 | 101.945 | 100,0        | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

O terceiro grupo de municípios também apresentou trajetória ascendente, em todos os anos considerados, em relação ao número de pessoas ocupadas no setor da construção civil. Porém, em termos de participação no conjunto da Região Metropolitana, houve aumento, entre os anos de 1996 e 2000, e pequena redução, entre os anos de 2000 e 2004. Nesse grupo destacam-se os municípios de Belford Roxo, Itaboraí e Itaguaí, por apresentarem participação em torno de 1% no conjunto da metrópole.

O setor de serviços registrou aumento em todos os anos do número de pessoas ocupadas, no período de 1996 a 2004, tanto no município do Rio de Janeiro, quanto no segundo grupo e no terceiro grupo, como pode ser observado na tabela 2.5. Porém, houve uma pequena queda na participação do Rio de Janeiro e um aumento na participação no segundo grupo, nesse período. Mesmo assim, o município do Rio de Janeiro ainda registrou participação, em 2004, de 79,4% no conjunto da Região Metropolitana. Isso demonstra o quanto o número de pessoas ocupadas está concentrado no núcleo metropolitano.

**Tabela 2.5: – Pessoas Ocupadas do Setor de Serviços dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

| Código  | Nome do Município  | Número de Pessoas Ocupadas |         |         | Participação (%) |       |       |
|---------|--------------------|----------------------------|---------|---------|------------------|-------|-------|
|         |                    | 1996                       | 2000    | 2004    | 1996             | 2000  | 2004  |
| 3300456 | Belford Roxo       | 5.997                      | 3.553   | 4.804   | 0,9              | 0,5   | 0,6   |
| 3301702 | Duque de Caxias    | 20.519                     | 28.097  | 38.550  | 3,0              | 3,9   | 4,6   |
| 3301850 | Guapimirim         | 237                        | 1.037   | 1.399   | 0,0              | 0,1   | 0,2   |
| 3301900 | Itaboraí           | 2.443                      | 2.515   | 2.691   | 0,4              | 0,3   | 0,3   |
| 3302007 | Itaguaí            | 4.515                      | 6.899   | 5.358   | 0,7              | 0,9   | 0,6   |
| 3302270 | Japeri             | 131                        | 187     | 219     | 0,0              | 0,0   | 0,0   |
| 3302502 | Magé               | 2.029                      | 4.453   | 7.434   | 0,3              | 0,6   | 0,9   |
| 3302601 | Mangaratiba        | 3.419                      | 2.013   | 6.339   | 0,5              | 0,3   | 0,8   |
| 3302700 | Maricá             | 3.607                      | 1.856   | 1.794   | 0,5              | 0,3   | 0,2   |
| 3303203 | Nilópolis          | 2.290                      | 3.243   | 3.817   | 0,3              | 0,4   | 0,5   |
| 3303302 | Niterói            | 27.048                     | 36.569  | 45.915  | 3,9              | 5,0   | 5,5   |
| 3303500 | Nova Iguaçu        | 17.595                     | 15.906  | 17.558  | 2,6              | 2,2   | 2,1   |
| 3303609 | Paracambi          | 904                        | 561     | 571     | 0,1              | 0,1   | 0,1   |
| 3304144 | Queimados          | 1.130                      | 1.313   | 1.165   | 0,2              | 0,2   | 0,1   |
| 3304557 | Rio de Janeiro     | 563.889                    | 587.719 | 662.899 | 81,9             | 80,8  | 79,4  |
| 3304904 | São Gonçalo        | 16.803                     | 18.910  | 20.314  | 2,4              | 2,6   | 2,4   |
| 3305109 | São João de Meriti | 14.452                     | 11.218  | 12.613  | 2,1              | 1,5   | 1,5   |
| 3305554 | Seropédica         | 19                         | 835     | 1.214   | 0,0              | 0,1   | 0,1   |
| 3305752 | Tanguá             | 1.851                      | 298     | 497     | 0,3              | 0,0   | 0,1   |
|         | Total              | 688.878                    | 727.182 | 835.151 | 100,0            | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

**Tabela 2.6: – Pessoas Ocupadas do Setor de Comércio dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

| Código  | Nome do Município  | Número de Pessoas Ocupadas |         |         | Participação (%) |       |       |
|---------|--------------------|----------------------------|---------|---------|------------------|-------|-------|
|         |                    | 1996                       | 2000    | 2004    | 1996             | 2000  | 2004  |
| 3300456 | Belford Roxo       | 6.116                      | 5.920   | 7.218   | 1,2              | 1,2   | 1,2   |
| 3301702 | Duque de Caxias    | 23.396                     | 27.653  | 36.285  | 4,8              | 5,5   | 6,2   |
| 3301850 | Guapimirim         | 582                        | 874     | 1.259   | 0,1              | 0,2   | 0,2   |
| 3301900 | Itaboraí           | 3.447                      | 4.615   | 5.951   | 0,7              | 0,9   | 1,0   |
| 3302007 | Itaguaí            | 3.006                      | 3.038   | 3.791   | 0,6              | 0,6   | 0,6   |
| 3302270 | Japeri             | 362                        | 806     | 559     | 0,1              | 0,2   | 0,1   |
| 3302502 | Magé               | 4.305                      | 7.142   | 6.041   | 0,9              | 1,4   | 1,0   |
| 3302601 | Mangaratiba        | 473                        | 550     | 721     | 0,1              | 0,1   | 0,1   |
| 3302700 | Maricá             | 1.889                      | 2.754   | 3.825   | 0,4              | 0,5   | 0,6   |
| 3303203 | Nilópolis          | 5.228                      | 5.331   | 6.196   | 1,1              | 1,1   | 1,1   |
| 3303302 | Niterói            | 30.028                     | 30.408  | 38.068  | 6,1              | 6,0   | 6,5   |
| 3303500 | Nova Iguaçu        | 25.399                     | 25.024  | 28.529  | 5,2              | 5,0   | 4,8   |
| 3303609 | Paracambi          | 972                        | 1.236   | 1.432   | 0,2              | 0,2   | 0,2   |
| 3304144 | Queimados          | 1.268                      | 2.049   | 2.702   | 0,3              | 0,4   | 0,5   |
| 3304557 | Rio de Janeiro     | 343.656                    | 343.615 | 394.984 | 70,2             | 68,3  | 67,0  |
| 3304904 | São Gonçalo        | 24.521                     | 25.510  | 32.266  | 5,0              | 5,1   | 5,5   |
| 3305109 | São João de Meriti | 14.517                     | 15.671  | 18.277  | 3,0              | 3,1   | 3,1   |
| 3305554 | Seropédica         | 26                         | 849     | 1.034   | 0,0              | 0,2   | 0,2   |
| 3305752 | Tanguá             | 200                        | 391     | 568     | 0,0              | 0,1   | 0,1   |
|         | Total              | 489.391                    | 503.436 | 589.706 | 100,0            | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles.

O setor de comércio, conforme a tabela 2.6, apresentou trajetória ascendente em todos os anos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no período de 1996 a 2004. O mesmo pode ser verificado com o município do Rio de Janeiro (primeiro grupo) e com o segundo e terceiro grupos. Mesmo que isso tenha ocorrido, houve redução na participação do núcleo metropolitano e, conseqüentemente, aumento na participação do segundo grupo, já que o terceiro grupo, apesar de ter registrado aumento entre 1996 e 2000, manteve-se no mesmo patamar em 2004, levando a crer que foi o segundo grupo onde o setor foi mais dinâmico, no que se refere ao número de pessoas ocupadas. Apesar disso, a participação verificada do município do Rio de Janeiro, em 2004, foi da ordem de 67%, o que implica em dizer que o núcleo metropolitano ainda possui grande importância como localização das ocupações que estão sendo criadas na Região Metropolitana.

Como pudemos verificar nessa análise territorial da Região Metropolitana, de modo geral, o município do Rio de Janeiro perdeu participação no conjunto da metrópole em todos os setores de

atividade econômica, embora em alguns essa perda não tenha sido tão acentuada e, ao mesmo tempo, aumentou o número absoluto de pessoas ocupadas, em alguns dos setores. Foram principalmente os municípios do segundo grupo que absorveram a parcela significativa dessa participação. Porém, o núcleo metropolitano ainda possuía importância muito grande no que se refere ao número de pessoas ocupadas, porque registrou, em todo o período analisado, participação acima de 60%, em todos os setores de atividade econômica.

# DIAGNÓSTICO ECONÔMICO SOBRE OS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE

Gabriel Strautman

O diagnóstico econômico, a seguir, busca entender o sentido das transformações no perfil das periferias urbanas ao longo das últimas décadas, bem como as implicações dessas transformações para a formulação de políticas urbanas. Adota-se como ponto de partida a observação do aumento da imobilidade dos trabalhadores urbanos nos espaços periféricos da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) verificada nos dados do último censo do IBGE em relação ao censo de 1980<sup>1</sup>. Ou seja, houve um aumento, percentual e absoluto, no número de trabalhadores residentes na periferia metropolitana que exercem suas atividades profissionais no mesmo município em que residem. Diante disso, a pesquisa trabalhou com duas hipóteses iniciais<sup>2</sup>:

1. A primeira hipótese é a de que estaríamos diante de um processo **virtuoso**, no qual o aumento da imobilidade dos trabalhadores seria um reflexo da expansão do dinamismo econômico rumo aos sub-centros periféricos, com maior capacidade de fixação dessa mão-de-obra no seu local de residência.
2. A segunda hipótese é a de uma imobilidade **perversa**, resultante do processo de reestruturação produtiva e da crise do emprego experimentados ao longo das últimas décadas, que teriam deixado sem opção a massa de trabalhadores urbanos, a não ser a busca de suas próprias alternativas na informalidade, próximo de seu lugar de residência.

Importa notar que tanto a primeira quanto a segunda hipótese sugerem uma tendência de enfraquecimento do papel de “cidades dormitório”, historicamente desempenhado pelos municípios periféricos. Ao mesmo tempo, a crescente fixação destes trabalhadores nos espaços periféricos também sugere a abertura de novas possibilidades produtivas – formais e/ou informais – nessas áreas populares. Há, portanto, uma proposta de **revisão do conceito de periferia**, que, de lugar apenas da precariedade das condições de vida e da carência por serviços públicos, que permitem a reprodução a baixíssimo custo da força de trabalho ocupada nos centros urbanos, pode estar se transformando também no lugar da produção<sup>3</sup>.

De qualquer maneira, a transformação da periferia em lugar do trabalho terá implicações para a formulação das políticas urbanas, que deverão ser adaptadas à nova realidade. Tanto nos municípios onde o crescimento se dá a base da expansão de setores de ponta, quanto nos municípios que concentram a massa de trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho formal, obrigados a criar as

1 A variável “lugar que trabalha ou estuda” foi excluída do censo de 1991.

2 Enunciadas em LAGO, Luciana Corrêa. “A “periferia” metropolitana como lugar do trabalho: estrutura sócio-ocupacional e mobilidade cotidiana no Rio de Janeiro. Artigo apresentado no seminário *Spatial Segregation and the Labor Market*. Austin, 2008.

3 STRAUTMAN, Gabriel. “Reestruturação Produtiva, Trabalho e Território: Desafios para a Reforma Urbana”. Artigo apresentado no II Seminário Metrôpole: Governo, Sociedade e Território. UERJ. Rio de Janeiro, 2007.

mais variadas estratégias de sobrevivência que dão forma aos circuitos informais da economia, deverá existir uma infra-estrutura adequada para estas atividades produtivas diversas. Isso significa que daqui para frente ao pensarmos em infra-estrutura urbana nas periferias, deveremos pensar não apenas com a perspectiva da reprodução da força de trabalho, mas também atentos às necessidades dessa produção que acontece nas periferias, seja ela oriunda de dinâmicas formais ou informais.

No que se refere ao caso da Baixada Fluminense, a diversidade das situações encontradas entre os diferentes municípios que a compõe, sugere uma maior probabilidade de que a transformação verificada tenha ocorrido em função da conjugação das duas hipóteses iniciais. Uma compreensão mais aprofundada sobre a realidade da região como um todo passa, pois, por uma análise caso a caso de todos os municípios em questão. Só assim será possível entender em que medida o aumento da imobilidade dos trabalhadores da Baixada é resultado de um processo virtuoso e/ou é o aprofundamento de uma dinâmica de segregação perversa.

No presente trabalho, realizaremos uma exploração inicial sobre aspectos relacionados à primeira hipótese. Assim, serão analisados indicadores sobre as economias dos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Nilópolis de modo que possamos alcançar conclusões preliminares sobre o perfil do desenvolvimento econômico destes municípios da Baixada Fluminense. Quanto maiores forem o ritmo e a qualidade do padrão de crescimento de um município,<sup>4</sup> maiores serão as chances de que a fixação da mão-de-obra local em seu município de origem signifique um processo virtuoso.

Uma metodologia comum de análise será aplicada aos dados dos quatro municípios. Em primeiro lugar serão apresentados dados sobre a evolução da composição do produto interno bruto (PIB) de cada município em números relativos e absolutos<sup>5</sup>. Em seguida serão analisados, também para cada um dos quatro municípios, os impactos das tendências da evolução do PIB sobre o mercado de trabalho. Serão apresentados dados sobre o grau de formalidade do mercado de trabalho, ritmo de geração de postos de trabalho com carteira assinada e concentração da massa salarial por setor da atividade econômica. Também serão apresentados dados sobre empreendimentos de economia solidária nos municípios analisados. Para tanto, serão utilizados dados da Fundação CIDE<sup>6</sup> (produto interno bruto municipal), RAIS (dados sobre o mercado de trabalho), Cadastro Central de Empresas (CEMPRE/IBGE) e do Sistema de Indicadores da Economia Solidária (SIES).

## 1. – A Evolução Recente da Economia da Baixada Fluminense

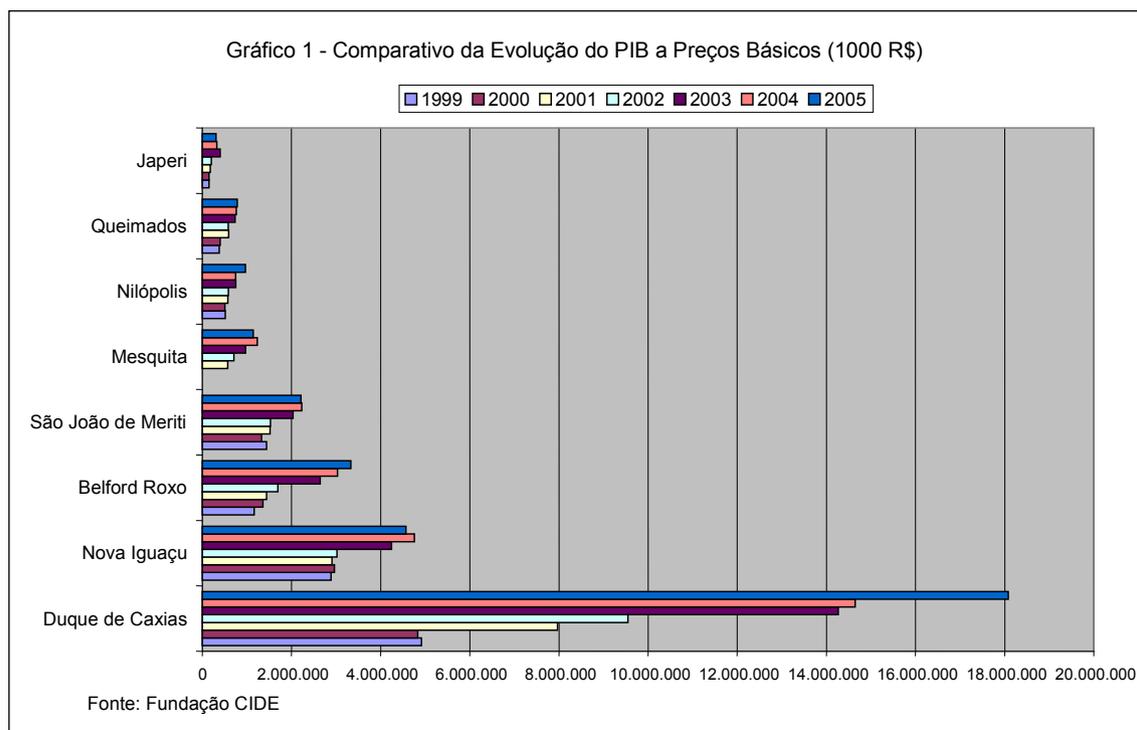
A economia da Baixada Fluminense vêm experimentando ao longo dos últimos anos uma intensificação bastante importante no seu ritmo de expansão, graças à força da sua locomotiva, o município de Duque de Caxias. É o que nos mostra o gráfico 1 abaixo, sobre a evolução do PIB dos municípios da

4 A maior qualidade significará que o crescimento da economia se dá a partir de setores associados a atividades produtivas com alto poder de encadeamento sobre a economia local e com alto grau de disseminação da riqueza gerada sobre a população local.

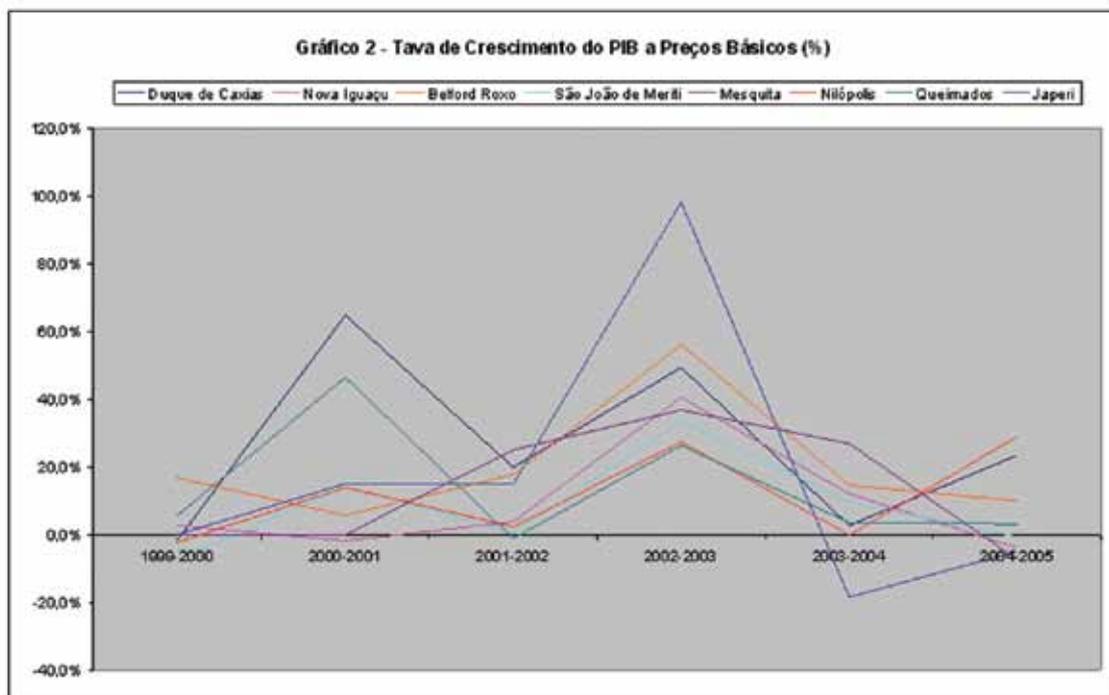
5 A análise dos números relativos permite observar como evolui o peso dos diferentes setores da atividade econômica na composição do PIB, revelando a importância relativa de cada um destes setores para a atividade econômica dos municípios. Esta análise, no entanto, deve estar acompanhada de uma análise dos números absolutos, o que nos permitirá verificar se a evolução de cada setor se dá em função de um aumento ou diminuição de sua atividade específica ou de um ganho ou perda em relação aos outros setores.

6 CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO (CIDE). 2007. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2007. Rio de Janeiro: CIDE. [CD-Rom]

Baixada. Os dados apresentados revelam que entre os anos de 1999 e 2005 o PIB de Duque de Caxias mais do que triplicou, enquanto os demais municípios apresentaram um padrão mais tímido de crescimento. Conforme nos indica o gráfico 2, no entanto, o padrão de evolução comum existente entre as taxas de crescimento do PIB dos municípios da Baixada, sugere a existência de um elevado grau de integração entre estes municípios, o que pode significar que os efeitos do crescimento de Duque de Caxias estariam se disseminando entre os seus vizinhos.

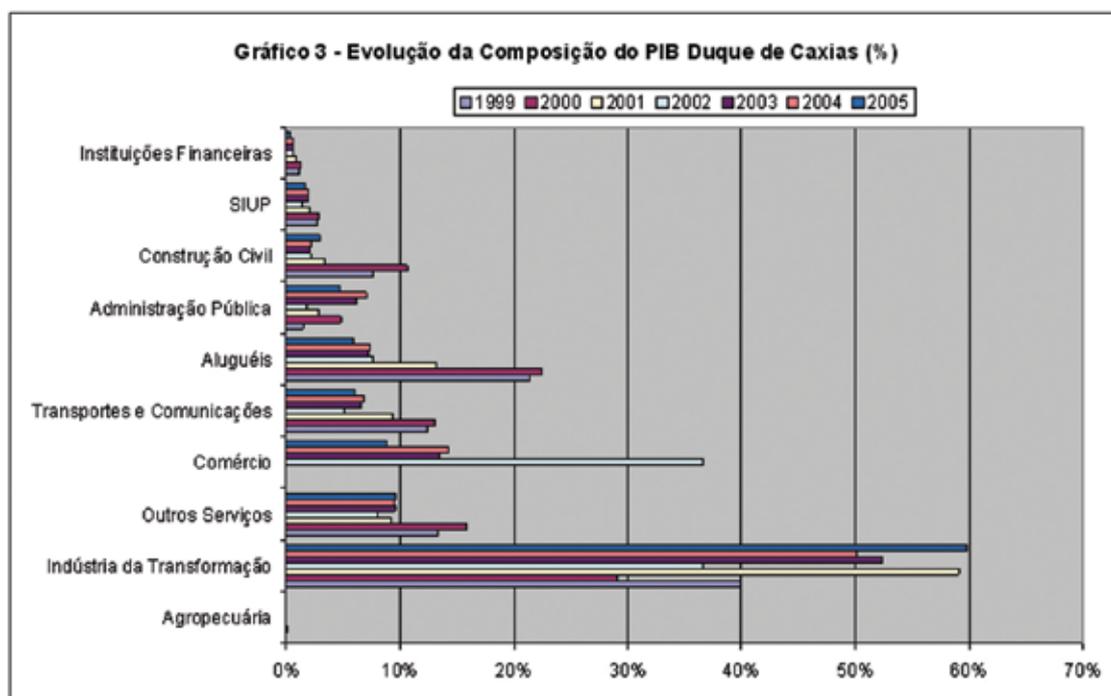


Porém, a análise de cada caso separadamente, revela que enquanto o crescimento econômico de Duque de Caxias é sustentado pela expansão da indústria da transformação, mais especificamente pelo crescimento do pólo petro-químico instalado em função da presença da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), nos demais municípios este crescimento recente se deu, sobretudo, a partir do aumento do peso da administração pública nas contas dos produtos internos brutos municipais.



## Duque de Caxias

O primeiro município analisado é Duque de Caxias. A partir do gráfico 3, abaixo, observamos que o principal setor em termos de participação no PIB municipal em Duque de Caxias é a indústria da transformação. Este setor, que gerava 40% do PIB de Caxias em 1999, tornou-se responsável por praticamente 60% deste produto em 2005. Em termos relativos, todos os demais setores, com exceção da administração pública, apresentaram redução em suas participações na composição do PIB, com destaque para os setores de comércio e aluguéis. Isso, no entanto, não significa necessariamente uma redução na atividade destes setores.



Houve uma acomodação diante do expressivo crescimento em 20 pontos percentuais da indústria da transformação ao longo dos cinco anos analisados. Em termos absolutos o produto da indústria da transformação salta de aproximadamente R\$1,8 bilhões para R\$11 bilhões no período. No caso específico de Duque de Caxias nos deparamos com uma situação interessante, e que não será verificada nos demais municípios estudados até o momento<sup>7</sup>, a da consolidação de uma tendência segundo a qual o principal setor da economia também é o que mais cresce, o que parece sugerir um padrão de crescimento virtuoso e sustentável.

Os setores “outros serviços”, administração pública e construção civil também experimentaram uma evolução positiva em termos absolutos. Por outro lado, o setor de aluguéis, que como vimos anteriormente, teve queda relativa, manteve-se estável. Já o setor “comércio”, que apresentou acentuada queda em termos relativos, confirmou este comportamento em números absolutos<sup>8</sup>.

Quanto aos impactos deste padrão de crescimento no mercado de trabalho, os dados apontam para Duque de Caxias como o município da Baixada com os maiores índices de formalidade e ao mesmo tempo o que mais gerou postos formais de trabalho entre os anos de 2001 e 2005. No início do período, o índice de trabalho formal<sup>9</sup> do município era de 17,39%, número que subiu para 21,76% ao final de 2005. Uma evolução de 4,37 pontos percentuais. Isso significa que foram criados 22.365 postos de trabalho formal neste mesmo período (tabela 1), sendo que os setores que mais geraram postos em termos absolutos foram, respectivamente, os de Serviços, Comércio e Indústria da Transformação. Em números relativos, o setor de Comércio foi o que mais evoluiu em relação à geração de postos de trabalho formal (36,83%), seguido pelos setores Serviços (21,65%) e Indústria da Transformação (21,65%).

7 Como veremos adiante, no caso de Nilópolis o principal setor em termos de participação no PIB – construção civil – também é o setor que mais cresce, no entanto, trata-se de uma tendência recente, verificada apenas no último ano analisado.

8 Na base da CIDE a série disponível sobre o PIB do setor de comércio para os municípios do Rio de Janeiro está defasada em relação aos demais setores. Os dados só estão disponíveis a partir de 2002.

9 Relação entre o número de postos formais do município e a população em idade economicamente ativa (entre 15 e 64 anos).

| Setores                    | <b>Tabela 1 – Duque de Caxias - Pessoal Ocupado com Carteira Assinada</b> |               |                |                |                |
|----------------------------|---|---------------|----------------|----------------|----------------|
|                            | 2001  | 2002          | 2003           | 2004           | 2005           |
| Serviços                   | 34.913  | 40.034        | 40.993         | 43.737         | 42.793         |
| Comércio                   | 20.772  | 22.493        | 24.428         | 26.495         | 28.422         |
| Indústria da Transformação | 19.706  | 20.477        | 20.576         | 21.281         | 23.972         |
| Administração Pública      | 9.178   | 10.638        | 11.243         | 11.294         | 10.953         |
| Construção Civil           | 4.339   | 5.175         | 8.694          | 6.703          | 5.133          |
| <b>TOTAL</b>               | <b>88.908</b>   | <b>98.817</b> | <b>105.934</b> | <b>109.510</b> | <b>111.273</b> |

Fonte: MTE/RAIS

Utilizando a base de dados do CEMPRE/IBGE, é possível observar o interior de cada setor, destacando os principais sub-setores de cada ramo da atividade econômica. A tabela 2 mostra que o sub-setor da economia de Duque de Caixas que mais concentra pessoal assalariado é o de “serviços prestados às empresas” com 16,45%. Este mesmo sub-setor concentra 9,82% da massa salarial da economia municipal. Interessa notar que os três principais sub-setores pertencem ao setor de serviços e respondem a 36,73% dos trabalhadores assalariados do município e à 25,62% dos salários. O agregado dos cinco principais sub-setores nos mostra um número equilibrado: geram 45,68% dos postos de trabalho assalariados e concentram 43,08% da massa salarial.

| <b>Tabela 2 - Duque de Caxias: Principais Sub-Setores em pessoal assalariado (2004)</b> |                     |          |
|---|---------------------|----------|
| Sub-Setor   | Pessoal Assalariado | Salários |
| Serviços prestados às empresas  | 16,45%              | 9,82%    |
| Serviços de Transporte e Distribuição   | 15,10%              | 13,50%   |
| Serviços Prestados às Famílias  | 5,18%               | 2,30%    |
| Construção de edifícios e obras de engenharia civil                                     | 5,18%               | 9,38%    |
| Fabricação de Produtos Químicos   | 3,77%               | 8,08%    |

Fonte: CEMPRE/IBGE

Quando o foco da análise é a concentração da massa salarial a situação se altera um pouco. É o que nos revela a tabela 3. Os cinco principais sub-setores em termos de concentração dos salários são praticamente os mesmos. A única alteração é a substituição do sub-setor “serviços prestados as famílias” pelo de “fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool”. Este setor sozinho concentra 16,86% dos salários de Duque de Caxias e gera apenas 2,09% dos postos de trabalho assalariado. Assim, juntos, os cinco principais sub-setores em termos de concentração da massa salarial concentram 57,64% dos salários e respondem a apenas 42,59% do pessoal assalariado.

| <b>Tabela 3 - Duque de Caxias: Sub-Setores que mais concentram a massa salarial (2004)</b>         |          |                     |
|--|----------|---------------------|
| Sub-Setor  | Salários | Pessoal Assalariado |
| Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool | 16,86%   | 2,09%               |
| Serviços de Transporte e Distribuição  | 13,50%   | 15,10%              |
| Serviços prestados às empresas   | 9,82%    | 16,45%              |
| Construção de edifícios e obras de engenharia civil  | 9,38%    | 5,18%               |
| Fabricação de Produtos Químicos  | 8,08%    | 3,77%               |

Fonte: CEMPRE/IBGE

Os dados do CEMPRE/IBGE nos permitem ainda fazer uma análise um pouco mais aprofundada dentro dos quatro principais setores da economia municipal de Duque de Caxias em termos do número de pessoal assalariado.

### **Serviços:**

Os sub-setores que mais geraram postos assalariados são:

1. “serviços prestados às empresas” (16,45% dos postos assalariados e 9,82% da massa salarial);
2. “transporte e distribuição” (15,10% dos postos assalariados e 13,50% da massa salarial)
3. “serviços prestados às famílias” (responsável por 5,18% dos postos assalariados e concentra 2,30% da massa salarial do município).

### **Comércio:**

Os sub-setores que mais geraram postos assalariados são:

1. “Comércio a varejo e por atacado de peças e acessórios para veículos automotores” (2,35% dos postos assalariados e 1,17% da massa salarial);
2. “Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (2,30% dos postos assalariados e 1,34% do salário)
3. “Comércio varejista de artigos do vestuário e complementos” (1,98% dos postos assalariados e 0,83% salários)

### **Indústria:**

Os sub-setores que mais geraram postos assalariados são:

1. “Fabricação de Produtos Químicos” (3,77% dos postos assalariados e 8,08% da massa salarial)
2. “Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas” (3,42% dos postos assalariados e 4,18% da massa salarial)
3. “Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios” (2,58% dos postos assalariados e 0,96% da massa salarial)

### **Construção:**

Os sub-setores que mais geraram postos assalariados são:

1. “Construção de edifícios e obras de engenharia civil” (5,18% dos postos assalariados e 9,38% da massa salarial)
2. “Obras de acabamento” (0,79% dos postos assalariados e 0,57% da massa salarial)
3. “Obras de instalações” (0,33% dos postos assalariados e 0,74% da massa salarial)

Em relação à evolução do número de estabelecimentos criados, a série disponível é um pouco maior em relação à série “pessoal ocupado com carteira assinada”. Os dados cobrem o período entre 1997 e 2005. Os principais setores em termos de número de estabelecimentos são os de Comércio, Serviços e Indústria da Transformação (tabela 4). No intervalo analisado, foram abertos 1.435 novos estabelecimentos em Duque de Caxias, sendo que os setores que mais evoluíram, em termos absolutos foram Comércio (682), Serviços (660) e Construção Civil (66). Em termos relativos foram, respectivamente, Construção Civil (43,14%), Serviços (38,13%) e Comércio (27,89%). Embora tenham sido criados apenas 26 novos estabelecimentos no setor de Indústria da Transformação, foram criados neste setor 4.266 novos postos de trabalho formal, apenas entre 2001 e 2005.

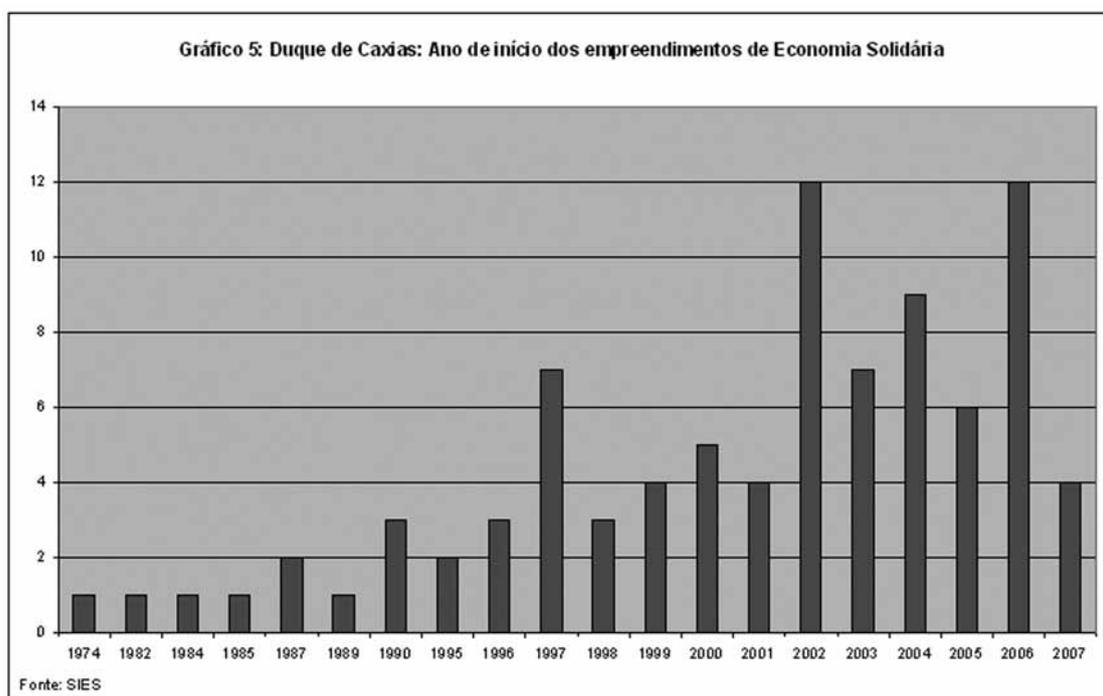
**Tabela 4 - Duque de Caxias - Número de Estabelecimentos**

| Setores                    | 1997  | 1998  | 1999  | 2000  | 2001  | 2002  | 2003  | 2004  | 2005  |
|----------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Comércio                   | 2.445 | 2.543 | 2.652 | 2.741 | 2.819 | 2.883 | 2.931 | 3.037 | 3.127 |
| Serviços                   | 1.731 | 1.867 | 1.980 | 2.043 | 2.067 | 2.150 | 2.172 | 2.303 | 2.391 |
| Indústria da Transformação | 864   | 873   | 866   | 851   | 892   | 884   | 881   | 870   | 890   |
| Construção Civil           | 153   | 176   | 178   | 194   | 201   | 201   | 216   | 233   | 219   |
| SIUP                       | 11    | 9     | 9     | 11    | 12    | 14    | 11    | 12    | 12    |
| TOTAL                      | 5.204 | 5.468 | 5.685 | 5.840 | 5.991 | 6.132 | 6.211 | 6.455 | 6.639 |

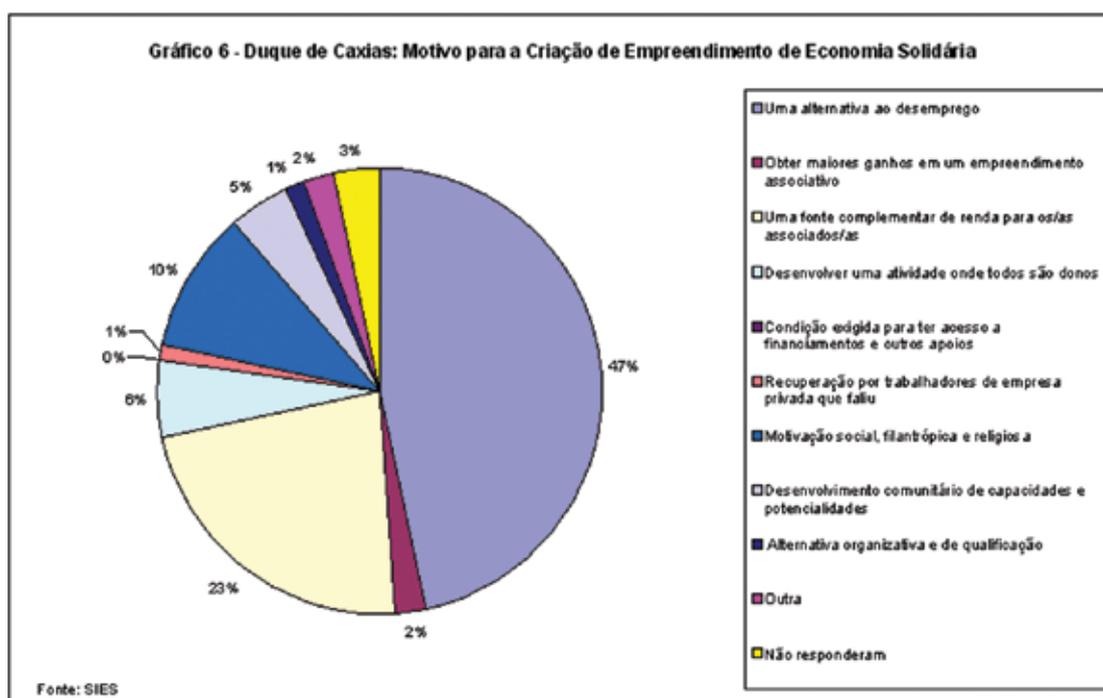
Fonte: MTE/RAIS

## Economia Solidária

A seguir, faremos uma breve análise sobre empreendimentos de economia solidária presentes no município de Duque de Caxias. Os dados são do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). No ano de 2007, ano de realização da pesquisa do SIES, havia 88 empreendimentos de economia solidária em Duque de Caxias. O gráfico 5 abaixo, mostra que o surgimento destes empreendimentos se intensificou a partir do final da década de 1990 e principalmente na década atual.



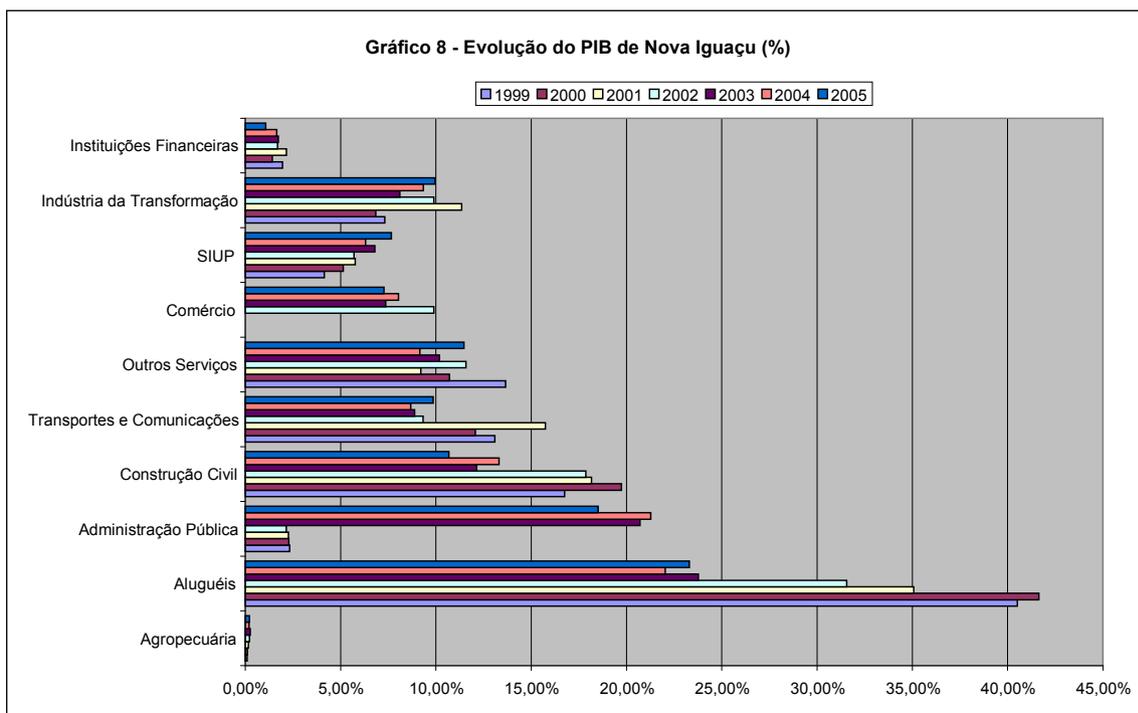
Em Duque de Caxias, a principal razão para o surgimento dos empreendimentos de economia solidária é a resposta ao quadro de desemprego estrutural, causada pela aguda reestruturação produtiva sofrida pela economia brasileira justamente a partir de meados da década de 1990. É o que nos mostra o gráfico 6 abaixo. Praticamente a metade de todos os empreendimentos surgiu como alternativa à desocupação. A segunda principal razão para o surgimento destes empreendimentos é a criação de fonte complementar de renda.



Outro detalhe importante sobre o perfil dos empreendimentos de economia solidária em Duque de Caxias é que mais da metade se dedica à fabricação de produtos têxteis e à confecção de artigos de vestuário. Considerando que Duque de Caxias foi, até meados dos anos 1980, um importante pólo têxtil, isso sugere que a absoluta maioria destes empreendimentos surge a partir do aproveitamento do conhecimento prático dos trabalhadores desocupados.

## Nova Iguaçu

A análise sobre a economia de Nova Iguaçu revela uma espécie de transição, pois, embora este município possua uma economia mais diversificada, o perfil dos principais setores e o padrão de evolução recente dos mesmos estão bem mais próximos da média dos demais municípios da Baixada Fluminense do que de Duque de Caxias em particular. Isso significa que entre os principais setores da economia municipal, encontramos atividades que indicam menor dinamismo econômico, se comparado ao primeiro município analisado. O caso específico de Nova Iguaçu está representado no gráfico 8 abaixo, onde podemos observar que os principais setores são o de “aluguéis” e o da administração pública.



O setor de aluguéis, por exemplo, que em 2005 gerou aproximadamente 23% do PIB de Nova Iguaçu, gerava, no início da série, mais de 40%. Embora este setor, que representa uma atividade rentista, basicamente de intermediação financeira, continue sendo o principal setor em termos de participação no produto municipal, a sua importância relativa vem diminuindo, graças a evolução de outros setores, notadamente os da “administração pública”, “outros serviços”<sup>10</sup> e “indústria da transformação”. No entanto, embora em termos relativos o setor de “aluguéis” tenha recuado a sua participação, em números absolutos o comportamento do setor durante o período analisado foi estável. Isso confirma a informação de que o peso deste setor foi reduzido em função do avanço de outros setores. Neste caso,

<sup>10</sup> No setor “outros serviços” se destacam as escolas e hospitais, alojamento e alimentação, conservação e reparos, serviços domésticos e pessoais, imprensa etc.

observou-se um importante avanço da administração pública, que de pouco mais de R\$ 69 milhões em 2002, ultrapassa a casa de R\$ 1 bilhão em 2004, recuando para R\$ 867 milhões em 2005.

Em Nova Iguaçu, portanto, o principal setor não é o que mais cresce, o que neste caso é algo positivo, na medida em que pode significar uma maior diversificação e dinâmicas econômicas. Um importante indicador neste sentido é a expansão dos setores de “outros serviços”, “indústria da transformação” e “serviços industriais de utilidade pública” (SIUP).

Em relação ao mercado de trabalho, entre os anos de 2001 e 2005 o índice de trabalho formal de Nova Iguaçu evoluiu de 12,48% para 13,77%. Esta evolução de apenas 1,29 pontos percentuais foi a menor verificada entre os quatro municípios analisados neste trabalho. Foram gerados 6.460 postos de trabalho formal (tabela 5), sendo que os principais responsáveis foram, respectivamente, o setor de comércio, administração pública e construção civil. O setor da indústria da transformação que, como vimos, apresentou importante evolução em sua participação no PIB municipal, reduziu o seu número de pessoal ocupado em 496 pessoas. Em termos relativos, os setores que mais avançaram em termos de geração dos postos formais foram, respectivamente, administração pública (44,55%), construção civil (31,64%) e comércio (18,77%).

| Setores                    | Tabela 5 - Nova Iguaçu - Pessoal Ocupado com Carteira Assinada |        |        |        |        |
|----------------------------|--|--------|--------|--------|--------|
|                            | 2001   | 2002   | 2003   | 2004   | 2005   |
| Serviços                   | 25.963   | 25.382 | 23.918 | 25.049 | 26.281 |
| Comércio                   | 19.438   | 20.145 | 20.346 | 22.244 | 23.087 |
| Indústria da Transformação | 9.830  | 9.266  | 9.327  | 8.985  | 9.334  |
| Administração Pública      | 5.259  | 6.206  | 6.239  | 6.314  | 7.602  |
| Construção Civil           | 2.042  | 2.663  | 2.605  | 2.707  | 2.688  |
| TOTAL                      | 62.532   | 63.662 | 62.435 | 65.299 | 68.992 |

Fonte: MTE/RAIS

Novamente, recorreremos à base de dados do CEMPRE/IBGE para observar o interior de cada setor, destacando os principais sub-setores de cada ramo da atividade econômica da economia de Nova Iguaçu. A partir da tabela 6 abaixo, observamos que o principal sub-setor em termos de concentração de pessoal assalariado é o de “serviços prestados a empresas”, com 10,31%. Este mesmo sub-setor responde a 6,99% da massa salarial municipal. O segundo principal sub-setor em termos de concentração de pessoal assalariado é o de “Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios”, responsável por 8,35% dos postos. Em termos de massa salarial, este sub-setor concentra 8,89%. Juntos, os cinco principais sub-setores da economia de Nova Iguaçu concentram 38,88% dos postos de trabalho assalariados e 33,96% da massa salarial.

**Tabela 6 - Nova Iguaçu: Principais Sub-Setores em pessoal assalariado (2004)**

| Sub-Setor  | Pessoal Assalariado | Salários |
|--|---------------------|----------|
| Serviços Prestados às Empresas   | 10,31%              | 6,99%    |
| Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios | 8,35%               | 8,89%    |
| Serviços Prestados às Famílias   | 8,02%               | 4,93%    |
| Serviços de Transporte e Distribuição  | 7,93%               | 9,90%    |
| Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas  | 4,27%               | 3,26%    |

Fonte: CEMPRE/IBGE

A tabela 7 nos permite analisar os principais sub-setores em termos de concentração da massa salarial. O principal sub-setor é o de “transporte e distribuição” que concentra 9,90% da massa salarial e corresponde a 7,93% dos postos de trabalho assalariados. Em segundo lugar, aparece o sub-setor de “comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com 8,89% da massa salarial e 8,35% dos postos de trabalho assalariado. Ao todo, os 5 principais sub-setores concentram 37,43% da massa salarial e respondem a 38% dos postos de trabalho, o que significa um maior equilíbrio em relação aos dados de Duque de Caxias.

**Tabela 7 - Nova Iguaçu: Sub-Setores que mais concentram a massa salarial (2004)**

| Sub-Setor  | Salários | Pessoal Assalariado |
|--|----------|---------------------|
| Transporte e Distribuição  | 9,90%    | 7,93%               |
| Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios | 8,89%    | 8,35%               |
| Prestados às Empresas  | 6,99%    | 10,31%              |
| Obras de acabamento  | 6,73%    | 3,48%               |
| Prestados às Famílias  | 4,93%    | 8,02%               |

Fonte: CEMPRE/IBGE

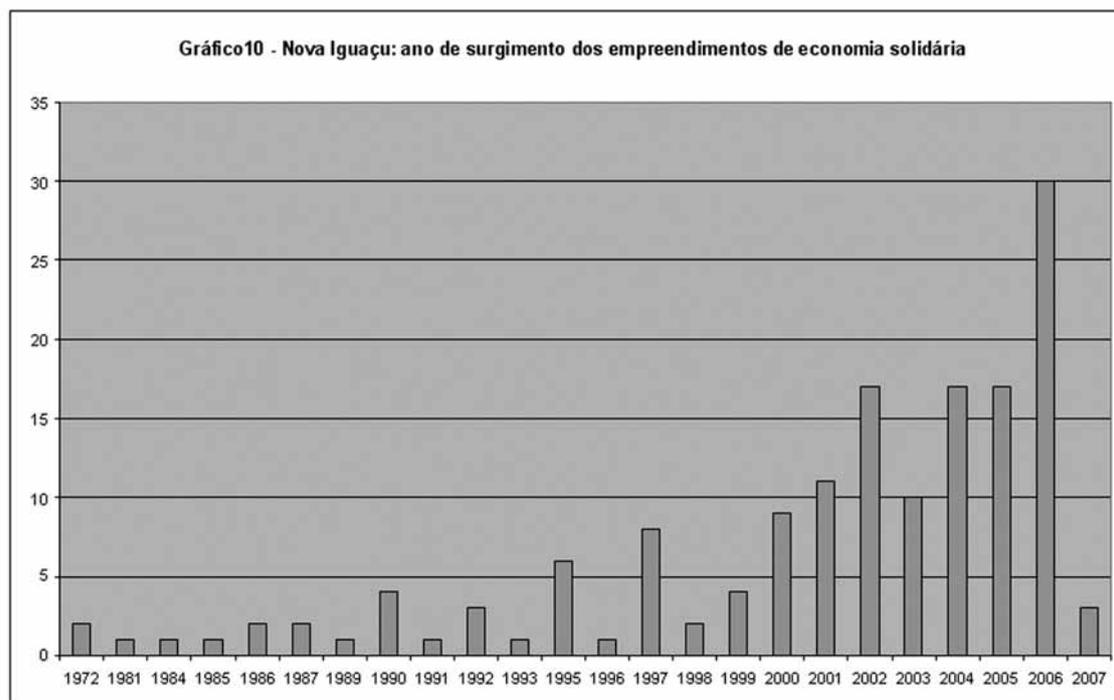
Em relação ao número de estabelecimentos, entre os anos de 1997 e 2005, Nova Iguaçu recebeu apenas 82 novas unidades (tabela 8). Um aumento de 1,55%. Os setores de serviços industriais de utilidade pública (com um crescimento de 33%), serviços (12%), e construção civil (8,59%) foram os que mais abriram novos estabelecimentos em termos relativos. No setor de indústria da transformação houve um importante recuo de 29,37% no número de estabelecimentos, o que significou o fechamento de 163 unidades. Logo, a expansão desse setor na composição do PIB municipal se deu apesar do número de demissões e fechamento de unidades produtivas.

| Setores                    | 1997         | 1998         | 1999         | 2000         | 2001         | 2002         | 2003         | 2004         | 2005         |
|----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Comércio                   | 2.651        | 2.683        | 2.746        | 2.758        | 2.624        | 2.584        | 2.603        | 2.629        | 2.649        |
| Serviços                   | 1.934        | 1.978        | 2.082        | 2.121        | 2.063        | 2.093        | 2.117        | 2.161        | 2.168        |
| Indústria da Transformação | 555          | 516          | 507          | 486          | 435          | 419          | 412          | 406          | 392          |
| Construção Civil           | 128          | 152          | 157          | 167          | 152          | 167          | 131          | 142          | 139          |
| SIUP                       | 6            | 6            | 4            | 6            | 7            | 6            | 9            | 6            | 8            |
| <b>TOTAL</b>               | <b>5.274</b> | <b>5.335</b> | <b>5.496</b> | <b>5.538</b> | <b>5.281</b> | <b>5.269</b> | <b>5.272</b> | <b>5.344</b> | <b>5.356</b> |

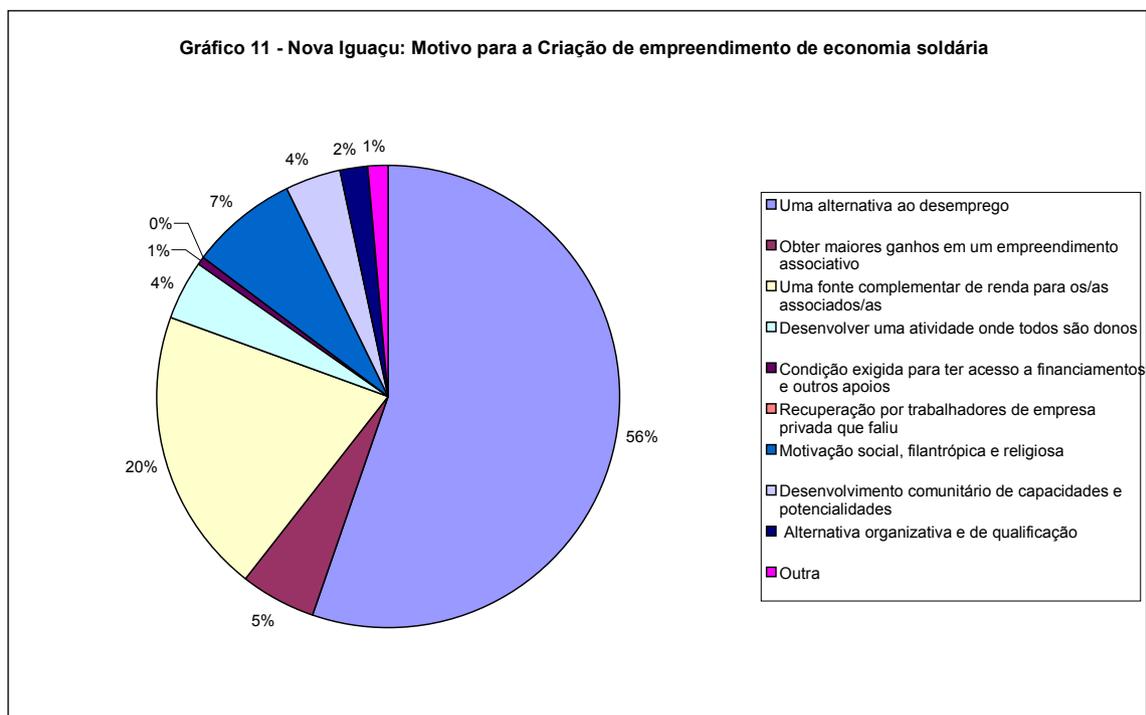
Fonte: TEM/RAIS

## Economia Solidária:

Utilizando novamente dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), faremos uma breve análise sobre empreendimentos de economia solidária presentes no município de Nova Iguaçu. Este município apresentava 154 empreendimentos de economia solidária em 2007, ano de realização da pesquisa do SIES. O gráfico 10 abaixo revela que a maioria dos empreendimentos surge na década atual.



A exemplo de Duque de Caxias, a principal razão para o surgimento dos empreendimentos de economia solidária em Nova Iguaçu é a resposta ao quadro de desemprego estrutural. É o que nos mostra o gráfico 11 abaixo. Mais da metade de todos os empreendimentos (56%) surgiram como alternativa à desocupação. A segunda principal razão para o surgimento destes empreendimentos é a criação de fonte complementar de renda.



A tabela 9 revela que há em Nova Iguaçu uma maior diversificação de setores econômicos entre os empreendimentos de economia solidária. Entretanto, um terço destes empreendimentos se dedica à fabricação de produtos têxteis e 15% à confecção de artigos de vestuário e acessórios.

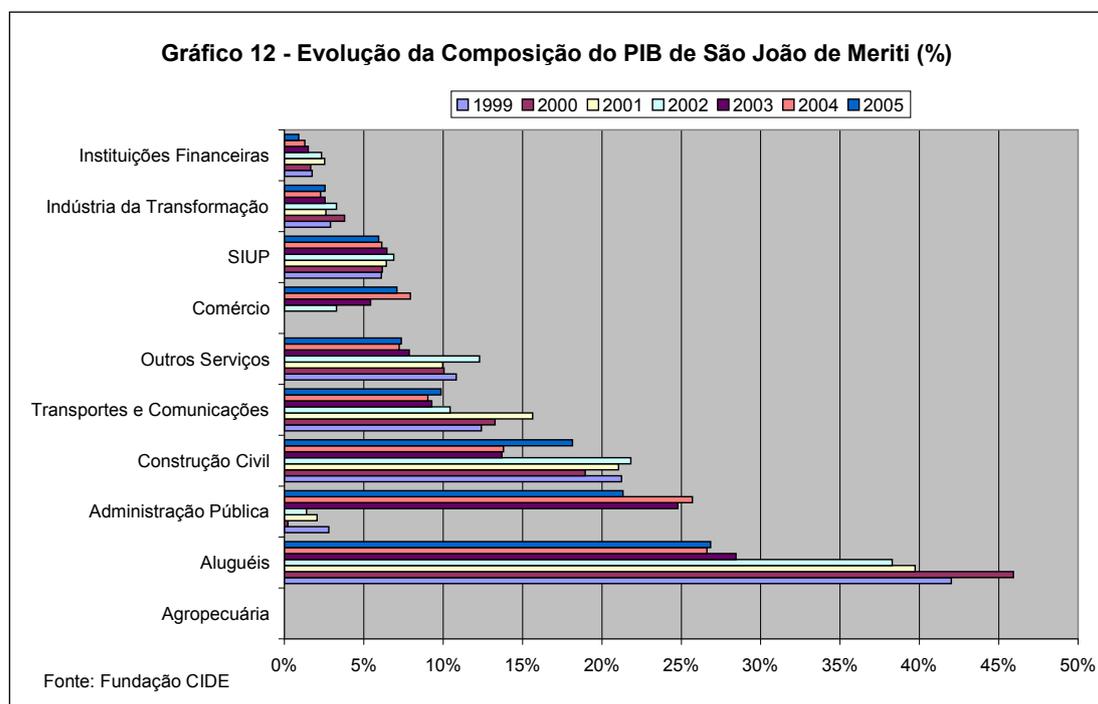
**Tabela 9 - Nova Iguaçu: Setor de Atividade Econômica dos empreendimentos de economia solidária e nº de estabelecimentos**

| Setor   | Número de estabelecimentos |
|---|----------------------------|
| FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS  | 53                         |
| CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS                            | 23                         |
| COMÉRCIO VAREJISTA E REPARAÇÃO DE OBJETOS                                 | 11                         |
| FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS                             | 10                         |
| RECICLAGEM  | 10                         |
| FABRICAÇÃO DE MÓVEIS E INDÚSTRIAS DIVERSAS                                | 8                          |
| PREPARAÇÃO DE COURO E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO | 5                          |
| SERVIÇOS PESSOAIS   | 5                          |
| FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL                         | 4                          |
| HORTICULTURA  | 3                          |
| ATIVIDADES DE APOIO À AGRICULTURA   | 3                          |
| FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA   | 3                          |
| ATIVIDADES RECREATIVAS, CULTURAIS E DESPORTIVAS                           | 3                          |
| COURO, ARTIGOS DE VIAGEM E CALÇADOS                                       | 2                          |
| FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E MATERIAL PLÁSTICO                     | 2                          |
| OUTROS  | 4                          |

Fonte: SIES

## São João de Meriti

A economia de São João de Meriti é menos diversificada quando comparada às economias de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Seus principais setores são os de serviços – com destaque para o setor de aluguéis – administração pública e construção civil. A participação da indústria da transformação, em termos absolutos e relativos, é bem inferior em relação aos municípios anteriormente analisados, embora, como veremos adiante, este setor venha se destacando como um dos principais em termos de geração de postos formais de trabalho no município.



O gráfico 12, sobre a evolução da composição do PIB de São João de Meriti, nos revela que embora o setor de aluguéis seja o mais importante em termos de participação no PIB, sua importância se reduziu no período analisado, principalmente em função do avanço da administração pública. O setor da construção civil, que apresentou crescimento no último ano da série, demonstra uma recuperação enquanto o setor de comércio apresenta um comportamento de aumento de sua participação no PIB.

Na análise dos números absolutos, a exemplo do que aconteceu em Nova Iguaçu, observamos que a redução relativa do setor de aluguéis se deu em função do avanço de outros setores, na medida em que o seu comportamento foi estável no período analisado. Observa-se o grande impacto do aumento do peso da administração pública em São João de Meriti, a exemplo do que também acontece a partir de 2003 nos municípios vizinhos. Os setores da construção civil, comércio e SIUP também apresentaram importante evolução.

Em relação ao mercado de trabalho, entre os anos de 2001 e 2005 o índice de trabalho formal do município evoluiu de 11,59% para 13,65%. Um crescimento de 2,08 pontos percentuais que significou a criação de 6.294 postos de trabalho formal (tabela 10). Os principais setores em termos de pessoal ocupado com carteira assinada são, respectivamente, serviços, comércio e administração pública. No entanto, os setores que mais criaram novos postos, em termos absolutos e relativos, foram os de comércio (4.423), Indústria da Transformação (960) e administração pública (757).

| Setores                    | <b>Tabela 10 - São João de Meriti - Pessoal Ocupado com Carteira Assinada</b> |        |        |        |        |
|----------------------------|---|--------|--------|--------|--------|
|                            | 2001  | 2002   | 2003   | 2004   | 2005   |
| Serviços                   | 17.127  | 18.163 | 16.965 | 17.453 | 17.554 |
| Comércio                   | 9.804   | 10.218 | 11.427 | 13.032 | 14.227 |
| Administração Pública      | 3.881   | 3.828  | 4.186  | 4.417  | 4.638  |
| Indústria da Transformação | 3.555   | 3.603  | 3.773  | 4.019  | 4.515  |
| Construção Civil           | 628   | 1.068  | 658    | 457    | 355    |
| Total                      | 34.995  | 36.880 | 37.009 | 39.378 | 41.289 |

Fonte: MTE/RAIS

Utilizando dados do CEMPRE/IBGE é possível ter uma noção sobre a concentração salarial em relação aos setores da atividade econômica que mais empregam. O principal setor em termos de geração de postos assalariado é o de “transporte e distribuição” (19,21%), que responde a 23,66% da massa salarial. O segundo setor que mais gera postos de trabalho assalariado é o de “comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios” com 13,06%. Este setor responde concentra ao mesmo tempo 23,66% dos salários. Juntos, os cinco principais setores da economia de São João de Meriti geram 54% dos postos de trabalho assalariado e concentram e 64% da renda.

| <b>Tabela 11 – São J. Meriti: Principais Sub-Setores em pessoal assalariado (2004)</b> |                     |          |
|--|---------------------|----------|
| Sub-Setor  | Pessoal Assalariado | Salários |
| Transporte e Distribuição  | 19,21%              | 23,66%   |
| Comércio varejista de mercadorias em geral, pred produtos alimenticios                 | 13,06%              | 24,76%   |
| Prestados às Famílias  | 8,87%               | 5,68%    |
| Prestados às Empresas  | 8,69%               | 8,18%    |
| Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios   | 4,22%               | 2,35%    |

Fonte: CEMPRE/IBGE

Em relação ao número de estabelecimentos, foram abertas 212 novas unidades em São João de Meriti entre os anos de 2001 e 2005. Um aumento de 6,96%. A involução dos setores da Indústria da transformação e da Construção civil foi compensada pelo aumento no número de estabelecimentos no setor de serviços principalmente (tabela 12).

| Setores                    | <b>Tabela 12 - São João de Meriti - Numero de Estabelecimentos</b> |       |       |       |       |       |       |       |       |
|----------------------------|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
|                            | 1997   | 1998  | 1999  | 2000  | 2001  | 2002  | 2003  | 2004  | 2005  |
| Comércio                   | 1.621  | 1.587 | 1.610 | 1.586 | 1.589 | 1.658 | 1.640 | 1.665 | 1.693 |
| Serviços                   | 895  | 931   | 990   | 1.005 | 1.055 | 1.087 | 1.084 | 1.131 | 1.117 |
| Indústria da Transformação | 441  | 430   | 407   | 394   | 410   | 399   | 408   | 389   | 387   |
| Construção Civil           | 89   | 98    | 94    | 83    | 83    | 95    | 85    | 63    | 61    |
| SIUP                       | 2  | 4     | 4     | 6     | 7     | 4     | 5     | 5     | 2     |
| Total                      | 3.048  | 3.050 | 3.105 | 3.074 | 3.144 | 3.243 | 3.222 | 3.253 | 3.260 |

Fonte: MTE/RAIS

É interessante notar que em São João de Meriti, o principal setor em termos de geração de novos postos de trabalho formal – o comércio – de onde vieram nada menos do que 70% dos novos postos gerados no período analisado, embora esteja em fase de expansão, respondeu, em 2005, por menos que 10% do PIB.

## Economia Solidária:

No que tange aos empreendimentos de economia solidária, São João de Meriti também apresenta uma dinâmica mais tímida quando comparada aos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Ao todo, existiam apenas 22 empreendimentos no ano de realização da pesquisa do SIES. A baixa verificação de empreendimentos desta natureza pode ser um reflexo da ausência de políticas públicas de estímulo ao empreendedorismo, mas principalmente uma decorrência da baixa dinâmica da economia municipal como um todo.

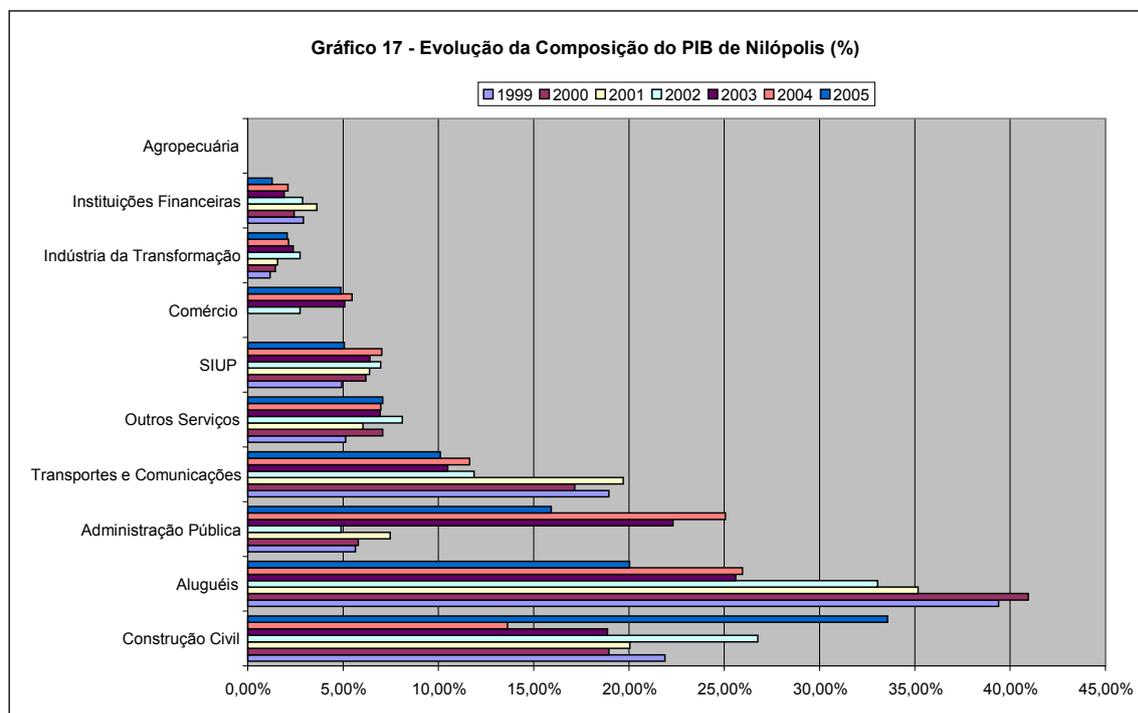
Aqui também, a grande maioria destes empreendimentos de economia solidária surge como resposta à situação de desemprego estrutural. O percentual dos empreendimentos de economia solidária que surgiram em São João de Meriti como alternativa ao desemprego é de 76%.

No que se refere aos setores econômicos destes empreendimentos, São João de Meriti não foge a regra dos demais municípios da Baixada Fluminense até aqui analisados. A metade dos empreendimentos está voltada para a “fabricação de produtos têxteis” e 8%, para a “confeção de artigos de vestuário e acessórios”, o que, como já vimos anteriormente, indica um aproveitamento do acúmulo de conhecimento da população local deste município, que já foi um importante pólo de confecção de roupas, até final da década de 1980.

## Nilópolis

Os números disponíveis para Nilópolis na base do anuário estatístico da fundação CIDE revelam uma particularidade deste município em relação aos outros três casos analisados neste trabalho. No último ano da série, o setor de “aluguéis” foi ultrapassado pelo setor da construção civil que, assim, se tornou o principal setor da atividade econômica no município, em termos absolutos e relativos, em relação a participação na composição do PIB. Este setor, que respondia por 21,8% do PIB em 1999, alcançou a marca de 33,57% em 2005, numa trajetória marcada por uma expressiva evolução exatamente no último ano da série (gráfico 17).

A exemplo dos outros municípios, o setor de aluguéis apresentou um comportamento estável em termos absolutos, o que significa que a queda na sua importância relativa se deu em função do avanço de outros setores, que neste caso, foram os setores da Construção Civil e, novamente, da administração pública. Os setores de “outros serviços”, SIUP, e comércio também apresentaram evolução em termos absolutos.



Em relação ao mercado de trabalho de Nilópolis, o índice de trabalho formal do município, que era de 12,85% em 2001, passou para 14,52%, em 2005. Uma evolução de 1,67 pontos percentuais que significou a criação de 1.756 novos postos de trabalho formal. Os principais setores do município em termos de quantidade de pessoal ocupado com carteira assinada são, respectivamente, serviços, comércio e administração pública (tabela 13). No entanto, os setores que mais geraram postos foram os de comércio (1.076), indústria da transformação (541) e serviços (150). Em termos relativos, os setores que mais evoluíram foram os de indústria da transformação (79,21%), construção civil (54,55%) e comércio (30,51%).

| Setores                    | Tabela 13 - Nilópolis - Pessoal Ocupado com Carteira Assinada |        |        |        |        |
|----------------------------|---|--------|--------|--------|--------|
|                            | 2001  | 2002   | 2003   | 2004   | 2005   |
| Serviços                   | 5.098   | 5.464  | 5.039  | 5.056  | 5.248  |
| Comércio                   | 3.527   | 3.671  | 3.805  | 4.173  | 4.603  |
| Administração Pública      | 3.975   | 3.227  | 2.907  | 3.316  | 3.838  |
| Indústria da Transformação | 683   | 689    | 781    | 1.017  | 1.224  |
| Construção Civil           | 231   | 305    | 624    | 460    | 357    |
| Total                      | 13.514  | 13.356 | 13.156 | 14.022 | 15.270 |

Fonte: MTE/RAIS

Em termos de concentração da massa salarial por setor da atividade econômica, Nilópolis apresenta números equilibrados. Ao todo, os cinco principais setores em termos de pessoal assalariado respondem por 45,64% dos postos de trabalho remunerados e concentram 46,41% dos salários. Novamente, o principal setor em geração de postos de trabalho assalariado é o de “transporte e distribuição”, responsável por 15,39% dos postos e concentrador de 19,20% dos salários.

| Sub-Setor   | Pessoal Assalariado | Salários |
|---|---------------------|----------|
| Transporte e Distribuição   | 15,39%              | 19,20%   |
| Prestados às Famílias   | 10,50%              | 7,63%    |
| Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alime | 9,07%               | 10,17%   |
| Prestados às Empresas   | 5,72%               | 5,00%    |
| Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas                                   | 4,95%               | 4,40%    |

Fonte: CEMPRE/IBGE

| Setores                    | Tabela 15 - Nilópolis - Numero de Estabelecimentos |      |      |      |      |      |      |      |      |
|----------------------------|--|------|------|------|------|------|------|------|------|
|                            | 1997   | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Comércio                   | 550  | 564  | 587  | 656  | 659  | 625  | 664  | 653  | 661  |
| Serviços                   | 422  | 441  | 466  | 516  | 536  | 546  | 554  | 566  | 574  |
| Indústria da Transformação | 132  | 117  | 117  | 102  | 87   | 93   | 81   | 83   | 83   |
| Construção Civil           | 25   | 30   | 36   | 34   | 30   | 29   | 31   | 35   | 35   |
| SIUP                       | 5  | 2    | 2    | 3    | 3    | 4    | 4    | 2    | 2    |
| Total                      | 1134   | 1154 | 1208 | 1311 | 1315 | 1297 | 1334 | 1339 | 1355 |

Fonte: MTE/RAIS

Em relação ao número de estabelecimentos, foram abertas 221 novas unidades em Nilópolis entre os anos de 1997 e 2005. Os setores que mais evoluíram foram os de serviços, comércio e construção civil. O setor mais importante em termos de participação no PIB – a construção civil – responde por menos de 5% dos postos de trabalho formal, enquanto a participação do setor que mais emprega no município – comércio – é de menos que 5%.

## **Economia Solidária:**

No ano de realização da pesquisa do SIES existiam apenas 7 empreendimentos de economia solidária em Nilópolis, todos surgidos na década atual. Neste município, a principal razão para o surgimento destes empreendimentos é a busca por ganhos em empreendimentos associativos (30%). Em segundo lugar empatam os motivos “fonte complementar de renda” e “alternativa ao desemprego”, ambos com 14%. A maioria (58%) dos empreendimentos estão voltados para a “fabricação de produtos têxteis”.

## **Conclusão:**

Embora este texto tenha o caráter de uma primeira aproximação dos dados econômicos de quatro municípios da Baixada Fluminense, vimos que municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu, que possuem economias diversificadas, vêm experimentando ao longo dos últimos anos uma importante

expansão, com impacto positivo nos índices de formalização do trabalho, principalmente no primeiro município, cujo crescimento se sustenta na indústria da transformação. Porém, na maioria dos casos, os principais setores das economias municipais na Baixada são ligados a atividades de baixo dinamismo econômico, como a administração pública e principalmente o setor de aluguéis, uma atividade rentista. É o caso de São João de Meriti, onde o setor que mais gera postos de trabalho formal – comércio – é responsável por menos de 10% do produto interno bruto (PIB) do município.

Finalmente, os dados da economia solidária para os quatro municípios analisados revelam que a maioria dos empreendimentos existentes na região surgiram principalmente a partir de meados da década de 1990 em função do aumento do desemprego. Vimos ainda que grande parte destes pequenos negócios dedica-se ao setor de produtos têxteis e de vestuário, reafirmando a tradição da Baixada como pólo de confecção.

# ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E DINÂMICA DEMOGRÁFICA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Érica Tavares da Silva

## Introdução

Este estudo se propõe a investigar as transformações na dinâmica demográfica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), reflexão esta que se insere num conjunto de estudos sobre as grandes tendências na organização social do território metropolitano brasileiro. A idéia geral é partir de uma classificação socioespacial já existente e estudada para algumas áreas metropolitanas pelo Observatório das Metrôpoles, que vem buscando elaborar uma categorização do espaço interno das metrôpoles, além de uma compreensão de sua composição, especialmente em termos da estrutura sócio-ocupacional e das mudanças ocorridas entre 1991 e 2000. A pesquisa a qual fazemos referência está explicitada no relatório “Tendências na organização social do território das metrôpoles 1991 – 2000”<sup>1</sup>, que considerou que “o perfil social de uma área apresenta-se como resultado das desigualdades econômicas e de poder entre as classes sociais, mas também exerce forte influência sobre as ações dos indivíduos ali residentes e dos demais agentes que atuam na metrópole” (Mammarella e Lago, 2009). Como aproximação para expressar as desigualdades econômicas e a diferenciação de classes sociais, temos trabalhado com a ocupação das pessoas para uma hierarquização social destes grupos que, por sua vez, contribui para a compreensão da organização espacial.

A análise do espaço metropolitano esteve considerando a divisão da metrópole entre espaços de inclusão/integração e espaços de exclusão/fragmentação, que ficou evidente nos estudos sobre a relação centro-periferia nesta escala.

“Na América Latina, esse padrão fragmentado/excludente tem sido pensado em contraposição ao padrão desigual/integrado – centro-periferia – consolidado nos estudos urbanos como expressão e até mesmo como explicação da dinâmica de organização interna do espaço metropolitano (Caldeira, 1997; Ribeiro e Lago, 1992). A concentração do emprego, da moradia das classes médias e superiores e dos equipamentos e serviços urbanos nas áreas centrais e, conseqüentemente, as enormes carências que marcam os espaços periféricos sustentaram, até os anos 80, a visão dual da metrópole, em que a periferia evidenciava a distância física e social entre as classes sociais. Essa distância foi um dos mecanismos utilizados pelas nossas elites para a reprodução de seu poder econômico e simbólico” (Mammarella e Lago, 2009).

Análises recentes sobre a organização socioeconômica do território metropolitano colocaram algumas evidências para a discussão deste modelo de organização. Observam-se indicativos de manu-

<sup>1</sup> Estudo desenvolvido por Mammarella e Lago (2009), como resultado das pesquisas desenvolvidas pelo Observatório das Metrôpoles-INCT sobre a organização socioespacial nas metrôpoles brasileiras.

tenção do modelo centro-periferia, entretanto, são constatadas simultaneamente algumas tendências de diversificação. Outra constatação é a importância de relativizar o centro e a periferia apenas como o município núcleo da região metropolitana e os demais municípios, pois essa diversificação aponta para alterações na escala de divisão social do território metropolitano, saindo da macro para a microescala. Há surgimento de categorias sociais superiores na escala de hierarquização social em espaços considerados populares, assim como aparecem/aumentam também territórios de favela ou concentração de pobreza em áreas mais elitizadas. Além disso, fatores históricos e políticos de cada região também parecem exercer influência nessa organização socioespacial. A diversificação do modelo núcleo-periferia vem ocorrendo em função dos efeitos combinados da segmentação dos mercados de trabalho, de moradias e da mobilidade urbana, destacando a estrutura de oferta dos transportes públicos (Observatório, 2009). Esses fatores têm operado conjuntamente na dinâmica de organização socioespacial, levando a uma complexidade crescente deste processo, em que há uma singularidade de fenômenos, ao invés de um processo macro e mais massificado como anteriormente.

Nesta introdução – apesar de traçarmos em todo trabalho uma descrição analítica que considera também os municípios – fazemos referência ao estudo do qual partimos, uma vez que nosso principal interesse será a análise demográfica segundo os grandes tipos socioespaciais. Portanto, esta tipologia elaborada considera as formas de acesso à moradia como fator explicativo das tendências observadas. Ao analisar as tendências de segmentação socioespacial no território metropolitano, o objetivo das autoras foi “refletir sobre os efeitos da segmentação socioespacial nas relações de classe, partindo dos pressupostos de que: (i) a concentração das classes dominantes no território é uma estratégia de poder, (ii) a concentração dos operários no território pode ser uma estratégia de poder e (iii) a homogeneidade social em territórios com múltiplas carências e abrigando os segmentos mais vulneráveis é um fator de contenção das possibilidades de ação desses segmentos” (Mammarella e Lago, 2009).

Sobre a metodologia utilizada, a menor unidade espacial considerada foram as AEDs – Áreas de Expansão da Amostra – unidades territoriais mínimas formadas através da reunião de setores censitários para disponibilização de microdados do Censo Demográfico de 2000; essa composição foi compatibilizada com a base de 1991. Para o núcleo da RMRJ, o Município do Rio de Janeiro, os pesquisadores utilizaram um recorte espacial intraurbano que permitiu separar as favelas, portanto, em alguns casos são as AEDs, em outros são recortes que distinguem as favelas. Para a elaboração de uma hierarquia sócio-ocupacional e posterior tipologia dos espaços metropolitanos, considerou-se 24 categorias sócio-ocupacionais chamadas de CATs<sup>2</sup> (reunidas em 8 grandes grupos), que foram cruzadas com as AEDs ou áreas homogêneas no Rio de Janeiro. Através de uma análise fatorial por correspondência da distribuição das categorias sócio-ocupacionais por cada uma das áreas, seguiu-se uma classificação hierárquica ascendente, chegando a diferentes agrupamentos de áreas com perfis semelhantes, que resultaram das distinções entre as estruturas ocupacionais e dos processos de organização social do espaço em cada metrópole.

A partir dos indicadores selecionados (perfil sócio-ocupacional; distribuição relativa das categorias; e índice de densidade), os grupos de áreas foram nomeados segundo suas principais características sócio-ocupacionais internas e segundo as diferenciações que apresentam entre si. Como resultado,

2 São estes os grupos: 1) Dirigentes: Grandes empregadores, Dirigentes do setor público, Dirigentes do setor privado; 2) Intelectuais: Profissionais autônomos de nível superior, Profissionais empregados de nível superior, Profissionais estatutários de nível superior, Professores de nível superior; 3) Pequenos empregadores; 4) Ocupações médias: Ocupações de escritório, Ocupações de supervisão, Ocupações técnicas, Ocupações de saúde e educação, Ocupações de segurança, justiça e correio, Ocupações artísticas e similares; 5) Trabalhadores do Terciário: Trabalhadores do comércio, Prestadores de serviços especializados; 6) Trabalhadores do Secundário: Trabalhadores manuais da indústria moderna, Trabalhadores manuais da indústria tradicional, Trabalhadores manuais de serviços auxiliares, Trabalhadores manuais da construção civil; 7) Trabalhadores do Terciário Não-Especializado: Prestadores de serviços não especializados, Empregados domésticos, Ambulantes e biscateiros; 8) Agricultores.

todas as regiões apresentaram uma hierarquia que definiu os tipos socioespaciais “superiores”, “médios”, “operários”, “populares” e “agrícolas”. Estes tipos foram subdivididos de acordo com as especificidades internas de cada agrupamento em cada uma das regiões metropolitanas<sup>3</sup>. Para este trabalho, consideramos apenas a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Partindo assim deste estudo, consideramos que há diversos processos que impactam sobre essa organização socioespacial do território metropolitano apresentada, como a reestruturação produtiva, as transformações no mercado de trabalho e no mercado imobiliário, etc. Nosso objetivo é realizar uma abordagem que atente também para os aspectos demográficos, como contribuição para o entendimento destas mudanças socioespaciais, assim como para apreender diferenças entre as próprias áreas consideradas. É preciso ressaltar que estes aspectos se influenciam mutuamente.

## 1. – Tipologia Socioespacial na RMRJ

A partir do estudo relatado anteriormente, na RMRJ, foram identificados os tipos socioespaciais “superiores”, “médios”, “operários”, “populares” e “agrícolas” para 1991, já em 2000, não chegou a formar-se um grande tipo “agrícola”, ficando apenas os quatro primeiros. Para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), as autoras observaram que reduziram, consideravelmente, os espaços operários, mas ampliaram-se as áreas populares, em proporções semelhantes. A RMRJ em 1991 era predominantemente de tipos médio e operário, passando a apresentar em 2000 delineamentos de tipos médio e popular.

“O crescimento relativo tanto de áreas como de população nos tipos populares da metrópole fluminense revela que os pobres da metrópole não só concentraram sua moradia no espaço como ocuparam mais espaços em 2000. Ao mesmo tempo, o território dos tipos médios sofreu leve ampliação, mas com perda relativa de população. Como característica central, podemos dizer que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro não só se **popularizou** como foi a que mais se **desproletarizou** entre o conjunto das seis regiões consideradas, uma vez que registrou perda significativa tanto de áreas como de população no tipo operário. Comparando as duas maiores metrópoles do Brasil, observa-se, portanto, que tanto a paulista como a fluminense apresentaram diminuição dos espaços operários, mas, no Rio e Janeiro, a polarização social ficou mais acentuada” (Mammarella e Lago, 2009, p.19).

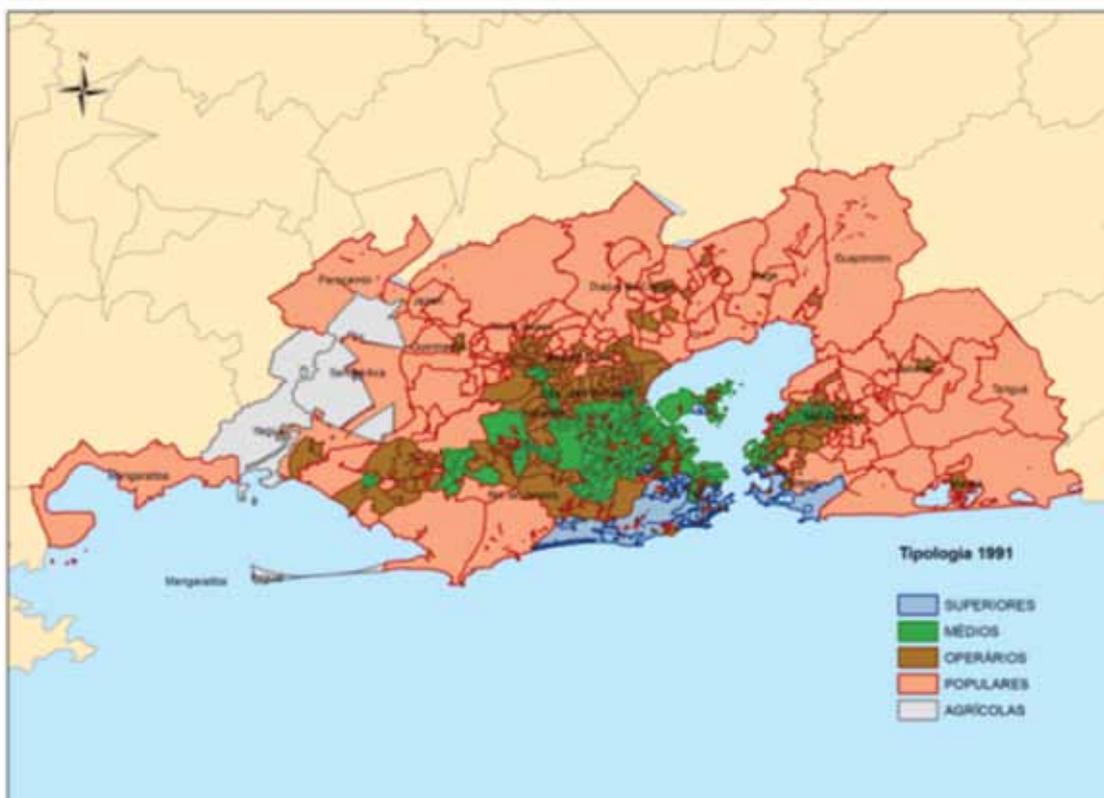
Pela composição, é possível notar que as áreas superiores passaram a apresentar maior partici-

3 Segundo as autoras, “uma caracterização ampla de cada um dos tipos socioespaciais acima referidos, levando em conta o perfil sócio-ocupacional predominante em cada agrupamento, significa, basicamente, que: as áreas de tipos “superiores” se definem pelas maiores densidades das categorias dos dirigentes e dos profissionais de nível superior, sendo que, em alguns casos, os pequenos empregadores e as ocupações médias dividem importância com elas. As áreas de tipo “médio” são marcadas por uma forte presença das ocupações médias, muito embora elas não se encontrem tão concentradas num determinado tipo como as demais categorias, uma vez que uma das características dos estratos médios é a sua maior dispersão residencial no território. Essa dispersão revela misturas sociais variadas, seja com as categorias de profissionais, seja com as ocupações terciárias ou secundárias. Já as áreas de tipos “operários” definem os espaços onde a moradia dos trabalhadores do setor secundário da economia tem significado estatístico relevante. Quando a moradia dos operários se mistura socialmente no território, isso ocorre, via de regra, com os setores populares, representados pelos trabalhadores manuais pouco qualificados, da construção civil e do terciário não especializado. Estes últimos, por sua vez, se constituem nas categorias definidoras das áreas de tipo “populares”, enquanto as áreas de tipos “agrícolas”, minoritárias em todas as regiões metropolitanas e localizadas em zonas onde a produção primária ainda é muito significativa, se definem, essencialmente, pelas densidades excessivamente elevadas de trabalhadores ligados ao mundo agrícola” (Cf. Mammarella e Lago, 2009).

pação ainda das profissões com maior nível na hierarquia social, por sua vez, as áreas populares também apresentaram maior participação de população ocupada nas categorias do secundário e do terciário, do terciário não-especializado também.

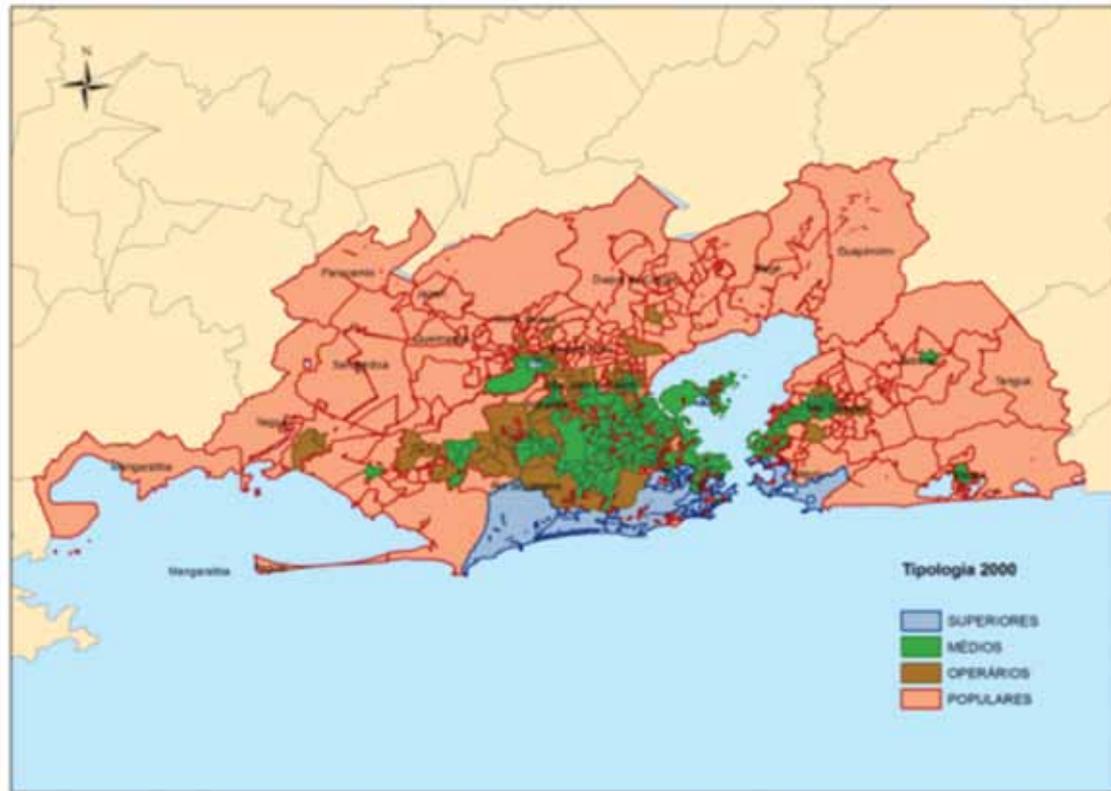
Nosso objetivo é analisar as diferenças demográficas entre estes grandes tipos socioespaciais frente à própria dinâmica que ocorre ao nível dos municípios, assim como aos movimentos populacionais na área metropolitana do Rio de Janeiro.

**Mapa 1: – RMRJ segundo Tipologia Socioespacial, 1991**



Fonte: Elaboração própria baseada em tipologia socioespacial do Observatório das Metrôpoles.

Mapa 2: – RMRJ segundo Tipologia Socioespacial, 2000



Fonte: Elaboração própria baseada em tipologia socioespacial do Observatório das Metrôpoles.

## 2. – Dinâmica demográfica

Com a diminuição das taxas de mortalidade e fecundidade, devido às transformações sociais, econômicas e culturais que ocorreram especialmente a partir do acelerado processo de urbanização, muitas mudanças ocorreram no ritmo de crescimento populacional de todas as áreas do país, assim como na importância das componentes demográficas sobre a distribuição e o crescimento populacional entre os espaços – a mortalidade, a fecundidade e a migração. Com a redução especialmente das taxas de fecundidade, observamos uma tendência geral de diminuição do ritmo de crescimento populacional, que vai apresentando impacto diferenciado sobre os grupos demográficos de crianças, jovens, adultos e idosos; assim como segue apresentando comportamento diferenciado entre as regiões do país, e entre espaços internos nas próprias cidades e áreas metropolitanas. Com essa diminuição geral, os movimentos das pessoas a partir de uma mobilidade residencial vão se tornando um aspecto importante para determinar as mudanças na distribuição espacial da população, tanto na escala intrametropolitana como inter-regional – a migração passa a ser também uma componente essencial na identificação desses processos. Diante disso, vamos analisar as diferenças demográficas entre os grandes tipos socioespaciais, mas considerando também indicadores para os municípios metropolitanos, primeiramente em termos de crescimento populacional, afinal estas mudanças nos padrões demográficos tem reflexo imediato nos ritmos de crescimento da população.

Sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, podemos observar que esta região em muito se diferencia das outras regiões do Estado, uma vez que foi se concentrando em torno da capital – um núcleo econômico ativo e forte – vários municípios que cresciam e dependiam da metrópole, uma vez que

estavam integrados a ela (Ervatti, 2003). Essa região concentra em torno de 80% da população do Estado. Apesar disso, no seu conjunto, a RMRJ teve uma taxa de crescimento populacional de 1991 para 2000 de 0,71% ao ano, bem abaixo da média nacional (1,63%); o Rio de Janeiro – capital – ficou com um crescimento semelhante – 0,74% ao ano, diminuindo ainda no período posterior, de 2000 a 2007 (Tabela 1). A Baixada Fluminense, que agrega os municípios limítrofes à capital e que se constituíram historicamente como sua extensão urbana, encontraram de 2000 a 2007 um crescimento menor do que o observado na década anterior. Desta área, somente Duque de Caxias (1,67%) teve um ritmo de crescimento próximo à média nacional em 2000. As maiores taxas de crescimento são encontradas nos municípios configurados como novas “fronteiras” de expansão, que são Mangaratiba (3,72%) e Maricá (5,71%), mas que também vêm diminuindo neste indicador. Em decréscimo populacional – exceto o caso de Nova Iguaçu (-3,74%), que teve seu território desmembrado para fazer surgir outras cidades, e de Itaguaí (-3,51%) na mesma situação – apenas Nilópolis revelou um decréscimo populacional de 0,31% ao ano. No outro lado da Baía de Guanabara, municípios de expansão urbana já consolidada continuam com um ritmo de crescimento considerável, apesar de não ser tão expressivo como foi na década de 80, São Gonçalo cresceu 1,49% ao ano, enquanto que Itaboraí a taxa foi de 1,58% ao ano (Observatório das Metrôpoles/Metrodata).

Prossegue-se apresentando alguns indicadores demográficos tanto por municípios como por grandes tipos socioespaciais. Apenas para melhor entendimento, realizamos uma separação de municípios baseada em outros estudos realizados para a RMRJ, que consideraram condições de geração e apropriação de riqueza, mercado de trabalho e mobilidade populacional (Ruiz e Pereira, 2007; Ribeiro, Corrêa e Rodrigues, 2008; Ribeiro e Silva, 2008; Lago, 2008 e 2009).

A segmentação econômica e territorial na RMRJ revela uma concentração territorial da produção, da renda e do bem-estar individual e coletivo, que pode ser comparada com esta caracterização quanto à mobilidade da população (Ribeiro et al, 2008). Segundo Ruiz e Pereira (2007), a segmentação econômica entre municípios geradores e apropriadores da renda pode ser identificada a partir dos seguintes tipos de situação: a primeira reuniria aqueles municípios onde a renda é maior do que o valor da produção gerada em seu território, configurando o caso de municípios apropriadores da renda pessoal; a segunda, o contrário, municípios que geram um valor de produção superior ao que se apropria da renda; por último, também temos situações mistas que reúnem aqueles municípios nos quais há uma situação mista na dualidade geração e apropriação da renda. O estudo tratou de identificar a estrutura socioeconômica da região metropolitana em termos da sua composição por cidades renda, cidades-produção e cidades-mix.

A análise desenvolvida por Ribeiro et al (2008) identifica os municípios-renda que concentram elevadas parcelas do bem-estar social e as atividades de alta qualificação, que são Rio de Janeiro e Niterói (primeiro bloco na tabela). Estes estudos identificaram também cidades mistas de natureza operária que apresentam melhores condições de vida populacional, com crescimento populacional negativo ou reduzido: Nilópolis, Duque de Caxias, São Gonçalo, Nova Iguaçu e São João do Meriti – esses municípios coincidem também com pesquisa desenvolvida por Lago (2008) que levanta uma reflexão sobre alterações na periferia da RMRJ, inclusive sobre as condições de uma nova relação centro-periferia.

Em seguida, os municípios-renda que apresentaram piores indicadores de bem-estar individual e coletivo foram Magé, Paracambi e Japeri. Já Queimados e Belford Roxo foram considerados municípios-produção, mas apresentaram dinâmica populacional semelhante a estes anteriores. Temos ainda Sero-pédica, Itaboraí, Itaguaí, Guapimirim, e Tanguá, onde moram camadas populares e operárias e preva-lem níveis médios de condições pessoais e coletivas de vida; e outros municípios como Mangaratiba e Maricá, que apresentam uma dinâmica populacional inclusive mais diferenciada com outras regiões do

Estado (algumas divisões não consideram que esses municípios fazem parte da região metropolitana<sup>4</sup>) – apesar deste último grupo apresentar municípios-renda e produção, apresentam conjuntamente maior crescimento populacional e maiores taxas líquidas de migração, como também veremos mais a frente.

Diante do exposto, podemos apresentar uma compreensão em nível municipal da RMRJ entre os municípios renda, que exercem maior centralidade na RMRJ; municípios de natureza mista entre apropriação e geração de riqueza que apresentam melhores condições de vida e uma diversificação social na periferia, chegando a exercer relativa centralidade na própria periferia; e outros municípios renda e produção, que se dividem entre aqueles com dinâmica demográfica mais estável, com menores ritmos de crescimento, e outros com características diferenciadas especialmente em termos de crescimento populacional mais elevado. Ressaltamos que essa separação se dá apenas para facilitar a compreensão.

**Tabela 1: – RMRJ: Taxa de Crescimento Anual**

| Município          | 1991-2000 | 2000-2007 |
|--------------------|-----------|-----------|
| Rio de Janeiro     | 0,74      | 0,56      |
| Niterói            | 0,58      | 0,45      |
| Duque de Caxias    | 1,67      | 1,19      |
| Nilópolis          | -0,31     | -0,01     |
| Nova Iguaçu        | -3,74     | -1,46     |
| São Gonçalo        | 1,49      | 1,08      |
| São João de Meriti | 0,60      | 0,46      |
| Belford Roxo*      | -         | 1,45      |
| Japeri*            | -         | 1,62      |
| Magé               | 0,79      | 1,74      |
| Paracambi          | 1,18      | 0,67      |
| Queimados*         | -         | 0,94      |
| Guapimirim*        | -         | 2,36      |
| Itaboraí           | 1,58      | 2,03      |
| Itaguaí            | -3,51     | 2,18      |
| Mangaratiba        | 3,72      | 2,33      |
| Maricá             | 5,71      | 4,62      |
| Seropédica*        | -         | 1,51      |
| Tanguá*            | -         | 1,20      |

Fonte: Microdados do Censo de 2000 e Contagem de 2007.

\* Os municípios que não apresentam dados foram emancipados de outros municípios metropolitanos a partir de 1990, portanto, não constavam como município de residência anterior para 1986.

A dinâmica demográfica é geralmente analisada pelas alterações nos padrões de fecundidade, mortalidade e migração. A estrutura etária de uma população é bastante representativa da dinâmica demográfica e pode remeter a outras dimensões de desenvolvimento e urbanização, uma vez que a composição dos grupos etários e da dinâmica inter-geracional é influenciada pelas condições socioeconômicas da sociedade – essa estrutura contribui para o entendimento e previsões sobre o ritmo de crescimento populacional. Neste sentido, pirâmides etárias com bases mais largas e que vão estreitando conforme aumenta os grupos de idade geralmente representam populações com regimes de fecundi-

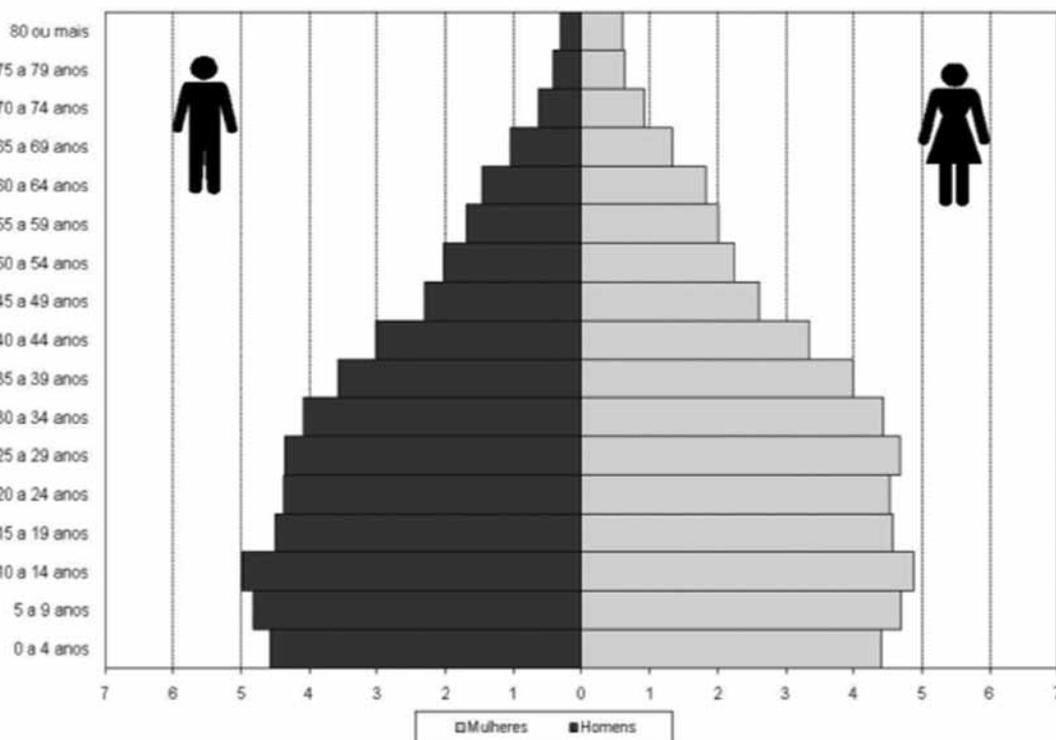
4 O estudo citado de Ribeiro, Rodrigues e Correa (2008) não trabalha com os municípios de Mangaratiba e Maricá, pois partem do estudo dos GEUBs (Ruiz e Pereira, 2007).

dade mais altos e que ainda não experimentaram de forma mais visível o processo de envelhecimento populacional, provavelmente com crescimento populacional ainda significativo também.

“Na medida em que a fecundidade declina, menos crianças nascem e a base da pirâmide vai se estreitando, com uma tendência à forma retangular, característica de uma população envelhecida” (Carvalho, Sawyer e Rodrigues, 1998). O processo de envelhecimento de uma população está relacionado à mudança em sua estrutura etária. A fecundidade influencia muito neste processo, pois quando a fecundidade cai, a base da pirâmide diminui, e a população envelhece mais, mesmo que a mortalidade permaneça a mesma. Portanto, o envelhecimento populacional não está necessariamente relacionado à longevidade; longevidade é viver mais tempo, significa alcançar maior quantidade de anos, o que é uma decorrência do processo, o fato de viver mais pode estar relacionado à melhoria das condições de vida, o que permite que a longevidade aumente. Já o envelhecimento populacional é a mudança na estrutura etária da população, quando a proporção de pessoas em idades mais avançadas está aumentando na população.

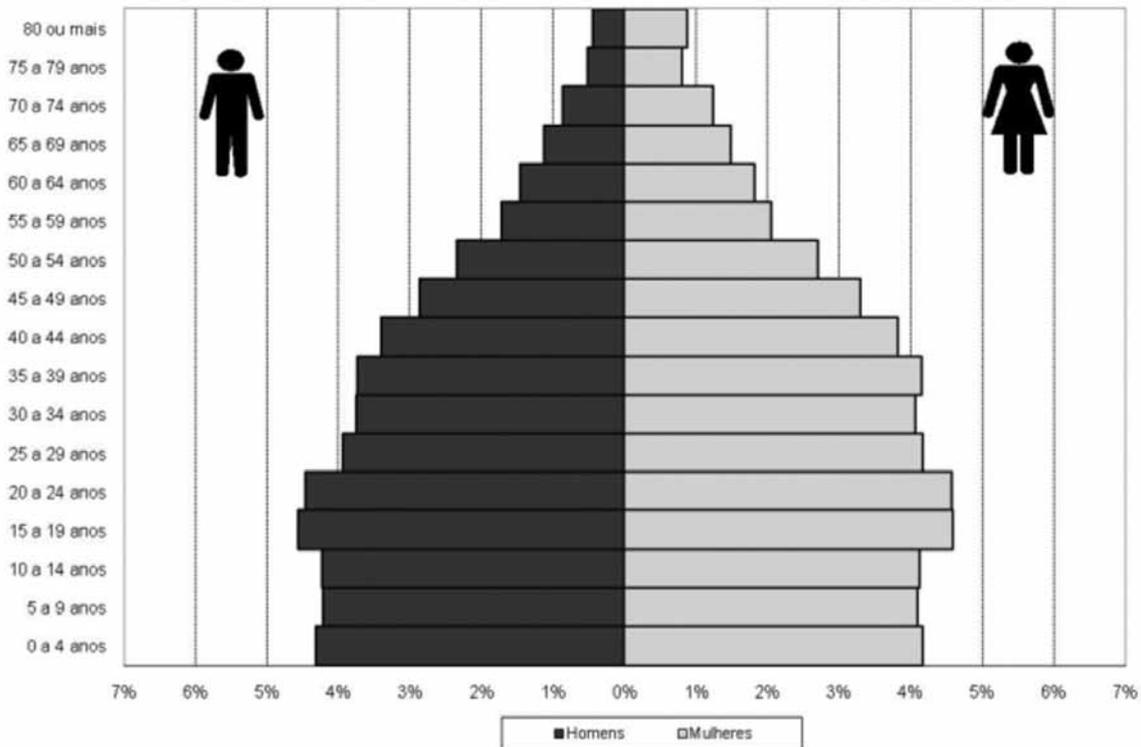
No mundo inteiro, as taxas de natalidade e mortalidade eram muito altas. O processo que foi chamado pelos demógrafos de “transição demográfica” constitui-se, basicamente, na redução dessas taxas em momentos diferentes, sendo um fenômeno marcante no século XX e que acontece uma única vez. Existem vários estudos sobre este fenômeno, alguns esquemas são elaborados visando explicar o processo, mas certamente ocorreu de forma diferenciada nas diversas regiões do mundo. Pelas pirâmides etárias de 1991 e 2000 para o Estado do Rio de Janeiro, já é possível notar essas mudanças, como fruto da transição demográfica, com novos regimes de fecundidade e alterações na dinâmica entre os grupos etários, a forma da pirâmide também se modifica e se torna mais estreita na base, o que vai se refletindo nas demais faixas etárias.

**Gráfico 1: – Estado do Rio de Janeiro: Pirâmide Etária – 1991**



Fonte: Censo Demográfico de 1991.

**Gráfico 2: – Estado do Rio de Janeiro: Pirâmide Etária – 2000**



Fonte: Censo Demográfico de 2000.

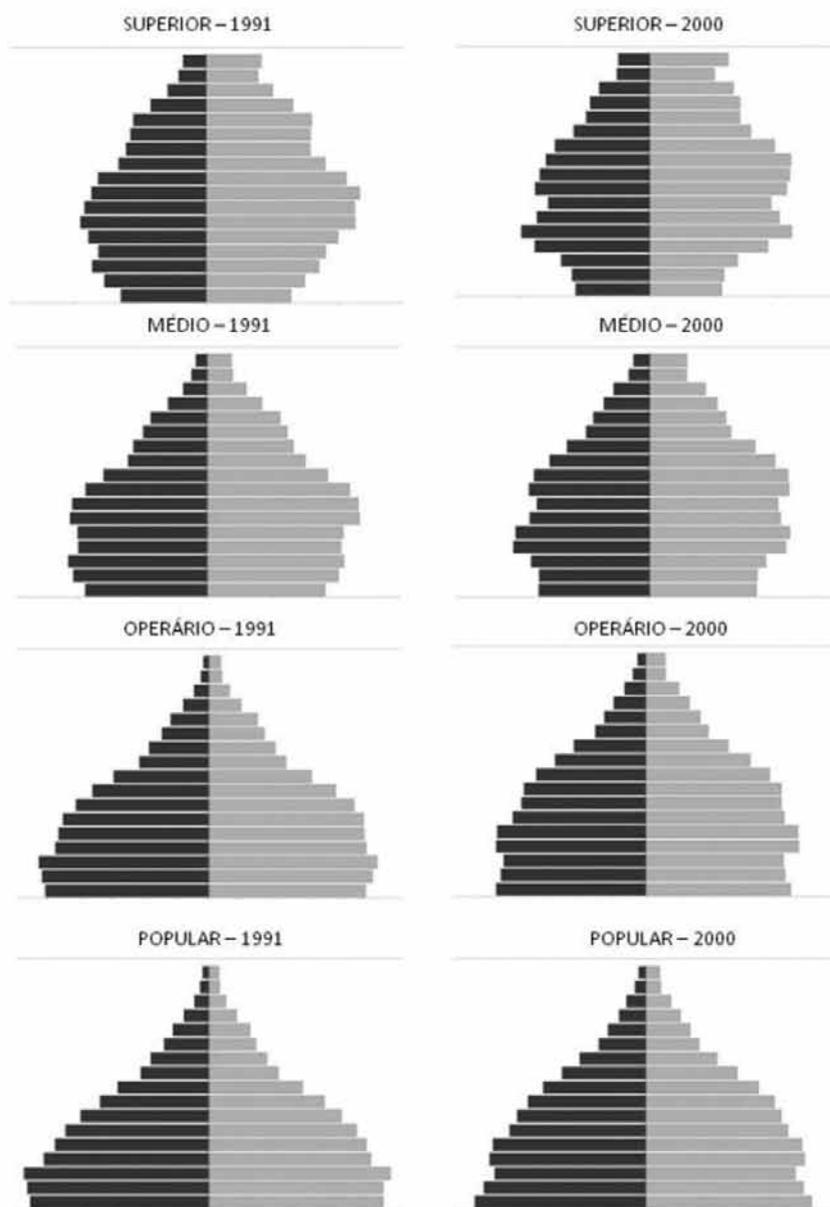
“O fenômeno da transição demográfica, descrito originalmente por Thompson em 1929, compreende três etapas: 1) a taxa de mortalidade cai e a taxa de natalidade permanece elevada, provocando um rápido crescimento populacional; 2) posteriormente, a taxa de natalidade começa a cair, reduzindo o ritmo de crescimento da população; 3) finalmente, a existência de baixas taxas de mortalidade e natalidade, resultando em lento crescimento demográfico” (Alves, 2002, p.28). Segundo a Teoria da Modernização – e a idéia do desenvolvimento como um conjunto de transformações econômicas, políticas e culturais característico das novas áreas urbanas – as mudanças sociais e econômicas se evidenciaram também no ambiente familiar. A família numerosa vai se tornando algo cada vez mais difícil, uma vez que a mobilidade espacial e social dos casais aumenta, ocorre uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e as dificuldades e custos no meio urbano são maiores. Estes fatores acarretam a queda das taxas de mortalidade e fecundidade, apontando para um novo padrão demográfico. O declínio das taxas de mortalidade constitui-se em algo surpreendente alcançado pela humanidade. As regiões mais avançadas economicamente iniciaram esse processo mais cedo, por volta de fins do século XVIII. Portanto, a conquista da redução da mortalidade não se deu de forma igual em todos os países, mas foi no século XX que todo o mundo atingiu esse processo.

Essas transformações em escalas nacionais e regionais também se refletiram nas áreas metropolitanas e espaços intraurbanos, não no mesmo grau de diferenciação, mas em linhas gerais é possível notar que essas distinções – entre países de economia e urbanização mais avançada e países menos desenvolvidos – são possíveis de apreender em outras escalas e com variáveis adequadas, ao nível dos municípios, por exemplo.

Seguindo esse raciocínio, nossa hipótese é a de que, considerando a tipologia socioespacial apresentada para a RMRJ, podemos tomá-la com uma classificação de diferenciação socioeconômica entre

as subáreas da região metropolitana, e avaliar em que medida a dinâmica demográfica se apresenta de maneira diferente entre os tipos socioespaciais. Vamos considerar, portanto, variáveis como: sexo, idade, fecundidade, mortalidade, migração, deslocamento, composição por cor, entre outras, a fim de nos aproximarmos da dinâmica demográfica dos tipos socioespaciais nas áreas da RMRJ. Trabalhamos aqui com os grandes tipos socioespaciais, quais sejam: superior, médio, operário e popular na RMRJ<sup>5</sup>. A estrutura etária entre os tipos socioespaciais já é uma indicação importante de que a dinâmica demográfica é bastante diferenciada segundo essa tipologia em 1991 e 2000. No quadro 1 reduzido a seguir, temos apenas a “forma” das pirâmides segundo essas informações. Podemos notar que as diferenças são consideráveis, mais que as diferenças temporais, são as diferenças entre os tipos socioespaciais que mais sobressaem.

**Quadro 1: – RMRJ: Estrutura Etária segundo Tipo Socioespacial, 1991 e 2000**



Fonte: Elaboração própria a partir de Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

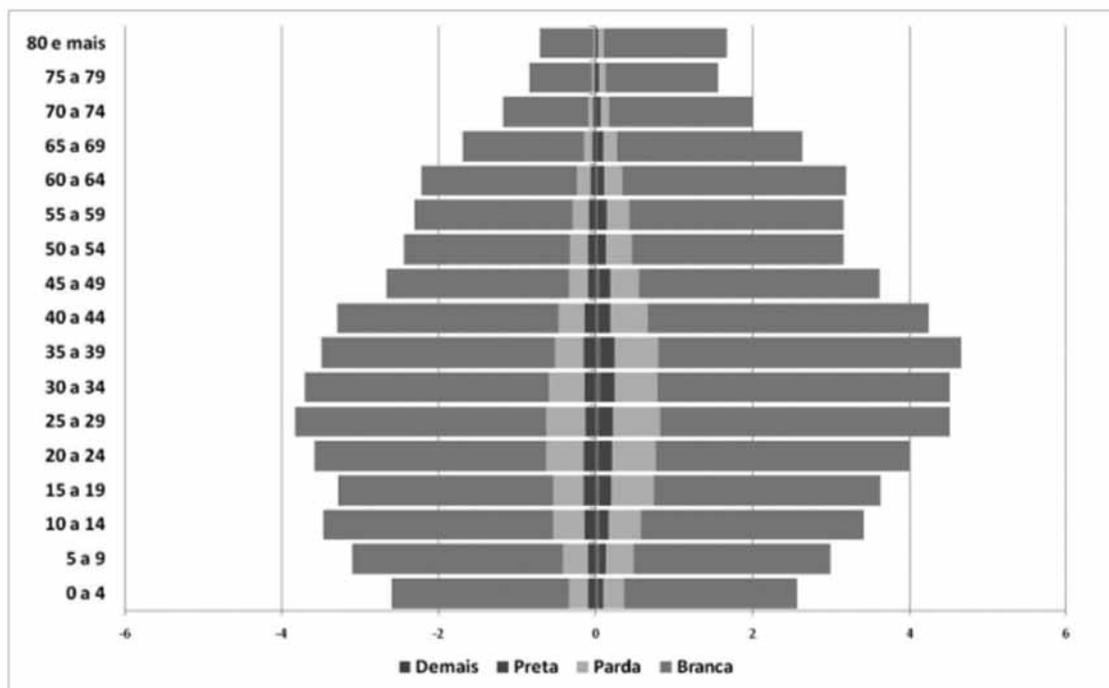
5 Não vamos considerar o tipo “agrícola” identificado em 1991, devido ao número reduzido de pessoas e áreas que compuseram esse tipo – apenas duas áreas com cerca de 23 mil pessoas.

Tanto em 1991 como em 2000, as diferenças entre as áreas superiores, médias, operárias e populares são consideráveis. A base da pirâmide é bastante larga no tipo operário e mais ainda no popular, nas áreas de tipo médio, já há uma redução na proporção de crianças e jovens – as primeiras faixas de idade, que são mais evidentes no tipo superior. Neste, as pirâmides apresentam-se mais “irregulares”, provavelmente devido ao quantitativo populacional mais reduzido nestas áreas.

Ao analisar a estrutura etária dos tipos socioespaciais mais detidamente, filtramos os percentuais de cada grupo etário e sexo segundo a cor da população residente. Portanto, além da composição por sexo e idade que remete também aos padrões de fecundidade e mortalidade, podemos analisar conjuntamente a composição desta população quanto à participação de brancos, pretos, pardos e outros.

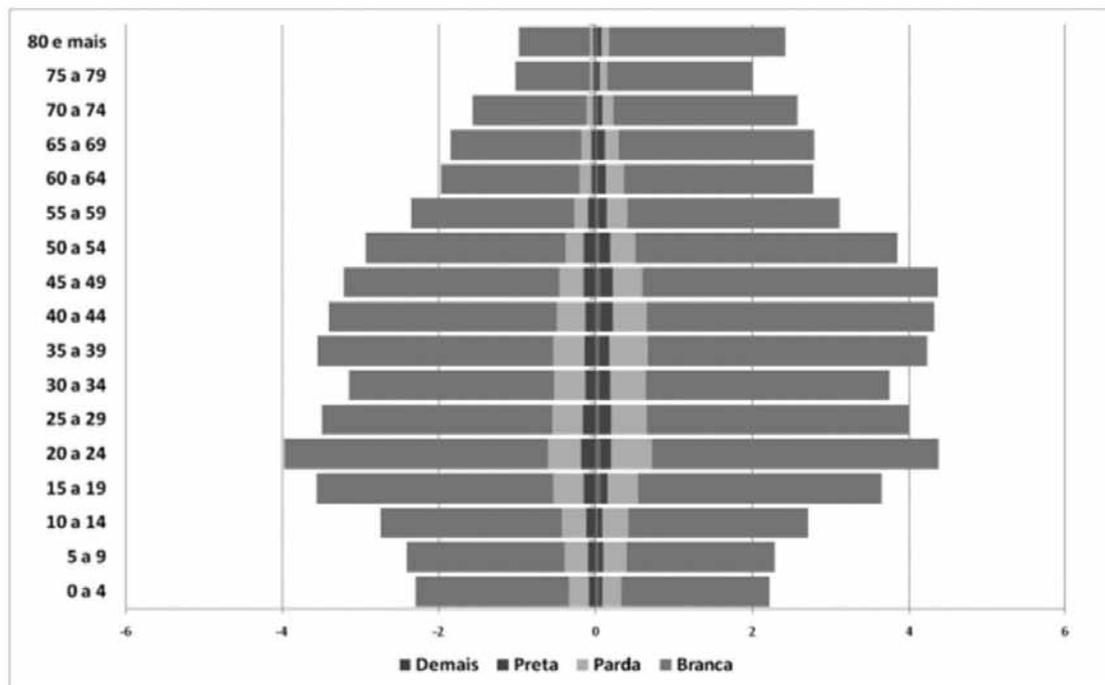
Nas áreas de tipo **superior**, podemos observar padrões gerais de fecundidade mais reduzidos, uma vez que a base da pirâmide é bem mais estreita (gráficos 3 e 4). Já em 1991 as faixas referentes à população jovem eram mais estreitas que as demais, o que se aprofunda em 2000 – revelando o processo de envelhecimento nas áreas consideradas superiores (lembramos que a comparação se refere ao tipo de área, uma vez que as áreas podem não ser de mesmo tipo de 1991 para 2000, o que será comentado no decorrer do estudo).

**Gráfico 3: – RMRJ: Pirâmide Etária segundo Cor nas Áreas Superiores, 1991**



Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 1991.

Gráfico 4: – RMRJ: Pirâmide Etária segundo Cor nas Áreas Superiores, 2000

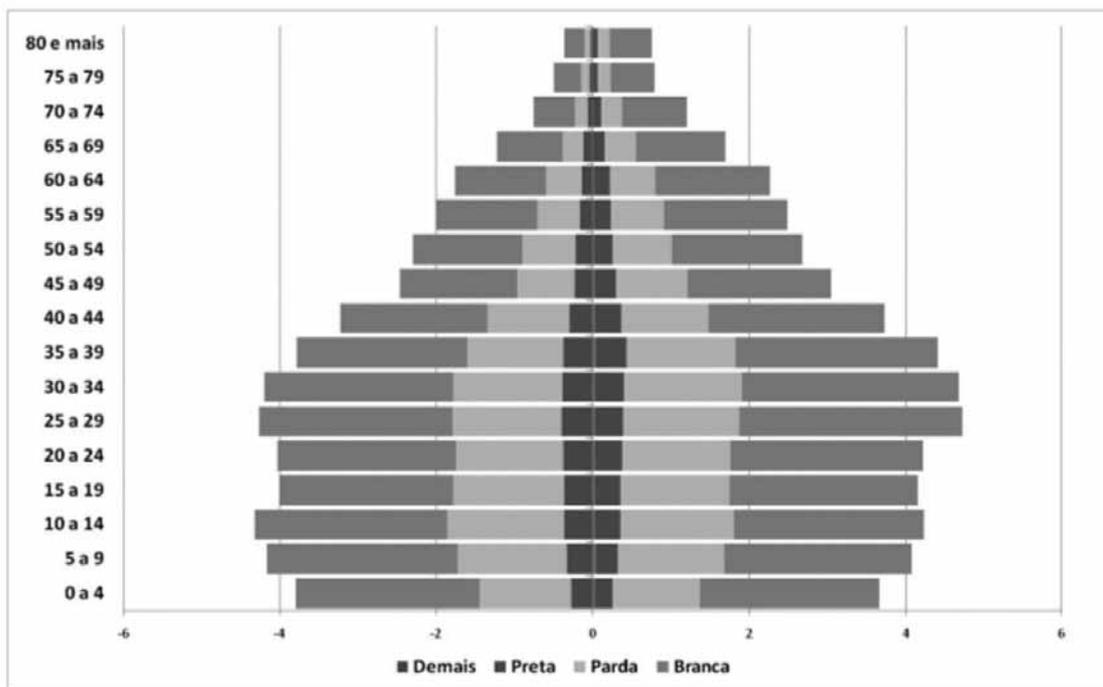


Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Considerando as grandes faixas de idade – como crianças, jovens, adultos e idosos – podemos notar que nestas áreas as maiores participações são em parte de jovens e mais de adultos, até aos 44 anos em 1991, e até aos 49 anos em 2000 aproximadamente. Ou seja, em comparação com as áreas de tipo médio, operário e popular, as áreas superiores têm maiores proporções de pessoas em idade ativa (PIA) – o que remete à idéia do bônus demográfico, especialmente considerado através da razão de dependência (Cf. Alves, 2005). A maior proporção de idosos nas áreas superiores é bastante expressiva em relação às demais áreas, com participação maior das mulheres. Quanto à cor, a proporção de brancos também é bem maior nestes espaços, com uma reduzida participação de pretos. De 1991 para 2000, como ocorreu o estreitamento em quase todas as faixas etárias é difícil perceber a mudança, porém, pelas proporções que observamos em cada faixa, percebemos que até aos 40 anos aumentou ligeiramente a proporção de brancos nas áreas superiores, mais entre as mulheres, já para as idades mais avançadas houve uma diminuição na proporção de brancos.

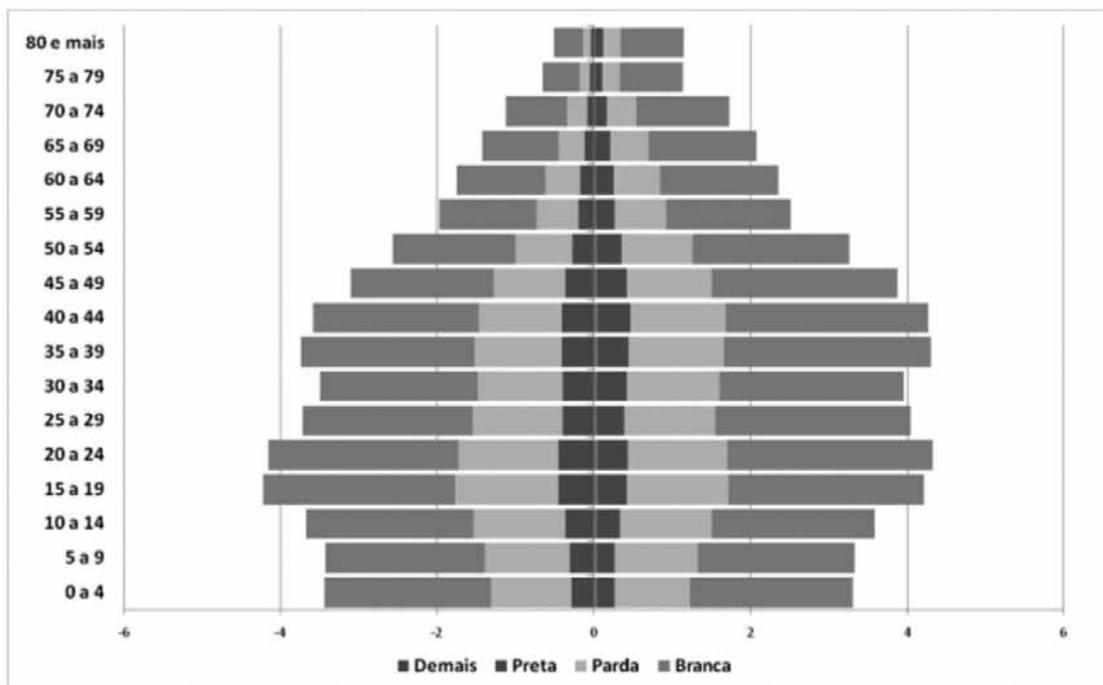
Nas áreas de tipo **médio**, temos uma população relativamente mais jovem (em relação ao tipo superior), em 1991, a base da pirâmide já apresentava estreitamento em relação às demais, o que se aprofunda em 2000, inclusive para as faixas mais acima (gráficos 5 e 6). Em 1991, havia uma proporção maior nas faixas entre 5 a 14 anos e entre 25 a 34 anos; estas primeiras se manifestam em 2000, quando as faixas de 15 a 24 anos são as mais expressivas. Nestas áreas, também há o processo de envelhecimento, menos evidente que no tipo superior, e a proporção de idosos também aumenta. A proporção de pretos e pardos também é um pouco maior do que nas áreas superiores.

Gráfico 5: – RMRJ: Pirâmide Etária segundo Cor nas Áreas Médias, 1991



Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 1991.

Gráfico 6: – RMRJ: Pirâmide Etária segundo Cor nas Áreas Médias, 2000



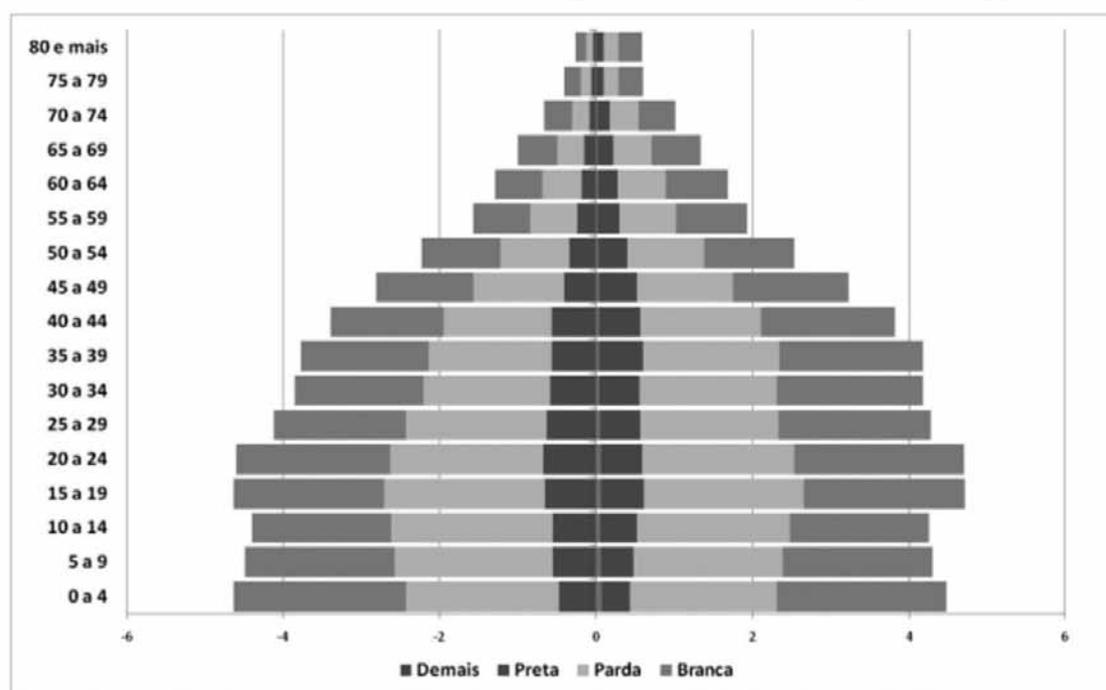
Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Nas áreas de tipo **operário**, a pirâmide etária demonstra uma dinâmica demográfica já mais diferenciada do que nas áreas superiores e médias. A “forma” da pirâmide ainda se apresenta no estilo base larga e estreitando-se com o aumento das faixas de idade, mas em 1991 já era possível observar

nestes espaços algumas mudanças, onde a faixa de 10 a 14 anos é maior do que as faixas anteriores, ou seja, já havia um estreitamento das primeiras faixas de idade, revelando uma redução da fecundidade – embora não na mesma medida que nas outras áreas já apontadas. A partir dos 15 anos, subsequentemente cada faixa de idade vai estreitando-se com menor participação das idades mais avançadas até aos grupos etários referentes aos idosos.

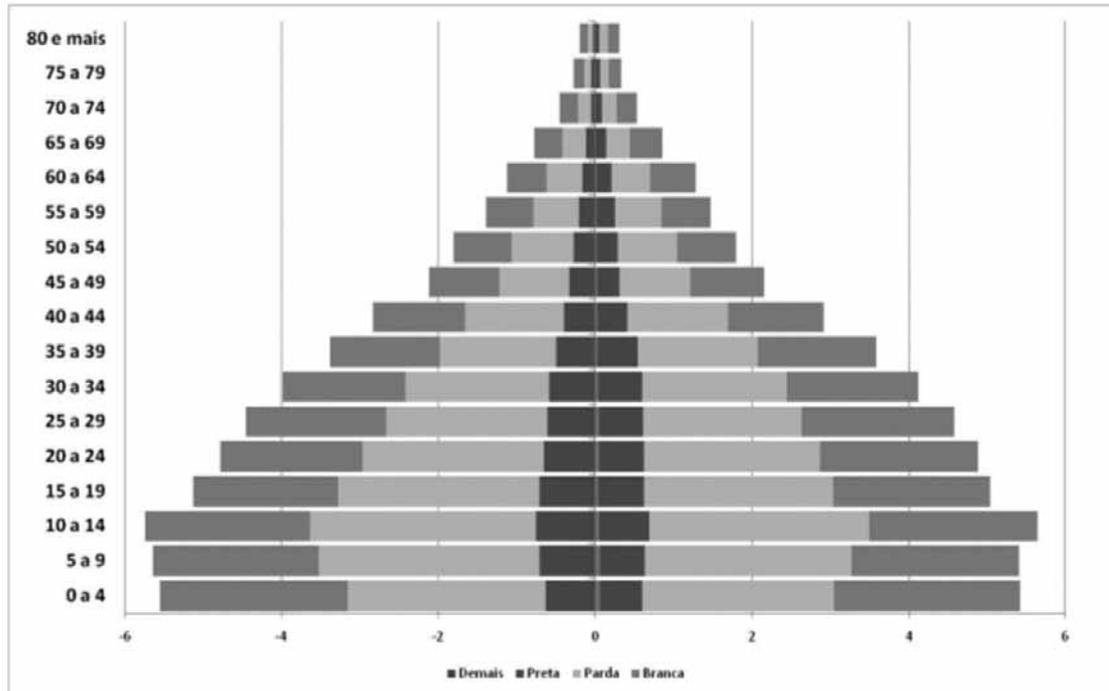
É possível perceber com clareza essa transição para o ano de 2000, onde aproximadamente 10 anos depois, essas mudanças que apareciam até os 10 a 14 anos em 1991, alcançam até a faixa dos 20 a 24 anos em 2000. Não se pode desconsiderar os impactos do crescimento das faixas de idade referentes às pessoas em idade reprodutiva, pois ainda há uma proporção considerável de pessoas que apresentam potencial para ter filhos, o que volta a ter impacto sobre as primeiras faixas de idade até a população estabilizar-se – questão que abordaremos mais à frente.

**Gráfico 7: – RMRJ: Pirâmide Etária segundo Cor nas Áreas Operárias, 1991**



Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 1991.

Gráfico 8: – RMRJ: Pirâmide Etária segundo Cor nas Áreas Operárias, 2000

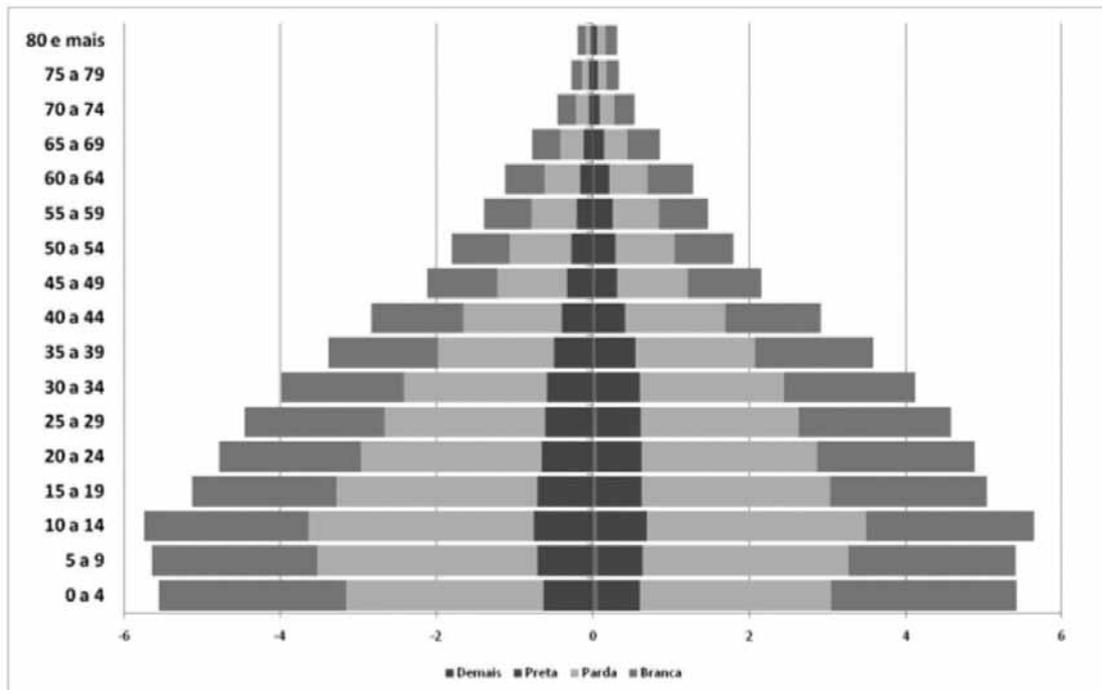


Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Nas áreas de tipo operário (gráficos 7 e 8), a proporção de pardos passa a estar bem semelhante à proporção de brancos, e a participação de pessoas que se declararam pretas nos censos também é maior nesses espaços, do que nas áreas médias e superiores. Sendo assim, por essas informações, já é possível notar as diferenças de cor segundo localização no espaço também.

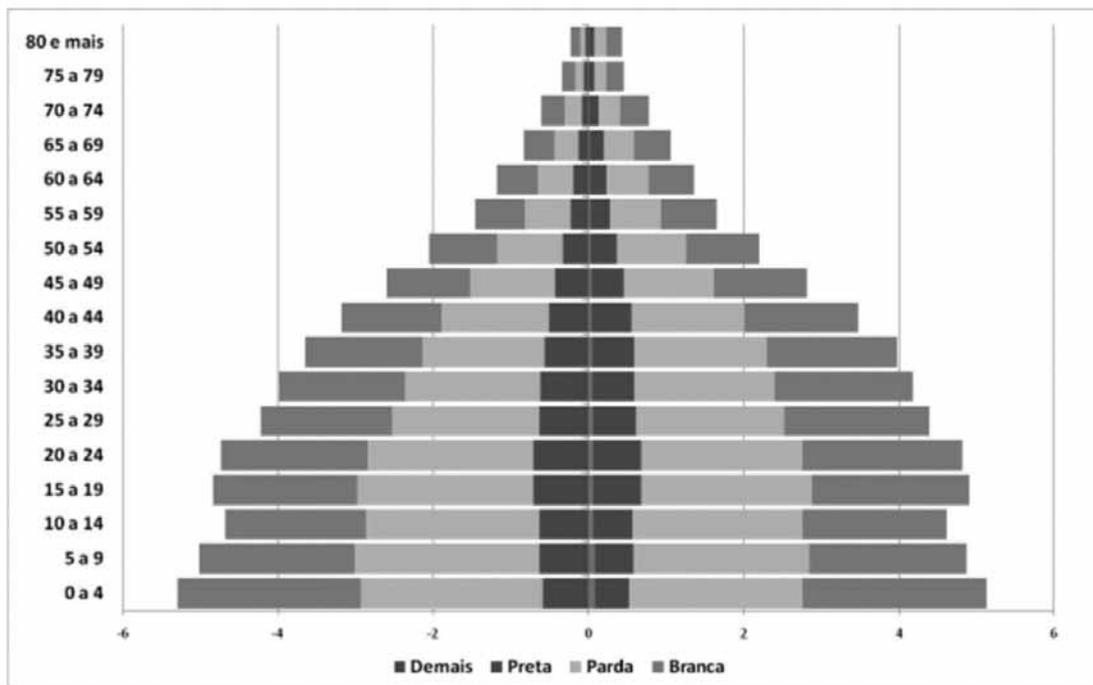
Nas áreas de tipo **popular**, os padrões demográficos são bastante distintos, revelando que deve haver maior fecundidade do que nas demais áreas dos outros tipos socioespaciais. Em linhas gerais, nas faixas até 15 anos já ocorriam alguma alterações em 1991, mas o padrão piramidal ainda é muito marcante (gráficos 9 e 10). Como houve mudanças nas áreas que compunham cada tipo em 1991 e 2000, a comparação deve tomar essa ressalva, pois em 1991 as áreas que foram consideradas como populares, já apresentavam redução na base da pirâmide com alterações até os 10 a 15 anos aproximadamente. Em 2000, a redução também é evidente, mas algumas mudanças podem ser explicadas pela possível incorporação das áreas que eram do tipo agrícola em 1991 para o tipo popular em 2000 – uma vez que essas áreas não chegaram a conformar um “grande tipo” em 2000. Nas áreas populares, a proporção de pretos e pardos supera a proporção de brancos – composição por cor bem distinta especialmente das áreas superiores e médias.

Gráfico 9: – RMRJ: Pirâmide Etária segundo Cor nas Áreas Populares, 1991



Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 1991.

Gráfico 10: – RMRJ: Pirâmide Etária segundo Cor nas Áreas Populares, 2000



Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Portanto, fica claro que a dinâmica demográfica é bastante diferenciada entre os tipos socioespaciais, ou seja, o contexto socioeconômico, as condições de inserção do mercado de trabalho, de moradia, têm influência sobre a dinâmica demográfica, ou talvez apresentem relações imbricadas de causa e efeito que podem ser melhor exploradas.

## 2.1. – Fecundidade

A taxa de fecundidade é considerada como a dimensão mais relevante para a compreensão da dinâmica demográfica, ela busca dimensionar a condição reprodutiva mulher, uma vez que mede o número de filhos, em média, que cada mulher deve ter até o término de seu período reprodutivo, mantido constante o regime de fecundidade atual. Esse indicador é importante para a gestão de políticas públicas na área de planejamento familiar e saúde reprodutiva; essas taxas também estão fortemente relacionadas ao processo de urbanização, à participação da mulher no mercado de trabalho, ao nível educacional e à utilização de métodos contraceptivos. Para que a fecundidade estivesse tão baixa como é atualmente, era necessário passar pelo processo de transição demográfica, do qual já falamos inicialmente.

Em 2000, a TFT no Brasil foi de 2,4 filhos por mulher, já em 2006 a TFT alcançou 2,0 filhos por mulher – abaixo do nível de reposição. Em 2005, a TFT do Estado do Rio de Janeiro chegou a 1,8. Na RMRJ, a maior parte dos municípios já apresenta níveis de fecundidade reduzidos, que diminuíram ainda mais de 1991 para 2000 ou permaneceram semelhantes.

**Tabela 2: – RMRJ: Taxa de Fecundidade Total - 1991 e 2000**

| Município          | 1991 | 2000 |
|--------------------|------|------|
| Rio de Janeiro     | 1,86 | 1,87 |
| Niterói            | 1,76 | 1,61 |
| Duque de Caxias    | 2,42 | 2,41 |
| Nilópolis          | 1,99 | 1,95 |
| Nova Iguaçu        | 2,35 | 2,17 |
| São Gonçalo        | 1,99 | 1,90 |
| São João de Meriti | 2,35 | 2,27 |
| Belford Roxo       | 2,57 | 2,32 |
| Japeri             | 2,97 | 2,57 |
| Magé               | 2,79 | 2,42 |
| Paracambi          | 2,31 | 2,01 |
| Queimados          | 2,74 | 2,51 |
| Guapimirim         | 3,00 | 2,63 |
| Itaboraí           | 2,63 | 2,39 |
| Itaguaí            | 2,68 | 2,58 |
| Mangaratiba        | 2,68 | 2,58 |
| Maricá             | 2,44 | 1,84 |
| Seropédica         | 2,68 | 2,58 |
| Tanguá             | 2,99 | 2,73 |

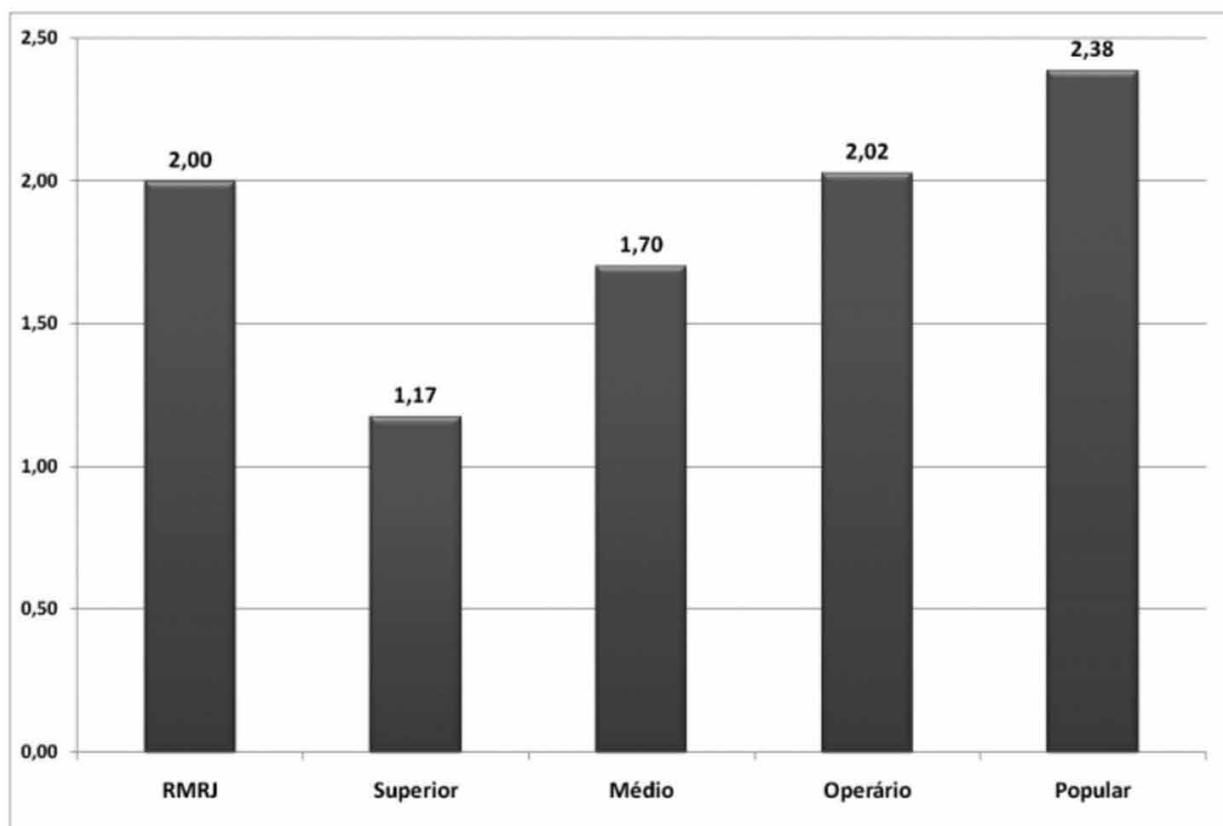
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

A divisão apresentada para os municípios, que já explicitamos anteriormente, parece fazer sentido para a análise dessas informações demográficas. Rio de Janeiro e Niterói apresentaram tanto em 1991 como em 2000, as menores taxas de fecundidade na região, já abaixo do nível de reposição que é de 2,1 filhos por mulher. Estes municípios são seguidos por Nilópolis e São Gonçalo, do grupo seguinte também com fecundidade abaixo de 2,0 – a exceção fica para Maricá que em 2000 apresentou TFT de 1,84. Estes

municípios com melhores condições de vida na periferia apresentaram TFT variando de 1,9 a 2,41 filhos por mulher – esta última taxa em Duque de Caxias. Para os demais, as taxas de fecundidade foram maiores, sendo a maior TFT em 1991 em Guapimirim (3,00) e em 2000 no município de Tanguá (2,73).

Podemos perceber que as condições econômicas, de rendimento e de acesso a determinados serviços e bens também apresentam relação com o regime de fecundidade. Sendo assim, para melhor trabalhar com as evidências encontradas anteriormente na escala dos agrupamentos das AEDs segundo os grandes tipos socioespaciais, calculamos a taxa de fecundidade total para cada grande tipo e as diferenças também foram consideráveis. Essas taxas (e as demais apresentadas a seguir) foram calculadas através do método P/F de Brass (BRASS, 1975) para todos os grupos. Calculamos essas taxas apenas para o ano de 2000.

**Gráfico 11: – RMRJ: Taxas de Fecundidade Total segundo Tipo Socioespacial - 2000**



Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Nota-se claramente que, apesar dos níveis reduzidos de fecundidade no geral, a Taxa de Fecundidade Total (TFT) vai aumentando consideravelmente conforme as áreas têm posição mais inferior na hierarquia socioespacial. Algo bastante discutido pelos demógrafos refere-se à fecundidade abaixo dos níveis de reposição. Em muitos países, o aprofundamento da transição da fecundidade acarretou o fato de que o número médio de filhos passou a ficar abaixo do nível de reposição, que seria de 2,1 filhos, para que ao menos haja a reposição do casal. Esse fenômeno que ocorreu após a primeira transição demográfica, ficou conhecido como segunda transição demográfica.

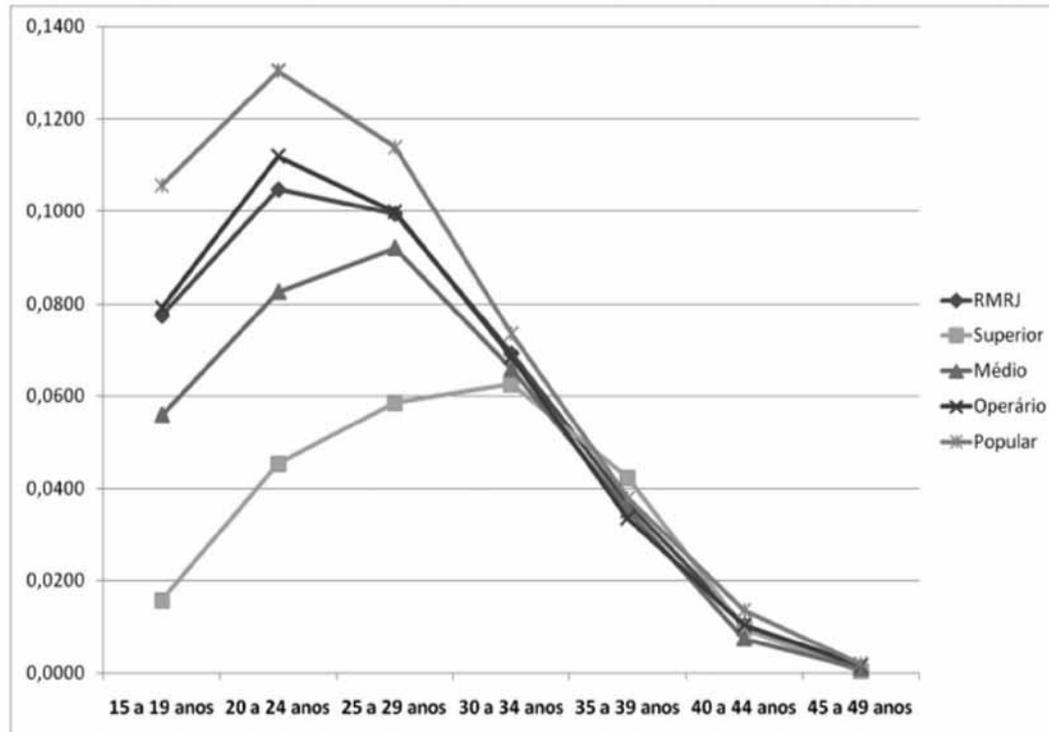
“O que caracteriza essa segunda transição é o baixo número médio de filhos num momento de redução das taxas de nupcialidade, da elevação da idade média ao casar, da elevação da idade média da mulher à primeira gravidez, da elevação dos índices de separações e divórcios, do maior número

de filhos fora do casamento, de uma maior pluralidade nos arranjos familiares (inclusive com a união heterossexual), do crescimento da coabitação, de casais vivendo em casas separadas, da utilização generalizada de métodos eficientes de contracepção, por níveis casa vez mais elevados de escolaridade, da cada vez maior participação feminina no mercado de trabalho e de um crescente individualismo” (Alves, 2002, p.39).

Portanto, esse novo fenômeno está ligado a muitas transformações pelas quais a sociedade de uma maneira geral vem passando, em termos culturais e sociais, e está ligado também aos novos papéis desempenhados pela mulher e pela família.

Isso demonstra que a queda da fecundidade é um fenômeno que se consolidou na dinâmica demográfica em todo o mundo. A fecundidade abaixo do nível de reposição representa um declínio populacional, para que não haja esse declínio, é necessário que a taxa de fecundidade seja maior que 2,1 – na RMRJ como um todo, uma TFT de 2,00 já apresenta esse nível inferior. A queda da fecundidade é um fator que contribui para o envelhecimento da população, provocando a mudança na sua estrutura etária. Num primeiro momento, isso representa um crescimento da população em idade economicamente ativa; no longo prazo, representa um aumento da proporção de idosos e conseqüentemente elevação da razão de dependência, que expressa a proporção de crianças e idosos em relação à população jovem e adulta (não apresentamos aqui, mas as estruturas já apresentadas permitem evidenciar essas alterações também). “(...) A menor carga de dependência tem um efeito macroeconômico, pois significa maior capacidade de poupança, condição indispensável para a elevação dos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico” (Alves, 2005, p. 2). Sendo assim, essa primeira diminuição na proporção de crianças e idosos sobre a PIA expressa aquilo que tem sido considerado entre os demógrafos como “janela de oportunidade”, em função da mudança na estrutura etária da população, ou também “bônus demográfico”, em que o peso dos adultos na estrutura etária da população aumenta e posteriormente o de idosos. Nesse sentido, a razão de dependência também pode ser fortemente impactada pela migração, uma vez que ainda é na idade ativa que há maior ocorrência de mobilidade espacial.

Apesar de a RMRJ estar com baixa fecundidade, nas áreas populares e operárias a fecundidade ainda não está no nível de reposição, nos perguntamos se esse comportamento também é semelhante para todos os grupos de idade da mãe. A fim de responder isso, calculamos as Taxas Específicas de Fecundidade (TEF), que são na verdade as taxas que compõem a TFT, mas expressam os níveis de fecundidade para cada coorte de mulheres.

**Gráfico 12: – RMRJ: Taxas Específicas de Fecundidade segundo Tipo Socioespacial - 2000**

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000.

É bastante interessante notar que o comportamento da fecundidade se apresenta de maneira diferente tanto entre os grupos etários como entre os tipos socioespaciais. Até a coorte das mulheres de 25 a 29 anos, o comportamento reprodutivo é bem menor conforme aumenta a posição na hierarquia socioespacial, ou seja, nas áreas superiores a fecundidade é mais baixa na juventude enquanto nas áreas populares e operárias é maior. Nestas últimas, o pico da fecundidade se dá na faixa de 20 a 24 anos, nas áreas de tipo médio, a fecundidade mais alta está para as mulheres de 25 a 29 anos, já nas superiores, adia-se mais o nascimento dos filhos, quando o pico encontra-se na faixa de 30 a 34 anos. Portanto, a fecundidade nas áreas médias e populares é alta mais cedo e já começa a declinar a partir dos 20 a 24 anos – mesmo mantendo-se mais elevada que nas demais áreas, enquanto estas ainda estão em processo de aumento.

A partir dos 30 aos 34 anos, os níveis de fecundidade segundo os tipos começam a encontrar-se – é quando a fecundidade esteve mais semelhante tanto para as mulheres que moram em áreas superiores quanto para aquelas que residem em áreas populares. Na passagem dos 30 aos 34 anos até a faixa de 35 a 39 anos, a fecundidade das mulheres nas áreas superiores ultrapassa aquelas das outras áreas – mostrando a fecundidade tardia para essas mulheres, o que certamente está ligado à inserção no mercado de trabalho, ao nível educacional e a um maior acesso aos serviços de saúde, até mais especializados.

As transformações demográficas acarretadas por diversos fatores, entre eles destacando-se a queda da fecundidade, apresentam muitos desafios para as políticas públicas. Segundo Berquó e Cavenaghi (2004), os níveis de fecundidade têm preocupado não apenas os estudiosos da área, mas, sobretudo, os formuladores de políticas públicas, dadas as suas implicações sociais. O envelhecimento populacional tem sido crescente e tem ocorrido simultaneamente a uma onda de jovens. Essa onda de jovens é um fenômeno com grande impacto no mercado de trabalho nas três últimas décadas.

Como vimos, as taxas de fecundidade permanecem diminuindo e, apesar do reduzido crescimento populacional, alguns espaços mesmo com fecundidade abaixo do nível de reposição continuam

crescendo. Isso ocorre devido ao que denomina-se de “inércia demográfica”, pois até todas as coortes de idade experimentarem essas alterações, temos ainda o impacto reprodutivo de umas coortes sobre outras. Com maior participação de jovens e adultos, apesar das pessoas terem menos filhos, há um maior potencial reprodutivo, pois pode haver muitas mulheres tendo filhos (mesmo que em menor quantidade por mulher). De acordo com a revisão da projeção de população do IBGE (2008), entre 2005 e 2039 a população brasileira vai continuar a crescer, embora com uma fecundidade abaixo do nível de reposição, por conta da inércia demográfica. A partir de 2040 a população brasileira vai começar a diminuir devido ao envelhecimento populacional, em um contexto de baixa fecundidade (Alves, 2009). Além disso, é preciso considerar o impacto das migrações, que têm passado a exercer um papel cada vez mais significativo no crescimento populacional de algumas áreas.

## 2.2 – Mortalidade

As condições de mortalidade de uma sociedade também estão relacionadas com o nível de desenvolvimento, mas tendo algumas outras variáveis por trás dessa dimensão social e econômica. Os indicadores de mortalidade geralmente expressam o contexto de qualidade de vida e condições de saúde de um lugar. Neste sentido, apesar de correntes diferenciadas buscarem explicar o declínio da mortalidade – como parte da transição demográfica – a partir da evolução do tratamento médico ou a partir da melhoria das condições de vida, não podemos rejeitar nenhuma destas explicações, que podem se complementar.

As transformações no acesso e condições de saúde são realmente de grande significância sobre essa questão, estas, por sua vez, também relacionam-se com o nível de desenvolvimento e qualidade de vida de cada sociedade. Uma das mudanças mais relevantes que marcaram o último século foi a grande redução da mortalidade, segundo Beltrão, Camarano e Kanso (2004), “a queda da mortalidade atingiu, *grosso modo*, todos os grupos etários, desde o período intra-uterino até as idades mais avançadas, acarretando implicações bastante importantes na família e na sociedade”<sup>6</sup>. A melhoria das condições de saúde foi fundamental nesta mudança. Alguns autores trabalham com o conceito de transição epidemiológica (Omran); houve um grande desenvolvimento no setor médico que possibilitou mudanças em nível populacional em geral, fomentando o declínio da mortalidade.

No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, as causas de morte por doenças infecciosas e parasitárias ocupavam o 5º lugar entre as principais causas de morte. Em 1991, essa categoria estava em 9º lugar, ou seja, perdeu importância como uma das principais causas de morte no Estado. Em 2000, algumas doenças infecciosas e parasitárias estavam como a 7ª principal causa de morte, voltando a ser um pouco mais influente. Mas as principais causas de morte são doenças do aparelho circulatório, seguidas geralmente das causas externas. Em 1980, no Rio de Janeiro, estas últimas correspondiam a 12,03% do total das causas de morte; em 1991, correspondia a 15,32%; e em 2000, a 13,33%. Podemos dizer que o Estado do Rio de Janeiro já conseguiu vencer a era das doenças infecto-contagiosas e se encontra na idade das doenças degenerativas.

Um dos indicadores relacionados à mortalidade é a esperança de vida em uma determinada idade, que corresponde ao número médio de anos que um indivíduo viverá a partir daquela idade, considerando o nível e a estrutura de mortalidade por idade observados naquela população. As esperanças de

6 BELTRÃO, Kaizo Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. “Dinâmica populacional Brasileira na Virada do Século XX”. Texto Para Discussão N° 1034. Rio de Janeiro: IPEA, agosto de 2004, p.6.

vida são obtidas através de tabelas de sobrevivência, permitindo, assim, comparar níveis de mortalidade entre populações diferentes. Segundo Carvalho, Sawyer e Rodrigues (1998), as esperanças de vida não dependem da estrutura etária das populações reais em estudo, mas apenas de sua mortalidade. Diante da melhoria das condições de saúde, muitas doenças foram vencidas, diminuindo a mortalidade e aumentando também a expectativa de vida, entretanto, outros tipos de doenças passaram a predominar diante dessa maior quantidade de anos alcançados. Em 1980, a esperança de vida ao nascer para o Estado era de 62,18 anos; em 2000, já se havia alcançado 67,63 anos, apresentando tendências de aumento.

Todas essas transformações implicam não apenas em mudanças nos padrões de mortalidade, mas também de morbidez; as doenças deixam de ser um processo que freqüentemente terminam em morte e levam a um quadro onde as pessoas continuam a viver, às vezes com algumas restrições, principalmente entre as mais velhas (Frenk, 1989).

Na RMRJ, a esperança de vida aumentou consideravelmente entre os municípios de 1991 para 2000; apresentando-se maior no município de Niterói em 2000, com 73,5 anos de esperança de vida ao nascer. O Município do Rio de Janeiro também teve uma esperança de vida elevada com 70,3 anos em 2000. São João de Meriti e São Gonçalo tiveram as maiores esperanças de vida entre os demais municípios, seguidas dos anos esperados de vida ao nascer referentes a Mangaratiba e Maricá – estes últimos, como vimos, apresentam um dinâmica populacional diferenciada na RMRJ. Na verdade, não há uma variação muito elevada, uma vez que os padrões de mortalidade também seguem assemelhando-se entre diferentes áreas. Mesmo assim, é possível notar algumas diferenças especialmente na mortalidade até cinco anos. Niterói apresenta uma mortalidade bem reduzida para esta população infantil, Rio de Janeiro, fica em torno de 22 mortos por mil nascidos vivos, os mesmos municípios citados anteriormente apresentaram as menores taxas de mortalidade. As maiores taxas de mortalidade em 2000 estiveram para Queimados, Guapimirim e Tanguá (30,0).

**Tabela 3: – RMRJ: Indicadores de Mortalidade de Longevidade, 1991 e 2000**

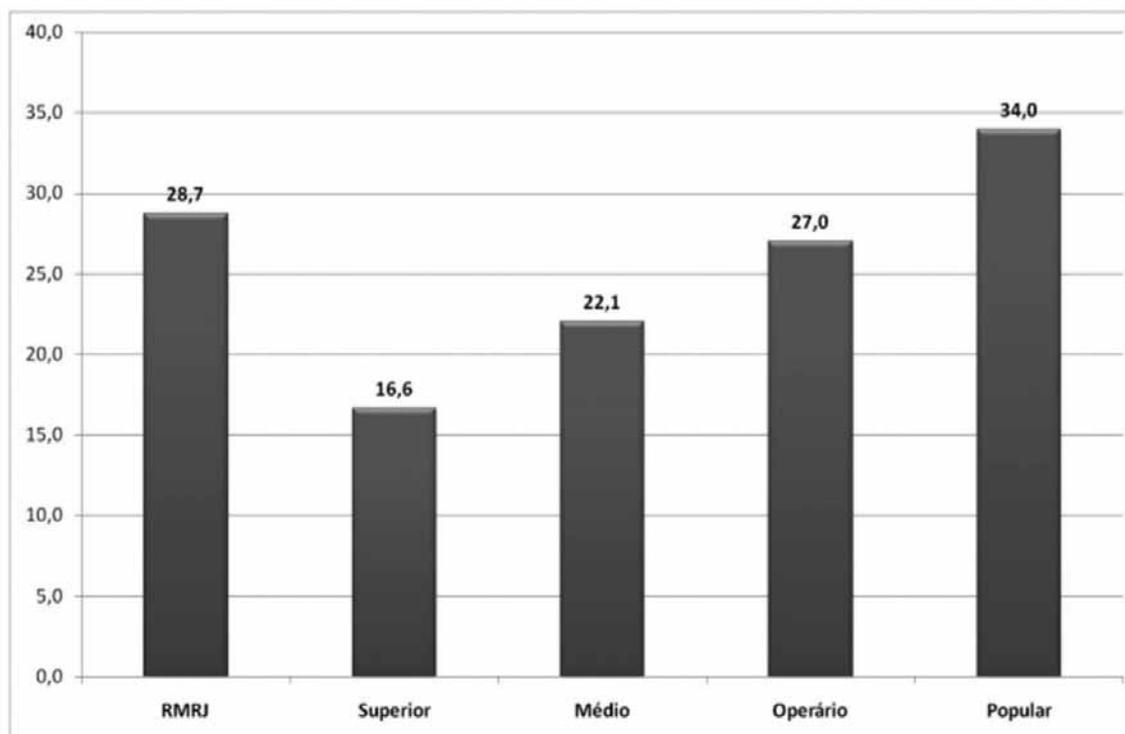
| Município          | Esperança de vida ao nascer |      | Mortalidade até cinco anos |      |
|--------------------|-----------------------------|------|----------------------------|------|
|                    | 1991                        | 2000 | 1991                       | 2000 |
| Rio de Janeiro     | 67,9                        | 70,3 | 32,3                       | 22,2 |
| Niterói            | 68,0                        | 73,5 | 29,6                       | 13,6 |
| Duque de Caxias    | 65,2                        | 67,5 | 38,7                       | 27,0 |
| Nilópolis          | 66,1                        | 67,5 | 35,6                       | 27,0 |
| Nova Iguaçu        | 65,5                        | 68,0 | 37,6                       | 25,7 |
| São Gonçalo        | 66,2                        | 69,5 | 35,3                       | 21,9 |
| São João de Meriti | 65,2                        | 69,7 | 38,7                       | 21,6 |
| Belford Roxo       | 62,8                        | 67,6 | 47,4                       | 26,6 |
| Japeri             | 62,6                        | 66,7 | 48,4                       | 29,3 |
| Magé               | 63,4                        | 67,7 | 45,2                       | 26,5 |
| Paracambi          | 64,0                        | 67,5 | 42,8                       | 27,1 |
| Queimados          | 62,8                        | 66,4 | 47,4                       | 30,0 |
| Guapimirim         | 60,6                        | 66,4 | 56,7                       | 30,0 |
| Itaboraí           | 62,8                        | 67,5 | 47,6                       | 27,0 |
| Itaguaí            | 64,1                        | 68,4 | 42,5                       | 24,6 |
| Mangaratiba        | 65,7                        | 69,4 | 36,9                       | 22,2 |
| Maricá             | 68,6                        | 69,5 | 27,8                       | 21,9 |
| Seropédica         | 65,1                        | 67,7 | 39,1                       | 26,4 |
| Tanguá             | 62,7                        | 66,4 | 47,8                       | 30,0 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

Através dos dados censitários referentes ao número total de filhos tidos nascidos vivos, número de filhos nascidos vivos no ano anterior ao Censo, e número de filhos sobreviventes na data do Censo por idade da mãe, calcula-se as estimativas indiretas de mortalidade sobre o número de filhos tidos nascidos vivos e número de filhos sobreviventes. Essas estimativas têm sido comum para estudar diferenciais sócio-econômicos e têm sido utilizadas no Brasil desde a década de 1970 (Carvalho e Wood, 1978). O método de estimativas indiretas de mortalidade em idades jovens (antes dos 20 anos) foi proposto inicialmente por Brass em 1964, mas foi desenvolvido por outros demógrafos (Brass, 1975; Coale e Trussel, 1978; Palloni e Heligman, 1985; Arriaga and Associates, 1993 apud Monteiro, 2004), todas utilizando a razão de mortalidade de filhos não-sobreviventes por filhos tidos nascidos vivos, chegando assim a probabilidade de morte na infância (5q0). Essa razão de mortalidade foi calculada, a partir dos dados censitários segundo o método indireto de Brass para filhos sobreviventes (Freire, 2009), para cada grande tipo socioespacial na RMRJ em 2000, conforme gráfico. Pode-se mais uma vez notar a grande diferença entre a sobrevivência dos filhos para cada tipo.

Na RMRJ em 2000, a probabilidade de morte até cinco anos era de 29 por mil nascidos vivos no geral. Entretanto, nas áreas superiores, essa razão é bastante inferior (17,0) e vai aumentando consideravelmente conforme diminui a posição das áreas na hierarquia socioespacial, chegando a 34,0 nos espaços considerados como populares.

**Gráfico 13: – RMRJ: Razão de Mortalidade Total segundo Tipo Socioespacial – Filhos Não-Sobreviventes (por mil nascidos vivos) – 2000**



Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Portanto, confirmando as observações realizadas através das pirâmides etárias, foi possível notar um comportamento diferenciado da fecundidade e da mortalidade segundo os tipos socioespaciais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Como esses tipos identificam as diversas áreas da RMRJ segundo sua composição sócio-ocupacional – que se torna também uma aproximação da posição

na hierarquia social, uma vez que são utilizadas as categorias sócio-ocupacionais (CATs) – podemos assinalar que quanto maior a posição na hierarquia socioespacial menores são as taxas de fecundidade e de mortalidade até aos cinco anos, para a fecundidade, a exceção fica para as mulheres adultas que, por apresentarem uma fecundidade mais tardia entre aquelas no tipo superior, nessas faixas (a partir dos 30 anos aproximadamente), a fecundidade é maior para estas do que para as que residem em áreas médias, operárias ou populares.

Em seguida, vamos trabalhar com outra componente da dinâmica demográfica que é a migração. Neste caso, as observações não são tão claras como na mortalidade e fecundidade, mas é possível identificar alguns diferenciais. Vamos considerar a mobilidade espacial também sob a perspectiva do deslocamento temporário, que denominamos geralmente no Brasil de movimento pendular.

### 2.3 – Mobilidade Espacial

Quais são os fatores que o desenvolvimento econômico-social e a urbanização acarretam sobre os territórios que os tornam espaços de atração e/ou repulsão de pessoas? Geralmente os fatores relacionados a perspectivas de trabalho, oportunidades de melhores rendimentos e origem em regiões menos desenvolvidas são apontados como promotores de movimentos populacionais. Entretanto, essa visão parece incompleta e fundamentada na perspectiva de uma escolha estritamente racional por parte dos indivíduos quanto a relações custo/benefício sobre a mobilidade. Na atualidade, há um conjunto heterogêneo e complexo de fatores que impactam sobre os movimentos populacionais ou mobilidade espacial – para a migração, que também abarca um movimento familiar, pode-se apontar, por exemplo, as perspectivas em relação à cidade, as possibilidades que a cidade apresenta.

Sendo a dinâmica demográfica, a distribuição espacial da população, os movimentos migratórios e os deslocamentos pendulares, torna-se relevante relacioná-los com as mudanças econômicas e sociais, afinal, como vimos, ganha maiores contornos as diferenças nos padrões demográficos segundo áreas internas às metrópoles, juntamente com movimentos intraurbanos e intermunicipais.

Nesse contexto, a pendularidade como um deslocamento temporário se torna mais que uma característica da vida metropolitana, passando mesmo a ser um indicador desta articulação e do seu espaço de atividade. O deslocamento temporário é o movimento que ocorre para fins de trabalho ou estudo com retorno ao município de origem, o que chamamos de mobilidade ou deslocamento pendular, está geralmente ligado à expansão de uma determinada região que exerce uma influência em termos de centralidade, em boa parte das vezes, do mercado de trabalho. A mobilidade residencial e a mobilidade cotidiana tem relação direta com a mobilidade pendular; faz parte da distribuição espacial da população.

A migração é uma das componentes demográficas, juntamente com a mortalidade e a fecundidade. A mobilidade espacial assume uma importância cada vez maior com as mudanças socioespaciais observadas no espaço urbano-metropolitano. “Os deslocamentos da população estão relacionados à produção da existência, onde a temporalidade social decorrente das condições econômicas e sociais se reflete nas condições de vida da população em cada contexto espacial e temporal” (Jardim & Ervatti, 2006).

A migração geralmente é considerada como movimentos que implicam mudança de residência, mas essa mudança pode ocorrer em distintas distâncias, inclusive por movimentos intraurbanos. Geralmente, os estudos consideram por migração a mudança de residência em nível municipal, os censos consideram três aspectos da migração: o lugar de nascimento; o lugar de residência anterior, segundo

o tempo ininterrupto de residência atual; e o lugar de residência anterior há exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa (IBGE, 2000). Para nossa reflexão aqui, estamos considerando essa última dimensão. Já o movimento pendular é estudado essencialmente sob uma pergunta do censo que diz: “qual município ou país estrangeiro em que trabalha ou estuda?”, sendo assim, o movimento se refere às pessoas que se deslocam com certa regularidade para trabalhar ou estudar em algum município que não seja o seu de residência – não abrangendo também deslocamentos intramunicipais.

Como para a fecundidade e a mortalidade, trabalhamos primeiramente com a migração no nível do município, para depois considerarmos a participação dos imigrantes segundo os grandes tipos socio-espaciais. Apesar dos problemas com desmembramentos municipais, fica visível a perda populacional para o núcleo da região metropolitana, o Rio de Janeiro é o município que mais perde população, mas em termos proporcionais, a taxa líquida também mostra uma perda expressiva de Niterói, de 1986 para 1991 e mais ainda de 1995 para 2000 (tabela 4). Com exceção de Nilópolis, os demais municípios apresentaram ganho populacional através da migração. Entre os demais com saldo positivo, com exceção de Mangaratiba e Maricá (que aumentaram sua taxa de líquida de migração entre os dois períodos), os municípios apresentaram uma diminuição da taxa líquida de migração. Os municípios de São João de Meriti (com taxa bastante reduzida de 0,81), São Gonçalo, Nova Iguaçu e Duque de Caxias apresentaram taxa positiva, entretanto, com valores mais reduzidos proporcionalmente em relação à sua população de mais de cinco anos, se comparados aos demais municípios abaixo na tabela 4.

O outro bloco de municípios que são municípios-renda com indicadores de bem-estar individual e coletivo mais inferiores apresentam também saldo positivo e taxa líquida de migração maior, atraindo proporcionalmente mais população (exceção para Paracambi, com taxa menor neste grupo). Os demais municípios do último bloco, que são municípios em expansão e apresentam uma dinâmica demográfica diferenciada em relação aos outros municípios da periferia, tiveram taxas bastante elevadas, revelando uma atração bastante considerável.

Portanto, podemos observar que a divisão que realizamos no início do trabalho, considerando condições de geração e apropriação de riqueza dos municípios e condições de bem-estar, tem relação com a mobilidade populacional, pois os municípios-renda estão perdendo população; os municípios-mix estão recebendo população, mas não na mesma medida que os demais municípios, que estão atraindo mais pessoas. Cabem, assim, maiores investigações sobre esse movimento, especialmente quais são suas origens.

**Tabela 4: – RMRJ: Indicadores de Migração (Saldo e Taxa), 1991 e 2000**

| Município          | 1991     |       | 2000     |       |
|--------------------|----------|-------|----------|-------|
|                    | Saldo    | Taxa  | Saldo    | Taxa  |
| Rio de Janeiro     | -215.921 | -4,28 | -154.611 | -2,86 |
| Niterói            | -9.606   | -2,38 | -12.619  | -2,94 |
| Duque de Caxias    | 10.700   | 1,79  | 9.605    | 1,38  |
| Nilópolis          | 4.173    | 2,90  | -3.036   | -2,15 |
| Nova Iguaçu        | 33.846   | 2,91  | 22.004   | 2,65  |
| São Gonçalo        | 30.190   | 4,25  | 16.413   | 2,01  |
| São João de Meriti | 9.349    | 2,44  | 3.296    | 0,81  |
| Belford Roxo*      | -        | -     | 19.554   | 5,03  |
| Japeri*            | -        | -     | 4.269    | 5,76  |
| Magé               | 9.821    | 5,76  | 9.767    | 5,28  |
| Paracambi          | 1.515    | 4,58  | 598      | 1,61  |
| Queimados*         | -        | -     | 3.169    | 2,90  |
| Guapimirim*        | -        | -     | 4.783    | 13,98 |
| Itaboraí           | 19.064   | 13,07 | 19.509   | 11,53 |
| Itaguaí            | 7.109    | 7,05  | 4.144    | 5,63  |
| Mangaratiba        | 1.611    | 10,01 | 3.585    | 15,87 |
| Maricá             | 5.486    | 13,03 | 13.720   | 19,51 |
| Seropédica*        | -        | -     | 6.624    | 11,26 |
| Tanguá*            | -        | -     | 2.412    | 10,25 |

Fonte: Microdados Censos Demográficos de 1991 e 2000.

\* Os municípios que não apresentam dados foram emancipados de outros municípios metropolitanos a partir de 1990, portanto, não constavam como município de residência anterior para 1986.

Considerando a migração por origens e segundo a tipologia socioespacial, calculamos a taxa de imigração (por mil devido ao número de pessoas) em cada espaço e segundo o tipo de fluxo realizado, em 1991 e em 2000. Em 1991, a taxa de imigração por tipo socioespacial (coluna referente ao total na tabela 5<sup>7</sup>) foi maior nas áreas populares, em 2000 também. Analisamos primeiramente os movimentos intrametropolitanos.

Quanto ao tipo de fluxo realizado para os imigrantes recentes na RMRJ de 1986 para 1991 e de 1995 para 2000, entre os que saíram do **núcleo para a periferia** – um movimento intrametropolitano recorrente nas últimas décadas (Cf. Silva e Rodrigues, 2009) – há uma maior taxa de imigração nas áreas populares. Em 1991, a participação de imigrantes (por mil pessoas com mais de cinco anos) vai aumentando conforme diminui a posição das áreas na hierarquia socioespacial<sup>8</sup>; Niterói é que se destaca

7 A tabela 5 se refere à proporção de imigrantes por população de cinco anos ou mais – segundo o tipo de fluxo para cada mil pessoas no referido tipo, por exemplo, em 1991, havia 3,9 pessoas para cada mil em áreas superiores da periferia (que só pode ser Niterói ou a única área superior de Nova Iguaçu) que saíram do núcleo (Rio de Janeiro).

8 É preciso ressaltar as áreas superiores e médias têm menor expressividade na periferia, esses valores também se justificam pela própria composição das áreas na periferia, mas ressaltamos que aqui estamos considerando em termos de taxa, o que relativiza essa ocorrência. Em 2000, exceto Rio de Janeiro e Niterói, há apenas uma área de tipo superior no Centro de Nova Iguaçu; quanto às áreas médias aparecem em Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Nilópolis (há apenas uma área média em cada um dos municípios a seguir: São João de Meriti, Maricá e Itaboraí). Todas as demais AEDs da RMRJ foram operárias ou populares em 2000).

com as áreas superiores, à exceção do núcleo – município do Rio de Janeiro, por isso estamos considerando estes municípios-renda conjuntamente<sup>9</sup>. Já em 2000, há uma participação um pouco maior dos imigrantes núcleo-periferia nas áreas superiores e médias; nas áreas operárias diminui e nas áreas populares permanece semelhante – com maior taxa de imigração para este tipo de fluxo.

Para o movimento realizado da **periferia para o núcleo**, os valores são mais reduzidos, mas a posição fica inversa, uma vez que diminui a participação dos que saíram da periferia para o núcleo, conforme diminui a posição na hierarquia, ou seja, entre aqueles que saem da periferia e vão morar no Rio de Janeiro (movimento menos comum) há maior participação nas áreas superiores, lembramos que essa taxa é a proporção de imigrantes que fizeram esse movimento em relação à população de mais de cinco anos. De 1991 para 2000, essas taxas também aumentam ligeiramente.

Já entre os que realizaram movimentos **na própria periferia**, o comportamento é semelhante entre os que saíram do núcleo para a periferia (apenas com valores um pouco menores) – vai aumentando a participação de imigrantes conforme diminui a posição na hierarquia socioespacial. Portanto, podemos notar que os movimentos que envolvem a periferia, os migrantes apresentam maior participação em relação à população nas áreas operárias e mais ainda nas áreas populares (que também predominam na periferia), em 2000, essa participação também aumenta, ou seja, há um maior movimento em direção à periferia. Considerando agora movimentos para além da região metropolitana, para aqueles que tiveram como origem do **movimento o próprio Estado do Rio de Janeiro** (com exceção da RMRJ), as participações são maiores tanto nas áreas superiores como nas populares – podendo expressar na verdade dois tipos de movimento em direção à região metropolitana com origem nos demais municípios do Estado – aqueles que apresentam condições de residir em espaços superiores e aqueles que vão residir em áreas populares.

Há uma participação considerável entre aqueles que realizaram **movimento interestadual**, ou seja, pessoas que vieram de outras UF's e estão residindo na RMRJ, o que aumentou em 2000; além disso, a taxa para este tipo de fluxo é bem maior nas áreas superiores. Em outros trabalhos (Silva, 2009), mostramos que a participação de imigrantes nordestinos ainda é elevada neste movimento, apesar de ter ocorrido alterações nas características socioeconômicas destes imigrantes – o que podemos constatar por sua maior participação nas áreas superiores. Especialmente para estes, ocorreu maior concentração no núcleo em 1991 especialmente nas áreas superiores, o que aumentou ainda mais em 2000 expandido-se para outras áreas do Município do Rio de Janeiro.

Primeiramente, podemos concluir que as condições de mobilidade operam distintamente conforme a origem e o destino do movimento e provavelmente conforme as condições socioeconômicas das pessoas e dos lugares. Primeiro, nos movimentos intrametropolitanos, destaca-se o destino para a periferia, mas essa periferia apresenta-se bastante diversificada, onde podemos perceber que há um movimento mais expressivo para áreas populares na periferia – em termos de proporção de imigrantes sobre a população das áreas. Na RMRJ, ainda há uma participação considerável de imigrantes que não vêm da própria região, entre estes, os valores são mais elevados nos dois extremos da hierarquia socioespacial – nas áreas superiores e populares. Para os imigrantes que vieram de fora do Estado, há uma maior concentração no município do Rio de Janeiro.

9 Há alguma discussão, que merece ser explorada, sobre estudos que devam considerar Niterói juntamente com o Rio de Janeiro, em termos de núcleo ou centralidade principal na RMRJ.

**Tabela 5: – RMRJ: Taxa de Imigração (por mil) segundo Tipo Socioespacial – 1991 e 2000**

| Tipos Socioespaciais | Núcleo-Periferia | Periferia-Núcleo | Periferia-Periferia | Intra-estadual | Inter-estadual | Total |
|----------------------|------------------|------------------|---------------------|----------------|----------------|-------|
| <b>1991</b>          |                  |                  |                     |                |                |       |
| Superior             | 3,9              | 4,3              | 2,5                 | 19,9           | 25,2           | 55,8  |
| Médio                | 5,0              | 3,6              | 4,1                 | 8,3            | 9,6            | 30,5  |
| Operário             | 15,6             | 1,7              | 11,7                | 8,1            | 9,7            | 46,8  |
| Popular              | 22,4             | 1,2              | 20,3                | 12,9           | 10,3           | 67,2  |
| <b>2000</b>          |                  |                  |                     |                |                |       |
| Superior             | 6,4              | 4,9              | 4,5                 | 9,8            | 45,3           | 70,8  |
| Médio                | 6,3              | 4,8              | 7,0                 | 3,5            | 21,7           | 43,3  |
| Operário             | 12,5             | 2,9              | 12,4                | 3,1            | 22,6           | 53,4  |
| Popular              | 22,3             | 1,4              | 24,6                | 5,6            | 30,0           | 84,0  |

Fonte: Microdados Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Sobre o deslocamento temporário, vamos considerar o Censo Demográfico de 1980, pois a pergunta sobre “município de trabalho ou estudo” não ocorreu no Censo de 1991; para o Censo de 1980, não temos a tipologia, trabalhamos assim apenas ao nível do município, mas em 2000, consideraremos a mobilidade segundo os grandes tipos.

A primeira constatação também comum em outras áreas metropolitanas é a forte imobilidade no município núcleo, com pouca saída de pessoas para trabalhar em outro município, a maior parte reside e trabalha no Rio de Janeiro. Niterói apresenta um mix de mobilidade, de onde saem muitas pessoas para trabalhar (geralmente no Rio, cf. Silva, 2009) assim como a cidade recebe também muitos trabalhadores, inclusive o percentual de entrada aumenta de 1980 para 2000 (47,1 % de pessoas que vinham de outro município apenas para trabalho em relação à população total que só trabalha). Em 1980, municípios da Baixada Fluminense apresentavam altíssimas taxas de repulsão, muitas pessoas saíam para trabalhar em outro município, especialmente no Rio de Janeiro – inclusive durante bastante tempo estes indicadores contribuíram para a reflexão a respeito das cidades-dormitório. Já em 2000, essa saída se torna mais suavizada, apesar de ainda expressiva, apresenta algumas alterações com maior percentual de pessoas que residiam e trabalhavam nestes municípios que sempre foram considerados periféricos, além disso, eles passam também a atrair população especialmente da própria periferia. Para os demais municípios, Magé, Paracambi e Itaguaí diminuem a proporção de trabalhadores que saem, enquanto Itaboraí, Mangaratiba e Maricá aumentam. Os municípios que se emanciparam nos anos 90 também apresentavam expressiva saída de pessoas em 2000, provavelmente boa parte desse movimento deveria ocorrer em direção ao município do qual foi desmembrado.

**Tabela 6: – RMRJ: Movimento Pendular para Trabalho – 1980 e 2000**

| Município          | 1980               |                      |                                | 2000               |                      |                                |
|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------------------|--------------------|----------------------|--------------------------------|
|                    | Saída do Município | Entrada no Município | Reside e Trabalha no Município | Saída do Município | Entrada no Município | Reside e Trabalha no Município |
| Rio de Janeiro     | 1,0                | 11,5                 | 99,0                           | 1,5                | 22,0                 | 98,5                           |
| Niterói            | 29,3               | 21,3                 | 70,2                           | 27,1               | 47,1                 | 72,4                           |
| Duque de Caxias    | 50,5               | 4,7                  | 50,7                           | 35,2               | 11,4                 | 65,6                           |
| Nilópolis          | 65,6               | 5,6                  | 35,2                           | 52,4               | 13,0                 | 48,8                           |
| Nova Iguaçu        | 56,8               | 1,0                  | 44,7                           | 40,5               | 6,8                  | 60,6                           |
| São Gonçalo        | 50,5               | 1,6                  | 49,6                           | 39,6               | 4,4                  | 60,8                           |
| São João de Meriti | 67,1               | 2,7                  | 33,5                           | 50,8               | 8,3                  | 50,1                           |
| Belford Roxo*      | -                  | -                    | -                              | 52,1               | 4,8                  | 49,3                           |
| Japeri*            | -                  | -                    | -                              | 57,3               | 3,5                  | 44,8                           |
| Magé               | 35,5               | 1,0                  | 65,3                           | 34,7               | 3,5                  | 66,1                           |
| Paracambi          | 28,2               | 2,8                  | 73,7                           | 21,2               | 8,5                  | 79,6                           |
| Queimados*         | -                  | -                    | -                              | 47,4               | 8,6                  | 54,2                           |
| Guapimirim*        | -                  | -                    | -                              | 24,0               | 5,7                  | 76,6                           |
| Itaboraí           | 33,5               | 1,4                  | 67,1                           | 38,1               | 5,8                  | 62,8                           |
| Itaguaí            | 25,0               | 3,4                  | 75,9                           | 22,3               | 12,9                 | 78,1                           |
| Mangaratiba        | 8,9                | 6,6                  | 90,5                           | 11,1               | 22,7                 | 89,8                           |
| Maricá             | 17,9               | 1,6                  | 82,2                           | 21,8               | 5,2                  | 78,2                           |
| Seropédica*        | -                  | -                    | -                              | 28,8               | 6,3                  | 72,4                           |
| Tanguá*            | -                  | -                    | -                              | 33,4               | 5,6                  | 67,6                           |

Fonte: Microdados Censos Demográficos de 1980 e 2000.

\* Os municípios emancipados de outros municípios metropolitanos a partir de 1990.

Trabalhos recentes sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro, como os de Lago (2008 e 2009), mostram que alguns municípios estão apresentando uma maior “retenção” de sua população, em relação a 1980 há uma menor proporção de pessoas que saem para trabalhar em outro município, especialmente o núcleo metropolitano – isso indica que é importante considerar também a imobilidade em alguns municípios que, para alguns autores, estariam despontando como “novos centros” na região metropolitana. Em trabalhos anteriores (Silva e Ribeiro, 2008; Silva, 2009), mostramos que apesar disso, as condições ao nível do indivíduo são melhores para aqueles que ainda saem da periferia para trabalhar no núcleo, em relação aos que ficam – o que revela a complexidade dessa análise sobre moradia e padrões de mobilidade espacial.

A taxa de mobilidade (saída de pessoas) segundo tipo socioespacial e fluxos também revela algumas distinções, no geral, aumenta a saída de pessoas para trabalhar em outro município conforme diminui a posição na hierarquia socioespacial (tabela 7). Também aqui os movimentos que destinam-se para a periferia seguem esse padrão geral, até porque são predominantes. Para aqueles que saem do núcleo para trabalhar e/ou estudar na periferia (menores proporções), aumenta a taxa de saída conforme

aumenta a posição. Para os movimentos que ultrapassam a RMRJ, também pode-se observar diferenças nas áreas superiores e populares, que apresentam maior saída.

**Tabela 7: – RMRJ: Taxa de Mobilidade (por mil) segundo Tipo Socioespacial – 2000**

| Tipos Socioespaciais | Núcleo-Periferia | Periferia-Núcleo | Periferia-Periferia | Intra-estadual | Inter-estadual | Total |
|----------------------|------------------|------------------|---------------------|----------------|----------------|-------|
| Superior             | 4,3              | 25,2             | 4,5                 | 2,8            | 4,7            | 41,5  |
| Médio                | 4,6              | 26,3             | 13,1                | 1,5            | 2,9            | 48,4  |
| Operário             | 2,6              | 58,4             | 21,0                | 1,3            | 4,7            | 88,0  |
| Popular              | 0,7              | 61,8             | 29,6                | 2,6            | 6,9            | 101,6 |

Fonte: Microdados Censo Demográfico de 2000.

A proporção de pessoas que realizam movimento pendular por AED e segundo o tipo socioespacial também revelou algumas diferenças. No Rio de Janeiro, a imobilidade é expressiva, pois a maior parte das áreas não chega a ter 1% de pendulares, entretanto, aquelas que apresentam uma participação mais considerável de pendulares, são áreas médias, operárias e especialmente superiores. Em algumas áreas médias e operárias de outros municípios, como Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Nilópolis e São João de Meriti (aqueles cinco municípios mix com condições médias de vida que destacamos anteriormente e que Lago também destaca), também há uma proporção maior de pendulares. Apesar disso, também há um percentual considerável de pendulares em alguns espaços populares na periferia.

Isso nos leva a retomar uma hipótese, que ainda pretendemos explorar mais, de que existem lógicas diferenciadas operando sobre a mobilidade espacial, alguns se movimentam por terem condições de *escolha*, uma gama de opções, nas quais a mobilidade pode se apresentar como uma alternativa interessante. Talvez um outro grupo se movimente por *constrangimento*, pela busca de oportunidades de emprego ou estudo quando não encontra próximo ao local de residência ou quando não tem condições de inserção caso haja. Além disso, temos a hipótese também que as condições socioeconômicas operam distintamente ao nível do território e ao nível do indivíduo, pois apesar de estarem relacionados, observamos que municípios e áreas com melhores condições socioeconômicas e de inserção no mercado de trabalho tendem a ter menores taxas de saída de pessoas, ao contrário, pessoas com melhores condições socioeconômicas (como rendimento e escolaridade) parecem ter maior potencial de mover-se – ou de escolher quanto a fazê-lo ou não (Silva, 2009).

Buscando relacionar a migração intrametropolitana, que foi considerada anteriormente, com o movimento pendular intrametropolitano, cruzamos o município de origem da migração com o município de destino do movimento pendular. A idéia é tentar apreender se aqueles que mudaram de residência passaram a trabalhar em outro município também ou se permaneceram trabalhando no município do qual saíram, passando a ter que deslocar-se com frequência. Na RMRJ, podemos observar que já em 1980, entre aqueles que saíram do Rio de Janeiro e foram morar em outro município da RMRJ, 64,4% deslocava-se para trabalhar no Rio, já em 2000, temos que mais de 50% ainda fazia este movimento. Para os demais tipos de fluxos, o percentual de imigrantes que trabalhavam no município de origem da migração <sup>10</sup> aumenta razoavelmente de 1980 para 2000, entretanto, para o movimento núcleo-periferia, apesar da diminuição, essa taxa permanece bem mais expressiva.

<sup>10</sup> Proporção de Imigrantes Intrametropolitanos que realizam movimento pendular para trabalho no município de origem da migração sobre o total de Imigrantes Intrametropolitanos.

**Tabela 8: – RMRJ: Taxa de deslocamento para trabalho no Município de origem da Migração – 1980 e 2000**

| Tipo de Fluxo       | 1980 | 2000 |
|---------------------|------|------|
| Núcleo-Periferia    | 64,4 | 51,2 |
| Periferia-Núcleo    | 5,6  | 7,4  |
| Periferia-Periferia | 17,8 | 19,0 |
| Total               | 19,4 | 31,2 |

Fonte: Microdados Censos Demográficos de 1980 e 2000.

Percebe-se então que, apesar de estar ocorrendo uma “certa” dispersão residencial, esse olhar deve ser mais cuidadoso ao analisar inserção ocupacional e postos de trabalho na RMRJ, essa observação vale para outras regiões metropolitanas também (Cf. Silva e Rodrigues, 2009). Segundo estudo de Vignoli (2008a), avaliando a distribuição desigual no território metropolitano dos grupos socioeconômicos, é possível descrever padrões de mobilidade segundo esta diferenciação social. Para o autor, há uma segmentação territorial na localização das pessoas segundo grupos sócio-ocupacionais, e que, além disso, há uma segmentação na localização dos postos de trabalho.

### 3. – Considerações Finais

Neste trabalho, procuramos delinear algumas mudanças ocorridas na organização socioespacial do território da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, buscando associá-las com as transformações demográficas, os movimentos populacionais, os deslocamentos temporários. Vamos destacar aqui algumas das observações apontadas.

Associada a uma análise das áreas superiores, médias, operárias e populares, realizou-se também uma análise em nível municipal, considerando os municípios renda, que exercem maior centralidade na RMRJ (Niterói, Rio de Janeiro); municípios de natureza mista entre apropriação e geração de riqueza que apresentam melhores condições de vida e uma diversificação social na periferia, chegando a exercer relativa centralidade na própria periferia (Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e São Gonçalo); e outros municípios renda e produção, que se dividem entre aqueles com dinâmica demográfica mais estável, com menores ritmos de crescimento, e outros com características diferenciadas especialmente em termos de crescimento populacional mais elevado.

Tanto em 1991 como em 2000, as diferenças entre estes grupos de municípios e entre as áreas superiores, médias, operárias e populares são consideráveis. Sobre a estrutura etária, vimos que a base da pirâmide é bastante larga no tipo operário e mais ainda no popular, nas áreas de tipo médio, já há uma redução na proporção de crianças e jovens, o que é mais evidente no tipo superior. Também é possível notar as diferenças de cor segundo localização no espaço, nas áreas superiores, a proporção de brancos predomina, já nas áreas populares, a proporção de pretos e pardos supera a proporção de brancos – composição por cor bem distinta especialmente das áreas superiores e médias.

Portanto, a dinâmica demográfica é bastante diferenciada entre os tipos socioespaciais, o que sugere a relação com o contexto socioeconômico, as condições de inserção do mercado de trabalho, de moradia. Por exemplo, pode-se perceber que as condições econômicas, de rendimento e de acesso a determinados serviços e bens também apresentam relação com o regime de fecundidade. Mesmo com níveis reduzidos de fecundidade, a Taxa de Fecundidade Total (TFT) vai aumentando consideravelmente conforme as áreas têm posição mais inferior na hierarquia socioespacial. Sendo assim, as mudanças demográficas estão ligadas a muitas transformações pelas quais a sociedade de uma maneira geral vem passando, em termos culturais, sociais e familiares.

O comportamento da fecundidade se apresenta de maneira diferente tanto entre os grupos etários como entre os tipos socioespaciais. Nas áreas populares apresentam níveis mais altos de fecundidade entre mulheres mais jovens, o que se altera conforme aumenta a posição na hierarquia socioespacial; já nas superiores, adia-se mais o nascimento dos filhos. A partir dos 30 aos 34 anos, os níveis de fecundidade segundo os tipos começam a encontrar-se – é quando a fecundidade esteve semelhante tanto para as mulheres que moram em áreas superiores quanto para aquelas que residem em áreas populares. A partir dessa faixa etária, a fecundidade das mulheres nas áreas superiores ultrapassa aquelas das outras áreas – mostrando a fecundidade tardia para essas mulheres.

Sendo assim, é possível notar uma relação estreita entre condições socioeconômicas e composição das classes sociais no território com a dinâmica demográfica. Na verdade, é preciso pensar desenvolvimento e nível socioeconômico segundo um conjunto de elementos relacionados entre si, como taxa de urbanização, acesso à educação de qualidade, inserção no mercado de trabalho, acesso a serviços de saúde e informação, utilização de métodos contraceptivos, entre outros. Quanto à mortalidade, a probabilidade de morte até cinco anos também vai aumentando consideravelmente conforme diminui a posição das áreas na hierarquia socioespacial.

Sobre a mobilidade espacial, pode-se notar que a divisão realizada apenas para melhor compreensão dos municípios, considerando condições de geração e apropriação de riqueza dos municípios e condições de bem-estar, tem relação com a mobilidade populacional, pois os municípios-renda estão perdendo população; os municípios-mix estão recebendo população, mas não na mesma medida que os demais municípios, que estão atraindo mais pessoas.

Na mobilidade intrametropolitana, os movimentos que envolvem a periferia apresentam maior participação em relação à população nas áreas operárias e mais ainda nas áreas populares (que também predominam na periferia), em 2000, essa participação também aumenta, ou seja, há um maior movimento em direção à periferia. Quanto ao movimento com outros municípios do Estado, as participações são maiores tanto nas áreas superiores como nas populares, o que nos faz sugerir a hipótese de mobilidade socialmente diferenciada, apesar do fluxo semelhante, onde alguns escolhem se mover, outros podem ser constrangidos a fazê-lo. Sendo assim, as condições de mobilidade operam distintamente conforme a origem e o destino do movimento e provavelmente conforme as condições socioeconômicas das pessoas e dos lugares. Para os imigrantes que vieram de fora do Estado, há uma maior concentração no município do Rio de Janeiro. Além disso, apesar de estar ocorrendo movimentos de pessoas e famílias para fora de áreas centrais, muitas dessas pessoas foram residir fora do núcleo, por exemplo, mas ainda permanecem trabalhando neste espaço.

De maneira geral, é possível confirmar que existem relações entre a organização do território baseada em uma categorização sócio-ocupacional com a dinâmica demográfica em espaços internos à área metropolitana. Com singularidades que devem ser consideradas, no geral, quanto maior a posição na hierarquia socioespacial, menores as proporções de pretos e pardos, as taxas de fecundidade e a

probabilidade de morte – para essas duas últimas dimensões, mesmo que operando sobre níveis mais reduzidos no geral, as diferenças são consideráveis entre os tipos e também entre os municípios. Para a mobilidade, a relação é menos clara, mas podemos também sugerir que há esquemas diferentes operando sobre os grupos em movimento, que devem considerar tanto o nível do território quanto às condições do indivíduo.

#### 4. – Referências Bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz. “A Polêmica Malthus versus Condorcet à luz da transição demográfica”. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002.

\_\_\_\_\_. “Bônus Demográfico”. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/bonusdemografico.pdf> – Primeiro acesso em setembro de 2005.

\_\_\_\_\_. “Crescimento Populacional Zero no Brasil no Século XXI”. [http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/crescimento\\_populacional\\_zero\\_no\\_brasil\\_no\\_seculo\\_xxi.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/crescimento_populacional_zero_no_brasil_no_seculo_xxi.pdf) – Primeiro acesso em novembro de 2009.

ARAÚJO, Tiago Tito. Distribuição Socioespacial dos Fatores Dinâmicos da População na Região Metropolitana de Natal. Natal: UFRN, 2008 (Dissertação de Mestrado).

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 2003. Disponível em: <http://www.undp.org.br> - Acesso em novembro de 2009.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. “Dinâmica populacional Brasileira na Virada do Século XX”. Texto Para Discussão Nº 1034. RJ: IPEA, agosto de 2004.

BERCOVICH, Alicia & MADEIRA, Felicia. “Descontinuidades Demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo”. ABEP, 1988.

BERQUÓ, Elza & CAVENAGHI, Suzana. “Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000”. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

BRASS, W. – “Methods for Estimating Fertility and Mortality from Limited and Defective Data”. Chapel Hill, N.C.: Carolina Population Center, 1975.

CARVALHO, J. A. M.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. Introdução a Alguns Conceitos Básicos e Medidas em Demografia. São Paulo: ABEP, 1998.

ERVATTI, Leila Regina. “Dinâmica Migratória no Estado do Rio de Janeiro na Década de 90: Uma Análise Mesorregional”. Dissertação de Mestrado. IBGE/ENCE, 2003.

FREIRE, H. M.de Araújo. “Mortalidade usando informação dos filhos sobreviventes de Brass”. Departamento de Estatística – Grupos de Estudos Demográficos (GED) – UFRN, notas, 2009.

FRENK, Julio et alli. “The epidemiologic transition in Latin America”. In: International Population Conference/Congres International de la Population, New Delhi, 20-27 set., 1989. Vol. 1. [IUSSP]: Liege, Belgium. In Eng., p. 421.

LAGO, Luciana Correa. “O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a ‘periferia’ que virou ‘centro’”. Anais do Encontro da ABEP, 2008.

\_\_\_\_\_. A periferia metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. Congresso da LASA, 2009.

MAMMARELLA, Rosetta; LAGO, Luciana. “Tendências na organização social do território das metrópoles 1991 – 2000”. Relatório de pesquisa – Observatório das Metrópoles/CNPq-Institutos do Milênio, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Datasus. [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br).

MONTEIRO, Mário Francisco Giani. “Desigualdades nos riscos de mortalidade na infância e de gravidez na adolescência em populações vulneráveis nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo”. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino-Americana de População (ALAP), realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 - 20 de Setembro de 2004.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. “Informações Básicas das Regiões Metropolitanas”. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/metrodata/ibrm/index.html>.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. “Projeto: Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática” – Relatório final, junho/2009.

RANDOLPH, R. e GOMES, P. H. Urbanização, movimento pendular e migração: surgem novas territorialidades em áreas peri-metropolitanas? O caso do Rio de Janeiro. In: Anais da V Encontro Nacional sobre Migrações. Campinas, ABEP, outubro de 2007.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RODRIGUES, Juciano Martins; CORREA, Filipe de Souza. “Segregação e Segmentação Urbanas e Mercado de Trabalho: Estudo a partir da metrópole do Rio de Janeiro”. Observatório das Metrópoles – Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz; SILVA, Érica Tavares. Movimento Pendular e Tendências da Reconfiguração Sócio-espacial. Trabalho apresentado na XIV Semana de Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, set./2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. “Para onde vão as cidades brasileiras?”. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. “O Amor Em Tempos de Desamor e o Enigma: o Brasil Tem Jeito?”. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2008.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. “A (re) distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização”. 32º Encontro Anual da Anpocs, 2008.

RUIZ, Ricardo M. e PEREIRA, Fernando B. “Estrutura e Dinâmica Espaço-Temporal das Metrópoles Brasileiras”. Observatório das Metrópoles – Relatório. Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Érica Tavares. “Migração e Pendularidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Uma Análise Sócio-espacial da Mobilidade”. Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional da ANPUR – Florianópolis/SC, 2009.

SILVA, Érica Tavares; RODRIGUES, Juciano Martins. “Mobilidade Espacial nas Metrópoles Brasileiras: Complexidade do Espaço Urbano”. Trabalho apresentado na Mesa “Dinâmicas Demográficas y Configuración del Territorio” do VIII Seminario de Investigación Urbana y Regional – Bogotá/Colômbia, 2009.

VIGNOLI, J. R. Segregación residencial sociolaboral (SRS) y sus relaciones con la migración y la movilidad intrametropolitanas en cuatro aglomerados urbanos de América Latina. Los casos de Ciudad de México, Santiago de Chile, São Paulo y Rio de Janeiro en el decenio de 1990; jan. 2008.

# A DIMENSÃO FAMILIAR NO ESTUDO DA DESIGUALDADE INTRA-METROPOLITANA NO RIO DE JANEIRO

Rosa Ribeiro

## 1. – Introdução

O objetivo desse estudo é analisar diferentes formas de desigualdade encontradas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a partir da compreensão de como determinadas características das famílias não só contribuem para colocá-las em situação de desigualdade face a outras, como criam condições para a reprodução das desigualdades existentes. Tais desigualdades se refletem no espaço da região metropolitana, na medida em que as famílias não se distribuem aleatoriamente por ele. Essa distribuição desigual das famílias pelo território está por sua vez relacionada à existência também diferenças nos recursos de que elas dispõem para cuidar de sua sobrevivência e reprodução social.

A grande maioria das pessoas não vive sozinha, reúne-se, ao longo da vida, em famílias que se organizam de diferentes formas de acordo com regras sociais, valores e costumes vigentes em cada sociedade. Às famílias, em geral, cabem duas funções essenciais, garantir sua sobrevivência e a reprodução social de seus membros, estando aí incluídas a socialização e a integração social das crianças, adolescentes e jovens. Para isso utilizam os recursos de capital econômico, social e simbólico, herdados ou adquiridos por seus diversos membros, organizando-se da melhor maneira possível para aproveitar da maneira que forem capazes, a cada momento de suas vidas, as oportunidades oferecidas pela sociedade, e em especial, pelo mercado de trabalho. É a partir da inserção de seus membros nesse mercado que a maioria das famílias obtém a renda necessária à sua sobrevivência e reprodução social. A família aparece assim como uma unidade geradora de renda, tendo no trabalho sua principal fonte de remuneração. Participam também na formação da renda família aqueles membros que não trabalham, mas têm outras fontes de renda tais como as aposentadorias, pensões, aluguéis, auxílios diversos como doações, bolsas e outros tipos de rendimento. É fundamental lembrar também do papel do trabalho doméstico que, embora não gere renda monetária, é essencial para a manutenção e conforto da família, que sem ele teria que despender recursos para obter o que necessita fora de casa. No entanto, nem todos os componentes das famílias, seja por uma questão de idade – as crianças e os idosos – ou doença, ou alguma outra contingência, podem, em todos os momentos de suas vidas, estar disponíveis para entrar no mercado de trabalho e obter a renda necessária ao seu sustento ou têm rendimentos de outras fontes. Nessa medida, a renda reunida na família por aqueles que trabalham ou que têm outros tipos de rendimento é, de alguma maneira, repartida entre todos, de modo a permitir sua manutenção e sua reprodução social. Nessa medida, ao pensar sobre as condições de vida de uma pessoa, constatamos que elas não são dadas exclusivamente por seus próprios rendimentos e outras características individuais, mas fundamentalmente pelos recursos de sua família. Essas razões fazem da família uma unidade econômica da maior importância, uma vez que por ela passam, e são redistribuídos, grande parte dos recursos

gerados em uma sociedade. Nesse sentido, a unidade doméstica ou a família<sup>1</sup> constituem, na maioria das sociedades contemporâneas, a unidade fundamental para o estudo da desigualdade.

Nesse trabalho, tomaremos a família<sup>2</sup> como unidade de análise para estudar as desigualdades intra-metropolitanas, no Rio de Janeiro, no limiar do século XXI. Utilizaremos para isso, os dados do Censo Demográfico de 2000, levantamento que permite, pela dimensão de sua amostra, a desagregação das informações por áreas de menor tamanho, dentro de cada uma das regiões metropolitanas. No entanto, o recorte utilizado nesse caso, não é o político-administrativo, que divide esta região metropolitana em 19 municípios, que por sua vez se repartem em distritos, subdistritos e, alguns deles, em bairros. No lugar dessa forma de recorte do território, embora sejam de certa forma respeitadas as divisões acima citadas, serão utilizadas as áreas tipo, ou seja, conjuntos de setores censitários que se caracterizam por uma determinada composição sócio-ocupacional da população ali residente, que trabalhava e tinha uma ocupação definida no momento da pesquisa. Assim, a partir da ocupação declarada dos moradores que trabalhavam, foi construída através de uma análise de cluster uma tipologia de áreas, cada uma delas com uma composição sócio-ocupacional específica. Posteriormente, para fins dessa análise as áreas tipo, inicialmente criadas, foram agrupadas em quatro tipos: i) Superior, ii) Médio, iii) Popular Operário e iv) Popular.

Nosso objetivo nesse trabalho é ver em que medida se diferenciam os recursos e as oportunidades de que dispõem as famílias, em cada uma dessas áreas tipo, e como essas diferenças contribuem para identificar e explicar os padrões de desigualdade intra-metropolitanos. O recorte espacial em áreas tipo, tal como são definidas, permitirá analisar as desigualdades entre elas a partir da dimensão relativa à posição das famílias na estrutura sócio-ocupacional, manifesta seja na ocupação do território, seja na estrutura de renda e em suas condições de vida.

## 2. – Categorias sócio-ocupacionais e áreas de residência

As famílias não se distribuem aleatoriamente no espaço. Na definição do local de residência uma série de variáveis está envolvida: o tipo de estrutura familiar, a fase do ciclo de vida da família e, portanto, seu tamanho, a idade dos seus membros, a cor, o nível de renda e a categoria sócio-ocupacional dos seus chefes ou responsáveis<sup>3</sup>, que define a posição da família na estrutura sócio-ocupacional e na estrutura social.

A crescente divisão social do trabalho gerou, e continua gerando, uma especialização que acarreta diferenças de atributos, recursos, poder e status entre os indivíduos que ocupam lugares distintos na esfera do trabalho. Tais diferenças implicam em posições distintas das categorias sócio-ocupacionais criadas naquele processo, e vão se refletir na divisão social do território, na medida em que pessoas

1 A unidade doméstica pode ser definida como o conjunto de pessoas que, tendo ou não vínculo de casamento ou consangüinidade, vivem em um mesmo domicílio. Já a família é o conjunto de pessoas unidas por aqueles vínculos. No Censo Demográfico e na Pesquisa por Amostra de Domicílios, ambas as pesquisas realizadas pelo IBGE, em um mesmo domicílio, podem residir ou mais famílias. Isso ocorre quando são encontrados, na mesma unidade de residência, dois ou mais núcleos formados seja por casamento ou por filiação.

2 A família é definida, tal como o conceito utilizado nos Censo Demográfico e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, ou seja, conjunto de pessoas que têm entre si relações de parentesco ou dependência doméstica e residem no mesmo domicílio.

3 No Censo de 2000, o IBGE passou a usar o termo responsável pela família no lugar de chefe, no entanto a definição da pessoa que ocupa essa posição na família continuou sendo a mesma: aquele que considerado pelos demais membros como sendo o responsável pela família.

nessas categorias tendem a ocupar lugares distintos na cidade. Essa seria a base da diferenciação sócio-espacial que está contida na construção das áreas tipo.

A distribuição das famílias, segundo a categoria sócio-ocupacional dos seus responsáveis, variável que define sua posição na estrutura sócio-ocupacional e na estrutura social da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é elucidativa do processo de ocupação do território. Nesse sentido, pode-se observar pelos dados da tabela 1, que a maioria das famílias cujos responsáveis faziam parte do grupo de categorias dos Dirigentes, 51%, viviam, em 2000, nas áreas tipo Superior<sup>4</sup> e pouco mais de um terço,

**Tabela 1: – Famílias por condição de atividade e grupo sócio-ocupacional do chefe e tipo de área de residência RM do Rio de Janeiro- 2000**

| Condição de atividade e grupo de categorias sócioocupacionais do chefe da família | Tipo de área de residência |             |             |                  |              | Total          |  |
|---|----------------------------|-------------|-------------|------------------|--------------|----------------|--|
|   | Superior                   | Médio       | Popular     | Popular operário | Total        |                |  |
|   |                            |             |             |                  | %            | Absol          |  |
| <b>Trabalham</b>  | <b>10,5</b>                | <b>37,5</b> | <b>46,1</b> | <b>6,0</b>       | <b>100,0</b> | <b>2162253</b> |  |
| Dirigentes  | 51,0                       | 34,4        | 11,6        | 2,9              | 100,0        | 35444          |  |
| Prof. Nível Superior  | 38,2                       | 47,0        | 13,0        | 1,8              | 100,0        | 180548         |  |
| Peq. Empregadores   | 29,2                       | 45,8        | 21,1        | 3,9              | 100,0        | 68726          |  |
| Categorias Médias   | 12,6                       | 48,9        | 35,4        | 3,1              | 100,0        | 532399         |  |
| Trab. no Terciário  | 4,6                        | 37,2        | 52,8        | 5,5              | 100,0        | 430014         |  |
| Trab. do Secundário   | 2,3                        | 28,3        | 61,2        | 8,3              | 100,0        | 547881         |  |
| Trab. do Terc. Ñ. Especializ  | 5,3                        | 29,9        | 56,0        | 8,8              | 100,0        | 353358         |  |
| Agricultores  | 5,4                        | 13,1        | 41,5        | 40,0             | 100,0        | 13883          |  |
| <b>Aposentados</b>  | <b>15,5</b>                | <b>45,2</b> | <b>35,0</b> | <b>4,3</b>       | <b>100,0</b> | <b>738059</b>  |  |
| <b>Não trabalham</b>  | <b>3,8</b>                 | <b>33,2</b> | <b>55,8</b> | <b>7,2</b>       | <b>100,0</b> | <b>605244</b>  |  |
| <b>Total</b>  | <b>10,3</b>                | <b>38,5</b> | <b>45,4</b> | <b>5,8</b>       | <b>100,0</b> | <b>3467836</b> |  |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

34,4% em áreas de tipo Médio<sup>5</sup>, indicando uma alta concentração desse grupo de famílias nas de famílias nas áreas de tipo Superior. Já as famílias de Profissionais de Nível Superior 47,%, de Pequenos Empregadores 45,8% e das Categorias Médias, 48,9%, viviam, principalmente, nas áreas de tipo Médio, embora apresentassem percentuais acima da média 38,2%, 29,2% e 12,6%, respectivamente, nas áreas tipo Superior. Esses dados mostram a grande concentração, nas áreas de tipo Superior e Médio, de grande

4 Em 2000, as famílias que residiam nas áreas superiores estavam em 84% dos casos no município do Rio de Janeiro, e em 16% no município de Niterói.

5 As famílias que viviam em áreas de tipo Médio, se distribuíam da seguinte forma: 77,3% no município do Rio de Janeiro; 8,4% em São Gonçalo; 4,9% em Niterói. As outras, que representavam 9,4% do total, se espalhavam por outros seis municípios: Nova Iguaçu, Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti, Marica e Itaboraí.

parcela, 75% ou mais, das famílias do estrato superior da pirâmide sócio-ocupacional, ou seja, famílias de Dirigentes, de Pequenos Empregadores e de Profissionais de Nível Superior. Já, as famílias do que poderíamos chamar de estrato intermediário, isto é, as de das Categorias Médias, também estivessem em maioria nessas duas áreas, apresentavam índices de concentração mais baixos, 61,5%. Ao contrário das categorias dos estratos superior e médio da estrutura sócio-ocupacional, as famílias dos demais grupos de categorias, ou seja, de Trabalhadores no Terciário, 52,8%, Trabalhadores no Terciário Não Especializado, 56% e Trabalhadores no Secundário, 61,2%, estavam mais concentradas nas áreas tipo Popular Operário<sup>6</sup>.

Finalmente a grande maioria de um pequeno grupo constituído por apenas 13 883 famílias cujos responsáveis eram Agricultores se dividiam equitativamente entre as áreas tipo Popular Operário<sup>7</sup>, onde residiam 41,5% delas e as áreas de tipo Popular, onde viviam outros 40%.

Nota-se, a partir desses dados, uma clara distinção na forma de ocupação do espaço da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, separando nitidamente os trabalhadores manuais dos não manuais. As áreas de tipo Superior e Médio eram o local de residência preferencial da maioria, mais de 61%, das famílias dos estratos superiores e médios, ou seja os não manuais, enquanto os trabalhadores manuais, fossem eles do setor terciário ou do secundário, viviam em sua maioria, mais de 58% nas áreas de tipo Popular Operário e Popular.

Os chefes de família, que em 2000, não estavam trabalhando e para os quais não se tem informação da ocupação, também não se distribuíam igualmente nos diferentes espaços da região metropolitana<sup>8</sup>. Assim, as famílias cujos chefes eram aposentados estavam mais concentradas, 45,2% nos espaços de tipo Médio, enquanto a maioria das famílias de chefes que não trabalhavam e não eram aposentados, 55,8%, residiam em maior proporção nos espaços do tipo Popular Operário.

Diferenças quanto à localização das famílias no espaço metropolitano também são percebidas, quando observamos o que ocorria com as diferentes categorias sócio-ocupacionais que formam os 8 grandes grupos de categorias, o que significa que além da distinção entre grandes grupos de categorias, havia distinções quanto à localização espacial, na RM do Rio de Janeiro, de categorias que fazem parte de um mesmo grupo.

No grupo dos Dirigentes, encontramos as maiores diferenciações no que se refere à área de residência das famílias das diferentes categorias sócio-ocupacionais que o compõem. Assim, podemos ver que, enquanto a maioria, 58,1%, das famílias dos Grandes Empregadores, e 50,9%, dos Dirigentes do Setor Privado, residiam nas áreas de tipo Superior, aquelas cujos chefes eram Dirigentes do Setor Público estavam mais presentes, 41,7%, nas áreas tipo Médio, o que indicaria que sua localização no espaço assemelhava-se mais ao perfil dos Profissionais de Nível Superior do que ao do grupo de categorias do qual faz parte. (Tabela2)

No grupo dos Profissionais de Nível Superior, observou-se um percentual mais elevado, 45,4%, de famílias de Profissionais Autônomos, com residência em áreas de tipo Superior, enquanto que para

6 As famílias, que residiam em áreas de tipo Popular Operário, estavam principalmente no Rio de Janeiro, 34,5%; Nova Iguaçu, 14,3%; Duque de Caxias, 12,9%; São Gonçalo, 10,4%; Belford Roxo, 8,2%; São João de Meriti, 7,6%. Os outros 12% se espalhavam por nove outros municípios da RM do Rio de Janeiro.

7 As famílias que viviam em áreas do tipo Popular se distribuíam em sua maioria 77% em sete municípios: 21,5% no Rio de Janeiro, 14,3% em Itaboraí; 11,3% em Magé; 9,7% em Maricá; 8,6% em Japeri; 5,9% em Itaguaí; 5,6% em Guapimirim. As demais famílias, 23%, residiam em outros sete municípios.

8 Embora a ocupação dos que chefes aposentados e dos que por algum motivo não estavam ocupados não seja levantada pelo Censo Demográfico, decidimos incluir na análise as famílias com chefes nessas condições por três motivos. O primeiro é o seu peso significativo no conjunto das famílias, 21,3% no caso dos aposentados e 17,5% com chefes que não estavam trabalhando. O segundo, é o fato de que também não se distribuíam igualmente no espaço da RM do Rio de Janeiro e, o terceiro, é o de que apresentavam configurações muito distintas, não apenas entre si, como em relação à famílias de chefes ocupados.

as famílias de profissionais dos demais grupos a situação mais freqüente era ter o domicílio em áreas do tipo Médio. Assim, pode-se dizer que a localização residencial dos Profissionais Autônomos se assemelhava mais à do grupo de categoria Dirigente do que ao seu próprio grupo.

No grupo Categorias Médias não foram encontradas diferenças, tão significativas quanto à área de residência, como nos grupos anteriores. A maior parte das famílias com chefes nessas categorias, entre 40,9% para a categoria de Ocupações Artísticas e Similares e 52,5% para Ocupações Técnicas, residia em áreas de tipo Médio. No entanto, nesse grupo de categorias, vale a pena destacar, por um lado, que as famílias cujos responsáveis exerciam Ocupações Artísticas e Similares, de Supervisão e Técnicas, apareciam também em proporções acima da média, respectivamente 23,3%, 19,1% e 14% nas áreas do tipo Superior. Por outro lado, vê-se que embora a maior parte, isto é 47% das famílias com chefes na categoria Ocupações da Segurança Pública, Justiça e Correios, tivessem com local de residência espaços do tipo Médio, um percentual bastante mais elevado, do que nas demais categorias desse grupo, 43,2%, viviam em espaços do tipo Popular Operário. Pode-se dizer assim, que entre as Categorias Médias existia alguma variação quanto ao local de residência, mas não tão intensa, quanto nos grupos anteriores.

No grupo de Trabalhadores do Terciário a localização das famílias das diferentes categorias sócio-ocupacionais no espaço da Região Metropolitana do Rio de Janeiro era a mais homogênea de todas. Entre 50,6% das famílias de Trabalhadores do Comércio e 54,3% de Prestadores de Serviços Especializados viviam em áreas do tipo Popular Operário.

**Tabela 2: – Famílias por categoria sócio-ocupacional do chefe e tipo de área de residência – RM do Rio de Janeiro – 2000.**

| Categoria sócioocupacional do chefe da família | Famílias por tipo de área de residência |             |                  |            |              |                |
|--|---|-------------|------------------|------------|--------------|----------------|
|  | Superior                                | Médio       | Popular operário | Popular    | Total        |                |
|  |   |             |                  |            | %            | absol.         |
| Grandes Empregadores                           | 58,1                                    | 32,2        | 7,6              | 2,1        | 100,0        | 19619          |
| Dirigentes do Setor Público                    | 33,1                                    | 41,7        | 20,2             | 5,1        | 100,0        | 7702           |
| Dirigentes do Setor Privado                    | 50,9                                    | 32,8        | 13,4             | 2,8        | 100,0        | 8123           |
| Prof. Autônomos de Nível Superior              | 45,4                                    | 40,8        | 11,1             | 2,8        | 100,0        | 46697          |
| Prof. Empregados de Nível Superior             | 39,5                                    | 47,1        | 11,9             | 1,5        | 100,0        | 72253          |
| Prof. Estatutários de Nível Superior           | 30,6                                    | 52,2        | 15,9             | 1,3        | 100,0        | 24824          |
| Professores de Nível Superior                  | 31,8                                    | 51,2        | 15,5             | 1,6        | 100,0        | 36772          |
| Pequenos Empregadores                          | 29,2                                    | 45,8        | 21,1             | 3,9        | 100,0        | 68726          |
| Ocupações Artísticas e Similares               | 23,3                                    | 40,9        | 32,0             | 3,8        | 100,0        | 27926          |
| Ocupações de Escritório                        | 8,4                                     | 50,4        | 38,4             | 2,7        | 100,0        | 138329         |
| Ocupações de Supervisão                        | 19,1                                    | 46,1        | 31,3             | 3,6        | 100,0        | 109791         |
| Ocupações de Supervisão                        | 19,1                                    | 46,1        | 31,3             | 3,6        | 100,0        | 109791         |
| Ocupações Técnicas                             | 14,0                                    | 52,5        | 30,7             | 2,8        | 100,0        | 127528         |
| Ocup. Médias da Saúde e Educ.                  | 9,2                                     | 48,8        | 38,5             | 3,5        | 100,0        | 57297          |
| Ocup. Seg. Pública, Just. e Correios           | 6,5                                     | 47,4        | 43,2             | 2,9        | 100,0        | 71530          |
| Trabalhadores do Comércio                      | 5,1                                     | 39,0        | 50,6             | 5,3        | 100,0        | 177149         |
| Prestadores Serv. Especializados               | 4,3                                     | 35,9        | 54,3             | 5,6        | 100,0        | 252866         |
| Prestadores de Serv. Ñ Especializ.             | 8,0                                     | 30,4        | 54,2             | 7,4        | 100,0        | 131659         |
| Trab. da Indústria Moderna                     | 1,9                                     | 30,3        | 61,6             | 6,3        | 100,0        | 107750         |
| Trab. da Indústria Tradicional                 | 3,4                                     | 30,9        | 59,8             | 5,9        | 100,0        | 76713          |
| Operários dos Serviços Auxiliares              | 2,1                                     | 35,2        | 56,7             | 6,0        | 100,0        | 150735         |
| Operários da Construção Civil                  | 2,2                                     | 21,5        | 64,6             | 11,7       | 100,0        | 212682         |
| Trabalhadores Domésticos                       | 3,9                                     | 25,0        | 59,0             | 12,0       | 100,0        | 137591         |
| Ambulantes e Biscateiros                       | 3,5                                     | 37,0        | 53,7             | 5,8        | 100,0        | 84107          |
| Agricultores                                   | 5,4                                     | 13,1        | 41,5             | 40,0       | 100,0        | 13883          |
| <b>Total</b>                                   | <b>10,5</b>                             | <b>37,5</b> | <b>46,1</b>      | <b>6,0</b> | <b>100,0</b> | <b>2162252</b> |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

Também entre famílias com chefes no grupo de Trabalhadores no Secundário não foram encontradas diferenças muito significativas quanto ao local de moradia. A maioria delas, entre 56,7% na categoria, Operários dos Serviços Auxiliares e, 64,6%, entre os Operários da Construção Civil, viviam em espaços do tipo Popular Operário o que apontava para uma maior concentração, nesse tipo de espaço, do que a observada em relação às famílias de Trabalhadores do Terciário. Encontrou-se nesse grupo um percentual de 11,7%, cerca de duas vezes maior que nas outras categorias de ocupações que formam o grupo de Trabalhadores do Secundário, de famílias de Trabalhadores da Construção Civil que residiam em áreas do tipo Popular. Esse dado revela uma certa diferenciação desse último tipo de famílias do restante do grupo de Trabalhadores do Secundário e uma certa aproximação com parte do grupo de Trabalhadores do Terciário Não Especializado, os empregados domésticos.

Finalmente, as famílias dos Trabalhadores do Terciário Não Especializado apresentavam uma grande homogeneidade quanto ao local de residência, uma vez que o percentual daquelas que viviam em espaços do tipo Popular Operário, variavam de 53,7% entre famílias com chefes Ambulantes e Biscateiros a 59% para aquelas cujos chefes eram Trabalhadores Domésticos. Entre estes últimos, 12%, um percentual duas vezes superior à média, viviam em áreas de tipo Popular. Vale destacar ainda a significativa presença de famílias com chefes Ambulantes ou Biscateiros e Empregados Domésticos residindo nas áreas de tipo Médio, 37% e 25% respectivamente. Os elevados percentuais dessas categorias de Trabalhadores do Terciário Não Especializado, nesse tipo de área, deve-se à facilidade de exercer tais ocupações em áreas mais próximas do centro da metrópole que, por serem mais ricas constituem um bom mercado para tais atividades.

Em síntese, esses dados apontam para o fato que entre famílias com chefe nos estratos mais altos da estrutura sócio-ocupacional, Dirigentes e Profissionais de Nível Superior e Pequenos Empregadores, era mais acentuada a diferenciação quanto à localização no espaço da RM do Rio de Janeiro. Nas Categorias Médias, encontrava-se maior homogeneidade quanto ao local de residência, do que nos grupos anteriores, ainda que com algumas pequenas variações. Já entre famílias de trabalhadores manuais urbanos a localização no espaço era bem mais homogênea. Essa constatação levanta uma questão: os grupos de categorias mais bem situados na estrutura sócio-ocupacional seriam também menos homogêneos do que aqueles situados em posição inferior e, isso se refletiria na sua distribuição no espaço da RM do Rio de Janeiro?

### **3. – Categorias sócio-ocupacionais e estrutura familiar.**

Categorias sócio-ocupacionais não indicam apenas posições na estrutura produtiva às quais estão associados determinados níveis de renda e de qualificação. Na medida em que também definem a posição das pessoas na estrutura social, categorias homogêneas de ocupações correspondem a modos de viver, definidos a partir de valores, atitudes e comportamentos específicos (Derosières e Thevenot: 1992). Tais valores se refletem, sem dúvida, na forma como se organizam as famílias em cada uma delas. Por outro lado, não podemos esquecer que algumas categorias podem corresponder a uma posição na estrutura produtiva, alcançada a partir de uma trajetória profissional mais longa que outras, como seria o caso, por exemplo, do grupo denominado Dirigentes. Assim, os chefes nas categorias incluídas nesse grupo teriam uma tendência a serem mais velhos do que os chefes de famílias pertencentes a outras categorias, e estariam em etapas mais avançadas do seu ciclo de vida, o que implicaria também em

formatos diferentes de família, quando comparados com grupos em que os chefes tendem a ser mais jovens como os trabalhadores nas Categorias Médias e os Trabalhadores no Terciário e no Secundário.

A forma como se organizam as famílias e a fase do seu ciclo de vida têm implicações tanto no seu tamanho, quanto na idade dos seus membros, variáveis fundamentais na definição de quantos e quais deles irão participar do mercado de trabalho e obter a renda necessária à manutenção e reprodução social do núcleo familiar<sup>9</sup>. A demografia econômica explorou a relação entre variáveis demográficas como idade do chefe da família, tamanho e composição da unidade familiar ou doméstica e variáveis econômicas como a renda, mostrando como umas interferem no comportamento das outras. O ciclo de vida familiar, por exemplo, está estreitamente relacionado à idade do chefe e se reflete, tanto no número e na idade dos filhos vivendo com a família no mesmo domicílio e, portanto no seu tamanho, quanto na capacidade do próprio chefe e dos outros membros da unidade familiar de gerarem renda. Em geral, como mostrou Kuznets (1976), ao examinar a relação entre a idade do chefe e o tamanho da família, quando o chefe é jovem esta tende a ser pequena, pois está ainda em fase de formação. Em seguida, em uma fase intermediária, que corresponde ao período de sua expansão, cresce com o nascimento dos filhos. Mais adiante, na chamada fase de dispersão, tende a diminuir, uma vez que estes saem de casa para constituírem sua própria família e, então, acaba muitas vezes reduzida a uma única pessoa, quando um dos pais morre. Tais mudanças vão resultar em que, em cada um dos momentos do seu ciclo de vida, as famílias tenham um número variado de adultos e não adultos, que se traduz em proporções variadas de pessoas com renda e sem renda, ou seja, apenas consumidores, alterando significativamente o nível de renda familiar per capita.

É importante lembrar, no entanto que as fases do ciclo de vida familiar, tal como foram pensadas correspondem a modelos analíticos que nem sempre correspondem exatamente à realidade estudada. As características desses ciclos de vida podem sofrer mudanças, a depender da intensidade das transformações que vêm ocorrendo na vida familiar nas últimas décadas, e esse aspecto tem que ser levado em consideração. Assim, por exemplo, o aumento de separações ou divórcios, seguidos de novas uniões, pode alterar a relação entre idade do chefe, fase do ciclo de vida e tamanho da família, na medida em que homens mais velhos, a partir de uma nova união, se tornem chefes de famílias menores e com filhos pequenos. Por outro lado, a separação dos filhos adultos, acompanhada muitas vezes de dificuldades financeiras, pode levá-los a residir novamente com seus pais, pelo menos por algum tempo, enquanto não voltam a reconstituir sua própria família. Esse movimento amplia, então, a família original que já deveria estar com tamanho reduzido, por estar em fase de dispersão, ao mesmo tempo em que eleva o número de adultos em idade de trabalhar.

Um outro aspecto da relação entre ciclo de vida familiar, idade do chefe e renda familiar se estabelece, uma vez que este é, na maior parte das vezes, o maior provedor da família e sua idade reflete, segundo Meesook (1982), não apenas a capacidade geradora de renda da família como vimos anteriormente, mas também, em linhas gerais, a forma como ela será repartida. Quanto a esse segundo aspecto, resultados da pesquisa de Shultz (1982) indicam que enquanto número de adultos aumenta com a elevação da idade do chefe, a relação crianças/adultos também aumenta até uma determinada idade, especialmente na fase intermediária do ciclo de vida, e depois tende a diminuir. Por outro lado, o próprio rendimento dos adultos tende a crescer, à medida que a idade avança, até atingir um pico, a partir do qual começa a diminuir, chegando a valores, em geral mais baixos por volta dos 65 anos devido à aposentadoria. Todos esses fatores – menor proporção de crianças e adolescentes na família, maior número de adultos e rendimentos mais elevados do chefe e outros membros adultos da família – levam

9 De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2000, a maior parte, 70,5%, do rendimento das famílias na RM do Rio de Janeiro era proveniente do trabalho; 22,5% de aposentadorias e 7% de outras fontes tais como, alugueis, pensões, doações etc.

a que unidades familiares com chefes mais velhos estejam, em geral, mais bem situadas na estrutura de renda que as demais.

Finalmente, um último aspecto da relação entre a idade do chefe da família e a renda familiar, sobre o qual se deve chamar atenção, é o de que os adultos de diferentes faixas etárias podem não estar expostos da mesma maneira, e na mesma intensidade, às dificuldades que se apresentam no mercado de trabalho em função, por exemplo, de crises econômicas ou de reestruturação produtiva, que acabariam afetando mais uns do que outros. Essas mudanças, em geral afetam com diferentes intensidades a inserção de chefes de família, cônjuges e filhos no mercado de trabalho, acarretando impactos distintos na renda familiar.

Por essas razões a composição demográfica da família e sua relação com a composição de sua força de trabalho vão indicar o grau de relação de dependência entre seus membros, que pode ser dado, entre outras maneiras, pela razão entre o número de membros que trabalham e que não trabalham, ou, ou com rendimentos e sem rendimentos, em outras palavras, por quantas pessoas a renda obtida por alguns será repartida. Nesse sentido, a estrutura familiar e o ciclo de vida são variáveis importantes para o estudo da desigualdade de renda entre elas.

Examinando as formas de organização familiar constituídas pelos diferentes grupos que compunham a estrutura sócio-ocupacional da RM do Rio de Janeiro, em 2000, é possível notar diferenças marcantes entre eles.

Para indicar o lugar da família nessa estrutura, partimos da posição sócio-ocupacional da pessoa indicada pelos demais membros como responsável por essa família, ou seja, seu chefe, de forma geral, o principal provedor. Já vimos que os dados apontam para uma similaridade de posições dos principais membros das famílias, cônjuges e filhos, em relação à posição ocupada pelos chefes.

Embora as famílias constituídas por casal fossem a maioria em todos os grupos de categorias sócio-ocupacionais dos chefes, estavam mais presentes em uns do que em outros, indicando assim maior ou menor diversificação das formas de organização familiar de cada um deles. Nesse sentido, como mostram os dados da Tabela 4, as famílias com chefes Dirigentes, Pequenos Empregadores e Trabalhadores no Secundário eram aquelas que, podemos dizer, apresentavam, um perfil mais tradicional de organização familiar, ou, em outras palavras, menos diversificado. Nesses grupos, mais de três quartos das famílias, ou seja, entre 79% para os chefes Dirigentes, e 86,5% para os chefes Trabalhadores no Secundário, eram unidades constituídas por casal. Nos grupos de chefes Dirigentes e Pequenos Empregadores apareciam com percentuais acima da média, tanto famílias de casal com filho, entre 61,9% e 64,9%, respectivamente, quanto de casais sem filho, em torno de 17%. Já as famílias com chefes Trabalhadores do Secundário estavam bem mais concentradas no tipo casal com filho, 71%, o maior percentual entre todos os grupos de categorias sócio-ocupacionais.

**Tabela 4: – Famílias por tipo, segundo a condição de atividade e o grupo de categorias sócio-ocupacionais do chefe**

| Condição de atividade e grupos de categorias sócio-ocupacionais dos chefes de família | Tipos de família |                 |                 |               |               |              | Total        |                |
|---|------------------|-----------------|-----------------|---------------|---------------|--------------|--------------|----------------|
|   | pessoa só        | casal sem filho | casal com filho | mãe com filho | pai com filho | outros tipos | %            | absol          |
|   |                  |                 |                 |               |               |              |              |                |
| <b>Trabalham</b>  | <b>9,1</b>       | <b>14,4</b>     | <b>57,5</b>     | <b>13,7</b>   | <b>1,8</b>    | <b>3,5</b>   | <b>100,0</b> | <b>2162253</b> |
| Dirigentes  | 8,9              | 17,1            | 61,9            | 7,7           | 2,2           | 2,2          | 100,0        | 35444          |
| Prof. Niv. Superior   | 14,6             | 16,8            | 48,9            | 13,1          | 1,6           | 5,0          | 100,0        | 180548         |
| Peq. Empregadores   | 7,1              | 17,2            | 64,9            | 6,4           | 2,0           | 2,4          | 100,0        | 68726          |
| Categorias Médias   | 9,6              | 15,3            | 56,1            | 13,1          | 1,5           | 4,4          | 100,0        | 532399         |
| Trab. do Terciário  | 8,4              | 13,9            | 56,9            | 15,4          | 1,6           | 3,7          | 100,0        | 430014         |
| Trab. do Secundário   | 6,3              | 14,6            | 71,0            | 3,7           | 2,4           | 2,0          | 100,0        | 547881         |
| Trab. do Terc. Ñ. Especial.   | 11,0             | 10,8            | 41,9            | 30,7          | 1,5           | 4,1          | 100,0        | 353358         |
| Agricultores  | 11,7             | 17,5            | 61,5            | 4,2           | 3,3           | 1,7          | 100,0        | 13883          |
| <b>Aposentados</b>  | <b>17,9</b>      | <b>24,5</b>     | <b>34,2</b>     | <b>14,3</b>   | <b>3,6</b>    | <b>5,5</b>   | <b>100,0</b> | <b>738060</b>  |
| <b>Não trabalham</b>  | <b>15,5</b>      | <b>7,6</b>      | <b>30,0</b>     | <b>38,8</b>   | <b>1,4</b>    | <b>6,7</b>   | <b>100,0</b> | <b>605244</b>  |
| <b>Total</b>  | <b>12,0</b>      | <b>15,3</b>     | <b>47,9</b>     | <b>18,1</b>   | <b>2,1</b>    | <b>4,5</b>   | <b>100,0</b> | <b>3467838</b> |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

Outras diferenças entre aqueles grupos eram visíveis, quando se examinava a fase do ciclo de vida<sup>10</sup> das famílias de casal com filho. Enquanto, entre os Dirigentes, predominavam aquelas que estavam na fase final do ciclo de vida - todos os filhos com mais de 14 anos - com um percentual de 27,1%, nas de Pequenos Empregadores, encontrava-se em maior proporção, 28,8%, as que estavam na fase inicial do ciclo de vida, ou seja, tinham todos os filhos com até 14, anos. (Tabela 5). No caso dos Trabalhadores do Secundário encontrava-se o maior percentual, entre todos os grupos de categorias sócio-ocupacionais, de famílias formadas por casal com filho mais jovens, uma vez que 39,5% delas estavam na fase inicial do ciclo de vida.

Os chefes nas Categorias Médias e de Trabalhadores no Terciário tinham famílias com um perfil de organização familiar um pouco mais diferenciado do que os grupos anteriores.

<sup>10</sup> A fase do ciclo de vida familiar costuma ser definida, seja pela idade dos filhos, seja pela associação das idades do chefe e do cônjuge; as duas formas levam a resultados semelhantes. Adotamos a primeira delas e comparamos com as idades médias dos chefes e dos cônjuges. O resultado mostra que mais ou menos 10 anos separam uma fase da outra, tanto nas famílias compostas por casal, quanto nas monoparentais com filho. Assim, consideramos famílias na fase inicial do seu ciclo de vida aquelas com todos os filhos até 14 anos; famílias na fase intermediária, aquelas com filhos de mais e de menos de 14 anos e, famílias na fase final do ciclo de vida, ou fase de dispersão, aquelas em que todos os filhos têm mais de 14 anos.

**Tabela 5: – Famílias com filho, por tipo e fase do ciclo de vida familiar segundo a condição de atividade e categoria sócio-ocupacional dos chefes na RM do Rio de Janeiro – 2000.**

| Condição de atividade e<br>Categoria Sócioocupacional<br>dos Chefes | casal com filho |                            |                    | mulher com filho |                            |                    |
|---|-----------------|----------------------------|--------------------|------------------|----------------------------|--------------------|
|   | ate 14<br>anos  | mais e menos<br>de 14 anos | mais de<br>14 anos | ate 14<br>anos   | mais e menos<br>de 14 anos | mais de<br>14 anos |
| <b>Trabalham</b>  | <b>32,0</b>     | <b>10,2</b>                | <b>15,3</b>        | <b>5,0</b>       | <b>2,2</b>                 | <b>6,6</b>         |
| Dirigentes  | 24,2            | 10,6                       | 27,1               | 2,1              | 0,7                        | 4,9                |
| Prof.Niv.Superior   | 24,0            | 7,0                        | 17,9               | 4,6              | 1,4                        | 7,1                |
| Peq. Empregadores   | 28,8            | 10,3                       | 25,9               | 1,6              | 0,8                        | 4,1                |
| Categorias médias   | 32,5            | 9,1                        | 14,5               | 5,5              | 1,5                        | 6,1                |
| Trab.no Terciário   | 33,8            | 9,6                        | 13,5               | 6,0              | 2,4                        | 7,0                |
| Trab. no Secundário   | 39,5            | 14,1                       | 17,5               | 1,2              | 0,6                        | 1,9                |
| Trab. no Terciário Não Espec..                                      | 22,9            | 8,5                        | 10,6               | 10,0             | 6,2                        | 14,5               |
| Agricultores  | 30,5            | 11,7                       | 19,3               | 1,2              | 0,7                        | 2,4                |
| <b>Aposentados</b>  | <b>3,4</b>      | <b>3,5</b>                 | <b>27,3</b>        | <b>0,7</b>       | <b>0,6</b>                 | <b>12,9</b>        |
| <b>Não Trabalham</b>  | <b>19,9</b>     | <b>6,6</b>                 | <b>3,5</b>         | <b>12,3</b>      | <b>4,5</b>                 | <b>22,0</b>        |
| <b>Total</b>  | <b>23,9</b>     | <b>8,2</b>                 | <b>15,8</b>        | <b>5,3</b>       | <b>2,2</b>                 | <b>10,6</b>        |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

Ainda que com uma característica bastante tradicional, estavam um pouco menos concentrados em famílias de casal, uma vez que o percentual de famílias desse tipo se situava em torno de 71%, sendo a maioria delas com filhos, em torno de 56% (Tabela 4). As diferenças entre eles eram que entre os chefes as Categorias Médias havia uma proporção maior de famílias de casal sem filhos, 15,3%, enquanto, entre os Trabalhadores do Terciário, ocorria o inverso. Havia também diferenças em relação à presença de famílias constituídas por mães e filhos que já alcançavam, nesses grupos de categorias, proporções próximas as de casais sem filhos: 13,1% no grupo de chefes das Categorias Médias e 15,4% entre os chefes Trabalhadores do Terciário.

Quanto ao ciclo de vida, as famílias com chefes nesses grupos de categorias se assemelhavam bastante. No caso dos casais com filho, havia uma forte predominância de famílias na fase inicial do ciclo de vida, 33,8%, entre Trabalhadores do Terciário e, 32,5%, nas Categorias Médias. (Tabela 5) Já, no caso de mães com filho, encontramos percentuais semelhantes de famílias na fase inicial, 6,0% e 5,5%, respectivamente, e 7% e 6,1%, no final do ciclo de vida.

Entre famílias com chefes Profissionais de Nível Superior, encontramos um terceiro tipo de padrão de organização familiar já muito mais diversificado. Embora os casais representassem quase dois terços, 65,7%, de famílias desse grupo, aquelas com filho, 48,9%, não eram maioria, como nos cinco grupos de categorias sócio-ocupacionais anteriormente analisados. (Tabela 4) Por outro lado, havia nesse grupo um percentual bem mais elevado que a média, 14,6%, de pessoas morando sozinhas, relativamente próximo ao percentual de casais sem filho, 16,8%. Apareciam, também, nesse grupo de profissionais, em

proporções acima da média, 5,5%, famílias classificadas em outros tipos<sup>11</sup>. No que diz respeito ao ciclo de vida, (Tabela 5) observou-se entre Profissionais de Nível Superior, uma predominância de casais com todos os filhos até 14 anos, 24%, embora se destacassem também, com proporções acima da média, os casais com todos os filhos acima de 14 anos, 17,4%.

O grupo de chefes Trabalhadores do Terciário Não Especializado apresentava um quarto tipo de padrão de organização familiar. O que deve ser destacado quanto ao perfil de organização das famílias nesse grupo é a importância daquelas com chefe mulher sem cônjuge e com filho, 30,7%, percentual muito superior ao encontrado em qualquer dos outros grupos de categorias sócio-ocupacionais dos chefes. Este é o padrão freqüente de organização familiar nos segmentos mais pobres das classes populares. Devido ao grande peso das famílias desse tipo, entre Trabalhadores do Terciário Não Especializado, as famílias compostas por casal representavam apenas 52,7%, o menor percentual desse tipo de família, se comparado a todos os outros grupos de categorias sócio-ocupacionais dos chefes. (Tabela 4). Nesse grupo de trabalhadores, tanto o percentual de casais sem filho, 10,8%, quanto o de casais com filho, 41,9%, eram também bem mais baixos que a média. Encontrava-se também no grupo de Trabalhadores do Terciário Não Especializado um percentual significativo de pessoas que moravam sozinhas, 11%. Quanto à fase do ciclo de vida familiar, nesse grupo de trabalhadores, verifica-se entre os casais com filho uma forte predominância de famílias com todos os filhos até 14 anos, 22,9%, (Tabela 4), enquanto as famílias de mulheres sem cônjuge estão mais representadas na fase final, quando todos os filhos estão acima de 14 anos, 14,5%.

Finalmente entre os chefes Agricultores foram encontrados percentuais mais elevados que a média de famílias de casais com filho, 61,5%, dos quais pouco menos da metade, 30%, estava na faixa inicial do ciclo familiar, e de casais sem filho, 17,5%, totalizando 79%, o que sinalizava um perfil familiar bastante tradicional também nesse grupo de categorias sócio-ocupacionais. (Tabela 4). Por outro lado, aparecia também, nesse mesmo grupo, um percentual elevado de pessoas morando sozinhas, 11,7%. As famílias de casais com filho, entre os Agricultores, estavam, em sua maior parte, 30,5%, na fase inicial do ciclo de vida. (Tabela 5).

Completando o conjunto de famílias, temos aquelas com chefes aposentados e com chefes que não trabalhavam, embora não fossem aposentados. A primeira observação sobre esses dois grupos é a de que tinham perfis familiares muito distintos daqueles cujos chefes trabalhavam.

As famílias com chefes aposentados eram em sua maioria 58,7% compostas por casal, (Tabela 4) mas dentre estes, ao contrário de todos os outros grupos, apenas pouco mais de um terço, 34,2% das famílias eram casais com filho, o segundo menor percentual desse tipo de organização familiar no conjunto da metrópole. Além dessa característica, encontrava-se entre as famílias com chefes nessa condição os maiores percentuais de casais sem filho, 24,5%, e de pessoas vivendo sozinhas, 17,9%, o que se deve ao fato dos chefes aposentados serem mais velhos. Os percentuais de famílias com esses tipos de organização entre aposentados eram os mais elevados entre todos os grupos, seja entre aqueles cujos chefes trabalhavam, seja entre os que não trabalhavam. Destacavam-se também, com percentuais mais elevados do que em todos os demais grupos, as famílias de homem sem cônjuge com filho, 3,6% e outros tipos 5,5%. Como seria de se esperar, em razão da idade mais elevada dos chefes aposentados, entre estes, as famílias de casais com filho estavam, em sua maior parte, 27,3%, na fase final do ciclo de vida. (Tabela 4)

As famílias cujos chefes não trabalhavam e também não eram aposentados, tinham uma configura-

11 Foram agrupadas em “outros tipos” as famílias formadas pelo chefe e um ou mais parentes sem relação de casamento ou filiação e aquelas constituídas por até cinco pessoas sem vínculo de parentesco. Embora sejam grupos bastante diferentes entre si quanto à sua composição, serão tratadas em conjunto, dada a pequena representatividade de cada uma delas.

ração muito peculiar. Nesse grupo de chefes, a proporção, daquelas que eram constituídas por mulheres sem cônjuge com filhos, 38,8%, era quase a mesma que a de casais, 37,6%, em sua maior parte, 30%, casais com filho. Destacavam-se ainda, nesse grupo, as pessoas que moravam sozinhas 15,5%. (Tabela 4). Quanto à fase do ciclo de vida, a maior parte das famílias de mães com filhos, representando 22% do total de unidades familiares nesse grupo, (Tabela 5) estava na fase final do ciclo de vida com todos os filhos acima de 14 anos, enquanto, para as famílias de casal com filho, a situação era a inversa, a maior parte, representando 19,9% do total, tinha todos os filhos com até 14 anos.

#### 4 – Composição familiar das áreas tipo

Vimos que famílias que fazem parte de diferentes grupos sócio-ocupacionais, bem como famílias com chefes aposentados e que não trabalham, se distribuíam de forma distinta pelo espaço da região metropolitana. Em função desse fato e de que alguns outros atributos das famílias, como sua estrutura e tamanho, a fase do seu ciclo de vida e a idade dos filhos, bem como o sexo do chefe, tenham influência na localização da residência das pessoas no espaço da cidade, a composição familiar das áreas tipo, definida pelo tipo de organização das famílias ali presentes, também não era a mesma. Nesse sentido, os dados da tabela 6 mostram que, nas áreas de tipo Superior, eram encontradas, em proporção maior que a média, pessoas que residiam sozinhas, 22,2%, casais sem filho, 18,5%, casais na fase final do ciclo de vida, ou seja, com todos os filhos acima de 14 anos, 17,2%, e outros tipos de família, 5,8%. Esses quatro tipos reuniam quase dois terços, 63,6% das famílias nessas áreas.

As áreas de tipo Médio tinham uma composição bastante diferente das áreas de tipo Superior, por dois motivos. Primeiro, porque o percentual de pessoas que moravam sozinhas caía consideravelmente, passando a ser de apenas 12,4% e, segundo, porque ali se observava a maior presença relativa de famílias de mulheres sem cônjuge com todos os filhos acima de 14 anos, 12,1%. No mais, essas áreas tinham uma presença maior que a média de famílias de casais com todos os filhos acima de 14 anos, 17,5%, casais sem filho, 16,1%, e outros tipos de família 5,2%. Esses cinco tipos incluíam 63,1% das famílias residentes nessas áreas.

Já as áreas de tipo Popular Operário e Popular se caracterizavam por terem pouco mais da metade de suas famílias, respectivamente 52% e 53,4%, formadas por casais com filhos, o que não ocorria nas áreas de tipo Superior e Médio. Naquelas duas áreas, apareciam, em proporções acima da média, as famílias com filhos na fase inicial e intermediária do ciclo de vida, presentes com maior peso nas áreas de tipo Popular respectivamente, 30,2% e 10%, se comparadas com as do tipo Popular Operário, 27,9% e 9,7%.

Tabela 6: – Composição familiar das áreas tipo - RM do Rio de Janeiro - 2000

| Tipo de estrutura familiar    | Área tipo     |                |                  |               | Total          |
|-------------------------------|---------------|----------------|------------------|---------------|----------------|
|                               | Superior      | Médio          | Popular operário | Popular       |                |
| <b>essoa só</b>               | 22,2          | 12,4           | 9,6              | 10,8          | 12,0           |
| <b>casal sem filho</b>        | 18,5          | 16,1           | 14,0             | 15,4          | 15,3           |
| <b>casal com filho</b>        | 36,4          | 45,2           | 52,0             | 53,4          | 47,9           |
| todos até 14 anos             | 14,6          | 20,8           | 27,9             | 30,2          | 23,9           |
| mais e menos de 14 anos       | 4,7           | 7,0            | 9,7              | 10,0          | 8,2            |
| todos com mais de 14 anos     | 17,2          | 17,5           | 14,4             | 13,2          | 15,8           |
| <b>mulher chefe com filho</b> | 15,2          | 19,0           | 18,4             | 15,1          | 18,1           |
| todos até 14 anos             | 3,3           | 5,0            | 6,0              | 5,3           | 5,3            |
| mais e menos de 14 anos       | 1,1           | 1,9            | 2,7              | 2,3           | 2,2            |
| todos com mais de 14 anos     | 10,8          | 12,0           | 9,7              | 7,5           | 10,6           |
| <b>homem chefe com filho</b>  | 1,9           | 2,1            | 2,1              | 2,1           | 2,1            |
| <b>outros tipos</b>           | 5,8           | 5,2            | 3,8              | 3,2           | 4,5            |
|                               | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>   | <b>100,0</b>     | <b>100,0</b>  | <b>100,0</b>   |
|                               | <b>358623</b> | <b>1333763</b> | <b>1574754</b>   | <b>200696</b> | <b>3467836</b> |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

Nestas duas áreas havia, portanto, maior proporção de crianças e adolescentes, o que irá afetar o número de pessoas sem rendimento, ou seja, apenas consumidores e dependentes dos que tinham renda. Nas áreas de tipo Popular Operário, apareciam ainda, com percentuais acima da média, famílias de mulheres sem cônjuge na fase inicial do ciclo de vida, isto é, com todos os filhos até 14 anos, 6%, e com filhos de mais e menos de 14 anos, 2,7%.

Diferentes tipos de estrutura familiar e de fases do ciclo de vida da família estão associados a variações na idade do chefe e do cônjuge, bem como no tamanho da família e na presença de crianças, adolescentes e adultos, variáveis fundamentais na formação da força de trabalho familiar, ou seja, na definição de quantos e quais membros da família participam do mercado de trabalho, bem como na relação de dependência entre esses membros, quantos são os que geram renda realizando uma atividade econômica, ou têm algum tipo de rendimento além do trabalho, e quantos são apenas consumidores. Como vemos na tabela 7, na RM do Rio de Janeiro, em 2000, as pessoas que moravam sozinhas e os chefes de famílias de casal sem filho, de homem chefe com filho e de outros tipos de família tinham, em 2000, idades mais elevadas que a média, entre 53,8 anos para os primeiros e, 48,6, para os últimos, um tamanho médio de família menor que a média, variando entre 1 e 2,9 membros, e um pequeno número de membros de até 15 anos de idade<sup>12</sup>. Assim, trata-se de famílias com maioria de adultos, e baixíssima

12 Escolhemos a idade de 15 anos como corte uma vez que à partir de 16 anos o trabalho do adolescente é permitido por lei, transformando-o em mais um membro potencial da força de trabalho familiar.

taxa de dependência de crianças e adolescentes em relação às pessoas em idade de trabalhar, o que favorece a divisão da renda reunida por seus membros.

**Tabela 7: – Tipo de estrutura familiar, idade média do chefe, nº médio de pessoas maiores e menores de 15 anos, por tipo de estrutura familiar - RM do Rio de Janeiro – 2000.**

| Tipo de estrutura familiar | Total        | Idade média |             | Nº médio pessoas | Nº médio pessoas até 15 anos | Nº médio pessoas > de 15 anos | Pessoas até 15/ pessoas mais de 15 anos |
|----------------------------|--------------|-------------|-------------|------------------|------------------------------|-------------------------------|---|
|                            |              | do chefe    | do cônjuge  |                  |                              |                               |   |
| <b>pessoa só</b>           | <b>12,0</b>  | 53,8        |             | <b>1,0</b>       | <b>0,0</b>                   | <b>1,1</b>                    | <b>0,0</b>                              |
| <b>casal sem filho</b>     | <b>15,3</b>  | 49,1        | <b>46,1</b> | <b>2,2</b>       | <b>0,1</b>                   | <b>2,1</b>                    | <b>0,0</b>                              |
| <b>casal com filho</b>     | <b>47,9</b>  | <b>42,5</b> | <b>39,2</b> | <b>4,1</b>       | <b>1,3</b>                   | <b>2,8</b>                    | <b>0,5</b>                              |
| todos até 14 anos          | 23,9         | 34,4        | 31,1        | 3,8              | 1,7                          | 2,1                           | 0,8                                     |
| mais e menos de 14 anos    | 8,2          | 43,9        | 40,4        | 5,1              | 0,3                          | 3,6                           | 0,1                                     |
| todos com mais de 14 anos  | 15,8         | 54,0        | 50,7        | 3,9              | 2,0                          | 3,1                           | 0,7                                     |
| <b>mãe com filho</b>       | <b>18,1</b>  | <b>47,9</b> |             | <b>3,0</b>       | <b>0,9</b>                   | <b>2,1</b>                    | <b>0,4</b>                              |
| todos até 14 anos          | 5,3          | 32,5        |             | 2,7              | 1,5                          | 1,1                           | 1,4                                     |
| mais e menos de 14 anos    | 2,2          | 42,2        |             | 4,2              | 0,4                          | 2,6                           | 0,1                                     |
| todos com mais de 14 anos  | 10,6         | 56,8        |             | 3,0              | 2,0                          | 2,2                           | 0,9                                     |
| <b>pai com filho</b>       | <b>2,1</b>   | 53,6        |             | <b>2,9</b>       | <b>0,7</b>                   | <b>2,2</b>                    | <b>0,3</b>                              |
| <b>outros tipos</b>        | <b>4,5</b>   | 48,6        |             | <b>2,6</b>       | <b>0,3</b>                   | <b>2,2</b>                    | <b>0,2</b>                              |
| <b>total</b>               | <b>100,0</b> | <b>46,3</b> | <b>40,9</b> | <b>3,1</b>       | <b>0,8</b>                   | <b>2,3</b>                    | <b>0,4</b>                              |

Fonte: IBGE /microdados do Censo Demográfico de 2000

As famílias, na fase final do ciclo de vida, isto é com todos os filhos acima de 14 anos, também tinham, em média, chefes mais velhos, 54 anos, no caso dos casais com filho, e um pouco mais, 56,8, no caso das mulheres sem cônjuge com filho. O que seria de esperar em relação a esses tipos e família, dada a fase do seu ciclo de vida é que tivessem um menor número de crianças e adolescentes com até 15 anos, no entanto, não era isso o que ocorria. Estranhando que estas famílias, na fase final do ciclo de vida, tivessem um número médio de crianças e adolescentes de até 15 anos, maior que nas famílias, em fases do ciclo de vida anteriores, examinamos a relação desses membros com os chefes de suas famílias, encontrado duas situações distintas e que mostram como as diferentes fases do ciclo de vida familiar podem assumir características peculiares em determinados momentos e sociedades. A primeira situação encontrada, era a de que entre os casais com todos os filhos acima de 14 anos, embora a maioria de pessoas de até 15 anos de idade, 62,4%, fossem filhos, havia um percentual expressivo, 37,5%, de pessoas com outro tipo de relação com o chefe da família, principalmente netos, outros parentes e agregados,. A segunda situação, observada entre as famílias monoparentais, na fase final do ciclo de vida, tanto as chefiadas por homens quanto por mulheres, é que, ao contrario, as crianças e adolescentes de até 15 anos eram em sua maioria netos, 66,2% entre mulheres chefe, e 64,1% entre homens chefes com filho. Dessa forma, as famílias na fase final do ciclo de vida, residentes na RM do Rio de Janeiro, em 2000, não contavam com tantas pessoas com condições de trabalhar e gerar renda como seria esperado, pelo contrário, a relação entre o número de pessoas de até 15 anos, e o daquelas de 16 anos e mais, era mais desfavorável do que a observada na fase intermediária do ciclo de vida. É importante lembrar que as

crianças e adolescentes das quais estamos falando aqui eram netos do chefe da família, e não do chefe do domicílio, o que significa que viviam com seus avós, sem a presença de pelo menos um dos pais, no mesmo domicílio. Se a nossa unidade de referência nesse trabalho fosse domicílio o número de netos convivendo pelo menos um dos seus avós provavelmente ainda seria maior.

O Censo Demográfico disponibiliza informações que permitem ainda ver de uma outra maneira como se organizavam as famílias, se eram as únicas residindo no domicílio ou se compartilhavam a mesma residência com outras. Em 2000, na RM do Rio de Janeiro, a grande maioria das famílias, em todas as áreas tipo, 88,8% ou mais, vivia sozinha no domicílio (Tabela 8). Nas áreas tipo Superior encontrava-se uma pequena proporção de famílias conviventes, apenas 5,4%, enquanto nas demais áreas a proporção deste tipo de família era mais que o dobro, aproximadamente 12%.

**Tabela 8: – Famílias únicas e conviventes, por áreas tipo – RM do Rio de Janeiro - 2000**

| Tipo de área     | Única       | Famílias conviventes |            |                   |             | Total        |                |
|------------------|-------------|----------------------|------------|-------------------|-------------|--------------|----------------|
|                  |             | 1a família           | 2a família | 3a família e mais | subtotal    |              |                |
| Superior         | 94,6        | 2,6                  | 2,6        | 0,2               | 5,4         | 100,0        | 358624         |
| Médio            | 88,2        | 5,6                  | 5,6        | 0,6               | 11,8        | 100,0        | 1333763        |
| Popular operário | 88,0        | 5,7                  | 5,7        | 0,6               | 12,0        | 100,0        | 1574751        |
| Popular          | 88,8        | 5,3                  | 5,3        | 0,7               | 11,2        | 100,0        | 200696         |
| <b>Total</b>     | <b>88,8</b> | <b>5,3</b>           | <b>5,3</b> | <b>0,6</b>        | <b>11,2</b> | <b>100,0</b> | <b>3467834</b> |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

Essa diferença decorre do fato do compartilhamento da mesma residência não ser uma prática freqüente nas camadas de renda mais alta, que, como veremos adiante, eram as que estavam presentes, com maior freqüência, nessas áreas. Assim, era entre as famílias de Dirigentes e Profissionais de Nível Superior que menos se encontrava em 2000, famílias conviventes, apenas cerca de 5%. A prática de coabitar no mesmo domicílio com outra família era bem mais freqüente, 13,5%, entre famílias de Trabalhadores do Terciário Não Especializado e do Terciário Especializado, 11,3%.

Em síntese, no que diz respeito à composição demográfica das famílias que viviam na RM do Rio de Janeiro, em 2000, tabela 9, podemos dizer que aquelas que residiam nas áreas tipo Superior eram formadas por pessoas mais velhas, tinham o menor tamanho médio, e a relação mais baixa entre pessoas de menos de 15 anos e mais e 15 anos, aspectos que segundo a literatura, favorecem não só a maior participação de seus membros no mercado de trabalho, como parâmetros mais favoráveis de divisão da renda e maiores possibilidades de que as pessoas adultas tenham rendimentos mais elevados. À medida que se passa para as áreas de tipo Médio diminuem as idades de todos os membros da família e aumentam seu tamanho, o número médio de crianças e adolescentes até 15 anos e a relação entre pessoas com menos e mais de 15 anos. Essa tendência se repete quando se troca as áreas de tipo Médio pelas de tipo Popular Operário e Popular. Nestas duas áreas, que apresentavam as menores idades dos componentes de suas famílias, as diferenças entre as médias de idade, em geral não chegavam a um ano, e o tamanho da família era maior que no conjunto da região metropolitana, 3,3 membros.

**Tabela 9: – Características demográficas das famílias por tipo de área de residência RM do Rio de Janeiro – 2000**

| Características demográficas das famílias                          | Tipo de área |       |                  |         | Total       |
|--|--------------|-------|------------------|---------|-------------|
|  | Superior     | Médio | Popular operário | Popular |             |
| <b>Idade média</b>   |              |       |                  |         |             |
| chefe  | 52,0         | 48,2  | 43,9             | 43,5    | <b>46,3</b> |
| conjuge  | 46,6         | 42,8  | 38,6             | 38,0    | <b>40,9</b> |
| filhos   | 17,4         | 15,8  | 13,2             | 12,3    | <b>14,4</b> |
| outros parentes  | 43,0         | 33,4  | 25,6             | 26,2    | <b>30,4</b> |
| agregados  | 36,1         | 32,5  | 30,3             | 31,8    | <b>32,3</b> |
| <b>Nº médio de pessoas</b>   | 2,6          | 3,0   | 3,3              | 3,3     | <b>3,1</b>  |
| <b>Nº médio pessoas até 15 anos</b>                                | 0,4          | 0,7   | 1,0              | 1,1     | <b>0,8</b>  |
| <b>Nº médio pessoas mais de 16 anos</b>                            | 2,2          | 2,3   | 2,3              | 2,3     | <b>2,3</b>  |
| <b>relação das pessoas até 15 anos / pessoas de 16 anos e mais</b> | 0,2          | 0,3   | 0,4              | 0,5     | <b>0,4</b>  |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

A única diferença entre elas era que as áreas de tipo Popular tinham um número médio de crianças e adolescentes ligeiramente mais alto, 1,1 pessoas, que as áreas de tipo Popular Operário 1,0. Como, nos dois tipos de área, o número de pessoas com mais de 15 anos era semelhante, a relação entre pessoas com menos e mais de 15 anos era um pouco mais favorável, 0,4, nas áreas do tipo Popular Operário do que nas áreas tipo Popular, 0,5.

Essa análise inicial da distribuição dos tipos de família no espaço metropolitano, segundo a categoria sócio-ocupacional de seus chefes, pelo bem por suas características demográficas, mostra que em 2000, a RM do Rio de Janeiro se dividia claramente em dois grandes conjuntos. O primeiro, formado pelas áreas de tipo Superior e Médio, era o local de residência da grande maioria das famílias com chefes nas categorias que faziam parte do estrato superior da pirâmide sócio-ocupacional – Dirigentes, Profissionais de Nível Superior e Pequenos Empregadores – e intermediário - Categorias Médias. No segundo, que reunia as áreas tipo Popular Operário e Popular, estavam concentradas as famílias dos estratos mais baixos daquela estrutura, isto é os trabalhadores manuais dos diversos ramos da atividade econômica. Vemos aí uma divisão clara do espaço metropolitano, com base na oposição do trabalho não manual e trabalho manual.

Ao mesmo tempo, a divisão em áreas de diferentes composições ocupacionais mostra uma forte relação com padrões mais ou menos diversificados de organização familiar. Quanto a esse aspecto, não é possível falar de uma divisão clara, como em relação à ocupação do território por famílias de diferentes categorias sócio-ocupacionais, mas de um gradiente no qual as áreas tipo Superior apresentavam um

perfil mais diversificado de organização familiar – 45,1% delas não eram formadas por casal - perfil este que vai se tornando mais tradicional à medida que se passa deste tipo de área para as de tipo Médio, e sucessivamente para as áreas de tipo Popular Operário e Popular onde 68,8 % das famílias eram casais.

Finalmente, um segundo tipo de oposição separa as áreas de tipo Superior e Médio, de um lado, e as de tipo Popular Operário e Popular, de outro. As duas primeiras agregavam famílias de menor tamanho, com menor número de crianças e adolescentes até 15 anos de idade e cujos componentes tinham, seja qual fosse sua posição na família, idades superiores a média da região metropolitana. Essas características tornavam a relação entre pessoas menores e maiores de 15 anos, mais favorável, no que diz respeito à renda per capita de suas famílias. Nas duas últimas áreas, ao contrário, residiam famílias cujo tamanho era maior que a média, as pessoas em todas as posições na família tinham uma média de idade mais baixa e o número médio de crianças era mais elevado. Nessa medida, tratava-se de famílias cuja composição demográfica era mais desfavorável no que se refere tanto à obtenção da renda quanto à sua repartição.

## 5. – Trabalho e rendimento

Vimos como, em 2000, as famílias se distribuíam pelas diferentes áreas tipo em que se dividia a RM do Rio de Janeiro, de acordo com sua posição na estrutura sócio-ocupacional, o tipo de estrutura que assumiam e a fase do ciclo de vida em que estavam naquele momento, o nível de instrução e a cor de seus chefes. A combinação daqueles atributos caracterizava essas quatro áreas tipo, fazendo com que se diferenciassem mais ou menos, umas das outras, quanto à composição de sua população. Por outro lado, famílias e pessoas, investidas por cada um dos atributos mencionados, dispõem de uma diferente gama de recursos sociais, culturais e econômicos que as favorecem mais ou menos, tanto na obtenção da renda necessária à sua sobrevivência e reprodução social, quanto em suas oportunidades de mobilidade social.

Partindo desses referenciais, passaremos a analisar como era formada a renda em cada uma das áreas tipo, em que medida os diversos membros das famílias eram os responsáveis por sua formação e como cada um dos atributos mencionados favorecia ou dificultava a obtenção da renda pelas famílias.

### 5.1 – A composição da renda familiar

Começamos por verificar que tipos de rendimento compunham a renda total das famílias em cada uma das áreas. Como mostram os dados da Tabela 26, a maior parte, 70,5%, do rendimento das famílias, em todas as áreas tipo, provinha do trabalho das pessoas ali residentes. A segunda fonte de rendimento eram as aposentadorias, representando 22,5% do valor total. Em 2000, na RM do Rio de Janeiro, esses dois tipos de rendimento representavam 93% do total; enquanto os demais rendimentos reunidos tinham um peso pequeno, apenas 7%.

Algumas diferenças quanto a essa composição podiam ser observadas entre as áreas tipo e decorriam das características de suas respectivas populações. Assim, nas áreas tipo Superior e tipo Médio, o peso do rendimento do trabalho no rendimento total era de pouco mais de dois terços e, portanto, menor que a média. Já o rendimento proveniente de aposentadorias, que representava quase um quarto

do rendimento total, 23,3% e 24,5%, respectivamente, atingia proporções superiores à média, o que se devia ao fato de que, essas áreas eram habitadas por pessoas com melhores condições de vida, que, em geral, têm uma expectativa de vida mais elevada.

**Tabela 26: – Composição do rendimento total das famílias por área tipo – RM do Rio de Janeiro – 2000**

| Área tipo        | Tipo de rendimento |               |            |                        |   |              | Total        |
|------------------|--------------------|---------------|------------|------------------------|---|--------------|--------------|
|                  | todos os trabalhos | aposentadoria | aluguel    | pensão, mesada, doação | renda mínima, bolsa escola, seg. desemprego | outros tipos |              |
| Superior         | 66,5               | 23,3          | 4,5        | 2,3                    | 0,1   | 3,3          | 100,0        |
| Médio            | 69,7               | 24,5          | 2,3        | 1,5                    | 0,2   | 1,7          | 100,0        |
| Popular operário | 76,7               | 18,3          | 1,8        | 1,2                    | 0,4   | 1,6          | 100,0        |
| Popular          | 76,1               | 18,0          | 2,4        | 1,5                    | 0,3   | 1,6          | 100,0        |
| <b>Total</b>     | <b>70,5</b>        | <b>22,5</b>   | <b>2,9</b> | <b>1,7</b>             | <b>0,2</b>                                  | <b>2,2</b>   | <b>100,0</b> |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

Assim, foram encontrados nas áreas de tipo Superior e Médio, percentuais elevados de chefes de família aposentados, 31,8%, nas primeiras e, 25%, nas últimas, o que não ocorria nas demais áreas. Nas áreas de tipo Superior, também apareciam em proporções acima da média os rendimentos de aluguel, de pensão, doação ou mesada e de outros tipos, embora tivessem relativamente pouco peso, 10,1%, no rendimento total das famílias. Tal fato decorria de que, nessas áreas, o rendimento obtido através do trabalho, em média 15,7 salários mínimos, e com as aposentadorias, em média, 14,9 salários mínimos, era suficientemente elevado para permitir que fossem feitos, por alguns de seus habitantes, ao longo da vida, investimentos em imóveis e outros tipos de bens que, posteriormente, revertiam em novas fontes de rendimento que se agregavam às primeiras. Nas áreas tipo Popular Operário e Popular, ao contrário, a parte do rendimento familiar proveniente apenas do trabalho correspondia a uma parcela bem maior, aproximadamente a 76% do total, e era a única que tinha peso superior a média. Nesses tipos de áreas, aproximadamente 16% dos chefes eram aposentados e, os rendimentos do trabalho, em média pouco mais de três salários mínimos, não eram suficientes para permitir investimentos com vistas ao futuro.

## 5.2. – Família, trabalho e inatividade.

Uma vez que vimos que, segundo os dados do Censo Demográfico, a principal fonte de rendimento era o trabalho, fosse ele realizado no presente, ou no passado, propiciando às pessoas uma aposentadoria, passamos a analisar como os diferentes membros das famílias se inseriam na força de trabalho ou usufruíam de uma aposentadoria e que diferenças existiam entre elas no que se refere a essas condições.

O primeiro ponto a destacar é que uma série de variáveis define a participação dos diferentes membros da família no mercado de trabalho. As primeiras, a idade e a posição da pessoa na estrutura familiar irão variar de acordo com a fase do ciclo de vida pelo qual a família esteja passando. No conjunto das famílias, como é possível ver a partir dos dados da tabela 27, os chefes definidos no Censo Demográfico de 2000, como os responsáveis pelas famílias, eram as pessoas com maiores taxas de ocupação,

61,3%, e a maior proporção de aposentados, 21,3%, seguidos pelos cônjuges, 37,3 % e 7,8% respectivamente. Os filhos de 10 anos e mais, apresentavam uma taxa de ocupação de 30,5% ,aparecendo como a terceira pessoa da família em importância na formação da força de trabalho familiar.

**Tabela 27: – Pessoas por posição na família e condição de atividade, segundo o tipo de estrutura familiar – RM do Rio de Janeiro - 2000**

| Tipo de estrutura familiar | Chefes    |             |               |         | Conjuges  |             |               |         | Filhos    |             |               |         |
|----------------------------|-----------|-------------|---------------|---------|-----------|-------------|---------------|---------|-----------|-------------|---------------|---------|
|                            | trabalham | aposentados | não trabalham | Total   | trabalham | aposentados | não trabalham | Total   | trabalham | aposentados | não trabalham | Total   |
| peessoa só                 | 45,9      | 31,8        | 22,5          | 417743  |           |             |               |         |           |             |               |         |
| casal sem filhos           | 57,3      | 34,1        | 8,6           | 532016  | 37,0      | 15,9        | 47,1          | 532016  |           |             |               |         |
| casal com filho            | 73,9      | 15,2        | 10,9          | 1661010 | 37,4      | 5,3         | 57,4          | 1661009 | 26,8      | 0,5         | 72,6          | 1827214 |
| todos ate 14               | 82,5      | 3,0         | 14,5          | 829741  | 37,9      | 1,1         | 61,0          | 829741  | 0,6       | 0,0         | 99,4          | 285106  |
| de mais e menos de 14      | 76,8      | 9,1         | 14,1          | 283745  | 41,8      | 2,8         | 55,5          | 283745  | 16,3      | 0,3         | 83,4          | 620325  |
| todos com mais de 14       | 59,3      | 36,8        | 3,9           | 547524  | 34,3      | 12,8        | 52,9          | 547523  | 42,0      | 0,9         | 57,1          | 921783  |
| mulher chefe com filho     | 45,8      | 16,8        | 37,4          | 627790  |           |             |               |         | 38,1      | 1,8         | 60,1          | 788855  |
| todos ate 14               | 56,7      | 2,9         | 40,4          | 183844  |           |             |               |         | 1,2       | 0,0         | 98,8          | 60621   |
| de mais e menos de 14      | 59,2      | 5,8         | 34,9          | 77273   |           |             |               |         | 20,7      | 0,4         | 79,0          | 171454  |
| todos com mais de 14       | 37,6      | 26,1        | 36,4          | 366673  |           |             |               |         | 48,2      | 2,6         | 49,2          | 546780  |
| homem chefe com filho      | 51,9      | 36,3        | 11,8          | 72705   |           |             |               |         | 37,7      | 1,6         | 60,7          | 92977   |
| outros tipos               | 47,9      | 26,1        | 26,0          | 156573  |           |             |               |         |           |             |               |         |
| Total                      | 61,3      | 21,3        | 17,5          | 3467837 | 37,3      | 7,8         | 54,9          | 2193025 | 30,5      | 1,0         | 68,6          | 2707046 |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

A participação no mercado de trabalho, em 2000, variava bastante não apenas em relação à posição ocupada na família como à fase do ciclo de vida familiar. Assim, vemos que as maiores taxas de ocupação eram encontradas entre os chefes de famílias constituídas por casais com filho, nas duas fases iniciais do ciclo de vida: 82,5% naquelas em que todos os filhos tinham até 14 anos; e 76,8%, naquelas onde pelo menos um dos filhos tinha essa idade. As taxas de atividade mais elevadas dos chefes de famílias constituídas por casal com filho, nas fases iniciais do ciclo de vida estavam associadas à suas idades mais baixas, entre 30 e 40 e poucos anos. Já entre as mulheres chefes sem cônjuge e com filho, também era nas faixas iniciais do ciclo de vida, quando tinham em média as mesmas idades verificadas entre os chefes homens, que se encontravam as maiores taxas de ocupação, embora estas fossem bem inferiores as dos chefes de famílias constituídas por casais com filho. Para as mulheres chefes sem cônjuge as taxas de ocupação eram de 59,2% na fase intermediária do ciclo de vida, e 56,7% na fase inicial. Note-se que era elevado o percentual de mulheres chefes com filho, 37%, que não trabalhavam e não estavam aposentadas, especialmente na fase inicial do seu ciclo de vida, onde 40,4% estavam nessa situação. É muito provável que tais famílias fossem dependentes de outras, com as quais compartilhavam o mesmo domicílio, as chamadas famílias conviventes. Os chefes dos demais tipos de famílias tinham taxas de ocupação mais baixas que a média, variando entre 59,3% para os chefes de famílias de casal com todos os filhos acima de 14 anos e, um mínimo de 37,6%, entre mulheres chefes na mesma fase do ciclo de vida. Todas estas eram famílias com chefes com médias de idades mais elevadas, que variavam entre 48,6 anos para chefes de outros tipos de família a 54,0 para chefes de famílias de casal, com todos os filhos acima de 14 anos. Em síntese, considerando o trabalho e a aposentadoria, os tipos de família cujos chefes tinham em maior proporção rendimentos dessas duas fontes eram as famílias de casal com todos os filhos acima de 14 anos, 96,1% , as de casal sem filho 91,4% e as de homem chefe com filho, 88,2%.

No que diz respeito aos cônjuges, observa-se uma diferença entre aquelas que faziam parte de

casais sem filho e aquelas de casal com filho. Entre as primeiras, cuja média de idade era mais elevada, 46,1 anos, a proporção das que não trabalhavam, 47,1%, era inferior à das que trabalhavam mais a das que eram aposentadas 52,9%, o que significa que, neste tipo de família, havia maior proporção de cônjuges com rendimento. Já, nas famílias de casal com filho, em todas as fases do ciclo de vida familiar, a maioria dos cônjuges não trabalhava, encontrando-se os maiores percentuais daquelas que estavam nessa condição, na fase inicial do ciclo de vida, 61% ,e na fase intermediária, 55,5%, quando os filhos são menores, pelo menos um com menos de 14 anos. Assim como foi observado em relação aos chefes, nestes dois tipos de famílias, as médias de idade dos cônjuges eram baixas, entre 30 e 40 anos. Já as famílias de casal com todos os filhos acima de 14 anos estavam em melhor situação quanto à possibilidade dos cônjuges terem rendimento, uma vez que, embora sua taxa de ocupação fosse a menor, 34,3%, havia nesse grupo um percentual maior de aposentadas, 12,8%, o que significava que quase metade, 47,1% dos cônjuges, tinha rendimentos provenientes do trabalho ou da aposentadoria.

Entre os filhos de 10 anos e mais, também, em quase todos os tipos de família e fases do ciclo de vida, o mais freqüente era que não trabalhassem, o que ocorria em média em pouco mais de dois terços dos casos, 68,6%. É importante lembrar que um terço dos filhos de 10 anos e mais tinha menos de 15 anos, em 2000, idade em que o trabalho começa a ser permitido, desde que na condição de aprendiz, respeitadas as condições determinadas por lei. Assim, as taxas mais elevadas de ocupação dos filhos eram encontradas nas famílias de mulheres chefes com filho 48,2% e de casal com filho 42%, ambas na fase final do ciclo de vida, quando todos eles tinham mais de 14 anos. Entre os filhos de 10 anos e mais, os casos de aposentadoria eram insignificantes, 1%, uma vez que apenas 8,4% deles tinham 35 anos ou mais de idade.

Em síntese, em 2000, na RM do Rio de Janeiro, considerando as pessoas que estavam ocupadas mais as que estavam aposentadas, as famílias unipessoais eram as que estavam em melhor situação, pois mais de três quartos delas 77,5% contavam com essas fontes de rendimento e como não tinham outros componentes além do chefe, o rendimento não era repartido. (Tabela 28) Além disso, nessas famílias um percentual significativo de chefes exercia ocupações que estavam no estrato superior da estrutura sócio-ocupacional, 17,5%, principalmente no grupo de categorias de Profissionais de Nível Superior, 13,4% , ambos os percentuais acima da média da RM do Rio de Janeiro. Assim, essas famílias eram as de maior rendimento per capita, em média 7,5% salários mínimos. Em situação bastante próxima estavam os casais sem filho nos quais, mais de dois terços das pessoas, 70,7%, estavam ocupadas ou eram aposentadas. Este tipo de família tinha, em 2000, a segunda maior renda média da RM do Rio de Janeiro, 5,1 salários mínimos. Famílias de outros tipos e de chefes homens sem cônjuge com filhos tinham também percentuais elevados de pessoas trabalhando e de aposentadas, 61,7% e 59,1%, respectivamente, e um número médio de pessoas reduzido. No entanto, suas rendas per capita eram bem mais baixas, 3,6 salários mínimos. Isso ocorria porque os chefes dessas famílias não estavam tão bem situados na estrutura sócio-ocupacional, quanto os das famílias unipessoais e dos casais sem filho. As famílias de outros tipos estavam mais concentradas nas Categorias Médias 30,4% e nas de Trabalhadores do Terciário 20,9%. Por sua vez, quase um terço, 33,7% daquelas constituídas por homens com filho, estavam na categoria de Trabalhadores do Secundário, e 20,4% nas Categorias Médias.

**Tabela 28: – Condição de atividade das pessoas de 10 anos e mais, nº médio de pessoas e renda média familiar per capita das famílias por tipo. RM do Rio de Janeiro – 2000**

| Tipo de família                        | Condição de atividade das pessoas de 10 anos e mais |            |              |       | Nº médio pessoas | Renda média fam per capita em s.m. |     |
|--|---|------------|--------------|-------|------------------|------------------------------------|-----|
|  | trabalha  | aposentado | não trabalha | Total |                  |                                    |     |
| <b>peessoa só</b>                      | 47,6  | 29,9       | 22,5         | 100,0 | 449438           | 1,0                                | 7,2 |
| <b>casal sem filhos</b>                | 46,3  | 24,4       | 29,3         | 100,0 | 1132078          | 2,2                                | 5,1 |
| <b>casal com filho</b>                 | 44,9  | 7,2        | 47,9         | 100,0 | 5341663          | 4,1                                | 2,8 |
| casal com filhos ate 14                | 51,0  | 2,3        | 46,7         | 100,0 | 2021680          | 3,8                                | 2,2 |
| casal com filhos de mais e menos de 14 | 36,7  | 3,4        | 59,8         | 100,0 | 1218115          | 5,1                                | 2,0 |
| casal com filhos mais de 14            | 43,9  | 14,1       | 42,0         | 100,0 | 2101868          | 3,9                                | 4,0 |
| <b>mãe com filho</b>                   | 40,8  | 8,7        | 50,5         | 100,0 | 1572532          | 3,0                                | 2,4 |
| mãe com filhos ate 14                  | 41,4  | 3,2        | 55,5         | 100,0 | 281213           | 2,7                                | 1,5 |
| mãe com filhos de mais e menos de 14   | 32,8  | 2,6        | 64,6         | 100,0 | 260399           | 4,2                                | 1,3 |
| mãe com filhos mais de 14              | 42,6  | 11,7       | 45,6         | 100,0 | 1030920          | 3,0                                | 3,2 |
| <b>pai com filho</b>                   | 42,9  | 16,2       | 40,9         | 100,0 | 184856           | 2,9                                | 3,6 |
| <b>outros tipos</b>                    | 40,9  | 20,8       | 38,3         | 100,0 | 373662           | 2,6                                | 3,6 |
| <b>Total</b>                           | 44,3  | 11,5       | 44,2         | 100,0 | 9054229          | 3,1                                | 3,6 |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

Em todos esses casos, os rendimentos per capita das famílias sofriam o impacto do rendimento médio mais baixo dos chefes nessas categorias, entre 9,2 salários mínimos para os chefes de Categorias Médias e 4,2 salários mínimos para os Trabalhadores do Secundário. Finalmente as famílias de casais com todos os filhos com acima de 14 anos, embora tivessem um percentual menor do que a média de pessoas ocupadas, 43,9%, tinham, também, proporções bastante elevadas de pessoas aposentadas 14,1% o que resultava que mais de metade de seus componentes 58,0% tivessem rendimentos dessas fontes. Seu rendimento familiar per capita era em 2000, de 4 salários mínimos, em média, o terceiro mais alto, depois das famílias unipessoais e de casais com filho.

Em situação oposta estavam as famílias de casais na fase intermediária do ciclo de vida, e as de chefes mulheres sem cônjuge e com filho, nas fases inicial e intermediária, quando todos ou pelo menos um filho tem menos de 14 anos. Essas famílias por terem uma proporção maior de pessoas de 10 anos e mais que não trabalhavam, do que as que trabalhavam mais as que eram aposentadas, estavam em desvantagem no que diz respeito à formação e à divisão da renda reunida por seus componentes, tendo, assim, rendimentos médios familiares mais baixos, no máximo dois salários mínimos per capita.

As oportunidades das pessoas no mercado de trabalho dependem também do seu nível de instrução e de sua cor, sendo que este último atributo como vimos anteriormente, ainda está muito associado às suas possibilidades de acesso à escola como de aproveitamento escolar. Veremos então como essas variáveis influenciavam a participação dos diferentes membros da família naquele mercado. Para todos os membros da família a escolaridade constituía um fator de acesso ao mercado de trabalho. Assim, como mostram os dados da tabela 29, quanto maior o número de anos de estudo completos, mais elevada eram as taxas de ocupação. Entre os chefes de família, essas taxas evoluíam de 37,5%,

entre aqueles sem nenhuma instrução, para 73,8% entre os que tinham entre 15 e 17 anos de estudo completos, ou seja, o curso superior.

**Tabela 29: – Taxas de ocupação por posição na família, segundo o número de anos de estudo. RM do Rio de Janeiro -2000.**

| Anos de estudo | Posição na família |             |             |
|----------------|--------------------|-------------|-------------|
|                | Chefes             | Conjuges    | Filhos      |
| nenhum         | 37,5               | 23,7        | 11,2        |
| 1 a 3          | 49,8               | 27,5        | 10,4        |
| 4 a 7          | 57,2               | 31,0        | 17,6        |
| 8 a 10         | 65,7               | 35,0        | 31,6        |
| 11             | 69,1               | 43,5        | 58,1        |
| 12 a 14        | 74,6               | 56,8        | 54,2        |
| 15 a 17        | 73,8               | 65,3        | 71,2        |
| <b>Total</b>   | <b>61,3</b>        | <b>37,3</b> | <b>30,5</b> |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

Para os cônjuges as diferenças eram ainda maiores, as taxas de ocupação daquelas que eram mais instruídas eram 2,8 vezes mais elevadas que as daquelas sem instrução. Note-se que entre os cônjuges, em sua grande maioria mulheres, ao contrário dos chefes, muitas vezes o fato de ter pouca instrução fazia com que não compensasse sair de casa para trabalhar e receber um salário baixo, deixando os filhos e tendo que se responsabilizar também pelas atividades domésticas. Já, para cônjuges mais instruídos entrar para o mercado de trabalho era mais atrativo, pois não só tinham acesso a melhores ocupações e rendimentos mais elevados, como poderiam contar com o trabalho de empregadas domésticas e o apoio de creches e escolas infantis onde deixar suas crianças.

Também para os filhos de 10 anos e mais as taxas de ocupação se elevavam à medida que aumentavam os anos de estudos, embora essas taxas tenham que ser vistas com cuidado, pois neste caso há uma associação muito estreita entre a idade e a escolaridade, já que maioria deles ainda estava em processo de escolarização, o que não ocorria com a maioria dos chefes de família e de suas cônjuges.

As taxas de ocupação por cor não revelaram diferenças muito significativas quanto à entrada dos chefes no mercado de trabalho, como pode ser visto pelos dados da Tabela 30, o que era mais significativo é que havia significativamente mais chefes de cor branca com rendimento do trabalho e de aposentadoria juntos, 85,5%, do que chefes de cor parda e preta, revelando a melhor situação dos primeiros em relação aos demais.

**Tabela 30: – Condição de atividade das pessoas por posição na família, segundo a cor. RM do Rio de Janeiro- 2000**

| Cor          | Posição na Família |             |              |              |             |            |              |              |             |              |              |
|--------------|--------------------|-------------|--------------|--------------|-------------|------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|
|              | Chefes             |             |              |              | Conjuges    |            |              |              | Filhos      |              |              |
|              | Trabalha           | Aposentado  | Não trabalha | Total        | Trabalha    | Aposentado | Não trabalha | Total        | Trabalha    | Não trabalha | Total        |
| Branca       | 60,5               | 25,0        | 14,5         | 100,0        | 36,9        | 9,6        | 53,5         | 100,0        | 32,0        | 68,0         | 100,0        |
| Parda        | 62,6               | 16,7        | 20,7         | 100,0        | 36,6        | 5,3        | 58,1         | 100,0        | 28,4        | 71,6         | 100,0        |
| Preta        | 61,4               | 17,6        | 21,1         | 100,0        | 41,9        | 6,6        | 51,6         | 100,0        | 30,2        | 69,8         | 100,0        |
| <b>Total</b> | <b>61,3</b>        | <b>21,3</b> | <b>17,5</b>  | <b>100,0</b> | <b>37,3</b> | <b>7,8</b> | <b>54,9</b>  | <b>100,0</b> | <b>30,5</b> | <b>69,5</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

Entre os cônjuges, os de cor branca também tinham maior percentual com rendimentos daquelas duas fontes que os de cor parda. Já entre cônjuges de cor preta encontrava-se um percentual bem mais elevado de pessoas que trabalhavam, 41,9% , o que modificava um pouco a situação desse grupo. No entanto, como veremos, mais adiante ao examinarmos a distribuição das pessoas da família por cor e categoria sócio-ocupacional, uma elevada proporção desses cônjuges, 40,9%, eram Trabalhadores do Terciário Não Especializado, isto é, estavam nas piores posições do mercado de trabalho urbano.

Um outro aspecto da situação mais desfavorável das pessoas de cor parda e preta em relação ao no mercado de trabalho, pode ser visto através da avaliação da proporção de pessoas procuravam trabalho. Se observarmos os percentuais daqueles que, na semana de referência do Censo Demográfico de 2000, tomaram providências para conseguir trabalho, Tabela 31, veremos que, em todas as condições na família, os de pretos e de pardos superavam o de brancos, indicando que estas pessoas estavam fora do mercado, e desejavam fazer parte dele. Uma das razões da dificuldade desse grupo para conseguir emprego seria seu baixo nível tanto de instrução, quanto de qualificação profissional. Chama atenção, ainda, a posição na família de quem procurava trabalho, em 2000. Entre os brancos, o maior percentual dos que estavam nessa procura era de filhos, 17,9% o que seria a tendência esperada, pois tratava-se de jovens, que de uma forma geral não tinham responsabilidade pela manutenção de suas famílias, e que provavelmente tentavam obter seu primeiro emprego Já entre os pardos e pretos encontramos percentuais bem mais elevados, em torno de 27 %, entre pessoas na condição de chefes de família, indicando que, provavelmente, estes grupos de cor tenham sido mais atingidos pelo desemprego.

**Tabela 31: – % de pessoas que tomaram providência para procurar trabalho, por posição na família segundo a cor. RM do Rio de Janeiro -2000**

| Cor          | Posição na família |             |             |             |
|--------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
|              | Chefes             | Conjuges    | Filhos      | Total       |
| Branca       | 16,3               | 13,2        | 17,9        | <b>15,7</b> |
| Parda        | 27,8               | 18,8        | 19,7        | <b>21,2</b> |
| Preta        | 27,3               | 22,3        | 22,5        | <b>23,2</b> |
| <b>Total</b> | <b>21,4</b>        | <b>16,0</b> | <b>19,0</b> | <b>18,4</b> |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

Quanto àqueles que já estavam inseridos no mercado de trabalho, a informação sobre sua categoria sócio-ocupacional era extremamente esclarecedora sobre a desigualdade de posições dos pardos e dos pretos em relação aos brancos. Nesse sentido, como é possível observar através da Tabela 32, enquanto quase metade, 48,1% dos chefes de família de cor branca exerciam, em 2000, ocupações que faziam parte das categorias dos estratos superior e médio da estrutura sócio-ocupacional, quase três quartos dos chefes pardos, 72,8%, e pretos, 74,7%, faziam parte das três grandes categorias que reuniam os trabalhadores manuais urbanos. Os chefes pardos estavam um pouco melhor situados no mercado de trabalho uma vez que 52,8% deles faziam parte das categorias de Trabalhadores do Terciário e de Trabalhadores do Secundário. Já, 55,4% dos chefes pardos eram Trabalhadores do Secundário e Trabalhadores do Terciário Não Especializado.

**Tabela 32: – Pessoas ocupadas por categoria sócio-ocupacional, segundo a posição na família e a cor. RM do Rio de Janeiro -2000**

| Cor             | Categorias sócioocupacionais |                      |                        |                   |                    |                     |                              |              | Total        |                |
|-----------------|------------------------------|----------------------|------------------------|-------------------|--------------------|---------------------|------------------------------|--------------|--------------|----------------|
|                 | Dirigentes                   | Prof. Nível Superior | Pequenos. Empregadores | Categorias Médias | Trab. no Terciário | Trab. do Secundário | Trab. do Terc. N. Especializ | Agricultores | %            | absol.         |
| <b>Chefes</b>   |                              |                      |                        |                   |                    |                     |                              |              |              |                |
| Branca          | 2,7                          | 12,6                 | 4,9                    | 28,1              | 18,8               | 20,6                | 11,9                         | 0,5          | 100,0        | 1142871        |
| Parda           | 0,5                          | 3,5                  | 1,4                    | 21,0              | 21,8               | 31,0                | 20,0                         | 0,8          | 100,0        | 739692         |
| Preta           | 0,4                          | 3,5                  | 0,8                    | 20,0              | 19,3               | 30,0                | 25,4                         | 0,6          | 100,0        | 255586         |
| <b>Total</b>    | <b>1,6</b>                   | <b>8,4</b>           | <b>3,2</b>             | <b>24,6</b>       | <b>19,9</b>        | <b>25,3</b>         | <b>16,3</b>                  | <b>0,6</b>   | <b>100,0</b> | <b>2162247</b> |
| <b>Conjuges</b> |                              |                      |                        |                   |                    |                     |                              |              |              |                |
| Branca          | 1,8                          | 15,1                 | 3,6                    | 30,7              | 20,5               | 9,3                 | 18,8                         | 0,3          | 100          | 466025         |
| Parda           | 0,5                          | 4,1                  | 1,1                    | 21,0              | 23,7               | 14,2                | 35,0                         | 0,5          | 100          | 278942         |
| Preta           | 0,3                          | 3,5                  | 0,6                    | 18,8              | 20,8               | 14,9                | 40,7                         | 0,4          | 100          | 93565          |
| <b>Total</b>    | <b>1,2</b>                   | <b>10,2</b>          | <b>2,4</b>             | <b>26,1</b>       | <b>21,6</b>        | <b>11,5</b>         | <b>26,7</b>                  | <b>0,4</b>   | <b>100</b>   | <b>848873</b>  |
| <b>Filhos</b>   |                              |                      |                        |                   |                    |                     |                              |              |              |                |
| Branca          | 0,6                          | 13,0                 | 1,6                    | 42,7              | 20,7               | 12,5                | 8,4                          | 0,4          | 100,0        | 473699         |
| Parda           | 0,2                          | 4,1                  | 0,3                    | 33,1              | 23,9               | 21,3                | 16,4                         | 0,7          | 100,0        | 1322           |
| Preta           | 0,2                          | 3,9                  | 0,2                    | 29,6              | 21,9               | 22,1                | 21,5                         | 0,6          | 100,0        | 83412          |
| <b>Total</b>    | <b>0,4</b>                   | <b>9,1</b>           | <b>1,0</b>             | <b>38,1</b>       | <b>22,0</b>        | <b>16,5</b>         | <b>12,4</b>                  | <b>0,5</b>   | <b>100,0</b> | <b>854628</b>  |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

A distribuição dos cônjuges na estrutura sócio-ocupacional da RM do Rio de Janeiro, em 2000, tinha, no geral, um perfil muito semelhante ao observado para os chefes da mesma cor. Algumas diferenças devem, no entanto, ser apontadas. Em primeiro lugar os cônjuges de cor branca estavam um pouco melhor posicionados que os chefes, uma vez que um percentual um pouco maior deles 52,1% estava em ocupações que faziam parte dos estratos superior e médio. Isso se devia à maior concentração de cônjuges nas Categorias Médias, 30,7%, já que no extrato superior a proporção de chefes e cônjuges brancos era a mesma, em torno de 20%. Já cônjuges pardos e pretos estavam em posições sócio-ocupacionais bem piores que os chefes de cor semelhante, uma vez apareciam em proporção bem mais elevada entre os Trabalhadores do Terciário Não Especializado, 35,7% dos pardos e 40,7% dos pretos, enquanto cônjuges brancos nessa categoria eram 18,8%. Deve-se destacar que entre cônjuges de cor parda e preta, mais da metade dos que pertenciam à categoria dos Trabalhadores do Terciário Não Especializado eram

empregados domésticos, a ocupação na qual havia a maior concentração de cônjuges, tanto pardas, com 23% do total, quanto pretas 27,9%.

Seguindo um padrão semelhante à dos chefes e dos cônjuges, a distribuição sócio-ocupacional dos filhos de cor branca era melhor bem melhor que a dos demais. Mais da metade deles, 57,9%, exercia ocupações das categorias dos estratos superior e médio, ou seja, eram trabalhadores não manuais, sendo sua presença bem mais acentuada nas Categorias Médias, 42,7%. Já, 61,6% dos filhos pardos e 65,5% dos pretos eram trabalhadores manuais urbanos. Note-se, no entanto, que o percentual de filhos nessas categorias era bem menor que o de chefes e o de cônjuges, enquanto nas Categorias Médias era mais elevado, o que parece ser indicativo de um certo grau de mobilidade intergeracional, devida, pelo menos em parte, ao aumento da escolaridade nas últimas décadas, especialmente da população mais jovem. Lembramos que, em 2000, (ver Tabela 14) nas áreas de tipo Médio, os filhos de 18 a 24 anos tinham 1,5 anos a mais de estudo do que os chefes de família e seus cônjuges. Nas áreas de tipo Popular Operário e Popular essa diferença era ainda maior, pouco mais de dois anos, em média.

A conjugação das variáveis analisadas definia, assim, uma participação diferenciada dos membros da família no mercado de trabalho, em cada uma das áreas tipo. Como é possível ver através da tabela 33, nas áreas de tipo Superior e Médio, as taxas de ocupação dos chefes eram um pouco mais baixas que a média por conta do elevado número de aposentados, enquanto as taxas de ocupação dos cônjuges e dos filhos eram mais elevadas, uma vez que estes eram mais velhos, mais instruídos e em maior proporção de cor branca. Já nas áreas de tipo Popular Operário e Popular, ocorria o inverso, as taxas de ocupação dos chefes eram mais elevadas, tendo em vista que estes eram, em média, mais jovens e entre eles havia menor número de aposentados. Já as taxas de ocupação dos cônjuges e dos filhos eram mais baixas, seja por conta de sua menor escolaridade, ou da baixa idade dos filhos.

**Tabela 33: – Taxas de ocupação por posição na família, segundo as áreas tipo.  
RM do Rio de Janeiro - 2000**

| Área tipo        | Posição na família |             |             |             |
|------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
|                  | chefe              | conjuge     | filhos      | total (1)   |
| Superior         | 61,7               | 45,8        | 34,7        | 49,4        |
| Médio            | 59,9               | 39,4        | 33,8        | 45,1        |
| Popular operário | 62,2               | 34,7        | 27,6        | 42,6        |
| Popular          | 62,4               | 32,6        | 26,0        | 41,7        |
| <b>Total</b>     | <b>61,3</b>        | <b>37,3</b> | <b>30,5</b> | <b>44,2</b> |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

(1) inclui outros parentes e agregados

A composição da força de trabalho familiar por área tipo reflete, portanto, não só a intensidade com que as pessoas em diferentes posições na família participavam do mercado de trabalho, como também o seu peso relativo na população de cada uma dessas áreas.

### 5.3 – Família e rendimento

Vimos que apenas uma parte dos componentes das famílias trabalhava ou estava aposentada, condições fundamentais para que obtivessem a maior parte dos rendimentos que formavam o orçamento familiar. A proporção de pessoas das famílias, nessas condições de atividade, era diferenciada segundo o tipo de estrutura e a fase do ciclo de vida familiar, bem como por atributos pessoais tais como a instrução e a cor de seus principais componentes, a saber, chefes, cônjuges e filhos. Estas mesmas variáveis, como foi visto ao longo dessa análise, são também fundamentais, para entender a composição de cada uma das quatro áreas tipo pelas quais se dividia a população da RM do Rio de Janeiro, em 2000. Nessa medida, não só a presença de pessoas com rendimento variava segundo a área de residência, como também o valor desses rendimentos e a desigualdade de renda entre famílias ali residentes.

Como mostram os dados da Tabela 34, as áreas de tipo Superior se destacavam por terem pouco mais de dois terços, 67,2%, de sua população em idade ativa, 10 anos e mais, com algum tipo de rendimento<sup>13</sup>. Assim, a taxa de dependência nessas áreas era a menor em toda a RM do Rio de Janeiro, 1,5 pessoas. Nas áreas de tipo Médio, a taxa de dependência aumentava para 1,8 pessoas, uma vez que, nelas, a proporção de pessoas com rendimento baixava para pouco mais da metade da população, 55%.

**Tabela 34: – % de pessoas com rendimento por área tipo e posição na família.  
– RM do Rio de Janeiro - 2000.**

| Área Tipo        | Posição na família |             |             |               |             | Total       | Taxa de dependência (1) |
|------------------|--------------------|-------------|-------------|---------------|-------------|-------------|-------------------------|
|                  | chefe              | conjugue    | filhos      | outro parente | agregado    |             |                         |
| Superior         | 95,8               | 66,4        | 35,1        | 65,9          | 79,6        | 67,2        | 1,5                     |
| Médio            | 91,4               | 53,4        | 27,3        | 49,7          | 65,7        | 55,8        | 1,8                     |
| Popular operário | 86,0               | 44,1        | 19,1        | 37,3          | 57,3        | 45,9        | 2,2                     |
| Popular          | 85,5               | 43,2        | 17,5        | 37,2          | 52,6        | 44,7        | 2,2                     |
| <b>Total</b>     | <b>89,0</b>        | <b>49,5</b> | <b>23,1</b> | <b>44,8</b>   | <b>64,4</b> | <b>51,4</b> | <b>1,9</b>              |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

(1) pessoas sem rendimento / pessoas com rendimento

Note-se que, nas áreas de tipo Superior, em todas as posições na família, havia relativamente mais pessoas com rendimento que nas áreas de tipo Médio, o que dava a essas áreas uma posição de vantagem sobre as demais, tanto no processo de formação da renda familiar, quanto no de divisão per capita. A mesma observação pode ser feita quando comparamos as áreas de tipo Médio, com as do tipo Popular Operário e Popular. Nestas duas últimas áreas, ao contrário do que acontecia nas anteriores, pouco menos da metade da população, aproximadamente 45%, tinha algum rendimento e, as proporções de pessoas nessa situação, nas diferentes posições na família, eram bastante próximas e bem mais baixas que nas áreas de tipo Médio. Assim, nas áreas do tipo Popular Operário e Popular, as taxas de dependência subiam, caracterizando uma situação em que cada pessoa com rendimento sustentava pouco mais de duas sem rendimento. Nessa medida, justamente nas áreas onde o rendimento pessoal era menor, mais pessoas precisavam ser mantidas com ele, o que diminuía ainda mais o valor do rendimento médio *per capita*.

13 A informação sobre rendimento só é levantada, no Censo Demográfico, para pessoas de 10 anos e mais, independente de sua condição de atividade.

Em todos os tipos de área, os chefes de família eram as pessoas que, com maior frequência, tinham algum tipo rendimento, alcançando percentuais entre, 95,8%, nas áreas de tipo Superior, e, 85,5%, nas de tipo Popular. Chamava a atenção que aproximadamente 14 % das famílias nas áreas de tipo Popular Operário e Popular não contassem com qualquer rendimento de seus chefes. Isso nos remete à tabela 8, aonde vimos que, nessas áreas, aproximadamente 6% das famílias, eram conviventes secundárias, ou seja, viviam em companhia de outra família considerada como principal. Restavam, portanto, aproximadamente 8% das famílias, em números absolutos em torno de 139 mil, que eram mantidas exclusivamente por outras pessoas que não as que eram designadas pelos demais membros como sendo seu chefe. Depois dos chefes, as pessoas, cuja posição na família era de agregado, eram as que tinham, em maiores proporções, algum tipo de rendimento, 64,4% em média. Os cônjuges vinham em terceiro lugar com quase metade deles, 49,5%, com rendimento. Nas áreas de tipo Superior, esse percentual era bem maior, dois terços dos cônjuges tinham rendimentos e, nas de tipo Médio, pouco mais da metade. Entre as pessoas na condição de outros parentes, 44,8%, em média, tinham rendimento, proporção que se aproximava à dos cônjuges. Finalmente, apenas pouco menos que um quarto das pessoas na condição de filho tinha rendimento, 23,1%, o que se deve em grande parte à estrutura etária mais jovem desse grupo. Esse percentual subia para mais de um terço, 35,1%, nas áreas de tipo Superior, onde os filhos tinham uma média de idade mais alta. (ver Tabela 9).

Note-se que, em todas as áreas tipo, os percentuais de pessoas com rendimento eram bem maiores do que o de pessoas ocupadas, Tabela 33, com exceção dos filhos entre os quais ocorria o inverso. Isso se devia ao fato de que muitos dos chefes, cônjuges, outros parentes e agregados eram pessoas que viviam de aposentadoria, pensão, ou tinham outras fontes de renda que não o trabalho. Já o fato das taxas de ocupação dos filhos serem mais elevadas que o percentual com rendimento, revelava que parte deles trabalhava sem receber rendimentos, provavelmente como estagiários ou aprendizes sem remuneração, ou ainda ajudando no trabalho exercido por pessoa moradora do mesmo domicílio. Essa diferença era maior nas áreas de tipo Popular Operário e Popular onde, 8,5% dos filhos trabalhavam nessas condições.

O fato de ter rendimento indica o potencial de cada pessoa para compor o orçamento familiar, no entanto, não só os diferentes membros das famílias tinham pesos diferentes na composição desse orçamento, como seus rendimentos variavam de valor. Assim, no conjunto da RM do Rio de Janeiro, em 2000, mais da metade, 55,5% das pessoas com rendimentos eram os chefes, definidos como responsáveis pela família. Em segundo lugar, apareciam os cônjuges 19,5% e, em terceiro, com uma proporção bastante próxima, 17,9%, os filhos. (Tabela 35) Assim, conclui-se que em quase todas as famílias o orçamento familiar, era composto por pessoas nessas três posições na família, que totalizavam 92,9% das pessoas com rendimento. Pessoas em outras posições na família tinham pouca expressão, seja em sua composição e também entre as que tinham rendimento.

**Tabela 35: – % de pessoas com rendimento por condição da família, segundo a área tipo – RM do Rio de Janeiro - 2000.**

| Área tipo        | Chefe       | Cônjuge     | Filhos      | Outros parentes | Agregado   | Total        |
|------------------|-------------|-------------|-------------|-----------------|------------|--------------|
| Superior         | 54,0        | 20,5        | 17,3        | 7,0             | 1,1        | 100,0        |
| Médio            | 54,1        | 19,4        | 18,5        | 7,3             | 0,7        | 100,0        |
| Popular operário | 57,0        | 19,3        | 17,6        | 5,6             | 0,5        | 100,0        |
| Popular          | 57,6        | 20,0        | 16,6        | 5,2             | 0,5        | 100,0        |
| <b>Total</b>     | <b>55,5</b> | <b>19,5</b> | <b>17,9</b> | <b>6,4</b>      | <b>0,6</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

Em todas as áreas, observava-se o mesmo padrão de composição das pessoas que contribuíam para o orçamento familiar, com pequenas diferenças quanto à representação de cada uma delas. Tendo em vista que, em cada uma das quatro áreas tipo em que se dividia a RM do Rio de Janeiro, os membros das famílias que tinham rendimentos, do trabalho eram de sexo, cor, idade e nível de instrução distintos, e, nessa medida, ocupavam diferentes posições na estrutura sócio-ocupacional, seus rendimentos médios assumiam valores bastante diferenciados, uma vez que tais atributos tinham maior ou menor impacto sobre eles. Tabela 36.

O sexo era o atributo demográfico com menor impacto sobre o rendimento total, embora não se possa dizer que este fosse pequeno. Em 2000, na RM do Rio de Janeiro, os chefes de família homens tinham um rendimento médio de 8,1 salários mínimos, 40% mais elevados do que os de chefes mulheres, 5,8 salários mínimos. Essa diferença era um pouco mais elevada, 50%, entre cônjuges do sexo masculino em relação ao feminino, e um bem menor entre filhos, apenas 10%. A menor diferença de rendimentos médios entre filhos e filhas se devia, provavelmente, à maior escolaridade média das filhas com rendimento, 10 anos de estudo, do que a dos filhos, 8,8 anos.

A cor aparecia como um segundo fator de influencia sobre o valor dos rendimentos. Chefes, de cor branca tinham um rendimento médio de 9,8 salários mínimos, enquanto chefes pardos e pretos tinham rendimentos médios de 4,4 e 3,9 salários mínimos, respectivamente, ou seja, os rendimentos dos brancos eram 2,5 vezes mais elevados do que o dos pretos. Entre os cônjuges essas diferenças eram bastante próximas as dos chefes, pois os brancos tinham um rendimento médio, 2,3 vezes maior, que os pretos. Já entre os filhos, essa diferença diminuía para 1,8 vezes, o acreditamos que se deva não só a uma distribuição sócio-ocupacional um pouco mais homogênea do que a encontrada para chefes e cônjuges, como ao aumento da escolaridade dos adolescentes e jovens negros nas últimas décadas.

O terceiro fator de variação do valor do rendimento pessoal era a idade, que significava, no que diz respeito à formação, maior tempo para se qualificar depois de terminado o período de escolarização formal, que incluindo a universidade vai até aproximadamente 25 anos, e, também, tempo necessários para acumular experiência no mercado de trabalho, dois atributos fundamentais para um bom posicio-

namento nesse mercado e obtenção de melhor remuneração. Assim, o valor máximo do rendimento médio dos chefes, 9,2 salários mínimos, alcançado entre 50 e 59 anos, era três vezes mais elevado que o dos chefes no início da vida adulta, 18 a 24 anos<sup>14</sup>. Entre os cônjuges o valor mais alto do rendimento era encontrado já na faixa de 40 a 49 anos e a diferença de rendimentos em relação à faixa de 18 a 24 anos era 2,4 vezes maior. Entre os filhos essa diferença era um pouco menos intensa que entre os cônjuges, mas ainda assim superior àquela encontrada em relação aos dois fatores já examinados, o sexo e a cor. Nas faixas de idade a partir de 60 anos o rendimento médio dos chefes e dos cônjuges diminuía em função do afastamento de parte deles do mercado de trabalho e da aposentadoria, cujos rendimentos eram menores do que os do trabalho, tanto para uns quanto para outros. É importante lembrar que os rendimentos médios por idade calculados para os filhos, devem ser vistos com cuidado, por duas razões. A principal delas é que entre os filhos com algum rendimento, o número dos que tinham 50 anos e mais era muito pequeno, correspondendo a pouco mais de 25 mil pessoas, o que pode implicar em um viés quanto aos resultados para esse grupo. A segunda é que os filhos de mais baixa idade, 18 a 24 e, até mesmo 25 a 29, eram, mais que os cônjuges e os chefes, pessoas que ainda poderiam estar um processo de escolarização, o que afetaria os valores de seus rendimentos, na medida em que trabalhassem em tempo parcial ou, como estagiários.

O número de anos de estudo concluídos aparece depois dos atributos já mencionados e seu impacto sobre o rendimento era mais que o dobro daqueles. Assim, os chefes de família com 15 a 17 anos de estudo tinham, em 2000, um rendimento médio de 23 salários mínimos, isto é, dez vezes mais elevado do que o rendimento médio daqueles sem nenhuma instrução, 2,2 salários mínimos. A diferença de rendimentos médios também era grande, oito vezes, entre os cônjuges com o nível de instrução máximo e aqueles sem instrução. Já entre os filhos, embora ainda acentuada, 5,2 vezes, essa diferença era um pouco menor.

---

14 Foram excluídos da comparação os membros das famílias com menos de 18 anos, que, por serem menores de idade, poderiam ter rendimentos estabelecidos por regras diferentes daquelas dos adultos.

**Tabela 36: – Rendimento médio total de chefes de família, cônjuges e filhos, em salários mínimos, segundo os seus principais atributos sócio-demográficos (1). – RM do Rio de Janeiro – 2000.**

| Atributos sócio-demográficos (1)       | Posição na família |            |            |
|--|--------------------|------------|------------|
|  | Chefes             | Conjuges   | Filhos     |
| <b>Sexo</b>                            |                    |            |            |
| masculino                              | 8,1                | 6,7        | 3,5        |
| feminino                               | 5,8                | 4,5        | 3,2        |
| masculino/ feminino                    | 1,4                | 1,5        | 1,1        |
| <b>Cor</b>                             |                    |            |            |
| branca                                 | 9,8                | 6,3        | 4,1        |
| parda                                  | 4,4                | 3,0        | 2,4        |
| preta                                  | 3,9                | 2,7        | 2,3        |
| branca/preta                           | 2,5                | 2,3        | 1,8        |
| <b>Idade (2)</b>                       |                    |            |            |
| 18 a 24 anos                           | 3,1                | 2,4        | 2,6        |
| 25 a 29 anos                           | 4,6                | 3,8        | 4,4        |
| 30 a 39 anos                           | 6,5                | 4,8        | 4,8        |
| 40 a 49 anos                           | 8,2                | 5,8        | 5,1        |
| 50 a 59 anos                           | 9,2                | 5,8        | 5,8        |
| 60 a 69 anos                           | 7,9                | 4,9        | 6,3        |
| 70 anos e mais                         | 8,0                | 4,7        | 3,2        |
| 50 a 59 anos / 18 a 24 anos            | 3,0                | 2,4        | 2,1        |
| <b>Anos de estudo</b>                  |                    |            |            |
| nenhum                                 | 2,2                | 1,7        | 1,7        |
| 1 a 3 anos                             | 2,9                | 2,0        | 1,6        |
| 4 a 7 anos                             | 3,7                | 2,3        | 1,8        |
| 8 a 10 anos                            | 5,0                | 3,0        | 2,2        |
| 11 anos                                | 8,0                | 4,9        | 3,3        |
| 12 a 14 anos                           | 13,1               | 8,1        | 5,0        |
| 15 a 17 anos                           | 23,0               | 14,0       | 8,9        |
| 15 a 17 anos / nenhum                  | 10,2               | 8,0        | 5,2        |
| <b>Categoria Sócio-ocupacional (3)</b> |                    |            |            |
| Dirigentes                             | 43,1               | 28,3       | 14,4       |
| Peq. Empregadores                      | 23,8               | 15,4       | 12,2       |
| Prof. Nível Superior                   | 20,6               | 12,8       | 8,3        |
| Categorias Médias                      | 9,2                | 6,1        | 3,9        |
| Trab. no Terciário                     | 4,3                | 3,0        | 2,5        |
| Trab. do Secundário                    | 4,2                | 3,1        | 2,5        |
| Trab. do Terc. N. Especializ           | 2,7                | 2,0        | 1,7        |
| Agricultores                           | 3,5                | 2,6        | 2,0        |
| Dirigentes / Trab. Terc. Não Espec.    | 16,2               | 14,5       | 8,4        |
| <b>Total</b>                           | <b>7,4</b>         | <b>4,9</b> | <b>3,3</b> |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

(1) somente pessoas com rendimento

(2) exclusive aquelas entre 10 e 17 anos.

(3) apenas as pessoas ocupadas

Finalmente, a categoria sócio-ocupacional era a variável com maior impacto sobre o rendimento das pessoas, neste caso, apenas as ocupadas, pois só para elas há informação da ocupação exercida. De fato, pode-se dizer que a posição das pessoas ocupadas na estrutura sócio-ocupacional é a síntese dos demais atributos sócio-demográficos que as caracterizam, o sexo, a idade, a cor e o nível de instrução. Nessa medida, é a variável que mais diferencia as pessoas no mercado de trabalho. Assim, vemos que na RM do Rio de Janeiro, em 2000, os chefes na categoria Dirigentes tinham um rendimento médio no valor de 43,1 salários mínimos, 16,2 vezes mais alto do que o rendimento médio daqueles que eram Trabalhadores do Terciário Não Especializado, que era de apenas 2,7 salários mínimos. Uma diferença quase tão grande ocorria entre os cônjuges, que na categoria Dirigente tinham rendimento médio e 14,5 vezes mais elevado que entre Trabalhadores do Terciário. A diferença de rendimento médio entre os filhos ocupados da categoria mais alta e mais baixa, da estrutura sócio-ocupacional era mais uma vez menor, 8,4 vezes que a observada para os cônjuges e os chefes.

Resultado da combinação desses atributos chefes de família, cônjuges e filhos residentes em cada uma das áreas tipo, tinham rendimentos médios de trabalho e de aposentadorias de valores muito diferentes. Assim como é possível ver, através dos dados da tabela 37, pessoas em todas as posições na família, nas áreas do tipo Superior, tinham rendimentos de trabalho, duas vezes mais elevados do que as das áreas de tipo Médio, bem como rendimentos de aposentadoria sempre bem mais altos. Por sua vez, os rendimentos de trabalho e de aposentadoria dos chefes, cônjuges e filhos, que residiam em áreas de tipo Médio, eram quase o dobro daqueles recebidos pelos que residiam nas áreas de tipo Popular Operário e Popular. Já, pessoas nas mesmas posições nas famílias, em áreas de tipo Popular Operário e Popular, tinham rendimentos médios de valores muito próximos, o que refletia a maior semelhança entre elas no que se refere às suas características sócio-ocupacionais e demográficas.

**Tabela 37: – Rendimentos médios (em salários mínimos), por posição na família e tipo de rendimento. RM do Rio de Janeiro – 2000.**

| Tipo da área     | Chefes     |               |            | Cônjuges   |               |            | Filhos     |               |            | Total      |               |            |
|------------------|------------|---------------|------------|------------|---------------|------------|------------|---------------|------------|------------|---------------|------------|
|                  | trabalho   | aposentadoria | total      |
| Superior         | 21,9       | 13,4          | 22,7       | 13,9       | 8,1           | 13,4       | 7,7        | 6,9           | 7,4        | 15,9       | 11,4          | 16,4       |
| Médio            | 7,3        | 5,7           | 7,4        | 5,0        | 4,0           | 4,9        | 3,8        | 3,6           | 3,4        | 5,8        | 5,0           | 5,9        |
| Popular operário | 3,8        | 3,0           | 3,8        | 2,7        | 2,1           | 2,6        | 2,4        | 2,3           | 2,1        | 3,2        | 2,8           | 3,2        |
| Popular          | 4,0        | 3,4           | 4,1        | 2,8        | 2,2           | 2,8        | 2,2        | 2,1           | 2,2        | 3,3        | 3,0           | 3,4        |
| <b>Total</b>     | <b>7,0</b> | <b>5,8</b>    | <b>7,4</b> | <b>4,8</b> | <b>4,1</b>    | <b>4,9</b> | <b>3,5</b> | <b>3,3</b>    | <b>3,4</b> | <b>5,6</b> | <b>5,2</b>    | <b>5,9</b> |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000  
Nota: \* somente pessoas com rendimento

O resultado das diferenças de composição das populações das diferentes áreas, no que se refere aos atributos de seus habitantes, fazia com que a desigualdade de rendimentos das pessoas que ali viviam fosse enorme. Comparando os rendimentos daquelas que residiam nas áreas de tipo Superior, a mais rica, com os rendimentos dos habitantes das áreas de tipo Popular Operário, a mais pobre, podemos ver que o rendimento médio total das pessoas daquelas primeiras áreas, 16,4 salários mínimos, era cinco vezes mais elevado que o rendimento médio das pessoas das áreas de tipo Popular Operário, que era de pouco mais de três salários mínimos. Essa diferença era maior no rendimento total do que no rendimento médio de todos os trabalhos e nos rendimentos de aposentadoria, o que resultava da presença de rendimentos de outras fontes, como aluguéis, outros tipos e pensões, principalmente nas áreas de tipo Superior. Juntos, esses rendimentos, como vimos na Tabela 26, tinham um peso duas vezes maior na

composição da renda total das famílias das áreas do tipo Superior, 10,1%, do que nas demais áreas, onde representavam em torno de 5%.

Como esperado, as maiores diferenças entre áreas ocorriam em relação aos rendimentos do trabalho, que, em média, eram cinco vezes mais elevados nas áreas de tipo Superior do que nas de tipo Popular Operário, uma vez que a composição sócio-ocupacional, daquelas áreas, era, como foi visto, muito distinta daquela encontrada nas áreas de tipo Popular Operário. Lembramos que nas primeiras dessas áreas, 48,5 % dos chefes, 36,3% dos cônjuges e 29,2% dos filhos exerciam ocupações situadas nos estratos superior e médio da pirâmide sócio-ocupacional, ou seja, eram trabalhadores não manuais. Já nas áreas de tipo Popular Operário, 48,2% % dos chefes, 26,8% dos cônjuges e 18,3% dos filhos eram, em 2000, trabalhadores manuais urbanos, situando-se assim na parte inferior da pirâmide sócio-ocupacional e tendo menores rendimentos.

As diferenças, entre áreas, no que se refere aos valores médios dos rendimentos de aposentadoria eram menores que as do trabalho, uma vez que, nas áreas de tipo Superior, eram mais baixos que os rendimentos de todos os trabalhos, em média 11,4 salários mínimos e 15,9, respectivamente, enquanto nas áreas de tipo Popular Operário, ao contrário, eram próximos, 2,8 salários mínimos, aos rendimentos do trabalho, 3,2 salários mínimos.

A participação média dos rendimentos dos diversos componentes das famílias em seu rendimento total era a consequência das variáveis anteriores. Dessa forma, em média, cabia aos chefes de família a responsabilidade pela maior parcela, 69,5% ou seja, mais de dois terços do rendimento familiar total. Tabela 38. Essa participação era maior,

73%, nas áreas de tipo Superior, o que se devia, por um lado, ao fato de que, nessas áreas, quase todos os chefes de família ou trabalhavam ou eram aposentados, apenas 5,1% estavam fora dessas condições. Nas demais áreas, a participação dos chefes no rendimento família era relativamente próxima, variando entre 67,5% nas áreas de tipo Popular Operário e 69,5% nas de tipo Popular.

**Tabela 38: – Participação do rendimento dos membros da família no rendimento familiar – RM do Rio de Janeiro – 2000.**

| Área tipo        | Posição na família |             |             |                 |            | Total        |
|------------------|--------------------|-------------|-------------|-----------------|------------|--------------|
|                  | chefe              | cônjuge     | filhos      | outros parentes | agregados  |              |
| Superior         | 73,0               | 16,4        | 7,1         | 3,0             | 0,5        | 100,0        |
| Médio            | 67,9               | 16,2        | 11,3        | 4,1             | 0,4        | 100,0        |
| Popular Operário | 67,5               | 15,9        | 12,4        | 3,8             | 0,4        | 100,0        |
| Popular          | 69,5               | 16,4        | 10,4        | 3,4             | 0,4        | 100,0        |
| <b>Total</b>     | <b>69,5</b>        | <b>16,2</b> | <b>10,2</b> | <b>3,7</b>      | <b>0,4</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

A segunda pessoa em importância na formação do orçamento familiar era o cônjuge, com uma participação média bem menor, em torno de 16,2%. Note-se, que o peso do rendimento dos cônjuges no orçamento familiar não variava significativamente entre os diferentes tipos de área, o que se devia à combinação de dois fatores: a proporção de cônjuges com rendimento, em cada uma das áreas, e o valor de seu rendimento, face ao rendimento dos demais membros da família. Nas áreas de tipo Superior e Médio, onde os percentuais de cônjuges com rendimento eram mais elevados, as diferenças de rendimentos entre chefes e cônjuges eram também maiores, fazendo com que o peso relativo de sua

contribuição para o orçamento total se tornasse menor. Já, nas áreas de tipo Popular Operário e Popular, ocorria o contrário, o percentual de cônjuges com rendimento era menor, mas o valor de seus rendimentos estava mais próximo aos dos chefes e, portanto, o peso de sua contribuição para o orçamento final acabava sendo relativamente mais significativo. Assim, o resultado final era o de que o rendimentos dos cônjuges tivessem um peso semelhante em todas as áreas tipo.

Finalmente, a terceira pessoa em importância na formação do orçamento familiar eram os filhos, cuja contribuição média, em 2000, representava 10,2% da renda total da família. É interessante observar que justamente nas áreas de tipo Superior, onde eram maiores, tanto o percentual de filhos com rendimento, quanto sua taxa de ocupação, a contribuição deles para a formação do orçamento doméstico era bem mais baixa, 7,1%, que nas demais áreas. Essa baixa participação relativa devia-se à discrepância entre o rendimento médio dos filhos, 7,4 salários mínimos e o dos cônjuges, 13,4 salários mínimos, e chefes 22,7 salários mínimos, residentes nessas áreas. Nas demais áreas tipo a contribuição dos filhos para o orçamento familiar era um pouco mais elevado que média para RM do Rio de Janeiro, ficando entre 10,4% nas áreas tipo Popular e 12,4% nas do tipo Popular Operário. No conjunto da RM do Rio de Janeiro, chefes, cônjuges e filhos eram responsáveis por 96% da renda familiar, ficando apenas 4% por conta de outros parentes e agregados, proporções que não variavam muito de uma área tipo para outra.

As análises anteriores mostraram que as famílias residentes nas quatro áreas tipo em que se dividia a RM do Rio de Janeiro, em 2000, se diferenciavam tanto pela distribuição de seus membros na estrutura sócio-ocupacional, quanto por sua idade, cor e nível de instrução, e qual o impacto dessas variáveis em seu rendimento pessoal. Por outro lado, vimos também que, nas diferentes áreas, as famílias assumiam formatos distintos de organização, indicando formas variadas de viver e que, esses formatos implicavam em variações, tanto em seu tamanho, quanto na composição da força de trabalho familiar, isto é, quantos e quais de seus membros participavam do mercado de trabalho. Assim, a combinação dos atributos das pessoas e das características de sua estrutura familiar irá definir condições mais ou menos favoráveis, tanto no que se refere à geração de renda, quanto à sua divisão entre as pessoas que dela fazem parte.

No que diz respeito às características sócio-demográficas da população as áreas de tipo Superior eram altamente privilegiadas. As famílias ali residentes eram as menores, em média 2,6 pessoas; tinham filhos mais velhos, o que fazia com que a relação de dependência entre pessoas de menos e de mais de 15 anos de idade fosse a mais baixa da RM do Rio de Janeiro, 0,2 pessoas, em 2000; sua população era em grande maioria, 84,8%, de cor branca, e a escolaridade média das pessoas de 10 anos era a mais alta, 11 anos de estudo, isto é o secundário completo. Tais características favoreciam fortemente a inserção das pessoas ali residentes no mercado de trabalho, fazendo com que quase metade da população de 10 anos e mais, 49,4%, estivesse ocupada e houvesse também um elevado percentual de pessoas aposentadas. Nessa medida, mais de dois terços de seus habitantes, 67,2%, tinham pelo algum tipo de rendimento, e esses rendimentos eram os mais elevados, 16,4 salários mínimos em média, uma vez que quase três quartos das pessoas ali residentes, 73,5%, e quase metade de suas famílias, 48,6%, estavam nos estratos, superior – Categorias Dirigentes, Profissionais de Nível Superior e Pequenos Empregadores – e, intermediário da pirâmide sócio-ocupacional, Categorias Médias. Dessa forma a renda familiar per capita de seus habitantes era bem maior que nas outras áreas, 13 salários mínimos per capita. (Tabela 39).

Nas áreas de Tipo Médio, as condições sócio-demográficas da população eram um pouco menos favoráveis. Aumentava para três pessoas o tamanho médio das famílias, que, no entanto, era ainda ligeiramente menor que a média da RM do Rio de Janeiro, em 2000. O mesmo ocorria com a relação de dependência entre pessoas de menos até 15 anos e de mais de 15 anos, que passava a ser de 0,3, em média. Sua população ainda era majoritariamente, 59,7%, branca, mas não tanto quanto a popu-

lação das áreas de tipo Superior, e a média de anos de estudo das pessoas de 10 anos e mais baixava para oito anos, o equivalente ao fundamental completo. Essas áreas ainda apresentavam uma taxa de ocupação acima da média da RM, 45,1%, e percentuais elevados de aposentados, principalmente, chefes de família, 25% , o que fazia com que ainda mais da metade, 55,8%, de sua população de 10 anos e mais, tivesse algum tipo de rendimento. No entanto, a média dos rendimentos pessoais dos principais componentes das famílias – chefes, cônjuges e filhos – 5,9 salários mínimos, era equivalente a 36%, dos rendimentos para estas mesmas pessoas nas áreas de tipo Superior. Isso ocorria, uma vez que uma parcela bem pequena sua população ocupada, 14,6%, exercia ocupações do estrato superior da pirâmide sócio-ocupacional, enquanto a metade, 50%, era de trabalhadores manuais urbanos e, pouco mais de um terço, 35,3%, de Categorias Médias. A posição das famílias de chefes ocupados dessas áreas, na estrutura sócio-ocupacional, era similar a do conjunto de pessoas ocupadas, 51,8% tinham chefes trabalhadores manuais urbanos e 32,1% de Categorias Médias. Dadas as condições um pouco menos favoráveis, tanto das famílias quanto das pessoas, nas áreas de tipo Médio, sua renda média familiar per capita era de 3,8 salários mínimos, ou seja, 29,4% da renda familiar per capita nas áreas de tipo Superior. Vemos aqui que a diferença da renda média familiar per capita, entre essas duas áreas, era maior do que a diferença entre o total dos rendimentos médios dos principais membros de suas famílias. Isso se deve às condições mais desfavoráveis dessas famílias, no que tange, tanto à formação do orçamento familiar, quanto à sua divisão.

**Tabela 39: – Rendimento médio familiar per capita (em sal. mín.) segundo a área tipo, a condição de atividade e a categoria sócio-ocupacional dos chefes. RM do Rio de Janeiro - 2000**

| Área tipo               | Grupos de categorias sócioocupacionais dos chefes | Rendimento médio familiar per capita (em sal. mín.) | Total (1)      |
|-------------------------|---|---|----------------|
| <b>Superior</b>         | Dirigentes  | 28,6  | 18086          |
|                         | Peq. Empregadores                                 | 20,8  | 20058          |
|                         | Prof. Nível Superior                              | 16,7  | 68925          |
|                         | Categorias Médias                                 | 12,6  | 66781          |
|                         | Trab. no Terciário                                | 5,9   | 19751          |
|                         | Trab. do Secundário                               | 4,5   | 12464          |
|                         | Trab. do Terc. N. Especializ                      | 2,6   | 18844          |
|                         | Agricultores                                      | 6,3   | 705            |
|                         | <b>Trabalham</b>                                  | <b>14,0</b>   | <b>225613</b>  |
|                         | <b>Aposentados</b>                                | <b>15,3</b>   | <b>114155</b>  |
|                         | <b>Não trabalham</b>                              | <b>*</b>  | <b>23111</b>   |
|                         | <b>Total</b>                                      | <b>13,0</b>   | <b>362878</b>  |
| <b>Médio</b>            | Dirigentes  | 13,5  | 12193          |
|                         | Peq. Empregadores                                 | 8,7   | 31467          |
|                         | Prof. Nível Superior                              | 8,7   | 84733          |
|                         | Categorias Médias                                 | 4,5   | 260250         |
|                         | Trab. no Terciário                                | 2,6   | 159604         |
|                         | Trab. do Secundário                               | 2,5   | 154878         |
|                         | Trab. do Terc. N. Especializ                      | 1,7   | 105451         |
|                         | Agricultores                                      | 2,4   | 1663           |
|                         | <b>Trabalham</b>                                  | <b>4,1</b>  | <b>810240</b>  |
|                         | <b>Aposentados</b>                                | <b>4,9</b>  | <b>333617</b>  |
|                         | <b>Não trabalham</b>                              | <b>0,8</b>  | <b>201063</b>  |
|                         | <b>Total</b>                                      | <b>3,8</b>  | <b>1344919</b> |
| <b>Popular operário</b> | Dirigentes  | 7,6   | 4129           |
|                         | Peq. Empregadores                                 | 6,2   | 14634          |
|                         | Prof. Nível Superior                              | 4,9   | 23323          |
|                         | Categorias Médias                                 | 2,5   | 188334         |
|                         | Trab. no Terciário                                | 1,7   | 226347         |
|                         | Trab. do Secundário                               | 1,6   | 334499         |
|                         | Trab. do Terc. N. Especializ                      | 1,3   | 197548         |
|                         | Agricultores                                      | 1,5   | 5379           |
|                         | <b>Trabalham</b>                                  | <b>1,9</b>  | <b>994094</b>  |
|                         | <b>Aposentados</b>                                | <b>2,3</b>  | <b>258360</b>  |
|                         | <b>Não trabalham</b>                              | <b>0,6</b>  | <b>337486</b>  |
|                         | <b>Total</b>                                      | <b>1,7</b>  | <b>1589941</b> |
| <b>Popular</b>          | Dirigentes  | 11,6  | 1036           |
|                         | Peq. Empregadores                                 | 7,6   | 2667           |
|                         | Prof. Nível Superior                              | 7,3   | 3256           |
|                         | Categorias Médias                                 | 3,2   | 16410          |
|                         | Trab. no Terciário                                | 1,6   | 23423          |
|                         | Trab. do Secundário                               | 1,4   | 45140          |
|                         | Trab. do Terc. N. Especializ                      | 1,1   | 31172          |
|                         | Agricultores                                      | 1,3   | 5195           |
|                         | <b>Trabalham</b>                                  | <b>2,0</b>  | <b>128299</b>  |
|                         | <b>Aposentados</b>                                | <b>2,7</b>  | <b>31927</b>   |
|                         | <b>Não trabalham</b>                              | <b>0,4</b>  | <b>43585</b>   |
|                         | <b>Total</b>                                      | <b>1,8</b>  | <b>203811</b>  |
| <b>Total</b>            | Dirigentes  | 20,5  | 35444          |
|                         | Peq. Empregadores                                 | 11,7  | 68726          |
|                         | Prof. Nível Superior                              | 11,3  | 180239         |
|                         | Categorias Médias                                 | 4,8   | 531775         |
|                         | Trab. no Terciário                                | 2,2   | 429125         |
|                         | Trab. do Secundário                               | 1,9   | 546981         |
|                         | Trab. do Terc. N. Especializ                      | 1,5   | 353014         |
|                         | Agricultores                                      | 1,8   | 12942          |
|                         | <b>Trabalham</b>                                  | <b>4,0</b>  | <b>2158246</b> |
|                         | <b>Aposentados</b>                                | <b>5,5</b>  | <b>738058</b>  |
|                         | <b>Não trabalham</b>                              | <b>0,3</b>  | <b>605245</b>  |
|                         | <b>Total</b>                                      | <b>3,7</b>  | <b>3501550</b> |

Fonte: IBGE/microdados do Censo Demográfico de 2000

\* sem informação de renda familiar per capita

(1) O número de chefes de família é maior do que o real, uma vez que se refere à pessoas em cada condição e, chefes que trabalham podem também estar incluídos na categoria aposentados

As áreas de tipo Popular Operário e Popular eram, em 2000, muito semelhantes, tanto no que se refere aos seus padrões familiares, quanto às características sócio-demográficas de seus habitantes, por isso vamos tratá-las como um conjunto, destacando apenas as pequenas diferenças que surgirem, na comparação entre elas. As famílias dessas áreas eram um pouco maiores que as das áreas de tipo Superior e de tipo Médio, tinham 3,3 pessoas em média, e a média de idade de seus filhos era mais baixa, 13,2 anos nas áreas de tipo Popular Operário e, um pouco menos, 12,3 nas áreas tipo Popular. Assim a razão de dependência entre pessoas de até 15 anos e de mais de 15 anos era maior, 0,4 na primeira, e 0,5 na segunda. Ao contrário das áreas de tipo Superior e de tipo Médio, a população dessas duas áreas era em sua maioria negra (pardos e pretos), 55,7% nas áreas de tipo Popular Operário e 53,4% nas de tipo Popular. Em ambas as áreas, a escolaridade média das pessoas de 10 anos e mais era bastante baixa, 5,9 anos na primeira e 5,3 anos na segunda, indicando que a maioria da população ali residente estava ainda longe de alcançar um nível de instrução correspondente ao fundamental completo, que exigia pelo menos oito anos de estudo completos. Nas duas áreas, dado o nível de escolaridade mais baixo e a composição da população mais jovem, as taxas de ocupação da população de 10 anos eram mais baixas que nas áreas de tipo Superior e de tipo Médio, 42,6% nas de tipo Popular Operário e 41,7 %, nas de tipo Popular. Por outro lado, o percentual de aposentados também era bem mais baixo 16,4 % e 15,9% respectivamente. Assim, ao contrário das duas primeiras áreas, nas de tipo Popular Operário e Popular, menos da metade da população de 10 anos e mais tinha rendimentos, 45,9% na primeira e 44,7% na segunda. Ainda em decorrência da baixa escolaridade das pessoas a grande maioria delas era de trabalhadores manuais urbanos – Trabalhadores no Terciário, no Secundário e no Terciário Não Especializado - 73,6% nas áreas de tipo Popular Operário e 76,1% nas áreas de tipo Popular. Nessas condições de escolaridade e de inserção no mercado de trabalho os rendimentos médios das pessoas eram baixos, em torno de três salários mínimos, aproximadamente 20% do rendimento médio nas áreas de tipo Superior e, 44% dos rendimentos das áreas de tipo Médio. Tendo em vista as condições desfavoráveis relacionadas à sua composição familiar, nas áreas de tipo Popular a renda média familiar per capita nas áreas era de 1,7 salários mínimos e nas de tipo Popular, 1,8 ou seja , aproximadamente 13% da renda média das famílias das áreas de tipo Superior.

Concluindo, tanto as características sócio-demográficas, quanto sócio-ocupacionais, mais favoráveis das pessoas nas áreas de tipo Superior, faziam com que seu rendimento médio, 16,4 salários mínimos, fosse cinco vezes mais elevado que rendimento médio das pessoas nas áreas de tipo Popular Operário e Popular, pouco mais de três salários mínimos. Essa desigualdade era reforçada pelas características sócio-demográficas das famílias, examinadas ao longo dessa análise, fazendo com que a renda familiar per capita nas áreas de tipo Superior, 13 salários mínimos, fosse quase oito vezes maior que a renda per capita das famílias das áreas de tipo Popular Operário e Popular, em torno de 1,7 salários mínimos.

Dentro de cada uma das áreas tipo, a intensidade da desigualdade, medida pela comparação entre a renda per capita das famílias cujos chefes eram Dirigentes, as mais ricas em todos os tipos de área e as famílias com chefes Trabalhadores do Terciário Não Especializado, as mais pobres era variada. A área de tipo Superior era aquela na qual a distancia entre esses dois tipos de família era maior. As famílias de Dirigentes tinham uma renda per capita 11,1 vezes maior do que as famílias de Trabalhadores do Terciário Não Especializado. A desigualdade entre famílias das áreas de tipo Popular era quase tão intensa quanto a observada nas de tipo Superior, uma vez que famílias mais ricas tinham uma renda média 10,3 vezes mais elevada que as mais pobres. As áreas de tipo Médio eram um pouco mais homogêneas, aparecendo em terceiro lugar, no que se refere à desigualdade de renda de suas famílias, uma vez que as mais ricas tinham renda 7,8 vezes mais elevada que as mais pobres. Finalmente, as áreas de tipo Popular

Operário eram as que apresentavam a menor desigualdade de renda per capita, uma vez que as famílias com chefes na Categoria Dirigentes tinham uma renda per capita 5,8 vezes maior que a dos Trabalhadores do Terciário Não Especializado.

## Bibliografia

DEROSIÈRES, Alain.; THEVENOT, Louis. (1992), *Les Catégories Socioprofessionnelles*. Paris, Éditions La Découverte.

KUZNETS, Simon. (1976), “Demographic Aspects of the Size Distribution of Income: An Exploratory Essay”. *Economic Development and Cultural Change*, vol. 25, nº. 2 / p.1-94 september.

MEESOOK, Oey A. (1982), “A Note on Income Distribution and the Life Cycle of Individuals”. *Income Distribution and the Family – Population and Development Review*, a Supplement to vol. 8./p.151-156

SCHULTZ, Paul. T. (1982), “Family Composition and Income Inequality”. *Income Distribution and the Family, Population and Development Review*, a Supplement to vol. 8.

# TERRITÓRIO E TRABALHO: SEGREGAÇÃO E SEGMENTAÇÃO URBANAS E OPORTUNIDADES OCUPACIONAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro  
Juciano Martins Rodrigues  
Filipe Souza Correa

## 1. – Introdução

Há alguns anos a região metropolitana do Rio de Janeiro vem perdendo importância no cenário econômico nacional. Este processo ocorre no contexto de desconcentração das atividades produtivas que parte das tradicionais áreas de polarização econômica da região sudeste para o interior do país. Não se trata de tendência recente. Ela se inscreve no longo movimento de perda de centralidade da metrópole fluminense em curso desde a perda de status de sede do governo federal para Brasília na década de 1960. Neste sentido, a crise do modelo de desenvolvimentista iniciada nos anos 1980, cujo traço característico foi a sucessão de curtos períodos de crise e expansão econômica combinada nos anos 1990 aos efeitos da política de ajuste estrutural e de inserção na globalização tiveram efeitos particulares na economia metropolitana do Rio de Janeiro.

Estima-se que o PIB da região metropolitana está em situação de estagnação há 25 anos. Várias análises sobre a reconfiguração da economia nacional (Diniz, 1993) têm apontado indícios da sua situação de marginalização em relação ao território dinâmico em constituição no sudeste do país. Trabalho recente elaborado pelo Observatório das Metrópoles sobre as estruturas produtivas das regiões metropolitanas frente às novas tendências de desconcentração territorial da economia nacional constata que o Rio de Janeiro, embora ocupe a segunda posição na hierarquia urbano-metropolitana do país em termos econômicos e demográficos apresenta claros sinais da marginalização nesta recomposição territorial da economia nacional e, ainda, uma desproporção entre a capacidade produtiva potencial e a sua transformação em dinâmica econômica promotora do desenvolvimento. (Ruiz e Batista, 2007)<sup>1</sup>.

Portanto, podemos afirmar que a região metropolitana do Rio de Janeiro vive há muitos anos um impasse que bloqueia a sua inserção na dinâmica econômica competitiva aberta com a transformação do modelo de desenvolvimento. As razões são várias e fugiria muito dos propósitos deste trabalho ensaiar alguma explicação. Para o que interessa ao nosso presente trabalho, estas mudanças e a situação de impasse do desenvolvimento do Rio de Janeiro tiveram como resultado, de um lado, uma economia terciária dualizada entre o setor informal e formal, com enormes repercussões no mercado de trabalho. O ajuste do mercado de trabalhos a estas transformações tem sido a informalização das atividades, a manutenção de altas taxas de desemprego e a expansão dos serviços pessoais e domésticos.

O objetivo geral deste trabalho é captar alguns dos reflexos que tais processos provocaram na relação entre as condições de acesso ao mercado de trabalho e a dinâmica territorial da metrópole

---

<sup>1</sup> Relatório de Pesquisa elaborado no âmbito do projeto *Observatório das Metrópoles: Território, Coesão Social e Governança Democrática*, no eixo Metropolização, Dinâmicas Intra-metropolitanas e Território Nacional. Este estudo consta que a RMRJ concentra 6,4% da população nacional, 9,7% da renda agregada e 10% da capacidade tecnológica. Com efeito, estes mesmo indicadores para a metrópole de São Paulo se apresentam da seguinte maneira: 10,5%, 18% e 22%, respectivamente. No que tange à capacidade produtiva das empresas exportadoras e inovadoras o cenário é ainda mais contrastante, enquanto a região metropolitana de São Paulo é dona de 19% do valor da transformação industrial destas empresas, a região metropolitana do Rio de Janeiro participa com apenas 5,8%.

fluminense. Em outras palavras, pretendemos analisar as relações entre os processos de divisão social do território metropolitano e as condições que regulam o acesso a oportunidades no mercado de trabalho. Procuraremos testar em que medida a localização dos indivíduos e grupos sociais na estrutura sócio-espacial caracterizada por tendências à segregação residencial e à segmentação territorial impactam na qualidade do emprego (fragilidade ocupacional) e nas possibilidades de transformar a própria oportunidade de emprego em recursos oriundos do mercado de trabalho (rendimento).

De maneira mais específica, pretendemos captar os efeitos do contexto social das áreas (segregação residencial) e das dificuldades de deslocamento (mobilidade) – ou como a literatura americana denominou de *spatial mismatch*<sup>2</sup> – nas oportunidades acima mencionadas. Neste sentido, utilizaremos os dados do Censo 2000 para tais configurações do espaço como mecanismos que incidem sobre o mercado de trabalho, utilizando as informações dos microdados e as áreas de ponderação como unidades de análise.

O texto está organizado na seguinte ordem. Na primeira seção, apresentamos os resultados do teste da hipótese da segregação residencial e na segunda os relativos à segmentação territorial. Em cada uma delas procuramos a análise está organizada em dois momentos: no primeiro, descrevemos os processos adotados para identificar as tendências de segregação residencial e segmentação territorial e a associação de cada uma delas condiciona o acesso a ocupações consideradas frágeis em termos de estabilidade aos diferenciais de remuneração à ocupação principal; em seguida, apresentamos os resultados da aplicação dos modelos de regressão construídos com o intuito de submeter as evidências empíricas ao teste de causalidade, controlando os efeitos da segregação residencial e da segmentação sobre as variáveis mencionadas segundo a outros atributos condicionantes do acesso ao mercado de trabalho no plano individual e domiciliar. Na segunda parte do texto, fazemos um balanço dos resultados empíricos obtidos, procurando dialogar com parte da literatura que vem apontando os fenômenos da divisão social do território das metrópoles como variáveis independentes em relação aos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais.

## 2. – Segregação residencial e emprego

Em trabalhos anteriores Preteceille e Ribeiro (1999), Ribeiro (2001) e Ribeiro (2000) evidenciamos que o território da metrópole fluminense se organiza fortemente segundo o sistema de distâncias e oposições que insere os grupos sociais no espaço social. As classes superiores detentoras de altas doses dos capitais econômico, social e simbólico dominam as áreas da chamada “zona sul” e de parte da “zona norte” da cidade do Rio de Janeiro, se opondo às classes populares fortemente presentes nos espaços populares da periferia metropolitana, os dois se opondo aos segmentos da clássica classe média que dominam os espaços suburbanos onde configuração social é, no entanto, menos definida. Contatamos, assim, que o território metropolitano se caracteriza pela nítida projeção das linhas de divisão da sociedade fluminense, de tal forma que morar em um lado ou outro não é indiferente.

Podemos afirmar que o espaço social da metrópole do Rio de Janeiro é caracterizado pela auto-

2 Este conceito tem origens nos trabalhos de John Kain (1968, 1969) para denominar os efeitos sobre o acesso às oportunidades de emprego e de salários dos trabalhadores negros americanos resultantes da diminuição do campo de escolhas do lugar de residência em razão da discriminação racial e da dispersão periférica dos empregos antes concentrados nas áreas centrais.

segregação das camadas superiores da estrutura social. Convém precisar o nosso entendimento conceitual do termo segregação residencial. Como já discutido em outro trabalho (Ribeiro, 2005), trata-se de uma categoria de análise que contém sempre duas dimensões: *conceitual*, relacionada com os princípios teóricos adotados para explicar a organização social e *prática*, relacionada com as concepções normativas da sociedade. Neste sentido, tendo como referência a noção de espaço social de Bourdieu (2001), podemos identificar duas concepções: segregação como diferença de localização de um grupo em relação ao outro e segregação como chances desiguais de acesso aos bens materiais (serviços, equipamentos, etc.) e simbólicos (prestígio, status) e à estrutura de oportunidades (Kaztman, 1999).

Estes dois lados da segregação residencial são indissociáveis, embora possamos separá-los para fins de análise. Os grupos sociais se agrupam no território segundo suas afinidades de estilos de vida e modelo cultural, mas, sobretudo a partir das relações de força que estabelecem com os outros grupos e com o poder público, cujo objeto é a apropriação seletiva do território como vantagem locacional que permite a reprodução do poder de segregação. (Pinçon, Pinçon-Charlot, 2000). A forma que temos adotado para operacionalizar esta compreensão do fenômeno da segregação é orientada pela busca da identificação da composição social dos pedaços que compõem a estrutura urbana, que conformam contextos sociais distintos resultantes da luta pela apropriação da cidade como fonte de múltiplos recursos. Uma vez constituído, estes contextos sociais desencadeiam mecanismos de reprodução das desigualdades de chances de apropriação de bens (materiais e simbólicos) e de oportunidades.

## 2.1. – Como identificar os contextos sociais?

Segundo Ribeiro (2005) existe duas famílias metodológicas de quantificação ou medição da segregação: uma, que se traduz em índices sintéticos e outra, que lança mão da elaboração de tipologias. Neste trabalho optamos pela tipologia, como um instrumento de classificação e descrição, que atende aos objetivos de ordenamento e de categorização dos fenômenos sociológicos, permitindo a realização de comparações.

Para expressar a divisão social do espaço na RMRJ, optamos por classificar as áreas intra-urbanas. Isto quer dizer que recorreremos a uma análise tipológica utilizando como variável a *média da escolaridade domiciliar dos adultos acima de 25 anos de idade* (Clima Educativo). Consideramos que tal variável permite a descrição da segregação residencial em termos de concentração de pessoas que vivem nos planos da família e do bairro em situações de maior ou menor chance de acesso a recursos que potencializam o seu posicionamento na estrutura de oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho. Tal pressuposto está fundado em trabalhos anteriores realizados sobre o tema, como por exemplo os de Kaztman e Rematoso (2005) e Ribeiro (2007) pela constatação da crescente relevância da qualificação escolar como requisito de posicionamento no mercado de trabalho e da transformação desta posição em novos recursos (remuneração do trabalho).

Como unidades espaciais de análise, utilizamos as áreas de ponderação da amostra do Censo demográfico 2000 (AED), pois somente os dados levantados no questionário mais completo do Censo, portanto da amostra, nos permitem construir a variável mencionada acima.

Primeiramente, os domicílios foram agrupados em quatro faixas de escolaridade:

- a) menor que 4 anos; mais de 4 a 8 anos;
- b) 8 a 12 anos; e,

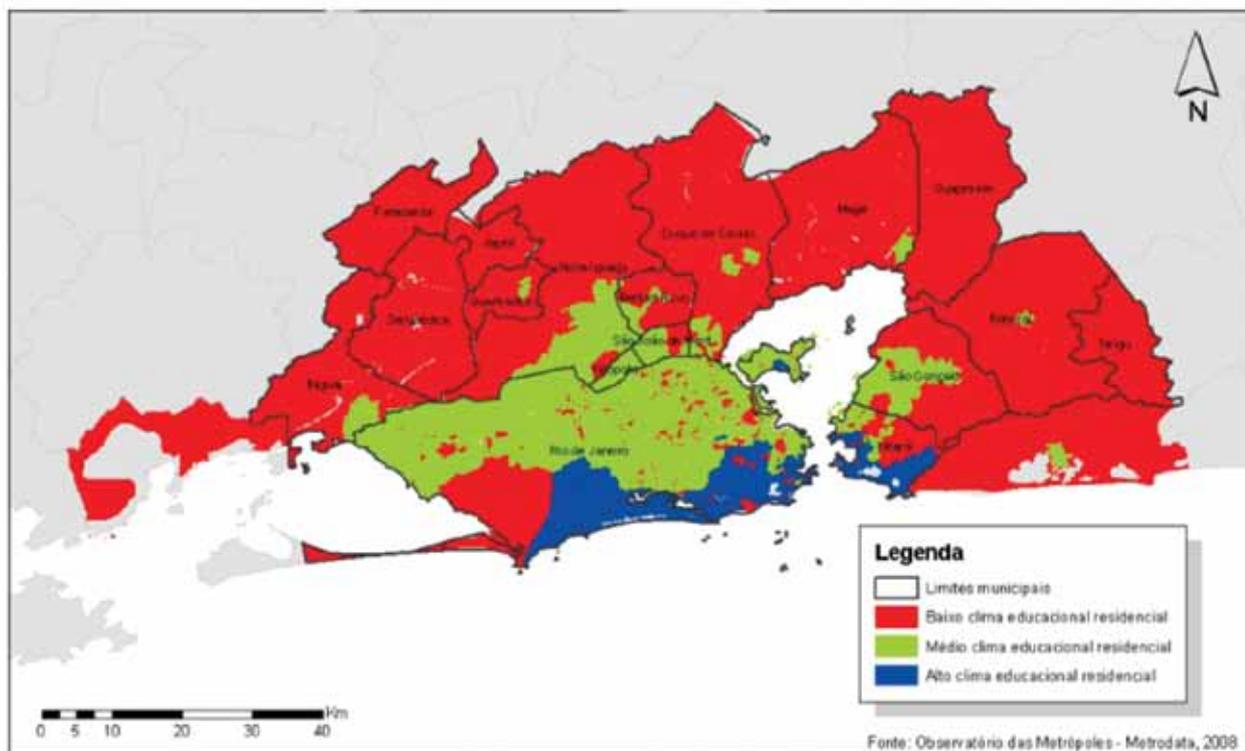
c) mais de 12 anos.

Dada a porcentagem de domicílios em cada faixa e em cada uma das 444 áreas de ponderação, partimos para a construção da tipologia.

A classificação das áreas por meio desta tipologia foi realizada através da aplicação da técnica de Análise Fatorial por Combinação Binária, seguida da Classificação Hierárquica Ascendente. Na primeira etapa nós reduzimos a dimensão de explicação da distribuição dos indicadores pelos bairros (de fato AED's) em duas dimensões (fatores) tendo como critério o valor de 80% de explicação da variância dos fatores). As coordenadas do(s) fator(s) correspondentes a este percentual foram salvas e utilizadas como elemento de construção dos clusters dos bairros. A classificação hierárquica do Statlab forneceu três agrupamentos cuja variância intra-classes foi de 23,2% e a variância inter-classes foi de 76,8%<sup>3</sup>.

O resultado obtido através do procedimento descrito acima nos ofereceu o agrupamos das áreas em 3 tipos (ver Mapa 2.1). Sendo que o primeiro tipo é caracterizado por uma alta presença de domicílios de baixa escolaridade e agrupa 54% das pessoas residentes na RMRJ, como podemos ver no Gráfico 2.1.

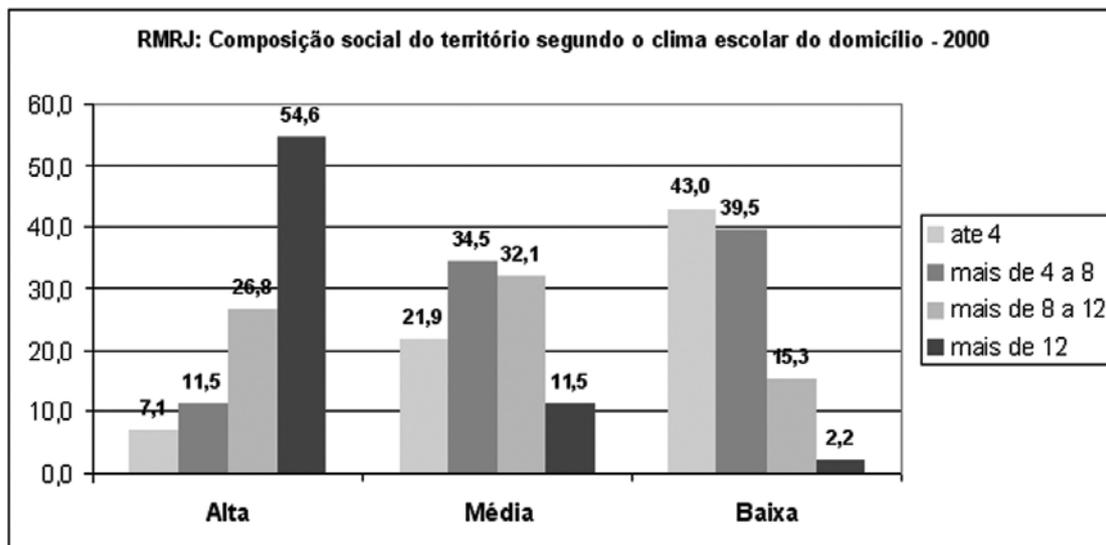
**Mapa 2.1: – Tipos segundo o clima escolar do domicílio - 2000**



Observando este mesmo gráfico, notamos que o segundo tipo, que abarca 35% da população, apresenta um perfil com ocorrência de domicílios de alta e média escolaridade, marcado pela presença de domicílios com clima escolar entre 4 e 8 anos. Já o terceiro tipo se caracteriza como territórios de alto contexto social, pois se constata uma alta concentração de domicílios com escolaridade elevada, neste residem 10,5% da população metropolitana. Sendo assim, denominamos o primeiro tipo como “alto contexto social”, o segundo como “médio contexto social” e o último como “baixo contexto social”.

3 Para tal utilizamos o *software Statlab*.

Gráfico 2.1



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000.

É importante destacar que nos territórios de baixo status social o percentual de domicílios com clima educacional inferior a 4 anos de estudo é 35% maior do que nas áreas de alto contexto social. Por outro lado, nestes últimos é 52% mais elevado o número de domicílios com escolaridade acima de 12 anos de estudo<sup>4</sup>.

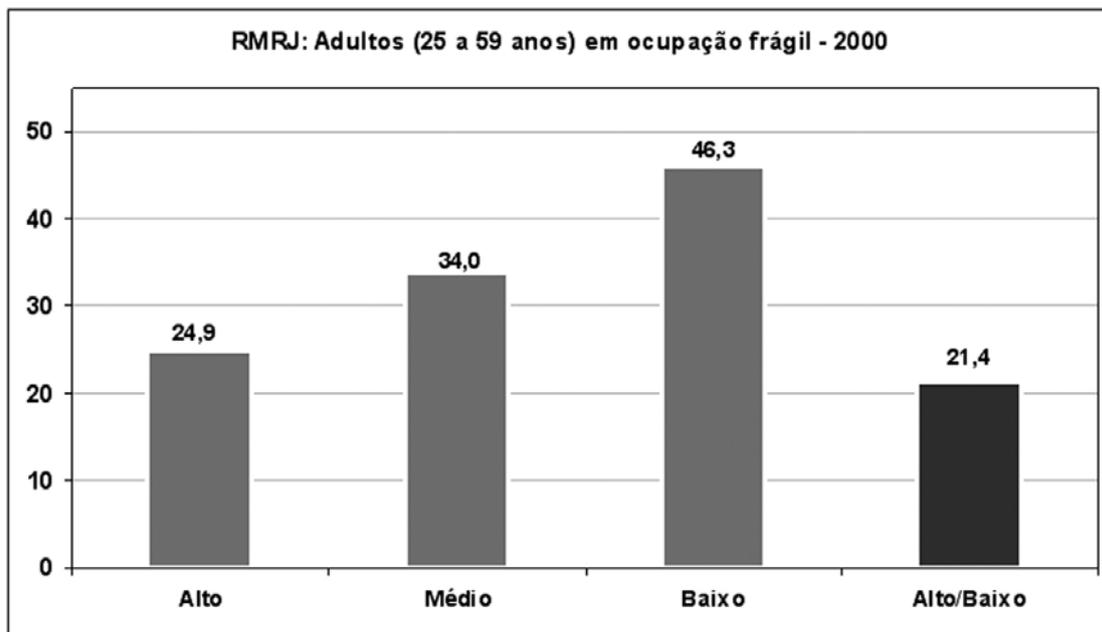
## 2.2. – Efeitos da segregação sobre o risco de fragilidade ocupacional

Na RMRJ, a fragilidade ocupacional<sup>5</sup> atinge 36% dos adultos de 25 a 59 anos ocupados. O nível de fragilidade entre as pessoas nesta faixa etária varia territorialmente, sendo que nos territórios de altos status social é 10% menor do que nos territórios de médio status social. Quando comparamos os territórios de alto status social e os territórios de baixo status social essa diferença é ainda maior, superando 20%, pois enquanto a ocupação frágil atinge um quarto das pessoas ocupadas no primeiro, no segundo é superior a 45% (Gráfico 2.3).

4 Estes diferenciais e outros indicadores se encontram no quadro em anexo.

5 Para os propósitos deste trabalho, agrupamos as pessoas de 25 a 59 anos com base nas ocupações consideradas frágeis. Sendo assim, consideramos frágeis as seguintes ocupações indicadas pela variável do censo “Posição na Ocupação principal”: 1) Conta própria não contribuinte com sistema de previdência; 2) Empregado doméstico com carteira de trabalho assinada; 3) Empregado doméstico sem carteira de trabalho assinada; e 4) Empregado sem carteira de trabalho assinada, não contribuinte com sistema de previdência.

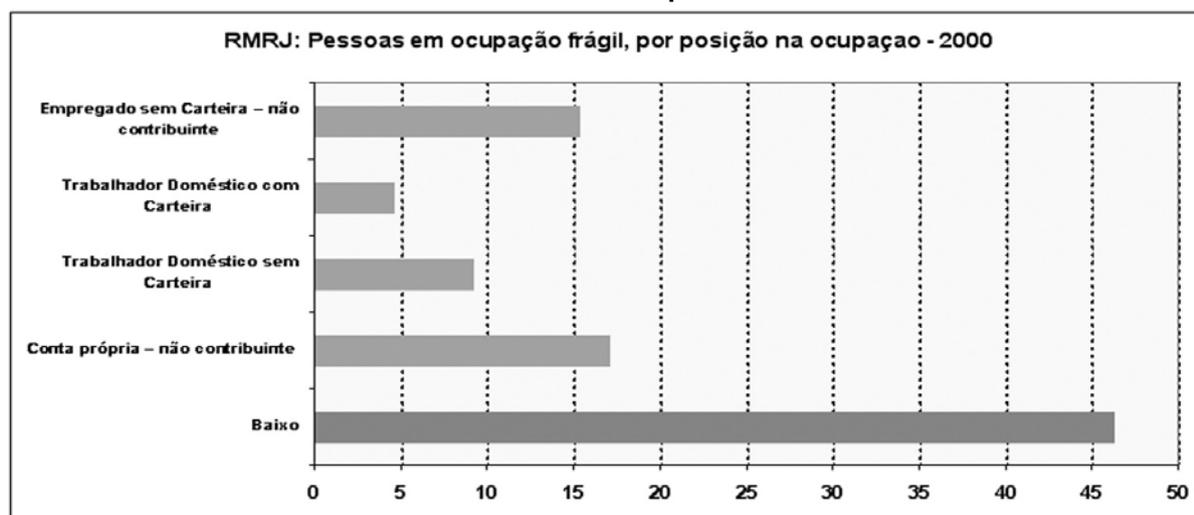
Gráfico 2.3



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico do 2000

Nos territórios de baixo status social o alto nível de fragilidade ocupacional se deve à elevada presença de pessoas ocupadas como conta-própria e empregados sem carteira que não contribuem com a previdência, como podemos notar no gráfico abaixo, que além de mostrar a fragilidade total dos territórios de baixo status social (46%) traz desagregadas as ocupações frágeis. Podemos notar, ainda, que entre os empregados domésticos predomina os sem carteira (Gráfico 2.4).

Gráfico 2.4



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico do 2000

Os dados apresentados acima indicam que o acesso a melhores condições de emprego mantém razoável associação com o local de moradia, pois notamos substanciais diferenças entre espaços de alto, médio e baixo contexto social.

Com o intuito de afinar tal análise e evidenciar o efeito do território sobre tais condições, apli-

camos um modelo de regressão logística para estimar esse efeito<sup>6</sup>. Além das variáveis de território, fizemos o controle dos efeitos pelas seguintes variáveis:

- a) Variáveis individuais: anos de escolaridade; idade; cor, migração e sexo;
- b) Variáveis do contexto familiar: renda domiciliar per capita e clima educativo domiciliar;
- c) Variáveis do contexto do bairro: a tipologia sócio-espacial descrita anteriormente.

A descrição e a hierarquia das variáveis estão apresentadas no Anexo B.

Na primeira análise procuramos captar os riscos de adultos de 25 a 59 anos estarem em situação de fragilidade ocupacional segundo o local de moradia. A leitura da tabela 2.1 evidencia o fato de morar em áreas que concentram fortemente pessoas morando em domicílios com baixo clima educativo apresenta um risco 18,2 % maior de exercer uma ocupação frágil em relação àqueles que moram os espaços que, ao contrário, concentram pessoas morando em domicílio com elevado clima educativo. Já morar nos espaços do tipo médio aumenta apenas em 6,3% este mesmo risco. Ou seja, controlando-se os efeitos de todas as demais variáveis, através dos seus níveis de referência, sejam elas individuais ou domiciliares que incidem sobre a situação de fragilidade ocupacional, ainda assim encontramos um efeito significativo dos contextos sociais do formados pelos processos de segregação residencial sobre a situação de fragilidade na posição ocupacional no mercado de trabalho.

**Tabela 2.1: – RMRJ: estimação do efeito da tipologia socioespacial segundo o clima educativo do domicílio para o rendimento da ocupação principal, para as pessoas entre 25 e 59 anos – 2000**

|  | Percentual de explicação | Significância |
|--|--------------------------|---------------|
| 0 a 4 anos de estudo                                   | -17,2%                   | 0,00          |
| 5 a 8 anos de estudo                                   | -14,0%                   | 0,00          |
| 25 a 29 anos de idade                                  | -18,1%                   | 0,00          |
| 30 a 34 anos de idade                                  | -5,5%                    | 0,00          |
| Preto e Pardo  | -8,0%                    | 0,00          |
| Migrante   | -0,4%                    | 0,00          |
| Mulher   | -22,1%                   | 0,00          |
| Ocupação frágil  | -16,8%                   | 0,00          |
| Clima educativo no domicílio acima de 5 anos de estudo | -23,3%                   | 0,00          |
| Clima educativo no domicílio de 5 a 8 anos de estudo   | -19,8%                   | 0,00          |
| <i>Tipo socioespacial médio</i>                        | -34,6%                   | 0,00          |
| <i>Tipo socioespacial baixo</i>                        | -37,9%                   | 0,00          |
| <b>R<sup>2</sup> ajustado= 47%</b>                     |                          |               |

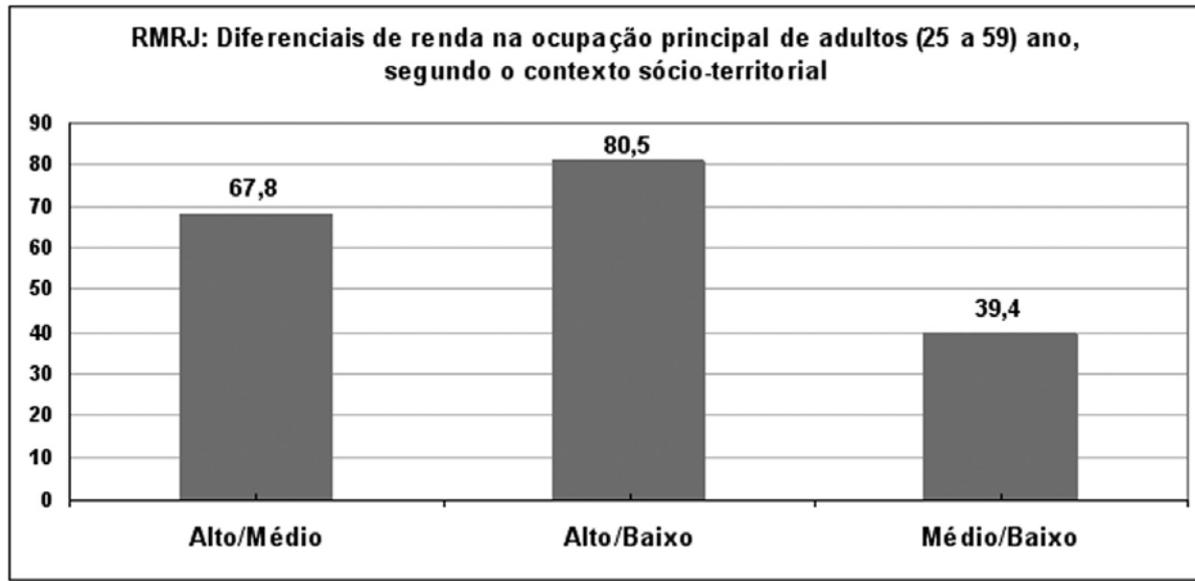
Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000

### 2.3. – Efeitos da segregação sobre os diferenciais de rendimento

6 Para uma descrição detalhada do modelo logístico, conferir o Anexo A.

Como nos propormos, procuramos captar também os efeitos do lugar de residência nos diferenciais de rendimento das pessoas ocupadas de 25 a 59 anos de idade. Com efeito, a remuneração média na ocupação principal é 68% superior nos territórios de alto contexto social em comparação com os de médio. Esta diferença é ainda maior quando comparamos alto e baixo, quando a diferença chega a 80%. Como mostra o gráfico 3.5, a diferença entre territórios de médio e baixo contexto social status é de 39%. é marcante a diferença de rendimento entre territórios de alto e baixo contexto social.

Gráfico 2.5



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico, 2000

Na tabela 2.2 temos os resultados do modelo de regressão linear múltipla ajustado para a explicação da variação dos rendimentos da ocupação principal, para a mesma população de 25 a 59 anos de idade, considerando o território dividido pelos três tipos encontrados e controlando por demais fatores individuais e do domicílio que incidem sobre a variação dos rendimentos da ocupação principal.

Neste caso, o contexto social tem um peso maior na variação da renda da ocupação principal. Nos territórios de baixo contexto social a renda da ocupação principal diminui em 37,92% em relação às áreas de alto contexto, controlando-se os demais fatores individuais e domiciliares. Já o tipo médio diminui em 34,56% a renda da ocupação principal.

**Tabela 2.2: – RMRJ: estimação do efeito da tipologia socioespacial segundo o clima educativo do domicílio para o rendimento da ocupação principal, para as pessoas entre 25 e 59 anos – 2000**

|  | Percentual<br>de<br>explicação | Significância |
|--|--------------------------------|---------------|
| 0 a 4 anos de estudo                                   | -17,2%                         | 0,00          |
| 5 a 8 anos de estudo                                   | -14,0%                         | 0,00          |
| 25 a 29 anos de idade                                  | -18,1%                         | 0,00          |
| 30 a 34 anos de idade                                  | -5,5%                          | 0,00          |
| Preto e Pardo  | -8,0%                          | 0,00          |
| Migrante   | -0,4%                          | 0,00          |
| Mulher   | -22,1%                         | 0,00          |
| Ocupação frágil  | -16,8%                         | 0,00          |
| Clima educativo no domicílio acima de 5 anos de estudo | -23,3%                         | 0,00          |
| Clima educativo no domicílio de 5 a 8 anos de estudo   | -19,8%                         | 0,00          |
| <i>Tipo socioespacial médio</i>                        | -34,6%                         | 0,00          |
| <i>Tipo socioespacial baixo</i>                        | -37,9%                         | 0,00          |
| R <sup>2</sup> ajustado= 47%                           |                                |               |

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000

Notamos, portanto que a fragilidade ocupacional e o rendimento na ocupação principal variam no território segundo o contexto social em que localiza a moradia, ao mesmo, este contexto social é um fator em certa medida determinante as chances dos indivíduos conseguirem ocupações de qualidade e rendimentos provenientes do trabalho.

### 3. – Segmentação residencial e emprego

Como já foi mencionado, procuraremos testar também os efeitos da segmentação territorial sobre as formas de inserção das pessoas no mercado de trabalho. A segmentação territorial é entendida como uma situação de distanciamento entre local de moradia e localização dos postos de trabalho.

A segmentação pode ser gerada por três mecanismos relacionados ao descasamento entre as estruturas de oferta de moradias e de emprego, como apontou Kaztman (2008). São eles: (i) distribuição espacial da população nas grandes cidades, que na América Latina é caracterizada por uma configuração onde os trabalhadores de baixa qualificação ocupam as áreas periféricas, que pode ser acentuado pelas migrações intra-urbanas; (ii) realocação das fontes de trabalho ocasionada pelas transformações na distribuição espacial da estrutura produtiva que pode ser reflexo de políticas dirigidas a um uso mais eficiente do uso do solo, de mudanças no preço da terra ou ainda visando aproveitar economias vantagens locais por meio de economias de aglomeração; (iii) mudanças tecnológicas que implicam em

mudanças nas qualificações requeridas pelas empresas, mudando os padrões de recrutamento da mão de obra, que pode estar localizada próximo aos estabelecimentos produtivos;

Porém, não podemos de considerar apenas as implicações no acesso às melhores condições emprego decorrentes apenas da distância ou do descasamento entre espaços de emprego e de moradia das pessoas ocupadas ou que integram a IPEA, mas também da distribuição desigual das condições de acessibilidade gerada pelo sistema de transportes. Por esta razão, adotamos neste trabalho como indicador de segmentação a capacidade de mobilidade das pessoas no território metropolitano. Ou seja, o fenômeno do *spatial mismatch* pode também ser gerado em razão das alterações na oferta de mobilidade, seja em razão da escassez de transportes ligando local de residência e local de emprego, seja pela alteração do preço do deslocamento.

Este fenômeno é particularmente importante nas metrópoles brasileiras por dois motivos. O primeiro refere-se a forte concentração de oferta de emprego nas áreas centrais, ao mesmo tempo em que observamos o crescimento da população moradora nas periferias, especialmente em razão do aumento do preço da habitação e solo urbano, mas também em razão de várias modalidades de intervenção pública. O segundo, decorre a total des-regulação pública do sistema de transportes coletivos nas metrópoles brasileiras, através da expansão dos assim chamados “transportes alternativos” e da capacidade de pressão dos agentes permissionários deste serviço sobre as tarifas.

Sabemos por exemplo, que o município do Rio de Janeiro concentra 54% da PEA metropolitana, ao passo que a concentração dos postos de trabalho formais chega a 76%. Sabemos que ocorre também uma concentração territorial da oferta de emprego na escala intra-urbana no município do Rio de Janeiro. No caso dos municípios periféricos encontramos claras disparidades entre a PEA residente e os postos de trabalho oferecidos. Com exceção de Niterói, em todos os outros municípios da RMRJ a PEA é mais numerosa do que o número de postos de trabalho oferecidos em 2000. Nova Iguaçu, por exemplo, que abarca 8,1% da PEA metropolitana, participa com apenas 2,8% de todos os postos de trabalho gerados.

Estes dados indicam um claro descompasso – na escala municipal – entre local de residência da população e a localidade dos postos de trabalho oferecidos. Evidencia, portanto uma das configurações pelas quais é caracterizada a segmentação do território, que segundo Kaztman (2008), pode ainda implicar em barreiras de acesso às oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho. A primeira destas implicações seria o custo (tempo e dinheiro) na busca de emprego (ou de melhores empregos) e do deslocamento diário ao local de trabalho. Em segundo lugar a segmentação constituiria uma barreira no sentido da visibilidade de oportunidades ocupacionais (informações, contatos e filtros pessoais).

### 3.1. – Como medir a segmentação territorial?

Como nosso objetivo é também investigar as eventuais vinculações entre a localização do bairro na estrutura de mobilidade metropolitana e a inserção das pessoas residentes no mercado de trabalho, utilizamos uma divisão do território diferente daquela utilizada nos testes da segregação, mas também a técnica da construção de tipologia sócio-espacial, tomando como variável o índice de mobilidade das Macrozonas definidas pelo Plano Diretor de Transporte Urbano da RMRJ (PDTU), que por sua vez foi elaborado a partir dos dados da Pesquisa de Origem-Destino 2002-3003.

Esta pesquisa foi realizada no período entre outubro de 2002 a dezembro de 2003, abrangendo uma amostra útil de 34.000 domicílios, onde foram entrevistadas mais de 99 mil pessoas. Para a sua execução, a Região Metropolitana foi subdivida em 485 áreas denominadas áreas de tráfego, que consti-

tuem o menor nível geográfico de representação das informações obtidas. O levantamento apurou que na RMRJ são efetuados 19,9 milhões de deslocamentos em todos os modos de transporte, sendo que destes, 12,5% são realizados por modos motorizados. Por outro lado, a pesquisa nos revela que 45% das viagens realizadas diariamente têm como destino o local de trabalho. Outros 32% das viagens são motivadas pelo estudo. No deslocamento para o trabalho é predominante o uso do transporte coletivo, pois 55% das viagens são realizadas via este modal.

Mais simples do que a tipologia utilizada para identificar a divisão da cidade segundo o contexto social de cada área, agrupamos as 17 macrozonas em 3 tipos sintéticos, utilizando com *proxy* o índice de mobilidade. Entendemos, portanto, que a tipologia sócio-espacial assim construída como representação do nível de segmentação do território da RMRJ, na medida em que expressa a capacidade de deslocamento das pessoas no interior do território metropolitano segundo o seu lugar de residência.

Classificamos, assim, as macrozonas em três tipos segundo este indicador: 1 – Macrozonas com alta mobilidade (bem acima da média); 2 – Macrozonas com mobilidade média (em torno da média da RMRJ) e; 3 – Macrozonas com baixa mobilidade (bem abaixo da média da RMRJ) (Mapa 3.1). O gráfico abaixo traz a mobilidade média de cada tipo. Os territórios de alta mobilidade apresentam índice médio superior a 2,34 viagens/habitante/dia. Enquanto isso os territórios de media e baixa mobilidade apresentam índices de 1,81 viagens/hab/dia e 1,5 viagens/hab/dia, respectivamente.

**Mapa 3.1: –Tipologia segundo o grau de mobilidade da população**

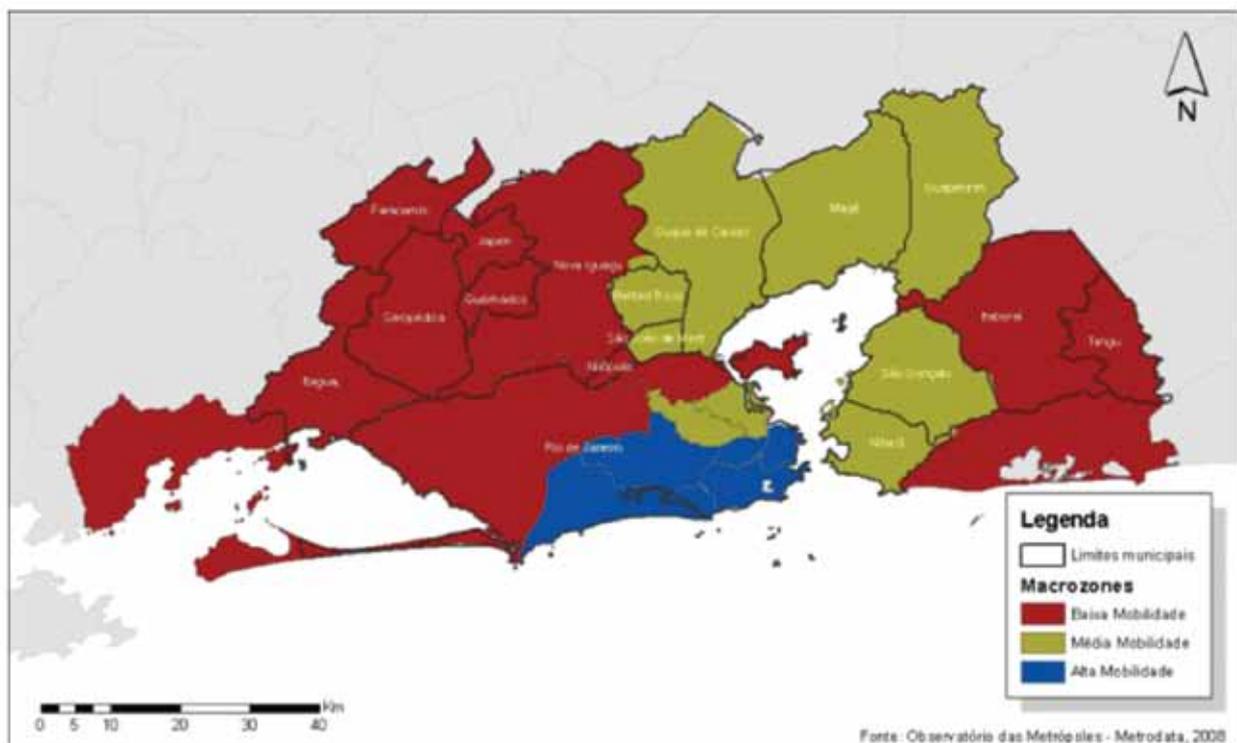
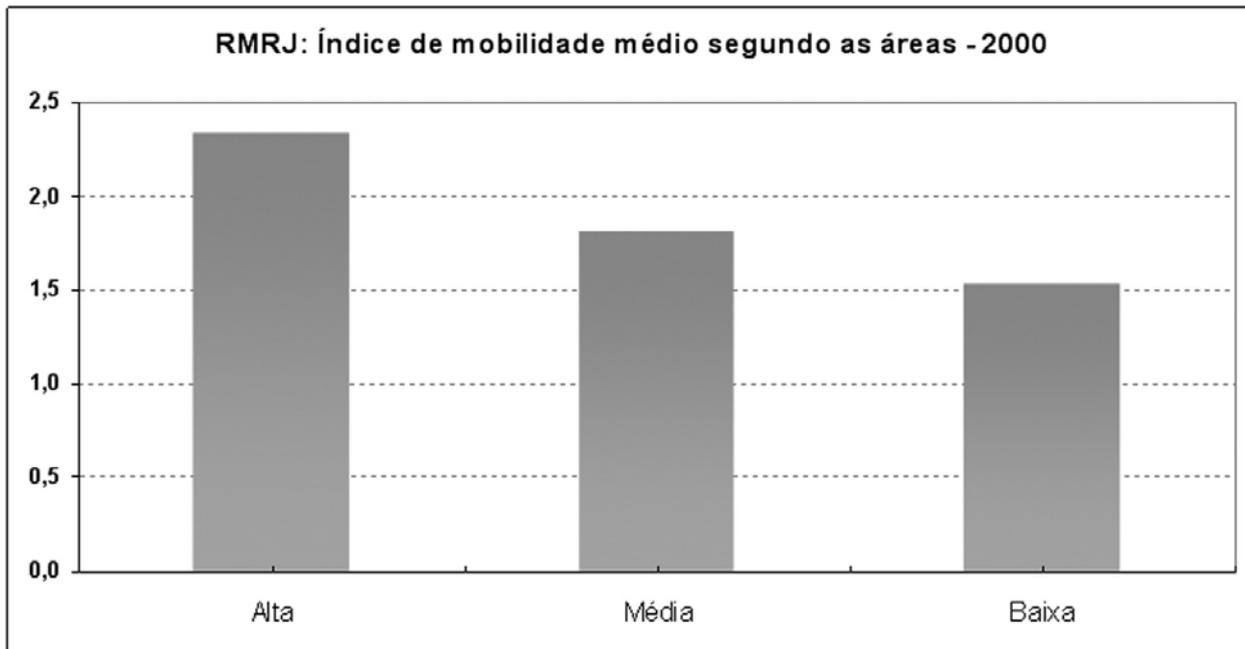


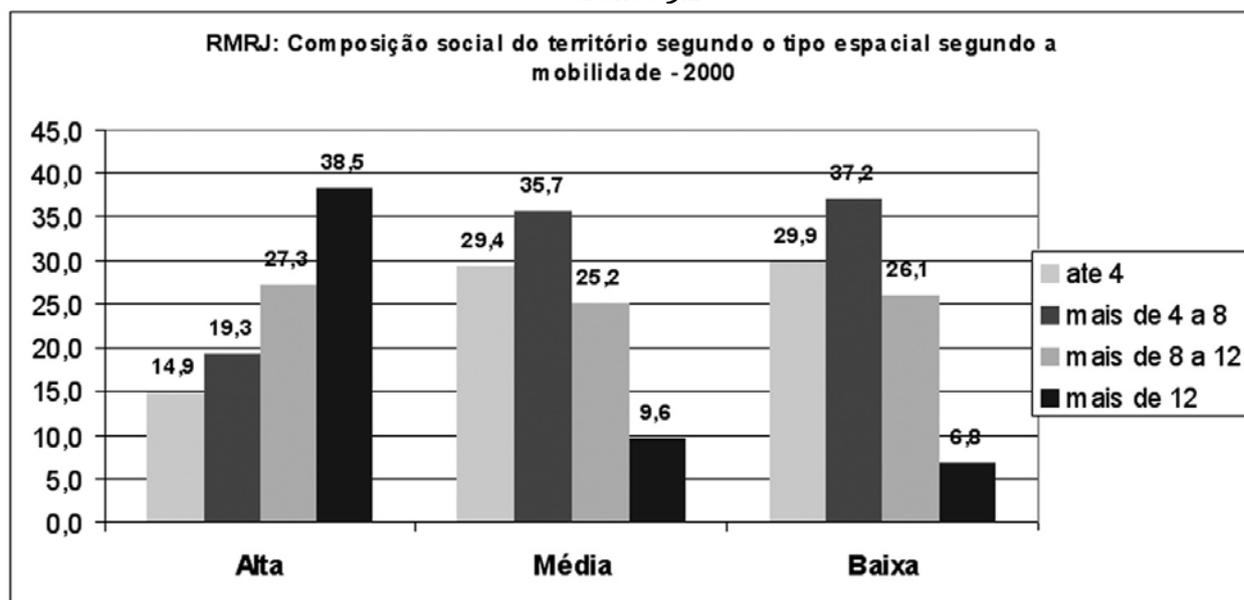
Gráfico 3.1



Este modo de dividir a cidade para efeitos de análise, embora seja menos “fina” do que a tipologia a partir do clima educacional, também expressa a divisão social do espaço metropolitano. Vejamos observando a própria distribuição dos domicílios segundo o clima escolar.

Notamos claramente nos territórios de alta mobilidade a maior presença de domicílios com alta escolaridade (12 anos de estudos e mais). A diferença entre estes territórios e os de média e baixa mobilidade é marcante, enquanto nos territórios de alta mobilidade há essa predominância, com 38% dos domicílios com alta escolaridade, nos territórios de média e baixa mobilidade o percentual de domicílios com mais de 12 anos de escolaridade é de 9,6% e 6,8%, respectivamente. Ou seja, existe uma diferença de pessoas com alta escolaridade que chega a 28% entre alta e média mobilidade e a mais de 30% entre alta e baixa mobilidade (Gráfico 3.2).

Gráfico 3.2



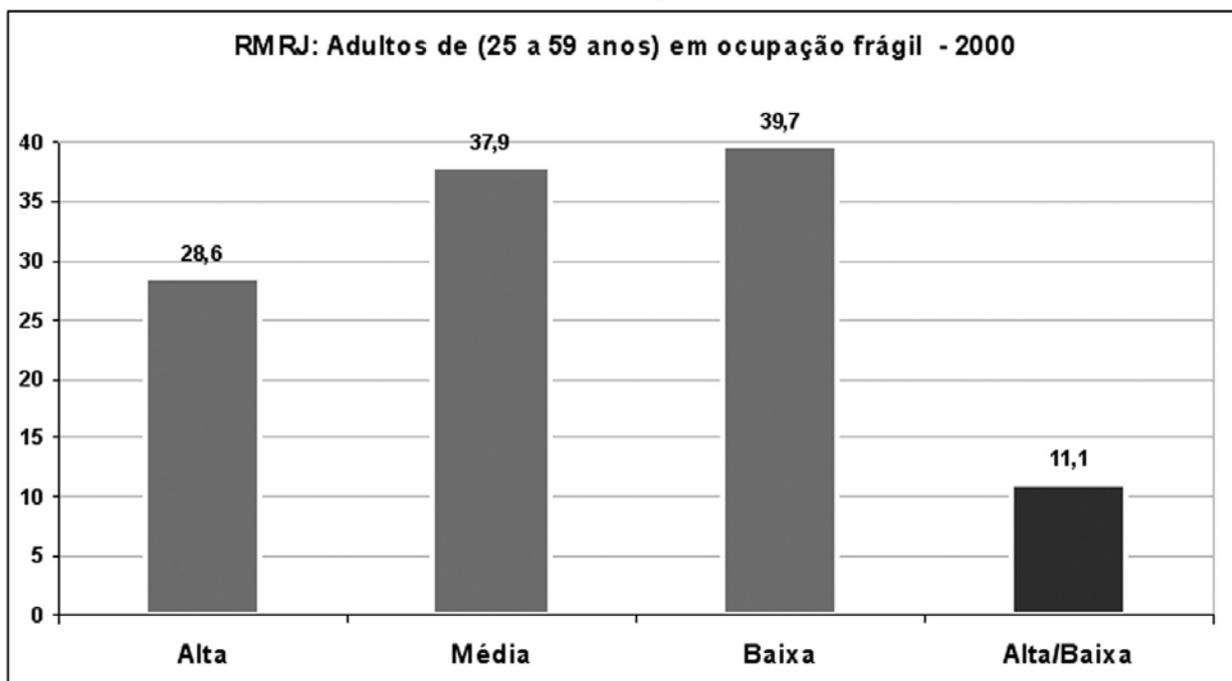
Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000

Nos territórios de baixa mobilidade o percentual de domicílios com clima educacional inferior a 4 anos de estudo é 30% maior do que nas áreas de altos status, que, como vimos não chega a 14%. Por outro lado, no que diz respeito aos domicílios com escolaridade elevada (mais de 12 anos), nos territórios de alta mobilidade eles são 52% a mais do que nas áreas de baixa mobilidade, onde o número de domicílios nesta condição não chega a 6,8% do total (Gráfico 3.2).

### 3.2 – Efeitos da segmentação sobre o risco de fragilidade ocupacional

Já mencionamos anteriormente que na RMRJ a fragilidade é de 36%. Porém, notamos claras diferenças quando olhamos a cidade com vistas a compreender a divisão social da cidade a partir da segmentação. Nos territórios de baixa mobilidade, 39% das pessoas ocupadas estão nesta situação, ou seja, como podemos ver no gráfico 3.4, a diferença entre os espaços de alta e baixa mobilidade é de 11%. Vale destacar, porém, que no que tange à fragilidade, não há grandes diferenças entre territórios de média e baixa mobilidade, pois a diferença não atinge 2 pontos percentuais (Gráfico 3.4).

Gráfico 3.4



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico do 2000

Como no caso dos territórios de baixo contexto social, nos territórios de baixa mobilidade a fragilidade se deve pela presença preponderante de pessoa exercendo ocupações por conta própria e empregado sem carteira contribuinte, com maior peso para este ultimo que representa 12% dos ocupados, como podemos ver no gráfico (Gráfico 3.5).

Gráfico 3.5



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000.

A tabela 4.1 apresenta os resultados para o modelo logístico considerando a população de 25 a 59 anos, tendo como variável resposta a situação de fragilidade ocupacional e utilizando a tipologia de mobilidade. De uma maneira geral, as variáveis de nível individual exercem mais influência sobre o risco de fragilidade ocupacional nessa faixa etária do que as variáveis que classificam as áreas. Os riscos das áreas de baixa e média mobilidade também não se diferenciam muito entre si. A baixa mobilidade apresenta um risco de 6.3% em relação às áreas de alta mobilidade e a média mobilidade apresenta um risco de 6.1% para a situação de fragilidade profissional. Com isso, podemos evidenciar um efeito significativo das áreas classificadas segundo a tipologia de mobilidade sobre a fragilidade profissional, de acordo com a hipótese deste trabalho, controlando-se as demais variáveis de nível individual e domiciliar que também apresentam efeito sobre a situação de fragilidade aqui apresentada.

**Tabela 3.1: – RMRJ: estimação do efeito da tipologia de mobilidade para o risco de estar em situação de fragilidade ocupacional, para as pessoas entre 25 a 59 anos – 2000**

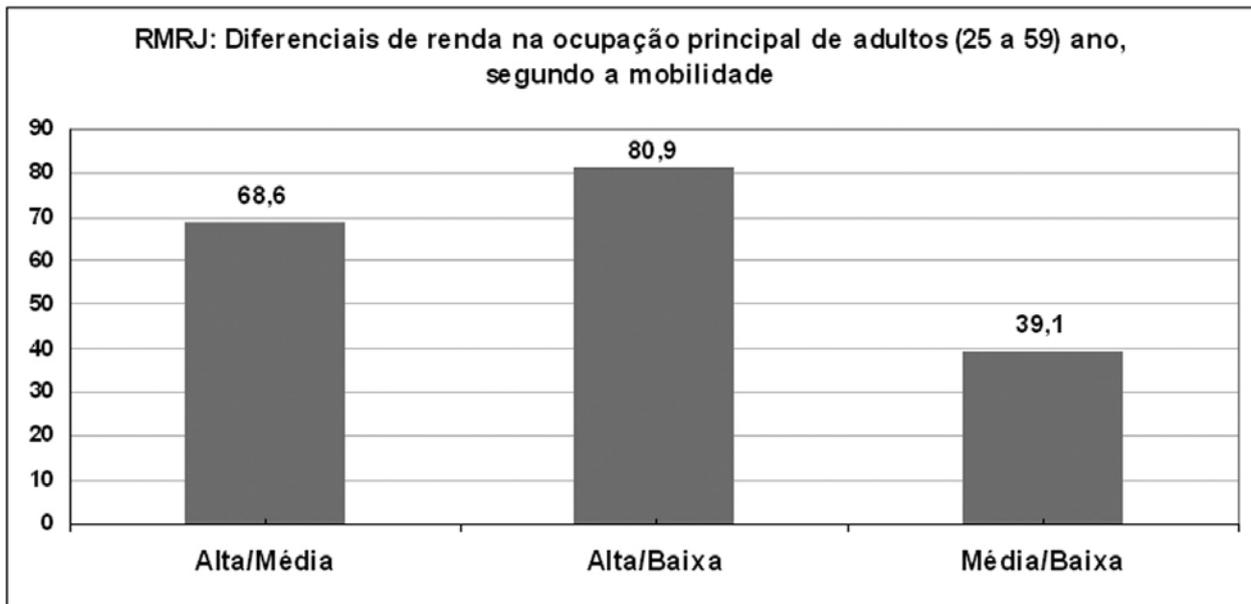
|  | Pecentual de explicação | Significância |
|--|-------------------------|---------------|
| 0 a 4 anos de estudo                                   | 24,9%                   | 0,00          |
| 5 a 8 anos de estudo                                   | 32,9%                   | 0,00          |
| 25 a 29 anos de idade                                  | 21,9%                   | 0,00          |
| 30 a 34 anos de idade                                  | 21,4%                   | 0,00          |
| Preto e Pardo  | 20,7%                   | 0,00          |
| Migrante   | 13,3%                   | 0,00          |
| Mulher   | 0,4%                    | 0,00          |
| Renda per capita domiciliar de até 1/2 salário mínimo  | 70,1%                   | 0,00          |
| Renda per capita domiciliar de 1/2 a 1 salário mínimo  | 45,2%                   | 0,00          |
| Clima educativo no domicílio acima de 5 anos de estudo | 53,6%                   | 0,00          |
| Clima educativo no domicílio de 5 a 8 anos de estudo   | 29,0%                   | 0,00          |
| Média mobilidade                                       | 6,3%                    | 0,00          |
| Baixa mobilidade                                       | 6,1%                    | 0,00          |
| $R^2$ ajustado=45%                                     |                         |               |

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico 2000

### 3.3 – Efeitos da segmentação sobre os diferenciais de rendimento

Quando comparamos os territórios segundo o nível de mobilidade é possível notar diferenças consideráveis entre os tipos. Constatamos -, conforme o Gráfico 3.6 - que estas diferenças são semelhantes àquelas encontradas quando comparamos o território a partir do contexto social. A diferença entre a remuneração média na ocupação principal de adultos de 25 a 59 anos nos territórios de alta e média mobilidade, por exemplo, é de 68,6 %. Notamos que a remuneração média nas áreas de alta mobilidade é 80% à dos territórios de baixa mobilidade.

Gráfico 3.6



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000

Na tabela 3.2 temos os resultados do modelo de regressão linear múltipla ajustado para a explicação da variação dos rendimentos da ocupação principal, para a população de 25 a 59 anos de idade, considerando a tipologia de mobilidade e controlando por demais fatores individuais e de domicílio.

Com essa análise, podemos perceber que as variáveis que indicam o tipo mobilidade têm um peso considerável na variação da renda da ocupação principal, assim como as variáveis de clima educativo do domicílio. Dessa forma, evidenciamos que o capital social adquirido no domicílio - aqui representado pelo clima educativo do domicílio - e a mobilidade da área de residência compõem os principais fatores que explicam a variação nos rendimentos provenientes da ocupação principal. Nas áreas de baixa mobilidade, a renda da ocupação principal diminui em 21,73% em relação às áreas de alta mobilidade, já o tipo médio de mobilidade diminui em 22,79% a renda da ocupação principal. Portanto, os efeitos dessas duas áreas para a variação do rendimento da ocupação principal não se diferenciam muito entre si, porém há uma diferença significativa para a variação dos rendimentos se comparadas com as áreas de alta mobilidade. Deste modo, claramente percebemos o efeito da segmentação territorial, operando de maneira conjunta com o capital social adquirido no domicílio, sobre a renda dos indivíduos. Ou seja, quanto mais segmentado é um território, menores são os ganhos provenientes da ocupação exercida.

**Tabela 3.2**  
**RMRJ: estimação do efeito da tipologia de mobilidade para o rendimento da ocupação principal, para as pessoas entre 25 a 59 anos – 2000**

|  | Pecentual de explicação | Significância |
|--|-------------------------|---------------|
| 0 a 4 anos de estudo                                   | -18,08                  | 0,00          |
| 5 a 8 anos de estudo                                   | -14,97                  | 0,00          |
| 25 a 29 anos de idade                                  | -10,70                  | 0,00          |
| 30 a 34 anos de idade                                  | -6,09                   | 0,00          |
| Preto e Pardo  | -9,63                   | 0,00          |
| Migrante   | -0,96                   | 0,00          |
| Mulher   | -21,8                   | 0,00          |
| Ocupação frágil  | -16,76                  | 0,00          |
| Clima educativo no domicílio acima de 5 anos de estudo | -27,11                  | 0,00          |
| Clima educativo no domicílio de 5 a 8 anos de estudo   | -22,99                  | 0,00          |
| Média mobilidade                                       | -22,79                  | 0,00          |
| Baixa mobilidade                                       | -21,73                  | 0,00          |
| <b>R<sup>2</sup> ajustado=45%</b>                      |                         |               |

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico 2000

## Conclusão

O objetivo central deste trabalho foi gerar evidências empíricas sobre o papel dos processos de segregação residencial e de segmentação do território nas condições de acesso ao mercado de trabalho e nas possibilidades da transformação da ocupação em rendimentos, tomando a metrópole do Rio de Janeiro como estudo de caso. Segundo a estratégia técnico-metodológica aqui adotada, os resultados alcançados revelam que relações de causalidade entre a os riscos de acesso a ocupações fragilizadas e diferenciais de rendimento na ocupação principal em função do contexto social do local de moradia e da sua posição na desigual estrutura de mobilidade espacial da região metropolitana fluminense. A relevância acadêmica deste exercício, para além das suas eventuais virtudes metodológicas, pode o de fortalecer a necessidade de considerar a organização social do espaço urbano não apenas como reflexo da estrutura das macro desigualdades sociais, mas também como variável independente na relação entre as tendências à segmentação do mercado de trabalho, segregação residencial e segmentação territorial.

Trata-se de uma questão que é pertinente em função da literatura recente dedicada à análise dos impactos das transformações econômicas nas grandes cidades destacar crescentemente o papel dos fenômenos da divisão social do território na explicação das desigualdades de oportunidades, resultantes da combinação dos efeitos (i) da segmentação do mercado de trabalho; (ii) da re-estruturação do sistema de bem-estar social, por sua vez resultante da combinação das tendências à mercantilização da reprodução social e da retração e segmentação social do sistema público de consumo; (iii) da fragilização e precarização das estruturas sociais no plano da família e da comunidade (bairro) em suas

capacidades de gerar ações solidárias de mobilização de recursos para a auto-reprodução e utilização das oportunidades geradas pelas macro-estruturas sociais.

As evidências aqui apresentadas juntam-se a outras tantas produzidas por outros trabalhos elaborados com o mesmo propósito por outros pesquisadores sobre outras metrópoles. Fica em aberta a discussão sobre os mecanismos que ligam a organização social do território e o acesso a oportunidades geradas no mercado de trabalho. Em especial as que se relacionam com os fenômenos da segregação residencial. Com efeito, se temos hoje boas evidências na literatura sobre a relação de causalidade entre o contexto social do bairro sobre uma série de fenômenos que se manifestam no plano dos indivíduos, dos domicílios e dos grupos sociais, encontramos pouca certeza sobre os seus mecanismos. Segundo Small e Newman (2001) e Small (2004) existiriam efeitos de vizinhança traduzidos em dois mecanismos: os referentes à socialização e os instrumentais. Os primeiros têm a ver com a existência no meio social do bairro: (i) de modelo de papéis sociais; (ii) da eficiência normativa e (iii) da presença de subculturas marginais. E o encerramento sócio-territorial das pessoas vivendo longo período de desemprego, ou subemprego e, conseqüentemente, pobreza, certamente não expõe as crianças à situação em que o modelo de papel social bem sucedido através do trabalho possa servir de exemplo e incentivo à escolarização. Podemos mesmos esperar o contrário, ou seja, a tendência à formação de uma subcultura pautada por outros princípios éticos e morais que não incentive o esforço via educação e trabalho. Além disto, ocorre uma baixa da eficiência normativa nas interações sociais. Já os mecanismos instrumentais são os relativos às condições sociais e materiais do bairro que limitam ou bloqueiem a ação individual como, por exemplo, o livre trânsito das pessoas (distância, a violência, etc.). Outros autores, como Bourdieu (1993) e Wacquant (2001) por sua vez, fundados na matriz teórica de corte marxista apontaram os mecanismos relacionados ao que denominaram “efeitos do lugar” expressos por mecanismos sócio-espaciais através dos quais se realiza a reprodução da dominação social. Cada bairro se constitui pela distribuição do volume e composição das várias formas de capital (econômico, social, cultural, simbólico) possuídas pelos grupos sociais.

## Bibliografia

BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, P. (org.). *A Miséria do Mundo*. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1997.

CHARNET, R. et al. *Análise de modelos de regressão linear com aplicações*. Ed. UNICAMP, Campinas, 1999.

DINIZ C.C.. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização in: *Revista Nova Economia*, V.3 n.1, Belo Horizonte, 1993.

DOBSON, Annette J. *An introduction to generalized linear models*. 2a. Ed. New York: Chapman & Hall/CRC, 2002.

KAIN, John F. Housing segregation, negro employment and metropolitan decentralization, *Quarterly Journal of Economics*, vol. 82, pp. 175-197.

\_\_\_\_\_ (Eds.) *Race and poverty. The economics of discrimination*, Prentice-Hall, International, London, 1969)

KAZTMAN, Ruben. Activos Y estructuras de oportunidades. Estudios sobre las raíces de La vulnerabilidad social em Uruguai, PNUD/CEPAL, Montividéo, 1999.

KAZTMAN, Ruben, RETAMOSO, Alejandro. Segregación espacial, empleo y pobreza em Motevideo. Revista de la CEPAL, n. 85. CEPAL: Santiago del Chile, 2005.

KAZTMAN, Ruben. Território e emprego: circuitos de realimentacion de las desigualdades em Montevidéu. Seminário Labor Market and Urban Segregation, Universidade do Texas/Austin- Grupo de Segregação Urbana/GESU/IPES/Universidad Catolica do Uruguai/Observatório das Metrôpoles/IPPUR/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008, Xérox.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. O Futuro das Metrôpoles: Desigualdade e Governabilidade (Org.). Observatório das Metrôpoles/IPPUR-FASE/REVAN, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_ Segregação Residencial: teorias, Conceitos e Técnicas. In: MOYSES, Arístides (Coord.). Cidade: Segregação Urbana e Planejamento. Ed. da UCG. Goiânia, 2005.

\_\_\_\_\_ A Dimensão metropolitana da questão social: ensaio exploratório. Trabalho apresentado no XXXI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓSGRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, Caxambú, 2007.

SMALL, M. y K. NEWMAN *Urban poverty after the truly disadvantaged: the rediscovery of the family, the neighborhood, and culture*, Annual Review of Sociology, vol. 27, Palo Alto, California, Annual Reviews. 2001

PINÇON, M & PINÇON-CHARLOT Sociologie de la bourgeoisie, La Decouverte, Paris, 2000.

RUIZ, R.M, PEREIRA, B, F. Estrutura e Dinâmica Espaço-temporal das Metrôpoles Brasileiras. Observatório das Metrôpoles/IPPUR-UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

SECRETARIA Estadual de Transportes do Rio de Janeiro. Plano Diretor de Transporte Urbano.

VIGNOLI, J. R. Segregación residencial sociolaboral (SRS) y sus relaciones com La migración y la movilidad intrametropolitanas em cuatro aglomerados urbanos de América Latina. Los casos de Ciudad de México, Santigado de Chile, São Paulo y Rio de Janeiro en el decenio de 1990.

ZHANG J, YU KE. What's the relative risk? A method of correcting the odds ratio in cohort studies of common outcomes. JAMA. 1998.

WACQUANT, L. Os Condenados da Cidade, Rio de Janeiro, Revan/Observatório, 2001

## ANEXO A

### Descrição dos modelos de regressão utilizados

#### 1. – Modelo de regressão logística

Devido ao fato de estarmos trabalhando com uma variável dicotômica (cujos valores são: ausência (0) ou presença (1) de risco) como a “fragilidade ocupacional”, nós optamos por utilizar como modelo de regressão o modelo logístico por ser mais adequado para esse tipo de distribuição de variável resposta.

O modelo de regressão logística é dado pela equação  $\log\left(\frac{\pi_i}{1-\pi_i}\right) = \beta_1 + \beta_2 x_i$ , que é comumente conhecida como logaritmo das vantagens, onde  $\beta$  é o vetor dos parâmetros estimados das variáveis explicativas e  $\pi$  é a probabilidade a probabilidade do indivíduo estar em situação de fragilidade ocupacional.

Como o modelo de regressão logística é aplicável principalmente à fenômenos com pouca incidência na população, o que não é o nosso caso, realizamos uma correção chamada de “risco relativo” (ZHANG e YU, 1998), dada pela fórmula  $RR = OR / ((1 - \pi_i) + (\pi_i \times OR))$ , sendo RR o risco relativo e OR a *odds ratio* (razão de vantagens), dada pela fórmula  $\pi_i / (1 - \pi_i) = \exp(\beta_i)$ .

Para testarmos a significância dos parâmetros estimados, usaremos a estatística de Wald que é dada por  $(b - \beta)'J(b - \beta)$ , que para grandes amostras se distribui da seguinte forma  $(b - \beta)'J(b - \beta) \sim \chi_p^2$ , ou  $b - \beta \sim N(0, J^{-1})$ . Com essa correção evitamos estimações distorcidas dos parâmetros. Os resultados podem ser entendidos como percentual de efeito de uma variável explicativa sobre a variável resposta em relação ao grupo de referencia que é dado pela constante do modelo, sendo contribuição para o risco caso o sinal seja positivo, e proteção caso o sinal seja negativo.

#### 2. – Modelo de Regressão Linear Múltipla

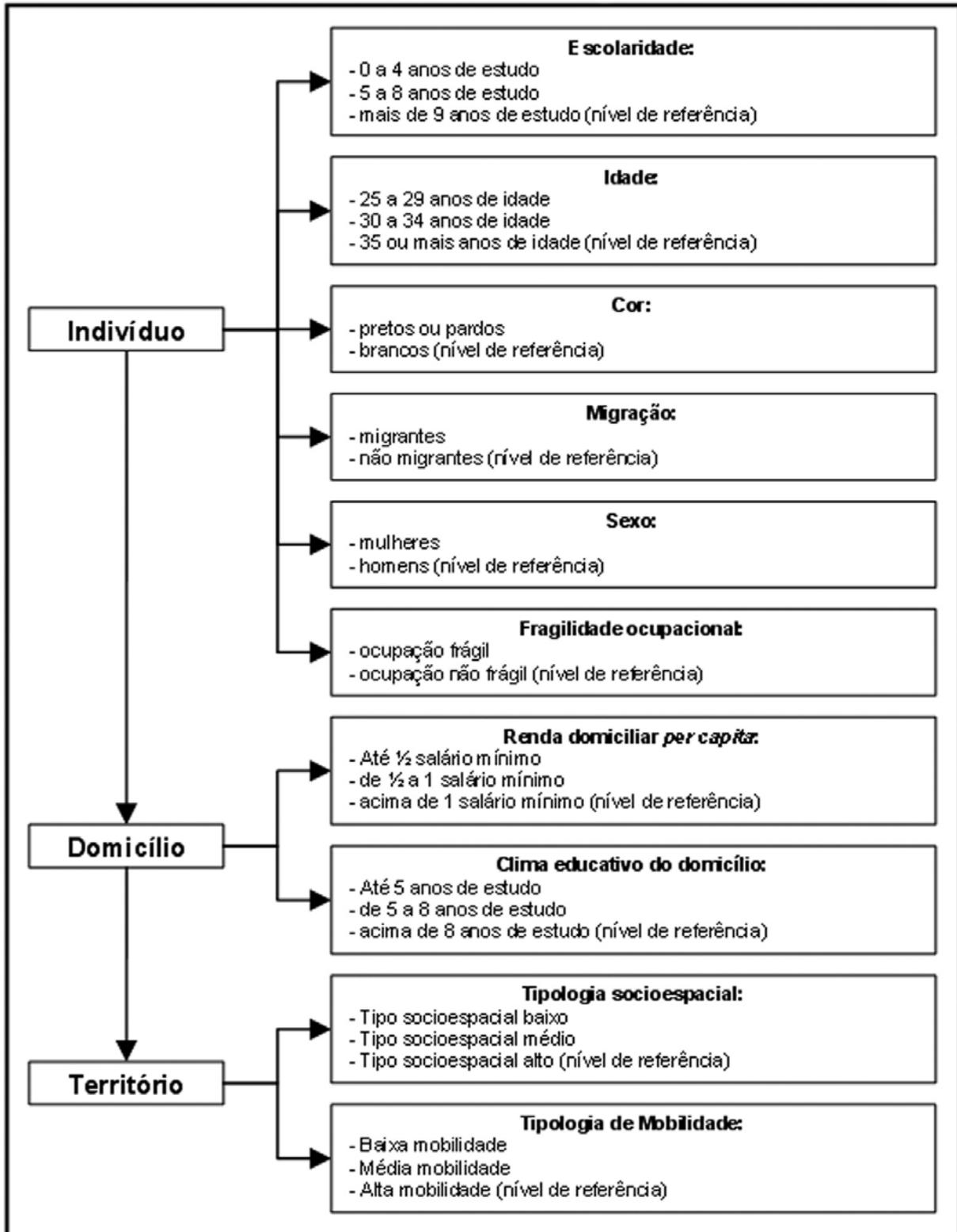
Para a explicação da variável “rendimento por hora trabalhada” com base nas variáveis explicativas selecionadas, utilizamos o modelo de regressão linear múltipla, já que a variável resposta escolhida possui uma distribuição contínua. Devido à sua distribuição assimétrica aplicamos uma transformação dada pelo logaritmo. O modelo de regressão linear múltipla é dado pela fórmula  $y = X\beta + \varepsilon$ , onde  $y$  é a variável resposta,  $X$  é a matriz com os valores observados pelas variáveis explicativas,  $\beta$  é o vetor de parâmetros correspondentes ao efeito de cada variável explicativa e  $\varepsilon$  é a matriz de erro aleatório (CHARNET (et al.), 1999).

Para testarmos a adequação do modelo usamos o coeficiente de determinação ajustado ( $R^2$  ajustado) que é obtido pela fórmula  $R_a^2 = \frac{y'y - \hat{\beta}'X'y}{n-p} \Big/ \frac{y'y - n\bar{y}^2}{n-1}$ , onde  $n$  corresponde ao número de variáveis explicativas e  $p$  corresponde ao número de parâmetros estimados. O teste da significância dos parâmetros

é dado pela expressão  $T_{(n-p)} = \hat{\beta}_1 \sqrt{\sum_{i=1}^n x_i^2} / \hat{\sigma}$ . Sendo que o estimador de mínimos quadrados dos parâmetros é dado por  $\hat{\beta} = (X'X)^{-1} X'y$ . O resultado da estimação dos parâmetros nos dá a medida

da contribuição de cada variável explicativa para a distribuição da variável resposta. No caso da transformação da variável resposta pelo logaritmo podemos dizer de uma contribuição relativa de cada variável explicativa em relação à variação da variável resposta.

## ANEXO B





# A “PERIFERIA” METROPOLITANA COMO LUGAR DO TRABALHO: DA CIDADE-DORMITÓRIO À CIDADE PLENA

*Luciana Corrêa do Lago*

## Introdução

O título do presente trabalho contém uma contradição nos seus próprios termos. A noção de “periferia”, construída nos anos 70 nos marcos da sociologia urbana marxista e incorporada em seguida ao senso comum, qualifica um determinado território na metrópole pelo conjunto de carências ali observadas e não encontrado em outro lugar: carência de serviços públicos básicos, de urbanização das áreas públicas, de titularidade da propriedade e de proximidade do mercado de trabalho, entre outras (KOWARICK, 1983; RIBEIRO & LAGO, 1992). A noção de “cidade-dormitório” surgiu como síntese dessas carências e das enormes distâncias a serem percorridas diariamente, entre o lugar da moradia e o do trabalho. Portanto, a “periferia” como lugar do trabalho romperia com a definição em uso. E é essa possível ruptura que orienta a análise a seguir. Estaríamos, hoje, frente a uma nova configuração econômica e social do espaço metropolitano cuja complexidade indica a superação da “periferia” (e seu “centro”) como categoria analítica? Estaríamos frente a novas possibilidades produtivas nessas áreas populares? Ou trata-se, apenas, de uma mudança na escala geográfica com o crescimento econômico de alguns sub-centros e o relativo aumento de postos de trabalho, formais e informais, nessas localidades?

Essas questões começaram a tomar forma a partir de um exame exploratório, com base no censo demográfico de 2000, sobre o lugar de trabalho da população ocupada residente na metrópole do Rio de Janeiro. Os resultados indicavam uma forte mudança no percentual e no volume de pessoas que não saíam de seu próprio município de residência na periferia metropolitana, diariamente, para trabalhar: 63% dos ocupados trabalhavam, em 2000, no município em que moravam, o que representava cerca de um milhão de pessoas, enquanto em 1980, esse percentual era de apenas 48%, equivalendo a cerca de 590 mil pessoas<sup>1</sup>. Em síntese, houve uma redução da mobilidade casa-trabalho de longa distância para os moradores da periferia levando a crer que o mercado de trabalho não só se expandiu nessas áreas, mas absorveu parte da mão de obra local.

Uma primeira explicação para tal fenômeno seria que o aumento da imobilidade espacial dos trabalhadores estaria relacionado à expansão da economia informal precária nas áreas periféricas, inclusive nas mais distantes do centro, evidenciando uma descentralização econômica “perversa”, ou seja, áreas populares desconectadas dos centros, abrigando uma economia precária de “auto-subsistência”<sup>2</sup>. Em outras palavras, o “ganho” com a proximidade do trabalho estaria atrelado a “perda” quanto à natureza

---

1 Aqui, utilizou-se o censo demográfico de 1980 em função da inexistência da variável “lugar que trabalha ou estuda”, no censo de 1991.

2 A noção de “auto-subsistência” não tem o sentido, aqui, da atividade econômica voltada para a reprodução da própria família e sim, para o mesmo grupo social do trabalhador residente na mesma região.

desse trabalho. Esse argumento vai ao encontro de uma série de estudos sobre a realidade social das cidades brasileiras e latinoamericanas a partir dos anos 80, desenvolvidos em torno de temáticas tais como a precarização do trabalho (OLIVEIRA, 2004), a vulnerabilidade social (WORMALD & KAZTMAN, 2002) e o isolamento sócio-territorial dos pobres urbanos (KAZTMAN, 2001; SABATINI, 1998). A crise e a reestruturação econômica iniciadas na década de 80<sup>3</sup> e a privatização dos serviços públicos na década de 90 teriam alterado as condições de acesso à renda, à moradia e aos serviços urbanos dos trabalhadores e, como conseqüência, o padrão de desigualdades socioespaciais e as formas de interação entre as classes sociais.

No Brasil, a crescente instabilidade da renda resultante do des-assalariamento e a inexistência de política de oferta habitacional teriam reduzido o já restrito campo de possibilidades das famílias sem renda acumulada adquirirem uma moradia digna. Soma-se a isso, a expansão da oferta de serviços “públicos” privatizados por todo o Brasil em consonância com o aumento exponencial, nos anos 90, do preço desses serviços, em especial dos transportes e da energia elétrica. O resultado seria a complexa cadeia de atividades ilegais que se instituiu nas metrópoles brasileiras, desde o trabalho informal em todos os setores da economia, até a expansão das favelas em áreas centrais e distantes e os “gatos” de luz e água. Entre os serviços urbanos, o transporte público seria o mais excludente, na medida em que o acesso ao serviço depende do pagamento antecipado, ou seja, mesmo a oferta ilegal do transporte coletivo não amplia a possibilidade de acesso àqueles sem rendimento. Esse seria um fator determinante da crescente imobilidade espacial dos mais pobres o qual estaria bloqueando as possibilidades de trabalho, fora do lugar de residência, dos desempregados e dos autônomos que vivem na incerteza da renda diária (ITRANS, 2004).

Sem a intenção de refutar tais correlações, proponho aqui coloca-las como uma hipótese a ser investigada, o que exigirá, necessariamente, a conjugação de estudos quantitativos e qualitativos. Assim, o presente artigo não tem como objetivo demonstrar empiricamente a relação entre imobilidade dos pobres, trabalho precário e isolamento sócio-territorial, mas sim, ampliar o campo de reflexão dessa temática, incluindo novos elementos e novas hipóteses de análise, como a que se segue.

Um segundo argumento para o referido aumento de pessoas trabalhando em seu próprio município de residência<sup>4</sup> seria o maior dinamismo econômico em sub-centros periféricos com a ampliação do mercado de trabalho local, especialmente para os setores médios. Tal dinamismo geraria, ainda, uma economia, tanto formal quanto informal, de serviços de média e baixa qualificação dirigidos para esses setores. Esse argumento estaria respaldada em dados estatísticos oficiais referentes às atividades econômicas formais<sup>5</sup> nos municípios da metrópole do Rio de Janeiro, entre 1996 e 2005, que apontam uma relativa desconcentração dos setores da indústria e dos serviços para fora da capital.

Tendo como interlocução os dois argumentos apresentados, a análise a seguir buscará construir algumas conexões entre as mudanças na configuração sócio-territorial da metrópole do Rio de Janeiro e aquelas verificadas na espacialidade dos postos de trabalho, estando estruturada em quatro etapas. A primeira é uma breve síntese das mudanças estruturais no mercado de trabalho metropolitano do Rio de Janeiro e do impacto destas nas condições urbanas de vida dos trabalhadores. Na segunda etapa, examinarei em que medida tais mudanças se rebateram de forma diferenciada no território metropolitano, particularmente nos municípios periféricos. Serão analisadas as alterações em curso no perfil social das

3 Sobre os impactos da reestruturação econômica no padrão de desigualdades sócio-espaciais da metrópole do Rio de Janeiro, na década de 80, ver Lago, 2000.

4 Partimos do pressuposto que os dois argumentos apresentados não são excludentes.

5 A base de dados utilizada foi o Cadastro de Empresas (CEMPRE) elaborado pelo IBGE e disponível no site da Instituição: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/cempre>

áreas na escala intra-municipal, colocando em cheque uma das características atribuídas à “periferia”, qual seja: a sua elevada homogeneidade social. Na terceira etapa, buscarei relacionar as alterações no perfil dos moradores com a dinâmica econômica de cada município e a capacidade destes de reterem a mão de obra local. Analisarei, então, a periferia como lugar do trabalho. Como conclusão, retornarei aos argumentos apresentados nesta introdução à luz das dinâmicas sociais e econômicas em curso na chamada “periferia”.

## 1. – O mercado de trabalho metropolitano nos anos 90: informalidade com aumento de renda

As principais tendências do mercado de trabalho metropolitano do Rio de Janeiro coincidem com os resultados já apontados por inúmeros estudos sobre as cidades brasileiras e latinoamericanas. Até o final dos anos 70, experimentamos a expansão do emprego com carteira assinada em todos os setores da economia e, conseqüentemente, a crença no pleno emprego num futuro próximo. A partir dos anos 80, a reestruturação produtiva propagada no mundo ocidental levou à reversão daquela expansão e a taxas crescentes de desemprego e de trabalho informal, não só na América Latina (SABÓIA, 2005), mas também nos países capitalistas avançados (ver MÉSZÁROS, 2006). Não se tem a intenção, no presente artigo, de entrar no debate em torno da noção de “trabalho informal”, porém, cabe esclarecer que partilhamos a idéia de que a informalidade não deve ser entendida, a priori, como um problema, pois conforme Noronha

“Argumentamos que somente quando tivermos identificado os diversos tipos ou grupos de “contratos atípicos” (conceito que talvez seja preferível ao de “informalidade”), previstos ou não pelas leis, poderemos definir as eventuais inconveniências da ausência de um padrão contratual único e, principalmente, identificar as razões da existência de contratos atípicos e ilegais ou não previstos em lei e socialmente ilegítimos.” (NORONHA, 2003, p. 111)

Esse entendimento do trabalho informal amplia o campo de análise das atividades laborais em curso nas áreas periféricas metropolitanas, ao possibilitar a apreensão da complexidade do mundo popular, especialmente das redes produtivas locais que ultrapassam a dicotomia formal/informal.

Analisando o mercado de trabalho metropolitano do Rio de Janeiro<sup>6</sup> por meio de três grandes grupos ocupacionais – categorias superiores, médias e populares<sup>7</sup> – podemos dizer que as alterações,

6 Hoje, a área metropolitana do Rio de Janeiro inclui 20 municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Mesquita, Tanguá, Maricá, Itaguaí e Mangaratiba. Em 2000, esse conjunto de municípios abrigava cerca de onze milhões de residentes.

7 Essas três categorias sintetizam a estrutura sócio-ocupacional que servirá de base para o desenvolvimento dos argumentos que orientam o presente artigo. Essa estrutura, construída no âmbito do Observatório das Metrôpoles/IPPUR/UFRJ, resulta do pressuposto de que (ainda) é o trabalho o fator que posiciona socialmente o indivíduo na sociedade. A estrutura é formada por 25 categorias sócio-ocupacionais (agregadas em 8 grandes categorias), construídas através da hierarquização social das ocupações definidas nos censos demográficos de 1991 e 2000: 1. Dirigentes (grandes empregadores e dirigentes do setor público e privado); 2. Profissionais de nível superior (empregados, autônomos, estatutários e professores); 3. Pequenos empregadores; 4. Categorias médias (empregados em ocupações de rotina, supervisão, segurança, ensino básico e técnicos); 5. Trabalhadores do secundário (trabalhadores da indústria moderna, da indústria tradicional, dos serviços auxiliares à indústria e da construção civil); 6. Trabalhadores do terciário (prestadores de serviço e comerciantes); 7. Trabalhadores do terciário não especializado (porteiros e vigias, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros) e 8. Agricultores.

na década de 90, não foram muito significativas. As ocupações populares, que agregam os trabalhadores manuais (operários da indústria, comerciários, prestadores de serviços, trabalhadores domésticos e ambulantes), sofreram um pequeno aumento relativo, passando de 57,5% para 59,3% do total de trabalhadores, assim como as categorias superiores (dirigentes e profissionais) que aumentaram de 8,4% para 10%. Já a participação das categorias médias caiu de 30,4% para 27,8% (Tabela 1). Esse primeiro olhar estaria indicando uma leve tendência à dualização social. Porém, a complexidade do mercado de trabalho no Brasil e particularmente nas metrópoles aponta para uma diversidade de tendências dentro de cada um dos três grandes grupos sócio-ocupacionais.

Dentro do mundo popular, foram os prestadores de serviços especializados<sup>8</sup> os principais responsáveis pelo referido aumento, seguidos pelos operários dos serviços auxiliares da indústria (transporte, água, eletricidade, gás etc.), operários da construção civil, ambulantes e trabalhadores do comércio. Como contrapartida, detectou-se a elevada queda relativa dos operários da indústria – de 13% para 8% – e, em menor escala, dos prestadores de serviços não especializados (porteiros e vigias, por exemplo) – de 6,2% para 5,3%. Os trabalhadores domésticos mantiveram o mesmo percentual no período: em torno de 8,7%.

Tais mudanças ocorreram tanto no núcleo metropolitano (município do Rio de Janeiro) quanto nos demais municípios, variando apenas a intensidade das alterações (Tabela 1). Cabe mencionar o aumento relativo mais acentuado na capital dos operários da construção, dos ambulantes e dos prestadores de serviços especializados. Como as duas primeiras categorias são as que apresentavam, em 2000, as maiores taxas de “informalidade”<sup>9</sup> – 74% e 95%, respectivamente – pode-se pensar que esse aumento está relacionado com a necessidade desses trabalhadores, cuja renda é mais instável, residirem próximos do mercado de trabalho mais dinâmico. Vale notar, ainda, o significativo crescimento, nos municípios periféricos, da participação dos operários dos serviços auxiliares da indústria, que subiu de 3,7% para 6,1%, sendo que, em 2000, 48% dos trabalhadores que compõem essa categoria eram informais.

**Tabela 1: – Distribuição das categorias sócio-ocupacionais. MetrÓpole do Rio de Janeiro: 1991 - 2000**

| CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS                | METRÓPOLE |       | JANEIRO |       | DEMAIS MUNICÍPIOS |       |
|--|-----------|-------|---------|-------|-------------------|-------|
|  | 1991      | 2000  | 1991    | 2000  | 1991              | 2000  |
| <b>CATEGORIAS SUPERIORES</b>                 | 11,1%     | 12,4% | 14,4%   | 16,6% | 6,5%              | 7,7%  |
| Dirigentes                                   | 1,0%      | 1,2%  | 1,3%    | 1,5%  | 0,7%              | 0,8%  |
| Profissionais de nível superior              | 0,1%      | 0,2%  | 0,1%    | 0,1%  | 0,1%              | 0,2%  |
| Pequenos Empregadores                        | 2,7%      | 2,4%  | 3,0%    | 2,9%  | 2,1%              | 1,8%  |
| <b>CATEGORIAS MÉDIAS</b>                     | 30,1%     | 27,0% | 34,0%   | 31,0% | 24,0%             | 20,2% |
| <b>CATEGORIAS POPULARES<sup>9</sup></b>      | 57,0%     | 59,3% | 50,4%   | 52,4% | 67,0%             | 66,1% |
| Trabalhadores do Terciário Especializado     | 10,1%     | 10,7% | 10,0%   | 10,1% | 11,0%             | 11,0% |
| Trabalhadores do Secundário                  | 22,1%     | 20,2% | 18,1%   | 18,0% | 20,1%             | 20,1% |
| Trabalhadores do Terciário Não Especializado | 10,1%     | 10,1% | 10,1%   | 10,1% | 11,2%             | 10,0% |
| <b>AGRICULTORES</b>                          | 1,0%      | 0,6%  | 0,6%    | 0,3%  | 1,6%              | 0,0%  |

Fonte: Censos demográficos de 1991 e 2000.

1 - A categoria dirigentes reúne grandes empregadores e dirigentes dos setores público e privado.

2 - As categorias médias reúnem as ocupações médias na saúde, educação, segurança pública e justiça, os técnicos, as ocupações de escritório e artísticas e os supervisores.

3 - As categorias populares reúnem os trabalhadores manuais do comércio, dos serviços e da indústria.

8 As ocupações com maior peso dentro dessa categoria são: garçons, vigilantes, cozinheiros e motoristas no setor de serviços.

9 A mensuração da taxa de informalidade do trabalho com base em dados estatísticos oficiais não abrange todo o universo da chamada “informalidade”, não estando incluídas as atividades ilegais. Além disso, as variáveis “empregado sem carteira” e “conta-própria”, aqui utilizadas para medir a informalidade, englobam uma diversidade grande de relações de trabalho e de atividades, tais como ambulantes, pequenos empreendedores e empregados terceirizados.

Tais tendências no mundo popular foram acompanhadas pela significativa “informalização” das relações de trabalho no período, coincidindo com outras análises sobre o mesmo universo (OLIVEIRA, 2004): entre os Trabalhadores do Terciário, os “sem carteira + conta-própria” passaram de 36,1% para 44,7% dos ocupados na categoria; entre os Trabalhadores do Secundário, de 48,3% para 58,5% e entre os Trabalhadores do Terciário Não Especializado, de 44% para 58,9% (Tabela 2). Apenas duas categorias de trabalhadores manuais apresentaram redução na taxa de informalidade: os ambulantes (de 97% para 95%, sendo a maioria conta-própria) e os biscateiros e catadores (de 100% para 96%, sendo a maioria, empregado sem carteira). Essa redução, no entanto, não significou maior contribuição à Previdência por parte das duas categorias: em 1991, 33% dos ambulantes e 24% dos biscateiros eram contribuintes; em 2000, apenas 17% e 16%, respectivamente.

O maior aumento relativo da informalidade ocorreu entre os trabalhadores domésticos, que reuniam, em 1991, 47,7% de “sem carteira + conta-própria” e, em 2000, 65,5%, seguidos pelos prestadores de serviços não especializados (porteiros e vigias), cujo percentual dos “informais” passou de 11,7% para 19,1%.

Entre os trabalhadores do setor industrial, tanto as categorias ligadas à indústria de transformação, que perderam posição relativa na estrutura social, quanto os operários da construção, que a ganharam, apresentaram aumento significativo no grau de informalidade na relação de trabalho. Entre os operários da construção, o percentual de “informais”, que em 1991 já alcançava 66,1%, chegou a 74,3% em 2000 (sendo 38% desses operários, autônomos sem previdência social). Na indústria tradicional, a participação dos “sem carteira + conta-própria” passou de 45,4% para 55,1% e na indústria moderna, de 36,4% para 45,9%. No setor tradicional<sup>10</sup> também era elevado, em 2000, o percentual de autônomos sem previdência: 25,8% do total de operários do setor.

**Tabela 2: – Renda média e relação de trabalho segundo algumas categorias sócio-ocupacionais RMRJ - 1991 e 2000.**

| INDICADORES                                     |      | Categorias sócio-ocupacionais         |                      |   |                           |  | Total |
|---|------|---------------------------------------|----------------------|---|---------------------------|--|-------|
|   |      | Profissio-<br>n. de Nível<br>Superior | Categorias<br>Médias | Trabalh. do<br>Terciário<br>Especializ. | Trabalh. do<br>Secundário | Trabalh. do<br>Terciário<br>Não<br>Especializ. |       |
| % empregados com<br>carteira ou conta-própria   | 1991 | 21,5%                                 | 15,1%                | 36,1%                                   | 48,3%                     | 44,0%  | 31,2% |
|   | 2000 | 35,3%                                 | 26,2%                | 44,7%                                   | 58,5%                     | 58,9%  | 42,7% |
| % de conta própria com<br>previdência           | 1991 | 6,0%                                  | 3,2%                 | 10,5%                                   | 20,9%                     | 21,1%  | 10,0% |
|   | 2000 | 11,1%                                 | 6,7%                 | 17,0%                                   | 27,1%                     | 15,7%  | 14,9% |
| média da renda mensal<br>em sm                  | 1991 | 21,1                                  | 9,7                  | 5,8                                     | 4,9                       | 5,8  | 8,6   |
|   | 2000 | 30,6                                  | 15,0                 | 8,5                                     | 7,0                       | 7,0  | 12,8  |
| média da renda pessoal no<br>trabalho principal | 1991 | 10,0                                  | 4,1                  | 2,4                                     | 2,4                       | 1,5  | 3,8   |
|   | 2000 | 12,6                                  | 6,0                  | 3,1                                     | 3,3                       | 2,0  | 5,3   |

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1991 e 2000.

10 As ocupações com maior peso na indústria tradicional são as costureiras e os padeiros.

Quanto às categorias ocupacionais superiores, apenas os profissionais de nível superior<sup>11</sup> apresentaram aumento relativo, na década: de 6,9% para 8,8% (Tabela 1). Tanto os grandes quanto os pequenos empregadores apresentaram pequena queda. Verificou-se também o aumento relativo dos empregados sem carteira + conta-própria: se em 1991, 21,5% dos profissionais não tinham carteira, em 2000, esse percentual subiu para 35,3% (Tabela 2). Vale destacar, aqui, que esse aumento dos profissionais se generalizou por toda a metrópole, inclusive pelos municípios na fronteira de expansão, provocando a diversificação social de muitas áreas periféricas, como veremos adiante.

Em relação às categorias médias, a única alteração relevante foi na participação das ocupações de escritório, que caiu de 11,9% para 9,2%, sendo que na capital essa tendência foi mais significativa do que nos demais municípios. Os trabalhadores de segurança e justiça, dos quais 70% eram estatutários em 2000, também apresentaram diminuição percentual de 3,4% para 2,9%. Vale ainda destacar o aumento na participação das ocupações médias de saúde e educação nos demais municípios metropolitanos, passando de 3,5% para 4,2%.

Embora a participação das categorias médias não tenha sofrido grandes mudanças na década, o aumento da "informalidade" nessas ocupações foi extraordinário. O percentual dos trabalhadores "sem carteira + os conta-própria" subiu de 9,5% para 17%, entre as ocupações de escritório; de 9% para 20,1%, entre os supervisores; de 27,5% para 43,7%, entre os técnicos e de 21,1% para 30%, entre as ocupações de saúde e educação.

Ao examinar a variação da renda média em cada categoria ocupacional, pode-se inferir que houve uma certa "compensação" frente às possíveis perdas resultantes da informalização do trabalho. Todas as grandes categorias apresentaram, entre 1991 e 2000, aumento da renda média, tanto no que se refere à renda pessoal do trabalho quanto à renda familiar, no entanto, esse aumento foi diferenciado entre as categorias de trabalhadores: a renda média pessoal das categorias médias subiu relativamente mais do que a das categorias populares<sup>12</sup> e a dos profissionais (Tabela 2). Vale destacar que o aumento relativo da renda domiciliar foi maior do que o da renda pessoal em todas as grandes categorias (com exceção dos trabalhadores do terciário não especializado), podendo indicar, como já evidenciado em outros trabalhos, a entrada no mercado de trabalho de membros da família que estavam, até então, inativos (RIBEIRO, 2005).

Em síntese, as evidências acima indicam que as relações de trabalho, em todas as categorias ocupacionais, tornaram-se menos formais em função da queda do emprego com carteira assinada, apontando para uma maior instabilidade da renda do trabalho. Essa instabilidade foi "compensada" pelo aumento no volume da renda média mensal, o que possibilita, ao mesmo tempo, uma ampliação do poder de consumo a curto prazo e uma redução na capacidade de endividamento a longo prazo por parte dos trabalhadores. Tais tendências alteram de forma significativa o campo de possibilidades desses trabalhadores se integrarem à cidade: aluguel da casa, longas prestações para compra do imóvel, taxas de água e luz e passagem de transporte são custos permanentes ou de longo prazo que a instabilidade da renda impede, periodicamente, de serem pagos. Soma-se a esse contingente de trabalhadores informais aquele dos desocupados, que não entra no universo aqui analisado. Em 2000, 18% da população economicamente ativa residente na metrópole do Rio de Janeiro estava procurando trabalho. Nos municípios de Nova Iguaçu e Caxias, o dinamismo econômico em curso convivia com uma taxa de desemprego de 22%, ou seja, cerca de 400 mil pessoas desocupadas em Nova Iguaçu e 350 mil, em Caxias. Esse contingente dá sustentação à tese da crescente imobilidade dos pobres.

11 As ocupações com maior peso dentre os profissionais de nível superior são, em ordem decrescente, os advogados, os contadores, os médicos, os analistas de sistema e os engenheiros.

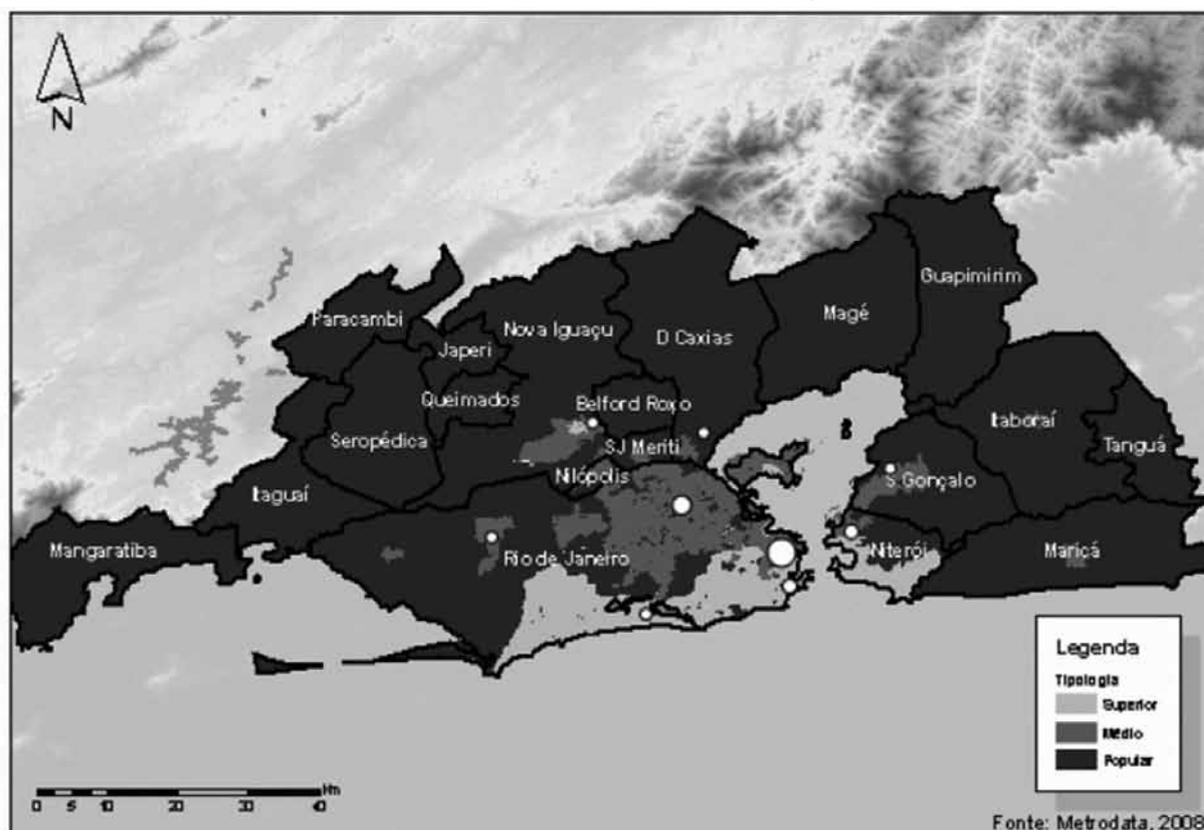
12 Os ambulantes e os biscateiros foram as únicas ocupações que tiveram suas rendas inalteradas na década de 90.

A seguir, será examinada a relação entre as tendências expostas acima e as mudanças na configuração social do espaço intra-metropolitano, nos anos 90, privilegiando-se as alterações no perfil sócio-ocupacional dos residentes nos municípios periféricos.

## 2. – Mudanças no perfil social das áreas periféricas: tendências diversas

A imagem exibida na Figura 1 deixa evidente uma clara segmentação sócio-territorial da metrópole do Rio de Janeiro em 2000: no topo da hierarquia, vemos a “mancha” de perfil superior no entorno da orla marítima das cidades do Rio de Janeiro e Niterói, em seguida, a “mancha” de perfil médio abrangendo majoritariamente o subúrbio da capital e, no restante da metrópole, a imensa<sup>13</sup> “mancha” popular.<sup>14</sup> Essa hierarquia territorial contínua é quebrada por duas evidências: quatro “manchas” de perfil médio e uma de perfil superior inseridas em áreas periféricas de perfil popular e trinta e oito pequenas “manchas” de perfil popular – favelas – inseridas em áreas de perfil médio e superior.

**Figura 1: – Configuração sócio-espaical da metrópole do Rio de Janeiro e localização dos principais centros de comércio e serviços – 2000.**



- 13 Por não conter a delimitação das áreas desocupadas, a imagem aqui visualizada apresenta distorções quanto à dimensão territorial de cada tipo sócio-espaical.
- 14 Utilizamos como base para os três tipos sócio-espaiais – superior, médio e popular - uma tipologia sócio-espaial desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles, que classifica de forma hierárquica as 443 áreas que formam o espaço metropolitano. Essa tipologia é composta por oito tipos, que aqui foram agregados em três, e representa o grau de homogeneidade sócio-ocupacional das áreas, assim como o grau de concentração espacial das categorias ocupacionais em cada área. Para uma análise mais detalhada da tipologia sócio-espaial em 2000, ver Lago, 2007. O número de residentes em cada área variava de 10.000 a 70.000 pessoas, sendo essas unidades territoriais o resultado da agregação de pequenos bairros ou a divisão daqueles mais populosos.

Embora o espaço metropolitano fosse, em 2000, marcadamente segmentado, as áreas apresentavam internamente um significativo grau de heterogeneidade social, mesmo as áreas de tipo superior ou popular, onde se esperava elevada homogeneidade (Tabela 3). O perfil médio das áreas superiores<sup>15</sup> era composto por 42% de categorias superiores, 33% de categorias médias e 24,5% de categorias populares. Na outra ponta da hierarquia, o perfil médio das áreas populares, localizadas nas favelas e na periferia, era formado por 24,5% de trabalhadores em ocupações superiores e médias. Vejamos as principais mudanças entre 1991 e 2000.

As principais tendências do mercado de trabalho metropolitano, vistas anteriormente, tiveram rebatimento nos três tipos de área, ou seja, tanto nas áreas superiores, quanto nas médias e populares houve aumento relativo dos profissionais de nível superior e dos trabalhadores do terciário especializado, e queda relativa das categorias médias (em particular, das ocupações de escritório) e dos trabalhadores da indústria (Tabela 3). A particularidade das áreas superiores frente às demais foi a queda dos trabalhadores domésticos e o aumento dos pequenos empregadores.

**Tabela 3: – Perfil sócio-ocupacional das 443 áreas que conformam a metrópole do RJ, agregadas segundo seus perfis em 2000. 1991 e 2000.**

| CATEGORIAS SOCIO-OCUPACIONAIS           | Áreas superiores |             | Áreas médias |             | Áreas populares |             |
|---|------------------|-------------|--------------|-------------|-----------------|-------------|
|   | 1991             | 2000        | 1991         | 2000        | 1991            | 2000        |
| <b>CATEGORIAS SUPERIORES</b>            | 36,0%            | 41,0%       | 12,0%        | 11,7%       | 6,1%            | 4,7%        |
| Dirigentes                              | 6,0%             | 4,9%        | 1,2%         | 1,0%        | 0,4%            | 0,4%        |
| Profissionais de nível superior         | 24,0%            | 30,1%       | 7,9%         | 10,5%       | 1,8%            | 2,6%        |
| Pequenos Empregadores                   | 5,8%             | 7,0%        | 3,1%         | 2,9%        | 1,5%            | 1,1%        |
| <b>CATEGORIAS MÉDIAS</b>                | 33,7%            | 29,7%       | 37,7%        | 36,5%       | 35,7%           | 35,7%       |
| <b>CATEGORIAS POPULARES</b>             | 29,3%            | 24,5%       | 47,1%        | 48,2%       | 72,9%           | 74,6%       |
| Trabalhad. do Terciário Especializ.     | 8,2%             | 9,7%        | 16,3%        | 20,5%       | 19,2%           | 23,5%       |
| Trabalhad. do Secundário                | 5,7%             | 4,5%        | 17,9%        | 15,0%       | 30,3%           | 27,1%       |
| Trabalhad. do Terciário Não Especializ. | 15,4%            | 10,2%       | 12,9%        | 12,8%       | 23,4%           | 23,9%       |
| <b>AGRICULTORES</b>                     | 0,0%             | 0,0%        | 0,0%         | 0,0%        | 0,0%            | 0,0%        |
| <b>TOTAL</b>                            | <b>100%</b>      | <b>100%</b> | <b>100%</b>  | <b>100%</b> | <b>100%</b>     | <b>100%</b> |
| TOTAL                                   | 468.887          | 510.153     | 1.379.309    | 1.406.082   | 1.809.837       | 2.203.553   |

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1991 e 2000.

Serão apresentadas, a seguir, as principais mudanças no perfil social das áreas periféricas<sup>16</sup>, buscando relaciona-las com as dinâmicas econômicas locais. De forma sintética, foram três as tendências encontradas dentro do universo das duzentas e vinte e duas áreas que compõem os municípios periféricos: (i) elevação do perfil social em 40% das áreas, com diminuição relativa das categorias populares (ii) queda do perfil social em outros 40% com aumento relativo apenas das categorias populares e (iii) diversificação do perfil social em 20% das áreas (Tabela 4). Portanto, as transformações no mercado de trabalho, ao longo da década de 90, não impactaram homogeneamente o espaço periférico, o que pode ser explicado, em grande parte, pelos pactos políticos e pela dinâmica econômica próprios de cada município. A elevação do perfil social em determinadas áreas, por exemplo, pode estar relacionada tanto à ampliação do mercado de trabalho local mais qualificado, quanto à expansão da produção imobiliária empresarial para setores médios não integrados social e economicamente ao seu lugar de residência. A variável “lugar do trabalho”, como veremos, dará algumas indicações para tal questão.

15 As áreas superiores englobam a zona sul, Barra da Tijuca e parte da zona norte do Rio de Janeiro, bairros da orla de Niterói e o centro de Nova Iguaçu.

16 Entendidas, aqui, como as áreas localizadas nos municípios da periferia metropolitana.

Na Baixada Fluminense<sup>17</sup>, os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo e Guapimirim destacam-se em função da maior proporção de áreas com tendência à elevação do perfil social (ver Figura 2). No entanto, tal tendência decorreu de dinâmicas econômicas locais distintas. A economia formal de Caxias foi a que apresentou maior dinamismo na última metade dos anos 90, com crescimento significativo em todos os setores de atividades, enquanto em Nova Iguaçu o comércio foi o único setor dinâmico e em Belford Roxo e Guapimirim, tanto o comércio quanto os serviços cresceram<sup>18</sup>. (ver Figura 3). Vale mencionar, que o centro de Nova Iguaçu era, em 2000, a única área de perfil superior na região periférica, resultante de um claro processo de elitização<sup>19</sup>. Em Caxias e Nova Iguaçu, tanto as áreas de perfil médio quanto as de perfil popular com elevado peso de operários da indústria apresentaram tendência à maior diversidade social. No entanto, os dois municípios, apesar do dinamismo econômico, exibiram ainda um número não desprezível de áreas populares (14 e 13, respectivamente) com queda em seus perfis sociais (Tabela 4), em função principalmente da maior participação dos operários da construção, dos trabalhadores domésticos e dos prestadores de serviço especializado.

---

17 A região, com uma população de 3 milhões cento e oitenta mil pessoas em 2000, foi o principal eixo de expansão industrial na metrópole, entre as décadas de 50 e 70, abrigando municípios consolidados (São João de Meriti e Nilópolis, com taxas de crescimento anuais na década de 90 próximas de 0%) e os demais, ainda com áreas de expansão. Desde a década de 90, cinco municípios foram emancipados (Japeri, Queimados, Belford Roxo e Mesquita foram emancipados de Nova Iguaçu e Guapimirim, de Magé).

18 Os centros de Nova Iguaçu e Caxias funcionam como pólos de comércio e serviços na Baixada Fluminense. Após a crise industrial nos anos 80, Caxias, sede da Refinaria Duque de Caxias, vem retomando seu lugar de pólo industrial a partir do final dos anos 90, porém com maior intensidade na presente década: entre 1996 e 2005, foram 10.000 novos postos de trabalho em empresas formais do setor industrial (CEMPRE, ver nota 5).

19 A área central de Nova Iguaçu com perfil social superior abrigava, em 2000, 33% dos moradores em categorias ocupacionais superiores, contra 23%, em 1991. As demais categorias apresentaram queda relativa.

**Tabela 4: – Tipos de mudança no perfil sócio-ocupacional das 222 áreas que formam a periferia metropolitana do RJ, segundo o número de áreas por município – 1991-2000.**

| Municípios na periferia metropolitana | Tipos de mudança no perfil sócio-ocupacional das áreas |  |                                     | Total de áreas |
|---------------------------------------|--|--|-------------------------------------|----------------|
|                                       | Elevação do perfil social <sup>1</sup>                 | Diversificação do perfil social <sup>2</sup> | Queda do perfil social <sup>3</sup> |                |
| <b>Baixada Fluminense</b>             | 69   | 64   | 49                                  | 182            |
| Barra de São João                     | 20   | 0  | 11                                  | 31             |
| Itaboraí                              | 10   | 11   | 10                                  | 31             |
| Itaipava                              | 2  | 1  | 2                                   | 5              |
| São João de Meriti                    | 1  | 2  | 0                                   | 3              |
| Senhora Fátima                        | 1  | 0  | 0                                   | 1              |
| Três Rios                             | 1  | 0  | 0                                   | 1              |
| Valparaíso                            | 1  | 0  | 0                                   | 1              |
| Japeri                                | 2  | 0  | 2                                   | 4              |
| <b>LIXO NORTE</b>                     | 10   | 0  | 50                                  | 60             |
| Maricá                                | 0  | 0  | 0                                   | 0              |
| São Domingos                          | 10   | 0  | 0                                   | 10             |
| Itaboraí                              | 1  | 1  | 1                                   | 3              |
| Guapimirim                            | 0  | 0  | 0                                   | 0              |
| <b>LIXO SUL</b>                       | 2  | 2  | 4                                   | 8              |
| Paracambi                             | 0  | 0  | 0                                   | 0              |
| Magé                                  | 1  | 1  | 2                                   | 4              |
| Cordeópolis                           | 0  | 0  | 2                                   | 2              |
| Guapimirim                            | 1  | 1  | 0                                   | 2              |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

1 - **Elevação do perfil social** = aumento relativo das categorias superiores e/ou médias e queda relativa das categorias populares.

2 - **Diversificação do perfil social** = aumento relativo das categorias populares e aumento relativo das categorias superiores ou médias.

Ainda na Baixada Fluminense, São João de Meriti, município industrial nos anos 60 e 70 e Japeri, município localizado na fronteira metropolitana, foram os que apresentaram a mais forte tendência à queda do perfil social: metade de suas áreas estava nessa condição. Em ambos os municípios foi o setor de comércio que dinamizou a economia formal, embora em termos absolutos o patamar de Japeri<sup>20</sup> fosse bem inferior ao de São João de Meriti.

20 Japeri é um dos municípios com menor arrecadação de impostos do Estado do Rio de Janeiro. O crescimento de 125% dos empregados no comércio formal, entre 1996 e 2000, equivalia a 472 trabalhadores a mais (CEMPRE, ver nota 5). Outra evidência de sua estagnação é a taxa de crescimento populacional de 0,5% ao ano, na década de 90.

Nas outras regiões periféricas da metrópole – eixos norte e sul – São Gonçalo<sup>21</sup> é o único município de urbanização consolidada, sendo os demais, municípios em expansão. A crise da indústria naval teve grande impacto no mercado de trabalho de São Gonçalo, podendo ser esta uma das causas para a forte tendência à queda do perfil social verificada no município (Tabela 4). Nos municípios de Paracambi, Itaguaí e Seropédica, também predominou o aumento relativo das categorias populares, sendo que nos dois últimos, acompanhado de acelerado crescimento demográfico<sup>22</sup>. Estaria tal aumento expressando uma tendência ao isolamento dessas áreas em relação à dinâmica metropolitana? Poderíamos pensar numa “descentralização perversa” da economia informal ou mantém-se o histórico modelo do centro e suas “cidades-dormitórios”?

**Figura 2: – Bairro 25 de Agosto, na área central do município de Caxias.**



Fonte: Foto tirada por Daniele Silva em janeiro de 2008.

Encontramos, ainda, fora da Baixada Fluminense, alguns municípios na fronteira de expansão metropolitana com tendência à elevação do perfil social. Itaboraí, típico município “periférico”, com produção extensiva de loteamentos populares ilegais, exibiu um significativo crescimento do comércio e da indústria formal (com destaque para as olarias). No caso de Mangaratiba e Maricá, o aumento da di-

21 São Gonçalo mantém a função de sub-centro de comércio e serviço (junto com Niterói) para os municípios de Itaboraí, Tanguá e Maricá.

22 Itaguaí e Seropédica sofreram um duplo processo na década de 90: des-ruralização, com queda significativa dos trabalhadores rurais, e aumento das ocupações manuais urbanas.

versidade social deve-se à conexão dos dois municípios com a economia do lazer e do turismo litorâneo das chamadas “Costa Verde” e “Costa do Sol”, respectivamente<sup>23</sup>. As mudanças no perfil social desses municípios estão, portanto, relacionadas ao maior dinamismo econômico da região.

### 3. – A periferia metropolitana como lugar do trabalho

Entre 1980<sup>24</sup> e 2000, todos os municípios da periferia metropolitana, com exceção de Maricá e Itaboraí, apresentaram aumento expressivo no percentual de habitantes trabalhando em seu próprio município de residência (Tabela 5). Dois fenômenos contribuíram para a maior absorção dos trabalhadores pelo mercado local: a expansão da economia urbana inerente ao próprio processo de urbanização e a crise econômica, a partir dos anos 80, reduzindo a oferta de trabalho no núcleo metropolitano.

Observa-se, na Tabela 5, que os municípios mais consolidados e que sofreram um processo de desindustrialização nos anos 80 – Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis e São Gonçalo – foram aqueles que mais ampliaram a retenção da mão de obra local. Em 1980, menos da metade dos trabalhadores residentes nesses municípios<sup>25</sup> não se deslocava diariamente para outro município. Em 2000, o quadro se inverteu: mais de 50% dos trabalhadores permaneciam no próprio município. Em Caixas, por exemplo, esse percentual era de 68%, equivalendo a 184 mil pessoas.

---

23 Ambos os municípios retiraram-se, oficialmente, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, buscando “desfazer” o status de “periferia metropolitana”. Maricá, no entanto, conjuga a função turística com a de “periferia” de Niterói.

24 Ver nota 1.

25 Em Caxias, metade dos trabalhadores não se deslocava.

Tabela 5: – População ocupada residente na metrópole do RJ que trabalha no próprio município de residência; 1980-2000.

| Município de residência | 1980    |                 | 2000    |                 |
|-------------------------|---------|-----------------|---------|-----------------|
|                         | Absol.  | % da Pop. Ocup. | Absol.  | % da Pop. Ocup. |
| Itaboraí                | 212.000 | 55,0%           | 211.212 | 51,2%           |
| Itapecuru               | 122.700 | 43,2%           | 119.000 | 41,9%           |
| Itapecuru               | 112.000 | 55,1%           | 104.000 | 55,0%           |
| Nova Iguaçu             | 100.000 | 44,1%           | 115.144 | 55,0%           |
| Itanópolis              | 20.150  | 55,2%           | 29.051  | 51,5%           |
| São João de Meriti      | 52.000  | 55,0%           | 65.000  | 55,0%           |
| Magé                    | 51.000  | 55,0%           | 60.000  | 51,5%           |
| Maricá                  | 10.200  | 52,2%           | 22.000  | 50,0%           |
| São Gonçalo             | 115.120 | 45,0%           | 214.010 | 55,1%           |
| Itaboraí                | 20.000  | 51,1%           | 45.000  | 51,1%           |
| Paracambi               | 5.400   | 50,1%           | 10.000  | 54,2%           |
| Itaguaí                 | 20.515  | 55,5%           | 55.155  | 51,5%           |
| Itaperuna               | 1.000   | 55,0%           | 5.000   | 52,0%           |
| Itaboraí                | 20.000  | 55,0%           | 50.000  | 55,0%           |

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 2000; FIBGE.

1 - Em 1980, Nova Iguaçu englobava os municípios de Bonora Roxo, Capim e Queimados, que se emanciparam na década de 90.

2 - Em 1980, Magé englobava o município de Guapimirim.

3 - Em 1980, Itaboraí englobava o município de Itaguaí.

4 - Em 1980, Itaguaí englobava o município de Seropédica.

Os demais municípios eram pouco urbanizados, em 1980, contendo ainda elevado percentual de agricultores trabalhando no próprio local de residência (LAGO, 2000). Ao longo dos anos 80 e 90, esses municípios foram sendo integrados à dinâmica metropolitana através de um acelerado crescimento demográfico, da chegada de migrantes sem qualificação e de precárias condições de moradia. Parte significativa desses novos moradores não era absorvida pelo mercado local. Assim, é surpreendente que em Itaboraí 67% da população ocupada, cerca de 50 mil pessoas, trabalhassem no próprio município em 2000. O aumento da diversidade social verificado nesse município está relacionado ao relativo dinamismo da economia local, que absorve a maior parte dos moradores tanto em ocupações populares quanto superiores.

Outra evidência relativa ao lugar de trabalho é que tanto nos municípios mais dinâmicos economicamente e mais diversificados socialmente (como Caxias e Nova Iguaçu), quanto naqueles mais estagnados e com queda do perfil social (como São João de Meriti), verifica-se o aumento no percentual de moradores trabalhando no próprio município (Tabela 5). Nesse último caso, o crescimento das atividades informais acompanhou a estagnação da economia formal.

Figura 3: – Centro comercial de Nova Iguaçu.



Fonte: Foto tirada por Daniele Silva em janeiro de 2008.

A capacidade de atração de mão-de-obra externa ao município pelos sub-centros periféricos é outro indicador relevante na análise da dinâmica econômica da região. Em grande parte dos municípios<sup>26</sup> mais de 25% dos trabalhadores que, em 2000, saíam de seu município para trabalhar tinham como destino outros municípios periféricos, principalmente Nova Iguaçu, Caxias e São Gonçalo. No entanto, o município do Rio de Janeiro permaneceu com elevada capacidade de atração de mão de obra, especialmente a residente na Baixada Fluminense. Em relação à periferia norte, Niterói retinha parte significativa dos trabalhadores do seu entorno.

Por fim, vejamos quais categorias ocupacionais eram, em 2000, relativamente mais assimiladas pelo mercado de trabalho local. Uma primeira evidência é a elevada capacidade dos municípios periféricos, tanto os mais dinâmicos quanto os mais estagnados, de reterem parte significativa da mão de obra local qualificada. Em todos esses municípios, o percentual de empregadores (grandes e pequenos), dirigentes, profissionais autônomos e professores trabalhando no próprio município de residência era superior a 50%<sup>27</sup>. Em contraposição, os profissionais do setor público, os técnicos e supervisores de nível médio e os empregados de escritório tendiam mais ao deslocamento diário para outros municípios, em particular, para o município do Rio de Janeiro.

Em relação às categorias populares, o trabalhador doméstico era, em grande parte dos municípios

26 Os municípios são: Belford Roxo, Japeri, Magé, Itaboraí, Guapimirim, Tanguá, Queimados, Paracambi, Itaguaí, Seropédica e Mangaratiba.

27 Em Nova Iguaçu, por exemplo, as duas categorias que mais cresceram relativamente na década de 90 – profissionais de nível superior e pequenos empregadores – responsáveis pela diversificação social do município, foram, em grande parte, absorvidas pelo mercado de trabalho local: 65% dos profissionais e 77% dos pequenos empregadores.

periféricos (menos em Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo), a única ocupação com menos de 50% de ocupados no mercado local. A maioria dos ambulantes, por outro lado, exerciam suas atividades no próprio município<sup>28</sup>. Neste caso, a imobilidade espacial desses trabalhadores estaria relacionada à descentralização de uma economia popular marcada pela precariedade das condições de trabalho. Os operários da construção civil também eram, majoritariamente, absorvidos pela dinâmica imobiliária local, com exceção de Japeri, onde 58% se deslocavam para outros municípios. O setor da produção imobiliária nos municípios mais dinâmicos contém diferentes formas e escalas de produção, desde a auto-construção, até grandes incorporações por empresas de ponta (ver Figura 2). Todas as formas apresentam elevada taxa de informalidade do trabalho, porém, os circuitos econômicos e o volume dos rendimentos são distintos.

#### 4. – Conclusão

As mudanças em curso nos municípios periféricos da metrópole do Rio de Janeiro apontam para a necessidade de se olhar a dinâmica e a vida metropolitana de forma mais complexa do que a permitida por visões dicotômicas. Como categorias complementares, o “centro” e a “periferia” abriram a perspectiva de se pensar a metrópole como uma totalidade profundamente desigual. A imagem da “cidade dormitório” seria a expressão mais acabada dessa desigualdade. No entanto, vimos acima que, se por um lado as desigualdades de renda e de condições de trabalho mantêm-se fortemente demarcadas no território metropolitano, por outro, as dinâmicas econômicas locais ganharam força suficiente para alterar o cotidiano de grande parte dos trabalhadores urbanos. A redução, para os trabalhadores, da distância e do tempo de deslocamento casa-trabalho interfere diretamente nas condições de reprodução familiar e no mercado de consumo na escala local.

Retomando os argumentos iniciais em torno da crescente imobilidade espacial dos trabalhadores urbanos, não se verificou a tendência ao isolamento das áreas populares periféricas em relação aos circuitos econômicos capitalistas. Os municípios que apresentaram aumento relativo das ocupações informais mais precarizadas e estagnação econômica, como Japeri, eram os que abrigavam o maior percentual de moradores trabalhando em outro município, mantendo, portanto, as características da “cidade dormitório”. Nos demais casos, observou-se uma expressiva capacidade dos municípios, tanto os mais dinâmicos quanto os mais estagnados, de reterem parte significativa de seus moradores de mais alta qualificação profissional.

As alterações na configuração sócio-espacial da metrópole indicam, ao mesmo tempo, uma descentralização socioeconômica em direção a determinados municípios periféricos e a reprodução, em menor escala, das desigualdades nas condições urbanas de vida. Entretanto, a proximidade do mercado de trabalho causada pela descentralização reduz os custos monetários e sociais atrelados à desigualdade de acesso à cidade. Nesse sentido, podemos pensar numa descentralização “virtuosa”.

Por fim, somente estudos qualitativos sobre a diversidade das interações sociais no mundo popular, e sobre a natureza das relações econômicas e políticas entre o centro e sua região de influência, permitirão uma compreensão mais abrangente e profunda dos efeitos da “crise do trabalho” sobre as nossas históricas desigualdades sócio-territoriais. Compreender as relações entre a cidade e o trabalho, ou seja, a dimensão territorial do trabalho é condição para que se reconheça na agenda da política urbana progressista, o lugar central das atividades produtivas (e criativas) na luta pela justiça social na cidade.

<sup>28</sup> Em média, cerca de 80% dos ambulantes trabalhavam em seu próprio município. Mesmo em municípios estagnados, como Japeri, 73% estavam nesta situação.

## Bibliografia

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E INFORMAÇÃO EM TRANSPORTE - ITRANS. Mobilidade e pobreza. Relatório de pesquisa, 2004. Disponível em: <http://www.itrans.org.br/upload/home/item/M&P%20Relatorio%20Final%20270304.pdf>. Acessado em 12 de dezembro de 2007.

KAZTMAN, Ruben. “Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos”. Revista de La Cepal, 75, dezembro de 2001.

WORMALD, Guillermo; KAZTMAN, Ruben (coords.) *Trabajo y ciudadanía: los cambiantes rostros de la integración y la exclusión social en cuatro áreas metropolitanas de America Latina*. Montevideo, Edición de los autores, 2002.

KOWARICK, Lucio. A espoliação urbana. São Paulo, Paz e Terra, 1983.

LAGO, Luciana Corrêa “Trabalho, moradia e (i) mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro”. CADERNOS MetrÓpole, nº 18, 2º semestre de 2007.

LAGO, Luciana Corrêa. “O mercado imobiliário e a mobilidade espacial na produção da segregação urbana: a metrópole do Rio de Janeiro em foco”. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz (org.). *Metrópolis: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, FASE, Observatório das MetrÓpoles, 2004.

LAGO, Luciana Corrêa. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro, Revan, 2000.

NORONHA, Eduardo G. “Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, nº 53, 2003, p. 111 – 129.

OLIVEIRA, Jane Souto. Mutações no mundo do trabalho: o (triste) espetáculo da informalização. *Democracia viva*. n 21, abril/maio, 2004, p. 6-13.

RIBEIRO, Luiz Cesar Q. e LAGO, Luciana Corrêa. Crise e mudança nas metrópoles brasileiras: a periferação em questão. In LEAL, Maria do Carmo et alii (org.) *Saúde, ambiente e desenvolvimento*, vol. 1, São Paulo – Rio de Janeiro, Hucitec-Abrasco, 1992, p.153-179.

RIBEIRO, Rosa. Famílias e desigualdade de renda na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 1980 /1991. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ. Rio de Janeiro, 2005.

SABATINI, Francisco. “Reforma de los mercados de suelo en Santiago, Chile,: efectos sobre os precios de la tierra y la segregacion esapacial”, Santiago do Chile, *Série Azul*, no. 24, Instituto de Estudios Urbanos, Pontificia Universidad Catolica, 1998.

SABOIA, João. “Mercado de Trabalho no Brasil: fatos e alternativas”. In: João Sicsu; Luiz Fernando de Paula; Renaut Michel. (Org.). *Novo-Desenvolvimentismo – Um projeto nacional de crescimento com equidade social*. 1 ed. Barueri - SP: Editora Manole Ltda, 2005, v. 1, p. 217-237.

# FRONTEIRAS URBANAS DA DEMOCRATIZAÇÃO DAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS: O CASO DO RIO DE JANEIRO

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro  
Mariane C. Koslinski

## Introdução

A partir da segunda Guerra Mundial, frente à disseminação de valores igualitários e aos rescentes conflitos sociais, diversos estudos no campo da sociologia da educação passam a tratar de temas relacionados à capacidade da educação promover mobilidade e maior igualdade (Karabel & Halsey, 1977). Esses estudos, dado o contexto de universalização da educação elementar, buscaram compreender fatores e processos que levam à permanência e à reprodução de desigualdades educacionais, bem como fatores e processos capazes de promover eficácia e equidade educacional.

Uma primeira geração de estudos foi financiada por governos que pretendiam ampliar e reformar os seus sistemas de educação. Um dos mais influentes foi o relatado no *Coleman Report* (1966), que observou que a variabilidade no interior de uma escola é maior do que entre as escolas e conclui que as diferenças de resultados se devem mais às diferenças da clientela das escolas do que diferenças das características escolares (recursos, equipamentos, programas, qualificação dos professores)<sup>1</sup>. O debate gerado por esse relatório provocou reações e críticas em círculos acadêmicos e de decisões políticas, dado o pessimismo de suas conclusões quanto à capacidade da escola de reverter efeitos da origem socioeconômica das famílias (Reynolds & Teddlie, 2000; Soares, 2002).

Em resposta a esses estudos uma segunda geração de estudos visou à abertura da “caixa preta” das escolas. Estudos da escola eficaz (*effective school*) e do efeito-escola (*school effect*) passaram a defender o lema de que a “escola faz diferença” e que podia exercer efeito sobre as oportunidades educacionais. Esses estudos concentraram seus esforços na tarefa de determinar quais fatores escolares poderiam levar a um maior ou menor desempenho escolar. É interessante notar que tais estudos têm um fundamento pragmático, já que visam prover elementos que possam auxiliar políticas educacionais a alcançarem maior eficácia e equidade de resultados.

Nas duas últimas décadas uma terceira geração de estudos, com a exacerbação dos fenômenos de *guetificação* nas grandes cidades, tem buscado conjugar abordagens da sociologia urbana e da sociologia da educação para tratar, além da família e da escola, fatores relacionados à organização social do território e seus possíveis efeitos sobre as oportunidades educacionais. Ganha relevância nos estudos sobre as possibilidades da eficácia e da equidade da escola os possíveis efeitos dos contextos sociais formados

---

<sup>1</sup> Na Grã-Bretanha o relatório Plowden (1967) chegaria a resultados similares: variáveis escolares teriam menor impacto na explicação de diferenças de sucesso escolar nas escolas primárias se comparadas com fatores ligados às atitudes e comportamento dos pais (Forquin, 1995).

pelas unidades de vizinhança constituídas pelos processos de agregação e segregação residenciais. Este tema retoma antigas preocupações da sociologia clássica a respeito dos determinantes contextuais da trajetória dos indivíduos na sociedade, sob o impulso das rápidas e intensas mudanças ocorridas nas grandes cidades, em especial as americanas, com a transformação sócio-econômica impulsionada pela globalização e a re-estruturação do capitalismo industrial. As duas principais marcas de tais mudanças é a constituição de territórios com forte concentração de pobres em áreas estagnadas economicamente e apresentando evidentes sinais de desorganização social, isolamento do restante da sociedade, desertificação cívica, criminalidade violenta, diminuição da eficácia normativa nas interações sociais, com enormes impactos sobre as instituições sociais localizadas nestes territórios. Emerge uma corrente de pesquisa sobre o papel do contexto social do bairro na constituição de vários mecanismos de reprodução das desigualdades sociais<sup>2</sup>, nos quais ganharam grande relevância os relacionados ao funcionamento das escolas de ensino básico.

Esse trabalho junta-se aos esforços dessa terceira geração de estudos e pretende contribuir para a reflexão sobre o papel dos fenômenos da segmentação territorial e segregação residencial (distância física, acessibilidade, desorganização e isolamento social, estigmatização como forma de violência simbólica) na reprodução das desigualdades educacionais, tomando o município do Rio de Janeiro como estudo de caso.

A cidade do Rio de Janeiro apresenta um modelo particular de organização social do seu território, cujo traço principal é a combinação de dois princípios de segregação residencial. Por um lado, o clássico modelo Núcleo-Periferia, característico das cidades organizadas em sociedades marcadas por extremas desigualdades sociais, no qual as distâncias físicas e a baixa acessibilidade urbana separam territorialmente as classes e grupos sociais entre si e dos bens urbanos promotores do bem-estar social. Por outro lado, a forte presença das favelas nos bairros abastados, que a princípio aproxima os grupos, classes sociais e os bens urbanos no território, devido a uma série de mecanismos políticos, institucionais e simbólicos os separam, hierarquizam suas práticas de interações e filtram o acesso aos bens urbanos.

Estamos, portanto, diante de uma cidade sobre a qual podemos exercitar a análise empírica sobre o que uma vasta literatura vem chamando de efeito-vizinhança. Com efeito, parece pertinente no contexto da cidade do Rio de Janeiro formular a seguinte pergunta: será que esta geografia social favorece o funcionamento eficaz ou a maior equidade do sistema de ensino público, considerando os alegados efeitos positivos dos contextos sociais heterogêneos sobre a aprendizagem das crianças? Esta questão ganha ainda maior relevância se considerarmos que a cidade do Rio de Janeiro, em função do seu passado de capital nacional, tem um dos mais estabelecidos sistemas municipais públicos de ensino fundamental.

O presente artigo pretende contribuir para a compreensão dos processos sócioterritoriais sobre os resultados escolares, a partir das seguintes questões: (a) O modelo centro-periferia é suficiente para a compreensão de processos mais complexos tais como o modelo carioca de segregação residencial? (b) O desempenho escolar de alunos de 4ª e 8ª séries da rede pública de ensino está associado à organização sócio-espacial da cidade do Rio de Janeiro? (c) Quais mecanismos podem ser propostos como hipóteses ou parecem mais plausíveis na explicação da relação entre território e resultados escolares nesse contexto urbano?

Para tratar dessas questões, o presente artigo, em sua primeira parte, faz uma breve revisão sobre os mecanismos relacionados aos contextos sociais do território que parecem mais pertinentes para a compreensão de desfechos educacionais de crianças e adolescentes. Na segunda parte, discute o modelo

2 Sendo extensa a literatura sobre o tema nos Estados Unidos remetemos aos balanços bibliográficos feitos por Jencks e Peterson (1991) e Dreier, O., Mollenkopf, J. e Swanstrom (2004).

de segregação residencial do Rio de Janeiro e os possíveis impactos da presença de favelas em áreas abastadas da cidade para o isolamento social. A terceira parte do artigo apresenta resultados de análises empíricas realizadas com a utilização das técnicas de regressão linear hierárquica com a finalidade de produzir evidência sobre os possíveis efeitos dos contextos sociais gerados pelos dois princípios de segregação residencial mencionados anteriormente nas desigualdades educacionais de crianças frequentando o ensino fundamental em escolas públicas. Os contextos sociais dos territórios foram identificados através da aplicação do modelo de construção de tipologias socioespaciais desenvolvidas no Observatório das Metrôpoles<sup>3</sup>, que emprega as técnicas de análise fatorial e construção de clusters, tendo como indicadores sócio demográficos dados do Censo 2000. Para avaliar as desigualdades educacionais utilizamos resultados da Prova Brasil 2005, empregando diversos controles estatísticos relacionados à origem socioeconômica dos alunos (Prova Brasil, 2005) e das características das escolas que frequentam (Prova Brasil, 2005, Censo Escolar, 2005), sobre resultados escolares. O modelo analítico foi elaborado para capturar os possíveis efeitos dos contextos sociais dos territórios nas escalas macro e micro em que se materializam os fenômenos da divisão social do território urbano. Por fim, o artigo aponta para a importância da consideração da organização social do território como esfera também capaz de limitar o aumento global da eficácia escolar e do seu papel na democratização do acesso às oportunidades educacionais.

## O efeito vizinhança: impactos sobre a oferta e a demanda de oportunidades Educacionais

A sociologia urbana nasce como disciplina, sob a influência dos clássicos trabalhos da Escola de Chicago que, examinando os processos de segregação residencial de grupos sociais homogêneos étnica e culturalmente, construiu referências conceituais e metodológicas sobre os efeitos dos contextos sociais de vizinhança sobre os processos de assimilação dos indivíduos na ordem social competitiva. Após o longo período de eclipse da influência dos trabalhos de William I. Thomas, Florian Znaniecki, Robert E. Park, Louis Wirth, Ernest Burgess, Everett Hughes e Robert McKenzie, com a hegemonia da sociologia de Talcoltt Parson, o tema é retomado nos anos 1980 com a repercussão do seminal trabalho de Wilson (1987). A sua teorização sobre os efeitos reprodutores das desvantagens sociais decorrentes da concentração territorial dos antigos operários negros transformados em excluídos da *mainstream* da economia resultante da reestruturação produtiva exerceu grande influência na realização de uma série de estudos fundados na sua hipótese de que a pobreza da vizinhança afeta as oportunidades dos mais pobres<sup>4</sup>. Estes estudos buscaram compreender certos desfechos sociais a partir de uma relação de causalidade entre o indivíduo (motivações, escolhas, comportamentos e situação social) e os contextos sociais de onde residem, aracterizados principalmente a partir de propriedades comuns de seus residentes.

Como por exemplo, no campo da sociologia da educação, se antes estudos que tentavam explicar desigualdade de resultados educacionais se concentravam em fatores relacionados a família e a escola,

3 Sobre os fundamentos desta metodologia, ver Ribeiro, L. C. Q. (2004). Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

4 De acordo com Wilson (1987) a conjunção de fatores tais como mudanças estruturais na economia, o crescimento da desigualdade e a saída seletiva de famílias das classes média e trabalhadora negras para vizinhanças de alta renda e para os subúrbios levou à concentração da pobreza dentro de vizinhanças de minorias pobres e teria levado a um ambiente de escassez de instituições, valores, modelos de papel social que seriam necessários para alcançar sucesso em uma sociedade pós-industrial.

a partir da década de 1990 observamos a proliferação de estudos que passam a considerar a vizinhança como esfera também capaz de exercer impacto sobre a distribuição de oportunidades educacionais.

Duas questões principais norteiam a vasta literatura sobre efeito vizinhança que segue o estudo de Wilson (1987): a) que condições da vizinhança afetam resultados individuais, como por exemplo, resultados escolares? b) quais mecanismos explicam a relação entre as características do bairro e resultados individuais?

Diversas revisões bibliográficas já foram realizadas a respeito dos mecanismos que explicam o impacto negativo das vizinhanças pobres e/ou o impacto positivo de vizinhanças afluentes (Jencks & Mayer, 1990; Ellen & Turner, 1997; Brooks-Gun et al., 1997, Sampson e Morenoff, 2002; Small e Newman, 2001). Aqui não pretendemos fazer uma revisão exaustiva desta bibliografia, mas explicitar como os modelos descritos por estes trabalhos nos ajudariam pensar um possível efeito-vizinhança sobre resultados educacionais tanto pelo lado da demanda, quanto da oferta de oportunidades educacionais. Para tanto, a divisão desses mecanismos em três modelos mais amplos parece pertinente: a) modelo de eficácia coletiva, b) modelo de socialização coletiva, c) modelo institucional.

O modelo de eficácia coletiva remonta a tese da desorganização social<sup>5</sup>, que defende que a pobreza da vizinhança produziria comunidades que são socialmente desorganizadas e, portanto, apresentariam taxas de crime mais elevadas (Small, 2004).

De um lado crianças que moram em comunidades nas quais as normas são claras e vigiadas por seus habitantes apresentariam menor probabilidade de comportamento de risco. A desorganização social implicaria em menor densidade de redes sociais na vizinhança, de envolvimento em associações voluntárias e menor eficácia coletiva, ou seja, o grau com que os vizinhos estão dispostos a supervisionar crianças e adolescentes e intervir em situações sociais para o bem coletivo (Small & Newman, 2001; Sampson & Raundenbush, 1999).

Mais pertinente para a discussão aqui pretendida são os modelos que se apóiam na idéia de que características das vizinhanças influenciam os processos de socialização coletiva. De acordo com estes modelos, os padrões e normas de comportamento das pessoas tendem a ser moldadas por aqueles com quem mais tem contato e com quem mais frequentemente interagem. Partem do argumento do isolamento social<sup>6</sup> de Wilson (1987), que defende que a concentração da pobreza teria criado um ambiente social em desvantagem, uma vez que a pobreza do bairro desconecta as pessoas de relações e interações com a classe média. Assim, para o autor viver em uma vizinhança de renda mista é menos prejudicial do que viver em uma vizinhança com alta concentração de pobreza.

Um primeiro mecanismo de socialização coletiva tem como base o que a literatura costuma chamar de modelo epidêmico, que parte da questão de como pares se influenciam mutuamente. De acordo com o modelo epidêmico, se os adolescentes em uma comunidade apresentam pouco interesse pela escola, já abandonaram a escola e, frequentemente, se engajam em crime e outros comportamentos perigosos, outros adolescentes estarão mais propensos a ver estas atividades e comportamentos como aceitáveis. Por outro lado, este modelo prevê que crianças e adolescentes que moram em vizinhanças em

5 A teoria da desorganização social encontra diversas críticas de autores que defendem que as vizinhanças urbanas pobres não seriam desorganizadas, mas apresentariam formas alternativas de organização (Small, 2004; Wacquant, 1996).

6 Os estudos que partem da tese do isolamento social também prevêem que as vizinhanças pobres exercem um impacto negativo sobre as redes sociais dos indivíduos. Este fator seria importante uma vez que o conhecimento que os indivíduos possuem sobre oportunidades econômicas depende de suas redes de amigos, colegas e conhecidos que são, ao menos em parte, baseadas geograficamente. Dessa forma, em uma vizinhança com poucas famílias empregadas, as pessoas experimentam isolamento social que as excluem do sistema de redes de trabalho. Diversos estudos argumentam que este mecanismo teria especial impacto sobre os adultos (Newman & Small, 2001; Ellen & Turner, 1997). No entanto, podemos esperar que as redes sociais também afetem o acesso dos pais a informações sobre a qualidade das escolas e a probabilidade de matricular seus filhos em uma escola de qualidade.

que a maior parte dos seus vizinhos termina o ensino médio e alcançam o ensino superior, se sentirão compelidos a fazer o mesmo. Enfim, se comparamos crianças e adolescentes de famílias similares, podemos esperar que aqueles que são criados em vizinhanças pobres mais frequentemente apresentaram comportamento de risco se comparados com aqueles que vivem em vizinhanças mais afluentes<sup>7</sup> (Jencks & Mayer, 1990; Ellen & Turner, 1997).

Outro importante mecanismo de socialização está relacionado aos modelos de papel social, que partem do pressuposto de que as crianças aprenderiam sobre que comportamentos são considerados como normais ou aceitáveis a partir dos adultos com que frequentemente interagem em suas vizinhanças. Dessa forma, as crianças que crescem em vizinhanças homogêneas pobres ou segregadas estariam apartadas de modelos de papel social da classe média, em especial de modelos de adultos bem sucedidos via escolarização<sup>8</sup> (Wilson, 1987; Ellen & Turner, 1997, Newman & Small, 2001). Como consequência, podemos esperar que as crianças e adolescentes nesses contextos se mostrem menos propensas a comportamentos e atitudes que levariam ao sucesso na escola (altas expectativas educacionais e esforço) uma vez que não seriam expostas a evidências diretas de que estas atitudes e comportamentos são úteis e desejáveis (Ainsworth, 2002).

Por fim, o terceiro modelo, chamado de institucional ou de socialização institucional, parte do pressuposto de que os indivíduos podem ser afetados pela qualidade dos serviços que são oferecidos em suas vizinhanças. Proponentes desse modelo focalizam principalmente a qualidade, quantidade e a diversidade de instituições presentes em uma dada comunidade/vizinhança, capazes de suprir as necessidades de crianças e adolescentes tais como bibliotecas, escolas, pré-escolas, facilidades médicas e etc. Assim, as vizinhanças pobres estariam desprovidas ou inadequadamente equipadas de recursos institucionais de qualidade.

Vários fatores são mencionados para explicar a diferença de qualidade de escolas localizadas em vizinhanças mais afluentes daquelas onde há maior concentração de pobreza. Esses fatores compreendem desde diferenças em termos de recursos e infraestrutura como em termos da capacidade de gestão da escola. Por exemplo, as escolas localizadas em áreas mais abastadas tenderiam a receber professores mais qualificados e experientes e as vizinhanças pobres seriam não só menos capazes de recrutar como de reter bons educadores (Ainsworth, 2002; Jencks e Mayer, 1990). Além disso, a vizinhança exerceria um impacto sobre as expectativas que professores têm a respeito do futuro e da capacidade dos seus alunos. De acordo com Flores (2008, p.?) “Os adultos, nessas instituições, usam distintos critérios de funcionalidade baseados na interpretação dos atributos culturais e o potencial de seus usuários”.

Desta forma, a vasta bibliografia que discute os mecanismos relacionados ao efeito da vizinhança nos leva a crer que contextos sociais geograficamente definidos, de um lado, geram efeitos sobre a “demanda por escolaridade”, na medida em que conformam espaços intermediários de socialização entre a família e a escola. De outro lado, também exercem impacto sobre a “oferta de escolaridade”. A divisão social do território urbano produz importantes diferenciações no sistema público de ensino

---

7 Jencks e Mayer (1990) criticam o modelo epidêmico por este partir do pressuposto de que o mal comportamento é contagioso e de que cada vizinhança, ou escola, teria um conjunto de normas dominantes único, ao qual as crianças e adolescentes se conformam. Tal perspectiva ignora a possibilidade de que os indivíduos não são igualmente suscetíveis à influência tanto da vizinhança quanto da escola.

8 Ao analisar o processo que levou à saída das classes média e trabalhadora dos bairros negros no contexto norte americano, Wilson (1987) observa que antes a presença da classe média teria fornecido modelos de papel social que mantinham viva a percepção de que a educação seria uma alternativa viável. Com a concentração da pobreza, a maior parte dos adultos com quem os adolescentes estabelecem contato não estava trabalhando ou apresentava formas precárias de inserção no mercado de trabalho. “The net effect is that joblessness, as a way of life, takes on a different social meaning; the relationship between schooling and post-school employment takes on a different meaning” (Wilson, 1987, p.57).

através de um complexo jogo de efeitos de distanciamentos físico e social que incidem sobre os atores e as instituições escolares, produzindo uma geografia social das oportunidades educacionais.

Entretanto, Jencks e Mayer (1990) alertam para a dificuldade de diferenciar o efeito exercido por esses diferentes mecanismos, já que todos partem da hipótese de que o status socioeconômico da vizinhança exerce impacto sobre resultados escolares. Seria difícil distinguir esses modelos quando olhamos para as escolas, já que as formas de medir o *status* socioeconômico das vizinhanças pouco nos falam sobre estes mecanismos<sup>9</sup>.

Os autores ainda argumentam que esses estudos tendem a atribuir mais peso às explicações provenientes de modelos de socialização coletiva, do que ao efeito das instituições ou das diferentes práticas sociais nelas conformadas em diferentes vizinhanças. Vale notar que a preferência por explicações que remetem ao modelo de socialização coletiva não se baseiam em um julgamento empírico, mas tão somente em uma atribuição hipotética do comportamento dos indivíduos à vizinhança. Como resultado, subestimam o efeito de uma vizinhança afluyente (ou onde há concentração de pobreza) sobre as instituições que lá se conformam.

## **Segregação residencial, favelas e fronteiras urbanas no Rio de Janeiro**

Como vimos na sessão anterior, não há convergência na literatura pertinente sobre os mecanismos sócio-territoriais que estariam relacionados ao desempenho escolar de crianças e adolescentes. Também não há consenso sobre quais características da vizinhança afetariam mais resultados individuais ou, mais especificamente, os resultados escolares.

Diversos estudos sobre o efeito-vizinhança privilegiam configurações sócioterritoriais que denotam uma segregação territorial na escala macro. Por exemplo, usam medidas que não só indicam os bairros que têm características semelhantes (por exemplo, status socioeconômico semelhante) como também se esses bairros compartilham proximidade geográfica<sup>10</sup>. Estudos que utilizam tais medidas partem do pressuposto de que a presença de áreas de baixo nível socioeconômico contíguas, que criam grandes enclaves, teria um impacto mais acentuado sobre a desorganização social e o isolamento social e, conseqüentemente, sobre diversos resultados individuais.

Como exemplo, podemos citar estudos que observam transformações da morfologia social de cidades em contextos urbanos latino-americanos e que se aproximam das explicações sobre os processos observados por Wilson (1987) no contexto norte-americano. Essas transformações implicaram na modificação da composição social dos bairros, que se tornam cada vez mais socioeconomicamente homogêneos e conformam espaços isolados uns dos outros. Esta segregação residencial em grande escala, ou do tipo centro-periferia em que vizinhanças pobres e assentamentos irregulares são construídos em áreas periféricas, levariam à diminuição de oportunidades de interação entre pessoas ocupando diferentes posições no espaço social da cidade. (Flores, 2008; Kaztman & Retamoso, 2008)

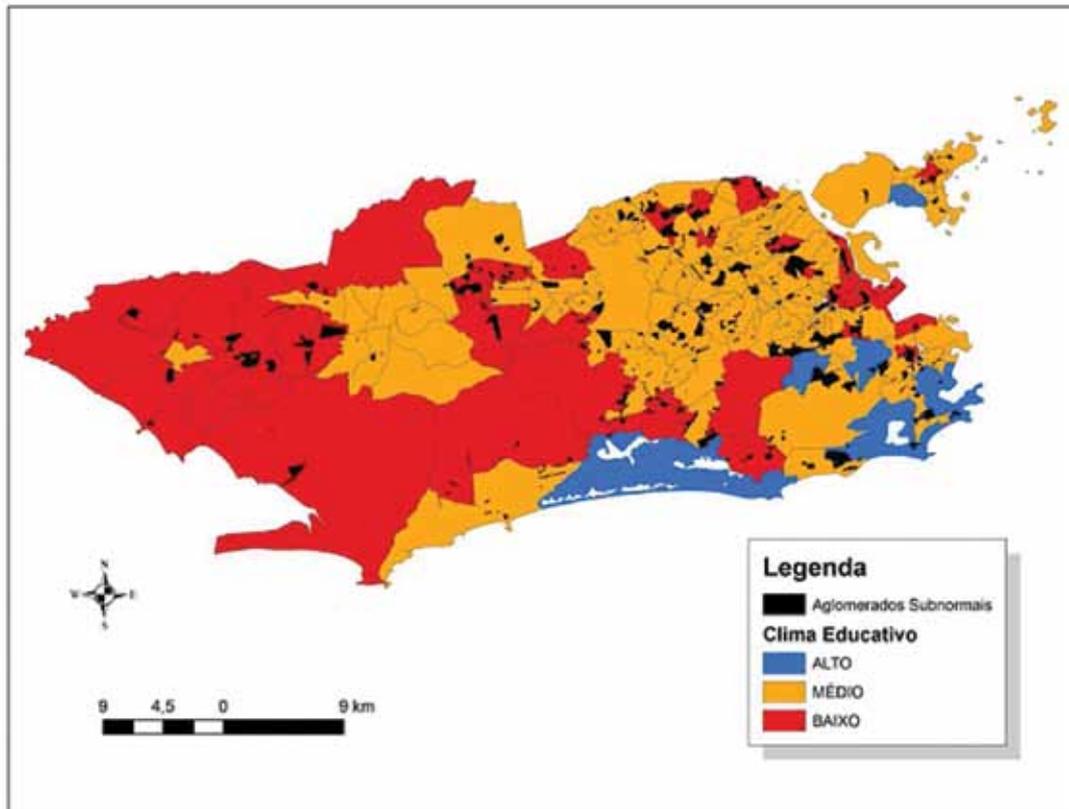
9 O trabalho de Ainsworth (2002) consiste em um dos poucos estudos que tentam diferenciar empiricamente a influencia de diferentes mecanismos mediadores. O autor conclui que tanto mecanismos relacionados à socialização coletiva quanto institucionais exercem impacto sobre resultados escolares, entretanto os primeiros exerceriam impacto mais acentuado.

10 Este é o caso do índice de auto-correlação espacial LISA, índice que mede “the extent to which areal units inhabited by minority members adjoin one another, or cluster, in space” (Massey e Denton, 1988, p.293).

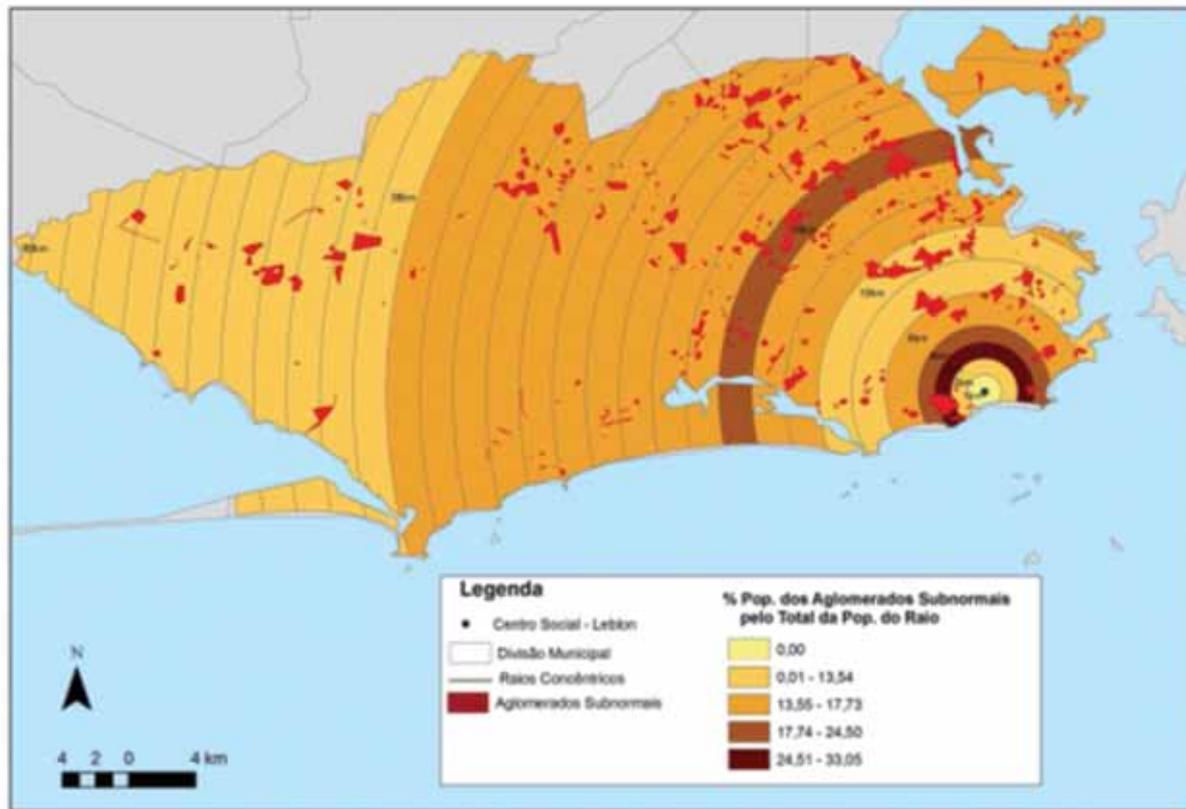
Entretanto, as análises que privilegiam a segregação residencial somente em seu nível macro não parecem ser capazes de dar conta de contextos urbanos mais complexos que vão além de um modelo do tipo centro-periferia. Este é o caso do modelo de segregação carioca caracterizado por proximidade física e distância social (Ribeiro, 2005; Ribeiro e Lago, 2001). Nesse contexto específico, observamos a presença de favelas ao longo do território do município do Rio de Janeiro e uma forte concentração dessas nas áreas mais “nobres” ou abastadas da cidade. Entretanto, essa proximidade física não implica em interação social entre segmentos sociais que ocupam posições sociais distantes.

A leitura dos mapas<sup>11</sup> torna evidentes os princípios de organização social do território da cidade. Uma vasta periferia formando um contínuo território concentrando domicílios com baixo clima educativo – áreas em vermelho - em oposição a poucos espaços (em azul) que concentram os domicílios com alto clima educativo. Ao mesmo tempo, os pontos escuros indicam a localização das áreas de favelas (de fato, na nomenclatura aglomerados subnormais) espalhadas por toda a cidade, mas com forte concentração exatamente nos territórios que agregam as pessoas vivendo em domicílios de alta escolaridade e que também concentram os bens públicos urbanos de maior qualidade.

**Mapa 1 e 2: – Segregação Residencial e Localização das Favelas**



11 O mapa ilustra a divisão sócio-territorial do município do Rio de Janeiro a partir do indicador de “clima educativo” resultante de uma análise tipológica criada no observatório das metrópoles, utilizando a média da escolaridade domiciliar dos adultos acima de 25 anos de idade. Esta variável descreve a segregação residencial da concentração de domicílios com adultos com maior ou menor nível educacional. As áreas de ponderação da amostra do censo demográfico 2000 foram utilizadas como unidades espaciais de análise. O primeiro passo para a elaboração do indicador de clima educativo foi o agrupamento dos domicílios em quatro faixas de escolaridade: a) menor que 4 anos; b) mais do que 4 até 8 anos, c) 8 a 11 anos, d) 12 ou mais anos de estudo. A classificação das áreas de ponderação por meio da tipologia foi realizada a partir da aplicação de técnicas de Análise Fatorial por Combinação Binária, seguida por uma classificação hierárquica ascendente. Nas áreas de ponderação de clima alto observamos o predomínio de domicílios de clima educativo alto, nas áreas de ponderação de clima educativo médio observamos o predomínio de domicílios na categoria mais de 4 a 8 anos de estudo e mais de 8 até 11 anos de estudo e, por fim, nas áreas de clima educativo baixo observamos uma maior presença de domicílios nas categorias até 4 anos de estudo e mais de 4 a 8 anos de estudo.



Chama a atenção o fato de cerca de 25% da população moradora nas áreas mais elitizadas viverem em favelas, fato que torna de grande relevância a microescala do fenômeno da segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro.

O que são as favelas como lugar no espaço social da cidade do Rio de Janeiro? Alguns estudos recentes sobre as favelas têm alimentado um debate sobre a pertinência sociológica da distinção favela x cidade na compreensão do modelo de organização social do espaço da cidade do Rio de Janeiro. Com efeito, analisando as evidentes melhorias das condições urbanas de vida nas favelas – especialmente as relacionadas à habitação – alguns autores (Preteceille & Valladares, 2000) têm apontado o crescente processo de diversificação desses espaços e a sua aproximação social com os bairros populares da periferia. Tais trabalhos criticam, explícita ou implicitamente, a concepção das favelas como espaços que concentram segmentos sociais submetidos aos efeitos negativos da segregação residencial, entre eles os relacionados com a reprodução da pobreza. No limite, Preteceille e Valladares argumentam pela inadequação do conceito de favela. Os resultados de nossos trabalhos no Observatório das Metrôpoles e de outros pesquisadores demonstram, porém, a pertinência dessa distinção, na medida em que ela está associada a distintos padrões de interação social entre os moradores da favela e as instituições da sociedade e mesmo com outros grupos sociais. Por exemplo, estudos sobre o mercado de trabalho utilizando os dados do Censo 2000 como os de Ribeiro e Lago (2000) e Pero, Cardoso e Elias (2005) mostraram a relação entre segmentação sócio-territorial e diferenças de rendimentos dos trabalhadores com semelhantes atributos demográficos sociais. Já Andrade (2004) através de um estudo de caso evidenciou os impactos negativos sobre as possibilidades da renda pessoal dos moradores da favela decorrentes da incerteza inerente aos direitos de propriedade garantidos por mecanismos informais e locais, fora dos marcos da institucionalização oficial. No campo das relações políticas, Burgos (2005) analisou como os moradores em favelas são

ainda hoje submetidos a mecanismos de enfraquecimento da sua cidadania pela permanência de práticas clientelísticas fortemente presentes nas relações que mantêm com os organismos e instituições públicas. No campo da educação, Alves, Franco e Ribeiro (2008) mostraram as desvantagens das crianças e jovens de 7 a 17 anos em termos de maior defasagem idade-série quando moradoras em favelas em comparação com crianças semelhantes em termos de atributos individuais e familiares.

Os resultados dos estudos relativos aos impactos da violência criminal e da violência policial sobre a sociabilidade dos moradores em favelas, realizados pelo grupo de pesquisa coordenado por Luis Antônio Machado (Machado, 2008) reforçam a pertinência do recorte favela X bairro para compreender a dinâmica de organização social do território da cidade do Rio de Janeiro e seus impactos no interior da vida social desses territórios e na relação dos seus moradores com o restante da cidade. A experiência cotidiana dessa população é fortemente marcada pela desorganização e isolamento sociais decorrentes do confinamento territorial e simbólico, da desconfiança nas interações sociais internas e nas mantidas com os grupos sociais moradores do asfalto em vários âmbitos da sociabilidade urbana, cujo fundamento é o estigma decorrente da criminalização desses espaços. Mas, um dos mais importantes resultados desta pesquisa para as finalidades do presente artigo é a constatação que fazem os pesquisadores sobre mudança do sinal das políticas públicas dirigidas a este território.

Nos anos 1960 ela se orientava pela representação da necessidade de “subir o morro” para antecipar o potencial de contestação à ordem urbana elitizada representada pela existência dos “favelados” enquanto categoria concebida como à margem de um processo de modernização associado à urbanização acelerada, incapaz por diversas razões dos novos cidadãos no progresso e no desenvolvimento. Naquele momento, tal compreensão do “problema da favela” implicava na formulação de um diagnóstico cuja solução era a extensão aos territórios marginalizados dos “direitos de cidade”. O tema da “urbanização das favelas” se conectava diretamente com a agenda política, e se inseria no debate público sobre aliar modernização e democratização. Nos anos 1980 e 1990, a crescente vigência de uma representação sobre a violência urbana resultante das possibilidades de contaminação desta população por uma ética do crime organizado pelo narcotráfico, passa a orientar o debate sobre as favelas. Elas passam a ser concebidas enquanto ameaça à ordem social e o tema “urbanização das favelas” ganha o sentido de ações de contenção da expansão epidemiológica da cultura da violência.

Seguindo ainda as reflexões geradas pela inovadora pesquisa mencionada, tal mudança de orientação da política pública – que tem amplo eco na sociedade – produz três conseqüências importantes: aumenta a dinâmica de desorganização da vida social e de isolamento dessa população; transforma as fronteiras antes flexíveis e organizadas com base em uma geometria variável em fronteiras duras e unívocas<sup>12</sup>; e, em terceiro lugar cria e legitima uma “ideologia” salvacionista, portadora de um projeto disciplinador como estratégia de controle social, que passa ser a marca das relações das instituições da cidade com esses territórios e a sua população. Dito de outra maneira, se as ameaças vêm das “margens da cidade” pela presença da violência e do crime não regulado pelo Estado, a política de contenção e

12 Leite (2008) assim descreve a concentração nas favelas na violência do tráfico e das armas e da constituição de uma representação coletiva amplamente compartilhada das favelas como territórios da criminalidade. “Constituídas na percepção social como território da violência na cidade, as favelas são habitadas por uma população que precisa levar em conta em seu cotidiano, de um lado, esta designação que os abrange e que essencializa demarcando seu lugar na cidade e suas possibilidades de acesso aos bens de cidadania e às instituições e serviços públicos. De outro lado, precisa considerar as diferentes modalidades de presença e atuação do crime violento e da polícia em seus locais de moradia. Ambas as dimensões constroem e reconstróem as fronteiras entre “asfalto” e favela no Rio de Janeiro, como distintos territórios físicos e morais da cidade. O que está permanentemente em jogo, no caso da primeira, é a renovação dessa fronteiras no afã de territorializar discursivamente a violência, envolvendo um esforço empreendido por meio de dispositivos diversos de encapsulá-las às “margens” da cidade. A segunda dimensão indica que a sociabilidade que se tece nas favelas incorpora a violência como um dado empírico com o qual a sua população tem que lidar no cotidiano.” (Leite, 2008, pp.119-120)

expansão da ação do Estado busca a recuperação do monopólio legítimo da força, ação esta que se combina com outras oriundas da “sociedade civil” organizada como dispositivos salvacionistas das vítimas inocentes das ameaças de serem mobilizados por essas organizações criminosas de suas políticas de recrutamento.

Nesse trabalho assumimos, portanto, que apesar das nítidas tendências à diferenciação inter e intra favelas, além do aumento da sua integração a alguns serviços urbanos, não eliminou a dicotomia favela-cidade como traço distintivo da ordem urbana carioca. Entre favela e a cidade mantém-se, com efeito, um regime de interação social fortemente hierarquizado e que se organiza com base nas percepções da existência de mundos sociais separados e distantes. Este regime de interação social não se concretiza apenas nas práticas cotidianas, mas também naquelas interações com as instituições da cidade, ou seja, as que deveriam fundamentar sua ação pelos valores dos direitos de cidade, através da promoção do acesso a bens públicos fundamentais de uma cidadania universalizada na sua concepção e nos procedimentos pelos quais o acesso é obtido.

Estamos nos referindo às instituições que se fundamentaram nos países onde ocorreu a construção de efetivo Estado-Nação, organizado por noções e regras universais de incorporação à comunidade política. A Escola, sem dúvida, foi uma dessas instituições.

Como tentaremos evidenciar mais adiante, as Escolas Públicas se organizam como instituições e organizações que são discriminantes e discriminatórias, especialmente quando são frequentadas pelos segmentos das camadas populares que hoje são objeto desta dupla política de gestão da margem: contenção pela ação violenta e política social salvacionista, disciplinadora e pedagógica do controle social. Se a população destes territórios luta cotidianamente contra os efeitos desorganizadores da vida social originados pela presença da criminalidade violenta e pela política de contenção, contrapor-se às tendências ao isolamento sócio-territorial é mais difícil por implicar em interagir com instituições que esta população conhece pouco suas regras de funcionamento. Também se torna difícil contrapor-se ao isolamento quando antigas práticas de discriminação, vividas quase exclusivamente no universo das interações pessoais, ganham a objetividade da ação institucional pelo fato de lugar de moradia – as favelas – atributo burocratizado de tratamento discriminante e discriminador.

O estudo de Small (2004) nos ajuda a compreender o isolamento social mesmo em um modelo de segregação em que bairros ricos e pobres estão lado a lado. Em seu estudo de um bairro pobre de origem latina ao lado de um bairro de classe média alta em Boston, o autor mostra a constituição de uma configuração espacial em que as fronteiras são fixas e precisas<sup>13</sup>. Essas marcas fixas são compostas por paisagens e construções diferentes nas áreas pobres e não pobres (características das ruas, casas, prédios, calçadas, dos negócios e dos serviços) e pela espacialização da classe, raça e do crime (quando grande proporção de residentes de cada lado da linha é de uma origem racial ou de classe diferente e um certo número de práticas como tráfico de drogas, engajamento em crime violento ocorre predominantemente de um lado da fronteira. Esta ecologia acaba por impedir os residentes do bairro pobre de atravessarem “um muro invisível” e levaria a percepção da existência de dois grupos de pessoas que são mutuamente exclusivos, internamente homogêneos e opostos. Diminui, assim, as possibilidades de interação com os vizinhos de classe média.

Assim o estudo de Small (2004) nos leva a propor que as fronteiras entre a “favela” e o “asfalto” podem ser mais claras e fixas, e a distância social, entre os diferentes grupos sociais, mais acentuada nas áreas mais abastadas do que nas áreas menos abastadas ou populares da cidade. Nessas áreas, podemos

13 De acordo com o autor, em locais onde as fronteiras são fluídas, os residentes podem reconhecer o pobre e o não pobre por sua raça, aparência pessoal, mas estes não são reconhecidos no espaço. Dessa forma, os grupos não podem evitar a região do outro grupo e a interação entre os grupos se torna inevitável. Entretanto, quando as fronteiras espaciais entre estes grupos são fixas e precisas, torna-se mais fácil para os indivíduos de um grupo social evitar a região de outro grupo.

esperar que os negócios, as áreas de lazer e os serviços frequentados por estes grupos sociais sejam mais bem delimitados (Ribeiro, 2008). No que diz respeito ao impacto dessa configuração socioespacial sobre oportunidades educacionais, podemos esperar que as crianças e adolescentes que vivem em favelas nas áreas mais nobres da cidade sejam mais facilmente identificadas e estigmatizadas por professores e diretores que não reconhecem nelas os atributos que desejam para seu alunado. Assim, podemos propor a hipótese de que nesses contextos, em que as fronteiras se mostram fixas e claras, o mecanismo denominado como modelo institucional pela literatura do efeito-vizinhança exerça um impacto sobre as oportunidades educacionais. Ou seja, podemos esperar que esta configuração sócio-territorial típica do modelo carioca da segregação exerça impacto sobre oportunidades educacionais não somente pelo lado da demanda, mas também pelo lado da oferta da educação. Este mecanismo também encontra respaldo teórico na concepção de “efeito-do-lugar” de Bourdieu (1997) e sua visão do espaço urbano como a materialização do espaço social, com suas hierarquias, segmentações e práticas de distinção social.

Como por exemplo a tabela abaixo ilustra certos aspectos organização do ensino fundamental na cidade do Rio de Janeiro que evidenciam a relação entre segmentação territorial e segmentação escolar, que estão intimamente relacionadas com os processos acima descritos. A tabela abaixo ilustra a porcentagem de crianças de 7 a 14 anos que frequentam as redes privada e pública de ensino fundamental, de acordo com o tipo de área de ponderação em que residem.

| <b>Clima Educativo (AEDs)</b> | <b>Particular %</b> | <b>Pública %</b> | <b>TOTAL %</b> |
|-------------------------------|---------------------|------------------|----------------|
| <b>Alto</b>                   | 72,02               | 27,98            | <b>100,00</b>  |
| <b>Médio</b>                  | 42,21               | 57,79            | <b>100,00</b>  |
| <b>Baixo</b>                  | 19,47               | 80,53            | <b>100,00</b>  |
| <b>Total</b>                  | 30,55               | 69,45            | <b>100,00</b>  |

*Nota: Tabela composta pelo observatório das metrópoles com dados do Censo 2000 (IBGE)*

Podemos observar que nos territórios mais abastados da cidade ou de clima educativo alto (áreas em azul no mapa 1), a maior parte das crianças (em torno de 72%) com idade para frequentar o ensino obrigatório estavam matriculadas em escolas da rede particular, enquanto somente 28% delas estavam matriculadas em escolas da rede pública. A relação inversa é observada nas áreas menos abastadas da cidade (áreas em vermelho no mapa 1): menos de 20% das crianças nessa faixa etária estavam matriculadas em escolas da rede privada e mais de 80% delas estavam matriculadas em escolas da rede pública. De um lado, estes dados mostram que a segmentação entre escola pública e privada acompanha a organização sócio-territorial da cidade. De outro, fortalecem a hipótese de que a proximidade física entre grupos sociais distintos devido a presença de favelas em meio às áreas mais abastadas da cidade não necessariamente representa uma possibilidade de maior interação entre eles. Mais especificamente, a escola pública não seria capaz de promover esta aproximação, uma vez as crianças e adolescentes das camadas médias, em grande medida, estão fora da escola pública de ensino fundamental. Assim, a segmentação escolar resultante pode ser compreendida como resultado de estratégias de escolarização

das famílias em direção a evitar o contato com certos seguimentos sociais, ou seja, como resultado de práticas sociais que buscam distinção.

## Algumas evidências sobre o município do Rio de Janeiro

Para responder as questões postas pelo trabalho, foram realizadas análises utilizando modelos hierárquicos de regressão em dois níveis, adequados à análise educacional uma vez que possuem estrutura hierárquica: alunos estão agrupados em escolas<sup>14</sup>. Nas análises levamos em conta o fenômeno de segregação residencial tanto em sua manifestação na macro escala quanto na micro escala.

Os modelos apresentados buscam estimar os resultados nos testes de matemática da Prova Brasil 2005 (escala SAEB) para alunos de 4ª e 8ª séries do município do Rio de Janeiro. De um lado, incluem variáveis individuais dos alunos/no nível do aluno que são reconhecidas pela literatura pertinente como fatores que incidem sobre o desempenho escolar dos alunos, tais como o nível socioeconômico<sup>15</sup>, sexo, cor e a variável repetência, como indicador da trajetória escolar dos alunos<sup>16</sup>.

Além do nível socioeconômico considerado no nível do aluno, no nível da escola os modelos também contemplam o efeito coletivo do nível socioeconômico e da composição de cor do alunado de cada escola. No nível da escola, uma variável que resume a disponibilidade de recursos de uso pedagógico nas escolas também foi considerada<sup>17</sup>.

No segundo nível, os modelos também contemplam variáveis que caracterizam o território, ou a vizinhança, em que a escola está localizada, a partir da variável clima educativo. Esta variável foi obtida a partir de uma análise tipológica utilizando a média da escolaridade domiciliar dos adultos acima de 25 anos de idade (IBGE, 2000). As áreas de ponderação da amostra do censo demográfico 2000 foram utilizadas como unidades espaciais de análise. As escolas foram localizadas dentro destas unidades territoriais a partir de técnicas de geo-processamento.

Neste caso podemos pensar que o território onde a escola está localizada é uma *proxy* do local de moradia dos alunos<sup>18</sup>, e portanto podemos pensar em um efeito do território via o funcionamento de mecanismos de socialização coletiva. Mas também podemos pensar que as escolas localizadas em territórios com diferentes características possuem infra-estrutura, organização e gestão também distintas.

Por fim também incluímos nos modelos a variável localização das escolas até 100 metros da favela, partindo do pressuposto de que escolas localizadas dentro e muito próximas a favela seriam “encapsuladas” por estes territórios, e sofreriam um efeito negativo do território em especial a partir de mecanismos relacionados a oferta da educação.

14 Especificação de questões técnicas deste tipo de modelo são encontradas nas obras de Raudenbush e Bryk (2002) e Ferrão (2003).

15 A variável nível socioeconômico foi criada a partir de uma da extração de 1 fator de uma análise fatorial por método de componentes principais a partir de três outras variáveis: a) Posse de bens; b) Posse de recursos educacionais; c) Máxima educação dos pais.

16 As variáveis no nível do aluno foram calculadas a partir dos micro-dados do Prova Brasil 2005.

17 Esta variável é composta por um análise fatorial com três variáveis relacionadas a quantidade de aparelhos de TVs, retro-projetores e aparelhos de vídeo ponderados pelo número de alunos. Desta análise foi extraído um fator.

18 O trabalho realizado por Alves (2008) no município do Rio de Janeiro observou que 85% dos alunos do primeiro segmento do ensino fundamental moram até 1500m das escolas onde estudam. Entretanto as escolas de maior desempenho tendem a mais frequentemente receber alunos que moram a distancias mais longas da escola.

O Quadro 1 apresenta uma descrição das variáveis utilizadas nos modelos e a Tabela 1 apresenta estatísticas descritivas dessas variáveis:

**Quadro 1: – Variáveis utilizadas nos modelos de análise**

| VARIÁVEIS                        | TIPO       | DESCRIÇÃO   |
|----------------------------------|------------|---|
| <b>Variáveis Dependentes</b>     |            |   |
| Proficiência Matemática 4ª série | Contínua   | Nota Prova Brasil 4a série escala SAEB  |
| Proficiência Matemática 8ª série | Contínua   | Nota Prova Brasil 8a série escala SAEB  |
| <b>Variáveis Independentes</b>   |            |   |
| <b>NÍVEL 1</b>                   |            |   |
| Pardo                            | Dicotômica | Pardo (1 = sim/ 0 = outros)   |
| Preto                            | Dicotômica | Preto (1 = sim/0 = outros)  |
| NSE                              | Contínua   | Nível Socioeconômico Do aluno   |
| Sexo                             | Dicotômica | (0 = Feminino/ 1 = Masculino)   |
| Repetência                       | Dicotômica | Aluno já reprovou alguma vez (0=não 1= para uma ou mais vezes)                            |
| <b>NÍVEL 2</b>                   |            |   |
| NSE_ESC                          | Contínua   | Nível Socioeconômico da Escola  |
| Pardo_Preto_ESC                  | Contínua   | Porcentagem de Pretos e Pardos na Escola  |
| Equipamento                      | Contínua   | Equipamentos escolares de uso pedagógico  |
| Clima Baixo                      | Dicotômica | Localização da Escola em Área de Ponderação de Clima Educativo Baixo (1 = sim/0 = outros) |
| Clima Médio                      | Dicotômica | Localização da Escola em Área de Ponderação de Clima Educativo Médio (1 = sim/0 = outros) |
| Favela 100m                      | Dicotômica | Escolas localizadas até 100m de favelas (1=sim/0 = outros)                                |

**Tabela 1: – Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas**

| VARIÁVEIS       | 8ª série |       | 4ª série |       |
|-----------------|----------|-------|----------|-------|
|                 | Média    | Dp    | Média    | Dp    |
| Nota Matemática | 250,38   | 45,02 | 191,21   | 38,58 |
| Pardo           | 0,46     |       | 0,51     |       |
| Preto           | 0,16     |       | 0,16     |       |
| NSE             | 0,01     | 0,98  | 0,02     | 0,98  |
| Sexo            | 0,50     |       | 0,51     |       |
| Repetência      | 0,33     |       | 0,30     |       |
| NSE_ESC         | -0,04    | 0,32  | 0,00     | 0,31  |
| Pardo_Preto_ESC | 0,64     | 0,09  | 0,67     | 0,09  |
| Equipamento     | -0,27    | 0,61  | -0,07    | 0,85  |
| Clima Baixo     | 0,33     |       | 0,36     |       |
| Clima Médio     | 0,58     |       | 0,56     |       |
| Favela 100m     | 0,11     |       | 0,17     |       |

Para as análises macro, foram consideradas todas as escolas e alunos da rede pública do Rio de Janeiro para os quais havia dados do Prova Brasil 2005. Nas análises no nível micro, os modelos foram

aplicados considerando somente alunos e escolas localizados em cada um dos territórios caracterizados pela variável clima educativo<sup>19</sup>.

Para a análise macro, considerando alunos de 4ª série, obtivemos os seguintes resultados:

**Tabela 2: Modelos de regressão linear multinível estimando nota de matemática (Prova Brasil, 2005) 4ª série**

|                                | MODELO 1   | MODELO 2   | MODELO 3   | MODELO 4   |
|--------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| <b>Efeitos fixos</b>           |            |            |            |            |
| INTERCEPTO: $\beta_0$          | 191,63 *** | 205,17 *** | 203,75 *** | 202,70 *** |
| <b>Aluno</b>                   |            |            |            |            |
| PARDO: $\beta_1$               |            | -1,33 ***  | -1,29 ***  | -1,17 **   |
| PRETO: $\beta_2$               |            | -8,29 ***  | -8,21 ***  | -8,12 ***  |
| NSE: $\beta_3$                 |            | 3,61 ***   | 3,62 ***   | 3,62 ***   |
| SEXO: $\beta_4$                |            | 2,92 ***   | 2,90 ***   | 2,89 ***   |
| REPETÊNCIA: $\beta_5$          |            | -14,99 *** | -14,80 *** | -14,76 *** |
| <b>Escola</b>                  |            |            |            |            |
| PARDO_PRETO_ESC: $\gamma_{01}$ |            |            |            | -18,35 *** |
| NSE_ESC: $\gamma_{02}$         |            |            | 17,89 ***  | 15,13 ***  |
| EQUIPAMENTO: $\gamma_{03}$     |            |            |            | 2,78 ***   |
| CLIMA BAIXO: $\gamma_{04}$     |            | -11,60 *** | -9,61 ***  | -7,87 ***  |
| CLIMA MEDIO: $\gamma_{05}$     |            | -6,52 ***  | -6,63 ***  | -5,86 ***  |
| FAVELA 100M: $\gamma_{06}$     |            | -3,75 **   | 0,01       | -0,14      |
| <b>Efeitos aleatórios</b>      |            |            |            |            |
| Nível 2 (Escola): $R_0$        | 153,64     | 125,38     | 98,10      | 90,56      |
| Nível 1 (Aluno): $E$           | 1337,01    | 1263,08    | 1263,15    | 1263,15    |

Nota: +  $p \leq 0,10$ ; \*  $p \leq 0,05$ ; \*\*  $p \leq 0,01$ ; \*\*\*  $p \leq 0,001$

O modelo 1 é o modelo vazio que estima a proporção da variância total da nota em matemática atribuível a cada um dos níveis hierárquicos considerados (escola e aluno). Como podemos observar, a maior parte da diferença das notas dos alunos estão relacionadas a características dos alunos e somente 10,31% da variância total pode ser atribuída à escola. Este fato pode ser explicado por estarmos trabalhando somente com escolas públicas, em sua maioria, pertencentes à rede municipal.

No modelo 2 as variáveis de nível 1 e as variáveis relacionadas ao entorno da escola são introduzidas. Para o nível do aluno, observemos tendências compatíveis com achados já observados em outros estudos sobre efeito-escola: alunos brancos tem maior desempenho do que alunos não-brancos, maior nível sócio econômico está associado a melhores desempenhos, meninos tem maior desempenho que meninas e o fator que apresenta um impacto negativo mais acentuado é a repetência, resultado que evidencia que a trajetória escolar do aluno exerce forte influencia sobre seus resultados escolares.

19 O modelo que serviu de base para as análises de escala macro é dado por:

Modelo de nível 1:

$$\text{PROFICIÊNCIA MATEMÁTICA}_{ij} = \beta_0j + \beta_1(\text{PARDO})_{ij} + \beta_2(\text{PRETO})_{ij} + \beta_3(\text{NSE})_{ij} + \beta_4(\text{SEXO})_{ij} + \beta_5(\text{REPETÊNCIA})_{ij} + e_{ij}$$

Modelo de Nível 2:

$$\beta_0j = \gamma_{00} + \gamma_{01}(\text{PRETO\_PARDO\_ESC})_j + \gamma_{02}(\text{NSE\_ESC})_j + \gamma_{03}(\text{EQUIPAMENTO})_j + \gamma_{04}(\text{CLIMA BAIXO})_j + \gamma_{05}(\text{CLIMA MÉDIO})_j + \gamma_{06}(\text{FAVELA 100M})_j + u_{0j}$$

Já o modelo que serviu de base para as análises em escala micro é dado por: Modelo de nível 1:

$$\text{NOTA MATEMÁTICA}_{ij} = \beta_0j + \beta_1(\text{PARDO})_{ij} + \beta_2(\text{PRETO})_{ij} + \beta_3(\text{NSE})_{ij} + \beta_4(\text{SEXO})_{ij} + \beta_5(\text{REPETÊNCIA})_{ij} + e_{ij}$$

Modelo de Nível 2:

$$\beta_0j = \gamma_{00} + \gamma_{01}(\text{PRETO\_PARDO\_ESC})_j + \gamma_{02}(\text{NSE\_ESC})_j + \gamma_{03}(\text{EQUIPAMENTO})_j + \gamma_{04}(\text{FAVELA 100M})_j + u_{0j}$$

Para a variável clima educativo, o clima educativo alto é a categoria de referência. O valor do coeficiente  $\gamma_{04}$  indica que a localização da escola em uma área de ponderação de clima educativo baixo, em comparação com as escolas localizadas em um clima educativo alto, significa em média uma diminuição de 11,60 pontos na nota de matemática dos alunos. Esta diminuição é de 6,52 pontos para as escolas localizadas em áreas de clima educativo médio. Já o efeito de estudar em uma escola localizada dentro de favelas ou até 100 metros de favelas leva, em média, a uma diminuição de 3,75 pontos as notas dos alunos.

No modelo 3, a variável nível socioeconômico da escola é introduzida. Como observado por diversos estudos que levam em conta diversos contextos, observamos um forte efeito desta variável sobre os resultados escolares. O acréscimo de um ponto no nível socioeconômico da escola é acompanhado, em média, por um acréscimo de 17,89 pontos na nota dos alunos. Com a introdução desta variável, o coeficiente referente a localização dentro ou próximo a favela deixa de ser significativo.

Por fim, no modelo 4 observamos que ao introduzirmos as variáveis relacionadas a composição racial do alunado e a presença de equipamentos de uso pedagógico na escola, que os coeficientes relacionados ao clima educativo do entorno das escolas se mantém significativos, entretanto os efeitos diminuem: a localização da escola em uma área de ponderação de clima educativo baixo leva, a uma diminuição de 7,87 pontos e em clima educativo média a uma diminuição de 5,86 pontos na nota de matemática dos alunos.

Nas análises realizadas na micro escala, os modelos foram aplicados considerando somente alunos e escolas localizados em cada um dos territórios caracterizados pela variável clima educativo:

**Tabela 3: Modelos de regressão linear multinível estimando nota de matemática (Prova Brasil, 2005) 4ª série – por clima educativo**

|                                | Clima Educativo Alto |            | Clima Educativo Médio |            | Clima Educativo Baixo |            |
|--------------------------------|----------------------|------------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|
|                                | MODELO 1             | MODELO 2   | MODELO 1              | MODELO 2   | MODELO 1              | MODELO 2   |
| <b>Efeitos fixos</b>           |                      |            |                       |            |                       |            |
| INTERCEPTO: $\beta_0$          | 207,30               | 205,32     | 199,23 ***            | 198,61 *** | 192,25 ***            | 191,50 *** |
| <b>Aluno</b>                   |                      |            |                       |            |                       |            |
| PARDO: $\beta_1$               | -2,34 +              | -2,11      | -2,27 ***             | -2,12 ***  | 0,12                  | 0,27       |
| PRETO: $\beta_2$               | -8,37 ***            | -7,90 ***  | -8,95 ***             | -8,79 ***  | -7,32 ***             | -7,20 ***  |
| NSE: $\beta_3$                 | 3,17 ***             | 3,21 ***   | 4,05 ***              | 4,07 ***   | 3,13 ***              | 3,14 ***   |
| SEXO: $\beta_4$                | 3,28 **              | 3,26 *     | 3,38 ***              | 3,36 ***   | 2,24 ***              | 2,22 ***   |
| REPETÊNCIA: $\beta_5$          | -14,96 ***           | -14,61 *** | -15,49 ***            | -14,21 *** | -14,31 ***            | -14,11 *** |
| <b>Escola</b>                  |                      |            |                       |            |                       |            |
| PARDO_PRETO_ESC: $\gamma_{01}$ |                      | -60,08 *** |                       | -14,21 *   |                       | -15,52 *   |
| NSE_ESC: $\gamma_{02}$         |                      | 20,54 ***  |                       | 11,70 ***  |                       | 18,86 ***  |
| EQUIPAMENTO: $\gamma_{03}$     |                      | 1,88       |                       | 2,65 ***   |                       | 3,91 ***   |
| FAVELA 100M: $\gamma_{04}$     | -14,08 ***           | -8,47 *    | -4,37 **              | -0,91      | -1,03                 | 1,97       |
| <b>Efeitos aleatórios</b>      |                      |            |                       |            |                       |            |
| Nível 2 (Escola): $R_0$        | 166,75               | 75,75      | 113,14                | 88,41      | 131,90                | 87,55      |
| Nível 1 (Aluno): $E$           | 1317,29              | 1318,68    | 1265,26               | 1265,34    | 1250,05               | 1250,06    |

Nota: +  $p \leq 0,10$ ; \*  $p \leq 0,05$ ; \*\*  $p \leq 0,01$ ; \*\*\*  $p \leq 0,001$

Nos modelos 1 foram introduzidas variáveis relacionadas a características dos alunos e a variável relacionada a proximidade a favela. Na análise apresentada na primeira coluna, somente alunos e escolas localizadas em clima educativo alto foram consideradas. O valor do coeficiente  $\gamma_{04}$  indica que estudar em uma escola localizada dentro ou próximas a favela apresenta um impacto negativo. A diminuição esperada na proficiência em matemática é de 14,08 pontos. Esta diminuição é de 4,37 pontos quando

consideramos somente alunos e escolas em áreas de ponderação de clima educativo médio e não é significativo quando consideramos alunos e escolas em áreas de ponderação de clima educativo baixo.

Já nos modelos 2, foram introduzidas as variáveis relacionadas ao NSE, à composição de cor e aos equipamentos pedagógicos da escola. Observamos que, controlando por essas variáveis, somente no modelo que considera escolas localizadas em clima educativo alto o coeficiente da variável proximidade a favela continua sendo significativo. Isto é, a proximidade a favela só tem efeito negativo na proficiência dos alunos nas áreas mais abastadas da cidade.

Também observamos que tanto nas escolas localizadas em clima educativo alto quanto naquelas localizadas em clima educativo médio e baixo, a porcentagem de alunos pretos e pardos na escola exerce um efeito negativo sobre a proficiência dos alunos. Entretanto, este efeito negativo parece ser mais acentuado quando consideramos as escolas localizadas em clima educativo alto, ou seja, nas áreas mais abastadas da cidade.

**Tabela 4: Modelos de regressão linear multinível estimando nota de matemática (Prova Brasil, 2005) 8ª série**

|                                | MODELO 1   | MODELO 2   | MODELO 3   | MODELO 4   |
|--------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| <b>Efeitos fixos</b>           |            |            |            |            |
| INTERCEPTO: $\beta_0$          | 250,00 *** | 265,29 *** | 265,93 *** | 264,91 *** |
| <b>Aluno</b>                   |            |            |            |            |
| PARDO: $\beta_1$               |            | -3,40 ***  | -3,33 ***  | -3,25 ***  |
| PRETO : $\beta_2$              |            | -7,82 ***  | -7,73 ***  | -7,68 ***  |
| NSE: $\beta_3$                 |            | 4,61 ***   | 4,63 ***   | 4,63 ***   |
| SEXO: $\beta_4$                |            | 6,80 ***   | 6,74 ***   | 6,74 ***   |
| REPETÊNCIA: $\beta_5$          |            | -21,22 *** | -21,21 *** | -21,12 *** |
| <b>Escola</b>                  |            |            |            |            |
| PARDO_PRETO_ESC: $\gamma_{01}$ |            |            |            | -13,66 +   |
| NSE_ESC: $\gamma_{02}$         |            |            | 22,73 ***  | 20,33 ***  |
| EQUIPAMENTO: $\gamma_{03}$     |            |            |            | 4,69 ***   |
| CLIMA BAIXO: $\gamma_{04}$     |            | -13,26 *** | -12,82 *** | -11,00 *** |
| CLIMA MEDIO : $\gamma_{05}$    |            | -6,02 ***  | -8,42 ***  | -7,85 **   |
| FAVELA 100M: $\gamma_{06}$     |            | -7,41 *    | -3,85 +    | -3,18      |
| <b>Efeitos aleatórios</b>      |            |            |            |            |
| Nível 2 (Escola): $R_0$        | 217,49     | 187,34     | 138,53     | 130,08     |
| Nível 1 (Aluno): $E$           | 1806,35    | 1663,33    | 1663,36    | 1663,33    |

Nota: +  $p \leq 0,10$ ; \*  $p \leq 0,05$ ; \*\*  $p \leq 0,01$ ; \*\*\*  $p \leq 0,001$

Novamente observamos no modelo (modelo vazio) que a maior parte da variação na proficiência em matemática é explicada pela diferença entre alunos de uma mesma escola. Somente 10,72 da variância é decorrente da variabilidade entre as escolas. No modelo 2, em que são introduzidas variáveis relacionadas ao entorno da escola, observamos que a localização da escola em áreas de clima educativo baixo em média significa uma diminuição de 13,26 pontos dos alunos. Esta diminuição é de 6,02 pontos para aqueles que estudam em entornos de clima educativo baixo. O fator relacionado a proximidade da escola à favela apresenta um impacto negativo: uma diminuição de 7,41 pontos. No modelo 3, em que

a variável NSE da escola é introduzida, os coeficientes relacionados aos fatores clima educativo e proximidade a favela permanecem estatisticamente significativos.

No modelo 4, ao introduzirmos as variáveis relacionadas à proporção de pretos e pardos das escolas e aos equipamentos de uso pedagógico, observamos que os coeficientes relacionados ao clima educativo do entorno das escolas se mantêm significativos: a localização da escola em uma área de ponderação de clima educativo baixo leva implica em uma diminuição de 11,00 pontos e em clima educativo médio em uma diminuição de 7,85 pontos na nota de matemática dos alunos. Já o coeficiente  $\gamma_{06}$  referente à variável proximidade a favela deixa de ser significativa quando as demais variáveis relacionadas à escola são introduzidas.

Por fim, os seguintes resultados foram obtidos a partir das análises na escala micro considerando os resultados escolares para alunos de 8ª série:

**Tabela 5: Modelos de regressão linear multinível estimando nota de matemática (Prova Brasil, 2005) 8ª série – por clima educativo**

|                                | Clima educativo alto |            | Clima educativo médio |            | Clima educativo baixo |            |
|--------------------------------|----------------------|------------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|
|                                | MODELO 1             | MODELO 2   | MODELO 1              | MODELO 2   | MODELO 1              | MODELO 2   |
| <b>Efeitos fixos</b>           |                      |            |                       |            |                       |            |
| INTERCEPTO: $\beta_0$          | 264,34 ***           | 263,58 *** | 258,90 ***            | 258,31 *** | 252,81 ***            | 252,05 *** |
| <b>Aluno</b>                   |                      |            |                       |            |                       |            |
| PARDO: $\beta_1$               | -1,43                | -1,21      | -3,66 ***             | -3,52 ***  | -3,48 ***             | -3,32 ***  |
| PRETO: $\beta_2$               | -8,24 **             | -7,96 ***  | -8,33 ***             | -8,19 ***  | -7,02 ***             | -6,86 ***  |
| NSE: $\beta_3$                 | 3,86 ***             | 3,89 ***   | 4,93 ***              | 4,94 ***   | 4,30 ***              | 4,31 ***   |
| SEXO: $\beta_4$                | 9,34 ***             | 9,24 *     | 7,70 **               | 7,64 ***   | 4,86 ***              | 4,81 ***   |
| REPETÊNCIA: $\beta_5$          | -21,74 ***           | -21,53 *** | -20,87 ***            | -20,75 *** | -21,66 ***            | -21,63 *** |
| <b>Escola</b>                  |                      |            |                       |            |                       |            |
| PARDO_PRETO_ESC: $\gamma_{01}$ |                      | -46,36 +   |                       | 12,56      |                       | -22,58 +   |
| NSE_ESC: $\gamma_{02}$         |                      | 14,94 *    |                       | 23,21 ***  |                       | 17,46 ***  |
| EQUIPAMENTO: $\gamma_{03}$     |                      | -3,14      |                       | 5,52 ***   |                       | 6,61 *     |
| FAVELA 100M: $\gamma_{04}$     | -13,64 ***           | -10,27 *   | -7,37 *               | -3,84      | -5,52                 | -1,29      |
| <b>Efeitos aleatórios</b>      |                      |            |                       |            |                       |            |
| Nível 2 (Escola): $R_0$        | 171,49               | 119,00     | 191,57                | 131,41     | 184,74                | 126,57     |
| Nível 1 (Aluno): $E$           | 1738,52              | 1738,69    | 1683,08               | 1683,28    | 1616,34               | 1616,09    |

Nota: +  $p \leq 0,10$ ; \*  $p \leq 0,05$ ; \*\*  $p \leq 0,01$ ; \*\*\*  $p \leq 0,001$

Novamente, as tendências observadas seguem aquelas observadas para os modelos que estimam a proficiência em matemática de alunos de 4ª série. No modelo apresentado na primeira coluna (modelo 1 do clima educativo alto), o valor do coeficiente  $\gamma_{04}$  indica que estudar em uma escola localizada dentro ou próxima a favela implica, em média, em uma diminuição de 14,08 pontos nos resultados escolares dos alunos. Esta diminuição é de 7,37 pontos quando consideramos somente escolas localizadas em áreas de clima educativo médio e não é significativo quando consideramos escolas localizadas em áreas de clima educativo baixo.

Já nos modelos 2, observamos que, controlando por outras variáveis relacionadas a escola, somente no modelo referente à escolas em clima educativo alto o coeficiente da variável proximidade a favela se mantêm significativo. Neste contexto territorial, a proximidade à favela em média resulta em uma diminuição de 10,27 pontos. Novamente, observamos que a variável porcentagem de alunos pretos e pardos na escola tem um efeito negativo mais acentuado no modelo que considera alunos e escolas em clima educativo alto.

## Comentários finais

Como mencionado anteriormente, a cidade do Rio de Janeiro apresenta um modelo particular de organização social do território que combina o modelo clássico núcleo-periferia, bem como locais que apresentam maior heterogeneidade de grupos e classes sociais, dada a forte presença de favelas em bairros abastados. As análises realizadas na tanto macro quanto na micro escala revelaram os efeitos deste complexo modelo de segregação residencial sobre os resultados escolares.

Nas análises na macro escala observamos que os alunos que estudam em escolas localizadas em entornos menos privilegiados, que concentram domicílios de menor clima educativo, tendem a apresentar, em média, um menor desempenho. Considerando que, grosso modo, há uma maior predominância de áreas de ponderação de clima educativo alto na Barra da Tijuca, Tijuca e Zona Sul da cidade, maior concentração de áreas de clima educativo médio na Zona Norte e maior concentração de áreas de clima educativo baixo na Zona Oeste da cidade, podemos argumentar que o modelo núcleo-periferia é pertinente para a compreensão de um efeito vizinhança sobre resultados educacionais na cidade do Rio de Janeiro. Como em estudos realizados no contexto de outras grandes cidades, propomos como hipótese que os efeitos do isolamento social também funcionem e estejam exercendo um impacto negativo sobre as áreas de maior concentração de pobreza no contexto estudado.

Entretanto, um possível efeito do território ou da vizinhança sobre resultados escolares não se esgota com o modelo centro-periferia. As análises na micro-escala mostraram que a localização das escolas até 100 metros de favelas nas áreas mais abastadas da cidade também parece exercer um efeito negativo sobre os resultados educacionais. Os resultados encontrados reforçam a idéia de que a dicotomia favela-cidade ainda pode ser pensada como traço distintivo da ordem urbana carioca, em especial nas áreas em que as fronteiras do território apresentam marcadores mais nítidos.

Mesmo que a ecologia das áreas abastadas com forte presença de favelas aproxime fisicamente estes diferentes grupos sociais, como estudos anteriores já indicaram, ela não é traduzida em maiores interações sociais entres esses grupos (Ribeiro, 2008). Em outras palavras, a proximidade física não permitiria um impacto benéfico de uma socialização coletiva em contextos territoriais heterogêneos, previsto por grande parte da literatura do efeito-vizinhança. Assim, a relação entre a proximidade da favela e os resultados escolares, nas áreas abastadas da cidade, pode ser compreendida, como no modelo centro-periferia, a partir dos mecanismos relacionados ao isolamento social. Por outro lado, essa relação também pode ser compreendida a partir de mecanismos institucionais ou pelo dado da oferta da educação. Podemos sugerir, como hipótese, que as escolas próximas a favelas são “encapsuladas” por esses territórios; que elas funcionam e se organizam de uma forma peculiar e que, por exemplo, elas apresentam um clima educativo não propício ao aprendizado dos alunos.

Esse trabalho restringiu-se a observação de um possível efeito-vizinhança sobre oportunidades educacionais em uma cidade que apresenta um complexo modelo de segregação residencial. Dada essa complexidade, o trabalho propôs, de um lado, análises multi-escalares e, de outro, propôs alguns mecanismos através dos quais a vizinhança afeta a educação.

No entanto, os estudos sobre o efeito da organização socioterritorial das cidades sobre oportunidades educacionais ainda são incipientes nas pesquisas que levam em conta o contexto das cidades brasileiras e apresentam pouca penetração na discussão da sociologia da educação. Estudos posteriores, tanto de cunho quantitativo quanto qualitativo podem contribuir para a discussão dos efeitos do território a partir da investigação mais aprofundada dos mecanismos através dos quais a vizinhança impacta a educação.

## Bibliografia

- Abramo, P. (2003). A teoria econômica da favela, In P. Abramo (org.) *A Cidade da informalidade*. O desafio das cidades latino-americanas, Sete Letras/FAPERJ, Rio de Janeiro.
- Ainsworth, J. W. (2002). Why does it take a village? The mediation of neighborhood effects on educational achievement. *Social Forces*, 81(1), 117-152.
- Alves, M. T. (2006a). O efeito das escolas para a aprendizagem de seus alunos: um estudo longitudinal no ensino fundamental. Trabalho apresentado no *30o Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 24-28 de Outubro de 2006.
- Alves, F., Franco, C. & Ribeiro, L. C. Q. & Ribeiro (2008). Segregação Residencial e Desigualdade Escolar no Rio de Janeiro. In L.C. Q. Ribeiro & R. Kaztman (ed.) *A cidade contra a Escola: Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Arum, R. (2000). Schools and communities: ecological and institutional dimensions. *Annual Review of Sociology*, 26, pp. 395-418.
- Brooks-Gunn, J., Duncan, G. J. & Aber, J. L. (eds.) (1997). *Neighborhood Poverty: context and consequences for children*. Vol 1. New York: Russell Sage Foundation.
- Bourdieu, P. (1997). Efeitos de Lugar. In P. Bourdieu (org.) *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Burgos, M (2005). Cidade, Territórios e Cidadania. *Dados*, Jan./Mar. 2005, vol.48, no.1, p.189-222 (texto disponível no site [www.scielo.org.br](http://www.scielo.org.br))
- Crane, J. (1991). The Epidemic Theory of Ghettos and Neighborhood Effects on Dropping Out and Teenage Childbearing. *The American Journal of Sociology*, 96(5),1226-1259.
- Dreier, P. , Mollenkopf, J. & Swanstrom, T. (Orgs.) (2004). *Place Matters. Metropolitcs for Twenty-first Century*. Kansas, Press University of Kansas.
- Duncan, G.J. (1994). Families and neighbors as sources of disadvantage in the schooling decisions of black and white adolescents. *American Journal of Education*, 103, 20-53.
- Ellen, I. G. & Turner, M. A. (1997). Does Neighborhood Matter? Assessing Recent Evidence. *Housing Policy Debate*, 8(4), 833-866.
- Ferrão, M. E. (2003). *Introdução aos Modelos de Regressão Multinível em Educação*. Campinas: Komedi, 2003.
- Flores, C. (2008). Segregação residencial e resultados educacionais na cidade de Santiago do Chile, In L. C. Q. Ribeiro & Kaztman, R. (orgs) *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital.



# AS CORES DAS FRONTEIRAS URBANAS. SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E DESIGUALDADES “RACIAIS” NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO\*

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro  
Filipe Souza Corrêa

O trabalho tem como objetivo avaliar a relação entre o contexto social de residência e a cor da população na explicação das desigualdades sociais decorrentes da segregação residencial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Buscamos contribuir na reflexão sobre as desigualdades “raciais” brasileiras descritas por outros pesquisadores.

De maneira mais precisa, o nosso interesse é saber se uma pessoa de cor preta ou parda desfruta de condição social desigual em termos de oportunidades e de acesso a certos elementos de bem-estar social independentemente da posição ocupada na divisão social do território da RMRJ ou, ao contrário, se o contexto social constituído pelos processos de segregação residencial representa o filtro pelo qual as oportunidades e o bem-estar social urbano são distribuídos desigualmente entre os grupos de cor.

## Posicionamento do problema: a segregação residencial e a questão racial brasileira

A questão anterior é pertinente, por um lado, na medida em que a literatura dedicada à análise dos impactos das transformações econômicas nas grandes cidades destaca o crescente papel da segregação residencial na explicação da reprodução das desigualdades sociais em função da articulação entre os mecanismos macrossociais de reestruturação do mercado de trabalho, de fragilização do universo familiar e de privatização do sistema de bem-estar social, e os micromecanismos relacionados ao isolamento socio-territorial dos grupos mais vulneráveis a essas mudanças. Vários autores, de correntes teóricas distintas, têm buscado descrever tal articulação reprodutora das desigualdades utilizando conceitos como *efeito vizinhança* (Katzman, 2001), *efeito do território* (Bidou-Zachariasen, 1996) ou *efeito do lugar* (Bourdieu, 1997).

Por outro lado, este artigo se inscreve no debate sobre a chamada *questão racial* brasileira, que vem sofrendo significativas mudanças desde o consenso nos anos 1930 acerca da existência de uma “democracia racial” no País. Com efeito, desde a segunda metade dos anos 1970, em função dos trabalhos empíricos de Hasenbalg (1979) e Silva (1978), vem ganhando legitimidade, no campo acadêmico e na sociedade, a percepção da existência de mecanismos reprodutores da desigualdade racial, não obstante

---

\* Este artigo foi aceito para publicação na revista Cadernos IPPUR do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

a expansão de uma ordem competitiva no Brasil. Para um vasto conjunto de autores<sup>1</sup>, tornou-se evidente que as desigualdades de condições e posições sociais entre brancos, pretos e pardos não podem ser atribuídas à sobrevivência, na sociedade de classes conformada pela industrialização, urbanização e modernização, dos efeitos da ordem estatutária do nosso passado escravagista, como postulado nos anos 1950 e 1960 por Bastide e Fernandes (1955) e Fernandes (1965). Atualmente, há forte consenso sobre a existência, no Brasil, de um *racismo sem racialismo* (Guimarães, 1999), isto é, de práticas discriminatórias nas interações interpessoais entre brancos, pretos e pardos e mecanismos estruturais de discriminação no acesso aos recursos que geram bem-estar social e no acesso a oportunidades sociais, que, no entanto, não se firmam em uma ideologia fundada na existência de raças biológicas e de suas naturais diferenças. A ausência desse componente ideológico teria tornado invisível o racismo entre nós, especialmente se considerarmos que a dimensão da cor da pele como critério de classificação e discriminação racial foi substituído por “tropos sociais” que se relacionam com a condição e a posição de marginalizados dos pretos e pardos na sociedade brasileira. Guimarães (1999) propõe investigar o modo como em cada momento da nossa história e em cada recanto do espaço social brasileiro esses “tropos sociais” são construídos, reconstruídos e usados para manter e reproduzir as desigualdades raciais. Os resultados dessa investigação seriam cruciais para o adequado entendimento do paradoxo da sociedade brasileira, que legitima práticas e mecanismos de racialização da hierarquia social conformada pelo mercado e pelas classes sociais. Em outros termos, tratar-se-ia de investigar como outras categorias classificatórias apareceriam como “sucedâneos simbólicos aos ‘negros’, como são, no sudeste brasileiro, os epítetos de ‘baianos’, ‘paraibas’ e ‘nordestinos’” (ibid., p. 123). Guimarães propõe também a investigação de três mecanismos que reproduzem, de forma invisível, as desigualdades raciais (ibid., p. 201). O primeiro refere-se à socialização realizada no plano da escola e da comunidade (relações de vizinhança) onde se concentram indivíduos portadores de determinadas características somáticas ou culturais consideradas socialmente desvalorizadas, que transforma esses valores em atributos individuais, mantendo a baixa auto-estima. O segundo atua na vida cotidiana e é materializado nas relações interpessoais nas quais práticas discriminatórias ou de exclusão, ainda que de forma polida e discreta, própria da nossa cultura da cordialidade, mantêm à distância os grupos pretos e pardos ou seus “tropos sociais”. Esse mecanismo certamente reforça o primeiro, na medida em que estende, para o espaço social mais amplo do que o das instituições socializadoras, a experiência da sociabilidade confirmadora da inferioridade e da desvalorização sociais. O terceiro mecanismo concerne às práticas discriminatórias institucionalizadas, que funcionam de maneira impessoal, baseadas em ações burocratizadas que ocorrem no mercado, como os preços das mercadorias e dos serviços, as qualificações formais ou tácitas exigidas, as características pessoais, os diplomas, a aparência, entre outras.

A cidade, os princípios que organizam o seu espaço social, o sistema classificatório que dispõe esse espaço como uma hierarquia, o sentido das interações entre os indivíduos na vida cotidiana, as relações que mantêm com as instituições da cidade – a polícia, a burocracia, o mercado de terra etc. –, o funcionamento das instituições socializadoras como a família, a escola e a vizinhança e a vida comunitária do bairro podem funcionar segundo esses três mecanismos. Ou seja, podem criar os “tropos sociais” ligados aos territórios de agrupamento dos indivíduos segundo os atributos somáticos e culturais objetos de práticas discriminatórias. Ao mesmo tempo, a cidade pode ser produto e produtora das práticas discriminatórias institucionalizadas; pode gerar espaços de socialização que constroem a legitimidade da inferioridade e da desvalorização social; e pode gerar práticas de sociabilidade afirmadoras da inferioridade e da desvalorização social dos indivíduos com base em seus atributos somáticos e culturais.

1 Na impossibilidade de apresentar uma completa resenha da reinterpretção do tema do racismo, citamos os trabalhos de sistematização elaborados por Antônio Sérgio Guimarães. Ver Guimarães (1999) e Guimarães e Huntley (2000).

Contudo, no Brasil, são poucos os trabalhos que tentam relacionar o tema da segregação residencial com o das desigualdades raciais. A essa conjunção de temas denomina-se *segregação racial*. Para fins de sistematização, consideraremos três trabalhos. Um dos trabalhos pioneiros no Brasil, nessa linha argumentativa, é o livro de L. A. Costa Pinto *O Negro no Rio de Janeiro*, de 1953. Nele, Costa Pinto destaca a força coercitiva do costume como o mecanismo a partir do qual se realiza a segregação racial no então Distrito Federal, em oposição ao mecanismo de força legal, como nos EUA. Nesse caso, a segregação residencial dos negros no Rio de Janeiro seria fruto de uma incapacidade econômica de parcela da população na escolha do local da residência, a qual seria prerrogativa de um grupo dominante. Essa percepção da segregação racial no Rio de Janeiro – afastando-se do referencial de segregação racial extrema dos EUA – baseia-se na diferença não aleatória do percentual de negros nas várias áreas da cidade e, principalmente, na sobre-representação de negros residentes em favelas e na periferia em relação ao percentual de negros no conjunto da população.

Recentemente, Telles (2003) retoma a tese da existência de um “racismo à brasileira”, reforçando a hipótese do “racismo sem racialismo” (id., 1993), e, utilizando as técnicas dos índices de segregação difundidos desde os trabalhos seminais de Duncan e Duncan (1955), compara os padrões de distribuição territorial de “negros” e brancos nas metrópoles brasileiras e americanas, concluindo que entre nós vigora uma “segregação moderada” (Telles, 2003, p. 180) e que as distâncias sociais entre a “*classe média*” e o restante dos estratos sociais, segundo os grupos de cor, diminui à medida que aumenta a renda, mas em gradação diferente quando se trata de brancos, pardos e pretos. Os “negros” tendem a permanecer isolados dos “brancos” afluentes, fato que para Telles pode produzir impactos na composição socioterritorial:

[...] menor acesso a recursos, tais como profissionais modelares, melhores redes de trabalho, uma infra-estrutura urbana melhor, o que por sua vez geraria capital social e melhor qualidade de vida. Os não-brancos e especialmente os pretos são mais propensos a ter piores chances de vida simplesmente por ficarem mais distantes da classe média e viverem em concentrações de pobreza. (Ibid., p. 180)

Outra tentativa recente de abordar o tema da segregação racial foi feita por Garcia (2009), cuja análise centrou-se na comparação da situação dos “negros” em duas capitais – Rio de Janeiro e Salvador –, com o objetivo de demonstrar que as desigualdades sociais expressas no território são na verdade desigualdades raciais. Ou seja, segundo a perspectiva de Garcia, as desigualdades sociais não se esgotariam na exploração de classe, havendo na verdade uma imbricação entre a estrutura social e a naturalização das desigualdades raciais, que resultou no que denomina de estratificação sócio-racial-econômica dos indivíduos. Nesse sentido, todo o esforço empírico se concentra em demonstrar como a estruturação do território metropolitano, vista através das desigualdades territoriais nos níveis de condição de moradia, de posse de bens urbanos (máquina de lavar, telefone, automóvel e microcomputador) e de distribuição de serviços de consumo coletivo, está correlacionada com a estratificação sócio-racial-econômica dos indivíduos.

A partir dessas hipóteses, propomo-nos a avaliar, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os efeitos diferenciados dos contextos sociais de residência conformados pela divisão social do território metropolitano na relação entre os grupos de cor e as desigualdades sociais. Essa empreitada torna-se mais complexa se levarmos em consideração o fato de a morfologia social da cidade-pólo apresentar, como característica ímpar, a presença das favelas nas áreas em que se concentram segmentos sociais que ocupam as posições superiores da estrutura social.

## O contexto social do lugar de residência

Para identificar o contexto social no qual os indivíduos estão inseridos, foram tomadas como unidades geográficas as áreas de ponderação - AED<sup>2</sup> do Censo Demográfico de 2000. Apesar de não consistir numa unidade de vizinhança propriamente dita – já que os seus limites são definidos por critérios técnicos de coleta dos dados do Censo –, os limites das áreas de ponderação, no caso da RMRJ, coincidem em grande medida com os limites geográficos dos bairros, o que nos permite falar de um *contexto social do lugar de residência*.

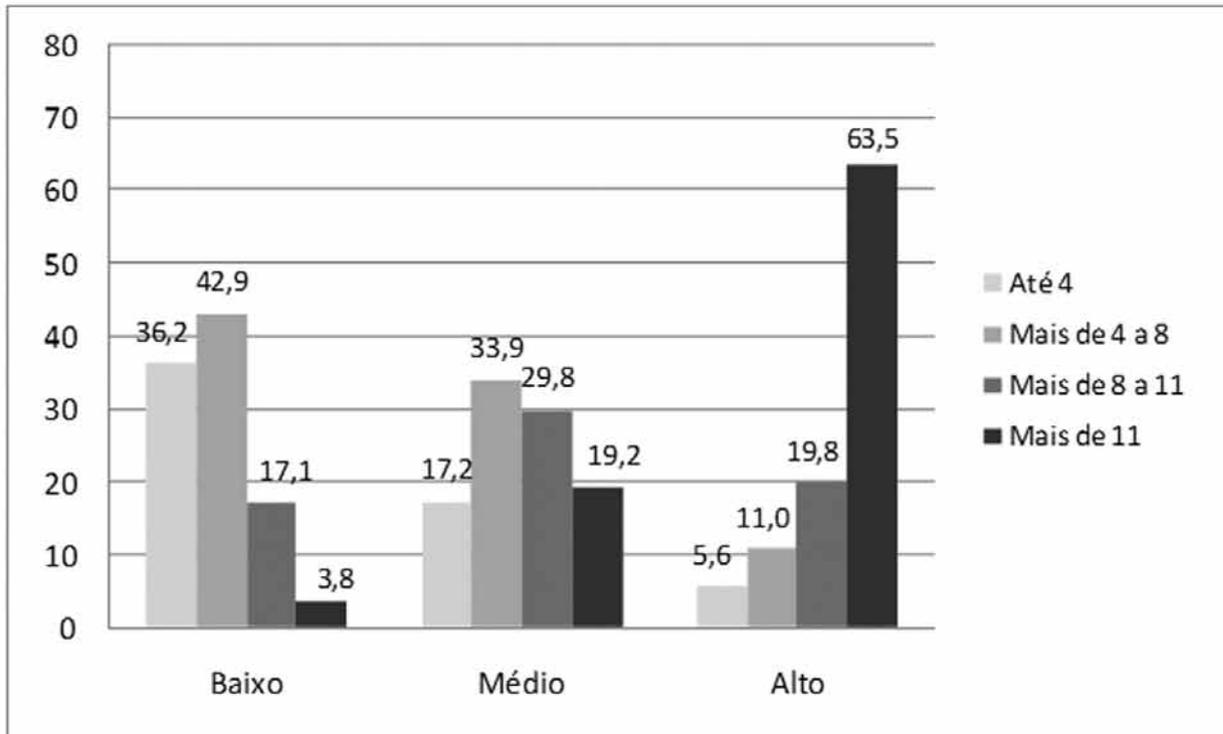
A fim de classificar essas áreas, foi criada uma tipologia que usa a variável de *clima educativo do domicílio*, construída com base na média de anos de estudo dos indivíduos maiores de 24 anos residentes no domicílio<sup>3</sup>. A escolha do clima educativo como variável de construção da tipologia se justifica pela possibilidade de descrição da segregação residencial em termos da concentração de pessoas que vivem tanto nos domicílios quanto nos bairros em situações de maior ou menor chance de acesso à escolaridade – oportunidade escassa na sociedade brasileira –, como um recurso potencializador do seu posicionamento na estrutura social, que condiciona suas chances de acesso a bem-estar social e a oportunidades (Kaztman, 2001; Kaztman e Retamoso, 2005; Ribeiro, 2007).

A composição dos tipos de contextos sociais de acordo com as faixas de clima educativo do domicílio pode ser vista no Gráfico 1. O primeiro tipo é caracterizado por uma alta presença de domicílios com baixo clima educativo, em que 36,2% dos indivíduos estão na faixa de clima até 4 anos de estudo e 42,9%, na faixa de mais de 4 a 8 anos de estudo. Esse primeiro tipo agrupa 49,3% dos indivíduos residentes na RMRJ. Já o segundo tipo apresenta uma predominância de médio clima educativo, com 33,9% dos indivíduos na faixa de 4 a 8 anos de estudo e 29,8% na faixa de 8 a 11 anos de estudo, agrupando 42,7% da população residente na RMRJ. E o terceiro tipo compreende áreas de alto clima educativo, pois apresenta elevada concentração de domicílios na faixa de mais de 11 anos de estudo (63,5%), em que reside 8,0% da população da RMRJ. Com base nessa composição, denominamos o primeiro tipo “contexto social de baixo *status*”, o segundo, “contexto social de médio *status*”, e o último, “contexto social de alto *status*”.

2 Essa divisão territorial foi criada pelo próprio IBGE para a divulgação dos dados da amostra, obedecendo a critérios estatísticos. Cada uma dessas unidades geográficas é “formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo” (IBGE, 2002).

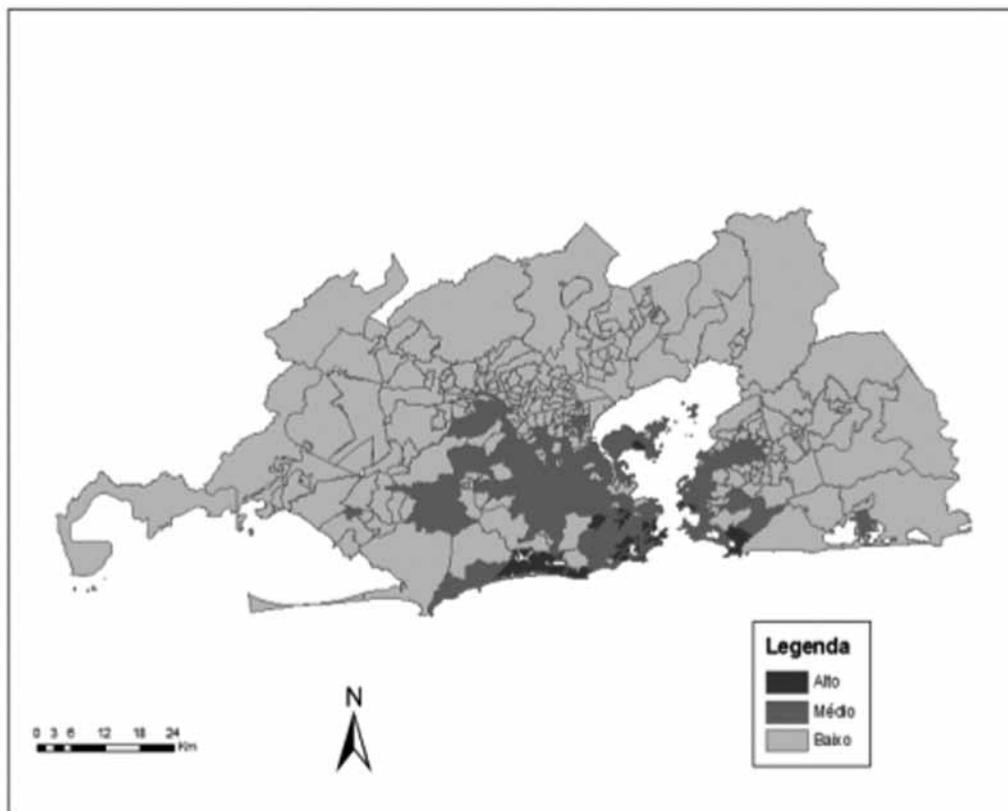
3 Essa tipologia foi construída da seguinte forma: Primeiramente, os domicílios foram classificados de acordo com quatro faixas de clima educativo: “até 4 anos de estudo”; “mais de 4 a 8 anos de estudo”; “mais de 8 a 11 anos de estudo”; e “mais de 11 anos de estudo”. Em seguida, aplicamos sobre essa distribuição uma Análise Fatorial por Correspondência Binária (Fenelon, 1981), da qual extraímos dois fatores tendo como critério de corte o valor de 80% da variância dos dados explicada pelos fatores. Após salvarmos as cargas fatoriais obtidas por esse procedimento, realizamos uma Classificação Hierárquica Ascendente (ibid.), que resultou em três agrupamentos com uma variância intragrupos de 32,6% e uma variância intergrupos de 67,4%.

**Gráfico 1: – Composição percentual das faixas de clima educativo do domicílio pelo contexto social do lugar de residência na RMRJ – 2000**



**Fonte:** Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

A distribuição espacial dos contextos sociais classificados segundo o clima educativo do domicílio é apresentada no Mapa 1. Com base nesse mapa, percebemos que os contextos de alto *status* coincidem em grande medida com as áreas consideradas nobres da cidade do Rio de Janeiro e de Niterói; os de médio *status* coincidem com as áreas de subúrbio da cidade do Rio de Janeiro e Niterói e com as áreas centrais de alguns municípios da região metropolitana; e os de baixo *status* correspondem às áreas da periferia da RMRJ.

**Mapa 1: – Tipologia do contexto social do lugar de residência na RMRJ – 2000**

**Fonte:** Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Para cada um dos contextos sociais do lugar de residência, exploraremos, no tópico seguinte, a situação dos segmentos de cor (brancos, pretos e pardos), com a finalidade de examinar as possíveis diferenças entre eles no que diz respeito a dois tipos de desigualdades: (i) de oportunidades, expressas nas diferentes chances dos grupos de cor de reproduzirem a situação de pobreza dos pais pela via educacional e do trabalho, através da utilização de indicadores da situação de vulnerabilidade dos jovens e das crianças; atraso e evasão escolar e desocupação; e (ii) em termos de bem-estar, avaliadas pelas diferenças das condições habitacionais.

### **As cores dos contextos sociais na RMRJ: podemos falar em divisão racial do território da RMRJ?**

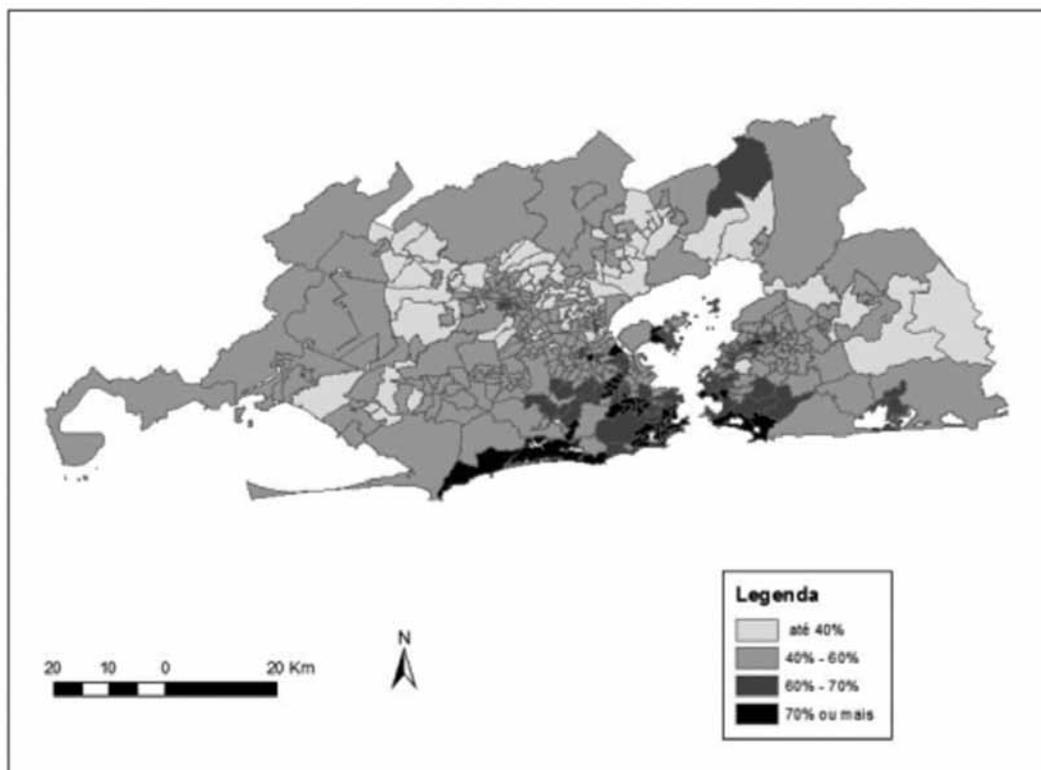
A variável de cor ou raça do Censo Demográfico de 2000 é obtida com base em declaração do informante e posterior enquadramento nas categorias definidas pelo plano de investigação do Censo. Sendo assim, a população da RMRJ representa-se como majoritariamente branca, com percentual de 53,1%. Os indivíduos que se declararam pretos compõem um grupo de cor minoritário, que corresponde a apenas 10,5% da população. Já os que se declararam pardos correspondem a 35,2% da população. As demais categorias de cor somadas correspondem a 1,3% do total da população da RMRJ; portanto, em nossas análises nos centraremos nas categorias de cor branca, preta e parda (ver Tabela 1).

**Tabela 1: – Composição por cor da população na RMRJ – 2000**

| Cor      | Percentual |
|----------|------------|
| Branca   | 53,1       |
| Preta    | 10,5       |
| Parda    | 35,2       |
| Outros   | 0,5        |
| Ignorado | 0,8        |
| Total    | 100,0      |

**Fonte:** Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000.

Anteriormente, vimos como os diferentes contextos sociais de acordo com o clima educativo do domicílio se distribuem no espaço da RMRJ. Resta-nos saber como se distribuem, nesses contextos, os grupos de cor que consideramos neste trabalho (brancos, pretos e pardos). Para tal, os Mapas 2, 3 e 4 apresentam a distribuição dos grupos de cor segundo quatro faixas proporcionais de concentração no território.

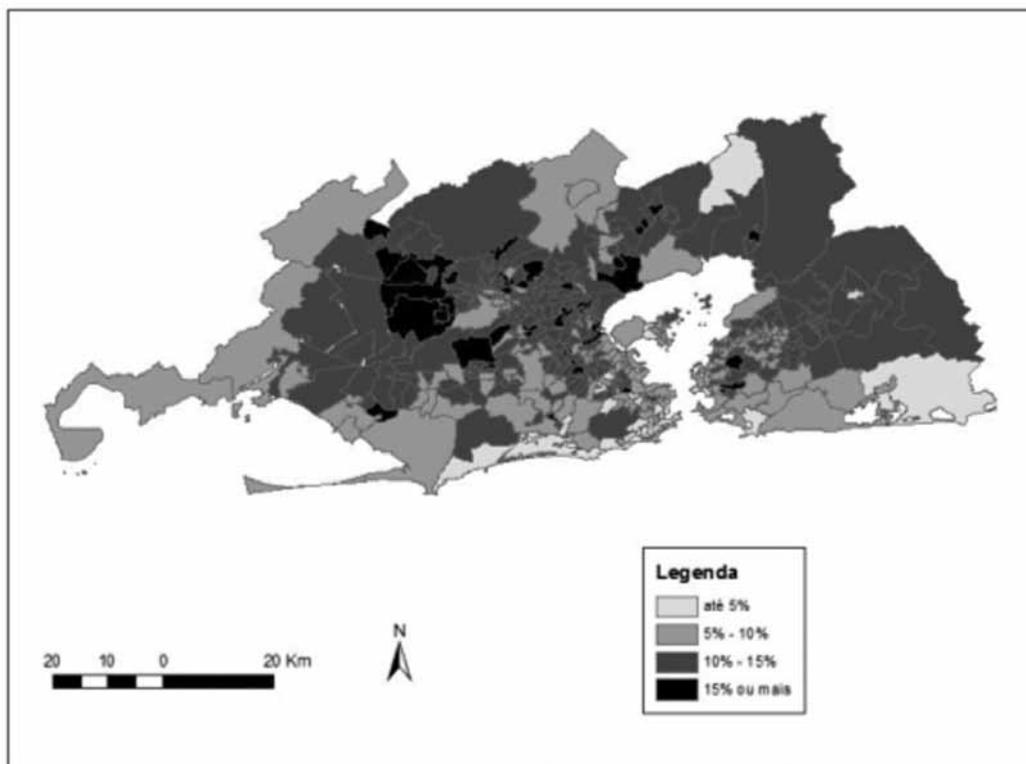
**Mapa 2: Distribuição espacial da população de cor branca na RMRJ – 2000**

**Fonte:** Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

O Mapa 2 apresenta a distribuição dos brancos, segundo as faixas de concentração, na RMRJ. Segundo a Tabela 1, os brancos configuram o maior grupo de cor, correspondendo a 53,1% da população metropolitana; segundo o Mapa 2, a maioria das áreas apresenta percentuais que giram em torno desse valor. Contudo, chama a atenção a elevada concentração de brancos nas áreas que compõem o

núcleo do espaço social da RMRJ: a Zona Sul do Rio de Janeiro, a Barra da Tijuca, a Grande Tijuca, o Centro e a região oceânica de Niterói.

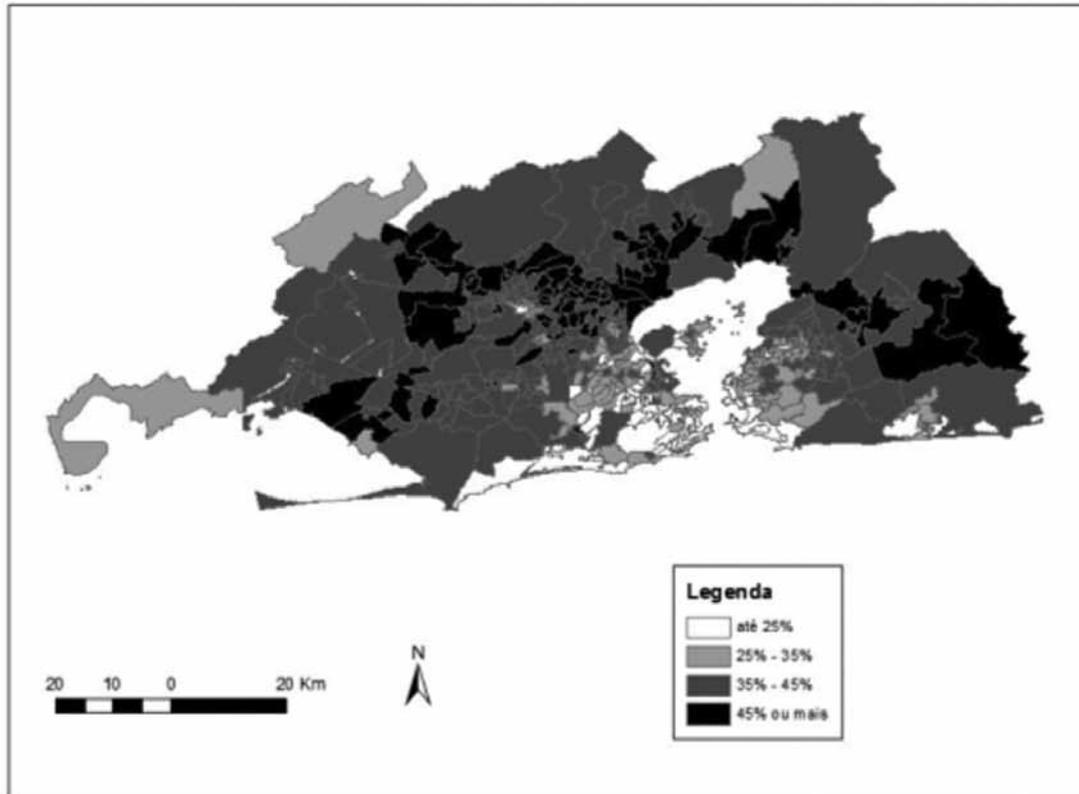
**Mapa 3: – Distribuição espacial da população de cor preta na RMRJ – 2000**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Já o Mapa 3 apresenta a distribuição da população de cor preta segundo as quatro faixas de concentração. É bastante nítida a baixa concentração de indivíduos declarados de cor preta nas áreas onde a concentração de indivíduos declarados de cor branca é superior que a verificada no conjunto da RMRJ. Observamos que a faixa de 10 a 15% de pretos se distribui predominantemente pelas áreas da Baixada Fluminense e que a faixa de concentração acima de 15% tende a se localizar nas regiões centrais dos municípios da Baixada e nas regiões próximas da cidade do Rio de Janeiro.

A população parda, como podemos verificar no Mapa 4, apresenta uma distribuição espacial próxima à da população de cor preta: áreas com grande concentração de brancos correspondem a áreas de baixa concentração de pardos. Contudo, em razão da heterogeneidade do grupo de cor parda, no presente trabalho, consideramos separadamente pardos e pretos, tendo como referência a categoria de cor branca para efeitos comparativos.

**Mapa 4: – Distribuição espacial da população de cor parda na RMRJ – 2000**

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Para verificarmos a relação entre os diferentes contextos sociais de residência e a distribuição dos grupos de cor, recorreremos à Tabela 2, que mostra a composição por cor de cada contexto. Conforme esperado, percebemos que os contextos sociais apresentam significativas diferenças de composição, considerando os dois contextos sociais opostos – baixo e alto. Nos espaços de alto *status*, 88% da população é branca, enquanto no contexto de baixo *status* a maior concentração é de pretos e pardos. Inclusive, no contexto de baixo *status* a cor branca deixa de ser predominante, apresentando um percentual igual ao de pardos. No contexto de médio *status*, apesar da cor branca apresentar um percentual menor do que o observado no contexto de alto *status*, os percentuais de pretos e pardos permanecem abaixo da média considerada para toda a RMRJ.

**Tabela 2: – Percentual de cor segundo o contexto social – RMRJ – 2000**

| Cor    | Contexto social de residência |       |       | Total |
|--------|-------------------------------|-------|-------|-------|
|        | Baixo                         | Médio | Alto  |       |
| Branca | 43,6                          | 59,3  | 88,0  | 53,8  |
| Preta  | 12,5                          | 9,8   | 2,9   | 10,6  |
| Parda  | 43,8                          | 30,9  | 9,0   | 35,6  |
| Total  | 100,0                         | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Contudo, quando analisamos a distribuição de cada grupo de cor entre os contextos sociais, a relação entre segregação racial e segregação residencial é mais nítida, principalmente considerando-se o contexto de alto *status* em relação aos contextos de médio e baixo *status*, como pode ser visto na Tabela 3.

**Tabela 3: – Percentual dos indivíduos em cada contexto social segundo a cor – RMRJ – 2000**

| Cor    | Contexto social de residência |       |      | Total |
|--------|-------------------------------|-------|------|-------|
|        | Baixo                         | Médio | Alto |       |
| Branca | 40,4                          | 46,8  | 12,8 | 100,0 |
| Preta  | 58,6                          | 39,2  | 2,2  | 100,0 |
| Parda  | 61,2                          | 36,8  | 2,0  | 100,0 |
| Total  | 49,7                          | 42,4  | 7,8  | 100,0 |

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Além disso, não podemos desprezar o fato de que a estrutura espacial da cidade do Rio de Janeiro se caracteriza por considerável presença de favelas incrustadas em áreas nobres da cidade. Mas, apesar da proximidade espacial, manifesta-se grande distância social, o que é a marca da segregação residencial carioca (Ribeiro, 2005; Ribeiro & Lago, 2001); ou seja, podemos dizer que principalmente no caso das favelas localizadas em áreas nobres da cidade o regime de interação com o seu entorno ainda é hierarquizado com base nas percepções fortemente arraigadas de dois mundos sociais separados e distintos. Com base nessa idéia, Ribeiro e Koslinski (2009) propõem que apesar da proximidade social, as fronteiras entre o “asfalto” e a “favela” localizada nas áreas abastadas da cidade são mais acentuadas do que no que restante da cidade, em razão dos fortes contrastes gerados pela proximidade territorial destes espaços fortalecerem e institucionalizarem as representações coletivas da existência de dois mundos sociais distanciados e separados<sup>4</sup>.

A Tabela 4 mostra o percentual de indivíduos moradores de favelas em cada um dos contextos sociais. Para identificarmos os indivíduos moradores em favela, consideramos a variável *aglomerado subnormal* do Censo Demográfico de 2000<sup>5</sup>.

**Tabela 4: – Composição do contexto social segundo a classificação em favela\* e não-favela – RMRJ – 2000**

|            | Contexto social |       |       | Total |
|------------|-----------------|-------|-------|-------|
|            | Baixo           | Médio | Alto  |       |
| Não-Favela | 86,2            | 89,9  | 96,5  | 88,6  |
| Favela     | 13,8            | 10,1  | 3,5   | 11,4  |
| Total      | 100,0           | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

(\*) Setores censitários classificados como subnormais pelo IBGE.

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

4 Estimamos que no espaço compreendido no raio de 3 km a partir do bairro mais elitizado da cidade do Rio de Janeiro cerca mais de 33% da população residente vive em espaços considerados como favelas.

5 Essa variável indica que o domicílio do indivíduo considerado está localizado em setor censitário que corresponda a um “conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (IBGE, 2002).

Na Tabela 5, considerando apenas a área de não-favela, verificamos que a diferença na concentração dos segmentos de cor permanece a mesma evidenciada na Tabela 2, ao compararmos os contextos sociais de residência. Contudo, quando observamos somente os espaços de favela, a composição de cor dos contextos de alto *status* se modifica; nesse caso, o percentual de brancos (31,8%) é menor do que nas áreas não classificadas como favela; e o de pretos (21,1%) e o de pardos (47,1%) são muito maiores do que nas áreas de não-favela (2,3% e 7,7% respectivamente).

**Tabela 5: – Percentual de cor nas áreas segundo o contexto social e a classificação em favela\* ou não-favela – RMRJ – 2000**

| Cor        | Contexto social |       |       | Total |       |
|------------|-----------------|-------|-------|-------|-------|
|            | Baixo           | Médio | Alto  |       |       |
| Não-Favela | Branca          | 43,9  | 61,5  | 90,1  | 55,4  |
|            | Preta           | 12,4  | 9,0   | 2,3   | 10,1  |
|            | Parda           | 43,8  | 29,4  | 7,7   | 34,5  |
|            | Total           | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Favela     | Branca          | 42,2  | 39,0  | 31,8  | 40,8  |
|            | Preta           | 13,4  | 16,9  | 21,1  | 14,9  |
|            | Parda           | 44,4  | 44,1  | 47,1  | 44,4  |
|            | Total           | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

(\*) Setores censitários classificados como subnormais pelo IBGE.

**Fonte:** Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Antes de tudo, podemos dizer que há uma cor dos espaços que ocupam as posições inferiores da hierarquia socioespacial. Tanto as favelas quanto os contextos sociais de baixo *status* apresentam maior concentração de pretos do que os demais. Aqui se destaca o interessante fato de a população moradora das favelas apresentar maior concentração de pretos e pardos nos espaços de alto *status* do que nos espaços de baixo *status*. Podemos dizer, por outro lado, que há proximidade social entre os espaços de baixo contexto social e as favelas; ou seja, nos espaços de baixo contexto social, há proximidade social entre as áreas de favelas e não-favela.

Na Tabela 6, em que a população de referência é o total da população da RMRJ localizada em cada um dos contextos sociais de residência, os percentuais de brancos, pretos e pardos que residem em favela nos contextos de baixo *status* não se diferenciam significativamente da média; já no contexto de médio *status*, o percentual de negros morando em favelas aumenta para 17,2%, ao passo que o percentual de brancos, na mesma situação, diminui para 6,6%; e, no contexto de alto *status*, apenas 1,3% dos brancos residem em favela, percentual que atinge 25% no caso dos pretos. Ou seja, esses resultados mostram que a percepção da favela como um espaço predominantemente “negro” tem origem nos efeitos sobre as representações sociais da morfologia social dos espaços de alto *status*: o forte contraste entre espaços concentrando fortemente os segmentos brancos da população que ocupam as posições superiores da estrutura social e os espaços de favela. O mesmo não ocorre nas favelas em áreas de baixo *status*, já que não existem diferenças significativas na composição de cor entre os espaços de favela e não-favela.

**Tabela 6: – Percentual da população residente em favela\*, por cor e segundo o contexto social, em relação ao total da RMRJ – 2000**

|        | Cor    | Contexto social |       |      | Total |
|--------|--------|-----------------|-------|------|-------|
|        |        | Baixo           | Médio | Alto |       |
| Favela | Branca | 13,3            | 6,6   | 1,3  | 8,6   |
|        | Preta  | 14,8            | 17,2  | 25,3 | 16,0  |
|        | Parda  | 14,0            | 14,3  | 18,3 | 14,2  |
|        | Total  | 13,8            | 10,1  | 3,5  | 11,4  |

(\*) Setores censitários classificados como subnormais pelo IBGE.

**Fonte:** Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Não constatamos a existência de sinais da “racialização” da hierarquia social dos contextos de residência. De certa forma, podemos dizer que a distribuição dos segmentos de cor pela hierarquia socioespacial da metrópole do Rio de Janeiro constitui mais um fenômeno de concentração territorial dos brancos de maior *status* social, portanto, de maior prestígio e poder econômico, do que um fenômeno de afastamento compulsório dos “negros”. Ou seja, ao mesmo tempo em que “negros” e brancos não estão separados nos contextos sociais de baixo *status*, há um relativo “embranquecimento” das posições de *status* superiores. No entanto, é clara a diferença na composição de cor entre as áreas de favelas e não-favelas nos contextos sociais de alto *status*.

Não temos condições, neste texto, de investigar as vantagens e desvantagens dessa inserção territorial das favelas em contextos sociais de alto *status* para as relações entre segmentos de cor da população; porém, a partir dos dados que temos à disposição, é possível investigar se essa proximidade territorial gera alguma vantagem para os grupos de pardos e pretos, uma vez que a localização na cidade está associada ao menor ou maior controle de recursos que aumentam as oportunidades e o acesso ao bem-estar social. Assim, o objetivo principal agora é responder às seguintes indagações: essa diferença na distribuição dos segmentos de cor na metrópole é acompanhada de desigualdade nos níveis de bem-estar urbano e de oportunidades? Em que medida essa desigualdade é mais influenciada pela cor do indivíduo ou pelo contexto social em que reside?

Procuramos responder a essas indagações através da análise das desigualdades entre brancos, pretos e pardos no tocante às condições habitacionais que determinam o nível de bem-estar social urbano e as oportunidades de inserção social. No primeiro aspecto, as desigualdades resultam da ação do Estado na distribuição dos serviços coletivos, que complementam a função da moradia na reprodução social e do mercado imobiliário residencial, que, pelo filtro dos preços, distribui as pessoas no território e regula o acesso a condições de conforto habitacional. No segundo aspecto, as desigualdades sociais resultam de iniquidades da estrutura de oportunidades, analisadas com base em quatro situações: (i) atraso escolar de crianças entre 8 e 15 anos; (ii) evasão escolar de crianças entre 8 e 15 anos; (iii) *desafiliação institucional*<sup>6</sup> de homens entre 14 e 24 anos; e (iv) maternidade de mulheres sem cônjuge entre 14 e 19 anos. A observação desses segmentos pode revelar indícios de reprodução das desigualdades sociais, uma vez que o mercado de trabalho e a escola são mecanismos de acesso às oportunidades que condicionam a futura trajetória de crianças e jovens no que concerne a mobilidade social.

6 Mais adiante definimos este conceito.

Quanto aos serviços de saneamento, constatamos que as desigualdades são marcadamente cortadas pela hierarquia socioespacial, embora seja possível afirmar que pretos e pardos moradores em espaços de alto *status* apresentam taxa de carência maior do que os brancos do mesmo contexto; porém, a diferença é maior entre pretos e pardos de contextos de alto *status* em relação a pretos e pardos residentes em espaços de baixo *status* (ver Tabela 7). Já os pretos, pardos e brancos habitantes nesses espaços apresentam taxas de carência extraordinariamente mais elevadas que as encontradas nos contextos de alto *status*. O poder público parece “discriminar” pelo local de residência e não pela cor, gerando ou tolerando extremas desigualdades de condições habitacionais e, portanto, níveis diferenciados de bem-estar urbano. Podemos conjecturar duas explicações para a maior vantagem de pretos e pardos moradores nos contextos de alto *status*: a primeira baseia-se no saneamento, que, por ser um serviço coletivo, é distribuído e acessível via a localização dos grupos sociais no território, permitindo que a proximidade habitacional beneficie indistintamente indivíduos brancos e não-brancos; a segunda baseia-se nos investimentos realizados nos últimos 20 anos nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, acompanhados do relativo abandono das periferias metropolitanas, onde está localizada grande parte dos contextos de baixo *status*.

**Tabela 7: – Indicadores de desigualdades habitacionais segundo o contexto social – RMRJ – 2000**

| Indicadores de<br>sesigualdades         | Cor    | Contexto social |       |      | Total |
|---|--------|-----------------|-------|------|-------|
|   |        | Baixo           | Médio | Alto |       |
| Adensamento<br>habitacional excessivo * | Branca | 18,2            | 8,6   | 2,4  | 11,7  |
|   | Preta  | 26,5            | 18,7  | 10,7 | 23,1  |
|   | Parda  | 24,6            | 16,5  | 10,0 | 21,3  |
|   | Total  | 22,1            | 12,0  | 3,3  | 16,3  |
| Carência de instalação<br>sanitária     | Branca | 14,7            | 2,9   | 0,6  | 7,3   |
|   | Preta  | 18,8            | 6,2   | 1,7  | 13,5  |
|   | Parda  | 17,5            | 5,3   | 1,7  | 12,7  |
|   | Total  | 16,5            | 3,9   | 0,7  | 9,9   |

(\*) Domicílios com mais de duas pessoas por dormitório.

**Fonte:** Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

O exame do indicador de adensamento habitacional leva-nos na mesma direção (ver Tabela 7). Na ponta superior da hierarquia socioespacial, há nítidas desigualdades, pois o percentual de pretos e pardos que vivem em condições habitacionais de alto adensamento (10,7% e 10%, respectivamente) é maior do que o de brancos (2,4%). Mas, ao mesmo tempo, podemos dizer que as condições de moradia pioram igualmente para brancos e “negros” à medida que descemos na escala da hierarquia socioespacial. Em termos relativos, os brancos dos espaços de baixo *status* estão em situação pior que os pretos e pardos que habitam em contextos de alto *status*. Parece ser correto concluir que, também nesse aspecto, o local de residência é mais determinante do bem-estar social urbano do que a cor.

Passemos agora à avaliação das desigualdades de oportunidades. Como já mencionado, escolhemos alguns indicadores que poderiam traduzir mecanismos de produção/reprodução de desigualdades relacionados aos contextos sociais. Eles revelam circunstâncias em que crianças e jovens podem

estar em situação de risco social pela existência de bloqueios, no plano da família e do bairro, ao aproveitamento de oportunidades de acumulação de recursos que, no futuro, poderiam proporcionar-lhes maior bem-estar social e a conquista de posições sociais mais elevadas. Tais oportunidades relacionam-se com o acesso a ativos educacionais advindos da escolarização e aos resultantes do acúmulo de experiências no mercado de trabalho.

Antes de tudo, verificamos as importantes diferenças entre brancos e não-brancos quanto ao atraso escolar de um ano ou mais de crianças entre 8 a 14 anos de idade, como indica a Tabela 8. No contexto de alto *status*, pretos e pardos têm, em termos relativos, o dobro da incidência de atraso escolar (59,9% e 47,8%, respectivamente) dos brancos (23,7%). Olhando por esse prisma, as desigualdades entre brancos e “negros” parecem impor-se às desigualdades decorrentes do local de moradia. Porém, quando examinamos a situação de cada segmento, verificamos que indivíduos “negros” moradores em contextos de alto *status* desfrutam de vantagens no aproveitamento escolar em relação aos habitantes dos contextos da ponta inferior da hierarquia socioespacial, em que o atraso escolar dos pretos é de 70,9%, dos pardos é de 62,7%, e dos brancos é de 51,8%. Quanto à evasão escolar, verificamos a mesma relação, ou seja, apesar da disparidade entre brancos e “negros” nos contextos de alto *status*, a incidência de evasão escolar nos contextos de baixo *status* é consideravelmente maior.

**Tabela 8: – Indicadores de desigualdades de oportunidades segundo o contexto social – RMRJ – 2000**

| Indicadores de desigualdades                 | Cor    | Contexto social |       |      | Total |
|--|--------|-----------------|-------|------|-------|
|  |        | Baixo           | Médio | Alto |       |
| Crianças com atraso escolar maior que um ano | Branca | 51,8            | 35,8  | 23,7 | 42,3  |
|  | Preta  | 70,9            | 60,2  | 59,9 | 66,9  |
|  | Parda  | 62,7            | 52,8  | 47,8 | 59,2  |
|  | Total  | 59,1            | 44,0  | 27,4 | 51,6  |
| Crianças fora da escola                      | Branca | 24,0            | 12,9  | 6,1  | 17,6  |
|  | Preta  | 40,6            | 29,2  | 28,0 | 36,3  |
|  | Parda  | 32,4            | 22,9  | 19,7 | 29,1  |
|  | Total  | 29,8            | 17,9  | 8,2  | 24,1  |
| Mães adolescentes solteiras                  | Branca | 5,7             | 4,1   | 0,9  | 4,4   |
|  | Preta  | 11,2            | 9,8   | 8,4  | 10,7  |
|  | Parda  | 7,6             | 7,0   | 4,4  | 7,3   |
|  | Total  | 7,2             | 5,6   | 1,5  | 6,2   |
| Jovens em desafiliação institucional         | Branca | 8,0             | 6,0   | 4,5  | 6,7   |
|  | Preta  | 10,7            | 8,8   | 11,8 | 10,0  |
|  | Parda  | 8,7             | 7,4   | 5,1  | 8,2   |
|  | Total  | 8,7             | 6,7   | 4,8  | 7,6   |

**Fonte:** Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

A maternidade precoce também implica em diminuição das chances de mobilidade social, na medida em que a adolescente é obrigada – em grande parte dos casos – a retirar-se dos estudos, tendo assim limitadas suas possibilidades presentes e futuras de emprego. A maternidade precoce é hoje uma das principais causas da evasão escolar, pois, segundo a Unesco, 25% das meninas grávidas com idade

entre 15 e 17 deixam de estudar. A maternidade precoce está fortemente relacionada aos contextos familiares<sup>7</sup> e sociais nos quais agem diversos mecanismos que condicionam o seu comportamento: falta de informação sobre práticas anticonceptivas; falta de acesso ao sistema público de saúde; limites da socialização; exposição aos papéis sociais tradicionais. Observamos, com base na Tabela 8, que a incidência de maternidade precoce nos contextos de baixo *status* é superior à verificada na ponta mais elevada da hierarquia, tanto para o conjunto da população quanto para os segmentos brancos e não-brancos. O que chama a atenção nesse caso é que a localização da residência parece ter pouca influência no comportamento das adolescentes não-brancas. Já para as adolescentes brancas, a incidência da maternidade precoce aumenta de 0,9% no contexto de alto *status* para 5,7% no contexto de baixo *status*. Como hipótese explicativa, supomos que, para a adolescente sem cônjuge, as diferenças de contexto (familiares e sociais) favorecem mais as brancas do que as não-brancas. Ou seja, o fato de morar em contextos de baixo *status* social influencia negativamente mais as brancas, enquanto para as não-brancas o risco de gravidez precoce permanece mais elevado em todos os contextos socioespaciais.

A situação do jovem do sexo masculino que não estuda, não trabalha e nem procura emprego aproxima-se da condição social denominada *status zero*, por Williamson (1997), ou *desafiliação institucional*, por Alvarez-Rivadulla (2002), pelo fato de esse jovem estar afastado simultaneamente dos dois papéis sociais possíveis – trabalhador e estudante – nessa etapa do ciclo da vida. Com efeito, o fato de estar em situação de *desafiliação* pode indicar a exclusão das condições sociais nas quais esse jovem adquire ativos importantes para o acesso a posições sociais superiores, sejam eles decorrentes da escolaridade ou do acúmulo de experiência ocupacional. Numa situação limite, pode indicar um comportamento juvenil não mais orientado pela normatividade moral exigida pelos valores e aspirações dominantes<sup>8</sup>.

A análise dos dados mostra novamente diferenças importantes entre as duas pontas da hierarquia socioespacial, ou seja, as taxas dos jovens de *status zero* ou em situação de *desafiliação institucional* que vivem em espaços de baixo *status* são superiores às dos que vivem em contextos de alto *status*. Essa diferença é observável principalmente no segmento de jovens brancos, o que indica que os contextos sociais podem ter alguma influência na redução de suas chances de *desafiliação*. O mesmo não acontece com os jovens pretos, pois as taxas dos que estão nos contextos de alto *status* são pouco inferiores às dos que estão nos contextos de baixo *status*. Em relação a esse indicador, podemos dizer também que o local de residência tem papel mais relevante no acesso a oportunidades do que a cor, embora essa situação influencie mais os brancos do que os pretos e pardos. Contudo, o resultado que mais chama a atenção é que a incidência de *desafiliação* entre jovens pretos é um pouco menor nos contextos de médio *status* (8,8%) do que nos de alto *status* (11,8%). Nesse caso, podemos dizer que a favela localizada em contextos de alto *status* é responsável pela alta incidência de *desafiliação* de jovens de cor preta.

Com intuito de testar os efeitos da segregação residencial *vis-à-vis* ao efeito da cor no acesso a oportunidades, construímos um modelo de regressão logística tendo como variáveis dependentes cada uma das situações anteriormente mencionadas. A escolha da análise multivariada se deve ao fato de os indicadores de desigualdade de oportunidades configurarem variáveis conhecidas na estatística como *dummy*, ou seja, dados categóricos para cada indivíduo, nos quais o valor “1” identifica o indivíduo que se encontra em uma das situações de desigualdade de oportunidades e o valor “0” no caso

7 Dados trabalhados por Itaborá (2003, p. 179) indicam que 22,5% das mães adolescentes de 15 a 19 anos são socializadas em ambientes bastante pobres, pois vivem em domicílios com renda de até 2 salários mínimos.

8 É importante considerar os contextos sociais na busca do significado sociológico da condição do jovem que não estuda nem trabalha. Como menciona Saravi (2004), na América Latina o *status zero* tem sido entendido como condição de vulnerabilidade e risco, por representar a possibilidade de diminuição da oportunidade futura de bem-estar social e de associação a atividades ilícitas.

contrário. Como variáveis de controle do modelo, consideramos a renda familiar *per capita*, em salários mínimos, e o clima educativo do domicílio. Tal procedimento é importante para o controle das relações que buscamos evidenciar (desigualdade de oportunidades x cor e desigualdade de oportunidades x contexto social e residencial).

Em resumo, o nosso objetivo é submeter os resultados da análise descritiva ao teste estatístico: se e em que grau a divisão por cor (branco x preto e branco x pardo) explica mais as desigualdades de oportunidades do que os contextos sociais, observando os planos da família (pobreza x não-pobreza), do domicílio (baixo clima x alto clima educativo) e do lugar de moradia (de alto *status* x baixo *status*). Os coeficientes estimados do modelo de regressão quando maiores que 1 expressam o risco relativo de o indivíduo estar numa das situações de desigualdade de oportunidades supramencionadas; ou seja, em relação aos seus grupos de referência. Cada uma das variáveis consideradas no modelo apresenta um valor que representa o risco (ou chance relativa) de estar numa das situações de desigualdade de oportunidades.

Aplicamos o modelo assim construído para o conjunto da população da região metropolitana e, ao mesmo tempo, para cada um dos segmentos de cor.

Para a variável cor, consideramos a branca como referência e estimamos o risco para pardos e pretos. Para a variável contexto social, consideramos o de alto *status* como referência e estimamos os efeitos dos contextos de baixo *status* e de médio *status*. No caso da renda familiar *per capita*, estimamos o efeito sobre indivíduos integrantes de grupos familiares de até 1/2 salário mínimo e de 1/2 a 1 salário mínimo, tomando como referência o grupo de 1 salário mínimo ou mais. Para a variável contexto domiciliar, estimamos o risco dos indivíduos pertencentes a domicílio com clima educativo de até 4 anos de estudo (baixo) e de 4 a 8 anos de estudo (médio), tendo como referência os indivíduos integrantes de domicílios com clima educativo de 9 ou mais anos de estudo (alto).

Apresentamos na Tabela 9 os resultados do modelo de regressão logística para a variável atraso escolar de um ano ou mais para crianças entre 8 e 14 anos de idade. No conjunto da metrópole, a divisão por cor tem maior importância do que o lugar de residência na explicação das desigualdades de oportunidades educativas, atingindo mais fortemente as crianças pretas do que as pardas em relação às brancas, o que poderia nos levar a aceitar a hipótese da existência de efeitos de práticas discriminatórias com fundo racial. Não obstante, têm peso explicativo mais importante as condições sociais nas quais a criança é socializada, nos planos da família, do domicílio, com destaque para o clima educativo domiciliar, e em relação à pobreza.

Quando examinamos os resultados da aplicação do modelo para os grupos de cor, observamos que essas condições contextuais atingem mais as crianças brancas do que as pretas e pardas, sendo que para estas últimas o lugar de residência tem pouco ou nenhuma influência no risco de atraso escolar.

**Tabela 9: – Estimativa do efeito do contexto social e da cor sobre o atraso escolar de um ano ou mais, considerando crianças entre 8 e 14 anos – RMRJ – 2000**

|   | Risco relativo |        |        |        |
|---|----------------|--------|--------|--------|
|   | RMRJ           | Branco | Pretos | Pardos |
| Preto   | 1,54           | -      | -      | -      |
| Pardo   | 1,27           | -      | -      | -      |
| Renda familiar <i>per capita</i> até 1/2 SM       | 1,63           | 1,65   | 1,38   | 1,48   |
| Renda familiar <i>per capita</i> de 1/2 SM a 1 SM | 1,34           | 1,38   | 1,22   | 1,25   |
| Clima educativo domiciliar de até 4 anos          | 2,31           | 2,41   | 1,68   | 1,89   |
| Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos          | 1,66           | 1,71   | 1,34   | 1,48   |
| Contexto social baixo <i>status</i>               | 1,26           | 1,30   | 1,10   | 1,03*  |
| Contexto social médio <i>status</i>               | 1,13           | 1,15   | 0,99*  | 0,95   |

(\*) Não significativa para  $\alpha = 0,05$ .

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Na Tabela 10, apresentamos os resultados para a variável evasão escolar. A cor parda representa um risco praticamente nulo de exclusão escolar em relação à branca, mas este é elevado para a criança de cor preta (1,36). Assim como na situação de atraso escolar, o risco de evasão escolar sofre maior efeito dos contextos sociais no plano da família e do domicílio – representados aqui pelas variáveis de clima educativo domiciliar e renda *per capita* da família – do que da cor das crianças. Além disso, quando observamos os efeitos do lugar de residência, constatamos que o risco para crianças que moram em contexto de baixo *status* é 1,22 vezes superior ao risco estimado para as que residem em contexto de alto *status*, valor elevado e não muito distante do estimado para a cor preta (1,36). Observando os resultados da aplicação do modelo separadamente para os segmentos de cor, percebemos que as crianças brancas sofrem maiores desvantagens decorrentes dos efeitos de viverem em contextos sociais desfavoráveis nos planos da família, do domicílio e do lugar de residência. Chama a atenção o fato de as crianças brancas (1,48) e pretas (1,42) vivendo em contextos marcados pela baixa escolarização dos adultos estarem submetidas a elevados riscos de evasão escolar, em grandezas semelhantes para ambos os grupos de cor. O que aparece como novidade nesse caso, diferentemente do observado com relação ao atraso escolar, é que, mesmo as crianças de cor preta tendo maior risco de evasão escolar, as crianças também de cor preta mas que residem em contextos de baixo *status* apresentam um maior risco de evasão escolar do que as crianças de cor preta residentes em contextos de alto *status*. Já para as crianças pardas esse efeito do local de moradia não é significativamente diferente dentre os diferentes contextos sociais.

**Tabela 10: – Estimativa do efeito do contexto social e da cor sobre a evasão escolar de crianças entre 8 e 14 anos – RMRJ – 2000**

|   | Risco relativo |        |        |        |
|---|----------------|--------|--------|--------|
|   | RMRJ           | Branco | Pretos | Pardos |
| Preto   | 1,36           | -      | -      | -      |
| Pardo   | 1,07           | -      | -      | -      |
| Renda familiar <i>per capita</i> até 1/2 SM       | 1,98           | 1,85   | 2,20   | 1,98   |
| Renda familiar <i>per capita</i> de 1/2 SM a 1 SM | 1,31           | 1,19   | 1,34   | 1,41   |
| Clima educativo domiciliar de até 4 anos          | 2,34           | 2,53   | 1,58   | 2,29   |
| Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos          | 1,28           | 1,38   | 0,95*  | 1,22   |
| Contexto social baixo <i>status</i>               | 1,22           | 1,48   | 1,42   | 0,9*   |
| Contexto social médio <i>status</i>               | 0,92           | 1,06*  | 1,01*  | 0,71   |

(\*) Não significativa para  $\alpha = 0,05$ .

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Examinando os coeficientes, um fato chama a atenção. Trata-se do risco superior de evasão escolar para as crianças pretas de famílias pobres (até 1/2 salário mínimo), quando comparadas com as que vivem em domicílios com baixo clima educativo (até 4 anos de estudo). No primeiro caso, o risco é de 2,20, e, no segundo, de 1,34. Esse resultado indica a forte relação entre pobreza e evasão escolar para as crianças pretas, provavelmente em consequência da necessidade de complementação da renda familiar através do trabalho infantil.

Na Tabela 11, apresentamos os resultados do modelo para estimativa do risco de mulheres entre 14 e 19 anos de idade serem mães solteiras. No conjunto da RMRJ, a faixa de renda *per capita* familiar de até 1/2 salário mínimo apresenta um risco de 5,45 vezes o risco estimado para a faixa de renda *per capita* familiar de 1 salário mínimo ou mais, ao passo que o risco para a faixa de 1/2 a 1 salário mínimo representa 2,24 vezes o risco estimado para a mesma faixa de referência, valores bem superiores aos estimados para as cores preta e parda. Isso indica que o risco de gravidez precoce está fortemente relacionado ao contexto social criado pela extrema pobreza da família à qual pertence a jovem. Viver em espaços que concentram fortemente adultos com pouca escolaridade representa um risco superior ao da cor preta. Porém, quando observamos os resultados do modelo para cada segmento de cor, percebemos que, para jovens brancas, os efeitos dos contextos de baixo e médio *status* chegam a, respectivamente, 2,30 e 2,62 vezes o risco do contexto de alto *status*, ao passo que, para jovens pretas e pardas, o efeito do contexto não apresenta significância. Sendo menores para as jovens pretas e pardas os efeitos dos diferentes contextos e, ao mesmo tempo, elevados para as brancas, a cor tem grande peso absoluto na constituição do risco da gravidez precoce de adolescentes.

**Tabela 11: – Estimativa do efeito do contexto social e da cor sobre mulheres entre 14 e 19 anos serem mães solteiras – RMRJ – 2000**

|   | Risco relativo |        |        |        |
|---|----------------|--------|--------|--------|
|   | RMRJ           | Branco | Pretos | Pardos |
| Preto   | 1,71           | -      | -      | -      |
| Pardo   | 1,21           | -      | -      | -      |
| Renda familiar <i>per capita</i> até 1/2 SM       | 5,45           | 6,09   | 4,27   | 4,73   |
| Renda familiar <i>per capita</i> de 1/2 SM a 1 SM | 2,24           | 2,27   | 1,81   | 2,24   |
| Clima educativo domiciliar de até 4 anos          | 1,37           | 1,51   | 1,16   | 1,26   |
| Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos          | 1,23           | 1,44   | 1,05*  | 1,06   |
| Contexto social baixo <i>status</i>               | 1,80           | 2,30   | 0,97*  | 0,94*  |
| Contexto social médio <i>status</i>               | 2,09           | 2,62   | 1,06*  | 1,12*  |

(\*) Não significativo para  $\alpha = 0,05$ .

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Na Tabela 12, apresentamos os resultados da aplicação do modelo para a variável desafiliação institucional de jovens entre 14 e 24 anos. Na leitura dos resultados, podemos perceber que o risco é pouco influenciado pelo contexto social do lugar de residência, pois somente apresenta efeito significativo para jovens de cor parda, sendo 1,13 para o contexto social baixo e 1,16 para o contexto social médio. Para jovens de cor branca, o efeito do contexto social não foi significativo, enquanto para jovens de cor preta o efeito foi de proteção para o risco no caso de residirem em contexto social baixo ou médio em relação ao contexto social alto, ou seja, jovens de cor preta residentes em contexto social alto apresentam um risco maior de estarem em situação de desafiliação institucional. Na reflexão desse resultado, é relevante lembrar que as áreas de ponderação definidas pelo IBGE não discriminam as áreas de favelas e que existe uma importante incidência desse tipo de moradia na RMRJ, em contextos aqui definidos como de alto *status*. Ou seja, no processo de favelização da cidade do Rio de Janeiro, sobressai exatamente o grande número de favelas incrustadas em áreas nobres da cidade, principalmente pela ocupação de morros e encostas. Como vimos na parte descritiva deste artigo, 25% da população preta é moradora em favelas localizadas nos contextos de alto *status*, sendo que nessas favelas os pretos representam 20% da população. Tal presença marcante de favelas nessas áreas da cidade afeta as estimativas para as áreas de ponderação classificadas como de alto *status*, pois, apesar de as favelas não expressarem o tipo de separação total observado no caso dos guetos americanos, a segregação social entre a área de favela e seu entorno rico expressa a existência de mundos sociais entre os quais prevalecem fortes diferenças de condições de vida (renda, escolaridade, conforto habitacional, etc.), de padrões de organização social (tipo, tamanho e composição familiar, por exemplo), além das relacionadas a um complexo e dissimulado sistema de interações fundadas no estigma social, a ponto de a linguagem cotidiana ter incorporado a expressão “favelado” como categoria do jogo das distinções sociais fundado na hierarquia estamental, usada legitimamente na sociabilidade corrente, pela mídia e pelo poder público. Seria impossível, no quadro deste artigo, desenvolver argumentos que expliquem as razões do fato de a proximidade territorial desses mundos sociais justapostos não criar vantagens para os que estão na base da estrutura social, nesse caso, o incentivo aos jovens para a busca de inserção social via escola e/ou trabalho. Em outros termos, a co-presença no espaço desses grupos sociais parece não suscitar plenamente dimensões positivas do fenômeno sociológico conhecido como “efeito pares”. Estudos posteriores

poderão mostrar de que forma a presença de favelas em áreas nobres da cidade afeta a desafiliação institucional de jovens pretos, o que não ocorre com os pardos. Contudo, supomos que estamos diante de efeitos não esperados de mudanças nas expectativas dos jovens quanto ao seu lugar na sociedade; efeitos estes decorrentes tanto da exposição aos meios de comunicação de massa e do aumento do nível de escolaridade quanto do processo de socialização ocorrido pela interação com jovens moradores fora da favela e com posições sociais superiores. Trata-se de dois mecanismos geradores de incongruências entre o *status* social esperado pelos jovens pretos moradores em favela e o efetivamente realizado através da estrutura de oportunidades existente (Lensky, 1954). Os jovens recusam a ocupação a que podem ter acesso, geralmente relacionada ao trabalho manual, informal e aos serviços pessoais ou domiciliares, porque, tendo alcançado níveis de escolaridade superiores aos dos adultos do seu grupo de referência, percebem essa ocupação como socialmente desvalorizada. Também não têm incentivo à continuação do estudo, tanto em razão de a escola pública ser socialmente desvalorizada quanto por não perceberem essa via como capaz de permitir o alcance de suas expectativas de ascensão social<sup>9</sup>.

**Tabela 12: – Estimativa do efeito do contexto social e da cor sobre a desafiliação de jovens entre 14 e 24 anos – RMRJ – 2000**

|   | Risco relativo |         |        |        |
|---|----------------|---------|--------|--------|
|   | RMRJ           | Brancos | Pretos | Pardos |
| Preto   | 1,15           | -       | -      | -      |
| Pardo   | 0,98           | -       | -      | -      |
| Renda familiar <i>per capita</i> até 1/2 SM       | 3,12           | 3,08    | 2,78   | 3,17   |
| Renda familiar <i>per capita</i> de 1/2 SM a 1 SM | 1,51           | 1,44    | 1,47   | 1,55   |
| Clima educativo domiciliar de até 4 anos          | 1,32           | 1,47    | 1,12   | 1,25   |
| Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos          | 1,15           | 1,24    | 0,94   | 1,12   |
| Contexto social baixo <i>status</i>               | 1,02*          | 1,03*   | 0,73   | 1,13   |
| Contexto social médio <i>status</i>               | 1,02*          | 1,02*   | 0,69   | 1,16   |

(\*) Não significante para  $\alpha = 0,05$ .

**Fonte:** Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

## Conclusões: as fronteiras urbanas têm cores?

A motivação principal deste trabalho foi gerar algumas evidências empíricas que permitissem refletir a hipótese da “*racialização*” da estrutura de desigualdades expressa no território através da segregação residencial, tomando a metrópole do Rio de Janeiro como estudo de caso. Procuramos enquadrar a reflexão dessa hipótese em dois debates presentes no mundo acadêmico brasileiro: de um lado, o orientado por hipóteses veiculadas pela literatura internacional sobre tendências contemporâneas de crescentes conexões entre os macromecanismos de reprodução das desigualdades sociais e os microme-

9 A hipótese de o comportamento dos jovens das camadas populares, especialmente os assim chamados “negros”, diante das instituições da sociedade, ser orientado pelos efeitos da incongruência de status foi explorada por Sansone (2003).

canismos de segregação residencial nas grandes cidades, e, de outro lado, o debate nacional a respeito da dimensão “racial” das desigualdades sociais.

Não pretendemos que a análise aqui empreendida seja considerada uma demonstração da inexistência de relevância da “raça” nos processos de produção e reprodução das desigualdades sociais através dos mecanismos que organizam socialmente o território, distribuindo pessoas, recursos e oportunidades a partir da estrutura social e da sua histórica “racialização”. Pretendemos, antes de tudo, que os resultados obtidos chamem a atenção para a complexidade da questão. Nesse sentido, de acordo com os resultados descritos, chegamos às conclusões que passamos a expor e que dialogam com as indagações expostas no início do artigo.

Em primeiro lugar, a cor autodeclarada dos indivíduos tem forte influência sobre os riscos de desvantagens sociais, examinadas em nossa análise, relacionadas ao acesso ao bem-estar social urbano e à estrutura de oportunidades, atingindo de maneira mais significativa os segmentos pretos. Não obstante, constatamos que a cor não explica integralmente a reprodução das desigualdades. Os resultados empíricos do nosso trabalho indicam a forte relevância dos contextos em que crianças e jovens são socializados e adquirem recursos tangíveis e intangíveis necessários ao acesso, presente e futuro, aos recursos da cidade. Destacam-se as resultantes da aquisição prévia de parcelas dos capitais econômico e escolar pelos grupos familiares a que pertencem crianças e jovens. Constatamos, também, que esse acesso está condicionado às características do contexto social conformado pelo lugar de residência, apesar de tratarmos de fatos sociais (atraso escolar, evasão escolar, gravidez precoce e desafiliação institucional) altamente dependentes dos contextos mais imediatos (familiares e domiciliares). Além disso, não encontramos sinais evidentes de homologia entre as desigualdades produzidas pela estratificação segundo a cor e as resultantes da organização social do território, no que concerne tanto à distribuição dos indivíduos no espaço quanto às chances de acesso ao bem-estar urbano e às oportunidades. Os brancos, pretos e pardos de contextos que concentram fortemente adultos com baixa escolaridade experimentam igualmente piores condições urbanas de vida que os pretos e pardos de contextos com mais alto *status*. Essas observações permitem pôr em dúvida a hipótese presente na literatura sobre a existência do fenômeno da segregação “racial” na cidade brasileira (Pinto, 1998; Telles, 2003; Garcia, 2009). Mas, se não encontramos sinais de “racialização” das desigualdades geradas pelos efeitos da organização social do território, constatamos diferenças nos condicionantes das chances de brancos, pardos e negros terem acesso às oportunidades. Tal fato resulta da constatação de que os brancos são mais negativamente afetados em suas chances de aproveitamento das oportunidades em decorrência de contextos familiares, domiciliares e urbanos menos desfavoráveis do que os pardos e, em especial, os pretos. Estes, por sua vez, seriam menos afetados em razão de sua cor já implicar em desvantagem de ponto de partida, que parece não ser anulada pelo fato de viverem em contextos mais favoráveis. Tal fato pode significar que as históricas desigualdades sociais entre os grupos de cor na sociedade brasileira podem estar articuladas com as decorrentes da formação de meios sociais urbanos pouco favoráveis ao aproveitamento das estruturas de oportunidades. Nesse sentido, em futuras pesquisas, seria interessante e útil considerar os mecanismos de discriminação descritos por Guimarães (1999), que, atuando nos planos da socialização dos indivíduos, da vida cotidiana e do funcionamento das instituições, naturalizam as desigualdades “raciais” ao mesmo tempo em que as transformam em seus “tropos sociais”.

## Bibliografia

- ALVAREZ-RIVADULLA, María José. *Asentamientos irregulares en Montevideo: la desafiliación resistida*. Montevideo: FCS/UdelaR, 2002. Documentos de trabajo, Serie Monografías n. 18.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Classes populaires et classes moyennes en centre rénové. In: HAUMONT, N. (Org.). *La Ville: agrégation et ségrégation sociales*. Paris: L'Harmatan, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A Miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- DUNCAN, Otis Dudley; DUNCAN, Beverly. A Methodological analysis of segregation indices. *American Sociological Review*, Chicago, v.20, no. 2, p. 201-217, abr. 1955.
- FENELON, Jean-Pierre. *Qu'est-ce que l'analyse des donnés?* Paris: Lefonen, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Nacional, 1965.
- GARCIA, Antônia dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D'Oxum, e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HALSENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- IBGE. Departamento de Estudos de população. *Censo demográfico de 2000: documentação dos microdados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- ITABORAÍ, Nathalie Reis. Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996). *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 157-176, 2003.
- KAZTMAN, Ruben. *Aislamiento social de los pobres urbanos: reflexiones sobre la naturaleza, determinantes y consecuencias*. Buenos Aires: Siempre/Unesco, 2001.
- KAZTMAN, Ruben; RETAMOSO, Alejandro. Segregación espacial, empleo y pobreza en Montevideo. *Revista de la Cepal*, Santiago del Chile, n. 85, abr. 2005.
- LENSKY, Gerhard E. Status crystallization: a nonvertical dimension of social status. *American Sociological Review*, Washington, v. 19, no.1, p.405-413, 1954.
- PINTO, Luiz Aguiar Costa. *O Negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Segregação residencial: teorias, conceitos e técnicas. In: MOYSES, A. (Org.). *Cidade: segregação urbana e planejamento*. Goiânia: UCG, 2005.
- \_\_\_\_\_. A dimensão metropolitana da questão social: ensaio exploratório. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 31, 2007, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Anpocs, 2007.

\_\_\_\_\_. Proximidade Territorial e Distância Social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. *Revista VeraCidade*, v. 7, 113-127, 2008.

\_\_\_\_\_. & LAGO, Luciana Corrêa do. A oposição favela-bairro no Rio de Janeiro. *São Paulo em Perspectiva*, 14(1), 144-154, 2001.

\_\_\_\_\_. & KOSLINSKI, Mariane Campelo. (2009). *Fronteiras Urbanas e Oportunidades Educacionais: o caso do Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, Outubro, 2009.

SANSONE, Livio. *Blackness without ethnicity: constructing race in Brazil*. New York: St. Martin's Press, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SARAVI, Gonzalo A. Entre la evasión y la exclusión social: jóvenes que no estudian ni trabajan. Una exploración del caso argentino. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, no. 189, p. 68-84, ene./feb., 2004.

SILVA, Nelson do Valle. *White Non-white income differentials: Brasil 1960. 1978*. Tese (Doutorado em Sociologia) – University of Michigan, Ann Arbor, 1978.

TELLES, Edward. Racial distance and region in Brazil: the case of marriage among color groups. *Latin American Research Review*, Texas, v. 28, no. 2, p. 141-162, 1993.

\_\_\_\_\_. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Ford, 2003.

WILLIAMSON, Howard. *Youth and policy: contexts and consequences, young men, transition and social exclusion*. England: Ashgate, 1997.



# VIOLÊNCIA, SOCIABILIDADE E ORDEM PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO: UMA TOMADA DE POSIÇÃO.

Luiz Antonio Machado da Silva

## 1. – Introdução

Este ensaio é uma tomada de posição pessoal que não se propõe como uma análise distante e fria, mas também não se constitui em uma simples especulação. Apresento algumas idéias desenvolvidas no quadro da pesquisa coletiva que deu origem a um livro (no prelo) intitulado “Vida sob cerco: violência e rotinas no Rio de Janeiro” (Machado da Silva, 2008). Tenho escrito vários outros textos sobre o tema, porém, para não cansar o leitor, menciono apenas este livro como a base a partir da qual desenvolvo o argumento que se segue. Devo dizer de início que sou incapaz de decidir quem é o “verdadeiro” autor de cada uma das observações que pretendo fazer, uma vez que o grupo de pesquisa, apesar de intelectualmente bastante variado, trabalhou de modo muito coeso<sup>1</sup>. Os erros, é evidente, são de minha inteira responsabilidade.

A literatura sobre as questões aqui tratadas não é equilibrada, mas no conjunto é imensa. Com a finalidade de deixar o mais claro possível os pontos que, no meu entender, merecem ser explicitados e discutidos, evito referências bibliográficas e exemplificações que não sejam imprescindíveis, e abuso das notas de rodapé.

Dito isto, comecemos antecipando a síntese conclusiva. Recentemente, li em um *site* na internet – tentei retornar a ele para citar a fonte, mas não fui capaz de localizá-lo – um texto curto que afirmava a necessidade de *refundar a polícia*. O ponto de vista que pretendo defender neste artigo é que a situação, no que diz respeito à ordem pública, está se tornando tão crítica que a metáfora da “refundação”, de fato, faz sentido. No entanto, estou convencido de que não é a polícia que deve ser “refundada”, e sim a sociedade. É desnecessário acrescentar que, sendo a vida social um fluxo sem começo nem fim, meu uso da idéia de “refundação” é estritamente metafórico, servindo apenas para indicar a urgência e profundidade do problema, e não como ferramenta de análise. Esse é o horizonte do argumento que desenvolvo a seguir.

Inúmeras pesquisas – levantamentos com dados oficiais, *surveys* sobre vitimização, etc. – indicam, para além de todas as dificuldades de mensuração do fenômeno, que a quantidade de crimes violentos praticados nas grandes cidades brasileiras vem crescendo significativamente<sup>2</sup> nas últimas décadas. Embora haja flutuações no tempo e no espaço no ritmo desse aumento, tanto entre as cidades quanto no que diz respeito à sua distribuição intra-urbana, não há dúvida de que o crescimento tem sido ininterrupto e atinge todo o sistema urbano do país. Entretanto, apesar de se tratar de um fenômeno de escala

1 Agradeço a contribuição dos participantes do coletivo que realizou a pesquisa: Márcia Pereira Leite, Luis Carlos Fridman, Jussara Freire, Juliana Farias, Lia de Mattos Rocha, Wânia Mesquita e Pedro Paulo Oliveira.

2 Em termos absolutos. Soares (2008) demonstra que a taxa de homicídios, que pode ser considerado um bom proxy da intensidade da violência, mantém forte estabilidade no Brasil e na grande maioria dos demais países. De qualquer forma, parece-me razoável afirmar que, na experiência de senso comum que organiza a prática e o discurso coletivos, o que impacta é o “estoque”, não o “fluxo” da violência diretamente associada ao crime.

nacional, a fim de não cair em generalizações apressadas, refiro-me neste trabalho especificamente ao Rio de Janeiro. Tomo esta cidade como um caso particular, mas “bom para pensar” (Geertz, 1989) o conjunto das grandes cidades brasileiras. Afinal, como disse várias vezes o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso referindo-se aos problemas aqui discutidos, “o Rio é o farol da nação”.

Assassinatos, roubos, assaltos, seqüestros, arrastões nas praias, brigas de jovens em bailes *funk* e confrontos armados entre quadrilhas rivais ou entre estas e a polícia, chacinas de policiais contra integrantes das populações de baixa renda, ganharam as ruas de uma forma inusitada por sua frequência, magnitude, localização espacial, potencial de ameaça e repercussão na mídia local e nacional.

O crescimento de episódios de violência e seu desborde para áreas antes razoavelmente protegidas, que vem se acumulando há décadas, transformou-o em um dos principais problemas da agenda pública, construído a partir da identificação de ameaças reiteradas à integridade pessoal e patrimonial que passou a dominar as preocupações de amplas camadas da população carioca. Adiante farei um breve comentário sobre a história desse debate. No momento, basta indicar que um amplo e variado conjunto de condutas (nenhuma delas, em sua materialidade, “novas”) envolvendo direta ou indiretamente a força física foi reunido e resignificado no plano prático-discursivo, gerando um campo de debate articulado pela polisêmica representação de *violência urbana*. É compreensível que em torno desse novo tópico se venha produzindo uma ampla e acalorada discussão a respeito de variadas propostas de políticas de segurança (estatais, “privadas mas públicas”, como se auto-definem aquelas implementadas por algumas organizações não governamentais, ou as que são articuladas sob a forma de “parcerias”), sempre visando recuperar a ordem pública, percebida como ameaçada – ou mesmo desfeita, nas posturas mais radicais que insistem na existência de um “caos urbano” – pelos atores definidos como responsáveis pela *violência urbana*.

Nesse quadro, nada mais natural que o foco das atenções esteja dirigido aos aparelhos policiais, com forte ênfase em sua função de controle social, entendida de maneira restrita à dimensão coercitiva de repressão ao crime violento. Proponho realizar aqui uma *descrição crítica* desse modo de construção coletiva do problema da expansão do crime violento nas grandes cidades brasileiras e algumas de suas conseqüências tomando, repito, o Rio de Janeiro como caso particular. A conclusão mais geral é que, por uma espécie de efeito *boomerang*, **o próprio enquadramento do debate é um dos elementos que reproduz o problema que se quer resolver**. Entretanto, o centro do argumento focaliza em particular um dos mais perversos efeitos deste enquadramento – a criminalização das populações residentes nos “territórios da pobreza”, aqui representados pelas favelas.

A expansão da *violência urbana* parece estar umbilicalmente ligada à economia internacional da droga (no Rio de Janeiro, em particular da cocaína, que se acrescentou à secular cadeia produtiva, muito mais modesta, da maconha). O tráfico em pontos fixos<sup>3</sup>, ao mesmo tempo em que, sendo ilegal, não pode prescindir do recurso à violência privada, confere uma base estável que permite a reprodução continuada dessa forma de “capitalismo aventureiro”, para usar a expressão de Max Weber. Por isso, muitas outras atividades criminais que raramente têm capacidade de se reproduzir sem interrupção tendem, direta ou indiretamente, a gravitar em torno dele.

A histórica segregação espacial, que corresponde a uma espécie de ecologia da desigualdade social<sup>4</sup>, favoreceu a que essa ponta do tráfico internacional, relacionada ao comércio a retalho para o

3 Grillo (2008) distingue com clareza o funcionamento do tráfico “na pista” e “nas bocas” (em geral situadas nas favelas). Este está territorializado e tende a se localizar nos territórios da pobreza; o outro não se territorializa, organizando-se em torno de uma “rede de circuitos” que pode cobrir várias cidades, inclusive no exterior. O primeiro é ostensivo, o outro clandestino, etc. (Cfr. também Rafael, 1998.)

4 Não cabe no espaço deste texto detalhar e demonstrar empiricamente esta afirmativa sobre a segregação das áreas de favela. Posso apenas indicar que ela ocorre através da conjugação de diferentes processos, econômicos, políticos, jurídicos, sociais,

consumo final, tivesse um de seus canais concentrado nas favelas, entre outras “periferias”. Isso redefiniu a imagem pública destes territórios e afetou profundamente o entendimento coletivo de seu lugar na organização urbana.

Por suas implicações que, como se verá, são explosivas, introduzir essa questão na reflexão não é trivial, de modo que é necessário qualificar como está sendo aqui entendida a relação entre as favelas e o consumo final das drogas ilícitas<sup>5</sup>. De início, um alerta: o fato de que os “territórios da pobreza” de uma maneira geral tendem a ser, mundo afora, mais diretamente afetados pelo comércio de drogas, não indica nenhuma dependência causal das referências cognitivas e morais que orientam a conduta do conjunto dos moradores. Primeiro, porque as linhas de comando da cadeia produtiva estão fora dessas áreas e do próprio território nacional. Segundo, porque é sabido que a localização física do varejo está muito longe de restringir-se a esses espaços urbanos mais desfavorecidos, que respondem apenas pela maior visibilidade desse tipo de atividade. Finalmente, porque tanto a estratégia locacional quanto o pessoal nela ocupado dependem do tipo de droga transacionada.

Essas ressalvas, entretanto, não devem obscurecer o reconhecimento de que nas últimas décadas, as favelas têm sido uma espécie de base de operações do crime violento relacionado ao consumo final de maconha e cocaína, nem de que essas redes de varejo exercem força centrípeta sobre outras práticas ilícitas violentas. Como já disse, isso é facilmente percebido pelo conjunto da população, residente ou não, devido à própria massividade da violência do tráfico e de sua repressão. Por sua vez, o estabelecimento de “bocas” nas favelas deriva do fato de que o funcionamento dos sistemas político-institucionais que combinam controle e proteção social é muito mais frágil nos “territórios da pobreza” do que nas demais regiões da cidade (serviços públicos deficientes, subalternidade política relacionada a uma incorporação social que ocorreu pela via do clientelismo, longa tradição de informalidade do trabalho, etc.). É desnecessário acrescentar que essa observação nada tem a ver com as constantes referências à “ausência do Estado”, mas sim com a maneira pela qual as instituições estatais se apresentam nos “territórios da pobreza”.

Assim é que, puxadas por sua involuntária aproximação prático-discursiva com o tráfico, o lugar das favelas na organização sócio-territorial da cidade, que sempre foi um dos problemas centrais de sua integração social, retorna de maneira renovada à cena pública.

Esse é o quadro em que se desenvolve o presente trabalho. O ensaio está dividido em seções. Após a introdução, faço um pequeno resumo do problema tratado e um breve comentário sobre o desenvolvimento histórico do mesmo no caso específico do Rio de Janeiro. Em seguida, incluo um adendo a respeito do papel da mídia no debate que origina a *violência urbana*, visando recusar uma perspectiva que desqualificaria todo o argumento aqui desenvolvido. Para terminar, desenvolvo um raciocínio sobre o papel da organização institucional da atividade repressiva realizada pela polícia e apresento algumas idéias finais, que não chegam a ser propriamente conclusões. Para as questões aqui tratadas, simplesmente não há conclusões definitivas.

---

simbólicos, etc., sobre os quais há ampla literatura. Eles produzem um imaginário dualizado sobre a cidade que provoca, entre outros resultados, um tratamento diferenciado das populações faveladas por parte do conjunto das agências públicas e/ou privadas que, direta ou indiretamente, efetuam as atividades de controle social (cfr. Valladares, 2005).

5 É importante ressaltar que a superposição da cocaína ao comércio a retalho da maconha, o qual sempre foi moralmente tolerado entre os segmentos inferiores, não se beneficiou desta semi-legitimidade, ao contrário, por exemplo, do que aconteceu na relação entre o jogo do bicho e as escolas de samba (Chinelli e Machado da Silva, 1997).

## 2. – O problema.

### 2.1. – Pressupostos e enquadramento empírico.

É no debate público, em suas diversas arenas, que se constrói uma compreensão compartilhada (mas não homogênea nem unificada) a respeito da natureza e funcionamento de setores da vida social que aparecem como relevantes, o que inclui, a um só tempo, as avaliações morais dos atores envolvidos sobre como devem agir. Dito de outra maneira, o enquadramento coletivo de um problema deriva de e corresponde à produção de uma linguagem (uma “gramática”) *prática* que contém um amplo repertório de variações possíveis<sup>6</sup>.

Como venho sugerindo, esse é o papel da *violência urbana*. Ninguém precisa defini-la explicitamente porque, na prática, todo mundo sabe o que ela é e como se deve agir em função desse conhecimento. Isso não implica a necessidade de compartilhar uma mesma definição substantiva: suas variações, enquanto disputas prático-discursivas quanto ao seu significado, são constitutivas da própria categoria. Neste sentido, a *violência urbana* é uma representação complexa e polissêmica que já há algumas décadas vem articulando o conflito social nas cidades brasileiras.

Enquanto referência central na organização de um vasto setor da vida social do Brasil urbano, esta categoria precisa ser considerada como um fato. É claro que, como fato, ela pode ser analisada de uma forma crítica, como farei aqui. Mas é apenas reconhecendo sua vigência concreta como parte integrante do senso comum que se pode operar uma crítica realista. Insisto em que não se pode negar seu caráter factual como parte das práticas ordinárias dos atores concretos, apresentando-a como simples “paranóia”, ficção engendrada pela mídia ou algo assim. De outro lado, ela também não deve ser reificada, isto é, compreendida como dado bruto de uma realidade exterior e independente. Ao contrário trata-se do que se costuma denominar de “teoria leiga” a respeito da experiência vivida, que é indissociável da prática concreta.

Tudo isso para sugerir que a *violência urbana*, no sentido acima indicado, é uma categoria que tem articulado todo o debate atual e as propostas de intervenção em torno da questão da segurança pública. Considero incompreensível a discussão do tema se não começarmos pelo reconhecimento da realidade factual da *violência urbana*.

Mas o que a *violência urbana* representa? Minha hipótese é que ela associa o uso de meios violentos à noção leiga de crime (a qual tem relação, mas não pode ser reduzida ao crime enquanto figura do direito penal), enfatizando o quanto esta combinação ameaça permanentemente, e não apenas eventualmente, a integridade física e patrimonial das pessoas. A representação da *violência urbana* é muito mais

6 Considero o modelo centrado no “regime de justificação” que vem sendo desenvolvido por Boltanski e colegas mais apropriado para lidar com as questões tratadas neste ensaio do que os mais conhecidos (“espetacularização”, hegemonia, ideologia, violência simbólica, etc.) (Boltanski e Chiapello, 1999, Boltanski e Thévenot, 1991, Boltanski, 1990). Sua força está na combinação do tratamento do ator como sujeito dotado de competência com a ênfase no caráter sincrônico e plural das restrições contextuais (definidas como situações) em relação às quais os atores exercitam sua competência. Em outras palavras, nem o cultural dope a que se referia a crítica de Garfinkel, nem uma sequência de conjunturas tratadas em sua homogênea generalidade: atores são dotados de capacidade de discernimento, e conjunturas são heterogêneas, um agregado heterogêneo de situações sobre as quais se exercem as capacidades de sujeitos competentes. Por outro lado, além do que parece ser uma excessiva ênfase na dimensão discursiva da prática social, para Boltanski o regime de justificação volta-se para a produção de consensos (“metafísicas”) que garantem a integridade das situações e por isso é explicitamente qualificado pelo autor como um “regime de paz”. Com certeza este não é exatamente o caso do regime articulado pela gramática da violência urbana. Não é possível, portanto, aplicar mecanicamente o modelo proposto por Boltanski e seu grupo ao problema aqui tratado. Embora me pareça relevante para uma boa compreensão deste ensaio indicar esta preferência teórica, ela aparecerá ao longo do texto apenas de forma alusiva, indireta e implícita – e bastante transformada.

complexa do que a de crime violento – ela generaliza aquela combinação de idéias, não indicando mais uma simples coleção de práticas violentas desviantes, intermitentes, intersticiais e sempre referidas à ordem dominante. Minha hipótese é que *violência urbana* é uma categoria que remete à natureza de uma *ordem social específica* ou, em outras palavras, a um padrão de sociabilidade que venho chamando de “sociabilidade violenta” e cujos contornos há algum tempo procuro apreender. Assim, esta é o referente empírico da *violência urbana*, seu significante. A relação indissociável entre *violência urbana* e “sociabilidade violenta”, que vem se construindo e consolidando nas últimas décadas, talvez contenha boa dose de exagero na avaliação da ameaça que representa, mas é preciso admitir que a *violência urbana*, como representação de uma ordem social, não é uma fantasia<sup>7</sup>.

Estou convencido de que se deve considerar com seriedade e em seus próprios termos o significante do que é discutido como *violência urbana*, sem “traduzi-lo” segundo os pressupostos da sociabilidade dominante na qual estamos engajados. Nesta direção, minha hipótese, em uma apresentação minimalista, é que a “sociabilidade violenta” é uma forma de vida singular e muito complicada de ser apreendida dentro dos quadros de análise convencionais. Nela, a força física, com ou sem instrumentos e tecnologias que a potencializam, deixa de ser um *meio de ação* regulado por fins que se deseja atingir, para se transformar em um *princípio de coordenação* das práticas. Em outras palavras, a força física se libera da regulação simbólica, isto é, de sua subordinação às restrições e condicionamentos representados por fins materiais ou ideais. Ela torna-se um fim em si mesma, inseparável de sua função instrumental, como recurso para a ação. Em suma, como sugere o termo “princípio”, ela é sua própria explicação e regula-se a si própria. Como a atualidade urbana brasileira parece demonstrar, isso não cancela o prosseguimento de práticas coordenadas, nem a reprodução de conjuntos de atores ligados pela orientação segundo o mesmo princípio, todos ajustando suas práticas às mesmas avaliações de hierarquias de força, avaliações estas sempre tópicas, instáveis e temporárias. Práticas coordenadas pela força, evidentemente, apresentam um nível muito reduzido de regulação simbólica e produção de sentido, o que é um desafio para a própria noção de “social”. Esta não pode deixar de pressupor alguma produção de sentido. Mas me parece claro o profundo e pervasivo domínio de uma racionalidade estritamente instrumental. Para fechar este ponto, reitero que, ao menos no Rio de Janeiro, os “portadores” da “sociabilidade violenta” são, tipicamente (mas não exclusivamente), os bandos de traficantes responsáveis pela ponta do varejo fixo de drogas ilícitas nas “bocas”.

Não resta dúvida de que as implicações teóricas e filosóficas dessa questão são imensas, mas não creio que esta dificuldade deva impedir ou retardar seu tratamento empírico. Estou convencido de que é necessário compreender em seus próprios termos o núcleo duro da forma de vida e da ordem social correspondente, captadas pela *violência urbana*, aspecto que considero decisivo na questão da segurança pública.

Passo agora a uma especulação, que também não posso desenvolver neste texto, sobre a relação entre a linguagem da *violência urbana* e a forma atual dos conflitos de classe<sup>8</sup>. Estes – cuja configuração

---

7 As diferentes perspectivas a partir das quais a ciência social vem abordando o tema da ordem pública não levam em consideração justamente o que me parece crucial na representação de senso comum: que está constituído um padrão de sociabilidade, distinto do simples aumento quantitativo das atividades desviantes e expressão de uma forma de vida singular. Neste sentido, a noção leiga de violência urbana seria até mesmo mais “realista” do que as análises acadêmicas.

8 Em meados dos anos 1980, a partir de Offe (1985), iniciou-se uma discussão sobre a medida em que o trabalho continuava ou não a ser a “categoria sociológica chave”, isto é, o conceito central da ciência social. Atualmente aquele texto é apenas parte da história da disciplina, embora a relevância analítica do conceito continue sendo um divisor de águas entre os paradigmas vigentes. Não pretendo retomar esta questão. De minha parte, não duvido da existência de classes na atualidade das formações sociais ocidentais. Meu ponto é apenas analisar o efeito da auto-compreensão, pelos atores, da violência criminal e policial sobre certas esferas das práticas no Brasil urbano.

varia no tempo e no espaço – são os responsáveis pelas modalidades da integração social, na medida em que constituem o elemento dinâmico que, nas formações capitalistas, define o Outro e estrutura as relações com ele. Tradicionalmente, tais relações são dotadas de “profundidade”, isto é, articulam-se em um constante movimento de ida e volta entre generalização-institucionalização e particularização-personalização, que Giddens (1991) denominou de “desencaixe-encaixe”. Minha hipótese é que, com a emergência da “sociabilidade violenta” e sua apreensão pela *violência urbana*, ao menos no Rio de Janeiro esse padrão secular de sociabilidade perdeu a profundidade e “achatou-se”, dificultando a produção das mediações características daquele movimento. Cada vez mais as relações com o Outro são vividas e pensadas estritamente ao nível dos contatos interpessoais que ocorrem durante o exercício das rotinas cotidianas. Estas interações, por sua vez, passam a ser evitadas ao máximo, uma vez que é nelas que estaria contido o perigo de interrupção da simples “repetição” regular das atividades ordinárias. Desta forma, é no plano interpessoal que as relações com o Outro se convertem em tema de desconfiança, medo e insegurança. Em consequência, as dúvidas cada vez mais intensas quanto à continuidade das rotinas estimula expectativas e demandas de isolamento, afastamento e evitação do Outro que seria o responsável pelo perigo de interrupção no fluxo das atividades diárias.

Em outras palavras, a ameaça representada pelo perigo e a desconfiança das “classes perigosas” até um passado relativamente recente concentrava a atenção sobre as vicissitudes da reprodução da dominação de classe organizada pelas instituições estatais de regulação do conflito social, cujo epicentro era a possibilidade de uma revolução. Entretanto, a partir do debate que produz a *violência urbana*, desloca-se e reduz-se o foco para as interações interpessoais, com as disputas concentrando-se na possibilidade de interrupção, pela força, da continuidade das rotinas. A referência deixa de ser a estrutura social como um todo, gerando uma compreensão do controle social como controle político, para focalizar diretamente as atividades cotidianas, gerando uma compreensão do controle social como imposição da ordem pública. As “classes perigosas” reaparecem, assim, encarnadas no “vizinho diferente”, com o perigo e a desconfiança envolvidos na relação com o Outro sendo definidos no imediatismo da ameaça à integridade física e patrimonial de cada um, pois esta é a condição que garante a continuidade regular das atividades rotineiras. A consequência de tudo isso é que o tema da ordem social torna-se quase uma obsessão, mas ao mesmo tempo o esforço de organização da sociabilidade reduz-se a tentativas de afastamento do Outro e à definição restrita de outros que não passam de mera variação entre iguais.

Os efeitos sobre a questão da segurança pública, como é fácil de compreender, são explosivos. Antes de mais nada, porém, é preciso considerar que, embora afetem toda a população, eles não são homogêneos. Nos territórios da pobreza, a contigüidade espacial com a “sociabilidade violenta” é inapelável, gerando condições de vida críticas para os moradores destas localidades. As camadas abastadas parecem estar mais protegidas, primeiro pela maior distância social e física dos “portadores” da “sociabilidade violenta” e depois porque dispõem de mais recursos para fazer face a ela. Na pesquisa que o grupo que coordeno realiza no momento, começamos a explorar a idéia de uma “sociabilidade fortaleza”, sugerida por Luis Fridman a partir do conhecido livro de Caldeira (2000) sobre os condomínios em São Paulo: ela seria uma resposta reativa, uma das variantes possíveis derivadas da mesma gramática da *violência urbana*. Este exemplo envolve um caso de produção da mencionada barreira visando o isolamento do Outro por meio de uma atividade empresarial, em que a função de polícia está privatizada e remetida ao mercado, mas ele é parte de um processo mais geral que envolve a *delegação* das camadas mais abastadas ao conjunto dos aparelhos de repressão, inclusive privados, para afastar o Outro.

Todos esses pontos serão retomados adiante. Aqui, basta fechar o comentário mencionando que a demanda por auto-isolamento, ao converter a função (repressiva) de polícia em uma barreira às rela-

ções de classe que organizam a sociabilidade, concede autonomia às corporações policiais para decidir o que é “ser policial”, definir “quem é o Outro”, interpretando a seu juízo as vagas definições contidas na delegação que recebem, e decidir quando e como seguir as normas legais que organizam formalmente suas atividades legítimas. No horizonte das questões tratadas neste ensaio está a possibilidade de gerar interesse coletivo, institucionalmente enraizado, no controle do exercício prático da função de polícia. Embora politicamente frágil, periférica e pouco visível, creio que não se trata de uma quimera, pois já é parte constitutiva de uma certa crítica – ainda subalterna e marginal – voltada para desconstruir a relação *violência urbana*/“sociabilidade violenta”.

## 2.2. – A constituição histórica da *violência urbana*. O caso do Rio de Janeiro.

Embora a *violência urbana* tenha vigência muito ampla, ela não se constitui através de um processo unívoco, pois se desenvolve sempre a partir das particularidades locais. Assim, ao menos em um primeiro momento, é necessário levá-las em consideração. Nesta seção analiso como os conflitos específicos do Rio de Janeiro contribuíram para a produção da *violência urbana* e, a partir daí, para formular e propor políticas de enfrentamento do “problema da ordem pública” na cidade.

Como venho afirmando, houve uma profunda mudança na experiência coletiva da vida na cidade devido aos episódios de violência que se avolumam e se espalham por toda ela, embora de maneira muito desigual. A nova compreensão dos câmbios na sociabilidade urbana esvaziou a linguagem dos direitos e seus diferentes modos de tematizar a oposição entre cidadania e desigualdade, que articulava o conflito social. Isto porque, a partir da constituição da *violência urbana*, aquela linguagem se torna desajustada em relação ao padrão – tanto apreendido como “real” quanto desejado – de integração social. A linguagem dos direitos submerge ou se resignifica pelo impacto da demanda aos aparelhos policiais de garantias imediatas e a qualquer preço à pessoa e à propriedade, que não são mais compreendidas a partir da noção de direitos civis<sup>9</sup>.

Um dos resultados é a crescente indiferença quanto ao funcionamento legítimo do que poderia ser chamado de “institucionalidade estatal”, que estaria deixando de cumprir seu papel regulador e integrador. Não nos esqueçamos de que, desde o processo de gestação da Constituinte, toda a estrutura institucional esteve sob os holofotes da opinião pública na forma de um intenso debate entre os diversos segmentos da sociedade brasileira. E de que, como tópico da agenda, estas questões vêm perdendo espaço, em uma relação inversa com a consolidação da *violência urbana*.

Esses processos, que não podem ser detalhados no presente trabalho, correspondem à experiência coletiva da vida nas grandes cidades brasileiras e explicam o clima difuso de desconfiança, medo e insegurança que pesa sobre as expectativas quanto ao prosseguimento pacífico das rotinas mais triviais. Essa é a dimensão emocional, vivida, subjacente à compreensão da natureza da integração social contemporânea em nossas cidades, que opõe como recíproco-inversos *rotina* e *violência*

9 Tenho insistido na demanda pela proteção a qualquer preço das rotinas diárias, sob a forma de um processo de auto-isolamento que restringe a sociabilidade. Sua contraface, porém, sobre a qual faço menos carga para não perder o foco do argumento, é uma crescente indiferença quanto à vida institucional como um todo. Questiona-se não apenas a eficiência, mas a própria integridade das instituições estatais enquanto responsáveis, em última instância, pela organização e manutenção de regras de convivência que têm sido cada vez menos seguidas. As idéias (errôneas, mas isso não importa aqui) de “ausência do Estado” não podem ser separadas da indiferença para com seu funcionamento, pois afinal de contas é o “Brasil real” que importa. Esta indiferença, se de um lado favorece as críticas a respeito da ineficácia da atividade policial, por outro reforça a mencionada delegação que garante a autonomia dos aparatos de repressão recebem, pois afinal de contas o “Brasil formal” é percebido e vivido como mera ficção.

*criminal*. O antigo perigo representado pelo crime violento, pontual, localizado e intermitente, passa a ser visto como generalizado, difuso e permanente. Estamos, portanto, diante da mentalidade de “segurança apesar dos outros”, no lugar da “segurança com os outros” (eu diria segurança *no conflito* com os outros), para usar as conhecidas expressões de Bauman (2001, 2000) na sua interpretação do “inimigo próximo”. É este quadro de referência que reduz as disputas ao nível das rotinas cotidianas e gera demandas por ordem a qualquer preço, considerando a repressão como única garantia da ordem pública e tem como horizonte um mítico ordenamento da vida cotidiana, calmo e previsível, que provavelmente nunca existiu. Como contrapartida da transformação da violência criminal em um padrão de sociabilidade (a “sociabilidade violenta”), abre-se espaço para a demandas que estimulam a já tradicional violência policial.

Esse quadro parece ser produto da confluência de um amplo e complexo conjunto de macro-processos de longo prazo, alguns de escala global (penso, por exemplo, na variedade de modulações do individualismo contemporâneo, uma das quais seria a própria “sociabilidade violenta”). Em termos mais concretos, porém, relacionados aos conflitos que geram a agenda pública, pode-se dizer que as mudanças até aqui descritas constituem o desdobramento imprevisto de certas medidas tomadas ainda durante o governo militar e da reação a elas que foi parte da luta pela redemocratização. Vejamos, brevemente, este ponto.

Começo por recordar que, até a ditadura militar, o controle rotineiro das atividades típicas do lumpenproletariado urbano – contravenções, crimes contra a pessoa e o patrimônio, prostituição, varejo de mercadorias contrabandeadas, comércio de drogas ilícitas (quase exclusivamente maconha), etc. –, era uma atividade policial socialmente periférica que despertava pouca atenção pública e sempre foi delegada ao arbítrio da autoridade policial. Esse estado de coisas apenas era quebrado nas raras ocasiões em que algum episódio mais espetacular saía das últimas páginas dedicadas aos acontecimentos policiais e chegava às manchetes da grande imprensa “séria” (das publicações que cobriam regularmente esses acontecimentos dizia-se com desprezo que “torcendo, sai sangue”). De passagem, note-se que isso explica boa parte do bem documentado caráter truculento da atividade repressiva (Bretas, 1988).

Durante aquele período, a ideologia da segurança nacional destacou e politizou de forma progressiva o tema da segurança pública. Como, no espaço deste trabalho, não é possível entrar em detalhes sobre essa transformação crucial, apenas menciono dois de seus marcos. O primeiro deles é a militarização da polícia, que desloca o eixo de sua atuação repressiva, das atividades rotineiras de controle social para questões definidas como relativas à segurança do Estado. Com isso, produziram-se as condições, se não propriamente formais, ao menos oficiosas, para que se reconhecesse a autonomia dos aparelhos policiais, que acabaram perdendo o pouco que havia de enraizamento social.

A segunda medida que marca o destaque e politização do tema da ordem pública está relacionada ao teor da Lei de Segurança Nacional. Como reação aos assaltos a banco e seqüestros protagonizados pelos grupos ligados à luta armada, essa lei desfez as fronteiras judiciais entre o crime comum e o crime político. Acresce que, ainda que não houvesse essa intenção, talvez ela tenha sido a primeira medida estritamente repressiva a alcançar as camadas médias, de onde provinha boa parte dos militantes da luta armada que foram o motivo da elaboração da lei.

Essa é a matriz do atual “problema da segurança pública”: a superposição entre o controle social rotineiro e as questões da segurança do Estado; a militarização e o reforço da autonomia de funcionamento dos aparelhos policiais, que acabou favorecendo a visibilidade altamente politizada das funções repressivas de rotina; o fato de que a truculência característica das atividades policiais passou a atingir

também membros das camadas médias. Foi por esse caminho que o crime comum violento entrou na consideração pública e se tornou um problema galvanizador das atenções<sup>10</sup>.

A reorganização da atividade repressiva a partir da Lei de Segurança Nacional trouxe à tona as péssimas condições de vida nos presídios. Embora nunca tivessem sido segredo, só naquele momento elas se tornaram objeto de intenso debate estimulado pelas notícias de tortura que se avolumaram com o enfraquecimento do poder dos militares e com a presença nas cadeias de membros menos desprovidos de recursos materiais, sociais e simbólicos do que os que costumavam freqüentá-las.

Não é de estranhar, portanto, que a questão das formas legítimas e ilegítimas de manutenção da ordem social, como tópico específico de debate, entre na consideração pública e se torne parte integrante da campanha pela redemocratização, embora em um primeiro momento de forma um tanto diluída pela ampla coalizão interclassista que convergia na crítica ao “entulho autoritário”. Nesse nível de generalidade, essa crítica acabava por aproximar a legislação de exceção que regia a repressão policial de outra discussão, a que girava em torno do corporativismo da legislação trabalhista e sindical.

Como se verá adiante, a clara dissociação entre essas duas questões – a proteção do trabalho e a manutenção da ordem – ocorreu durante a vitoriosa campanha de Leonel Brizola ao governo do estado (1983-1986). Antes, porém, deve-se notar que, à época, os fundamentos materiais da linguagem dos direitos já vinham se esgotando devido à crise que encerrou o “milagre brasileiro”, central na formulação da chave econômica da superação da pobreza e da proteção do trabalho que marcou o “consenso desenvolvimentista” que acompanhou o crescimento, tanto em sua versão “popular” quanto “militar”<sup>11</sup>. Creio ser plausível afirmar que a década de 1970 corresponde a um agitado período de desmonte e inversão da ideologia desenvolvimentista, cujas possibilidades de realização concreta mobilizavam as esperanças de segmentos cada vez mais restritos da população urbana. Em resumo, o debate político em torno do processo produtivo e da desigualdade econômica foi abafado, de um lado pela paralisação do crescimento e, de outro, pela generalização do movimento contra a ditadura. Mas reapareceu sob a forma de remoção do “entulho autoritário”, não mais em uma formulação econômico-produtivista dos direitos, e sim como uma discussão de teor político-institucional, sobre o reordenamento jurídico das relações trabalhistas e sindicais<sup>12</sup>.

Esse foi o quadro em que ocorreu a primeira eleição de Leonel Brizola para o governo do estado do Rio de Janeiro. É desnecessário lembrar que Brizola sempre foi profundamente ligado à primeira

10 Data da época o surgimento da Falange Vermelha, que se propunha a organizar politicamente os presos comuns, a partir de uma ideologia de denúncia de tratamento ilícito e de auto-defesa copiada dos presos políticos (Coelho, 2005). Note-se que este fato ainda marca a grande distância entre as disputas da época e a emergência da “sociabilidade violenta”, uma de cujas características principais é justamente não gerar ideologia nem doutrina justificadora. Por outro lado, ressalte-se também que é neste momento que, através de sua politização, parece iniciar-se a retirada da violência criminal dos interstícios da ordem social, de modo que este pode ser considerado o marco zero das questões que discuto aqui. Quanto à violência policial, que desemboca na constituição das milícias de hoje (também simbolicamente regulada e justificada, porém segundo o modelo das máfias, cuja atividade central é a cobrança de proteção), tenho pouco a dizer neste trabalho, porque minha atividade de pesquisa não as cobre o suficiente. (Sobre a atualidade das milícias, cfr. Souza Alves, 2008; Cano e Ioot, 2008 e Mesquita, 2008.)

11 O viés econômico do desenvolvimentismo, articulado como disputa em torno dos direitos sociais, parece continuar a ser a tendência amplamente dominante. Entretanto, no presente, sua atuação vem se dando com sinal invertido, aplicado contra a linguagem dos direitos, apesar dos esforços de setores da esquerda (certos segmentos dos partidos organizados, alguns formadores de opinião com presença na mídia, bolsões de pesquisadores na academia, etc.). Estes vêm tentando reintroduzir uma crítica mais direta às políticas econômicas vigentes, de modo a fazer retornar o foco à expansão do emprego, à proteção do trabalho, etc., como formas de evitar a vulnerabilização social (Castel, 1995).

12 Mesmo não sendo este o objeto do presente trabalho, é interessante reiterar as ambigüidades envolvidas na forma de apreensão da pobreza durante essas transformações. Se, a partir do “consenso desenvolvimentista”, por um lado ela se politiza, deixando de ser compreendida na chave da carência e da necessidade material para reaparecer na linguagem dos direitos humanos, por outro, focada no debate sobre o ordenamento jurídico das relações de trabalho, a própria noção de direitos humanos se contrai, restringindo-se à disputa em torno dos direitos sociais.

versão do desenvolvimentismo, o trabalhismo getulista, tendo sido essa a base de toda a sua trajetória pessoal, tanto do prestígio e importância política quanto da perseguição e oposição que enfrentou.

Como era de se esperar, sua campanha foi marcada pela ênfase nos grandes temas nacionais, formulados segundo a gramática dos direitos dominante à época, na mesma linha que o tornou um polêmico líder de apelo popular. Uma vez eleito, entretanto, além da conjuntura de crise do país, como governador de estado ele não dispunha de recursos institucionais de poder que lhe permitissem interferir diretamente na política econômica nacional e seu ordenamento jurídico. Assim, adotou várias outras medidas a seu alcance que procuravam contemplar os interesses de sua base social, as mais conhecidas sendo as que tentavam reorientar toda a estrutura estadual de educação, cuja pedra de toque são os famosos “CIEPs” projetados por Oscar Niemeyer. Mas lançou também outros programas, alguns deles voltados para a questão fundiária e habitacional das favelas.

Além disso, ainda como parte das respostas a seus eleitores, Brizola procurou tomar medidas de defesa dos direitos dos presos. Vale repetir que as péssimas condições carcerárias, tradicionais na sociedade brasileira, que se tornaram uma questão pública ainda na ditadura pelas razões já esboçadas, ajustavam-se às preocupações de um governo que se queria popular e voltado para a defesa dos direitos humanos. Ao lado da intervenção sobre a política carcerária, o governador adotou o respeito aos direitos civis como premissa da atuação policial na atividade de controle social nas favelas, bairros populares e periferias. Nessa linha, proibiu as operações massivas das forças policiais nos morros da cidade que então começavam a se tornar corriqueiras. É de se ressaltar que tal proibição foi resultado de um acordo do governador com as lideranças locais, como medida explícita de proteção da integridade física dos moradores dessas áreas contra a violência policial. Em resumo, importa sublinhar que as limitações do cargo levaram Brizola a deslocar o do foco de sua atuação, dos direitos sociais para os direitos civis.

Tudo indica que essa orientação expressava um duplo movimento. Por um lado, ajustava-se a um momento histórico e a uma posição institucional que não favoreciam propostas de mudança na política econômica, sobretudo no que se refere à proteção do trabalho. Por outro, (re)construía a base de apoio ao governo com uma bandeira de luta alternativa, mas não incompatível com a orientação igualitária e incluyente, de inquestionável apelo popular, que Brizola quis tornar sua marca. Posicionando-se a favor de um tratamento digno aos presos comuns e aos moradores de favelas e bairros pobres e periféricos, ele e seu grupo político justificavam sua posição de defensores “dos que não têm voz”.

Assim é que o apelo direto às massas, indissociável de sua imagem pública, que provinha do trabalhismo e constituiu a força e a fraqueza de toda a sua trajetória, marcou a atuação de Leonel Brizola no governo do estado. Sua figura, por si só, já seria condimento suficiente para polarizar a recepção de suas idéias e programas. Mas essas diretrizes, em si mesmas polêmicas, foram adotadas em um momento que já seria fortemente radicalizado mesmo sem esse ingrediente adicional.

À mesma época, o fim da luta armada e a abertura abrandavam a repressão política e recompunham os privilégios que sempre salvaguardaram as camadas médias dos efeitos mais duros da atividade policial, levando-as a retomar o desinteresse por seus bastidores. Paralelamente, já há algum tempo elas vinham se ressentindo da expansão do crime violento (comum, não político) que não mais se restringia aos espaços urbanos periféricos. Adicionava-se a isso o medo e a insegurança experimentados pelas próprias camadas populares, ainda mais afetadas pela criminalidade violenta na medida em que, nos territórios da pobreza, sobretudo nas favelas maiores e mais centrais, os criminosos começavam a sair da clandestinidade circulando, armados, por suas ruas.

Resumindo, a atuação de Brizola polarizou o debate em torno das condições de possibilidade do prosseguimento pacífico das rotinas cotidianas, que se tornou uma questão crucial nas disputas

político-partidárias, saindo da semi-obscuridade secular em que estivera mergulhado e tornando-se um tópico particular do mercado político<sup>13</sup>. No momento inicial, as discussões tematizavam a ideologia da segurança nacional, o autoritarismo, a violência estatal e a autonomia dos aparelhos policiais. Na primeira metade da década de 1980, o mesmo problema continuou a mobilizar a atenção, alterando-se, porém, a natureza de seu enquadramento. O foco continuava a ser o controle do lumpenproletariado, mas agora sob outras condições, não sendo mais possível fazer retroagir as soluções à “naturalidade” anterior que as situava como um assunto não discutido, espécie de “segredo público”. Profundas transformações nas atividades criminais ocorreram, cujo motivo mais imediato (mas não a causa determinante) foi a já mencionada entrada da cocaína no varejo das drogas ilícitas, por aproximar o pequeno segmento social responsável pelo crime violento de uma poderosa cadeia produtiva subterrânea<sup>14</sup>, e aumentar o retorno financeiro derivado da corrupção policial associada à secular autonomia operacional consolidada durante a ditadura. Este “benefício” resulta da privatização da função pública de polícia favorecida pelo aval da opinião dominante, segundo um processo que Misse (1997) chamou de “produção de mercadorias políticas”.

A desconfiança, o medo e a insegurança que esta nova situação provocava apenas reiteravam as demandas difusas e generalizadas de aumento da repressão. Mas naquele momento, elas se concretizavam no endurecimento em relação a presos, criminosos e suspeitos em geral<sup>15</sup>. A tomada de posição de Brizola a favor dos direitos civis adotava direção contrária a estas expectativas de aprofundamento do controle social nas favelas, que voltavam a incluir sua remoção. Embora, naquela ocasião, deslocar os moradores para a periferia da cidade – que fora a orientação oficial nos momentos mais duros do regime militar – parecesse uma solução sepultada com a redemocratização e a crise do Banco Nacional de Habitação, a remoção sempre foi uma hipótese presente no horizonte de preferências das camadas abastadas do Rio de Janeiro. A intervenção do governador no campo habitacional também esteve muito distante das expectativas das camadas superiores da população da cidade.

Por tudo isso, formou-se a opinião de que Brizola havia escolhido governar a favor do lumpenproletariado e contra o restante da cidade.

Assim é que, à medida que os episódios de violência física cresciam no Rio de Janeiro em frequência, intensidade e, sobretudo, visibilidade, expressando o novo formato do crime violento apreendido a partir das metáforas da guerra (Leite, 2001) e da “cidade partida” (Ventura, 1994), esse tema passou a dominar os debates, as propostas de intervenção e as escolhas eleitorais subsequentes.

13 Tem havido uma certa oscilação quanto aos resultados eleitorais entre os dois pólos – repressão a qualquer custo ou controle democrático da atividade policial – desse debate, com prevalência da alternativa mais “dura”. Entretanto, o detalhamento desta questão não cabe no espaço deste ensaio.

14 Este é um ponto que tem sido interpretado como “organização” da criminalidade em grupos e facções via de regra pensados como “empresas” e “cartéis” sem reconhecimento (nem, portanto, proteção ou regulação) legal, com uma estrutura interna familiar, baseada na lealdade e na honra pessoal. Não disponho de informações seguras quanto a outros níveis da cadeia produtiva. Porém no que diz respeito à participação do crime na ponta final do varejo, que afeta mais diretamente as dificuldades no prosseguimento das rotinas diárias, considero plausível insistir em que, de fato, há uma certa organicidade em seu funcionamento – como de resto em qualquer prática recorrente –, mas ela não pode ser pensada segundo nenhum modelo estruturado de “empresa” (como nas repetidas menções às máfias, exércitos, etc.). Venho sugerindo que se trata, antes, de uma coordenação difusa entre atores individuais muito frouxamente agregados, em relação aos quais é difícil identificar interesses e objetivos doutrinariamente formulados e compartilhados, além de um aqui-e- agora muito limitado, ou seja, que se trata da “sociabilidade violenta”.

15 A radicalidade da transformação da linguagem e a polarização que separa estas duas tomadas de posição dominantes podem ser avaliadas na frase emblemática de um editorial do segundo diário mais lido da cidade, dez anos após o primeiro governo Brizola: “Não há como invocar ‘direitos humanos’ quando eles só beneficiam homicidas e drogados” (Jornal do Brasil, “A guerra da lei”, 9/05/1995). Mas é claro que na prática esta perspectiva não está sozinha: embora sempre minoritária e com menos presença na cena pública, a crítica aos excessos da atividade repressiva, à corrupção e à brutalidade policial tem estado atuante, disputando espaço com a muito mais divulgada e discutida crueldade e arrogância dos criminosos.

Com as ressalvas que toda generalização desse tipo merece, creio ser possível afirmar que na primeira metade da década de 1980 armaram-se os termos da disputa que dá origem ao debate atual sobre o problema da segurança pública. Brizola teve o mérito de, ajustando-se à situação, tornar concreta a questão dos direitos humanos então em curso, ao se propor como porta-voz de uma categoria social específica, ainda que de fronteiras nebulosas. Isso ocorreu justamente no momento em que esta começava a ser criminalizada devido à proximidade física, lida como fonte de contágio moral, com os bandos engajados no crime violento, cujas atividades adquiriam nova feição e passavam a assustar a população da cidade apesar de serem quantitativamente irrisórios. Dessa forma, a atuação de Brizola teve significativo impacto na reconfiguração dos conflitos de classe, catalizando a disputa simbólica em torno da ordem social e o debate a respeito da ordem pública. Por outro lado, essa transformação acabou por abrir espaço para a gramática da *violência urbana*, muito diferente das posições do governador e seu grupo político (paradoxalmente, o sucesso parece ter sido um dos principais responsáveis por seu ocaso político).

Em síntese, na primeira metade da década de 1980 a radicalização dos termos da competição eleitoral consolidou o enquadramento do debate em torno do controle do crime violento, desnaturalizando, explicitando e trazendo para a disputa o tradicional recurso à coerção e à violência física que sempre caracterizou o disciplinamento das camadas populares. Isso ocorreu em um momento de *sobre-politização* da experiência histórica, com forte ênfase no quadro jurídico-institucional e intensa disputa político-partidária. Polarizaram-se, assim, as tomadas de posição que criticavam a violência ilegítima, mas institucionalizada, característica da prática policial, e as que criticavam a violência contida na prática criminal, propondo uma forma militarizada e excludente de tratar essas questões<sup>16</sup>. Como resposta às orientações dos brizolistas, tornava-se doutrinariamente racionalizada e publicamente explicada a experiência de ameaça à continuidade das rotinas vivenciada por amplas camadas da população, segundo uma ótica que abafava a disputa sobre a ampliação dos direitos civis suscitada pelas lutas em favor da redemocratização. Encolhia o debate sobre a expansão da cidadania, despolitizando-o e reduzindo-o a uma simples questão de eficiência dos aparatos de repressão na garantia da ordem social, pensada como isolamento e evitação dos contatos inter-classes, utopia de um cordão sanitário evidentemente inviável<sup>17</sup>. O núcleo do conflito social passou a concentrar-se na relação entre a espiral de violência policial e criminal e as interrupções nas rotinas cotidianas constituindo, assim, um círculo vicioso que, como venho insistindo, se expressa no par *violência urbana*—“sociabilidade violenta”. Neste sentido, ao menos no que diz respeito ao Rio de Janeiro, a prática eleitoral que concretizou o processo de redemocratização produziu como sub-produto a emergência da perspectiva de combate ao crime comum violento articulado a partir da gramática da *violência urbana* e não mais na linguagem dos direitos. Desafiados pelo conjunto de medidas adotadas por um grupo político altamente polêmico que se posicionava ao lado dos contingentes considerados responsáveis pela *violência urbana*, amplas parcelas da população passaram a explicitar enfaticamente suas experiências de ameaça à segurança pessoal e suas expectativas de mais repressão.

Convém lembrar que essa disputa ocorria em um contexto que combinava a retração na participação política ativa, natural em situações de normalização democrática, com os efeitos da globalização

16 Como parte destes últimos argumentos, até hoje são comuns as menções a “baixas de ambos os lados”, sobretudo, mas não exclusivamente, quando se trata de justificar ações de iniciativa da polícia. Mas brandí-las já é uma clara alusão à metáfora da guerra, que leva a ignorar a vulnerabilidade das camadas populares, especialmente dos favelados, aproximando o conjunto dos moradores do mundo do crime.

17 De passagem, note-se que a impossibilidade de uma perfeita realização deste isolamento está na base da crítica derivada desta perspectiva, que a lê como ineficácia da atividade policial. Esta passa a ser apontada como resultante do “trabalho sujo” realizado pela polícia, contaminando-a moralmente (ineficácia e corrupção, nesta concepção, são irmãs siamesas), reforçando a tentativa de distanciar-se de suas atividades e reiterando a autonomia das corporações.

que abriam a possibilidade de duvidar da capacidade de intervenção dos Estados nacionais. Esse pano de fundo ajuda a explicar a simplificação e o reducionismo de uma linguagem que restringe o tratamento dos problemas (no caso, a segurança pública) a uma “guerra” contra atividades que perturbam os aspectos interpessoais mais rotineiros da vida social. E que atribui a culpa a um segmento – os moradores dos territórios da pobreza e, mais especificamente, os favelados –, os quais, a partir de sua criminalização indiscriminada, tornam-se o tipo ideal do Outro que precisa ser afastado a qualquer preço. Em decorrência, convergem para os aparelhos policiais todas as atenções e demandas de recomposição da ordem social. Cresce o clamor por uma ação “dura”, mas independe, única possibilidade de evitar a contaminação de todo o quadro mais geral do conflito social institucionalizado. Este é o segredo, praticado, mas não tematizado, do aumento conjugado de democratização e expansão da violência. O dispositivo fundamental que estabelece as fronteiras entre processos antinômicos (a democratização e a expansão da violência, a linguagem dos direitos e a da *violência urbana*) é a delegação de grandes parcelas da sociedade para que as *corporações* – e não propriamente as *instituições* – tomem decisões, segundo critérios próprios, sobre o uso da força e a definição dos inimigos a combater, reais ou imaginários.

Estamos, assim, diante das variações do repertório da *violência urbana*. Elas, além das tomadas de posição polares que acabo de indicar, incluem as perspectivas que defendem uma espécie de domesticação da atividade policial, propondo uma “reforma intelectual e moral” das corporações, para usar a conhecida expressão de Gramsci, a realizar-se por intermédio de uma intervenção de natureza técnico-administrativa, ao lado da punição dos responsáveis pelas recorrentes chacinas e assassinatos de pessoas comuns, sejam eles criminosos ou policiais. O foco nos excessos e deficiências (aí incluída a corrupção) da atuação das instituições policiais – que ultrapassa sistematicamente sua função constitucional de uso da “força comedida” (Brodeur, 2004) – ignora que eles são fruto das próprias formas assumidas pelo conflito social. Ou seja, retorna-se à linguagem dos direitos, mas como necessidade de aprimoramento técnico, deslocando seu sentido para um plano abstrato-geral que despolitiza a abordagem e a torna um esforço cujo resultado prático tem se mostrado inócuo.

Incluem-se nesta mesma perspectiva os inúmeros “projetos sociais” – educacionais, esportivos, culturais, etc. – públicos, privados ou mistos, que se dedicam a assistir diferentes clientelas de extração popular, a maior parte sediada nas favelas da cidade. Ressalvadas as exceções de praxe, a filosofia desta nova modalidade de intervenção, que em si mesma já aponta para profundas alterações na estrutura institucional e na qualidade da esfera pública, tende a ser uma versão adocicada do discurso que defende a repressão a todo custo. Propõe-se levar a cidadania às diferentes clientelas (via de regra jovens) moradoras nas favelas e periferias, integrando-as à cidade. Entretanto, independente das intenções, quase todas estas iniciativas visam proteger o público-alvo da “sedução do crime” (Katz, 1988)<sup>18</sup>. Na medida em que as diferentes formas de promoção social são propostas como meios de inibir o desabrochar de potenciais criminosos, reiteram-se, de maneira mais branda, as expectativas de aprofundamento da repressão.

18 Baseado no modelo de Wacquant (2001a, 2001b) sobre a passagem do Estado social para o Estado penal, Bode de Moraes (2008) chega a mencionar a “policialização das políticas sociais”.

### 3. – Breve digressão sobre o papel da mídia

Tanto nas conversas ordinárias quanto na produção acadêmica, tem sido comum atribuir à mídia a responsabilidade pelo clima de medo e insegurança característicos das cidades brasileiras nas últimas décadas. Neste sentido, a *violência urbana*, mais do que uma categoria construída no debate prático-discursivo, seria uma criação destes aparatos (televisão, imprensa, etc.), interpretação unilateral dos eventos que divulgam – logo, distorção que mascara a realidade e impõe uma inapelável dominação simbólica<sup>19</sup>.

Começemos por reconhecer que, de fato, o peso da mídia na divulgação e generalização das questões que estou discutindo é imenso, até mesmo decisivo. Mesmo assim, não creio que ela possa ser concebida como uma espécie de demiurgo da opinião pública. A perspectiva que propõe esta compreensão não reconhece a relação indissociável entre a emissão e a recepção dos conteúdos divulgados pelos diversos veículos. Ao contrário, minha hipótese é que a relação entre a mídia e seu(s) público(s) é especular e não unilateral. Portanto, ela não pode deixar de responder às expectativas da população, pois essa é a condição prática, material, que lhe permite reproduzir-se como um dispositivo fundamental de produção simbólica. Mais do que responsável pela formação da opinião pública (que, como venho insistindo, vejo como diversificada e heterogênea, sem univocidade), a mídia se constitui como uma caixa de ressonância, em grande parte devolvendo de forma melhor articulada o que a população gostaria de ouvir. Em outras palavras, considero que ela magnífica, confere mais organicidade e orienta em parte a produção simbólica e a prática de seu(s) próprio(s) público(s), de modo que esta é, ao mesmo tempo, a fonte de seu poder e sua limitação. Trata-se, sem dúvida, de relação muito desigual. É necessário reconhecer, porém, que ela está regulada e limitada pela aceitação e validade que a população atribui à produção dos diferentes veículos. A capacidade de produção e divulgação de versões racionalizadas do senso comum, que constitui o poder da mídia, sem dúvida interfere reflexivamente de maneira decisiva sobre as teorias leigas, porém estas não são passivas nesta relação, pois expressam a capacidade coletiva de discernimento de atores competentes.

### 4. – Sobre a polícia

Insisto em que a questão da segurança e da ordem pública tem sido enquadrada de forma cada vez mais estritamente limitada à preservação da continuidade das rotinas pessoais por meio do afastamento do Outro. As demandas de controle social não visam propriamente regular as relações entre pessoas, grupos e categorias sociais – antes, o que se pede é o bloqueio dessas relações. Segurança e *confinamento* (forçado, no caso dos moradores dos territórios da pobreza, ou desejado, no das camadas mais abastadas da população), ou seja, repressão pura e simples, tendem a tornar-se sinônimos.

Creio que esta hipótese vale para cidades do mundo inteiro. Mas limitemo-nos a explorá-la no caso específico do Rio de Janeiro atual, onde a “metáfora da guerra” seguiu uma trajetória relativamente longa até concretizar-se, transformada explicitamente em política pública de segurança no atual

19 A partir desse núcleo comum, as interpretações se bifurcam. De um lado, tratar-se-ia do desenvolvimento de processos impessoais, estruturais; de outro, seria parte de uma tentativa maquiavélica de obtenção de interesses econômicos. Não é relevante, para meu argumento, distinguir estas variantes.

governo Sérgio Cabral, muito embora a “guerra aos criminosos” que esta orientação põe a cargo das polícias nada tenha a ver com questões de soberania nacional.

Por menos representativos que sejam os governos no Brasil de hoje, é de se admitir que esta linha oficial de atuação conta com o aval de parcela significativa da população da cidade. Isso reitera, ao nível mais imediato das práticas sociais, o que venho comentando a respeito da delegação aos aparelhos policiais da proteção a qualquer preço da continuidade das rotinas pessoais, com quase nenhuma supervisão jurídica e política sobre as atividades destas instituições<sup>20</sup>. Abre-se, portanto, amplo espaço para que a corporação policial interprete com ampla liberdade sua função social e como ela deve ser exercida.

Parece fora de dúvida que isso tem resultado em corrupção e violência, tão generalizadas que quase podem ser consideradas constitutivas da própria atuação prática da instituição. Minha hipótese é que este não é um problema interno da Polícia Militar, da Polícia Civil ou de qualquer outro aparato repressivo. É fato que estas corporações estão cada vez mais autonomizadas, orientando sua atuação de forma independente, segundo os conflitos entre suas diversas cliques internas, que por sua vez seguem critérios e um *ethos* próprios. Entretanto, é necessário reconhecer que este estado de coisas é conseqüência, e não causa, do modo pelo qual se processa(m) o(s) debate(s) público(s) em torno dos padrões desejados de relações sociais. Estou convencido de que a razão mais profunda dos tão criticados desmandos policiais está no modo pelo qual se compreende e se pratica a sociabilidade. Isto significa pôr em discussão a possibilidade de que a baixa eficácia da prática policial<sup>21</sup> no que diz respeito ao controle do crime violento precisa ser abordada de forma ampla e não pode ser revertida *apenas* pela via de intervenções técnico-administrativas localizadas.

Neste sentido, creio que as várias propostas em curso de “reforma intelectual e moral” tenderão a ser absorvidas e neutralizadas (como tem sido o caso até o presente momento) pelos aparelhos policiais, enquanto não estiverem sustentadas pela adesão ativa do conjunto da sociedade. Considero que isso somente será possível se combinado com uma “reforma intelectual e moral” da própria sociedade.

Devo esclarecer que estou longe de advogar o imobilismo diante da gravidade dos problemas. Apenas chamo a atenção contra o que me parece reducionismo e excesso de voluntarismo da perspectiva crítica dominante e aponto para a necessidade de ampliação da análise que deveria servir de base para as propostas de intervenção sobre a prática policial – inclusive ampliação temporal, pois não creio que elas devam orientar-se pelo curto prazo. Minha intenção não é desqualificar a reflexão contemporânea sobre as profundas reformas que precisam ser realizadas para tornar eficiente e democrático o funcionamento dos aparelhos policiais e, por extensão, de todo o sistema de administração da justiça. Ela é relevante e se debruça sobre prementes questões reais. Meu comentário é de outra natureza: diz respeito à inviabilidade destes programas de reforma institucional na ausência de um maciço engajamento social que me parece improvável no curto prazo, e cuja necessidade tem sido abafada pela ênfase na dimensão técnico-administrativa e/ou jurídico-formal<sup>22</sup>.

20 No limite, isso implica tratar a polícia como se fosse um exército (Brodeur, 2004), diferenciando “civis” e “militares”: estes cuidam da guerra ao inimigo (no caso, o Outro), os primeiros de seus afazeres “normais”. Claro que este arranjo depende de acontecimentos que confirmem o bom andamento da “guerra”. Como este raramente é o caso, os “civis” passam a criticar a eficiência e a moral dos “militares” e surgem esforços para aperfeiçoar a máquina de guerra. Mais do que detalhar esta lógica, aqui interessa analisar a prática policial nela assentada.

21 Durkheim (1968) afirmava que “não há instituição humana baseada no erro e na mentira”. Se aceitarmos esta idéia, seria o caso de perguntar onde está a “verdade” (ou a função objetiva) da prática policial. Minha resposta é que, se ela é claramente ineficaz como instituição de garantia do sistema institucional que organiza o conflito, por outro lado é muito eficiente como contexto para a obtenção de interesses corporativos e pessoais do conjunto de integrantes da instituição policial. Minha hipótese é que o lugar onde se produz esta “verdade” é a prática coletiva dos atores sociais, não a da instituição policial em si mesma.

22 No momento em que termino de redigir este artigo, o governo federal está estimulando ampla consulta pública para recolher sugestões e críticas a seu programa nacional de segurança pública. É cedo para comentar esta iniciativa, ainda em seus primeiros

Este não é o local para uma crítica detalhada das propostas e das respectivas tentativas de implementação, algumas das quais são intelectualmente sofisticadas e empiricamente bem fundamentadas. Quero apenas mencionar um aspecto compartilhado por todas, indicando resumidamente a razão básica pela qual elas me parecem, na melhor das hipóteses, destinadas a mudanças facilmente relegadas a um formalismo inócuo no que diz respeito à atividade policial concreta como, aliás, vem sendo o caso. Apesar do risco de simplismo, permito-me apresentar um curto esquema dos principais pontos da lógica subjacente aos programas que propõem intervir sobre o funcionamento das polícias, visando otimizar sua atuação repressiva:

1. Nas últimas décadas a exacerbação do crime violento tem posto em cheque o desempenho do conjunto das instituições que compõem o sistema de administração da justiça, especialmente no que diz respeito à manutenção da ordem pública, elemento central da legitimidade democrática afetada pela expansão da criminalidade violenta.
2. Minimizar a criminalidade violenta implica interferir sobre a atuação da(s) polícia(s), as instituições mais diretamente responsáveis pelo que Max Weber denominou de “garantias externas” de legitimidade, isto é, pela imposição do controle social. O objetivo básico deve ser voltar-se para a melhoria da eficiência e eficácia no cumprimento legítimo da função institucional da polícia<sup>23</sup>.
3. O aumento da criminalidade verificado nas últimas décadas resulta da progressiva deterioração material, técnica e moral dos aparelhos de controle social. Isto reforça a necessidade de combatê-la por meio de modificações nos meios e condições institucionais do trabalho policial nestas três dimensões. (A partir deste ponto as diferentes propostas se dividem quanto à ênfase sobre cada uma das dimensões).

Minha hipótese é que este raciocínio, na aparência ajustado à realidade e perfeitamente plausível, esquece que a prática policial, ao menos no Brasil urbano, é pré-moderna. As polícias talvez sejam as únicas instituições brasileiras que não se modernizaram<sup>24</sup>. Não é adequado procurar a explicação para isso em sua história interna, ela deve ser buscada no papel da instituição policial como parte integrante do conflito social.

Nesta linha, procuro a seguir esquematizar porque afirmo que a polícia brasileira é uma instituição pré-moderna.

Recordo, para começar, algumas idéias de Max Weber relativas à produção e distribuição do conhecimento nas burocracias modernas. É certo que o conhecimento operado por qualquer burocracia não é universal, pois se restringe a seus membros – burocratas são portadores de um saber específico e, reciprocamente, é este saber que os define como burocratas. O que singulariza as burocracias modernas é que, nelas, o conhecimento deixa de ser pessoal, encarnado nos próprios membros das organizações. Através de um longo processo de racionalização ele é expropriado, formalizado e separado dos funcionários-burocratas. Talvez esta possa ser considerada a base cognitiva e moral da fria impessoalidade que Weber considerava típica das burocracias modernas, já que os membros não estão (ou não deveriam

---

momentos, mas uma mobilização como esta, mesmo que por inspiração governamental, pode ser o início de uma reversão das tendências que venho analisando.

23 Não há espaço suficiente neste trabalho para tratar das diferenças entre as várias corporações envolvidas na questão tratada, nem da especificidade das respectivas propostas de intervenção, inclusive as que envolvem os programas de unificação das polícias civil e militar.

24 Esta hipótese, que esquematizo adiante, ajuda a explicar porque a violência urbana se expande justamente quando se consagra na letra da lei, através da “Constituição Cidadã”, a modernidade democrática brasileira.

estar) engajados pessoalmente em suas atividades profissionais. Uma vez que a distribuição do conhecimento é segmentada e formalizada como um sistema de regras impessoais de conduta, os membros das modernas burocracias precisam aprender formalmente esses conhecimentos, que continuam “secretos” no sentido de que não estão universalmente disponíveis (ou seja, de que são “profissionais”) e devem operá-los de forma independente de seus interesses pessoais.

Claro está que se trata de referências típico-ideais as quais, por definição, jamais se encontram em sua pureza na realidade concreta. Este é justamente o ponto que desejo sublinhar. Considero que há evidências suficientes para enfatizar a enorme distância entre o funcionamento das instituições policiais no Brasil e o modelo típico-ideal de burocracia moderna. E, adicionalmente, para afirmar que os programas de intervenção não têm reconhecido esta discrepância. O ponto de partida implícito destes programas é o pressuposto de que nossa polícia é uma burocracia moderna, “apenas” com problemas de funcionamento maiores do que as demais organizações que compõem o sistema institucional.

Minha hipótese é outra. Sustentados pela secular delegação que recebem para operar a função repressiva de controle social com ampla liberdade de ação, o conhecimento profissional dos policiais permanece pessoalmente apropriado por eles, como uma posse individual dos agentes, que administram informalmente sua reprodução e transmissão. A definição do que é “ser policial” e de como atuar é produzida pelos próprios membros, segundo seus interesses e orientações práticas e sua interpretação particular sobre as expectativas sociais a respeito do desempenho da função que lhes cabe. Desse modo, as corporações produzem uma cultura própria, autônoma e pouco racionalizada, que depende em grande medida das decisões pessoais dos agentes e dos conflitos internos entre seus diferentes grupos.

Não creio que esse quadro simplesmente resuma os desvios naturais de uma burocracia moderna. Ao contrário, trata-se de um padrão secular que caracteriza a polícia brasileira como uma burocracia pré-moderna, o que é decisivo na forma de organização do conflito social em nosso país. Até o presente momento, esta configuração tem funcionado como uma barreira intransponível para os programas que pretendem reorganizar a prática policial através de uma interferência de natureza técnico-administrativa, pois eles não se ajustam à situação real que se propõem a modificar.

Este é um aspecto paradoxal do processo de modernização democrática vivido atualmente nas cidades brasileiras. Os avanços em várias dimensões de nossa estrutura institucional – medidas de redução das desigualdades econômicas, integração política, expansão da esfera pública e aumento da transparência institucional, etc. – são conhecidos e dispensam exemplos. Ao mesmo tempo, e com velocidade alarmante, a violência física, policial e criminal, se multiplica.

Mais como especulação inicial do que como hipótese explicativa, talvez seja o caso de desfazer esta antinomia sugerindo que a violência física é um elemento fundante de nossa formação social e, por isso mesmo, pouco reconhecido e apenas indiretamente combatido. Mais do que reduzida com o aprofundamento de nossa integração sociocultural e político-econômica, ela tem sido a *condição* subjacente a este processo, responsável pela prática de uma sociabilidade sempre baseada na segregação, que depende do confinamento físico do Outro além de sua desqualificação simbólica, ainda que a definição de quem deve estar à margem seja variável no tempo e no espaço.

Para concluir o raciocínio, permito-me recorrer a Wieviorka (???). Este autor, comentando as mais importantes perspectivas de análise da violência, argumenta que violência e conflito se opõem frontalmente, uma vez que a primeira interrompe a continuidade do conflito (ainda que este possa eventualmente utilizar-se de meios violentos) e, assim, impede o desenvolvimento da sociabilidade. (Deixemos de lado a discussão de certas implicações destes argumentos, como por exemplo, a questão da medida em que a violência é um aspecto contingente, fugaz e descontínuo, das relações sociais, para

tratar do que me parece central do ponto de vista deste ensaio.)

Wieviorka expressa em seu livro a experiência histórica europeia, particularmente a da constituição da república francesa. O modelo que desenvolve é relevante para a compreensão dos problemas aqui tratados, porém como um modelo contrafactual. No caso brasileiro, a violência policial tem se mostrado uma *condição de possibilidade* do conflito – isto é, da luta *regulada* de valores – e, portanto, não se lhe opõe como alternativa nem pode ser identificada com ele. Em nosso país, o desenvolvimento do processo de integração social sempre dependeu do alijamento de algum grupo ou categoria, obtido e mantido pela violência física. O dispositivo que opera esta conciliação estrutural (violência + conflito) tem sido a reprodução dos aparelhos repressivos como burocracias pré-modernas que garantem o isolamento do Outro e, com isso, permite a modernização do sistema institucional.

Até o passado recente, os grupos postos à margem, baseados na expectativa de uma integração futura, sempre reconheceram esta condição (sem que a tenham aceitado plenamente), de modo que sempre estiveram engajados no próprio sistema híbrido que os segregava. Este parece-me o segredo de nossa integração urbana e, talvez mesmo, nacional. A novidade das últimas décadas é que um pequeno segmento deste contingente (os portadores da “sociabilidade violenta”) tem assumido positiva e ativamente a condição estrutural que lhe é atribuída. Em consequência, à violência policial tradicional adiciona-se, como um enclave, a organização autônoma da violência criminal, que denomino de “sociabilidade violenta”.

Considero desnecessário sublinhar que não estou insinuando nenhum potencial revolucionário relacionado à “sociabilidade violenta”. Ela não cancela a proposta de Wieviorka de oposição entre violência e conflito. Revoluções, qualquer seja o entendimento do termo, são da ordem do conflito, mesmo nos momentos em que recorrem à violência. A “sociabilidade violenta” evolui como um enclave, não tem capacidade de transformar seu ambiente e dissolver-se, de modo que não pode ser assimilada à idéia de luta de valores, para usar a expressão de Weber.

## 5. – Para finalizar. Favelas, polícia e “sociabilidade violenta”.

A progressão das questões anteriormente esquematizadas gerou uma superposição cada vez mais clara entre o “problema da ordem pública” e o “problema das favelas”. Essa combinação expressa, com a nitidez da exemplaridade, a ligação mais geral presente em todas as cidades brasileiras entre o “problema da segurança pública” e os “territórios da pobreza”. A relação é, sem dúvida, secular e se perde em um passado longínquo (Zaluar e Alvito, 1998). Nesse nível de generalidade, pode-se dizer que o medo gerado pelo conflito social sempre foi decorrência de uma compreensão que desqualifica o conjunto da classe trabalhadora, concebendo-a a partir de um enquadramento que tem por base seu segmento moralmente degradado, o lumpenproletariado ou “classe perigosa”, como ele tem sido designado (Chevalier, 1984). Entretanto, os conteúdos simbólicos que emergem como parte do conflito e são destacados para construir concretamente esta visão do Outro variam de acordo com a natureza das disputas que articulam as modulações da sociabilidade.

Tais observações são importantes para compreender a produção e o sentido das atuais políticas de segurança, uma de cujas consequências é definir o lugar das favelas na forma assumida pelo conflito urbano, seus efeitos sobre a vida dos moradores, bem como as possibilidades e restrições que condicionam a ação destes últimos.

Desde seu surgimento, as favelas sempre foram vistas como um problema a dificultar uma integração social homogênea, espécie de quisto ameaçando a organização social da cidade (Machado da Silva, 2002)<sup>25</sup>. Mas os atributos que compõem o conteúdo do problema têm se modificado significativamente. Nos primeiros momentos, as favelas eram uma questão de menos importância, cuja solução foi deixada a cargo da oferta de habitações populares pela iniciativa privada, mediante superficiais estímulos do governo. Porém rapidamente foi percebida a inocuidade deste modelo de controle, e elas passaram a ser objeto de políticas governamentais mais específicas. No começo dessa nova fase, os programas de intervenção se pautavam por uma postura autoritária subjacente que propunha diferentes “soluções” administrativas (variou a ênfase nos aspectos habitacionais, sanitários, etc.) voltadas para a erradicação definitiva das favelas, com quase nenhuma consideração a respeito do destino de seus moradores.

Na medida em que o processo de favelização se avolumou, acompanhando a modernização característica da sociedade brasileira, o debate em torno do “problema das favelas” tomou outro rumo e adquiriu novas dimensões. Pouco a pouco, modificou-se o peso socio-político dos favelados: de mero objeto inerte de intervenções unilaterais, eles começaram a se organizar e a se tornar agentes relevantes nas arenas públicas. Paralelamente, generalizava-se o reconhecimento de que erradicar as favelas tornava-se impossível devido à escala do problema e à previsível resistência de um contingente que já não mais podia ser visto como passivo.

Nessa trajetória, interessa aqui ressaltar que a questão das favelas, na origem um tema restrito a simples medidas administrativas, se politizou. Com a guerra fria e o fim da ditadura getulista, constituiu-se uma nova compreensão da qual resultaram tentativas, não mais de soluções definitivas, mas de um controle negociado, contingente e dependente das variações na composição das forças políticas. Mesmo na subalternidade, o apoio ativo dos moradores de favelas passou a ser disputado pelos dois grandes atores políticos formadores de opinião do pós-guerra, a Igreja Católica e o Partido Comunista, ao mesmo tempo em que ocorria um amplo processo de incorporação social aberto pelo acelerado crescimento econômico. Esse contexto favoreceu as reivindicações dos moradores, que se organizavam cada vez mais no contexto de radicalização que precedeu o golpe de 1964.

Com o advento do regime militar, as lideranças foram perseguidas, desarticulando as organizações faveladas e desmontando *pari passu* o debate sobre a “reforma urbana” (basicamente melhoramentos urbanísticos e regularização fundiária), no qual elas se engajavam, parte de um movimento mais amplo denominado de “reformas de base”, que procurava articular o conjunto das reivindicações populares no pré-64. Estas foram temporariamente varridas da disputa, substituídas por uma nova proposta unilateral de tratamento da questão habitacional. Mais uma vez, era visada a erradicação das favelas, porém agora cuidando do destino da população residente – o assentamento dos moradores em áreas periféricas onde seriam construídos grandes conjuntos residenciais populares pelo Banco Nacional de Habitação. Algumas favelas foram de fato removidas, com violência proporcional à resistência dos moradores. Foi derrotada a política de urbanização que constituía o centro da proposta de reforma

25 É claro que, embora se possam afirmar genericamente que são habitadas pelas camadas subalternas, elas nunca foram o espaço exclusivo de concentração destas, que sempre estiveram distribuídas também pelas áreas que, para simplificar, venho denominando de territórios da pobreza. Tampouco apresentam a homogeneidade interna que lhes atribuí o senso comum, o que aliás seria impossível dado o vertiginoso crescimento que as levou a corresponder na atualidade a cerca de 15% da população carioca e abranger cerca de 750 a 800 localidades, dependendo das definições operacionais adotadas. Tudo isso está exaustivamente demonstrado pela literatura especializada: há vários tipos de áreas de concentração das camadas subalternas, além do que as favelas são diferenciadas (internamente e entre elas) por qualquer critério escolhido, socioeconômico, cultural, político, moral, etc. (Valladares, 2005). Mas o reconhecimento deste fato tem se restringido à pesquisa acadêmica. Apesar de todos os esforços, pouco interfere no debate ordinário, nas políticas governamentais e na própria auto-imagem dos moradores destas áreas. Ao menos no Rio de Janeiro, as favelas e seus habitantes sempre desempenharam o papel de uma espécie de “tipo-ideal concretizado” dos problemas urbanos do momento.

urbana, o que acabou por consolidar a polarização entre duas alternativas tidas como inconciliáveis: “remoção” x “urbanização”<sup>26</sup>.

Como se vê, durante todo o longo período considerado – a existência de favelas é centenária – elas sempre foram enquadradas como um problema habitacional e urbanístico. Representavam um perigo político de intensidade variável para a ordem social dominante, focado na dimensão socio-territorial, espécie de debate sobre a reprodução ou transformação da “ecologia” carioca. O exemplo mais extremo dessa perspectiva é a lapidar palavra-de-ordem da Igreja Católica, que resumia o sentido das propostas de promoção social que patrocinava: “é preciso subir o morro antes que ele desça”. Esta mesma compreensão era reproduzida pela oposição de esquerda, embora com o sinal trocado – ela *esperava* que o morro descesse.

Esse quadro sofre uma profunda transformação quando as favelas passam a ser associadas ao problema da ordem pública. Nesse momento, o perigo político representado por elas deixa de ser uma questão tratada na esfera urbanística, relacionada ao fortalecimento de uma categoria social em franco processo de incorporação. As favelas passaram a ser vistas – pouco importa o quão errônea possa ser esta compreensão – como o valhacouto de criminosos que interrompem, real ou potencialmente, as rotinas cotidianas mais imediatas. Em resumo, como efeito da consolidação da *violência urbana*, modificaram-se profundamente os conteúdos que, na perspectiva dominante, definem as favelas e o problema que representam. Sem qualquer intervenção de sua parte que justificasse essa revisão, os moradores foram criminalizados justamente quando pareciam bem sucedidos no esforço de participar do debate público. A opressão do regime militar, aparentemente superada com a redemocratização, foi substituída pela desconfiança e medo generalizados derivados de uma suposta adesão generalizada à “sociabilidade violenta”.

Criminalizados e desqualificados como *cidadãos de bem*, os moradores sofrem um processo de silenciamento pelo qual se lhes dificulta a participação no debate público, justificando a truculência policial e a mencionada “policialização das políticas sociais”<sup>27</sup>.

A superposição do “problema da ordem pública” com o “problema das favelas”, ao gerar demandas de isolamento a ser implementado pela repressão policial, acaba por concentrar o foco da política de segurança sobre os espaços físicos, mais do que sobre as práticas das categorias sociais que os ocupam. A barreira posta a cargo da atividade policial se dirige não tanto a grupos sociais específicos quanto ao controle e segregação territorial de áreas urbanas tidas como perigosas, o que é um claro indicador do processo atual de dessolidarização social. Fecha-se, assim, o círculo de ferro que redesenha o espaço da cidade, na formulação dominante, a partir da relação *violência urbana*–“sociabilidade violenta: de um lado, os bandos ligados ao varejo fixo de drogas, situados nas áreas de favela; de outro, as organizações policiais impondo (por delegação, como venho repetindo) a redefinição das favelas como “complexos” territoriais a serem militarmente combatidos e isolados.

Como foi visto, importantes mudanças na forma do conflito que organiza a sociabilidade produziram um vasto conjunto de dispositivos em função do qual práticas diversas orientadas por disputas nem sempre convergentes acabam por aliar a autonomia dos aparelhos responsáveis pela ordem pública

26 Todo o processo que tornou a remoção a política oficial dos governos militares (em especial, mas não apenas, em seu primeiro momento) envolveu enorme tensão e dura repressão aos favelados e seus aliados. Mas o impacto quantitativo de sua implementação mostrou-se bastante limitado, o que pode ser uma boa medida da (in)capacidade de imposição unilateral de sua política habitacional pelos governos militares, apesar da ansiedade e sofrimento generalizado que provocou.

27 É claro que, nessas condições – internamente, as dificuldades derivadas da contigüidade física com a “sociabilidade violenta”, externamente a desconfiança generalizada – fica prejudicado o desenvolvimento de uma ação coletiva de base dotada de organicidade, seja na forma de demandas espontâneas sem um quadro dirigente definido, seja na forma de condutas articuladas por uma identidade firmemente estabelecida. Em uma situação como essa, só um milagre poderia produzir uma ação coletiva audível, densa e politicamente forte capaz de fazer retornar a linguagem dos direitos no desenvolvimento do conflito social (Machado da Silva, 2008).

ao isolamento territorial e ao silenciamento de áreas da cidade já penalizadas pela presença da “sociabilidade violenta”, trazendo de volta o tema da remoção. Ressalte-se que esta não é uma simples hipótese em discussão, mero espectro que volta a rondar a vida dos favelados – já tem havido remoções concretizadas e circulam listas de favelas cuja remoção no curto prazo é proposta por diferentes órgãos de governo.

Em sua particularidade, esse é um exemplo concreto do processo de dessolidarização associado ao achatamento do conflito social no Rio de Janeiro de hoje. Retorno, assim, à tomada de posição mencionada no início deste ensaio: sem a “refundação da sociedade”, torna-se inócua a “refundação da polícia” (sem dúvida necessária, do ponto de vista de uma política democrática de segurança), pois as tentativas de uma “reforma intelectual e moral” conduzida por meio de intervenções técnicas serão reinterpretadas e absorvidas pelas culturas autonomizadas que organizam a prática das diferentes corporações. Conseqüência de uma delegação dos grupos responsáveis pela opinião dominante, a prática policial só poderá ser concretamente modificada, produzindo sua uma efetiva “refundação” institucional na mesma proporção em que esta delegação for progressivamente cassada.

## Bibliografia

BAUMAN, Zigmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

\_\_\_\_\_. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

BODÊ DE MORAES, Pedro. “Juventude, medo e violência”. In Mercer, V. e Gediel, J.A. (orgs.): *Violência, paixão e discursos: o avesso dos silêncios*. Porto Alegre/RS: CMC Editor, 2008.

BOLTANSKI, Luc. *L'amour et la justice comme compétences*. Paris, Métailié, 1990.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT, Laurent. *De la justification. Les économies de grandeur*. Paris: Gallimard, 1991,

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas – povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.

BRODEUR, Jean-Paul. “Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar”. *Caderno CRH*, vol. XVII, nº 42, 2004.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CANO, Ignácio e IOOT, Carolina. “Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das milícias no Rio de Janeiro. In Justiça Global (org.): *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

CASTEL, Robert. *Lês métamorphoses de La question sociale. Une chronique Du salariat*. Paris: Fayard, 1995.

CHEVALIER, Louis. *Classes labourieuses et classes dangereuses*. Paris: Hachette, 1984.

CHINELLI, Filippina e MACHADO DA SILVA, L. A. “velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil atual”, *Contemporaneidade e Educação*, Ano II, nº 1, Maio/1997.

COELHO, Edmundo Campos. “Da Falange Vermelha a Escadinha: o poder nas prisões”, in *A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DURKHEIM, Émile. *Lês formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris: Presses Universitaires de France, [1912]1968.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade* (3a ed.). São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GRILLO, Carolina Christoph. “Fazendo o doze na pista: Um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média”. Dissertação de mestrado, PPGSA/IFCS/UFRJ, 2008.

KATZ, Jack. *Seductions of crime: moral and sensual attractions in doing evil*. New York: Basic Books, 1988.

LEITE, Márcia da Silva Pereira, “Para além da metáfora da guerra. Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca”. Tese de doutorado, PPGSA/IFCS/UFRJ, 2001.

MACHADO DA SILVA, L.A (org.): *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/FAPERJ, 2008.

\_\_\_\_\_. “A Continuidade do ‘problema da favela’”, in Oliveira, Lúcia Lippi (org.): *Cidade: Histórias e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MESQUITA, Wânia. “‘Tranqüilidade’ sob a ordem violenta: o controle da ‘mineira’ em uma favela carioca. In MACHADO DA SILVA, L.A (org.): *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/FAPERJ, 2008.

MISSE, Michel. (1997), “As ligações perigosas. Mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio de Janeiro”. *Contemporaneidade e Educação*, vol. II, nº 1.

OFFE, Claus, “Trabalho: uma categoria sociológica chave?”. In *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

RAFAEL, Antônio. *Um abraço para todos os amigos. Algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói, EDUFF, 1998.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Não matarás – desenvolvimento desigualdade e homicídios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SOUZA ALVES, José Cláudio de. “Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro”, In Justiça Global (org.): *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Os condenados da cidade. Estudos sobre a marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: REVAN/Observatório IPPUR/FASE, 2001b.

WIEVIORKA, Michel. *La Violence*. Paris:

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.): *Um século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.



